



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Eloisa Rosalen

**Retratos de uma geração:** as trajetórias de militâncias das mulheres exiladas na França e em Portugal e no retorno ao Brasil (1973-1987)

Florianópolis

2021

Eloisa Rosalen

**Retratos de uma geração:** as trajetórias de militâncias das mulheres exiladas na França e em Portugal e no retorno ao Brasil (1973-1987)

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de doutora em História.

Orientadora: Profa. Joana Maria Pedro, Dra.

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Rosalen, Eloisa

Retratos de uma geração : as trajetórias de militâncias das mulheres exiladas na França e em Portugal e no retorno ao Brasil (1973-1987) / Eloisa Rosalen ; orientadora, Joana Maria Pedro, 2021.

301 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. História. 2. mulheres exiladas. 3. feminismos. 4. história global. 5. história oral. I. Pedro, Joana Maria. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em História. III. Título.

Eloisa Rosalen

**Retratos de uma geração:** as trajetórias de militâncias das mulheres exiladas na França e em Portugal e no retorno ao Brasil (1973-1987)

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Alessandro Casellato, Dr  
Università Ca' Foscari Venezia

Profa. Carla Simone Rodeghero, Dra.  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Sonia Weidner Maluf, Dra.  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Profa. Cristina Scheibe Wolff, Dra.  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em História.

---

Prof. Fábio Augusto Morales Soares, Dr.  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História – UFSC

---

Profa Joana Maria Pedro, Dra  
Orientadora

Florianópolis, 2021

Dedico à todas as mulheres que lutam  
cotidianamente por igualdade de gênero e  
justiça social.

## Agradecimentos

Agradeço...

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES), com a bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), que me financiaram ao longo desses quatro anos e tornaram esta pesquisa possível.

À Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e à *Università Ca' Foscari Venezia* que me acolheram como estudante na minha trajetória intelectual. Sem apoio institucional, eu não teria chegado até aqui.

Ao Programa de Pós-Graduação em História e aos servidores Daiane Antonini Bortoluzzi e Victor Vianna, pela presteza nos problemas burocráticos.

À minha família pelo apoio emocional ao longo desse período. Em especial, deixo a minha gratidão à minha irmã, Elisa Rosalen, que sempre me ajudou com as revisões dos meus textos, me ofereceu hospedagem em São Paulo durante algumas pesquisas de campo e com quem compartilhei as ansiedades de todo o processo.

Às professoras e professores a quem tive o prazer de aprender e ouvir: à minha orientadora, Joana Maria Pedro, pelos conselhos, conversas e suporte que ofereceu ao longo destes quatro anos; à Sônia W. Maluf e à Mariana Joffily, que contribuíram com vários questionamentos na minha banca de qualificação; a Alessandro Casellato e à Carla Rodeghero, que me deram indicações valiosas durante e após o doutorado sanduíche realizado na *Università Ca' Foscari Venezia*; a Piero Brunello, com quem colaborei e tive inúmeras conversas sobre a pesquisa histórica; a Cristina Scheibe Wolff, Janine Gomes da Silva e Soraia Caroline de Mello e ao pós-doutor Jair Zandoná (do Laboratório de Estudos de Gênero e História), pelas valiosas dicas, por proporcionarem um espaço profícuo de discussões e o acesso de diversas fontes utilizadas nesta pesquisa. Parte do que sou, e do que ainda gostaria de ser como pesquisadora, carrega influências significativas das/os mestres.

Às/aos colegas e amigas/os com quem compartilhei dilemas deste percurso: à Maria Rossi, que me hospedou em pesquisa de campo no Rio de Janeiro; ao Anderson Schmitt, colega de doutorado, que me enviou o texto de Valentina da Rocha Lima, encontrado na Universidade da Califórnia; ao Ricardo de Lima Chagas, bibliotecário da BU/ UFSC, que, em meio a pandemia do COVID-19, buscou e conseguiu livros essenciais para esta tese; ao professor Antonio Ozai da Silva, que me enviou seus textos digitalizados sobre a Tendência Brasil Socialista; e tantas pessoas com quem cruzei durante a pesquisa.

Às/aos colegas de doutorado, Cristine Garcia, Gustavo Tiengo Pontes, Kelly Cristina Teixeira, Luana Balieiro, Luísa Dornelles Brigmann, Maria Adaiza Gomes, Mariurka Maturell Ruiz, Reverson Nascimento, Tamy Amorim da Silva, com que conversei e dividi angústias cotidianas da pesquisa. Agradeço imensamente às companheiras do LEGH, Morgani Guzzo, Glenda Lunardi, Sil Takazaki, Alina dos Santos Nunes, Luiz Augusto Possamai, Camila Durães Zerbinatti, entre tantas com quem convivi cotidianamente, por todas as trocas. Encontrar, nessa trajetória, pessoas que compartilharam livros, conhecimento, casa, fontes, comida e dilemas de pesquisa foi algo que acalentou o meu coração nesse momento tão difícil para a pesquisa no Brasil.

Às amigas de sempre e para sempre: Bruna Oliveira, Laura Gomes, Lilian Back, Onete Podeleski, Sabrina Melo, Larissa Freitas e Sabrina Testa. Obrigada pela amizade sincera, por todo o apoio e por acreditarem em mim. À Laura Gomes e a Larissa Freitas deixo um agradecimento especial por terem me ajudado, respectivamente, a transcrever algumas entrevistas quando o prazo apertou e a fazer a revisão final da tese.

Às amigas e amigos hoje ‘distantes’: Cássia Hosni e Ricardo Kemmerich, muito obrigada por fazer do doutorado sanduíche um momento de renovação, conversas, *spritz* e companheirismo; à Juliana Rosas, obrigada por partilhar o deboche das idas e vidas desses últimos dois anos; à Monica Toffano, agradeço pela amizade sincera e por compartilhar toda as angústias que nos assolaram com a pandemia de COVID-19; à Anna Coppolecchia, muito obrigada pelos mais de 8 anos de amizade que nem o tempo e nem a distância apagaram; a Giovanna Lanzarin e Giannarosa Vivian, serei sempre grata por terem me recebido maravilhosamente bem na Itália.

Às entrevistadas: Angela Maria Silva Arruda, Maria Betânia de Melo Ávila, Zillah Murgel Branco, Benita Beatriz Accioli Cannabrava, Sonia Alves Calió, Carmem Maria Craidy, Clarisse Galvão Figueiredo, Hilda Fadiga de Andrade, Lila Dulce Galvão Figueiredo, Renata Guerra, Marisa Jordan, Margarida M. do Amaral Lopes, Sandra Macedo, Suzana Maranhão, Angela Muniz, Monica Rabelo, Ieda dos Reis, Benedicta Savi, Elisabeth T. de Vargas e Silva, e Lia Zatz. Sem a disponibilidade de vocês, não haveria tese.

Aos centros de documentação consultados: *Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM)*; ao *Laboratórios de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC)*; arquivo digital do *Arquivo Nacional*; *Centro Informação Mulher* em São Paulo; e *Movimento Democrático de Mulheres* em Lisboa. Também sou grata à Tatiana Salem Levy, por ter me fornecido informações sobre sua mãe, Helena Salem Levy, e à Albertina de Oliveira Costa, por indicações fundamentais.

*Secondo me la storia orale non si  
impara: può fare storia orale solo chi ha  
un certo amore per il racconto degli altri,  
una certa attenzione per il racconto in  
generale, chi si diverte a sentire e ad  
ascoltare e ha un certo rispetto per gli  
altri e per le loro interpretazioni della vita  
e della storia.  
(GRIBALDI, 2002, p.85)*

## RESUMO

Durante a ditadura militar brasileira, muitas mulheres tiveram como destino de exílio a Europa, especificamente, França e Portugal. Nestes países, constituíram grupos de consciência e de debate, engajaram-se em novos projetos políticos, reconstruíram suas militâncias e forjaram-se como novos sujeitos políticos. Quando retornaram ao Brasil, entre a década de 1970 e 1980, muitas delas reassumiram novas posições sociais, participando, juntamente com as não-exiladas, ativamente no processo de democratização e impactando às estruturas políticas nacionais a partir da luta por direitos. O processo de reformulação, vivido de maneira heterogênea, representou a história coletiva de uma geração de mulheres que se viram em trânsito, no meio de processos globais e aspectos pessoais. O objetivo dessa tese é analisar as trajetórias de mulheres brasileiras exiladas durante a ditadura militar brasileira, que tiveram como destino Portugal e França, e que retornaram ao Brasil, no que tange às militâncias políticas e às resistências variadas durante as décadas de 1970 a 1980. O recorte temporal estabelecido é a partir de 1973 (ano do golpe do militar no Chile, o que levou muitos latino-americanos à Europa) até 1987 (quando se instaurou a Assembleia Nacional Constituinte do Brasil, da qual participaram ativamente as mulheres brasileiras). As fontes principais desta tese são entrevistas orais, livros de memórias ou autobiográficos. A fim de complementar algumas informações, também foram utilizados informes do Centro de Informação de Exterior (CIEEx), documentos do *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*, do *Movimento Democrático de Mulheres* de Portugal, jornais *Nosotras* do *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*, e documentos da *Seção Feminina do PCB*. As principais categorias utilizadas ao longo da tese estão atreladas às discussões provenientes da história das mulheres, estudos de gênero, história oral, memórias e história global/ transnacional/ conexões; das quais se destacam: experiência, mulheres, memórias, exílio e retorno, e geração. Nesta história de (re)constituição das múltiplas experiências, serão mobilizados tanto os aspectos individuais/ coletivos, contextuais e interseccionais quanto questões que envolvem os conflitos, as solidariedades múltiplas, a constituição de si, os significados e as posições políticas assumidas. Atravessam esta tese, também, o caráter transnacional do exílio, as solidariedades feministas transnacionais, a ditadura brasileira e a repressão, e a história dos movimentos sociais dos anos de 1960 até 1980. Alguns resultados indicaram que as mulheres exiladas e retornadas (inseridas em grupos de esquerda, grupos feministas, formação de partidos políticos e engajamento civil) reformularam suas militâncias em cada contexto; mobilizando ou não atividades políticas anteriores, mas se adaptando ao novo cenário. Também, que as mulheres exiladas na França e em Portugal constituíram de maneira muito diferente as suas militâncias políticas a partir da relação estabelecida com a comunidade exilada.

**Palavras-chave:** memórias; democratização; feminismos; história global; história oral.

## ABSTRACT

During the Brazilian military dictatorship, many women went in exile to Europe, specifically, to France and Portugal. In these countries, they funded groups of conscience and debate, engaged in new political projects, rebuilt their activism and forged themselves as new political beings. When they returned to Brazil, between the 1970s and 1980s, many of them resumed new social positions by participating (with the non-exiled ones) actively in the democratization process and influenced national political structures by their struggle for rights. The reformulation process, once lived in a heterogeneous way, represented the collective history of a generation of women who found themselves in movement, throughout global processes and personal aspects. The objective of this thesis is to analyze the trajectories of Brazilian women exiled during the Brazilian military dictatorship (who went to Portugal and France and returned to Brazil) regarding to their political activism and resistances during the 1970s and 1980s. The time cut selection is from 1973 (the year of the military coup in Chile, which took many Latin Americans to Europe) until 1987 (when it was established the National Constituent Assembly of Brazil, and in which Brazilian women actively participated). The main sources of this thesis are oral interviews, memory or autobiographical books. To complement some information, it has also been used reports and documents from Centro de Informação de Exterior (CIEEx), Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, Movimento Democrático de Mulheres de Portugal, *Nosotras* Newspaper (Latin American Group of Women in Paris) and Seção Feminina do PCB. The main categories used in this thesis are linked to discussions from the history of women, gender studies, oral history, memories, and global / transnational / connections history; of which stands out: experience, women, memories, exile and return, and generation. In this history of (re) constitution of multiple experiences, individual / collective, contextual and intersectional aspects and issues involving conflicts, multiple solidarities, the self-constitution, the meanings and assumed political positions will be mobilized. This thesis also crosses the transnational character of exile, transnational feminist solidarities, the Brazilian dictatorship and repression, and the history of social movements from the 1960s to 1980s. Some results indicated that exiled and returned women (inserted in leftist groups, feminist groups, formation of political parties and civil engagement) reformulated their activism to updated context; mobilizing or not previous political activities, but adapting to the new scenarios. In addition, those women in exile in France and Portugal constituted their political activism varying it from the relationship established with the exiled community.

**Keywords:** memories; democratization; feminisms; global history; oral history.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Nomes de mulheres citados pelo CIEEx que estivera no Chile .....	55
Tabela 2 – Nomes de mulheres citados pelo CIEEx entre os anos de 1973 até 1979.....	185

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI: Associação Brasileira de Imprensa  
AI - 5: Ato Institucional nº 5  
ALA: Ala Vermelha do PCdoB  
ALN: Ação Libertadora Nacional  
ANPOCS: Associação Nacional de Pós-Graduação e Ciências Sociais  
AP: Ação Popular  
APML: Ação Popular Marxista-Leninista  
ARENA: Aliança Renovação Nacional  
BEMFAM: Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil  
CADES: Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário  
CBA: Comitê Brasileiro de Anistia  
CC: Comitê Central do PCB  
CCF: Comissão da Condição Feminina  
CDMB: Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira  
CECF-SP: Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de São Paulo  
CEDEM/ UNESP: Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista  
CIEx: Centro de Informação do Exterior  
CIM: Centro da Informação Mulher – São Paulo  
CMB: Centro da Mulher Brasileira  
CNDM: Conselho Nacional da Condição Feminina  
COJE: Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento à Mulher de São Paulo.  
COLINA: Comando de Libertação Nacional  
CRUSP: Conjunto Residencial da USP  
DI: Dissidências do PCB  
DOPS: Departamento de Ordem Política e Social  
FBI: Frente Brasileira de Informação (*Front Brésilienne de Information*)  
FBPF: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino  
FDIM: Federação Democrática Internacional das Mulheres  
FEB: Força Expedicionária Brasileira  
FEBEM: Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor  
FNUAP: Fundo das Nações Unidas para Atividades de População  
GSAL: Grupo de Solidariedade com a América Latina  
GAMP: Grupo Autônomo das Mulheres do Porto  
IEDES: Instituto de Estudos de Desenvolvimento Econômico e Social  
JCR: Juventude Comunista Revolucionária (*Jeunesse Communiste Révolutionnaire*)  
JUC: Juventude Universitária Católica  
JEC: Juventude Estudantil Católica  
LDB: Lei de Diretrizes e Bases  
LEGH: Laboratório de Estudos de Gênero e História  
Liga: Liga Comunista Revolucionária (*Ligue Communiste Révolutionnaire*)  
Libelu: Liberdade e Luta  
MCV: Movimento do Custo de Vida  
MDB: Movimento Democrático Brasileiro  
MDM: Movimento Democrático de Mulheres  
MEP: Movimento de Emancipação do Proletariado  
MFPA: Movimento Feminino pela Anistia  
MIR: Movimento de Esquerda Revolucionária (*Movimiento de Izquierda Revolucionaria*)  
MLF: Movimento de Liberação das Mulheres (*Mouvement de Liberation des Femmes*)

MLM: Movimento de Liberação das Mulheres  
MNR: Movimento Nacionalista Revolucionário  
MRE: Ministério das Relações Exteriores  
MRM: Movimento Revolucionário Marxista  
MRT: Movimento Revolucionário Tiradentes  
MR-8: Movimento Revolucionário Oito de Outubro  
MR-21: Movimento 21 de Abril  
MR-26: Movimento 26 de Julho  
NOW: Organização Nacional para Mulheres (*National Organization for Women*)  
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil  
OAB-Mulher: Ordem dos Advogados do Brasil – Mulher  
OBAN: Operação Bandeirantes  
OLAS: Organização Latino-Americana de Solidariedade  
ONG: Organização Não Governamental  
ONU: Organização das Nações Unidas  
PAISM: Programa de Assistência Integral à Saúde Mulher  
PCI: Partido Comunista Internacionalista (*Parti Communiste Internationaliste*)  
PCB: Partido Comunista Brasileiro  
PCBR: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário  
PCdoB: Partido Comunista do Brasil  
PCP: Partido Comunista Português  
PDT: Partido Democrático Trabalhista  
PDS: Partido Democrático Social  
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
POC: Partido Operário Comunista  
POLOP: Organização Revolucionária Marxista Política Operária  
POW: Organização de Mulheres de Paris (*Paris Organization of Women*)  
PPS: Partido Popular Socialista  
PREC: Processo Revolucionário em Curso  
PRC: Partido Revolucionário Comunista  
PRT: Partido Revolucionário dos Trabalhadores  
PRT-ERP: Partido Revolucionario de los Trabajadores / Ejército Revolucionario del Pueblo  
PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira  
PT: Partido dos Trabalhadores  
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro  
PV: Partido Verde  
SBPC: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência  
SNI: Serviço Nacional de Informação  
SISNI: Sistema Nacional de Informações  
STM: Supremo Tribunal Militar  
SUDS: Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde  
UMC: União das Mulheres do Ceará  
UEPB: Universidade Estadual da Paraíba  
USP: Universidade de São Paulo  
UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina  
UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
URNe: Universidade Regional do Nordeste  
URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
VPR: Vanguarda Popular Revolucionária

VAR-Palmares: Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
<b>2. CAPÍTULO 1 - ENTRE A AMÉRICA LATINA E A EUROPA: TRÂNSITOS, APROXIMAÇÕES E EXPERIÊNCIAS NOS ANOS DE 1970</b> .....	<b>33</b>
2.1 AS MILITÂNCIAS DAS MULHERES NAS ESQUERDAS NO BRASIL NO FINAL DOS ANOS 1960 E INÍCIO DOS ANOS 1970 .....	34
2.2 OS DIFERENTES EXÍLIOS E A(S) GERAÇÃO(/ÕES).....	51
<b>2.2.1 Os trânsitos das mulheres brasileiras pelo Chile até 1973</b> .....	<b>54</b>
2.3 O POLÍTICO, AS ESQUERDAS E AS MULHERES NOS ANOS DE 1970 .....	62
<b>2.3.1 As mulheres, o socialismo e as esquerdas: algumas considerações</b> .....	<b>62</b>
<b>2.3.2 As novas esquerdas e o feminismo nos anos de 1970: redefinindo o político</b> .....	<b>66</b>
<b>2.3.3 O feminismo, o feminino e o movimento de mulheres: reflexões sobre as nomenclaturas</b> .....	<b>72</b>
2.4 FRANÇA E PORTUGAL: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS .....	75
2.5 SOLIDARIEDADES (TRANSNACIONAIS) ENTRE AS MULHERES .....	82
<b>3. CAPÍTULO 2: MULHERES BRASILEIRAS NA FRANÇA: FEMINISMOS, CONFLITOS E SOLIDARIEDADES</b> .....	<b>90</b>
3.1 A CONSCIÊNCIA FEMINISTA: RUPTURAS E OS DESLOCAMENTOS.....	92
<b>3.1.1 - Confrontando o passado</b> .....	<b>119</b>
3.2 O FEMININO, AS HIERARQUIZAÇÕES DAS PAUTAS DE LUTA E A NEGAÇÃO DO FEMINISMO.....	122
3.3 CONFLITOS A PARTIR DA DUPLA-MILITÂNCIA E DO DEBATE SOBRE A AUTONOMIA .....	139
3.4 AS SOLIDARIEDADES TRANSNACIONAIS FEMINISTAS NA FRANÇA.....	148
<b>4. CAPÍTULO 3: TRAJETÓRIAS, SILÊNCIOS E SOLIDARIEDADES POLÍTICAS: AS MULHERES BRASILEIRAS EM PORTUGAL</b> .....	<b>154</b>
4.1 MILITÂNCIAS DAS MULHERES EM PORTUGAL: ABANDONANDO A LUTA, TRABALHO MILITANTE, E A CONSCIÊNCIA FEMINISTA .....	157
4.2 SILÊNCIOS DE ALGUMAS EXILADAS BRASILEIRAS EM PORTUGAL .....	177
<b>4.2.1 As entrevistas impossíveis do exílio das brasileiras em Portugal</b> .....	<b>189</b>
4.3 AS MEMÓRIAS DAS MULHERES EXILADAS: O PROTAGONISMO DE MULHERES, A SOLIDARIEDADE E A HISTÓRIA ORAL.....	192
4.4 SOLIDARIEDADES DAS MULHERES PORTUGUESAS ÀS BRASILEIRAS.....	202
<b>5. CAPÍTULO 4: O RETORNO DAS EXILADAS BRASILEIRAS E A LUTA POR DIREITOS DURANTE A DEMOCRATIZAÇÃO</b> .....	<b>209</b>
5.1 OS MOVIMENTOS DE MULHERES E FEMINISTAS NO BRASIL, NO FINAL DOS ANOS DE 1970.....	212
5.2 OS ANOS DE 1980 E A ABERTURA POLÍTICA.....	224
<b>5.2.1 Grupos feministas e dos movimentos de mulheres durante a primeira metade da década de 1980</b> .....	<b>226</b>
<b>5.2.2 As mulheres exiladas (não) entram nos partidos políticos</b> .....	<b>254</b>
<b>5.2.3 A institucionalização do movimento de mulheres e a conquista de direitos</b> .....	<b>268</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>273</b>
<b>7. FONTES</b> .....	<b>276</b>
7.1 ACERVOS E BASES DE DADOS .....	276
7.2 DEPOIMENTOS OU ENTREVISTAS PÚBLICAS .....	276
7.3 ENTREVISTAS .....	277
7.4 LIVROS.....	279

7.5 PERIÓDICOS.....	279
7.6 PÁGINAS, SITES DA INTERNET E DOCUMENTOS DIVERSOS <i>ONLINE</i> .....	280
7.7 REPORTAGENS DE JORNAIS/ REVISTAS / IMPRESSOS.....	281
<b>8. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>282</b>
<b>ANEXO A.....</b>	<b>301</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Após a entrevista com Sandra Macedo, realizada em 30 de outubro de 2018 (dois dias após as eleições presidenciais), recebi como presente da entrevistada uma de suas obras de arte (fotografia no Anexo 1), que a ex-exilada explicou (já com o gravador desligado) se tratar de duas mulheres conversando. Guardei com muito carinho o presente. Um tempo depois parei para pensar no que poderiam significar duas mulheres conversando e o quanto a lembrança se conectava com a minha tese. A primeira ideia que me veio em mente foi que seria a representação perfeita da entre/vista de história oral onde a participação ativa de duas mulheres próximas pela identidade de gênero e dessemelhantes por diferentes marcadores sociais se colocavam em diálogo (PORTELLI, 2010a). Naquele momento, o diálogo estabelecido na entrevista com Sandra Macedo, marcado pelo forte abatimento pós-eleitoral e por ver projetos/lutas ainda mais duras pela frente, aproximou duas mulheres de diferentes gerações, classe e idade, que se uniram momentaneamente pela oposição àquilo que nos agredia (e ainda agride) com a vitória eleitoral de 2018.

Nesta entrevista, como assinalou Portelli (2010b), tanto a fronteira e as diferenças quanto as aproximações e a confiança fomentaram o que veio a ser seu resultado. O diálogo estabelecido com Sandra Macedo não foi o único no processo de entrevistas realizadas para esta tese. De modo geral, as minhas aproximações/ fronteiras com as entrevistadas sempre se configuraram de maneira diferente em cada entre/vista, e estiveram ligadas ao gênero, classe, feminismo, raça, engajamento (ou a falta dele no meu caso) e, principalmente, geração. Ora diferentes ou próximas. Como nos lembra Portelli (2010b), a entre/vista de história oral é uma ferramenta de visão entre as participantes, no processo de um encontro, no qual entrevistadora e entrevistada são ao mesmo tempo observadoras e observadas; e a entrega de um presente expõe a transmissão da mútua observação. Não foi a única troca. Algo na observação mútua que permearam todas as entrevistas foram as percepções compartilhadas de oposição ao governo, o sentimento de desalento ou otimismo diante da tensão com o retrocesso e a narrativa do passado (cheio de conflitos/ solidariedades) de um projeto revolucionário (seja qual for o significado atribuído). As narrativas, como todas as memórias, mesclaram argumentos do passado e do presente e as múltiplas interações deram cor aos significados e experiências políticas.

A segunda ideia que me apareceu sobre o presente foi de que a imagem poderia ser lida também como o encontro de mulheres, que unidas pelo medo comum, decidem conversar e construir uma relação de solidariedades ou irmandade diante da compreensão de que estão

passando por uma opressão em comum. Esta seria a representação do diálogo estabelecido entre as mulheres brasileiras exiladas (mas não somente) durante os anos de 1970 e 1980 ao se unirem e perceberem as suas opressões e/ou se engajarem nos movimentos feministas. O que foi dito na obra de Sandra Macedo não pôde ser ouvido, mas quero imaginar que se tratava de uma conversa onde emergiu a identificação das solidariedades, os conflitos e as posições distintas que se encontram contextualmente em interlocução. As delimitações da obra também poderiam sinalizar a imperfeição do discurso, as dificuldades de inclusão, as ausências quando se faz um retrato, as implicâncias de com quem somos mais próximas ou não (ou com quem estabelecemos solidariedade), e ainda quem foi incluído ou se colocou fora do que foi enquadrado pela artista (marcada pelo seu olhar feminista). Como buscarei demonstrar, o contexto dos anos de 1970 e 1980, entre o Brasil, a França e Portugal, delinearam limites explícitos pelos quais as experiências políticas foram sendo constituídas.

A tese que apresento aqui, baseada em entrevistas, é um espaço de reflexão retrospectiva que constituirá uma (das muitas possíveis) narrativa sobre os engajamentos de mulheres durante os anos de exílio e de retorno ao Brasil. As entrevistas foram (re)contadas, (re)pensadas, e (re)lidas a partir do contexto dos anos de 2015, 2018 e 2019, em que vimos o avanço do neoconservadorismo no Brasil; sobretudo, são produtos de um momento que carrega em si processos de elaborações de sentidos e de novas iniciativas políticas. Mas, nem por isso são menos diversas, conflituosas, cheias de (auto)críticas, ou de grande relevância para a escrita da história da luta e das resistências de mulheres. As memórias que escutei no diálogo estabelecido também não são as únicas maneiras de narrarem as histórias dos engajamentos das mulheres (como será visto ao longo da tese), contudo, possuem caráter central para a leitura que proponho, uma vez que a partir delas são possíveis perceber os sentidos e os significados das experiências políticas.

Muito já foi dito sobre os exílios das ditaduras latino-americanas, como pode ser visto na vasta produção bibliográfica existente sobre a temática. No que diz respeito aos brasileiros, a mais importante delas foi escrita por Denise Rollemberg (1999), que narrou o exílio a partir dos mais variados ângulos, temas e perspectivas, tais como: político, histórico, pessoal, emocional e das vivências, das lutas, dos conflitos, do trabalho, e dos estudos. Do mesmo modo, ainda sobre brasileiros e brasileiras, foram escritas diferentes teses, dissertações e livros, que tiveram como foco as vivências em lugares específicos ou de sujeitos específicos, como, México, Portugal, Moçambique, Argélia, e França, ou trabalhadores, mulheres e crianças (AZEVEDO, 2013; CRUZ, 2016; CHOTIL, 2016; MASSENA, 2016; MARQUES, 2011; MORAES, 2012; PEZZONIA, 2017). Há ainda as pesquisas que se preocuparam em explicitar o contato com o

feminismo, a experiência e a vivência de mulheres, os ambientes de debates feministas (círculos e grupos de consciência<sup>1</sup>) que emergiram no exterior (ABREU, 2014; BACK, 2013; BASTOS, 2007; PEDRO; WOLFF, 2007a; ROSALEN; 2016).

Mas ainda existe um vasto campo que precisa ser explorado. O pesquisador do exílio Pablo Yankelevich (2011) apresentou em seu texto a existência de três grandes temas que ainda precisam ser melhor estudados na história exilar dos latino-americanos: a) exílio a partir de uma perspectiva de gênero; b) as indagações que deem conta da infância exilada; e, c) uma perspectiva acerca da história intelectual<sup>2</sup> (YANKELEVICH, 2011, p. 24-25). Estes temas se somam àqueles levantados por Luis Roniger (2011) (no que pode ser pensado como uma agenda coletiva dos pesquisadores do exílio para o momento), que assinala, principalmente, a necessidade de estudos que envolvam as adaptações, as mulheres, os ativismos políticos no estrangeiro, o retorno, as redes de apoio e solidariedade, a segunda geração, e as características transnacionais do exílio.

A justificativa desta pesquisa caminha em várias direções. Além de se inserir nas demandas das pesquisas sobre exílio, a motivação da presente tese está atrelada à presença significativa de militantes e ativistas que provém de grupos de resistências à ditadura. Existe um argumento sempre muito pronunciado de que as exiladas trouxeram do exterior experiências de vida e de atuação política ligadas aos feminismos experimentado no período em que estiveram fora, e que contribuíram diretamente com novos projetos durante a democratização ao se aproximarem de grupos de consciência, debates, resistências cotidianas, ONGs<sup>3</sup>. Além disso, também demarcaram contribuições para a emenda “Direitos da Mulher”, na Constituinte no período da democratização, com a ONG Rede Mulher, organizada, principalmente por exiladas (SARTI, 2004; BIROLI, 2018). Como exemplificou Maíra Abreu: “Ângela Muniz fez parte do CMB [...], Sônia Calió foi uma das fundadoras do CIM [...], Maria Betânia Ávila

---

<sup>1</sup> Apresentarei de forma mais detalhada o que foram os grupos nos capítulos que segue.

<sup>2</sup> No grupo de mulheres que exilaram-se e retornaram ao Brasil encontram-se uma grande quantidade de mulheres que contribuiu diretamente para o pensamento intelectual feminista no/do Brasil, como Albertina de Oliveira Costa, Anette Goldberg, Angela Arruda, Elizabeth Souza Lobo, Helena Sumiko Hirata, Maria Helena Lavinias, Maria Betânia Ávila, Sonia Giacomini, Sonia Calió, Maria Cecília Comegno, entre tantas outras. Suas pesquisas e publicações são tão significativas que poderiam proporcionar um outro tipo de tese, na qual poderia ser pensada a história intelectual do exílio, ou seja, a história do pensamento intelectual feminista a partir das leituras, traduções, transformações, contribuições para a área de conhecimento, e circulações entre o exílio e o Brasil de suas obras e pensamentos. Infelizmente, não serão o alvo desta tese as produções de caráter intelectual/ acadêmico, como as das exiladas acima ou/e das mulheres entrevistadas.

<sup>3</sup> A definição do que são ONGs é bastante imprecisa e carrega múltiplos significados. Em termos gerais, ONGs são organizações sem fins lucrativos que se constituem por diferentes finalidades: filantropia, caridade, solidariedade, assistência em diferentes âmbitos, etc. De modo geral, também podem ser entendidas a partir de algumas características, como: a ideia de servir ao outro; alternativa às práticas institucionais; organismos em microescala do processo democrático; etc. (LANDIM, 1993). Para saber mais sobre ONGs e feminismos ver: LANDIM, 1993; PINTO, 2006.

participou do grupo que criou o SOS-Corpo, Elizabeth Souza Lobo do SOS-Mulher (SP)” (ABREU, 2014, p. 244-245). Em outras palavras, existe um claro reconhecimento de que mulheres vindas do exílio contribuíram nos grupos de mulheres/ feministas que se formaram no Brasil nos anos de 1980.

Mas, como bem analisou a exilada Valentina da Rocha Lima<sup>4</sup> (1984, p. 87) “não existe uma relação causal entre exílio e feminismo; a existência do primeiro não trouxe a existência do segundo. Não é necessariamente uma característica, já que sob diferentes condições as mulheres se tornaram feministas no Brasil”<sup>5</sup>. O que por sua vez demarca que nem todas as mulheres exiladas se aproximaram do feminismo, mulheres (exiladas ou não) também se disseram feministas em outros contextos durante as décadas estudadas, e várias mulheres acabaram se colocando como feministas ou femininas em função das discussões e conflitos que existiram na época (conforme buscarei elencar a partir de cada uma das entrevistadas e das trajetórias estudadas). O fato é que os movimentos feministas foram um fenômeno político que no período em questão abalou as estruturas sociais e culturais nos mais diversos países como, no Brasil, na França e em Portugal (estudados aqui por meio dos trânsitos das brasileiras exiladas).

Ainda não existe uma análise mais sistemática que coloque em perspectiva a militância das mulheres no exterior e no retorno, e, também, as suas contribuições e as trajetórias das reinscrições políticas; sobretudo, que ultrapassem as afirmações elencadas acima. A análise das trajetórias mapeia, explica e apresenta as significações das militâncias e as construções de si. Além disso, o grupo de mulheres exiladas era heterogêneo e carregava consigo diferentes propostas e envolvimento, ao mesmo tempo que tinha que se readaptar nos cotidianos estrangeiro e brasileiro. Em outras palavras, existiu uma gama complexa de reformulações dos engajamentos que não podem ser reduzidos a algumas palavras (muitas vezes, lembradas como as exiladas que traziam consigo novas perspectivas provenientes do exterior) ao falar sobre os movimentos feministas que se desenvolveram durante os anos de 1970 e 1980. Embora não esclareçam em que termos ou perspectivas isso ocorreu, algumas pesquisadoras e entrevistadas ainda assinalam sobre os embates entre as mulheres feministas que retornavam do exílio e àquelas que estavam no Brasil.

---

<sup>4</sup> O artigo de Valentina da Rocha Lima (1984), é uma importante contribuição que escreveu sobre a história oral e o trabalho que realizou (juntamente com Albertina de Oliveira Costa, Norma Marzola e Maria Teresa Porciuncula Moraes) na elaboração do livro *Memórias das Mulheres do Exílio*. Nele analisou e retratou a situação de inserção política que as brasileiras exiladas tiveram no exterior no que tange ao feminismo.

<sup>5</sup> Tradução nossa: “[...] there is not a causal relationship between exile and feminism; the existence of the former does not bring about the existence of the latter. Nor is it a necessary character, because under different conditions other women became feminist in Brazil”.

Neste vasto campo de conhecimento, insere-se a minha tese de doutorado, com o objetivo de analisar as trajetórias de mulheres brasileiras exiladas durante a ditadura militar brasileira<sup>6</sup> (que tiveram como destino Portugal e França e que retornaram ao Brasil) no que tange às participações políticas (ou militâncias políticas) e às resistências variadas durante as décadas de 1970 até 1980. Sobretudo, a ideia de trabalhar com trajetórias permite pensar os diferentes contextos/situações em que os sujeitos exilados se inseriram ao longo do período recortado e as reformulações dos engajamentos. As duas chaves de leitura principais para pensar as militâncias das mulheres no exílio e retorno foram as dos conflitos e das solidariedades, visíveis pelas posições assumidas através das entrevistas orais. Também atravessará a tese as conexões, as solidariedades transnacionais, os trânsitos, os deslocamentos (geográficos, de sentidos e de significados, ou temporais) e as experiências constituídas por cada lugar que as brasileiras exiladas estiveram.

A tese que proponho é um retrato de geração (ou de grupo, como cunhou Luisa Passerini<sup>7</sup>) porque busco apresentar o forjar-se político compartilhado por diferentes mulheres durante o exílio e o retorno. A participação, o envolvimento, a constituição coletiva, as rupturas sociais, as dificuldades de aceitar as imposições (das mais diferentes, sejam elas da ditadura sejam elas de gênero), e a crítica coletiva à sociedade e às relações que viviam, fazem dessas mulheres parte de um grande processo geracional. Por isso, a escolha das entrevistadas ocorreu como forma de contemplar as pluralidades que demonstrariam a constituição de diferentes experiências no retrato do grupo. O processo de maturação da pesquisa também me fez deixar de fora algumas entrevistas, em função do recorte que fui estabelecendo ao escolher apresentar as posições e significados mais díspares dentro desse grande grupo. A opção não se deu por conta das organizações ou tendências das quais as mulheres participaram, justamente, por entender que as descontinuidades e rupturas são partes importantes da história das trajetórias das militantes nos anos de 1970 e 1980.

Apesar de plurais, o grupo das exiladas, o qual pretendo analisar as trajetórias, corresponde ao seguinte perfil: mulheres, que em sua maioria fizeram parte de alguma organização de esquerda durante os anos de 1960 e 1970 e/ou foram casadas com algum

---

<sup>6</sup> Existe uma discussão no campo historiográfico sobre a denominação do período de “Ditadura Militar” ou “Ditadura Civil-Militar”, no qual, respectivamente, de um lado alguns historiadores destacam que quem estava à frente das decisões e definia as políticas a serem adotadas eram os militares (claro que sempre apoiados por muitos civis) e do outro ressaltam o apoio dos civis à ditadura. Não pretendo entrar nesta discussão, mas usarei o termo ditadura militar sem esquecer o apoio civil. Para saber mais, ver: FICO, 2017.

<sup>7</sup> Utilizo como inspiração teórico-metodológica o livro de *Autoritratto di gruppo* de Luisa Passerini (1988b). As discussões sobre geração serão melhor apresentadas no capítulo 1 desta tese, uma vez que assume diferentes sentidos.

militante da esquerda e que retornaram ao Brasil no final dos anos de 1970 e início dos de 1980. De certa forma, trata-se de pensar mulheres brasileiras vinculadas à esquerda, seja por afetos seja por projetos políticos, que incorporaram ou não as militâncias feministas no exterior. Conforme já constatado por inúmeros pesquisadores e pesquisadoras, de modo geral, o perfil também pode ser caracterizado por uma grande maioria de sujeitos de identidade étnico-racial branca<sup>8</sup>, provenientes tanto das camadas médias intelectualizadas (CHOTIL, 2016; ROLLEMBERG, 1999; e YANKELEVICH, 2011) quanto das capitais brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, e Florianópolis. Por último ainda, cabe destacar que se trata de mulheres que participaram de diferentes organizações políticas e no movimento de mulheres e/ou feminismo/ feminino (em um sentido amplo).

O recorte temporal escolhido é do ano de 1973 até 1987. A partir de 1973 porque foi quando se manifestou uma maior presença de brasileiras/os na Europa em função do golpe no Chile em 1973. A escolha foi realizada tendo em vista a possibilidade de encontrar um maior número de mulheres exiladas em decorrência de suas militâncias durante este período, uma vez que, conforme Marcelo Ridenti (2010), houve um envolvimento maior das mulheres a partir dos anos de 1966 e 1968, provenientes, sobretudo, do movimento estudantil e da luta armada, o que significou partidas aos exílios mais recorrentes desses sujeitos durante e posteriormente ao período assinalado pelo autor. Para muitas brasileiras, o percurso do primeiro exílio foi pela América Latina, em países, como, Uruguai, Chile, Cuba e Argentina. Pensar o pós-1973 contempla toda a segunda geração de exílio e especifica o momento de rupturas maiores por considerar o período em que as/os exiladas/os destinaram-se à Europa (ROLLEMBERG, 1999). Também atende o momento da emergência e da existência dos grupos organizados de mulheres no exterior (ABREU, 2014; BACK, 2010; COSTA, et al, 1980; PEDRO; WOLFF, 2007a).

Já, o final foi escolhido em virtude da Lei de Anistia nº 6.683 de 28 de agosto de 1979, que culminou com os retornos ao Brasil durante o final dos anos de 1970 e início dos anos 1980 e suas respectivas inserções em novas militâncias em grupos/espacos ligados à democratização. O período final consiste no ano de 1987, quando foi realizada a Assembleia Nacional Constituinte, na qual o engajamento das mulheres foi significativo para a conquista de direitos dos grupos minoritários. A escolha da Assembleia como recorte final se dá por se tratar de um marco político de conquistas importantes para as mulheres brasileiras e por ser marcada por

---

<sup>8</sup> Em tese recente, Tauana Olivia Gomes da Silva (2019) demonstra a presença de mulheres negras lutando contra a ditadura (clandestinas, exiladas, etc.), onde deu destaque as trajetórias de Arabela Pereira Madalena (exilada na França e Moçambique); e Mariza Côrrea (que não se definiu como negra), exilada nos Estados Unidos.

forte participação popular (inclusive, de ex-exiladas, como demonstrarei no último capítulo da tese) (SARTI, 2001).

A tese que proponho se insere, principalmente, no âmbito das categorias: mulheres, gênero, exílio e retorno, trajetórias, geração, experiência, e engajamento político de mulheres (tanto no Brasil, durante a ditadura, quanto no exílio e no retorno). Também atravessam esta pesquisa os debates sobre o caráter transnacional do exílio, as solidariedades feministas transnacionais, a ditadura brasileira e a repressão, a história global/ transnacional e suas conexões, a história dos movimentos sociais dos anos de 1960 até 1980, a história das mulheres militantes nas esquerdas, discussões teóricas que envolvem a história oral, as memórias e os relatórios institucionais da repressão brasileira. Algumas destas discussões serão apresentadas aqui, no primeiro capítulo ou dissolvidas ao longo da tese.

Sobretudo, não busco escrever uma biografia ou trajetória dessas mulheres, mas analisar as diferentes posições que cada uma delas assumiu ao longo das suas vivências, com suas continuidades e/ou descontinuidades no âmbito das militâncias. Por isso, são importantes discussões que tangenciam essa pesquisa os realizados pelos seguintes autores: Pierre Bourdieu (2006), que, por meio de seu conceito de ilusão biográfica nos fornece noções básicas para não considerar a trajetória como uma formulação de um sentido coerente e orientado, segundo uma ordem cronológica, e com uma lógica, ao mesmo tempo retrospectiva e perspectiva, no momento em que é narrado; Stuart Hall (2015, p. 12), que frisa sobre as diferentes identidades que os sujeitos assumem em diferentes momentos, que, por sua vez, “não são unificadas em redor de um “eu” coerente”; Benito Schmidt (1996), que discorre sobre os impasses atuais acerca do gênero biográfico, como indivíduo/sociedade, público/privado, entre outras questões pertinentes.

Também não pretendo somente dar visibilidade às experiências e aos engajamentos das mulheres, mas, a partir deles, demarcar as hierarquias estabelecidas e demonstrar a complexidade que atravessa a trajetória militante das mulheres exiladas na França e Portugal. Nesse sentido, os debates/críticas acerca das categorias de mulheres e gênero serão muito importantes para um melhor entendimento, tanto dos engajamentos quanto das posições sociais presentes nestas trajetórias. A categoria mulheres foi amplamente discutida a partir dos anos de 1970, como uma maneira de sinalizar a diversidade dentro da categoria “mulher”, que, por sua vez, não contemplava todas as diferenças (as mulheres pobres, negras, indígenas, entre outras) e não era suficiente para explicá-las (PEDRO, 2005). Nesse sentido, a diversidade dentro da diversidade busca demarcar que “a explicação para a subordinação não era a mesma para todas as mulheres, e nem aceita por todas” (PEDRO, 2005, p. 82). Por outro lado, os estudos voltados

tanto à “mulher” quanto às “mulheres” buscaram responder “o porquê de as mulheres, em diferentes sociedades, serem submetidas à autoridade masculina, nas mais diversas formas e nos mais diferentes graus” (PEDRO, 2005, p. 83).

Inicialmente, os estudos da história das mulheres foram, muitas vezes, entendidos como uma maneira de dar visibilidade às narrativas exilares que envolvem as trajetórias de mulheres e suas militâncias. No entanto, como já questionado por muitas pesquisadoras, trata-se de uma ideia insuficiente, já que “a reação da maioria dos historiadores não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres para depois descartá-la ou colocá-la em um domínio separado” (SCOTT, 1995, p. 76). Como mostrado acima, já não podemos mais questionar a inexistência de trabalhos que envolvem a história das mulheres exiladas brasileiras, porém, existe uma ausência de leitura e de incorporação de debates das produções e questionamentos provenientes dessas histórias como a crítica ao sujeito universal, a compreensão das militâncias das mulheres, as ressonâncias das pautas feministas em diferentes esferas, a visibilidade de narrativas de mulheres que romperam atribuições tradicionais, a demonstração das hierarquias pautadas no gênero, a inclusão historiográfica das mulheres que tiveram participação ativa em eventos/fatos da história exilar.

Neste sentido, gênero é uma importante categoria da minha pesquisa, uma vez que permite perceber as relações complexas entre as pessoas; tal categoria é entendida como o “primeiro modo de dar significado às relações de poder”, nas quais as relações são “entendid[as] como constelações dispersas de relações desiguais constituídas pelo discurso” (SCOTT, 1995). Estas, discutidas ao longo da tese, sobretudo, no que tange às relações de poder entre as mulheres, homens e mulheres, e àquilo que é ou não considerado como atividades políticas, militâncias, pautas de engajamento entre as próprias mulheres brasileiras. Além disso, esta pesquisa também se pauta na perspectiva interseccional, na qual as desigualdades de gênero estão atreladas às de classe e raça (BRAH, 2006; CRENSHAW, 2004)<sup>9</sup>; especialmente, por se tratar de um grupo de mulheres proveniente das camadas médias, o que nos leva a pensar as “posições privilegiadas” que muitas vezes deixam de ser “adequadamente teorizadas, e os processos de dominação permanecem invisíveis” (BRAH, 2006, p. 351).

A categoria “mulheres”, a partir das críticas advindas do pós-estruturalismos<sup>10</sup> (da diversidade e das predeterminações ligadas aos corpos), assume nesta pesquisa diferentes

---

<sup>9</sup> A sexualidade também ocupa um lugar importante como categoria interseccional, no entanto, não será um eixo central aqui.

<sup>10</sup> A categoria *mulheres* também sofreu questionamentos mais recentemente, provenientes dos pós-estruturalistas, como Judith Butler e Thomas Laqueur, que ultrapassam a questão da diversidade. Nesse sentido, considerarei a categoria mulheres com suas críticas, diversidades, como uma definição identitária e não como uma categoria

sentidos. Inicialmente, compreendo que trata-se de uma categoria historicamente construída (em diferentes contextos e situações) e que, por sua vez, servirá para uma compreensão tanto nas análises das diversidades atravessadas pelas categorias interseccionais quanto aos usos como identidade unificadora pelo engajamento das mulheres ligadas ao feminismo. Da mesma forma, reflito que a utilização de trajetórias de mulheres trata-se de um recorte que estabeleci para a pesquisa a fim de delimitar as trajetórias/ memórias que serão analisadas, embora considere que poderiam também serem elencadas as narrativas/trajetórias de alguns homens a fim de demarcar as desigualdades e as hierarquias.

Soma-se a gênero e mulheres para o retrato geracional desta tese a categoria de experiência, desenvolvida pela historiadora Joan Scott (1999). A noção de experiência não significa dizer que são os sujeitos que as têm, mas como os sujeitos são constituídos através dela; isto é, a partir dela, irei analisar como (entre o exílio e o retorno) as mulheres foram se moldando, se (re)construindo como sujeitos de ação política a partir de cada situação contextual vivida (mobilizando ou não práticas políticas anteriores). Essa é uma questão central para a tese, uma vez que, nas palavras de Scott (1999, p. 42), os sujeitos são (re)constituídos a cada nova situação e seus agenciamentos são “criado[s] através de situações e posições que lhes são conferidas”. A escolha se deu a partir da definição de que a “experiência é, nessa abordagem, não a origem de nossa explicação, mas aquilo que queremos explicar”; o que significa dizer que “esse tipo de abordagem não desvaloriza a política ao negar a existência de sujeitos”, ao invés disso “interroga os processos pelos quais sujeitos são criados, e, ao fazê-lo, reconfigura a história e o papel do/ a historiador/ a, e abre novos caminhos para se pensar a mudança” (SCOTT, 1999, p. 51).

Pensar a experiência como constituidora dos sujeitos também significa considerar que “os significados das categorias da identidade mudam, e, com eles, as possibilidades para se pensar o “self”” (SCOTT, 1999, p. 44). Por isso, as (re)formulações e (des)continuidades nas

---

constituída pré-discursivamente a partir de seus corpos biológicos. Como bem questionou Thomas Laqueur (2001), em seu livro *A Invenção do Sexo*, o gênero constituiu o sexo; isto é, até o século XVIII havia o registro de um sexo único, sendo o masculino, e a partir do qual a “mulher” era considerada incompleta/invertida. Foi a partir deste período que foram reforçadas as diferenças e passou-se a registrar dois sexos, sobretudo, a partir das relações pré-existentes de gênero. Nesse sentido, toda a base de construção do “sexo” está pautada nas relações sociais de gênero presentes em nossa sociedade, o que constitui um sistema de sexo-gênero que “é tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social, etc.) a indivíduos dentro da sociedade” (LAURETIS, 1994, p. 212). Da mesma maneira, Judith Butler, ao questionar as definições de sexo (como biológico)/gênero (como cultural) e a noção pré-discursiva na qual supostamente existe uma “superfície politicamente neutra *sobre a qual age a cultura*”, afirma que “a produção do sexo *como* pré-discursivo deve ser compreendida como efeito do aparato de construção cultural que designamos como *gênero*” (BUTLER, 2018, p. 28); nesse sentido assinala que “o corpo” é em si mesmo uma construção, assim como, o é a miríada de “corpos” que constitui o domínio dos sujeitos com marcas de gênero” (BUTLER, 2018, p. 30).

militâncias políticas passam tanto por uma percepção de si quanto por uma análise em função das relações com o outro e suas experiências. Nesse sentido, a partir das discussões sobre experiência, pergunto: Como as mulheres (re)constituem a si em relação a suas militâncias políticas no período em que viveram o exílio e no retorno ao Brasil? Em que espaços políticos transitaram? Como viveram os momentos de rupturas ou (des)continuidades das militâncias? Ou melhor, como as mulheres narram o processo de reformulação de suas experiências e suas constituições como sujeitos de ação? Quais conflitos ligados às suas experiências emergiram?

Tão importante quanto as categorias mulheres, gênero e experiência são as de exílio<sup>11</sup> e retorno. De um modo geral, o exílio e o retorno estabelecem uma relação de reciprocidade, onde no exílio (muitas pessoas) almejam o retorno e o retorno só existe em função do exílio. Acerca da categoria exílio, a sua centralidade está atrelada ao seu caráter político (YANKELEVICH, 2011); da mesma forma que funcionou como um mecanismo de exclusão, sobretudo, na América Latina ao longo dos séculos XIX e XX (SZNAJDER; RONIGER, 2013). No entanto, centrar-se somente no político, muitas vezes, excluiu sujeitos que também foram afetados pela ditadura brasileira, mas que não se consideravam militantes políticos (como o caso de muitas mulheres). Neste sentido, a categoria exílio será considerada em seu sentido ampliado, conforme sugerido por Denise Rollemberg (1999) e Anette Goldberg (1987), no qual se entende que exiladas e exilados são todos àqueles sujeitos afetados direta ou indiretamente. Desta maneira, serão considerados exilados/as os seguintes sujeitos: a) banidas; b) quem quis partir por não aguentar o clima do país; c) quem acompanhou cônjuge ou os pais; e d) perseguidas diretamente; entre outros (ROLLEMBERG, 1999).

O retorno<sup>12</sup>, por sua vez, também está atrelado ao caráter político, isto é, vinculado às condições políticas do regime autoritário prévio da ditadura e que deu origem aos exílios (LASTRA, 2016). Embora possa parecer óbvio, é necessário sinalizar que o exílio é irreversível e nunca existirá um retorno em seus termos absolutos, sobretudo, porque o espaço mudou e já não se é a mesma pessoa. Assim, o retorno não pode ser pensando de maneira aproximada aos vocábulos de “desfazer” ou “desexílio”; também não pode ser considerado como o fim de um ciclo, já que o exílio e o retorno não poderiam ser apagados e um existe em função do outro. O exílio e o retorno são momentos significativos de rupturas, mas tem uma existência complementar e se tornam lados da mesma moeda.

---

<sup>11</sup> Para entender melhor sobre os debates que rondam tal categoria, ler: AGAMBEM, 1996; GOLDBERG, 1987; ROLLEMBERG, 1999; ROSALEN, 2016; SAID, 2003; SZNAJDER; RONIGER, 2013; YANKELEVICH, 2011.

<sup>12</sup> As diferentes discussões acerca do retorno dos exilados na América podem ser vistas em: HIRSCH, 2014; JENSEN, 2011a; JENSEN, 2011b; LASTRA, 2016; ZARZOSA, 1998.

Além das autoras supracitadas, os principais pesquisadores dos exílios de latino-americanos, como Pablo Yankelevich (2011), Mario Sznajder e Luis Roniger (2013), também sinalizam que a especificidade do exílio se encontra, embora não exclusivamente, em seu caráter político. No entanto, como demonstrado no primeiro capítulo da minha dissertação, muitas vezes “a definição centrada no político é conduzida de forma a abordar *somente e exclusivamente* o político, apesar das ressalvas dos/as pesquisadores/as”; e o problema gira em torno do fato de que “tal definição, quando levada ao extremo, exclui por completo determinados sujeitos” (ROSALEN, 2016, p. 56). Soma-se ainda o fato de que mesmo mulheres que se exilaram por seus motivos políticos muitas vezes receberam pouquíssimo espaço, seja na historiografia seja na visibilidade de suas trajetórias políticas. Além disso, ainda é preciso destacar que esta invisibilidade gendrada e elaborada a partir do caráter político silencia as hierarquias de gênero presentes em todo o processo de exílio e de retorno, como as existentes na sociedade de origem, nas motivações para as partidas, e nos trânsitos ocorridos durante o período.

A questão que se coloca aqui não é excluir ou apagar o caráter político utilizado tanto para definir o exílio quanto o retorno, em relação aos regimes autoritários vividos na América Latina neste período, mas alargar a ideia, não a restringindo somente aos militantes políticos que deixaram seus respectivos países. Além disso, também é possível pensar os diferentes sentidos oferecidos pelos sujeitos retornados (que estavam reconstruindo isso a partir do *status* conferido, da redefinição do político e da crise público/privada<sup>13</sup> vivida no exterior, conforme foi sugerido por Helia L. Zarzosa (1999)). Por isso, a tese que proponho, a partir de uma leitura diacrônica e sincrônica (isto, entre os exílios e os retornos), pode: 1º) ampliar as leituras sobre (re)formulações dos projetos políticos das mulheres militantes; 2º) por em debate os silenciamentos proporcionados pela historiografia dos retornos; e 3º) elencar as hierarquias de gênero entre as exiladas no exterior e entre as exiladas e as não-exiladas no retorno.

---

<sup>13</sup> A distinção/ confusão entre esfera pública e privada, segundo Hannah Arendt (1983), são antigas e agravaram-se no pensamento moderno. De modo geral “a distinção entre as esferas pública e privada [...] equivale à diferença entre o que deve ser exibido e o que deve ser ocultado” (ARENDR, 1983, p. 82). Esta distinção, embora bastante presente em diferentes tempos, carrega consigo a ideia de que “o que precisou ser na privacidade tenha sido sempre a parte corporal da existência humana”; por outro lado, durante a era moderna, em função da sociedade de massa e do trabalho, emanciparam-se trabalhadores e mulheres e acreditou-se que funções corpóreas e interesses não precisavam mais serem escondidos (ARENDR, 1983, p. 82). No período estudado, não ocorreu o fim da divisão entre as esferas, que foi central nos questionamentos feitos pelo feminismo. Para tanto, conforme lembrado por Arfuch (2010, p. 96), a oposição pública/privada é uma construção discursiva e histórica onde estes espaços “se entrecruzam sem cessar, numa e noutra direção” e que, por sua vez, impõe regras, dispositivos de poder, controle de reações e de emoções.

A constituição das experiências políticas no exterior e no retorno ao Brasil faz parte dos trânsitos transnacionais<sup>14</sup> em função de processos globais, como, atrelados à guerra fria, ao advento do feminismo dito de segunda-onda e às ditaduras latino-americanas, ocorridos nas décadas de 1970 e 1980. Estas experiências não podem ser lidas sem ter em conta os impactos que processos globais deixaram nas pessoas e as conexões estabelecidas durante os diferentes trânsitos. Por isso, as contribuições da história global ou transnacional, enquanto perspectiva de análise, fornecem questões chaves e pertinentes para esta tese, como àquelas atreladas às conexões entre pessoas, projetos, grupos políticos e ideias, a compressão ampliada das solidariedades transnacionais e das solidariedades feministas/ femininas e de *slogan*, como, *sisterhood is global* (conforme apresentarei nos capítulos que seguem). A história global<sup>15</sup>, diferentemente do que muitos consideram, não pode ser pensada como questões macros, com o apagamento dos sujeitos e rostos; ao contrário, como esta tese busca descrever, precisa ser pensada a partir da maneira como os trânsitos, as conexões, e as diferentes posições se mostraram presentes e impactaram a vida (como nas ‘biografias’ de cada uma das mulheres desta geração) e as estruturas políticas (CONRAD, 2019).

A efetivação metodológica deste trabalho será tecida, principalmente, pelo exercício da análise de relatos orais (construídos a partir do aparato teórico-metodológico proporcionado pela história oral), de livros de memórias recolhidas (como aqueles do *Projeto Memórias do Exílio*<sup>16</sup>) e alguns livros autobiográficos escritos nos últimos 40 anos. Em linhas gerais, a

---

<sup>14</sup> As discussões acerca do caráter transnacional advêm do “giro transnacional” ou “giro global” que aconteceu, respectivamente, durante os anos de 1990 e 2000. A partir dele, pode-se pensar como vidas do passado e eventos foram moldados por processos e relações que atravessaram as fronteiras do Estado-nação e “pelo desejo de sair do Estado-nação ou do Estado-nação singular como a categoria de análise e, principalmente, de evitar o etnocentrismo que uma vez caracterizou a escrita da história no Ocidente” (BAYLY; BECKERT; CONNELLY; et al, 2006, p. 1441). De um modo geral, hoje está no debate uma série de temas transnacionais, onde são colocadas discussões supranacionais, como o meio ambiente, as migrações, etc. Trata-se de temas que superam as fronteiras nacionais e são potencialmente globais (CONRAD, 2019). Para saber mais, ler: FICKER, 2014; BAYLY; BECKERT; CONNELLY; et al, 2006.

<sup>15</sup> Como apresentando por Sebastian Conrad (2019, p. 16) “não existe consenso sobre o caminho que se deve percorrer para atingir” resultados ao que poderia ser definido história global. O que é possível encontrar nesse momento são inúmeras abordagens concorrentes que buscam percorrer caminhos próximos, como, a história transnacional, a história comparada, e os estudos pós-coloniais (CONRAD, 2019). De modo geral, todas estas abordagens representam contribuições significativas para esta tese: da história transnacional, as narrativas dos trânsitos e “atenção ao papel da mobilidade, da circulação e das transferências” (CONRAD, 2017); da história comparada, a explicação das semelhanças e diferenças (ALLEN, 2008); dos estudos pós-coloniais, a crítica ao eurocentrismo (possível de ver, principalmente, no quarto capítulo). Para saber mais sobre os diálogos entre global, transnacional, comparada e pós-colonial, ver: COVA, 2008; CONRAD, 2019; FREDERICKSON, 2010; PRADO, 2005.

<sup>16</sup> O *Projeto Memórias do exílio* consistiu na publicação dos livros *Memórias do Exílio* e *Memórias das Mulheres do Exílio*, que buscavam publicar memórias de sujeitos exilados durante a ditadura brasileira. Tratava-se de uma das primeiras coletâneas de memórias publicadas sobre os/as exilados/as. A produção da obra será analisada no terceiro capítulo desta tese.

perspectiva global/ transnacional/ conectada, a história oral e a história das mulheres ou das relações de gênero (citadas acima) aparecem como as grandes ‘molduras’ da tese.

O trabalho de ‘reconstrução’ das experiências exilares é devedor de uma autêntica explosão de memórias (YANKELEVICH, 2011). As memórias são hoje as fontes mais utilizadas para a escrita exilar, mesmo que produzidas de maneiras e temporalidades muito diferentes. São, sobretudo, exercícios de lembrar o passado, de recordar os momentos vividos, de narrar com suas diferentes dinâmicas e construções, e carregadas de significados e sentidos que demonstram a complexidade das posições políticas assumidas pelas mulheres.

Os debates atuais a respeito da utilização de memória<sup>17</sup> são amplos e podem ocupar muitíssimas páginas, para tanto somente algumas questões serão levantadas aqui com base em determinados autores. A partir do vasto levantamento realizado por Elizabeth Jelin considero a utilização das memórias em dois sentidos: 1º) as memórias como recurso para a pesquisa, no processo de obter e construir “dados” sobre o passado; 2º) a memória como objeto de estudo e de investigação (JELIN, 2002, p. 63). Portanto, busco compreender, a partir dos detalhes que as memórias podem trazer as mais variadas experiências construídas no exílio e no retorno, atreladas às militâncias políticas de mulheres, às reformulações das trajetórias, aos conflitos das diferentes posições. Tudo isso sem perder de vista o caráter construído dessas fontes (como ocorre com todas as outras).

Dessa forma, a dimensão de tempo, espaço, lugar de fala, geração, memória individual e coletiva, dito e não-dito, subjetividades e atravessamentos interseccionais acabam se tornando importantes debates que pretendo considerar no desenrolar das análises ao longo da tese (HALBWACHS, 1990; PORTELLI, 1996, 1997, 2010a). Do mesmo modo, analisarei o processo de construção, de elaboração, de negociações, de enquadramentos e da seleção dessas memórias. Sem nunca esquecer a ideia de que a memória (escrita ou oral) é marcada pelo momento em que é narrada e considerando sempre o quanto o presente colore o passado a partir da permanente interação entre o vivido e o aprendido, entre o vivido e o transmitido (POLLAK, 1989). Além disso, deverão ser consideradas/analizadas em função de suas construções/elaborações, que por sua vez influenciam no processo de análise.

Como as entrevistas ocupam grande espaço nesta tese, cabe sinalizar que tais fontes são pensadas aqui a partir de Alessandro Portelli, que define a “história oral [como] um gênero multivocal, resultado do trabalho de uma pluralidade de autores em diálogo” (PORTELLI,

---

<sup>17</sup> Já venho realizando discussões acerca das diferentes dimensões que envolvem as memórias e o exílio; por isso, algumas das discussões expostas no que tange a este aspecto são muito próximas às desenvolvidas em minha dissertação de mestrado. Para saber mais ver: ROSALEN, 2016.

2010a, p. 20). Para este autor, uma entre/vista não tem um fim em si mesma, mas é um trabalho de criação, um jogo de olhares, no qual a entrevistada e entrevistadora são mediadas pela “presença” de um microfone/gravador (PORTELLI, 2010a, p. 20). As fontes recolhidas através da história oral são ricos materiais para a pesquisa, uma vez que permitem que seja possível a ampliação das interpretações do passado e abrem novas possibilidades de análises, ao oferecer escuta das vozes de múltiplas e diferentes narradoras (ALBERTI, 2005). As produções são, sobretudo, segundo a historiadora Verena Alberti (2005), materiais que contam histórias de vida e que permitem estudar e conhecer as maneiras como os sujeitos ou grupos elaboraram suas experiências, memórias<sup>18</sup> e subjetividades<sup>19</sup>, com relação ao passado vivido.

As entrevistas, foram realizadas em diversas viagens de campo, respectivamente, a Porto Alegre (2015), São Paulo (2015, 2018, 2019), Campinas (2019), Rio de Janeiro (2015 e 2018), Recife (2019) e Lisboa (2019). As mulheres entrevistadas foram: Angela Arruda, Angela Muniz, Benedicta Savi, Beatriz Cannabrava, Carmem Maria Craidy, Clarisse Galvão de Figueiredo, Elisabeth T. de Vargas e Silva, Hilda Fadiga de Andrade, Ieda dos Reis, Margarida Amaral Lopes, Marisa Jordan, Renata Guerra, Monica Rabelo, Lila Galvão de Figueiredo, Sandra Macedo, Sonia Alves Calió, Suzana Maranhão, Maria Betânia Ávila, Zillah Murgel Branco. Além disso, em virtude da impossibilidade de realização presencialmente, foram feitas entrevistas por e-mail com Lia Zatz e, inicialmente, com Zillah Murgel Branco. Ademais, foram consultadas entrevistas disponíveis no Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH)<sup>20</sup>, das seguintes mulheres: Ângela Xavier de Brito, Moema Viezzer, Yolanda C. Prado (mais conhecida como Danda Prado), Zuleika Alambert<sup>21</sup>. E também a entrevista de Zuleika Alambert no *Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM/UNESP)*.

Das entrevistas realizadas, algumas foram buscadas a partir da identificação de seus nomes em arquivos, como nos informes do CIEEx (que explicarei melhor no terceiro capítulo), por exemplo, Zillah Murgel Branco, Hilda Fadiga de Andrade e Ieda dos Reis; outras aconteceram a partir de contados provenientes da minha pesquisa de mestrado, como de Sandra Macedo, Elisabeth T. de Vargas e Silva e Margarida M. do Amaral Lopes. E várias em função de conhecer alguns contatos que foram repassando os demais, em um efeito bola de neve. De

<sup>18</sup> As discussões a respeito de memória e a história oral podem ser vistas em: JELIN, 2002; e PORTELLI, 1997.

<sup>19</sup> O conceito de subjetividade atrelado à história oral foi desenvolvido, sobretudo, por Luisa Passerini (1988a, 2003, e 2011).

<sup>20</sup> Sobre o acervo do LEGH ver: MARCELLINO, 2020.

<sup>21</sup> As entrevistas do Acervo do LEGH foram feitas para os seguintes projetos de pesquisas: *Revoluções do Gênero: apropriações e identificações com o feminismo (1964-1985)* da professora Joana Maria Pedro; e *Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)* da professora Cristina Scheibe Wolff.

modo geral, as entrevistas com as ex-participantes do *Círculo* foram mais fáceis de chegar em função delas serem próximas até hoje.

Ademais, foram utilizados também autobiografias e livros de memórias, quando não foi possível realizar entrevistas, e, com a função de complementar informações e buscar entender alguns debates existentes. Os seguintes documentos produzidos pelos grupos também foram consultados: volumes I-V da Coleção de documentos do *Círculo de Mulheres Brasileiras de Paris* consultado no *Centro da Informação da Mulher (CIM)*; documentos da *Seção Feminina do PCB* acessados no CEDEM; fotocópias do jornais *Nosstras*<sup>22</sup> do Acervo do LEGH; informes do Centro de Informação do Exterior (CIEEx) submetido ao Ministério das Relações Exteriores<sup>23</sup> digitalizados e disponíveis no acervo do Arquivo Nacional; documentos sobre a solidariedade entre o *Movimento Democrático de Mulheres (MDM)* de Portugal e as brasileiras, consultados no Acervo MDM em Lisboa; e um vasto levantamento bibliográfico com diversas publicações da época.

A tese é composta por quatro capítulos. No primeiro, denominado *Entre a América Latina e a Europa: Trânsitos, Aproximações e Experiências nos anos de 1970*, pretendo descrever sobre a ação política das mulheres durante a ditadura, as mulheres brasileiras e suas militâncias no Brasil, as suas interfaces com o socialismo/ comunismo, os trânsitos entre a América Latina e a Europa durante o período, os diferentes movimentos que emergiram na França e Portugal, e algumas discussões que envolvem as solidariedades transnacionais. Trata-se, sobretudo, de um capítulo introdutório.

Já no segundo capítulo, intitulado *Mulheres brasileiras na França: feminismo, conflitos, e solidariedades*, busco apresentar as reformulações das experiências políticas que as brasileiras viveram durante o exílio na França, que estiveram atreladas ao feminismo, a autocrítica, e ao movimento de mulheres. Nesse capítulo também estarão presentes os conflitos ligados aos

---

<sup>22</sup> Este material foi fotocopiado da *Bibliothèque Marguerite Durand* durante o pós-doutorado da Professora Joana Maria Pedro no ano de 2001/2002.

<sup>23</sup> O Centro de Informações do Exterior (CIEEx) foi criado pelo governo brasileiro no ano de 1966 com a finalidade de vigiar, monitorar e seguir as exiladas e os exilados que viviam no exterior (PENNA, 2009, p. 46). De modo geral, o CIEEx “foi uma agência que funcionava com grande autonomia na estrutura administrativa do Itamaraty” e, hierarquicamente, estava subordinada ao Serviço Nacional de Informação (SNI) (PENNA, 2009, p. 47). Provenientes do exterior, a partir deste Centro, foram difundidas informações entre os órgãos do governo sobre exiladas e exilados, totalizando um número de 8.147 informes<sup>23</sup>, entre os anos de 1966 e 1986 (PENNA, 2008, p. 90). Segundo Carlos Fico, o CIEEx foi um dos órgãos de origem de informes que contribuiu para o SISNI (Sistema Nacional de Informações). Durante a ditadura brasileira existiam “Divisões de Segurança e Informações” em diferentes instituições governamentais (como o Ministério da Justiça, das Relações Exteriores, entre outros) a partir das quais ocorriam trocas de informações. O núcleo central de todas as instituições repressivas era o SNI (FICO, 2001, p. 83). Por outro lado, conforme o autor, os Ministérios da Justiça, das Relações Exteriores (MRE) e do Interior diferem-se dos demais pela constituição de órgãos próprios de informações, como o CIEEx (Centro de Informações do Exterior) do MRE. (FICO, 2001, p. 85). Acerca da estrutura de informações organizada durante a ditadura militar, ver FICO, 2001.

abandonos e as inclusões de novos projetos dentro da comunidade das/os brasileiras/os e os vínculos de solidariedades internos e externos.

No terceiro capítulo, denominado *Trajetórias, solidariedades políticas e as mulheres brasileiras em Portugal*, buscarei levantar de que maneira se deu a consolidação das militâncias das mulheres e a constituição das solidariedades em Portugal a partir de meados dos anos de 1970. Sobretudo, além das análises das trajetórias que regem essa tese, o foco será pensar tanto a relação de solidariedade política entre o MDM de Portugal e as mulheres brasileiras exiladas naquele país quanto a constituições do grupo que produziu o livro *Memórias das Mulheres do Exílio*.

Por último, no quarto capítulo, denominado *O retorno das exiladas brasileiras e a luta por direitos durante a democratização*, analisarei o retorno ao Brasil das mulheres exiladas e suas respectivas reinserções, e a reformulação política que tiveram ao se inserirem no contexto brasileiro a partir do final dos anos de 1970. Aqui será importante os espaços/ lugares das inserções, a emergência dos movimentos sociais e os debates políticos da democratização brasileira durante os anos de 1980.

## 2. CAPÍTULO 1 - ENTRE A AMÉRICA LATINA E A EUROPA: TRÂNSITOS, APROXIMAÇÕES E EXPERIÊNCIAS NOS ANOS DE 1970

Em todo o processo de militância, por mais que houvesse uma tentativa de mudança do mundo, nós jamais pensávamos que tínhamos uma especificidade enquanto mulheres. Éramos combatentes, militantes, ou seja, um homem inferior. (Angela, *Círculo*, em *Memórias das Mulheres do Exílio*, COSTA et al, 1980, p. 421)

Acho que é esse tipo de mudança que a prática dentro do movimento coloca: uma solidariedade contra a opressão, o que não é a mesma coisa que ser uma irmãzinha de todas as mulheres. (Regina, em *Círculo no Memórias das Mulheres do Exílio*, COSTA et al, 1980, p. 420)

Durante a ditadura militar, muitas mulheres, por diferentes motivos, tiveram que deixar o país, procurando abrigo, principalmente, no Uruguai, no Chile (até 1973), Argentina, Portugal (a partir de 1974), França, Cuba, Estados Unidos, Suécia, Angola e Moçambique (a partir de 1974). Neste período no exterior, que muitas vezes iniciou de maneira provisória, essas mulheres (e homens) mudaram os seus projetos políticos, passaram a se identificar como feministas ou a militar com o movimento de mulheres, e a constituir novas relações de afeto em seus cotidianos (PEDRO; WOLFF, 2007a; ROLLEMBERG, 1999; ROSALEN, 2016). Também, foi um momento de autocrítica às práticas políticas desempenhadas no Brasil, em suas diferentes esferas, como com relação ao machismo na esquerda e à luta armada, (re)formulação dos conflitos entre os diferentes grupos de esquerda, que não enxergavam com bons olhos a inclusão e a transformação das pautas e projetos desses novos engajamentos políticos, e da constituição de novas redes/solidariedades de militância.

Com a finalidade de um maior entendimento acerca das mudanças dos projetos políticos das mulheres brasileiras exiladas (que apresentarei nos capítulos posteriores), com este capítulo tenho como objetivo apresentar um panorama inicial sobre a ação política das mulheres durante a ditadura, as mulheres brasileiras e suas militâncias no Brasil, suas interfaces com o socialismo/comunismo, os trânsitos entre a América Latina e a Europa, principalmente, no Chile, e aspectos contextuais que as brasileiras encontraram na França e Portugal. Tem destaque neste período a emergência dos feminismos ou do movimento de mulheres, a relação do

movimento de mulheres com as esquerdas e o advento de reflexões que tiveram como aspecto central as solidariedades em suas diferentes esferas.

Com esse capítulo busco situar no tempo e no espaço os aspectos que atravessaram as militâncias dos anos de 1970, a emergência dos feminismos e os trânsitos das mulheres brasileiras exiladas. Para tanto, também buscarei apresentar detalhes acerca das categorias/termos geração, solidariedades e político, que foram/são significativas para o período estudado e para a melhor compreensão dessa tese. O que será apresentado neste capítulo servirá tanto para um maior entendimento dos capítulos seguintes quanto como apresentação do início das trajetórias das mulheres brasileiras e suas militâncias (ou não) no Brasil, com as consecutivas idas ao exílio. Para tanto, este capítulo está dividido em duas grandes partes: aquela das militâncias das mulheres brasileiras antes do exílio europeu da França e de Portugal e aquela da emergência dos diferentes movimentos de mulheres durante os anos de 1970.

## 2.1 AS MILITÂNCIAS DAS MULHERES NAS ESQUERDAS NO BRASIL NO FINAL DOS ANOS 1960 E INÍCIO DOS ANOS 1970

A militância das mulheres no Brasil, no final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, é muito variada e complexa, como a do exílio. Nessa gama de diferentes militâncias e nuances, encontram-se àquelas nas esquerdas<sup>24</sup> tradicionais (PCB ou grupos nacionalistas, como POLOP ou AP), nas “novas esquerdas” ou esquerdas armadas (como ligadas aos grupos da ALN, VPR, MR-8, VAR-Palmares, PRT, ALA, entre outras), e a ainda àquelas, muitas vezes, consideradas pelas próprias mulheres como de segundo plano e de denúncias da ditadura

---

<sup>24</sup> A constelação da esquerda durante os anos de 1960 é bastante fragmentada e cheia de subdivisões e anexações. No início dos anos de 1960 eram: algumas grandes organizações, como PCB, POLOP, nacionalistas de esquerdas (ligados ao João Goulart e Leonel Brizola) Ação Popular (AP) e as Ligas Camponesas; e algumas menores como o PCdoB e o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT). **As cisões do PCB:** entre 1964 e 1968 as bases universitárias romperam com o PCB e emergiram as chamadas “dissidências” ou “DI’s”; no Rio de Janeiro a DI-RJ se tornou mais tarde o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), em São Paulo a DISP foi integrada pela ALN ou VPR e VAR-Palmares, e em Minas Gerais a dissidência se integrou a Corrente. As principais cisões na cúpula e nas bases do PCB: integraram a ALN, de Carlos Marighela; e Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), do Mário Alves. **As cisões do PCdoB,** por sua vez, constituíram: o Partido Comunista Revolucionário (PCB); a Ala Vermelha do PCdoB (ALA), que gerou o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e o Movimento Revolucionário Marxista (MRM). As cisões da AP foram pautadas no abandono do cristianismo pelo maoísmo; e algumas de suas bases fundaram o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Já **as divisões dos nacionalistas de esquerda** também foram outras tantas, “mas o caso mais significativo foi de uma parcela do Movimento Nacionalista Revolucionário” que se juntou com a dissidência da POLOP paulista para fundar a Vanguarda Revolucionária (VPR). E **as dissidências da POLOP** (além da dissidência que integrou a VPR) deu origem aos Comandos de Libertação Nacional (COLINA). Por último, a VPR e a COLINA se juntaram, formando a Vanguarda Revolucionária-Palmares (VAR); e o que restou da POLOP e a dissidência do PCB do Rio Grande do Sul deu origem ao Partido Operário Comunista (POC). (RIDENTE, 2010, p. 27-31).

e buscas por desaparecidos (como Zuzu Angel, na primeira parte da década, e o Movimento Feminino pela Anistia<sup>25</sup> a partir de 1975). Além disso, ainda há, mediante hierarquia de gênero, muitas mulheres esposas de militantes que realizavam uma série de tarefas (tanto de apoio aos seus companheiros quanto de responsabilidades domésticas e de reprodução) para que seus companheiros militassem; obviamente, aqui, também entra o grupo de mulheres ‘abandonadas’ pelos companheiros que integraram as diferentes lutas. É difícil sintetizar com algumas palavras a complexidade das diferentes experiências existentes. Por outro lado, a história de engajamento de mulheres não pode deixar de considerar as militâncias na resistência à ditadura no Brasil.

A situação de engajamento ou militância de mulheres brasileiras durante a ditadura (no período que antecede ao exílio ou de transição entre o exílio e a volta ao Brasil) é traçada por um quadro complexo, com disputas, conflitos, transgressões, rupturas e paradoxos. Muitos destes conflitos, como as contradições e as dificuldades entre organizações de esquerda e as mulheres (com as dificuldades de assimilação das mulheres, os machismos perpetuados e a não integração de pautas específicas ligadas às opressões vividas), foram colocados em debate e percebidos durante o exílio (MORAES, 2012; WOLFF, 2011). Nesse sentido, muitas mulheres passaram a enfrentar diretamente problemas antigos e carregados do Brasil, ao mudar suas vidas e experiências políticas tanto nos aspectos tidos como públicos quanto privados. Além disso, como já sinalizado por alguns pesquisadores, foi no exílio que muitos dos sujeitos das esquerdas adquiriram valores democráticos e novos projetos que passaram a ser incorporados em bandeiras, práticas e ações no retorno ao Brasil<sup>26</sup> (ROLLEMBERG, 2007; SANTOS; ROLLAND, 2008).

De um modo geral, a militância política das mulheres (seja ela institucional ou não) pôde ser caracterizada pela(s): discriminações sofridas; inserção (em sua maioria) ligada aos maridos ou familiares (na qual as mulheres eram definidas como “mulher de”, “esposa de”, “filha de”, “viúva de”); grandes dificuldades relacionadas à inserção em espaços tipicamente masculinos, o que por sua vez culminou na realização de atividades tidas como menores, a atribuição de suas opiniões como não importantes ou participações em espaços poucos

---

<sup>25</sup> O Movimento Feminino pela Anistia foi criado em 1975 por Terezinha de Godoy Zerbin e difundido por todo o país a partir da criação de diversos núcleos. Para saber mais ler: DUARTE, 2011; DUARTE, 2012; DUARTE, 2020.

<sup>26</sup> Por outro lado, Denise Rollemberg (2003) destaca que foi com o advento da democratização nos anos de 1980 que as esquerdas brasileiras passaram a atribuir a si a referência da democracia como um desafio em um país sem tradições democráticas. Isto, segundo a autora, porque “as tradições e a cultura política não haviam sido gestadas segundo referências democráticas” (ROLLEMBERG, 2003, p. 47) e “as esquerdas revolucionárias dos anos de 1960 e 1970, como de resto a sociedade, [...] não tinham a democracia como um valor supremo. A democracia era *burguesa*, liberal, parte de um sistema que se queria derrubar” (ROLLEMBERG, 2003, p. 47-8). Para os grupos de esquerda, durante a ditadura, “a verdadeira democracia” seria aquela do proletariado por meio da revolução (ROLLEMBERG, 2003) e, para aquela esquerda que viveu no exílio, assumiu outro significado.

decisórios (GOLDENBERG, 1997). A grosso modo, como estudado por Mirian Goldenberg (1997, p. 355-356), na maior parte das vezes, as características de um “bom militante estão associad[a]s a um tipo de militância masculina”, isto é, “[a]o domínio do discurso em grandes assembleias, a fala dura, impessoal, métodos extremamente agressivos, a distância das questões da vida familiar e doméstica”.

As noções de bom militante e as características esperadas atravessam tanto a direita quanto a esquerda; por outro lado, ressalto que, no período estudado, era nas organizações de esquerda e de resistência à ditadura que as mulheres conseguiam encontrar um maior espaço de participação política. Nesse sentido, cabe sinalizar as dificuldades encontradas para a incorporação das mulheres e das suas lutas. De modo geral, em muitos grupos de esquerda, a luta mais importante era a revolução comunistas/socialista, referenciada pela teoria de Karl Marx, o que significava que tanto as mulheres desempenhariam funções naquilo que era considerado a pauta geral e mais importante quanto que as reivindicações específicas das mulheres (mas também dos homossexuais, como relatou Herbert Daniel (1982) em suas memórias) eram vistas como “pequeno-burguesas, acusação frequentemente acionada contra as mulheres que buscavam um espaço maior dentro do partido” (GOLDENBERG, 1997, p. 357). Essa questão, conforme lembrarei adiante, não estava presente só nas esquerdas do Brasil.

Por outro lado, também durante os anos de 1960, no Brasil, emergiu uma série de transformações da mentalidade que se interligava a novos comportamentos, como ao Novo Estatuto da Mulher Casada, a publicação da Revista Cláudia, o aumento significativo de mulheres no ensino médio e superior, o ‘deixar de ser vigem’, a utilização de métodos contraceptivos, entre outras (GOLDBERG, 1987; ROSEMBERG, 2016). Estas transformações, avaliadas por Anette Goldberg (1987, p. 19) como ‘modernização relativa’ (já que as mudanças foram extremamente rápidas, e como não houve tempo para mudanças subjetivas, teriam trazido simples substituição das normas simbólicas) estavam presentes na vida das mulheres e dos homens das grandes cidades durante os anos de 1960 e 1970. Como sintetiza Mirian Goldenberg “a sociedade mudou, a posição da mulher na sociedade mudou e a militância também mudou” (GOLDENBERG, 1997, p. 364); além disso, estas mulheres que transitaram entre diferentes países (como também as que permaneceram no Brasil) mudaram seus engajamentos ao longo de suas trajetórias.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961 rompeu com as últimas barreiras legais ao facilitar o acesso das mulheres às universidades, uma vez que permitiu que o curso normal secundário (muito frequentado por mulheres a fim de desempenhar o magistério) também pudesse dar acesso ao curso superior; antes disso, tal curso era entendido como “‘apenas’ um

curso profissionalizante” (ROSEMBERG, 2016, p. 334). Desta forma, embora os “guetos sexuais” existissem (e ainda existam), com muitas mulheres se dirigindo a cursos ligados ao ensino ou ao cuidado, essa alteração legislativa garantiu a muitas mulheres o acesso ao curso superior e a consequente participação ativa delas no movimento estudantil - que cresceu fortemente no Brasil durante a década de 1960 e teve seu auge em 1968 com a Passeata dos Cem Mil. Sobretudo, essas transformações estiveram bastante presentes nas jovens estudantes que ingressaram nas universidades, envolviam-se com o movimento estudantil e, posteriormente, participavam ativamente de organizações armadas.

Cabe lembrar que as mulheres brasileiras (que posteriormente se exilaram) podem ser caracterizadas das mais diferentes formas: a) como esposas que ajudavam de maneira tangencial (ou assim a consideravam) nas militâncias dos companheiros; b) militantes provenientes do movimento estudantil, da luta armada, das organizações reformistas, do movimento católico, dentre outros espaços; c) militantes de grupos de esquerda tradicional, como PCB; d) estudantes que tiveram uma oportunidade de bolsa e saíram do Brasil; e) mulheres que estavam cansadas das experiências limitadas pela ditadura; entre outras.

A gama das mulheres exiladas e suas formas de mobilizações políticas no Brasil e no exílio é bastante ampla e variada. A partir da apresentação das mulheres que estiveram no exílio (e do corpo das entrevistas para esta tese), veremos um pouco das características das militâncias no Brasil. Muitas pesquisas<sup>27</sup> vêm lançando olhar sobre as mulheres e as ditaduras, com trajetórias, biografias, e as experiências em diferentes dimensões (como clandestinidade, afetos, trabalho, militância, etc.), que, por sua vez, não poderei entrar em detalhes aqui. Assim, são provenientes do movimento estudantil Angela Maria Silva Arruda, Maria Angela Carvalho de Oliveira Muniz (que não apresentarei aqui), Sonia Alves Calió, e tantas outras mulheres.

Angela Maria Silva Arruda<sup>28</sup> nasceu no Rio de Janeiro em 1947. A respeito da sua militância no Brasil, narrou que, após entrar na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) na segunda metade dos anos de 1960, casou-se com um camarada que rapidamente tornou-se militante de uma das organizações existentes naquele momento (ARRUDA, 2018). Segundo ela, sua participação era “meio periférica”, o que significava, ao ser questionada como era esse envolvimento, participar de discussões de leituras ou de livros, distribuir panfleto, ir à

---

<sup>27</sup> As pesquisas que destacam a militância, questões de gênero e as memórias das mulheres durante este período, principalmente, são: COLLING, 1997; FERREIRA, 1996; GOLDENBERG, 1997; PEDRO, WOLFF, VEIGA (org), 2011; RIDENTI, 2010; ROSA, 2013; WOLFF, PEDRO (org), 2010; entre tantas outras.

<sup>28</sup> Além de militante, Angela Arruda construiu uma carreira acadêmica em que se dedicou às pesquisas relacionados aos seguintes temas: gênero, saúde, movimentos sociais, imaginário social, Brasil, culturas e pensamento brasileiros, polarização política e social. Hoje é professora aposentada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

manifestação, ou seja, nunca chegou até a posição de militante da organização (ARRUDA, 2018).

Sonia Alves Calió militou no movimento estudantil na Universidade de São Paulo (USP) no início dos anos de 1970. Sonia entrou na USP em 1971 no curso de Geografia e fez parte do Centro Acadêmico, onde era tesoureira. Mas, segundo ela, “Era um movimento assim... a minha atuação era mínima. Eu acho que era besteira a polícia me procurar, [porque] era mínima” (CALIÓ, 2018); de acordo com ela, “eu escutava alguma coisa de AP, de VAR-Palmares, de MR-8. Mas, eu não sabia nem o que é que era” (CALIÓ, 2018). Após a prisão dos seus colegas do Centro Acadêmico, e de ser procurada pela polícia, Sonia saiu do Brasil em 1973, exilando-se em Paris. Sonia é uma das poucas dessa geração que não passou primeiro pelo Chile. Como era de origem pobre, trabalhava e estudava em São Paulo, comentou que para deixar o país vendeu o equipamento fotográfico que comprou com dinheiro que havia economizado desde os 14 anos (CALIÓ, 2018).

Angela e Sonia não tiveram passagem pela luta armada. No entanto, muitas mulheres que ingressaram no movimento estudantil deslocaram-se para os movimentos armados (mesmo quando narram não ter realizado ações diretamente), como: Ieda dos Reis, Hilda Fadiga de Andrade, Elisabeth T. de Vargas e Silva, Clarisse Galvão de Figueiredo, Margarida M. do Amaral Lopes, Maria do Carmo Brito, Sandra Macedo, Moema Correia São Thiago, Suzana Maranhão, entre outras. Algumas de suas militâncias no Brasil serão apresentadas posteriormente.

Antes de seguir, no que tange as mulheres provenientes do movimento estudantil e que ingressaram na luta armada e/ou na clandestinidade, é adequado lembrar que era nesses dois grupos que se encontrava a maior presença de mulheres (em relação ao passado) devido às entradas recentes no ensino superior (conforme já citado). Marcelo Ridenti, que fez um levantamento a partir dos processos judiciais que constam no arquivo do projeto “Brasil Nunca Mais”, aponta que no Brasil, dos 4.124 processados das esquerdas, 84% eram homens; isto é, 16% eram mulheres (RIDENTI, 2010, p. 197). No entanto, no que tange aos grupos armados, destacou que o número de mulheres variava (de acordo com a organização) entre 15% a 20% (RIDENTI, 2010, p. 197). Para o historiador: “a participação feminina nos grupos armados era percentualmente mais elevada que nas esquerdas tradicionais, como revelam os dados sobre as mulheres processadas por integração ao PCB”, cerca de 5% (RIDENTI, 2010, p. 198). Ademais, a esquerda armada rompia, tanto nas práticas de luta quanto nos objetivos políticos, com os partidos mais tradicionais, como o PCB.

Além disso, de acordo com Cynthia Sarti (2001, p. 33), “a presença das mulheres na luta armada, no Brasil dos anos 60 e 70, implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio às mulheres”. Para a autora, as militantes “comportaram-se como homens”, ao pegarem em armas e assumiram um comportamento sexual que colocava em xeque a virgindade e o casamento, o que significou uma grande transgressão de gênero para o período (SARTI, 2001, p. 33). A transgressão da presença das mulheres na luta armada e a negação de assumir as atribuições tradicionalmente designadas às mulheres, somadas às mudanças da época vividas pelas militantes, principalmente, nos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, significaram uma ruptura muito grande para as brasileiras que participaram ativamente desses movimentos (como demonstrarei abaixo).

Ieda dos Reis nasceu em Araçatuba, em 1945, no interior do estado de São Paulo. Iniciou sua militância junto à igreja católica na sua cidade ainda no início dos anos de 1960 (REIS, 2018). Já havia tido contato com a POLOP na sua cidade, mas quando se mudou para São Paulo (capital), a fim de estudar serviço social e estar mais perto do namorado (com quem se casou), passou a ser uma “aprendiz, uma simpatizante (como era dito na época) da POLOP” (REIS, 2018). No início, participava mais de “reuniões, cursos, formação... mas atividade... atividade orgânica mesmo... eu não existia, eu não tinha isso” (REIS, 2018). Já em meados dos anos 1960, com a transformação de parte da POLOP em VPR, Ieda integrou de fato a luta armada, passando a desenvolver a função de organização de infraestrutura em ações armadas (REIS, 2018). Ieda foi presa e torturada, foi uma das quarenta pessoas que estavam presas e que foram trocadas pelo embaixador alemão, sendo banida no ano de 1970 e enviada a Argélia. Quando saiu do Brasil, tinha um novo companheiro e deixou seu filho com a família (REIS, 2018).

Uma das amigas de Ieda em tempos de militância e exílio foi Hilda Fadiga de Andrade. Hilda nasceu em 9 de maio de 1944, proveniente de uma família “classe média, [ou] um pouquinho acima de média” na cidade de São Paulo (ANDRADE, 2018). Entrou na USP em 1967 para o curso de Ciências Sociais, militou no movimento estudantil, participando da ocupação da Universidade de São Paulo (USP) e da Batalha da Maria Antônia<sup>29</sup> (ANDRADE, 2018). Hilda assinala que no princípio de sua militância estudantil:

---

<sup>29</sup> Batalha da Maria Antônia foi o confronto entre os estudantes da USP e da Mackenzie que aconteceu no dia 02 de outubro de 1968. O nome se dá em virtude da Rua Maria Antônia, na qual as duas universidades estavam localizadas. O confronto iniciou após estudantes da USP (que já estavam em greve) instituírem um pedágio na Rua Maria Antônia para custear o Congresso da União Nacional dos Estudantes; a prática desgostou um estudante da Mackenzie que revidou e o confronto tomou proporções maiores.

A partir daí, aí a gente começou já a se esconder e já começou a se organizar nos grupos, que estariam... eu não me lembro tão bem dessa organização dos grupos da luta armada porque eu não estive na organização. Eu era da POLOP, se chamava Política Operária, não era do Partido Comunista e nem da dissidência do Partido. Eu era da POLOP. E eu era da secretaria da POLOP, com um professor meu, que foi quem me levou para lá. E a POLOP achava que tinha que haver uma resistência urbana e não estava envolvida muito na questão, até esse momento, da luta armada. Então, quem se envolveu foi alguns amigos meus que saíram da POLOP. Entre eles, estava o meu namorado, que foi o meu marido. Eu casei com ele no começo de 1968. (ANDRADE, 2018)

Com o passar dos meses trabalhou em alguns lugares. Hilda integrou a luta armada já a partir da VPR (que incorporou parte da POLOP). Nesta organização não realizava ações armadas, mas era “liderança de massa” (ANDRADE, 2018). Após esse período, passou a ser procurada ainda mais e se escondeu, deixando São Paulo e se abrigando (junto com o companheiro) em Salvador (ANDRADE, 2018). Depois de algum tempo em Salvador e quando a situação ficou ainda mais complicada, no ano de 1970, Hilda e o seu companheiro deixaram o Brasil com destino ao Uruguai (ANDRADE, 2018). Lá permaneceram durante um ano, deixando tal país com destino ao Chile no ano de 1973 (ANDRADE, 2018).

Maria do Carmo Brito, mais conhecida como Lia, passou pela PCB, POLOP, COLINA, VPR e VAR-Palmares (VIANNA, 2003). No Brasil ingressou na militância por meio da Juventude Estudantil Católica (JEC) quando ainda tinha 14 ou 15 anos (VIANNA, 2003). Maria do Carmo participou de diversas ações armadas e, entre elas, o roubo do cofre do Adhemar de Barros (VIANNA, 2003). Segundo sua biografia (e de maneira retrospectiva) ainda no Brasil tinha certas dúvidas sobre a luta armada (VIANNA, 2003). Foi presa em 1970, quando seu companheiro Juarez foi assassinado, e, conforme narrou “o exílio coincide com a viuvez” (COSTA, et al, 1980, p. 70). Após ser barbaramente torturada foi banida (também trocada pelo embaixador alemão Ehrenfried von Holleben) e enviada a Argélia (VIANNA, 2003). No momento em que saiu do Brasil chegou a fazer parte do Comando da VPR, significativa posição ocupada por uma mulher (COSTA, et al, 1980).

Sandra Macedo<sup>30</sup> nasceu em 1946, em Porto Alegre, e começou a militar com 14 anos, a partir da grande influência do pai, que era um militante do Partido Comunista (MACEDO,

---

<sup>30</sup> Com Sandra Macedo foram realizadas duas entrevistas: uma em 2015, feita para o meu mestrado em história (também realizado na UFSC), no qual tive como foco pensar as relações de afetos (como sexualidade, casamentos e separações); e outra em 2018, para esta pesquisa de doutorado, com o objetivo de pensar as militâncias e engajamentos. As duas entrevistas foram muito diferentes, uma vez que na primeira eu não tinha nenhum conhecimento sobre a trajetória de vida e de militância de Sandra; para a segunda entrevista, combinamos (eu e a entrevistada) de dialogar somente sobre as questões que não haviam sido respondidas anteriormente. Nesse sentido, as duas entrevistas se completam no que tange à trajetória e trazem aspectos distintos em função do foco da entrevista.

2015). Aos 19 anos de idade, conheceu uma pessoa, que também era militante, e se casou. Durante este período, ainda no Brasil, o casal militou no PC, no PCdoB, Ala Vermelha e no movimento estudantil; não viveram na clandestinidade e foi o momento em que tiveram dois filhos (MACEDO, 2015). No ano de 1970, o marido foi preso e solto, mas tinha que se apresentar novamente alguns dias depois para a polícia; então, o casal decidiu sair do Brasil, exilando-se, respectivamente, no Chile e na França, e passando de maneira transitória (para chegar aos destinos citados acima) pelo Uruguai, Argentina e Bélgica (MACEDO, 2015).

Suzana Maranhão nasceu em Recife no ano de 1943, provinha de uma família com bastante condições financeiras (MARANHÃO, 2019). Integrou o movimento estudantil e, posteriormente, o PCBR (MARANHÃO, 2019). Casou-se com Bruno Maranhão, com quem esteve ao longo de toda a sua vida (MARANHÃO, 2019). Junto com o companheiro entrou na clandestinidade, fazendo trabalhos na área rural de Pernambuco, onde permaneceu por cerca de 1 ano e meio (MARANHÃO, 2019). Além daquele estado, no período que antecede o exílio, Suzana viveu também na Bahia, São Paulo, Sergipe e Alagoas (MARANHÃO, 2019). Em 1968 teve uma filha, de nome Manuela, com microcefalia, o que marcou muito a sua trajetória de vida e, conseqüentemente, a militância e a narrativa concedida por meio de entrevista (MARANHÃO, 2019). Embora dentro do PCBR, Suzana nunca participou de ação armada (MARANHÃO, 2019).

Clarisse Galvão de Figueiredo, que nasceu em 18 de setembro de 1947 no Rio de Janeiro, entrou no movimento estudantil, na USP, em meados dos anos de 1960. Era filha de pai português ligado ao PCP e da feminista Lila Galvão de Figueiredo<sup>31</sup>. Acerca da sua militância no Brasil, Clarisse narrou que esta começou a partir da militância estudantil, após entrar na USP, e ir morar no Conjunto Residencial da USP (CRUSP); ela lembra que invadiram um prédio de moradia do conjunto residencial e que estava próxima ao grupo da Dissidência (FIGUEIREDO, 2019a). O que é marcante em suas memórias, que não serão exploradas aqui em detalhes, é o discurso acerca da liberdade sexual vivida por ela e outras/os estudantes nesse período. Após o A1-5, se aproximou da ALN, na qual diz ter tido uma “participação bem periférica, bem pouca”; periférica explicada por ela “porque eu não fiz nenhuma ação” (FIGUEIREDO, 2019a). Mas foi “acusada de ter colocado uma bomba no elevador da Reitoria” e presa, passando sete meses na prisão (FIGUEIREDO, 2019a). Após ser solta, exilou-se no Chile até 1973.

---

<sup>31</sup> Lila Galvão de Figueiredo foi desenhista e professora de desenho. Participou da fundação do Jornal Brasil Mulher e do Movimento Feminino pela Anistia. Além de Clarisse, teve mais um filho preso e uma filha com o mesmo nome (que citarei no terceiro capítulo).

Também com militância em São Paulo, Elisabeth T. de Vargas e Silva<sup>32</sup>, que nasceu em Roca Salles no Rio Grande do Sul, teve sua passagem pelo movimento estudantil e depois pela clandestinidade. Elisabeth (2015) narrou que teve bastante influência do pai para entrar na militância, ao dizer que era bastante politizado; no ano de 1967 entrou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, para fazer História, mas logo saiu para militar na POC. Ainda no Brasil, em 1970, mudou-se para São Paulo e permaneceu clandestina a fim de desempenhar tarefas de cuidado com documentos, aluguéis de aparelhos<sup>33</sup>, entre outras funções (SILVA, 2015). Por decisão própria, deixou o Brasil logo em seguida, com destino ao Chile.

Semelhantemente a Elisabeth, Margarida M. do Amaral Lopes, que nasceu em São Paulo, em 27 de junho de 1951, provinha de uma família de classe média, e, também, teve forte influência paterna. Ela contou que o pai, apesar de separado de sua mãe, era comunista e a fez crescer “com esse mito de comunista maravilhoso”; para ela, quando começou a militar “o que me moveu era um sentimento de que tem alguma coisa que não está certa: o racismo, a desigualdade, a pobreza”<sup>34</sup> (LOPES, 2018). Além da influência do pai, em função da proximidade de idade com a sua irmã, Lucia Amaral, que participou do Congresso da UNE de 1968, viu acontecer em sua casa reuniões e, assim, começou a se envolver com o movimento estudantil (LOPES, 2018). Margarida era estudante secundarista em um colégio de freiras e ia junto com a irmã no ano de 1968 fazer panfletagem na Rua Maria Antônia (LOPES, 2018)<sup>35</sup>.

Após este período, conforme sua narrativa, veio o AI-5 e, no final de 1968, “[...] as pessoas já começaram a perceber que tinha que ter um outro tipo de organização. O que a gente achava na época. E, rapidamente, eu me envolvi com organizações que estavam iniciando a coisa da luta armada, da guerrilha e dessas coisas todas” (LOPES, 2018). Nesse sentido, Margarida, que havia acabado de fazer 18 anos e ainda era estudante do ensino secundário, tornou-se militante na Ala Vermelha, passou a morar com o namorado em um aparelho no Brás

---

<sup>32</sup> Com Elisabeth T. de Vargas e Silva também foram realizadas duas entrevistas; uma em 2015 para a minha pesquisa de mestrado, com foco nos afetos; uma em 2018, para esta pesquisa, como foco nos engajamentos políticos das mulheres. Os assuntos das duas entrevistas são ao mesmo tempo complementares, diferentes e reprisados; diferentemente da entrevista com Sandra Macedo, as perguntas realizadas não foram somente a fim de complementar o que não havia sido dito na primeira entrevista.

<sup>33</sup> Aparelhos eram casas de fachada em que, muitas vezes, os/as militantes se escondiam, realizavam reuniões, viviam de maneira clandestina.

<sup>34</sup> Obviamente, a atribuição de que o racismo era algo que a incomodava está ligado à análise retrospectiva da entrevista, uma vez que, embora já houvesse movimento negro, as esquerdas não incluíam a pauta do racismo tal como a conhecemos em seus projetos políticos revolucionários durante os anos de 1960. Para saber mais sobre o movimento negro e sua história, ver DOMINGUES, 2007.

<sup>35</sup> Margarida M. do Amaral Lopes refere-se a Batalha da Maria Antônia, que aconteceu em 3 de outubro de 1968 entre os estudantes da USP e os estudantes da Mackenzie, e que teve massiva participação de estudantes secundaristas, inclusive, com a morte de José Carlos Guimarães.

e a ter formação dentro da organização. Em menos de um ano depois o aparelho caiu e Margarida (assim como o namorado e outras pessoas do aparelho) foi presa pela OBAN (LOPES, 2018). Passando pelo DOPS e pela Prisão Tiradentes<sup>36</sup>, Margarida foi torturada e permaneceu na prisão por seis meses (LOPES, 2018). Após ser solta, com a ajuda da família e de pessoas próximas, exilou-se na França ainda em 1969 (LOPES, 2018), não passando pelo Chile ou qualquer outro país da América Latina.

Aqui, incluo Moema Correia São Thiago que, infelizmente, não me concedeu entrevista<sup>37</sup> para esta pesquisa. Ela nasceu em 3 de abril de 1948, em Formiga, Minas Gerais (VELOSO, 20--?). Ao transferir-se para Fortaleza em 1967, ingressou na faculdade de direito da Universidade Federal do Ceará e integrou o movimento estudantil (VELOSO, 20--?). Após ser obrigada a interromper o curso de direito, em 1969 passou a fazer parte da ALN atuando entre São Paulo e o Rio de Janeiro. Exilou-se no Chile e Cuba (de onde não tenho muitos detalhes e não poderei falar sobre a sua presença) e em Portugal (do qual falarei no capítulo 04) (VELOSO, 20--?).

Também nesse grupo, encontra-se Carmem Maria Craidy, que não pegou em armas em si, mas colaborou com grupos armados. Carmem nasceu no ano de 1942, em Ijuí, no interior do Rio Grande do Sul, lugar onde começou a sua militância, aos 14 anos, através da Ação Católica Estudantil. Mas, como sinalizou, era “uma militância tímida, meio voltada para o religioso” (CRAIDY, 2015). Nesse sentido, passou pela JEC e JUC, onde contou ter ocupado todos os cargos que poderia ocupar. Foi um período no qual a Ação Católica “foi progressivamente se

---

<sup>36</sup> A Prisão Tiradentes tinha um espaço específico para prisão de mulheres militantes, no qual a ex-presidente Dilma Roussef esteve presa. Um recente documentário foi lançado a respeito. Para saber mais, ver Torre das Donzelas, 2018.

<sup>37</sup> Longe de querer propor possíveis respostas em caráter ficcional (conforme os exemplos abaixo), buscarei lembrar, citar e apresentar algumas informações já relatadas sobre algumas mulheres que infelizmente não puderam conceder entrevistas e também não têm escritas as suas autobiografias/ biografias, mas que também estiveram exiladas. A ideia de utilização de informações de outras entrevistas ou da ficção para pensar respostas possíveis diante das impossibilidades de realização entrevistas já foi desenvolvida por alguns programas de TV, como *Le Interviste Impossibili* pela RAI na Itália e o *Jonathan Swift, an Imaginary Interview* pela BBC na Inglaterra, revistas de história para o grande público como a *Revista Aventuras da História* da Editora Abril e por alguns pesquisadores diante da dificuldade de realização de entrevista. As discussões em torno das entrevistas impossíveis podem ser vistas em: GEREMIA, 2007, onde utilizou trechos de outras entrevistas de Marco Paolini (que não lhe quis conceder entrevistas); dos programas de TV, por CUOMO, 2016 e BONI, 2009. As entrevistas impossíveis, dentro desta lógica, são ficcionais e elaboradas a partir de um amplo conhecimento do pensamento (intelectual, político e opinativo) da entrevistada de modo a conseguir construir respostas prováveis a partir disso; esta situação não é a minha, já que muitas destas mulheres não deixaram tantos materiais disponíveis. Por outro lado, as impossibilidades deste material são o que melhor caracterizam as entrevistas, com sua beleza e diversão na escuta. Em outras palavras, as informações que encontro nas entrevistas dão uma maior possibilidade de perceber as experiências políticas, as percepções acerca delas, as diferentes posições assumidas ou não diante das possibilidades do exterior, e as construções de si. A impossibilidade da realização de entrevistas perde por não permitir a possibilidade de interação, diálogo, indagações, a autoridade compartilhada, os sentimentos, as questões sensíveis e as explicações detalhadas que são sempre carregadas de significados sobre o passado vivido (GOMES, 2020; PORTELLI, 1997, 2010a, 2010b; PASSERINI, 1998, 2011).

voltando para o social”; para ela “esse olhar para o social nos levou a toda uma discussão sobre realidade brasileira, sobre revolução brasileira e sobre, inclusive, estudo do marxismo e até [que] progressivamente a gente se afastou da Igreja e a Igreja se afastou de nós também” (CRAIDY, 2015). Esta, certamente, foi a primeira ruptura e transformação de sua militância: deixar para trás a militância religiosa em prol de uma volta para o social a partir do marxismo.

Em 1964, após o golpe e a ameaça de prisão em sua cidade, Carmem se mudou para o Rio de Janeiro, para coordenar a JUC nacional pelo período de um ano e meio (CRAIDY, 2015). Em seguida, se mudou para São Paulo, lugar onde fez uma especialização condensada da CADES<sup>38</sup> e trabalhou como professora, orientadora pedagógica e, posteriormente, na Editora Abril até o ano de 1971 (CRAIDY, 2015). Embora estivesse trabalhando, nunca deixou a militância: neste período, Carmem já estava no Movimento Revolucionário dos Trabalhadores, que era uma dissidência da Ação Popular, e estavam organizando “um grupo de alfabetização no ABC paulista para trabalhar com operários... mas não cheguei a começar o trabalho, porque a gente caiu antes” (CRAIDY, 2015).

Em São Paulo, Carmem tinha uma vida legal (com trabalho, utilizando seu próprio nome e casa). No entanto, acolhia muitas pessoas clandestinas, que não eram necessariamente da sua organização, como uma espécie de apoio, na casa em que morava com uma amiga e sua irmã (CRAIDY, 2015). Com a prisão de uma amiga (que passou a sofrer muito), Carmem entrou em contato com algumas pessoas da luta armada para tentar tirá-la a partir de algum sequestro que viesse a ser realizado (CRAIDY, 2015). Em função disso, Carmem passou a ser procurada pela polícia para que entregasse os contatos dessa organização (CRAIDY, 2015). Por isso, Carmem fugiu de São Paulo para Porto Alegre em 1971, onde se escondeu na casa da irmã por um tempo, até sair do Brasil pela fronteira com o Uruguai. Carmem passou pela Argentina e, mesmo o Chile sendo o destino de muitos brasileiros naquele momento, decidiu ir para a França (CRAIDY, 2015).

Por último, antes de pensar também a dimensão das mulheres de esquerdas tidas como tradicionais, cabe pensar a respeito das regras assumidas com relação ao gênero e às novas esquerdas do Brasil. Durante o período existiam algumas contradições atreladas à participação das mulheres e ao “homem novo” (WOLFF, 2010); isto é, ao mesmo tempo em que eram os ‘homens mais velhos’<sup>39</sup>, como Che Guevara, Carlos Marighela, entre outros, que eram

---

<sup>38</sup> CADES era a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário constituída em 1953 e revogada em 1990 (BRASIL, 1953).

<sup>39</sup> ‘Homens mais velhos’ em relação as/ os jovens brasileiros que se envolviam na luta armada naquele período, como, Margarida Amaral, que tinha 17 anos.

transformados em grandes heróis, valorizando as suas figuras viris, vivia-se a contradição de que “admitia-se a importância das mulheres, mas, por outro, era difícil incorporá-las como iguais” (WOLFF, 2010, p. 151). Em outras palavras mesmo que as mulheres participassem, eram enaltecidos os “homens em sua plenitude, cumprindo seu papel de machos ao liderar e ao mostrar o caminho, e não qualquer caminho, mas aquele da luta, do auto sacrifício, da violência revolucionária” (WOLFF, 2010, p. 149). Também o gênero exaltado pelas organizações de esquerda, durante as ditaduras, estava vinculado à “linguagem da virilidade imputada à luta armada” (WOLFF, 2010, p. 150).

Por isso, como argumenta Wolff (2010 p. 143), o paradoxo nas organizações de esquerdas das ditaduras dos países do Cone Sul era de que: “admitia-se a existência de outra moral, ‘mais avançada’”, pautada nas ideias de transformação de comportamentos, como o do “novo homem” (ou homem novo) que “não poderia pensar nas mulheres e filhos como propriedades” (WOLFF, 2010, p. 145), mas tanto as pautas das mulheres como suas participações não foram bem incorporadas. Isso também tinha ares de geração, assumidos, principalmente, por militantes da luta armada (WOLFF, 2010, p. 149), que, como já sinalizado, era composta em sua grande maioria por mulheres e homens provenientes do movimento estudantil, os quais se colocavam como vanguarda.

Da mesma forma, as questões morais sempre foram vinculadas tanto pela ditadura brasileira quanto por quem fazia oposição a ela, em suas muitas temáticas, como da sexualidade, casamento ou “a luta pela causa específica da mulher, [que] era considerada inoportuna, inconveniente e divisionista” (COLLING, 1997, p. 41). Um exemplo é encontrado na autobiografia de Herbert Daniel, denominada *Passagem para o próximo sonho* e escrita no exílio, publicado em 1982, que relata que tinha problemas ‘pequeno-burgueses’ que o preocupavam para se tornar um bom revolucionário, entre eles estava “a sexualidade, mais explicitamente, a homossexualidade” (DANIEL, 1982, p. 96). Nesse sentido, as mulheres enfrentaram tanto um inimigo externo, a ditadura, quanto dificuldades internas às organizações de esquerda. No entanto, para Colling (1997, p. 43), foi durante os anos de 1970 que as mulheres já “combinaram a luta contra a ditadura e por melhores condições de vida, com a discussão dos problemas específicos”.

As mulheres presentes no movimento estudantil e da nova esquerda não correspondem ao grupo completo do ativismo político de mulheres nesses anos. Precedentes a elas, algumas mulheres já participavam de grupos de esquerdas tradicionais, embora em um número ainda mais reduzido do que nos grupos de esquerdas armadas. Ridenti (2010, p. 197), ainda a partir dos processos do Brasil Nunca Mais, assinala que “as organizações de esquerda eram compostas

por ampla maioria masculina nos anos de 1960 e 1970”, o que significou que em grupos “nacionalistas” (como o Grupo dos 11, MNR, MR-21, e MR-26) a presença das mulheres era menor e que dos processos que o PCB teve apenas 4,7% eram com mulheres<sup>40</sup>. Das esquerdas tradicionais (que posteriormente estiveram no exílio), realizei entrevista com Zillah Murgel Branco e tive acesso às entrevistas e depoimentos de Zuleika Alambert.

Zillah Murgel Branco<sup>41</sup> nasceu em 28 de julho de 1936, em São Paulo. Era de uma família de classe-média baixa e iniciou a sua militância por influência do seu tio Caturó Branco (BRANCO, 2019). Militou no Brasil junto ao PCB, iniciando a sua militância a partir da candidatura do tio, quando ela tinha 11 anos de idade (BRANCO, 2019). Segundo ela, ao longo dos anos de 1950 e 1960, foi convivendo com as filhas da amiga da tia e sempre esteve inserida em diversas atividades e relações do PCB (BRANCO, 2019). Durante os primeiros anos da ditadura, participava das reuniões, do Socorro Vermelho, trabalhava e se formou em Ciências Sociais pela USP. Casou-se com Francisco Weffort (com quem esteve casada por 7 anos e teve três filhos no período). Desquitou-se em tempos em que o divórcio ainda não era legalizado (BRANCO, 2019). Após denúncias, deixou o Brasil, em 1969, com a ideia de fazer um *tour* pela América-Latina, ao qual seu tio e tia se juntaram, e, quando na Argentina, mudou-se para o Chile.

Também do PCB, Zuleika Alambert<sup>42</sup> nasceu no ano de 1922, em Santos. Segundo sua própria autodescrição “a minha primeira atividade política foi muito sentimental”, nos chamados Comitês de Ajuda a FEB durante o Estado Novo (COSTA et al, 1980, p. 48); após a guerra vinculou-se ao Partido Comunista, que recém saía da ilegalidade, ao qual muitos jovens vincularam-se, e passou a ter um engajamento mais forte, com participação em comícios, eleições, mobilização das massas, entrando para o Comitê Central (CC) (COSTA et al, 1980, p. 49-56). Em 1947, Zuleika assumiu como deputada estadual, mas logo em seguida seu mandato foi cassado (SOIHET, 2013). Entre várias mudanças, idas e vindas ao exterior e longos períodos na clandestinidade (que não ocorreram somente após a implementação da ditadura de 1964), a líder comunista e primeira mulher a fazer parte do Comitê Central do PCB, em sua autoanálise no livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, realizada no ano de 1978, relatou que

<sup>40</sup> Para saber mais acerca dos debates proporcionados sobre as ou para as mulheres dentro do PCB ver: ALVES, 2020; BACK, 2013; RIBEIRO, 2013.

<sup>41</sup> Zillah Murgel Branco tem inúmeros textos publicados em jornais e sites das esquerdas brasileira e portuguesa. Além disso, possui um blog, no qual emite opinião sobre a política atual: <http://zillahbranco.blogspot.com/>

<sup>42</sup> Zuleika Alambert deixou uma longa produção intelectual acerca da relação entre as mulheres, feminismos e marxismo, como: *A situação e organização da mulher* (1980); *Os comunistas e a questão da mulher* (1982); *Feminismo: O ponto de vista marxista* (1986); *Metodologia do trabalho com mulheres* (Cadernos da União de Mulheres de São Paulo) (1990); entre outras. Além de títulos e condecorações, que podem ser vistos em: INSTITUTO ZULEIKA ALAMBERT, 2019.

“foi toda uma luta e um esforço para me fazer respeitar” (COSTA et al, 1980, p. 56). Com o golpe de 1964, as coisas se complicaram ainda mais para Zuleika Alambert, que, em 1970, exilou-se no Chile e, posteriormente, na França. Retornou ao Brasil em 1979.

Para além dos protagonismos em primeira pessoa, cabe destacar as mulheres militantes e esposas. A militância das mulheres durante este período (e, também, na atualidade) confunde-se e intercruza-se com a suas condições como tal, com suas vidas afetivas, geração, atividades de cuidado (ou das filhas/os e companheiros ou do trabalho doméstico) e as militâncias dos seus companheiros. O que significa que, embora algumas pendam para um lado mais militante, é difícil não encontrar a questão do cuidado nas narrativas do exílio e nas suas trajetórias. Por outro lado, também, a definição de um protagonismo de militância maior ou menor significa trazer à tona as hierarquias estabelecidas do que é considerado como mais importante ou menos importante; nesse sentido, por exemplo, o cuidado, o doméstico, o protagonismo das mulheres (embora muitas maiores, mesmo quando cumpriam o ‘papel de esposas’<sup>43</sup> de políticos importantes) eram (e ainda são) considerados menores tanto por uma historiografia das ditaduras e dos exílios quanto por muitas mulheres exiladas que não colocaram em debate as questões de gênero e o quanto homens e mulheres são sujeitados por essas condições.

O que quero explicitar aqui é que muitas mulheres deixaram o Brasil em função dos protagonismos masculinos, conforme já bem lembrado pela historiografia exilar (ROLLEMBERG, 1999; MORAES, 2012, entre outras autoras); mas nem por isso são menos importantes, uma vez que a presença delas no exterior significou novas atividades, novas militâncias (para elas e para eles) e novos engajamentos, que tiveram um papel importante para a história do movimento de mulheres, dos feminismos e do engajamento de mulheres no Brasil. Esse grupo, no que tange ao Brasil e as militâncias realizadas nesse período, é composto por Benedicta Savi, Monica Rabelo (filha de exilados em Paris), Neusa Goulart Brizola (exilada em Montevidéu, Santiago e Lisboa), Terezinha Rabelo (exilada em Paris), Maria Thereza Fontella Goulart<sup>44</sup> (exilada em Montevidéu), Maricota da Silva. Em virtude do curto espaço, da falta de informações de algumas delas e do recorte temporal e espacial dessa tese, nem todas serão apresentadas aqui.

---

<sup>43</sup> Segundo pesquisa de Yolanda C. Prado (1979, p. 27) o “papel de esposa é uma das funções exercidas pela mulher dentro da instituição da família”, que por sua vez é complementar ao marido. Em linhas gerais, o “papel da esposa” significa vários direitos e obrigações com relação ao marido e aos outros membros da família, como a realização de trabalho doméstico, reprodutivo e organização da vida social, etc. (PRADO, 1979). Esse trabalho é pouco valorizado, realizado de forma gratuita pelas mulheres, e associado ao amor materno e familiar (o que significa ser também recompensando por amor).

<sup>44</sup> Para saber mais acerca do exílio da família Goulart, ler: GOULART, 2016.

Cabe somente observar que a situação das companheiras e companheiros e de filhas e filhos<sup>45</sup> é ainda pouco explorada no que tange ao conjunto. Isto é, muitas vezes tem destaque como situações específicas e são deixadas de lado; da mesma maneira que não são realizadas comparações ou leituras que pensam as dinâmicas hierárquicas e contextuais de suas vidas. Também as mulheres, por sua vez, são muitas vezes lembradas somente em virtude das denúncias e busca pelos desaparecidos, atreladas às militâncias dos filhos ou companheiros. Em outras palavras, embora militantes de direitos humanos (apesar de parecer um pouco a-histórico atribuir a elas este termo) e realizadoras de tarefas ligadas às militâncias (que davam sustento direto para que as militâncias fossem possíveis) as mulheres aparecem em algumas narrativas desvinculadas do protagonismo de militância. Por outro lado, admitir a existência desses sujeitos constitui-se em uma importante chave de leitura a fim de pensar e considerar as hierarquias presentes na época, que relegaram os protagonismos de militâncias das mulheres às funções de serem “esposa de” ou “filha de” (DUARTE, 2020).

Em primeiro, aqui apresento Benedicta Savi, que nasceu em 24 de abril de 1937, em Bocaina, interior de São Paulo. Benedicta era proveniente de uma família de trabalhadores e casou-se com Carlos Sá, seu companheiro de 20 e tantos anos, que era do PCB (SAVI, 2019). Benedicta estudou direito na Mackenzie e conta que participava sempre das atividades “do lado da USP” (SAVI, 2019). Posteriormente, após a reunião da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS)<sup>46</sup>, em Cuba, época em que Marighela retornou ao Brasil e a organização, ela e o companheiro passaram a participar da ALN (SAVI, 2019). A respeito de sua atuação Benedicta diz que “Eu não era membro efetivo da ALN, mas colaborava com eles. Foi aí que eu comecei a militar”. Ainda sobre a sua participação na ALN, disse: “Eu dava apoio logístico, por exemplo, arrumava lugares para eles ficarem, de repente ia ver apartamento para fazer base de apoio, ajudava um pouco com dinheiro quando precisava” (SAVI, 2019).

Sobre a sua militância estudantil Benedicta também narra que “na Mackenzie, quando houve a briga lá na Mackenzie, eu pegava o meu carrinho e ia comprar bomba [risos]; aquelas bombas de fogos de artifícios, porque a gente atirava fogos artificiais [risos]. Eu pegava o pessoal da USP, levava e trazia, levava e pegava e trazia” (SAVI, 2019). Benedicta em nenhum momento de sua entrevista disse que a sua atividade política era “periférica” ou “menor”. O companheiro de Benedicta Savi, Carlos, após ser procurado pelo DOPS, deixou o Brasil com

<sup>45</sup> Para saber mais sobre as filhas e filhos exilados, ler: PAIVA, 2006; COSTA, CASTRO, 2015.

<sup>46</sup> Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) - foi uma organização criada em 1967 por diversos movimentos da América-Latina que compartilhavam a estratégia da guerrilha que deu origem à Revolução Cubana.

destino ao Uruguai; e, algum tempo depois, mais precisamente em 1969, Benedicta o encontrou naquele país. Após este período no Uruguai, mudam-se para o Chile; nos dois países permaneceram somente alguns meses (SAVI, 2019)

Por último, dentro de grupos, devo destacar que é fato que os sujeitos com identidade de gênero feminina foram mais marcados pelos laços conjugais e familiares para deixar o Brasil, acompanhar seus companheiros e viver o exílio a partir, principalmente, dos protagonismos de seus companheiros. Existia uma construção cultural que atribuía às mulheres um dever com relação à família e ao marido. Para algumas mulheres, as relações de gênero construídas culturalmente no Brasil fizeram com que partissem para o exílio durante a ditadura brasileira. Apesar das várias transformações vividas no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, é interessante observar que, por sua rapidez, o arcaico convivia com o moderno e que a modernização das famílias nunca foi um processo linear e simples. O que de certa forma fez com que determinadas práticas - antigas - persistissem vinculadas ao novo, como o fato de que aos homens ainda era atribuído o sustento da casa, ao mesmo tempo em que as mulheres de classe-média já realizavam trabalhos fora do âmbito doméstico (FIGUEIRA, 1987).

Ademais, também é considerável o fato de que a participação das mulheres em movimentos de resistência era muito menor, mesmo com as transformações vividas durante o período e, por isso, certamente a quantidade de homens afetados por suas militâncias e, conseqüente saída para o exterior por seus protagonismos, é maior. No entanto, a saída do Brasil não se deu somente pelas militâncias políticas, mas pelo sistema político como um todo, que afetou os vários âmbitos da sociedade civil e que levou famílias inteiras ao exílio. O que me faz lembrar que a saída do Brasil foi mais homogênea com relação à identidade de gênero dos sujeitos exilados. Além disso, o protagonismo e a perseguição dos companheiros não anulam por completo a noção de que mulheres também cumpriam e realizavam certas tarefas, mesmo quando elas narram-se como se fossem inferiores ou menores; a elaboração de si (ou de que suas atividades eram menos importantes) se dá como assimilação das hierarquias de gênero.

Além do quadro demonstrado acima, a situação política no Brasil era difícil e as limitações eram grandes. Em função disso, muitas pessoas saíram sem ter uma perseguição efetivamente direta em decorrências das militâncias, mas por considerar que era insustentável permanecer no Brasil, porque queriam ter novas experiências políticas e de vida, e de liberdades no exterior, que não fossem aquelas limitadas pela ditadura. Essa situação é percebida por homens e mulheres que, por sua vez, inseriram-se em diferentes atividades políticas desenvolvidas no exterior e no retorno ao Brasil. Maria Betânia de Mello Ávila e Yolanda C.

Prado podem ser consideradas mulheres que estavam cansadas da situação política que viviam no Brasil.

Maria Betânia de Mello Ávila nasceu em 10 de julho de 1948 em Capela, Alagoas, proveniente de uma família proprietária de fazenda e que plantava cana-de-açúcar (ÁVILA, 2019). Mudou-se para Recife a fim de estudar sociologia na universidade federal, mas, como contou em entrevista, “depois por razões familiares eu precisei trabalhar e eu precisei mudar de faculdade”, concluindo o curso na Universidade Católica de Pernambuco (ÁVILA, 2019). Betânia Ávila, como é conhecida, conta que neste período não ingressou em nenhuma organização e que “nunca fui orgânica de nenhuma organização. Eu só me tornei uma pessoa orgânica no feminismo” (ÁVILA, 2019). Betânia exilou-se em Paris e não teve militâncias ativas antes de sair do Brasil. Também não teve passagem pelo Chile ou pela América Latina. Sobre a sua saída do Brasil, narrou que:

Em um determinado momento a vida ficou muito difícil e, também, eu vi muitos companheiros e companheiras partirem. Depois não tinha perspectiva, qual era a perspectiva? De terminar um curso de sociologia e você ia fazer o que? Com essa visão crítica, com esse sufoco autoritário, com os desejos de liberdade tanto do ponto de vista político como... Não tinha o feminismo na minha cabeça, mas alguma coisa tinha na minha vida que não me encaixava, não conseguia conviver bem com o que me era imposto; dentro do ponto de vista do país, politicamente, socialmente, economicamente, mas também do ponto de vista da minha vida pessoal, da ordem que estava posta. Então, eu resolvi que a única coisa possível era ir embora. Então, eu fui embora. Fui embora assim em uma decisão para arcar, para ir embora (ÁVILA, 2019).

Também Yolanda C. Prado assinala sobre diferentes motivos que a levaram a deixar o Brasil e as dificuldades enfrentadas aqui. Yolanda C. Prado<sup>47</sup> nasceu em 24 de outubro de 1929 em São Paulo e deixou o Brasil em 1970, motivada “por uma série de razões”, como: a prisão do seu pai, o historiador Caio Prado Junior<sup>48</sup>; a sua separação do marido alguns anos antes; a proximidade com muitos militantes de esquerda; para evitar a prisão; e a luta contra a ditadura (PRADO, 2005). Sua trajetória no Brasil é marcada por uma militância ligada ao PCB, obviamente muito influenciada pela sua filiação e a sua família; aspecto este que se deslocou

---

<sup>47</sup> Para além da organização do *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*, Yolanda C. Prado deixou uma grande e vastíssima produção intelectual acerca das mulheres e feminismo, como *O que é família?* (1981), *Ser esposa - a mais antiga profissão* (1979) (sua tese de doutorado escrita durante o exílio na França), *O que é aborto?* (1984).

<sup>48</sup> Caio Prado Junior foi um intelectual brasileiro com origem familiar muito rica, de São Paulo. Em 1931, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro, sendo eleito deputado constituinte em 1948. Além de seu envolvimento com o PCB, produziu uma série de livros, com viés marxista, acerca da história do Brasil, como *Formação do Brasil Contemporâneo* (1945). Também foi fundador da Editora Brasiliense e foi diretor da Revista Brasiliense.

no exílio francês. Yolanda C. Prado também não teve passagens pelo Chile ou outros países da América Latina.

Por último, neste tópico, cabe assinalar que, apesar de existir uma maior participação das mulheres nas universidades, nos movimentos de esquerda (independentemente do espaço que ocupavam) e de visíveis transformações sociais, principalmente, nas grandes cidades do Brasil, o feminismo denominado de “segunda onda” ainda não estava presente na militância destas mulheres durante o final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970 no Brasil. E, como visto até aqui, não era uma militância voltada especificamente às questões das mulheres, quando estas deixaram o país. Mas foi desse grupo político principal que emergiu parte considerável do feminismo brasileiro de segunda onda. Isto é, dentro das esquerdas, com presença de mulheres em organizações marxistas, clandestinas, ou de luta armada e em oposição direta à ditadura, ou com pautas de lutas ligadas à democratização (SARTI, 2001, p. 31). Além disso, independente das militâncias das mulheres serem consideradas maiores ou menores, todas elas tinham uma relação direta, ou de afetos ou de protagonismo ou ambos, com as esquerdas brasileiras.

Neste tópico, busquei tanto dimensionar um pouco das mulheres que estarão nos capítulos seguintes quanto também oferecer um panorama sobre suas ações, engajamentos e condições de gênero presentes antes mesmo do exílio; da mesma maneira que situei alguns dos aspectos que estiveram presentes nas militâncias no Brasil: dificuldades de inserção das mulheres e suas pautas, ausência de debates sobre a emancipação das mulheres, transformações sociais presentes no período, diferentes militâncias, as transgressões a partir das militâncias, entre outras questões. Para além disso, outras dimensões, como a geracional e os aspectos contextuais (que apresentarei nos tópicos a seguir), se somam ao ‘retrato’ de grupo das trajetórias das exiladas da ditadura brasileira que estiveram na França e Portugal e que posteriormente retornaram ao Brasil.

## 2.2 OS DIFERENTES EXÍLIOS E A(S) GERAÇÃO(ÕES)

A ditadura militar do Brasil (1964-1985) fez com que muitos brasileiros buscassem o exílio como forma de preservar a vida, para escapar da repressão ou perseguição, por terem sido banidos, por autoexílio, para acompanhar familiares, entre outros motivos. Os exílios aconteceram desde abril de 1964 até agosto 1979, quando foi decretada a Lei nº 6.683 de Anistia. Tais experiências de desterro foram vividas das mais diversas formas, de acordo com a idade, grupo político, gênero, espaço de inserção política, experiências políticas precedentes

(como as anunciadas no tópico anterior), classe e reconhecimento social, tipo de exílio, lugar de exílio, entre outros aspectos presentes. Estas diferentes dimensões se interconectaram e fazem com que o exílio tenha sido uma experiência vivida de múltiplas maneiras.

Um aspecto importante para esta tese foi a de geração de exílio. Conforme caracterizado por Denise Rollemberg (1999, p. 49), o exílio dos anos 1960 e 1970 foi uma experiência vivida por duas gerações: a de 1964 e a de 1968. Para a autora, “os marcos fundadores foram os movimentos reformistas e o golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart e as manifestações, sobretudo, de estudantes, iniciadas em 1965/1966, em uma curva ascendente até meados de 1968, finalizando com o Ato Institucional nº 5” (ROLLEMBERG, 1999, p. 49), que criou dois grandes grupos de exílios. O primeiro grupo era de homens mais velhos e definidos profissionalmente e em geral, mas não exclusivamente, que se identificavam “com o projeto das reformas de base, ligados a sindicatos e aos partidos políticos legais, como o PTB, ou ilegais, como o PCB”. O segundo grande grupo “está identificado a militantes mais jovens, extremamente críticos às posições e práticas do PCB, muitos originários do movimento estudantil, de onde saíram para se integrarem à luta armada em organizações que supervalorizavam a ação revolucionária” (ROLLEMBERG, 1999, p. 51). Por último, ainda segundo Rollemberg (1999, p. 63) “se a geração 1964 resistia à partida, argumentando que atuara na legalidade, a geração 1968 opunha-se ao exílio porque o identificava com a renúncia à revolução”.

As gerações de exílio são significativamente a demarcação de dois grandes grupos de exilados<sup>49</sup>. Para esta tese, meu recorte é da análise da segunda geração de exílio, já que foi a partir de 1973 que se registrou uma maior presença de brasileiros nos países escolhidos. No entanto, obviamente, essas são linhas gerais que se cruzam com as situações específicas e que não devem ser levadas ao extremo, uma vez que também as motivações para a saída do Brasil (conforme visto no tópico anterior) das mulheres foram múltiplas. Além disso, a noção de geração de exílio é significativa para as mulheres uma vez que as coloca no exterior em

---

<sup>49</sup> Essa compreensão também deve ser pensada dentro das realidades de cada contexto, já que nem todas as regiões do Brasil foram afetadas da mesma forma pelos órgãos repressivos da ditadura. E muitas vidas de exiladas não se enquadram exatamente no quadro das gerações. Falo especificamente sobre a situação dos exilados de Santa Catarina, que saíram a partir da Operação Barriga Verde, como Wilson Rosalino, Geronimo Machado, entre outros. A operação Barriga Verde foi deflagrada em 1975 pelos órgãos de segurança da ditadura militar contra militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que atuavam em Santa Catarina. Nessa operação foram presas 42 pessoas. Também houve a situação daqueles que não tinham recurso financeiro e contatos no exterior que acabaram se exilando de maneira interna, isto é, suas cidades de militâncias (principalmente, as capitais) em direção ao interior do Brasil, trocaram de nome e passaram a ter uma nova vida nestes destinos. Um exemplo deste pode ser visto nas memórias de José Dirceu (1998).

momentos cruciais do advento de outras gerações: aquela de 1968 e aquela que estava vivendo novas transformações políticas na França e em Portugal.

Por sua vez, a categoria de geração tem sido bastante relevante e com distintos usos em diversos países, principalmente, para quem estuda grupos e engajamentos políticos dos anos de 1960 e 1970. A geração é entendida com um fato cultural em que tanto pode ser modelada por um acontecimento quanto a partir da autoproclamação ou autorrepresentação - onde são expressos “os sentimentos de ter pertencido a uma faixa etária com forte identidade diferencial” (SIRINELLI, 2006, p. 133). Além disso, geração também é a classificação da/o historiadora ao classificar certo grupo, como é possível ver na própria definição de geração de Denise Rollemberg (1999), que analisou a primeira e a segunda geração de exílio modeladas a partir de um acontecimento inaugurador ligado à ditadura (SIRINELLI, 2006). Por último, geração não pode ser considerada como uma generalidade, isto é, como um “elemento de descrição [muito mais] do que fator de análise” (SIRINELLI, 2006, p. 132). Nesse sentido, o “retrato de grupo” da segunda geração de exílio (que carrega conflitos também de gerações e de projetos do Brasil) apresenta alguns valores de bases, embora haja algumas experiências e escolhas distintas em função de suas subjetividades (estas dimensões serão vistas posteriormente).

Somavam-se à geração do exílio algumas dimensões práticas e contextuais que fizeram o exílio ser múltiplo em experiências e em memórias, como, a fase de exílio pela qual cada um estava passando, os recursos pessoais que possuíam, a idade, o conhecimento ou não da língua estrangeira, a companhia ou não de família, o pertencimento ou não a uma organização/ partido, entre outros. E, também, a condição de status social, ou a perda dele, que pesava, uma vez que “enquanto alguns exilados eram reconhecidos como profissionais ou como personalidades públicas, [...], outros precisavam impor sua presença, lutando pelo visto e pela sobrevivência material” (ROLLEMBERG, 1999, p. 133).

Ainda no sentido da multiplicidade, segundo Rollemberg (1999), o exílio esteve longe de ser uma experiência homogênea, já que as vivências foram as mais variadas, a começar pelo *tipo de exilado*. Pode-se destacar: os que foram banidos/as<sup>50</sup>; os que decidiram partir, com documentação legal ou não, por rejeitar o clima em que se vivia no país; os que eram alvo de perseguição da polícia ou os que estavam em confronto direto com a ditadura e decidiram partir; os que não eram alvos da polícia política, mas se exilaram para acompanhar o cônjuge ou

---

<sup>50</sup> Conforme Daniel Aarão Reis (2014), “O governo inventa os meios legais como quer, como a figura jurídica do banimento, criada para permitir a libertação dos 15 presos trocados pelo embaixador americano em 1969”. A invenção se deu por meio do Ato Institucional nº 13. Apesar de que, isso não acontece somente em ditaduras, como nos lembra Agamben (1996, p. 44).

genitores; os que nasceram no exílio; os que partiram sozinhos ou com a família; os que foram enquadrados/as como refugiados/as e receberam ajuda do Estado Nacional, no qual passaram a viver; os que tinham dinheiro e os que não tinham; os que tinham rede familiar ou amigos - como suporte de apoio - e os que não tinham; entre tantos outros (ROLLEMBERG, 1999, p. 52).

Por último, aqui, há nessa vastidão de experiências os vários lugares de destinos do exílio, como: Uruguai, Argentina, Chile, Bolívia, Peru, Cuba, França, Portugal, Moçambique, Suécia, Suíça, Polônia, ex-República Federal da Alemanha, ex-República Democrática Alemã, ex-União Soviética, Albânia, Estados Unidos, Argélia, Itália, México, entre outros. Com relação aos destinos, cabe destacar que alguns locais foram privilegiados em determinados momentos pelas exiladas/os. Os primeiros deles foram Uruguai, Cuba, União Soviética e China, como lugares para treinamento e cursos de formação dos/as integrantes de organizações de esquerda (sejam elas armadas ou não). O segundo, certamente, foi o Chile, que até o golpe em 1973, foi considerado como um destino de esperança de uma revolução socialista na América Latina. E, o terceiro foi Portugal, que após 1974, com a Revolução dos Cravos, foi compreendido como um novo destino de esperança e de revolução em meio ao contexto da perda desses sentimentos devido ao avanço das ditaduras na América Latina. A França também teve destaque, uma vez que reuniu a maior concentração de brasileiros na Europa.

### **2.2.1 Os trânsitos das mulheres brasileiras pelo Chile até 1973**

Um dos “trânsitos” mais importantes, que é lembrado de maneira positiva do ponto de vista da experiência política e, também, com grande tristeza em virtude do golpe e das situações de fuga, foi o Chile. As vivências no Chile significaram muito, por serem renovadoras, por trazerem posições favoráveis ou contrárias ao seu processo político, por ser lugar de debates e de encontro das diferentes esquerdas da América Latina, e por ser um marco na constituição de solidariedades transnacionais (MARQUES, 2011; CRUZ, 2010; ROLLEMBERG, 1999). Por outro lado, também o golpe de 1973 significou “um corte, a partir do qual a esquerda exilada redefiniu as expectativas em relação ao Brasil e à proposta de revolução. Desde então, o exílio ganhou um outro significado” (ROLLEMBERG, 1999, p. 90). Vou iniciar falando um pouco das militâncias que as brasileiras desenvolveram no Chile, já que é muito difícil encontrar uma pessoa que esteve exilada em apenas um país ou ainda que não tenha transitado pela América Latina antes de destinar-se a Europa, uma vez que suscitam alguns detalhes contextuais e significativos para o que veio a ser praticado posteriormente.

Apesar de pouco citadas, muitas mulheres brasileiras estiveram no Chile. A partir de levantamento dos documentos do Centro de Informação do Exterior (CIEEx)<sup>51</sup>, e suas diferentes listas, é possível inventariar a saída/ presença das mulheres (conforme tabela 1). Independente das suas militâncias, ou motivações para estar nesse país, já que é difícil qualificar as atividades políticas desenvolvidas ou não, o registro das fontes do regime militar (que, às vezes, não enxergou a militância das mulheres no exterior<sup>52</sup>) da presença das mulheres brasileiras no Chile era considerável, com mais de 150 nomes, o que, por sua vez, me faz considerar, em um primeiro momento, as ausências de uma historiografia exilar que se pautou, majoritariamente, em experiências masculinas e que não se esforçou para entender dimensões gerais e específicas do exílio brasileiro em relação ao gênero. Infelizmente, seria muito difícil entrevistar todas estas mulheres em virtude de diferentes motivos: morte, distância, recusas, etc. Esta lista sinaliza um número muito maior de mulheres para além dos nomes já bastante conhecidos e ‘representantes’ quando se fala de mulheres exiladas.

**Tabela 1 – Nomes de mulheres citados pelo CIEEx que estivera no Chile<sup>53</sup>**

Adelina Nunes de Queiroz, Adriana Andrea Salomé Machado (menor), Alexina Crespo Lins, Alexina Lucia Calle de Paula, Ana Fatima Praciano Serra, Ana Maria Gomes da Silva, Ana Matilde Tenório da Motta, Anatailde de Paula Crespo, Angela Marta Mendes de Almeida, Angelina Dutra de Oliveira Fontoura, Angelina Dutras de Oliveira, Angelina Teixeira Peralva, Arlete Bandazoli, Camila Alves (menor), Carmen Helena Barbosa do Vale, Carmen Helena Barboza do Heninger, Cerosine Silva Pereira, Cicere Viana Silveira, Clara
---

<sup>51</sup> Lista elaborada a partir dos informes nº 453/1973, 461/1973, 471/1973, 477/1973, 480/1973, 525/1973, 526/1973, 532/1973, 538/1973, 555/1973, 649/1973, 650/1973, 22/1974, 73/1974, 222/1974, 336/1974, 412/1974, 579/1974 consultados a partir de setembro de 1973 até o final do ano de 1974. Tais informes são, sobretudo, lista de brasileiros refugiados em embaixadas, lista de brasileiros presos após o golpe do Chile, lista de salvos-condutos emitidos, e lista de documentos de viagem concedidos às brasileiras e brasileiros que se encontravam naquele país.

<sup>52</sup> A partir do levantamento do CIEEx, entre os anos 1973 e 1979, pude perceber que os movimentos feministas ou de mulheres tiveram pouco foco na vigilância, uma vez que apenas os informes 17/1973, 245/1973, 376/1976, 424/1976, 453/1976, 16/1977, 138/1977, 150/1977 foram objetos (por meio do índice dos informes) de difusão de informação (ROSALEN, 2019). Por outro lado, a vigilância do CIEEx não pode servir como definidor das instâncias gerais do Sistema Nacional de Informação (SNI), já que a Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores pode ter tido um enfoque maior. É importante sinalizar que outras instituições no Brasil observaram o feminismo ou movimento de mulheres, por exemplo, os informes do Ministério do Exército para o Presidente da República que registraram 91 dossiês somente sobre a União das Mulheres Cearenses e 390 sobre o movimento feminista (SILVA, 2020); isto é, sinalizaram que “havia uma preocupação em controlar e vigiar as atividades realizadas por mulheres, durante a ditadura militar, contrariando a ideia que havia de irrelevância frente aos movimentos de mulheres” (SILVA, 2020, p. 50). Também, como sinalizou Sarah Pinho da Silva (2020, p. 52), o Relatório Especial de Informações, produzido no ano de 1983, “já apontava a necessidade da observação sobre os movimentos feministas, tendo em vista seu avanço frente a movimentos de esquerda e à adesão de diversas mulheres”. A temática da observação do movimento de mulheres e feministas pela vigilância brasileira durante a ditadura ainda precisa ser bastante explorada tanto em âmbito nacional quanto nas diferentes instituições, e em suas dimensões temporais (já que existe uma clara diminuição dos informes provenientes do exterior a partir do ano de 1979), e uma perspectiva comparada.

<sup>53</sup> A grafia dos nomes e sobrenomes foram mantidos conforme escrito nos informes, o que pode trazer erros ou equívocos. Não repeti nomes que apareciam em mais de um informe, a fim de não deixar ainda mais longa a lista.

Amelia de Lima, Clara Amelia Evangelista de Jesus, Clarice Galvão de Figueiredo, Claudet Guedes Coelho, Cleyde Almeida da Costa Fernandez, Dagmar Pereira Granja, Delce José Ribeiro Peçanha, Derlei Catarina de Luca, Dulce de Souza Maia, Elaine Berardo, Elanine Maria Peraldo, Eliane de Rezende Lima, Elinor Mendes Brito, Elisabeth Terezinha de Vargas e Silva, Elizabeth de Souza Lobo Escobar, Encarnación López Pérez, Eni Paula de Freitas Tosca, Eunice Diniz Reis, Flavia de Macedo de Castro, Geresima Silva Freitas, Gerosine Silva Pereira, Helia Marciel Ferreira, Helia Maciel de Waher, Hilda Barreira de Alencar, Hilda de Alencar Gil, Hilda de Andrade Fadiga, Ieda dos Reis M. (sobrenome ilegível), Ieda María Lima de Oliveira, Inés Correa Padredi, Inés P. Martane (sobrenome ilegível), Iracema de Melo, Iracema Gomes Suarez, Irena Loewenstein Beitowitz, Irene L. de Reis (sobrenome ilegível), Isolde Sommer, Janete Regina Osju, Jessie Jane de Souza Alves, Kenya Bucchioni Giacomini, Laura Celina Linue Puccinelli, Laura Maria Ferreira de Almeida, Lea Gomes Benavides, Leila da Costa Fernandez Almeida, Lenise Barros Giedit Pinto, Lina Nunes de Queiroz, Lisette Lidia de Silvio, Lucia Marly de Oliveira, Ludmila Gerbi Frati, Luisa de Holanda Lima, Marcia Savaget Fiani, María A. R. Ramero (sobrenome ilegível), María Albertina Michelan Andretta, Maria Alice Fonseca de Albuquerque, Maria America Diniz Reis Medeiros, Maria Angélica Carvalho de Oliveira, Maria Augusta Carneiro Ribeiro, Maria Aurea Assof, Maria Auxiliadora Lira Barcelos, Maria Camilla Nogueira, Maria Cealles Novaes Barreto, Maria da Glória Ferreira Araujo, Maria da Graça Fonseca, Maria da Graça Ramos de Renzowski, Maria Dalva Leite de Castro, Maria das Graças Loiola da Cruz, Maria Dirce Botelho Mares de Souza, Maria do Carmo Brito, Maria do Socorro Soares, Maria Elisa Osju, Maria Helena Machado Nauman, Maria Inez da Silva de Brito, Maria Iracema Ferreira, Maria José Maestri Dornelles, Maria Livinia Machado Sardinha, Maria Lucia Alves Ferreira, Maria Lucia Carvalho de Castro, Maria Lúcia Cerqueira Santana, Maria Lucia Dagnino de Sampaio, Maria Luiza Monterio da Silva, Maria Mares de Sousa, Maria Nakano Sighetorni, Maria Odila Fernandez Rangel, Maria Risoleta Grillo Dutra, Maria Rodrigues do Amaral, Maria Rosa Palmeira Couto, María Silva Gomez, Maria Sueli Serra, Maria Toledo Cunha, Maria Virginia Paiva, Maria Angela Carvalho de Oliveira, Mariana Fonseca de Albuquerque, Mariana Vieira da Paz, Marijane Lisboa Vieira, Marilena Giacomini Tolisani, Marjorie Osju, Marta Maria dos Santos Caavendra, Miriam Abramovay Saindenberg, Miriam Lopez Moura, Moema Correia São Thiago, Monica Tergon Fantinati, Nancy Mangabeira Unger, Nadia Bambirra dos Santos, Naila Tosca de Freitas, Natacha Alves de Lima Evangelista, Neide Tosca de Freitas, Nereida Nogueira Pinheiro, Pedrina José de Carvalho, Pedrina José Rezende Pereira, Rachel Cossoy Burkinsky, Regina de Graça S. Gonçalves, Renata Guerra de Andrade, Rosane Alves Rodrigues, Ruth Tegon Leal, Sandra de Negraes Brisalia, Sandra E. Machado Nauman, Sandra Macedo de Castro, Sandra Maria Alves de Souza, Silvia Maria Gomes Pinto, Solange Albernaz de Melo Bastos, Solange Maria Nivervino Santana, Sonia Hipolito, Sonia Maria Ferreira de Lima, Sonia Regina Ramos Yassin, Tania Regina Rodrigues Fernandes, Tatiana Marus Novais, Tatiane A. Reis Ramos (sobrenome ilegível), Terezinha de Jesus Borges Pereira, Valéria Maria Guiar Ellery, Vanda Mendes de Araújo, Vania Bambira Gelape, Vera Maria Loureiro Faria, Vera Sílvia Araujo Magalhães, Wanda Cerbi Brondi, Wandette Aboin Andrade Alves

Fonte: Levantamento elaborada pela autora a partir dos informes citados.

No corpus de documentos (entrevistas e livros de memórias) dessa pesquisa são poucas as mulheres que não estiveram no Chile antes do exílio na Europa. Nesse país, as atividades de

militância também foram bastante variadas e significativas, mas já é possível ver algumas rupturas em termos de distanciamentos das organizações em virtude do contexto chileno e da relação direta com os grupos existentes lá; embora, tenha sido na França que muitas mulheres relataram ter ocorrido grandes transformações do pensamento político e de vida (COSTA et al, 1980, p. 433; FERREIRA *apud* ROLLEMBERG, 1999, p. 208). Dentre as mulheres a que tive acesso às memórias, transitaram pelo Chile: Angela Maria Silva Arruda, Ângela Xavier de Brito, Benedicta Savi, Clarisse Galvão de Figueiredo, Elisabeth T. de Vargas e Silva, Ieda dos Reis, Hilda Fadiga de Andrade, Moema Correia São Thiago, Maria Angela Carvalho de Oliveira Muniz, Maria do Carmo Brito, Monica Rabelo, Renata Guerra, Sandra Macedo, Suzana Maranhão, Tereza Rabelo, Zillah Murgel Branco, Zuleika Alambert.

Sandra Macedo contou, em sua primeira entrevista concedida a mim, no ano de 2015, que durante o período em que ela e seu companheiro permaneceram no Chile não trabalhavam e recebiam dinheiro da família; naquele país estavam tentando se organizar para voltar ao Brasil como militantes da POC, ligados à Seção da IV Internacional<sup>54</sup> (MACEDO, 2015). Fizeram curso de guerrilha em Buenos Aires (Argentina), a partir das relações intrapartidárias da IV Internacional (MACEDO, 2015). Tal treinamento (teórico e prático) durou nove meses de formação militar, foi feito com o PRT-ERP, e consistia em executar ações armadas, como desarmar guardas, assaltar bancos e conseguir recursos para ir para o campo fazer a guerrilha (MACEDO, 2015). Sobretudo, tinha a ideia do retorno ao Brasil. Além disso, ao falar sobre este período de maneira retrospectiva, destaca que “nessa época, isso é muito importante, a gente não decidia nada na vida da gente; quem decidia era a organização, ‘parte para Brasil’, ‘não, vai ficar no Chile’, ‘vai para aqui [ou] vai para lá’” (MACEDO, 2015).

Diferentemente, Elisabeth T. de Vargas e Silva esteve exilada no Chile a partir de maio de 1971, onde estudou sociologia (que, tal qual o curso de História que havia iniciado no Brasil, também não conseguiu concluir em função do golpe), trabalhou e entrou no MIR, envolvendo-se em atividades muito próximas àquelas que fazia em Porto Alegre, como ir para as fábricas ensinar o leninismo aos operários. Como todas as pessoas que passaram por lá, permaneceu no Chile até o golpe de 1973 (SILVA, 2015). Elisabeth saiu do Brasil por conta própria, rompendo com a organização da qual fazia parte e teve que se reconstruir do ponto de vista político e econômico (SILVA, 2015).

---

<sup>54</sup> A IV internacional foi fundada por Leon Trotsky (nove anos após ser expulso da União Soviética), em 1938, na França. A organização da IV Internacional fez críticas diretas ao stalinismo e em favor de um movimento operário internacional. Entre os grupos mais importantes ligados à IV Internacional encontra-se a Liga Comunista Revolucionária na França (com a qual tivera relação Sandra Macedo).

Ieda dos Reis também partiu para o Chile após a ruptura com a sua organização. Depois de ser banida e chegar à Argélia, se direcionou a Cuba. E de lá, após a morte de Lamarca, em setembro de 1971, decidiu ir para aquele país, uma vez que Allende já havia vencido a eleição; sua ruptura com a organização da qual fazia parte também aconteceu neste país em virtude do que considerou ser “excesso de autoritarismo e a falta de confiança na direção que se impôs lá” (REIS, 2018). No Chile, Ieda não teve uma militância formal, apesar do apoio popular a Allende e ao explícito desejo de viver em um país em transformação. Durante este período, trabalhou em vários lugares, inclusive contou que esteve junto ao companheiro em uma mina de cobre. Mas, seu principal trabalho foi como auxiliar de direção de assistência social (REIS, 2018). Ela não estudou ou deu continuidade ao curso de Serviço Social que havia iniciado no Brasil (REIS, 2018).

Hilda Fadiga de Andrade (amiga de Ieda de organização e de exílio) chegou ao Chile entre 1970 e 1971, através de contatos. Naquele país, militou no Partido Socialista Chileno e trabalhou no Instituto da Pesquisa América Latina, onde fizeram “um levantamento para reforma agrária, para poder estruturar e organizar a reforma agrária, fazíamos algumas pesquisas sobre educação” (ANDRADE, 2018). Saiu por meio da Embaixada do México, onde esteve e, posteriormente, se dirigiu a Cuba (permanecendo neste país por oito meses) e, depois foi a Portugal. Do período em que viveu no Chile, lembra que o papel das mulheres foi bem importante, uma vez que (junto com as chilenas) “Fazíamos brigadas e abríamos lugares onde a gente sabia, onde tinha comida. E muitas mulheres invadiam os lugares e tiravam as comidas. E essas comidas a gente não ficava, a gente entregava e elas iam para as Juntas de Abastecimentos e Preços” (ANDRADE, 2018).

Depois de passar por Argélia e Cuba, no Chile, Maria do Carmo Brito tentou se integrar ao grupo de brasileiros de sua organização com o desejo de retornar ao Brasil e voltar a fazer a luta armada (VIANNA, 2003). O desejo de retorno era eminente. Mas a situação já era bastante difícil naquele momento. Após consulta médica psiquiátrica, Maria do Carmo trabalhou como professora na Universidade Católica do Chile e continuou a ter vínculos com os brasileiros, mas sem a possibilidade de retorno ao Brasil (VIANNA, 2003). A vida no Chile trouxe algumas alegrias, como o nascimento do primeiro filho, mas também foi bastante tumultada por conta da descoberta do infiltração de Cabo Anselmo, conflitos no grupo por conta dessas denúncias e uma série de tensões vividas pela constatação da derrota da luta armada (VIANNA, 2003). Maria do Carmo deixou o Chile após o golpe com destino à Bélgica e, posteriormente, Portugal e Angola.

Zillah Murgel Branco também desenvolveu trabalhos junto à reforma agrária. Zillah saiu para o exílio no Chile em 1969, onde permaneceu até o ano de 1973. Naquele país, trabalhou “no ICIRA, que era o Instituto de Reforma Agrária, que foi feito ainda pelo [Eduardo] Frei, mas depois que ficou para o Allende” (BRANCO, 2019). Durante o período no Chile, não participou de atividades do PCB (que foram realizadas ou organizadas), mas, como relatou em entrevista, “A única coisa que eu fiz foi receber pessoas que tiveram que fugir da luta armada e que tinham que ser acolhidas por alguém; [...] era pedido em termos de solidariedade amistosa familiar e eu recebia” (BRANCO, 2019). Zillah conseguiu retornar ao Brasil após o golpe do Chile e logo em seguida ao 25 de abril de 1974 partiu para Portugal com seu companheiro português (que conheceu no Brasil entre o retorno e a nova partida) Miguel Urbano Rodrigues.

Angela Arruda, sobre os anos de 1970 a 1973, período em que esteve no Chile, destacou ter dedicado mais tempo ao trabalho e, em menor proporção, a um grupo (que era coordenado por Thiago de Mello) onde cantava; em suas palavras: “A gente cantava e se apresentava nas penhas e tal, que era para ajudar os que chegavam, [no intuito de] fazer dinheiro” (ARRUDA, 2018). Além disso, sobre este período, contou que colaborou com um jornal, organizado também por Thiago de Mello, denominado “Povo/Poder”, e que, segundo Angela, “saíram uns três ou quatro desses jornalzinhos” (ARRUDA, 2018). Embora, Angela autorretrate sua militância como “periférica” (como assinalado acima), ela desempenhou importantes funções, como de ida à Argentina, na tentativa de identificar possibilidades de acolhida em caso do golpe do Chile, e no levantamento de fundos para apoio e a colaboração com o jornal (ARRUDA, 2014). De certa forma, sua percepção de que desempenhava função menor estava atrelada à própria concepção de militância que, muitas vezes, esteve ligada ao vínculo a uma organização ou à estrutura partidária; essa concepção definia que eram militantes àqueles ordenados e definidos dentro desta lógica.

Já a exilada Clarisse Galvão de Figueiredo, quando chegou em Santiago em 1970, contou ter estudado jornalismo (sem conseguir concluir em função do golpe), fez “trabalho militante” em um jornal - onde diz não ter tido salário, mas o fazia pela causa -, participou das manifestações de rua e de um grupo de discussões que tinha pessoas de diferentes organizações, e que ela e o companheiro (com quem iniciou relacionamento naquele país) eram vinculados ao Partido Socialista (FIGUEIREDO, 2019a). Posteriormente ao golpe, exilou-se em Portugal em função de sua origem familiar; seu pai era exilado da ditadura portuguesa no Brasil e a família ainda tinha uma casa naquele país (FIGUEIREDO, 2019a).

Benedicta Savi permaneceu no Chile durante dois ou três anos (de acordo com suas memórias). Disse ela: “a minha casa era um centro de encontro”, onde circulavam pessoas de

diferentes grupos (SAVI, 2019). Como muitos brasileiros que estavam lá, não teve uma participação política ativa, apenas “participava das passeatas”, fazia panfletos e “cheia de boas intenções e vontade de voltar; que todo mundo estava com esta mesma vontade” (SAVI, 2019). Benedicta e o marido deixaram o Chile meses antes do golpe, para uma viagem de turismo de navio pela Europa. Durante a viagem descobriram que não poderiam mais voltar em virtude da situação chilena (SAVI, 2019).

Também esteve pelo Chile Zuleika Alambert, que contou ter ido para estudar e absorver a experiência chilena (COSTA et al, 1980, p. 59), após a situação se tornar insustentável no Brasil. No Chile, Zuleika organizou o *Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior*<sup>55</sup>, que foi uma das primeiras iniciativas de constituir um grupo de mulheres no exterior e no qual buscava criar um espaço para o engajamento das mulheres que se encontravam duplamente marginalizadas, já que eram estrangeiras e esposas (COSTA et al, 1980, p. 61; BACK, 2013). Neste grupo, as mulheres se integraram “em todas as atividades progressistas do Chile: passeatas, trabalhos voluntários, juntas de abastecimento, etc... Realizamos depois o *Seminário Latino-Americano de Mulheres* para discutir a problemática da mulher no Continente” (COSTA et al, 1980, p. 61). Mas, esta iniciativa não durou muito, uma vez que o golpe do Chile dispersou o grupo de brasileiras e conduziu-as a um novo exílio.

Algumas mulheres relataram a participação no grupo de mulheres organizado por Zuleika Alambert no Chile, como Angela Xavier de Brito, que por sua vez lembrou da participação de Maria Cecília Comegno e Maria Nakano, e Leta de Souza Alves, que contou participar de um grupo de mulheres no Chile (BRITO, 2005; COSTA, et al, 1980). No entanto, outras tantas (através de perguntas realizadas nas entrevistas) sinalizaram a não participação, como Clarisse Galvão Figueiredo, Benedicta Savi, e Zillah Murgel Branco (FIGUEIREDO, 2019a; SAVI, 2019; BRANCO, 2019). Apesar desse grupo se pautar na solidariedade entre as mulheres para a sua constituição, em nenhum momento assumiu uma identificação como feminista ou confrontou a esquerda pelo seu machismo. Mas, foi extremamente significativo, uma vez que é lembrando, de modo retrospectivo, tanto como um lugar em que deu “o primeiro despertar para o problema específico da mulher” (COSTA et al, 1980, p. 61) quanto como um espaço irregular das primeiras discussões acerca da opressão feminina (BRITO, 2005).

---

<sup>55</sup> O *Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior* emergiu no Chile a partir de uma comemoração de 8 de março (BACK, 2013, p. 41). Existe duas versões acerca de sua constituição, uma de Zuleika Alambert que constantemente disse que foi uma iniciativa individual e outra proveniente da documentação da *Seção Feminina* do PCB em que narra que esta iniciativa se deu em colaboração com o Partido Comunista Chileno (BACK, 2013). Independentemente das versões, o *Comitê* reuniu entre 160 a 250 filiadas que se encontravam naquele país (BACK, 2013).

Após deixar o Brasil em 1969, Maria Lygia Quartin de Moares passou por Cuba, França e pelo Chile. No Chile, viveu a “primeira experiência de organização feminina, tendo participado do Grupo de Mulheres Brasileiras no Exterior”. (MORAES; SILVA, 1981, p. 20). Acerca de grupos, Maria Lygia sinaliza que o grupo era “totalmente dominando por tendências políticas que consideravam as mulheres como massa atrasada a ser politizada da maneira mais tradicional”. A ex-exilada recorda-se de um episódio ocorrido no ano de 1972, no qual as “políticas” trataram com maior desrespeito às mulheres da “massa” – definidas como “aquelas que não pertenciam a uma das seitas em que nós, de esquerda, nos dividíamos naquele então” (MORAES; SILVA, 1981, p. 30). Para Maria Lygia a prática, lida no ano de 1981 com uma posição já crítica às hierarquias da esquerda com relação às mulheres, significava que as que se diziam feministas naquele momento estavam longe de uma ruptura do poder fálico e do feminino (MORAES; SILVA, 1981). Em outras palavras:

O que todas faziam era criar ocasiões para fazer discursos contra a ditadura, usando a massa de mulheres como ouvintes, ao mesmo tempo em que não perdíamos chances para confrontar nossas divergências políticas, mas uma vez sem enxergar as necessidades e os desejos das mulheres da “massa”. Nenhuma das “políticas” que conviviam no grupo conseguia enxergar e entender a maior parte das brasileiras, viúvas e mulheres de homens pertencentes a partidos e organizações clandestinas no Brasil. Mulheres que ignoravam a atividade dos maridos, mas que souberam, com generosidade enorme, pagar os custos: educar os filhos, sustentar a casa e ter de viver no estrangeiro (MORAES; SILVA, 1981, p. 30).

Também, como bem sintetizou Hilda Fadiga de Andrade (2018), sobre o período no Chile, ao ser perguntada se se tratava de feministas o grupo de mulheres chilenas que invadia os lugares e levava comida, do qual participou, sua resposta foi de que “não se chamava movimento feminista, não tinha muito essa discussão, foi quase nada, porque elas tinham sempre muita penetração nas coisas”. Ou seja, apesar da existência de alguns grupos de mulheres pautados em solidariedade e das mulheres participarem ativamente, tanto de manifestações, trabalhos militantes, como também do “feminismo de segunda onda” (em usos do termo e de projetos) já estar em discussão em outros países (como Estados Unidos, França, Itália), seria anacrônico atribuir que a emancipação das mulheres - enquanto pauta de luta principal e ligada à busca por direitos ao corpo, ao prazer e ao fim das opressões - estava em debate pelas mulheres brasileiras no Chile antes de 1973. Isto é, de modo geral, as brasileiras começaram a se unir e estavam presentes em iniciativas a fim de defender a causa chilena, e essas eram as pautas principais postas em práticas (conforme assinalado por algumas das mulheres brasileiras exiladas).

Após o golpe do Chile, ocorreu uma dispersão dos brasileiros e brasileiras que se encontravam naquele país; muitas dessas pessoas dirigiram-se a países da Europa, como Suécia, França, Suíça, Portugal, entre outros países. Também tiveram como destino/trânsito países da América Latina, como Cuba, Argentina e Peru. Especificamente, Portugal e França tornaram-se grandes lugares de exílio. Estes são os destinos escolhidos para essa tese e sobre os quais desenvolverei capítulos específicos. Mas, antes disso, apresentarei algumas linhas gerais que são importantes para a compreensão dos debates, contextos, militâncias e trajetórias durante os anos de 1970<sup>56</sup>.

### 2.3 O POLÍTICO, AS ESQUERDAS E AS MULHERES NOS ANOS DE 1970

Outras dimensões importantes sobre as militâncias, as mulheres e as esquerdas durante os anos de 1970, estão centradas em aspectos mais gerais, como a relação com o marxismo, os embates entre os diferentes feminismos e as esquerdas, a concepção e transformação do político, a emergência de diferentes manifestações de mulheres, a escolha da definição do movimento, a interferência externa no movimento de mulheres e a participação delas em diferentes espaços, como a dupla militância. Esses aspectos, aqui apresentados de forma sintetizada, estiveram presentes tanto nos lugares de destino aqui escolhidos quanto nos grupos e nas trajetórias das brasileiras; e, de uma maneira geral, constituem aspectos centrais nos conflitos e nas solidariedades entre as mulheres e as diferentes posições assumidas em suas militâncias.

#### 2.3.1 As mulheres, o socialismo e as esquerdas: algumas considerações

O debate entre feminismo, demanda das mulheres e esquerdas não foi uma particularidade das brasileiras e brasileiros; da mesma forma, a relação entre socialismo (ou as posições dos grupos de esquerda) e as ‘mulheres’ é complexa, muitas vezes hierárquica e também cheia de abusos. Entre outras coisas, tal embate tem suas origens no marxismo, esteve presente em muitos países, como Itália, França, Portugal, e nos debates sobre o socialismo real,

---

<sup>56</sup> A escolha de tratar sobre a militância em Portugal e França não anula os engajamentos realizados em outros países, ou no exílio interno ou ainda daquelas que permaneceram no Brasil. Em outras palavras, o exílio e as permanências no Brasil durante os anos de 1970 foram momentos de rompimento das militâncias que vinham sendo feitas em diferentes contextos, o que inclui aqueles que ocorreram na América Latina em geral e em particular no Brasil. Alguns exemplos que poderiam ter sido incluídos na tese são de Moema Viezzer (com passagem pelo Peru, Inglaterra, México e República Dominicana), Renata Guerra (Chile e Argentina) e Beatriz Cannabrava (Cuba, Peru, Bolívia e Panamá), Maria Amélia de Almeida Teles (que permaneceu no Brasil). Por uma questão de recorte, essas trajetórias não serão tratadas nessa tese.

e caminha para diferentes sentidos (que não serão totalmente abordados aqui), como a incorporação do feminismo pelo socialismo/comunismo ou a reivindicação de um feminismo socialista, práticas do socialismo real em relação às mulheres, conflitos entre esquerdas e feminismo e críticas recíprocas em diferentes aspectos. Soma-se a isso, os debates de conceitos-chaves, como produção e reprodução<sup>57</sup>, para o entendimento social.

Uma dessas interfaces foi a relação entre socialismo real e a situação das mulheres; isto é, se dentro do socialismo as mulheres adquiriram mais direitos, uma vez que a promessa do feminismo marxista ou de muitos setores das esquerdas ao anunciar a luta de classes como prioritária era de que nele as mulheres atingiriam também os seus objetivos. Longe de querer chegar a uma conclusão sobre o assunto, gostaria de assinalar que este aspecto é fonte de inúmeros debates, controvérsias e discussões, os quais até hoje ainda são polêmicos. A ideia de que o socialismo real emancipou as mulheres divide opiniões e é um dos elementos que se encontra no debate entre as brasileiras exiladas e suas militâncias.

Para Hilda Scott (1982, p. 451, tradução nossa), hoje uma das principais estudiosas sobre a revolução socialista e as mulheres, embora “algumas organizações [ das esquerdas] até reconhecem a justificativa para um movimento de mulheres autônomas e estão dispostas a cooperar com ele”, por outro lado, não aceitam “a necessidade de incorporar demandas feministas (não como questões individuais, mas como pré-requisitos para uma sociedade transformada) em seus programas políticos”<sup>58</sup>. A autora recorda que, para Marx, a emancipação humana universal está na emancipação dos trabalhadores e o seu foco era do entendimento no meio de produção e trabalho (SCOTT, 1982). Nesse sentido, a argumentação da autora, pautada no que é possível aprender sobre a economia do socialismo real, é de que as contribuições econômicas das mulheres também devem ser visíveis, tanto o trabalho reprodutivo (muitas vezes desconsiderado em sua importância para a produção) quanto o trabalho em situação de produção, que, quando feito por mulheres, é considerado como trabalho reprodutivo (SCOTT, 1982). Em outras palavras, a autora assinala que apenas “migalhas” foram fornecidas às mulheres e que aspectos centrais ligados à valorização do trabalho das mulheres não foram debatidos em alguns países socialistas.

---

<sup>57</sup> As discussões sobre o trabalho produtivo e a reprodução estão atreladas ao marxismo e ao questionamento por parte das mulheres feministas marxistas da inclusão do trabalho das mulheres (como o cuidado, o trabalho doméstico, e etc.) como essencial para que o/a trabalhador/a possa produzir a mais-valia. Para saber mais, ver: RUBIN, 2018.

<sup>58</sup> Tradução nossa: “Some left organizations even recognize the justification for an autonomous women’s movement and are willing to cooperate with it. None of them, however (or none that I know of), accept the necessity of incorporating feminist demands-not as individual issues but as prerequisites for a transformed society-into their political programmes.”

Por outro lado, são consideráveis os ganhos no que tange ao aborto, às creches e à instituição legal de direitos em alguns dos países com socialismo real (SCOTT, 1974). Nesse sentido, Heleieth Saffioti (2011) apresenta que os 50 anos de socialismo trouxeram êxitos às mulheres, mas que isso não foi completo. Para a autora, as mulheres da URSS ainda tinham que lidar com os cuidados das crianças (em função da insuficiência de creches) e com o serviço doméstico sem grandes facilidades (como àquelas encontradas pelas classes privilegiadas em outras sociedades, com os eletrodomésticos) (SAFFIOTI, 2011). Para a autora supracitada, “a experiência soviética demonstra que se a libertação da mulher e sua consequente integração plena na sociedade não se realizou completamente sob o regime socialista, foi neste regime que ela atingiu seu maior grau” (SAFFIOTI, 2011, p. 98).

Este aspecto também foi debatido por Kate Millett (1974, p. 161-162) quando analisou que nos anos iniciais da União Soviética de fato ocorreram ganhos, como a liberalização do casamento e do divórcio, aborto, criação de creches, entre outros. Mas, ainda para a autora, a experiência soviética fracassou e foi abandonada, o que significou que já “ao longo dos anos 30 e 40, a sociedade russa começou a parecer-se cada vez mais com o sistema patriarcal evoluído dos outros países ocidentais” (MILLETT, 1974, p.162). Os motivos do fracasso para Millett (1974, p.162-164) foram vários, como: 1º) a “dificuldade que existe em efectuar uma revolução social completa quando as pessoas se encontram dominadas”; 2º) a subestimação do sistema patriarcal e a ausência de formação de uma base ideológica para a revolução sexual; 3º) “a ideia de que a sexualidade é incompatível com o esforço social e a dedicação à causa”; 4º) o “postulado contestável [...] segundo o qual a família e o casamento seriam apenas fenómenos económicos ou materiais, exclusivamente susceptíveis de solução através de métodos económicos e institucionais”; entre outros aspectos.

Outra interface muito significativa para esta tese foi o contato direto entre o feminismo e o comunismo/socialismo. Foi durante os anos de 1970, mediante a emergência de um novo feminismo, que a aproximação entre feminismo e marxismo ocorreu de maneira mais evidente do ponto de vista teórico. Foram muitas as teóricas feministas-marxistas que escreveram nesse período, a fim de pensar tanto uma releitura do marxismo, a partir do feminismo, quanto um feminismo em uma perspectiva de classe e de raça, como Angela Davis<sup>59</sup>, Juliet Mitchell<sup>60</sup>,

---

<sup>59</sup> Angela Davis é uma ativista antirracista, filósofa socialista e integrante do Partido Socialista e, hoje, mundialmente conhecida pelo feminismo negro. Suas obras foram tardiamente traduzidas para o português. Davis utilizou-se das categorias gênero, classe e raça em seus livros. Sua principal obra é “Mulheres, Raça e Classe” publicada pela primeira vez em 1981 (e somente traduzido para o português em 2016).

<sup>60</sup> Juliet Mitchell é uma feminista socialista britânica. Como definiu Moraes (2007, p. 351), “Mitchell era a típica intelectual da “nova esquerda”, para quem teoria e prática necessariamente caminhavam juntas”. Um dos principais textos da autora é “Mulheres: a revolução mais longa”, publicado pela primeira vez em 1967.

Sheila Rowbotham<sup>61</sup>, Gayle Rubin<sup>62</sup> entre tantas, e, no Brasil, Heleieth Saffioti<sup>63</sup>. Além, obviamente, das próprias exiladas que escreveram em jornais e tiveram/têm produções pensando as mulheres sob uma perspectiva de classes (não abandonando esta categoria, como costumam ser acusadas<sup>64</sup>), como o próprio *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*, que se constituiu sob esta perspectiva, e o *Comitê de Mulheres do PCB*, no qual as mulheres se engajaram sem abandonar as lutas consideradas principais (ABREU, 2016; BACK, 2013).

De modo geral, as principais teóricas feministas-socialistas assumiram um papel de interconexão entre o feminismo e o socialismo, mas também delimitaram as ausências do ponto de vista marxista, no que tange às opressões das mulheres. Para Juliet Mitchell “passa em revista a análise da mulher na teoria socialista, afirmando que a subordinação do sexo feminino foi reconhecida pela grande maioria dos pensadores socialistas do século XIX, mas com uma formulação genérica e abstrata” (MORAES, 2007, p. 354). Como, lembra Heleieth Saffioti (2011, p. 89), “nem Marx e nem Engels se detiveram na análise das funções específicas, que a mulher desempenha na família e por isso não puderam nem solucionar teoricamente o problema feminino”.

Neste sentido, no que diz respeito ao desenvolvimento teórico, as feministas-marxistas baseiam-se, sobretudo, na compreensão de que a sociedade contempla mais de uma contradição e que a emancipação das mulheres depende diretamente da revolução socialista, assim como o socialismo sem feminismo não as emancipa (MORAES, 2007); ou seja, o socialismo eliminaria a dupla opressão das mulheres - aquela imposta pelo capital e aquela compulsória do trabalho doméstico (SAFFIOTI, 2011). Portanto, é uma ilusão pensar que “a emancipação econômica da mulher fosse suficiente para libertá-la de todos os preconceitos que a discriminam socialmente” (SAFFIOTI, 2011, p. 91). Assim, é reconhecido entre as feministas-marxistas que

---

<sup>61</sup> Sheila Rowbotham é historiadora e teórica do feminismo socialista britânico. Suas principais obras desse período são: *Women's Liberation and the New Politics*, publicado em 1969; e *Woman's Consciousness, Man's World* de 1973.

<sup>62</sup> Gayle Rubin é antropóloga cultural, ativista e teórica dos estudos de gênero, sexo e políticas do sexo. Entre outros temas, dedica-se aos estudos da teoria *queer*, prostituição e sexualidades. Um dos textos mais conhecidos escritos por ela é “O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política dos sexos”, publicado em 1975, no qual utiliza como base teórica discussões (e dá uma perspectiva feminista) acerca do trabalho elaboradas por Karl Marx.

<sup>63</sup> Heleieth Saffioti foi uma socióloga marxista brasileira e militante feminista. Também foi professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entre outras discussões, colocou em debate: classe, gênero, violência, trabalho e patriarcado. Tem destaque o seu livro “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade” (tese defendida em 1967), publicado em 1976, que foi um *best-seller* na época. Para saber mais ver: MÉNDEZ, 2008.

<sup>64</sup> Esta acusação, sobre o abandono dos debates de classe, será mencionada nos capítulos seguintes.

a emancipação econômica e a destituição da propriedade privada não são as únicas soluções para as mulheres (SAFFIOTI, 2011; SCOTT, 1974)<sup>65</sup>.

Não irei me prologar demais nesse debate, pois já foram escritas diversas teses e livros, e ainda tantas outras poderiam e irão ser escritas sobre as mulheres, as esquerdas, o socialismo e o feminismo marxista no Brasil e no mundo<sup>66</sup>. O que preciso demarcar, no entanto, é que foi nos grupos das esquerdas marxistas que nasceram muitos movimentos feministas (sejam eles no Brasil, sejam eles no exterior) e foram nesses grupos que as mulheres tiveram uma maior possibilidade de participação política. Não emergiram como um apêndice das lutas gerais, mas em constantes conflitos, justamente pelas prioridades dessas pautas de luta, e estando em contínua simbiose em função de suas origens, relações e proximidades (políticas e afetivas).

Por outro lado, a maioria das mulheres brasileiras exiladas, feministas ou não (conforme será mais detalhado nos capítulos 2 e 3 dessa tese), enfrentaram, dentro desses grupos, conflitos, dificuldades de serem ouvidas e ainda tiveram as suas militâncias desvalorizadas<sup>67</sup>. O que significou, em alguns casos, uma debandada das organizações de esquerda no exterior (MORAES, 2007). Mas, observando-se de um ângulo diferente, os grupos/organizações de esquerda passaram a confrontar-se com suas demandas, às vezes, assumidas de maneira tranquila, outras, deglutidas à contragosto. Independentemente da maneira, passaram a ser assimiladas, com todos os significados que este termo pode ter.

### **2.3.2 As novas esquerdas e o feminismo nos anos de 1970: redefinindo o político**

Um fator importante no contexto do final dos anos de 1960 e dos anos de 1970, no Brasil e no mundo, foi a constituição das novas esquerdas, momento no qual ocorreu “uma tentativa de reinventar a política” (ARAÚJO, 2000, p. 15), com significativas rupturas dos conceitos tradicionais de esquerda e de política. A experiência política deste período e dos diferentes grupos que se organizaram (e dos quais muitas brasileiras exiladas provinham) pode ser caracterizada por três grandes aspectos: a crítica ao marxismo oficial; “a incorporação de novas ideias e novas práticas sugeridas pela experiência política internacional da esquerda a partir de

---

<sup>65</sup> Para além da questão geral de que a emancipação da ‘mulher’ tem que andar junto à revolução, o debate teórico do feminismo-marxista apresenta muitos outros aspectos debatidos em detalhes, como a dialética produção/reprodução, as questões econômicas, os direitos reprodutivos, a socialização, a sexualidade, a educação, trabalho e direitos das mulheres, entre outros. Para saber mais, ver: MORAES, 2007; MITCHEL, 2006; RUBIN, 2018.

<sup>66</sup> Para saber mais ler: BACK, 2013; MITCHELL, 2006; MORAES, 2007; RIBEIRO, 2013; ROLLEMBERG, 2007; RUBIN, 2018; SAFFIOTI, 2011; SCOTT, 1982, entre tantas outras.

<sup>67</sup> As denúncias de machismo nos grupos de esquerda dependem diretamente da compressão de que uma prática assume tais características. Desta forma, nem todas as mulheres que viveram no exterior têm a compreensão de que sofreram opressões ligadas ao gênero ou que também oprimiram, como será visto nos capítulos seguintes.

1968”; e a união destes projetos na luta contra a ditadura em um contexto de pós-autocrítica da luta armada. (ARAUJO, 2000, p. 16). É no segundo aspecto que gostaria de me concentrar um pouco.

De modo geral, as novas esquerdas podem ser caracterizadas pela: a) crítica ao comunismo oficial, o que englobava tanto a URSS quanto os partidos comunistas e suas estruturas hierárquicas (conforme já citado acima); b) a valorização do papel do sujeito, com uma nova concepção, que buscava integrar o político ao pessoal, subjetivo e o cotidiano; c) oposição às formas existentes de organização política, como a democracia representativa e hierarquias; e d) o conjunto de inclusões trazidos pelos grupos minoritários, como dos movimentos feministas, negros e de homossexuais (ARAUJO, 2000). Cabe lembrar, que a “nova esquerda”, apesar das críticas, dos aspectos elencados, ainda permanecia no campo da esquerda marxista.

Desta forma, Araujo (2000, p. 41-42; 44) sinaliza, a partir das críticas de Hannah Arendt, que os pontos comuns às novas esquerdas (passíveis de serem encontradas em vários países) são: a utilização da violência, entendida como de forma justa; a valorização da ação direta; as críticas/desconfianças em relação aos partidos (principalmente, aos comunistas bastante burocratizados); e a reivindicação da democracia direta e participativa, que tanto era contrária às democracias representativas quanto àquelas de partido único. Estes aspectos, ainda de acordo com a autora supracitada, podem ser estendidos ao Brasil, com a especificidade de que, aqui, a democracia não era criticada pelo seu esvaziamento ou pela sua burocratização, mas pelo seu total bloqueio ou inexistência (ARAUJO, 2000).

Conforme ainda elencou Araújo (2000, p. 16), a partir de Paul Berman, foram quatro grandes revoluções que ocorreram durante os anos de 1970 (como ressonância de 1968): a) a revolução dos costumes e dos comportamentos; b) a entrada em cena - eu direi mais fortemente no Ocidente ou na Europa - de uma nova religiosidade; c) o fascínio por algumas experiências comunistas; e d) a contestação do comunismo soviético. O que significou que as ideias de revolução, de político e de esquerda assumissem novos conteúdos, sentidos, formas e práticas durante este período. Estes aspectos têm uma relação direta com a constituição geracional, atrelada ao ano de 1968, sendo vividos de maneiras muito diferentes em cada país, com conflitos com a “autoridade” (acadêmica, policial, de classe política) e ocupações de lugares públicos.

1968 foi importante na história contemporânea e é facilmente classificável como um processo global. Também foi registrado por diferentes ângulos e perspectivas, podendo ser caracterizado como o momento da manifestação de contestação, com uma revolução política,

cultural e sexual. Na França, um dos principais lugares de contestação, iniciou-se com manifestações universitárias, com motivos (mais gerais) contra o *status quo*, o autoritarismo e o imperialismo, ou, mais especificamente, contra a reforma universitária que estava sendo proposta. Tal movimento alcançou tanto os operários - que mesmo não sendo apoiados inicialmente pelos respectivos sindicatos, organizaram diferentes greves - quanto diferentes esferas da sociedade, como os intelectuais, com a presença ativa nas manifestações de Jean-Paul Sartre, Michel Foucault, entre outros. Ademais, constituiu-se, inicialmente, independente dos sindicatos e do Partido Comunista Francês e estabeleceu mecanismos de democracia direta (MELLO; REIS, 2008).

1968 foi um ano com múltiplos significados e valências, com ações protagonizadas por jovens de várias localidades do mundo, que trouxeram suas angústias e experiências para o centro da política. Uma dessas dimensões foi a democracia que, conforme Norberto Bobbio, “foi uma verdadeira ruptura”, uma vez que “não apenas inventou um novo modo de fazer política, com novos atores [e atrizes], assembleias, manifestações e agitações de rua, [...]; mas também refutou algumas das regras fundamentais do sistema democrático”, a começar pelas eleições e a instituição de uma representação sem mandato imperativo, “substituindo-o pelo princípio da democracia direta e da revogação do mandato” (BOBBIO, 2018, p. 112).

No Brasil, também ocorreram manifestações em 1968, vividas intensamente por algumas das exiladas (mesmo que não participando de maneira ativa dos protestos). Algumas semelhanças entre o ano de 1968, no Brasil e outros lugares no Ocidente, já foram pensadas, como: o contexto da Guerra Fria e do forte anticomunismo; o crescimento econômico; as greves estudantis e o sentimento de legitimidade universal da revolta dos jovens; e a vitória da repressão e/ou da ordem (ROLLAND, 2009). Por outro lado, teve diferentes características daqueles ocorridos no mundo, definido como um ano de brutalização dos conflitos, um ano de transição e manifestações sociais ocorridas em um curto período de tempo (ROLLAND, 2009). Para lembrar, o ano de 1968, no Brasil, culminou com o Ato Institucional nº 5, promulgado em 05 dezembro, o ato mais duro da ditadura. Por último, conforme destacado por Denis Rolland (2009, p. 437) “Sem dúvida, ainda é muito cedo para tentar essa síntese difícil que seria uma história global das circulações e transferências internacionais em torno de 1968”.

Por último, acerca do maio de 1968 francês, para Fraçoise Picq (2002, p. 315), ao falar sobre o movimento feminista, “a concepção política de maio de 68 permitiu que as questões das mulheres fossem levantadas de uma maneira nova e subversiva”<sup>68</sup>, começando com a ideia

---

<sup>68</sup> Tradução nossa: “May' 68's conception of politics allowed women's issues to be raise in a new and subversive way”.

de que “tudo é político” alargando-se para a vida cotidiana e privada. A afirmação estabelecida de que “o pessoal é político”, que hoje é bastante conhecida como *slogan* dos movimentos feministas das décadas de 1960 e 1970, faz parte desta redefinição (PICQ, 2002, p. 315). Foi nesse contexto, também, que as experiências pessoais (e não somente as teóricas) se tornaram o alicerce para entender a opressão às mulheres (PICQ, 2002).

Mas, o que significou a redefinição do político? Ou ainda, o que é o político? A palavra “política” é polissêmica, podendo significar tanto as instituições estatais, os partidos e seus participantes, as eleições e o voto, quanto as práticas de ações coletivas, nas quais interesses sociais e objetivos políticos constituem projetos que afetam a todos. Por exemplo, quando as mulheres, negros, indígenas, ou trabalhadores, reivindicam e conquistam direitos, por meio de movimentos sociais, pautados em suas identidades, interesses e objetivos políticos diretos, esses são repassados a todas as pessoas (independente se participam ou não do movimento reivindicatório). E estas práticas têm propostas políticas porque, sobretudo, buscam um objetivo comum, tanto para certos grupos da sociedade quanto para o todo. Da mesma maneira, não podem ser consideradas como pautas específicas/individuais, já que estão calcadas em transformações coletivas.

Dalmo de Abreu Dallari (1983, p. 06), no *O que é participação política?*, em meio a polissemia do termo e suas diferentes posições, define que “política é a conjugação das ações de indivíduos e grupos humanos, dirigindo-as a um fim comum”. Segundo o autor, “independente da forma adotada e dos meios utilizados para a tomada de decisões” a política é tanto a “organização social que procura atender à necessidade natural de convivência dos seres humanos” quanto “toda ação humana que produza algum efeito sobre a organização, o funcionamento e os objetivos de uma sociedade” (DALLARI, 1983, p. 07). Embora, muitas vezes, e por muito tempo, a noção de político estivesse associada à participação política ligada às eleições, ao voto, e à participação em um partido político - ou seja ligada à democracia representativa - “a participação política não é apenas a participação eleitoral” (DALLARI, 1983, p. 31). Nesse sentido, o debate sobre o político é muito mais do que isso, ao envolver a participação individual (realizada por práticas que envolvem desde falar, escrever ou encorajar pessoas próximas) e coletiva (relacionadas à associação ou a um grupo) e tem como objetivo os mais diferentes projetos, como o feminista, o comunista, e etc.

No que tange a essa tese, o político também assume diferentes significados. O primeiro deles tem relação direta com o próprio recorte das militâncias políticas, ou melhor, às ações políticas das mulheres brasileiras durante o exílio e o retorno. Nesse sentido, cabe lembrar que a própria consideração das militâncias políticas das mulheres e seus engajamentos junto aos

movimentos de mulheres como importantes advém explicitamente de mudanças no campo da história, questionadas justamente pelas histórias das mulheres e pelos movimentos sociais.

Outro questionamento bastante importante aqui é o da própria concepção de política realizada pelos movimentos sociais (como por aqueles do maio de 1968 ou dos movimentos na América Latina<sup>69</sup>), que, como visto, resultou numa definição mais abrangente do termo. Além disso, essa redefinição está pautada, de modo geral, por novos atores sociais, que passaram a modificar ou a reconfigurar a cultura política dominante (e, conseqüentemente, os seus estudos acerca) e ressignificar concepções como a de cidadania, democracia e participação política em variadas esferas sociais (ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2000). Tais dimensões culturais refletiram diretamente nas relações sociais da década de 1970, e também posteriormente, uma vez que foi possível perceber os questionamentos das diversas opressões (para além da classe) e uma nova percepção da ação política (que incluía diferentes domínios sociais).

Uma das mais importantes redefinições do político durante os anos de 1970 foi aquela de que “o pessoal é político”. Esta reivindicação afetou/afeta a própria definição da ação política e consiste em pensar sobre o “caráter estrutural da dominação expressada nas relações da vida cotidiana, dominação cujo caráter sistemático tinha sido precisamente obscurecido, como se fosse o produto de situações pessoais” (VARIKAS, 1996, p. 66). A utilização do *slogan* buscava demonstrar que a “dominação era, ao mesmo tempo oculta e assegurada através de poderosas instituições”, como a família, a heteronormatividade e divisão do trabalho (VARIKAS, 1996, p. 66). Por outro lado, esta afirmação não anula as estruturas e as instituições, em detrimento da vida cotidiana, e também assume, segundo Flávia Biroli (2013, p. 17), que “um dos sentidos da defesa da politização da vida privada no feminismo é a exposição do caráter político das relações de poder em domínios da vida que são exteriores aos limites convencionais da política”. Como assinalou Moraes (2007), acerca das mulheres exiladas que aderiram ao feminismo, ocorreu a politização das relações de gênero.

Como bem resumiu a historiadora Maud Anne Bracke (2019, p. XVI), ao escrever sobre o feminismo italiano, a redefinição do político durante os anos de 1970 passa por quatro grandes esferas: 1º) a proposta de um novo sujeito político: as mulheres; 2º) o repensar sobre onde se posiciona o político, que aparece nas discussões acerca da politização do privado, da família e das relações de afeto; 3º) a descoberta de novas práticas políticas e de formas de organização,

---

<sup>69</sup> A constituição de novos movimentos sociais na América Latina, que implicaram tanto em questionamentos e constituição de novas abordagens acerca de democracia, político e cidadania, quanto baseados em identidades para o seu agrupamento, se deu, principalmente, durante os anos de 1980 e 1990 e coincide (não por acaso) com o período da democratização de vários desses países. Para saber mais, ver: ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2000; DOIMO, 1995.

o que compreende também novas formas de mobilização e de práticas discursivas; 4º) a exploração das novas modalidades em confronto com outros sujeitos políticos, como as instituições, partidos, e organizações sociais. Todas essas esferas estão presentes nesta tese, em que mulheres brasileiras (novos sujeitos políticos), durante os anos de 1970, no exílio, incluíram novas pautas e novas formas de fazer política baseadas na solidariedade (ao repensar os seus posicionamentos) e se depararam com confrontos entre diferentes posições (seja das organizações ou grupos, seja entre as próprias mulheres).

Também não posso deixar de mencionar sobre o “desafio político” das mulheres brasileiras em querer estar em uma experiência política que sempre as considerou como as ‘outras’, nas militâncias de combate direito à ditadura em espaços majoritariamente ocupados por homens. Por outro lado, ao colocarem-se no centro das discussões como mulheres, isto é, como sujeitos em grupos e espaços feitos por/destinados a elas, modificaram tanto o sentido de si quanto o pensamento político da época, que teve que aprender a se defrontar com a reivindicação da inclusão das demandas femininas. Além disso, os diferentes sujeitos, sejam eles mulheres ou não, exploraram novos modelos políticos de agir e novas ideias de injustiça, poder e liberação.

Por último, conforme sinalizou Dallari (1983, p. 60), “os movimentos políticos não têm um padrão de organização e de métodos de ação, devendo variar de acordo com os objetivos e as circunstâncias”, e de tempo e de espaço (adicionado por mim). Essas variações, métodos, práticas e ações são diferentes coletiva e individualmente e, certamente, tiveram grandes transformações durante os anos de 1970 na América Latina e na Europa. É difícil definir as ações políticas dos movimentos sociais, atualmente, sem o risco de cair em uma homogeneização ou apagamento, ora de seus dinamismos ora de sujeitos partícipes. No entanto, é importante considerar que algumas práticas, grupos e conflitos comuns aos feminismos e aos movimentos de mulheres, dos anos de 1970 e 1980 no Brasil, aos quais as brasileiras exiladas se integraram, devem ser delimitados (conforme será visto no último capítulo).

### 2.3.3 O feminismo, o feminino e o movimento de mulheres: reflexões sobre as nomenclaturas

A utilização dos termos *feminismo*<sup>70</sup>, *feminino*<sup>71</sup>, ou *movimento de mulheres* como forma de caracterização ou autodefinição/posição das militâncias também é aspecto presente no contexto dos movimentos dos anos de 1970. A definição do primeiro termo estava ligada ao entendimento de que “os problemas específicos da mulher não seriam resolvidos apenas pela mudança na estrutura social, mas exigiam tratamento próprio” (SARTI, 2001, p. 39). Como explicitou Offen (1988, p. 45, tradução nossa), “as palavras feminismo e feminista são usadas hoje em todo o mundo ocidental para conotar as ideias que advogam a emancipação da mulher, os movimentos que tentaram realizá-la e os indivíduos que apoiam esses objetivos”<sup>72</sup>. Por outro lado, a utilização pública e frequente do termo *feminismo* só começou a ser feita a partir do final do século XIX na França (local de sua origem epistêmica) (OFFEN, 1988) e, mais tardiamente, foi caracterizada por um adjetivo classificatório e excludente, como “feministas cristãs”, “feministas socialistas”, “feministas radicais” (OFFEN, 1988).

Aquilo que se intitulou como *feminino* buscava distanciar-se do *feminismo* por diferentes motivos. O primeiro deles está atrelado ao significado de demarcar a participação das mulheres em movimentos ou lutas mais gerais. Nesse caso, se encontra a prevalência ou das lutas sociais, atreladas principalmente à compreensão das lutas de classe, ou de pautas não consideradas feministas (como a caridade), ou ainda àquelas ligadas às lutas antiautoritárias de cunho geral (a paz, o fim da ditadura, o fim da guerra, etc.). Em um segundo plano, algumas mulheres preferiam utilizar o termo *feminino* porque *feminista* era entendido como ‘pequeno-burguesa’, capitalista, de direita ou, ainda, eram “um tipo de mulher ‘mal-amada’, despida de

<sup>70</sup> A definição de feminismo é conflituosa e complexa. De modo geral, é um fenômeno social ligado à luta de mulheres por seus direitos específicos. Envolve práticas, teorias, diferentes posições (de acordo também com suas partícipes), pautas de lutas, epistemologias e diferentes demandas. Durante os anos de 1970, as grandes divisões entre os feminismos eram denominadas liberal, radical, negra, marxista/ classista, e lésbico. Tais grupos divergiam em função de entendimentos e prioridades ligados à classe, às formas e pautas de luta, aos projetos políticos, etc. Atualmente, o termo vem sendo utilizado no plural, feminismos, a fim de contemplar a diversidade de posições que carrega o conceito; esta não parece ser uma questão colocada (apesar da diversidade) durante os anos de 1970. Para saber mais, ver: BIROLI, 2018; CARNEIRO, 2019; GOLDBERG, 1987; PEDRO, 2012; SARTI, 2004; MORAES, 2007.

<sup>71</sup> *Feminino* “costuma designar o conjunto de características, qualidades e atributos social e culturalmente reconhecidos como parte da natureza da mulher” e liga-se diretamente a sua oposição binária, o masculino (SOARES, 2019, p. 248). Hoje, tal termo foi substituído por feminilidade, isto é, as qualidades e atributos constituídos como identidade em um tempo, espaço e dentro do padrão heteronormativo (SOARES, 2019). As discussões de *feminino* são atravessadas tanto pelas relações de poder quanto pela performance.

<sup>72</sup> Tradução nossa: “The words *feminism* and *feminist* are used today throughout the Western world to connote the ideas that advocate the emancipation of women, the movements that have attempted to realize it, and the individuals who support these goals”

encantos femininos, cuja frustração se exprime sob a forma de inveja dos homens, aos quais procura, no fundo, imitar” (SINGER, 1980, p. 138).

Obviamente, esta discussão carregava em si um caráter mais complexo, uma vez que as noções e ideias circulavam e ocorriam diálogos; o que significa que, por exemplo, para muitas *feministas* não ocorria o abandono das questões sociais (que, por sua vez, deveriam ser pensadas concomitantes às questões da mulher) e que também deveria contemplar as demandas do *feminino*. Para as mulheres do movimento *feminino*, a situação da mulher não era deixada de lado, só não assumia pautas específicas e acabava se diluindo naquelas tidas como gerais<sup>73</sup>.

Além disso, durante os anos de 1970, muitos grupos preferiam se designar como movimento de mulheres, como ocorreu na França, Portugal, Itália e Brasil. Como afirmou Elda Guerra (2005), o feminismo compreende um significado mais vasto a respeito do *movimento de mulheres*, ou movimento de liberação das mulheres, uma vez que engloba um corpus complexo de teorias e práticas que se desenvolveram durante os anos de 1970. Para algumas pesquisadoras, o termo *movimento de mulheres* significa o entendimento de que as partícipes não buscam por uma causa específica (FOUGEYROLLAS-SCHEWEBEL, 2009). Por outro lado, movimento de mulheres também pode significar o termo reduzido de movimento de liberação das mulheres, associado a um feminismo radical (FOUGEYROLLAS-SCHEWEBEL, 2009).

Longe de querer afirmar qual termo é melhor, ou qual a definição que se encaixa mais para as mulheres, grupos ou movimentos, ou usar uma régua para medir quem é *feminista*, *feminino* ou *movimento de mulheres*, o que quero elucidar aqui é que as escolhas emergiram tanto em um contexto complexo quanto trazem conflitos próprios dentro/entre os movimentos e as mulheres. A polêmica de todas essas classificações e denominações ligadas aos termos *feminino*, *feminismo* ou *movimento de mulheres* é que, muitas vezes, a definição assumiu aspectos de hierarquias entre os diferentes movimentos e entre as mulheres que participavam desses movimentos, com críticas e acusações recíprocas. Todos esses aspectos se davam por meio de relações de poder, onde a escolha dos termos são cruciais para o entendimento.

Cabe situar os usos nos dois países de exílio aqui recortados. A história da “fundação” do Movimento de Liberação das Mulheres (MLF) na França foi forjada muito mais tarde, sendo atrelada ao ano de 1970 (PICQ, 2008). Embora o termo “feminismo” tenha a sua origem na

---

<sup>73</sup> *Feminino* e *feminista* eram aqui utilizados e associados às organizações de esquerdas. Atualmente, por outro lado, *feminino* é utilizado por mulheres de direita que ocupam espaços de poder (conquistados graças ao feminismo) e que querem opor-se ao *feminismo* por considerá-lo tanto uma ameaça à sociedade quanto uma prática da esquerda.

França, inicialmente, e mais precisamente durante os anos de 1960, o movimento de mulheres francês era dividido em pequenos grupos, dos quais poucos se intitulavam como feministas, por exemplo, o *Féminin, Masculin, Avenir* (que mais tarde se tornou *Féminisme, marxisme, action*) e foi uma das bases do MLF (ABREU, 2016). Em outras palavras, o MLF também carrega em suas memórias e histórias uma série de disputas atreladas a sua emergência, ano de fundação e autodenominação (PICQ, 2008). Além disso, como Françoise Picq (2008) comenta, os primeiros panfletos foram assinados como “algumas ativistas” ou “mulheres ativistas do MLF”, isto é, não como “feministas”. No entanto, durante os anos de 1970, o movimento já se considerava feminista.

Já, em Portugal, os *movimentos femininos, de mulheres* ou *feministas* existiram concomitantemente e também assumiram configurações diferentes com o passar dos anos. Do *movimento feminino* eram considerados os grupos de mulheres conservadoras, que sob as siglas do Movimento Nacional Feminino<sup>74</sup>, e apoio de Salazar, não reivindicavam alterações na sociedade portuguesa (PIMENTEL, 2015). No entanto, novos movimentos de mulheres emergiram durante os anos de 1960 e 1970, com diferentes grupos, espaços, objetivos, áreas de atuação e motivação, como o Movimento Democrático de Mulheres, o Movimento Internacional de Mulheres Cristãs, o Movimento de Libertação das Mulheres. Alguns desses grupos se diziam feministas, outros não, outros mudaram a autodefinição com o passar das décadas (TAVARES, 2000).

No Brasil do final dos anos de 1970, esta definição também esteve presente nos grupos, como nos movimentos de bairros, creches, nos grupos feministas ou de participação exclusiva de mulheres, tais quais o *Brasil Mulher*, o *Nós Mulheres*, o *Movimento Feminino pela Anistia*, entre outros grupos que emergiram nesse período (SINGER, 1980). Os movimentos foram atravessados por preconceitos, disputas, cisões (pelos debates e inclusão de pautas de lutas), abandonos e, também, transformações dos projetos e nomenclatura (como foi o caso do *Brasil Mulher*) (SINGER, 1980).

Independentemente da utilização dos termos (*movimento de mulheres, feminino* ou *feminista*), muitas mulheres se engajaram em diferentes grupos durante as décadas de 1970 em vários países, seja por lutas específicas ou gerais, seja momentaneamente ou de forma continuada, como fizeram as exiladas (e também as não-exiladas). Além disso, utilizando ou não os termos citados aqui, ou, ainda, mudando suas definições com o passar dos anos

---

<sup>74</sup> O Movimento Nacional Feminino de Portugal existiu entre os anos de 1961 até 1974 e foi criado por Cecília Supico Pinto com apoio de Salazar. No dia 25 de abril de 1974, por meio do decreto 171/1974, as organizações femininas ligadas a esses movimentos foram extintas (PIMENTEL, 2015).

(principalmente, quando perguntadas em entrevistas realizadas pela história oral), as simbioses, as características, as aproximações, os distanciamentos entre os grupos e as relações de poder atravessam todas as trajetórias de mulheres exiladas.

A participação em grupos e espaços também significou dinâmicas de posições políticas e reformulação das experiências políticas das brasileiras exiladas; além das escolhas do que era considerado prioridade. Também é muito complexo querer definir o que é ou não *feminismo*, *movimento de mulheres* ou *feminino*, já que a utilização do termo muitas vezes está em disputa e se constitui pela relação; desta forma, o que busco apresentar aqui não é a minha classificação sobre cada uma das exiladas, mas como estes termos foram utilizados para construções de si e se tornam aspectos de disputas. Antes de seguir para os relatos das mulheres brasileiras, algumas questões específicas de cada país de destino de exílio serão apresentadas.

#### 2.4 FRANÇA E PORTUGAL: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

As possibilidades de exílio na Europa pareciam múltiplas e muito diversas entre si. E conforme já bem elaborada por cada uma das exiladas, foram acontecendo, muitas vezes, diante de ajudas humanitárias, contatos e ajudas de amigos e familiares, escolhas bastante práticas e possibilidades de residência<sup>75</sup>. Mas, foram Paris e Lisboa que se tornaram os principais lugares de destino escolhidos para o exílio quando as portas da América Latina se fecharam após o golpe do Chile em 1973 (ROLLEMBERG, 1999).

Por que Portugal e França se tornaram principais destinos de exílio na Europa? A França era lugar de desejo, cidade onde o mundo se encontrava (exilado ou só de passagem), ou onde muitos queriam estar: o humanitarismo (com seu histórico de declarações universais dos direitos humanos), as múltiplas possibilidades de existência, vida e liberdades; sem falar que ser exilado parecia ser interessante, fonte de perguntas, ajudas e curiosidades; em outras palavras, Paris era a ‘Meca da Revolução’ (BRACKE; MARK, 2015).

A escolha de Portugal apareceu como “evidente” pelas facilidades, sejam linguísticas, de cultura, seja pelo fato de que muitos exilados conseguiram ver neste país a tão sonhada revolução - que depois se mostrou não tão boa quanto parecia no início. Além disso, ao longo da década de 1970, muitos exilados optaram por se instalar em Portugal ou migrarem para as ex-colônias africanas que se tornaram independentes (Moçambique, Angola, entre outros), “desgastados com o processo de adaptação social, bastante restrita para a maioria, ou

---

<sup>75</sup> Isto foi constatado nas entrevistas de Elisabeth T. de Vargas e Silva, Ieda dos Reis, Hilda Fadiga de Andrade, Sandra Macedo, Suzana Maranhão, entre outras.

institucionalidade, tanto da política europeia, como daquela que se vislumbrava no Brasil” (ROLLEMBERG, 1999, p. 124).

E, por que escolher as trajetórias das brasileiras exiladas na França e em Portugal? Primeiramente, foram nesses dois países que se constituíram grupos de mulheres<sup>76</sup>. Na França o *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*, o *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris* e a *Seção Feminina do PCB* (que também esteve em outros países como Bélgica e Itália, mas com discussões realizadas, principalmente, em Paris). E, em Portugal, o grupo de mulheres que produziu o livro *Memórias das Mulheres do Exílio*. Também nesses países é possível ver solidariedades entre as brasileiras e portuguesas e entre as brasileiras e as francesas (como buscarei apresentar nos capítulos seguintes).

As diferenças de trajetórias e de constituições de grupos mantém uma relação muito forte com os contextos locais, o que me permite ver tanto aspectos globais quanto especificidades nas militâncias dessas mulheres; uma vez que, como anunciou Gabriele Griffin a Rosi Braidotti (2002, p. 16), “sem dúvidas, existe uma correlação entre o tipo de Estado que estamos como feministas e a que culturas políticas aderimos”<sup>77</sup>. Por isso, antes de seguir, devo apontar algumas especificidades de cada um desses países, como o *welfare state*, o movimento de mulheres destes países e mais alguns aspectos gerais.

A existência do *welfare state* afeta diretamente a vida das mulheres, apesar de não haver uma resposta fácil sobre as implicações em função da heterogeneidade das mulheres (e suas condições interseccionais). Como sinalizou Harriet Silius (2002, p. 31), a definição do *welfare state* inclui educação, saúde, moradia, meios de subsistência, segurança social, meios que garantem o bem-estar, direitos sociais em caso de doenças e emprego; e no qual estão em debate assistência e pobreza. De modo geral, o *welfare state* é a interferência entre mercado de trabalho e vida privada, entre trabalho e cuidado (SILIUS, 2002). Por outro lado, os países que oferecem serviços e assistências não podem ser tidos como capazes de tudo resolver, uma vez que, ainda conforme assinalou Silius (2002, p. 44), a partir de constatações de outras pesquisadoras, o sistema protege muito menos a integridade corporal das mulheres do que a dos homens, e os direitos de família em sua maioria estão atrelados à heterossexualidade.

---

<sup>76</sup> Outros grupos de mulheres brasileiras no exterior também foram constituídos, como: a Associação de Mulheres Democráticas em Lunda (na Suécia); a Associação de Mulheres Brasileiras e Italianas em Milão (Itália); o Comitê de Mulheres Brasileira em Bruxelas (que editou o periódico *Nossa Hora*, que publicou seis números); o Comitê Europeu das Mulheres Brasileiras (BACK; 2013; e alguns materiais consultados no CEDEM/ UNESP). Não encontrei muitos detalhes sobre esses grupos de mulheres.

<sup>77</sup> Tradução nossa: “Without doubt, there is a correlation between the kind of states we as feminists are in and what political cultures we adhere to”

Apesar disso, algumas brasileiras exiladas relataram ter se utilizado de alguns benefícios na França e em Portugal, como, o de as crianças frequentarem escolas - algumas integrais - e o direito ao parto gratuito (MACEDO, 2015; CRAIDY, 2015, ANDRADE, 2018). Não entrarei em detalhes ou medirei as consequências diretas disto na vida das mulheres exiladas, já que este não é o objetivo desta tese. No entanto, a existência de certos serviços garantiu tanto a sobrevivência como a possibilidade de militância das mulheres, em um contexto em que a família não estava presente e não poderia oferecer auxílios, como no cuidado das crianças e da própria família.

Por outro lado, as condições de vida em Paris e em Lisboa eram bastantes distintas. Após o ano de 1974, Lisboa vivia, ao mesmo tempo, as transformações democráticas tão esperadas, a revolução política e cultural em função do novo regime político instaurado, as consequências do fim da guerra colonial e o retorno ao país de mais de 650 mil expatriados de Angola e Moçambique, diversos problemas sociais (como analfabetismo, reforma agrária, etc.), e o enfrentamento direto às ideias conservadoras marcadas, principalmente, pela forte presença da Igreja Católica (BARRETO, 2005; PINTO, 2019; TAVARES, 2000). Paris, por sua vez, era considerada o centro do mundo, vivia as consequências culturais e sociais do maio de 1968 e das manifestações contra a guerra na Argélia, recebia e/ou imigrantes de inúmeras nacionalidades (inclusive, portugueses), era centro de debates e de interações entre diferentes culturas e formas de contestação; também era uma cidade onde estava em ebulição um movimento feminista autônomo, criativo e bastante contestador (PICQ, 2002; ABREU, 2016, BRACKE; MARK, 2015). Nesses dois países, ocorria a emergência dos movimentos de mulheres e do feminismo de “segunda onda”.

Na Europa havia uma gama muito diversificada de formas e de experiências de mulheres, baseadas em seus contextos históricos, institucionalizações e culturas políticas (GRIFFIN; BRAIDOTTI, 2002). Mas, algumas propostas políticas podem ser pensadas como comuns ao que hoje consideramos feminismos ocidentais de segunda onda, como: o desejo de uma transformação da sociedade; a constatação da opressão das mulheres (para além dos direitos civis), as desvantagens culturais e do estatuto de cidadão de segunda-classe na sociedade; a emergência de um movimento de mulheres/feminismo na “nova esquerda”, mas com rupturas com esta nova forma de fazer política, que muitas vezes se mostrou sem habilidade de incluir as mulheres e suas propostas; as denúncias das atribuições das mulheres ligadas à maternidade e à casa; a aclamação pela escolha livre ligada ao corpo; as lutas e as discussões ligadas ao direito e ao prazer sexual; entre outras questões que podem ter variado de acordo com cada país (GRIFFIN; BRAIDOTTI, 2002; PICQ, 2002; PEDRO, 2012). Françoise

Picq (2002, p. 318) resume bem que o “aborto era o símbolo dessa luta, assim como o sufrágio havia sido na primeira onda, mas o objetivo era muito maior, questionar as funções das mulheres, as relações entre os gêneros e, no final, a identidade das mulheres”.<sup>78</sup>

O “feminismo de segunda onda” é entendido aqui como uma maneira de definir o feminismo emergente nos final dos anos de 1960 e durante a década 1970 e que passou a incluir temáticas como a inclusão das mulheres, a valorização do cotidiano, o questionamento da sujeição ligada a uma compreensão de identidade múltipla como “mulheres” e “deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado - entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres” e com palavras de ordem: “o privado é político” (PEDRO, 2012, p. 79). Por outro lado, lembro que o termo “feminismo de segunda onda” está atrelado ao adjetivo de “onda” e funciona de maneira comparativa em relação àquela pela luta em defesa do direito ao voto da primeira metade do século XX. De acordo com Suely Gomes da Costa, a partir de debate proporcionado pela historiadora Joana Maria Pedro, outra possibilidade de metáfora seria a de rizoma; para Costa (2009c, p. 10), tanto rizoma quanto onda “são úteis como metáforas; não são excludentes, pois, juntas traduzem conceitos convergentes”.

Ademais, existiam muitas diferenças entre os feminismos e/ou grupos de feministas ou de movimentos de mulheres durante os anos de 1970. Havia as contradições entre feministas socialistas/marxistas, feministas radicais, feministas lésbicas e heterossexuais, movimento de mulheres/feminismo negro e também entre as universalistas/diferencialistas<sup>79</sup> (PICQ, 2002; HILL, 2017, MCLAREN, 2016). Também é importante situar que mesmo com propostas comuns à participação das mulheres em movimentos dos anos de 1970, a emergência do feminismo, e as pautas contrárias às opressões vividas por elas, ocorreram de formas diferentes em cada país em função dos contextos locais. Além disso, existiam aspectos diferentes para cada mulher, em relação direta às trajetórias de vida, influências políticos-familiares, etc., ou seja, em função de suas subjetividades.

---

<sup>78</sup> Tradução nossa: “abortion was the symbol of that fight, just as suffrage had been for the first wave, but the purpose was much larger, questioning women's roles, the relationships between the genders, and in the end women's identity”

<sup>79</sup> O feminismo diferencialista “baseava-se numa identidade considerada comum a todas, ou seja, todas as pessoas que, entendiam, possuíam um mesmo sexo, no caso, o feminino, eram identificadas como “Mulher” e passavam a ser pensadas como submetidas ao sexo masculino - sendo, portanto, alvos da mesma forma de opressão” (PEDRO, 2005, p. 81). O feminismo diferencialista foi fortemente criticado de essencialista. Já, o feminismo universalista ou igualitarista tinha como perspectiva não tanto a diferença, mas a noção de que “as mulheres participassem em igualdade de condições com os homens na esfera pública” (PEDRO, 2005, p. 81). Por sua vez, a crítica que assolava as igualitaristas era de que elas queriam que as mulheres fossem homens para poder entrar na esfera pública. (PEDRO, 2005).

Estas características foram muito diferentes tanto nos movimentos em Paris e Lisboa (lugares de destino das brasileiras exiladas) quanto no Brasil - onde permaneceram muitas brasileiras militantes contra a ditadura, que não se exilaram ou com quem as mulheres que retornaram ao final dos anos de 1980 se depararam. Todavia, são as mulheres os sujeitos constituidores desses movimentos, como pode ser visto nas várias características de lutas, trajetórias de militância, posições diversas e experiências em reformulações a partir de seus contextos.

Os feminismos dos anos de 1970, em Portugal, estavam muito condicionados/ relacionados à situação que o país vivia, de transformação de governo e práticas cidadãs ligadas à Revolução dos Cravos. Os feminismos e os movimentos de mulheres portuguesas já existiam antes do 25 de abril. Mas, para a ditadura portuguesa, a mulher era vista como o esteio da família, isto é, o trabalho fora do lar desagregava a família e as mulheres deviam cumprir a função de cuidar da casa, dos filhos e do marido (TAVARES, 2000, p. 21); para tanto, o 25 de abril não só deu garantias democráticas às mulheres, mas também a possibilidade de autonomia e a participação mais ativa e pública em diferentes esferas (como o trabalho, a militância, etc.). Ademais, as mulheres portuguesas foram protagonistas de lutas sindicais, greves, luta pela despenalização do aborto (na década seguinte) e estiveram presentes em todas as manifestações de 25 de abril de 1974.

Além disso, durante o período pós-25 de abril, mudanças de cunho legislativo foram implementadas em Portugal, como: o Decreto-Lei 187/75, que anulou um artigo que impedia o divórcio; a nova Constituição, elaborada no ano de 1976, que estabeleceu a igualdade de direitos entre mulheres e homens; e a revisão do Código Civil, em 1978, que tanto pôs fim a figura do chefe de família desempenhada pelo homem e ao poder marital quanto deu liberdade às mulheres de exercer trabalhos remunerados sem precisar de autorização do marido (PIMENTEL, 2015; TAVARES, 2000). Em síntese, Manuela Tavares (2000, p. 55) define que o período pós-25 de abril de 1974 significou “a vivência de uma cidadania feminina, fruto das transformações sociais e políticas que envolveram o país”, sendo que “essa cidadania traduziu-se pelo parâmetro da participação em todas as movimentações sociais, as quais nem sempre foram portadoras das reivindicações específicas das mulheres”. No entanto, em Portugal os grupos de consciência não parecem ser tão ativos e as experiências das mulheres não estavam no centro dos debates.

Para além das vitórias e participações políticas conquistadas após a Revolução dos Cravos, é possível perceber algumas características acerca da participação das mulheres em grupos feministas ou de mulheres em Portugal: a) as portuguesas se organizaram,

principalmente, em diferentes grupos, como o Movimento Democrático de Mulheres e o Movimento Internacional de Mulheres Cristãs (que emergiram no final dos anos de 1960), e o Movimento de Liberação das Mulheres e a União de Mulheres Alternativa e Resposta (que passou a se organizar nos anos de 1970); b) nem todos os grupos se diziam feministas na sua emergência ou durante os anos de 1970; c) as pautas do aborto e direitos reprodutivos já existiam durante os anos de 1970, mas, foi durante os anos de 1980 e 1990 que adquiriram maior consistência e grandes debates; d) os aspectos relacionados à especificidade de Portugal, que estavam muito presentes no movimento de mulheres portuguesas (como, custo de vida, habitacional ou laboral); e) “as reivindicações feministas vindas de “baixo” foram escassas” (PIMENTEL, 2015, p. 373; TAVARES, 2000). Por último, cabe destacar que o peso da Igreja Católica era significativo na sociedade portuguesa e impactava diretamente no embate social da luta das mulheres (TAVARES, 2000).

Muito diferente da emergência do feminismo no Brasil, ou mesmo em Portugal, que parece ter ficado restrito a certos extratos sociais, durante a década de 1970, o feminismo francês, assim como o italiano, foi um fenômeno de massa. Primeiramente, na França, as mulheres não sofriam com as restrições de uma ditadura que valorizava as atribuições domésticas ligadas à família como indispensáveis para a manutenção da sociedade. Em segundo lugar, a influência do maio de 1968 foi consideravelmente importante para a constituição de um movimento feminista bastante forte e renovado. Como Françoise Picq (2002) argumentou, o movimento de liberação das mulheres começou em 1970, mas depois da revolta estudantil e dos trabalhadores do maio de 1968. São nomes importantes do feminismo francês desse período (e que se tornaram influências para diversos países) Simone Beauvoir<sup>80</sup>, Christine Delphy<sup>81</sup> e Monique Wittig<sup>82</sup>.

A caracterização do feminismo francês durante os anos de 1970 (inclusive com algumas aproximações com a emergência de feminismos em outros países) é definida por alguns princípios básicos, como a exclusão dos homens, a rejeição das hierarquias e de lideranças, a autonomia e a independência de partidos políticos (PICQ, 2002). Também foi bastante inovador e radical, uma vez que se utilizou de diferentes práticas (como demonstração de escândalos e provocação), do humor, e da transgressão (como a desobediência pública das leis), a fim de

---

<sup>80</sup> Simone Beauvoir é certamente o grande nome do feminismo tido de segunda onda na França e no mundo. Suas obras foram traduzidas para diversas línguas. Foi filósofa essencialista, ativista política, feminista e teórica social. A obra de maior destaque é *O Segundo Sexo*, publicado pela primeira vez em 1949.

<sup>81</sup> Christine Delphy socióloga, feminista materialista e uma das fundadoras da *Nouvelles Questions féministes*. Para saber mais, ver: ABREU, 2016.

<sup>82</sup> Monique Wittig foi escritora, teórica feminista francesa, que também “participou dos momentos fundadores do MLF e [...] do grupo lésbico *Gouines Rouges*” (ABREU, 2016, p. 214).

denunciar a opressão vivida pelas mulheres (PICQ, 2002). Ademais, as mulheres que participavam do movimento francês já tinham participação prévia em movimentos anteriores (contra a guerra da Argélia e do Vietnã, maio de 1968, entre outros) e, mesmo que tenham dividido espaços e discussões com a “nova esquerda”, se rebelaram contra ela (PICQ, 2002). Por último, como já citado anteriormente, foi muito importante para este movimento a valorização das experiências pessoais entendidas como “transformadoras” e um espaço de constatação coletiva das opressões vividas pelas mulheres francesas.

Além disso, Françoise Picq (1994, p. 30) também explica que “Na França, só houve um Movimento de Liberação das Mulheres: o MLF, onde eram confrontados os pontos de vista que em outros lugares se expressavam em grupos distintos (feminismo radical ou socialista, feminismo universalista ou valorização da diferença, lésbicas ou heterossexuais)”. Ou seja, constituía-se de tendências<sup>83</sup> e posições que possuíam um único centro, mas não se configurava como uma organização ou partido e era pensando sem uma forma fixa (PICQ, 1994; ABREU; 2016). Ainda, para a pesquisadora supracitada, “o movimento francês foi provavelmente o mais explosivo de todos, tanto em sua criatividade quanto em sua destruição”. (PICQ, 1994, p. 30). Também trouxe ressonâncias diretas para a vida cotidiana das francesas, como o aumento de divórcios e uma nova configuração familiar, e para as universidades, que passaram a desenvolver pesquisas de ‘estudos feministas’<sup>84</sup> ainda durante os anos de 1970 (PICQ, 2002).

A escolha da França e Portugal para a minha tese foi feita tanto por ser dois dos principais lugares com grande presença de brasileiras quanto pela existência de grupos de mulheres (mesmo que muito diferentes). Nesse sentido, não dá para negar que a ascensão e a luta das mulheres, embora muito diferentes e conflituosas e com nomenclaturas distintas, estavam na ordem do dia durante os anos de 1970. Também não dá para esconder que os movimentos de mulheres estavam em alta nos contextos francês e português nesse período. Além disso, tais contextos foram uma terra fértil para que as brasileiras buscassem se organizar de maneira independente ou em contato com os grupos existentes nestes países. Por isso, algumas das noções mais importantes que as constituíram foram as solidariedades em diferentes âmbitos.

---

<sup>83</sup> Com muitas ressalvas, para que não haja simplificações, é possível pensar em três grandes tendências do movimento de liberação das mulheres na França: “feminismo revolucionário”; “feminismo luta de classes”; e “psicanálise e política” (ABREU, 2016). Para saber mais, ver: ABREU, 2016 e PICQ, 1994, 2002.

<sup>84</sup> Françoise Picq explica que na França é mais comum utilizar o termo “estudos feministas” do que estudo das mulheres, uma vez que se tratou muito mais de uma abordagem do que um campo (PICQ, 2002).

## 2.5 SOLIDARIEDADES (TRANSNACIONAIS) ENTRE AS MULHERES

Dois pontos significativos atravessam esta tese: as solidariedades ou redes/vínculos<sup>85</sup> e o caráter transnacional do exílio. Tais aspectos são articulados de maneiras diferentes nos respectivos contextos do exílio das mulheres brasileiras na França e em Portugal. Assim, os vínculos de solidariedades estão presentes em três grandes esferas: a primeira atrelada a um contexto de transnacionalismo ou ativismos transnacionais; o segundo a uma dimensão de união das mulheres (com a constituição de grupos) e transformação social por meio de uma dimensão vinda de baixo; e o terceiro ligado à solidariedade entre os diferentes grupos (a partir da esfera transnacional e da sua conexão entre os diferentes ativismos) a fim de denunciar tanto as violências comuns, como “mulheres”, e as específicas, como “brasileiras” ou contra a “ditadura”. Essas três esferas se entrelaçam e muitas vezes é difícil distingui-las nas memórias, nos documentos produzidos pelas mulheres, e em suas trajetórias; também são individuais/coletivas, contextuais e contingenciais.

A estrutura do exílio iniciou um processo de modificação com a entrada do caráter transnacional/arena global, no qual se proliferou uma preocupação com os direitos humanos e se constituiu uma esfera pública transnacional<sup>86</sup> e uma política multiestatal (SZNAJDER; RONIGER, 2013, p. 26–7), o que significou a incorporação dos exilados às redes globais e transnacionais ligadas às instituições, para que suas vozes não fossem silenciadas (SZNAJDER; RONIGER, 2013, p. 26). Mas isso não se deu sem vínculos/redes e solidariedades transnacionais acionadas/articuladas/formuladas das mais diferentes maneiras, que estiveram presentes no exílio, como as feitas entre as mulheres brasileiras e as francesas e entre as brasileiras e as portuguesas. O exílio das brasileiras foi importante para que elas se constituíssem como grupos, e esse aspecto trouxe ressonâncias significativas ao Brasil.

---

<sup>85</sup> Como sugeriu Oswaldo Truzzi (2008), os termos rede ou cadeias procuram demarcar o fato de que muitos sujeitos decidiram e/ou migrar após informarem-se das oportunidades e dificuldades nos lugares de destinos e, também, sobre o papel estratégico que tiveram as redes na inserção na nova sociedade e no retorno (TRUZZI, 2008). Sobre a perspectiva de redes, é possível “explicar como são forjadas as relações sociais” (TRUZZI, 2008, p. 208) e analisar como funcionaram as articulações das redes entre as mulheres para com a inserção política no exílio e no retorno; as relações de gênero de alguma forma operaram nestas articulações. Tais aspectos podem ser pensados de maneira descontínua, com rupturas e (re)arranjos, e em função de alguns pontos específicos ligados às posições situacionais dos sujeitos. Por último, é importante situar também que para alguns autores a solidariedade é definida como redes de apoio ligados aos direitos humanos (BRACKE; MARK, 2015).

<sup>86</sup> Pensar o caráter transnacional ou global é ultrapassar as esferas locais e refletir sobre a transcendência dos Estados nacionais por meio das lutas revolucionárias (desenvolvidas pelos militantes de resistência às ditaduras que circulavam por vários Estados-nação) e pelos direitos humanos (por meio de denúncias ao exterior), e da repressão (praticadas de maneira micro, como a não emissão de um passaporte por uma embaixada, ou macro, como a *Operação Condor*) (SZNAJDER; RONIGER, 2013; CORAND, 2018; QUADRAT, 2002).

A entrada do caráter transnacional possibilita pensar o desenvolvimento de uma esfera transnacional ligada ao ativismo, com a inserção de pautas ligadas aos direitos humanos, a constituição de uma nova esfera pública política - contra o monopólio do Estado-nação -, a influência desde longe das exiladas e dos exilados para a política local, a conexão direta entre o asilo/exílio com as políticas exteriores, e as conotações que o domínio transnacional teve tanto no país de expulsão quanto no país anfitrião (SZNAJDER; RONIGER, 2013). Nesta perspectiva, é importante pensar: em que graus/escalas tais pautas foram desenvolvidas em diferentes espaços; como o discurso transnacional atingiu/interagiu de maneira diferente em cada espaço local; e os jogos de escalas locais/globais e entre sujeitos de diferentes nacionalidades que estiveram presentes nessa interação.

As solidariedades transnacionais não foram uma novidade dos anos de 1970, ou ficaram conhecidas a partir do exílio de latino-americanos. Durante as décadas de 1950 a 1960, da luta anticolonialista e anti-imperialista até as diferentes guerras, seja na Argélia, no Vietnã, etc. muitas organizações e movimentos manifestaram apoio direto aos movimentos sociais de diversos cantos do mundo, demonstrando um “pouco [de] senso de ‘solidariedade global’” (BRACKE; MARK, 2015, p. 408). Mas, foram durante os anos de 1960, com as conexões com o ‘Terceiro Mundo’<sup>87</sup>, que “não apenas ampliaram significativamente a imaginação internacional dos ativistas europeus, mas também começaram a reverter as hierarquias anteriores do conhecimento”, isto é, “as experiências políticas de Cuba, China ou Chile ou as lutas dos argelinos ou os vietnamitas, vieram inspirar novas formas de ativismo político e social em casa, na Europa”<sup>88</sup> (BRACKE; MARK, 2015, p. 408). Por outro lado, conhecer o “terceiro mundo” não necessariamente significou o contato direto entre os ativistas europeus e os extra-europeus; para Bracke e Mark (2015, p. 408) a importância dessas lutas está na maneira como as pautas foram apropriadas em seus contextos locais e não no contato direto.

De modo geral, a dimensão dessa tese não permite pensar na circulação das ideias, mas considerar: a) como se constituíram solidariedades feministas e entre as mulheres no exterior; b) que pautas estavam incluídas nessas solidariedades; e c) se, de alguma maneira, essas pautas passaram a ser desenvolvidas no contexto do retorno ao Brasil. Todavia, é importante reiterar que desde antes dos anos de 1970 já havia a constituição de uma esfera transnacional de

---

<sup>87</sup> Apesar de completamente fora de uso, mantereí aqui o termo “terceiro mundo” para assinalar tanto o uso dos autores do texto citado quanto por ser o termo utilizado na época.

<sup>88</sup> Tradução nossa: “It was at this moment that connections with the ‘Third World’ not only vastly broadened the international imagination of European activists, but also began to reverse previous hierarchies of knowledge: the political experiments of Cuba, China or Chile, or the struggles of the Algerians or the Vietnamese, came to provide inspirations for new forms of political and social activism at home in Europe”.

solidariedades entre as lutas de diferentes estratos das esquerdas e feministas presentes em diferentes países. Foi após o golpe do Chile de 1973 que muitas dessas solidariedades se voltaram para a América-Latina (SZNAJDER; RONIGER, 2013).

A constituição de grupos no exterior por parte dos exilados e exiladas foi generalizada. O gueto, a marginalização, a solidão e as dificuldades de adaptação ligadas ao exílio são fatores importantes que fizeram com que os brasileiros se agrupassem de diferentes maneiras. Mas, como lembra Valentina da Rocha Lima, tais grupos tinham outros objetivos: manterem-se informados sobre seus países, conseguir apoio internacional para a resistência, fortalecer relações entre os militantes no exterior e entre os militantes e aqueles que estavam no país deles (LIMA, 1984, p. 91). Para a historiadora, e também exilada, os grupos “(...) de mulheres formados seguiram essas tendências gerais, mas com algumas particularidades”, a partir de suas origens, objetivos e protagonismos. Os grupos de brasileiras no exterior têm três grandes tipologias de formação: “feministas individuais começaram uma condução de força organizacional”; “mulheres políticas começaram um grupo, motivadas pelo desejo de influenciar e organizar mulheres não exiladas ou convencer outras exiladas de ideias políticas de suas respectivas organizações”; e “as mulheres espontaneamente começaram a se reunir para estudar e falar sobre suas necessidades comuns e interesses”<sup>89</sup> (LIMA, 1984, p. 91).

A outra esfera de solidariedade estava centrada nos grupos de consciência e de debates organizados no exterior; e, como buscarei lembrar, nem todas as mulheres que estavam no exílio participaram ou construíram um em seu lugar de destino. Os grupos de consciência emergiram a partir de meados dos anos 1960, nos Estados Unidos, onde mulheres passaram a discutir sobre as suas próprias vidas (PEDRO; WOLFF, 2007a). A formação de grupos de consciência entre as mulheres exiladas aconteceu em diversos países, como: o *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris* *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*, e (com ressalvas) no grupo de mulheres em Portugal (que produziu o livro *Memórias das Mulheres do Exílio*). No Brasil, emergiram durante os anos de 1970, principalmente, no Rio de Janeiro e São Paulo; no entanto, eram “grupos de reflexão com um caráter muito privado”, uma vez que as reuniões poderiam ser penalizadas e perseguidas pela ditadura (COSTA, 2010b, p. 178); ou seja, ainda eram pouco expressivos e não poderiam proporcionar atividades públicas, como as realizadas fora do Brasil.

---

<sup>89</sup> Tradução nossa: “The women’s groups that were formed followed this general tendency, but with certain peculiarities. They had three different origins. Sometimes individual feminist became the leading organizational force (although this was rare) or else political women started a group, motivated by the desire to influence and organize non-exile women or convince other exiles of the political ideas of their respective organizations. A third pattern was that of women spontaneously associating study and talk about their common needs and interests.”

De modo geral, os grupos de consciência eram reuniões informais entre as mulheres em um determinado espaço (casa, cafés, entre outros lugares), com as mais diferentes temáticas, como: aspectos de etapas da vida (infância, juventude, etc.), relação com o marido, casamento, aborto, sexualidade, parto e maternidade (PEDRO, 2007b). Os grupos de consciência se formaram em diversas cidades do mundo ocidental e constituíram-se como um movimento internacional, em que ainda podem ser vistos os resultados em manifestações, periódicos<sup>90</sup> e questionamentos para mudanças legislativas. A constituição desses grupos estava pautada na noção de um “nós” mulheres (não um “nós” feministas), em função de singularização e da identificação como “mulher” (em contraposição aos homens) (PEDRO, 2007b).

Aqui é possível perceber a instrumentalização da identidade “mulher” a fim da constituição de grupos e de espaços onde somente elas poderiam participar e na qual o sujeito “mulher” era inventado (PEDRO, 2007b). Entretanto, cabe lembrar os questionamentos de Judith Butler ao debater sobre as categorias de sexo, gênero e identidades, das quais a “mulher” faz parte, e que muitas vezes engendram, naturalizam e imobilizam, o que, segundo a autora, significa que é necessário “compreender como a categoria “mulheres”, sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação” (BUTLER, 2018, p. 20).

Muitos grupos de mulheres organizaram-se nesse período, sem muitas vezes pensar sobre a sua nomenclatura, definição ou regras de organização. Para além da nomeação e estrutura também se organizaram grupos de debates, de leituras, e de discussões. Os grupos de debates também se aproximavam da ideia de reunir mulheres a partir da concepção de que poderiam estudar ou se aprofundar em diferentes assuntos e se organizarem em virtude de demandas contextuais, como no caso do *Comité* organizado, no Chile, por Zuleika Alambert ou, em Portugal, pelas brasileiras exiladas. No entanto, não tinham como premissa a noção de transformação social a partir das práticas de si, como é possível encontrar nos grupos de consciência. A transformação social por meio das práticas de si é um importante passo em direção à transformação política<sup>91</sup>. Nesse sentido, a participação nos grupos de consciência era um processo de ‘conscientização’, de transformação de si e projeto político de transformação social, que mudou as subjetividades das mulheres partícipes e do grupo social ao seu redor<sup>92</sup>.

<sup>90</sup> Apesar de não serem todos resultados de grupos de reflexão, neste período, também emergiram muitos periódicos que utilizaram-se da mesma forma de nomenclatura a partir do “nós” e “mulheres” (PEDRO, 2007).

<sup>91</sup> De um modo geral, McLaren (2016) aponta que as concepções de Michel Foucault, com as técnicas de si e as relações de poder, visam a transformação. Essa noção afasta tanto a ideia de que Foucault possui uma perspectiva determinista quanto de que ele não tem um projeto de mudança (MACLAREN, 2016)

<sup>92</sup> Algumas destas transformações, sobre vida da cotidiana das mulheres exiladas, foram longamente discutidas em minha pesquisa de mestrado intitulada *Vidas (entre) laçadas: relações de gênero nas memórias do exílio*

Por outro lado, a constituição de solidariedade a fim de formação dos grupos de consciência era um ponto de partida não um ponto de chegada. A disseminação de grupos de consciência ou de debates se deu pela solidariedade entre as mulheres e, também, pela compreensão geral de que o “patriarcado” e a opressão das mulheres seriam globais e transnacionais.

Cabe também situar que a solidariedade pautada na união entre as mulheres e pelas mulheres se aproxima muito da noção de sororidade. A sororidade já é um termo bastante debatido, sobretudo, pelo feminismo francês. Segundo Suely Gomes Costa (2009c, p. 12), entende-se por sororidade “conceitos sobre processos identitários “naturalmente” vividos pelas mulheres em suas relações entre si”. No entanto, em termos gerais, algumas críticas muito importantes foram elaboradas, as quais apresentam que o termo parece criar uma ilusão de harmonia e homogeneidade entre as mulheres (COSTA, 2009c); em algumas circunstâncias, a partir da tradução do termo em francês, uma vez que a palavra não está incorporada ao dicionário da língua portuguesa, é considerada como uma relação própria entre as mulheres e carrega processos identitários feministas que se apresentam como eternos, esquecendo-se que as solidariedades podem ser interrompidas e/ou mudar de sentido (COSTA, 2009c); por último, o termo em si pode ser pensando como uma forma de proteção na relação entre mulheres de diferentes classes, como o assistencialismo ou práticas de ajudas (COSTA, 2009c). Ainda segundo Suely Gomes da Costa, essa crítica não foi elaborada nesses tempos pelo feminismo de “segunda onda” no Brasil durante os anos de 1970 e 1980. Sobre as mulheres exiladas, não pude constatar se a não utilização do termo nas entrevistas tem alguma motivação em relação à crítica presente no feminismo francês.

Durante os anos de 1970 também existia uma dimensão maior das solidariedades entre mulheres que estava atrelada a ideia da *sisterhood is global*<sup>93</sup>, ou seja, de uma irmandade global. Esta concepção estava pautada no aspecto central de que, como o editorial de número 1 do jornal *Nosotras* mencionou, “o que havia de semelhante e de diferente entre a “mulher” mexicana, venezuelana, argentina, brasileira ou francesa?”. A constituição do vínculo entre as mulheres que estava acima de suas nacionalidades (mas também marcadas por elas); isto é, a

---

*brasileiro (1964-1979)*, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História na UFSC em 2016, sobretudo, no que tange às relações de afeto, ao trabalho doméstico (ROSALEN, 2016). Por outro lado, não foram alvos da dissertação os engajamentos políticos e suas transformações.

<sup>93</sup> Um dos maiores expoentes dessa ideia foi o livro *Sisterhood is global: The International Women's Movement Anthology* organizado por Robin Morgan, publicado em 1984, e com financiamento da Fundação Ford. A obra contou com textos escritos por mulheres de diversos países e, representando o Brasil, por um artigo de Yolanda C. Prado.

partir da constituição de solidariedade<sup>94</sup> entre diferentes grupos ou a cooperação entre as mulheres do mundo é que conseguiriam lutar contra o “patriarcado” e a opressão, e, também, perceberiam suas desigualdades. Noção constituída que, conforme explicitado por Fox-Genovese (1992, p.42), proclamou a irmandade como “a unidade das mulheres com base em experiências radicalmente diferentes e em nome de sentimentos que mascaram tanto a realidade do poder e a desigualdade de oportunidades quanto os sentimentos de família dos quais se originaram”.

Esta concepção, mais tarde, foi muito criticada tanto pela utilização tradicional da categoria de “mulher” (pautada na posição contrária ao ‘universal’: euro-centrada, branca e sem uma análise que colocou dimensões de classe-social, como as utilizadas pela ONU para o ano e a década da mulher<sup>95</sup>) em oposição àquela do homem quanto pela não consideração das interseções, das diversidades de opressões vividas pelas diferentes mulheres no mundo e pela dificuldade de entendimento das hierarquias estabelecidas entre/ou pelas mulheres (FOX-GENOVESE, 1992). Também, pauta-se na noção de uma opressão do “patriarcado”, hoje, já bastante criticada, já que tanto “não mostram o que a desigualdade de gênero tem a ver com as outras desigualdades” quanto ainda se baseia na diferença física, que assume um caráter universal e imutável (SCOTT, 1995, p. 78).

Por outro lado, as solidariedades entre as mulheres de diferentes países não é uma novidade dos anos de 1970, uma vez que no século XIX já é possível constatar a existência de trocas de ideias, publicações, correspondências e táticas entre mulheres ligadas ao movimento de mulheres (ANDERSON, 2008; FOX-GENOVESE, 1992). Também não deixou de existir após este período. Além disso, como também busquei assinalar com a epígrafe deste capítulo, “insistir em uma política de coalizão supõe que a solidariedade, qualquer que seja o seu preço, é um pré-requisito para ação política” (BUTLER, 2018, p. 39); isto é, certamente não pode ser (pensada como) uma solidariedade ingênua, sem entender os aparatos que a constitui com as condições de classe e raça, mas que foram fundamentais para ação política (FOX-GENOVESE, 1992).

\*\*\*

---

<sup>94</sup> Esta ideia se aproxima muito da concepção de redes e de alianças (como hoje vem sendo discutido). No entanto, enquanto metáforas, me parece inapropriada para esta tese uma vez que a primeira esconde a contingência das atividades e as duas criam uma palavra que não era utilizada pelos grupos ou pelas mulheres naquele período.

<sup>95</sup> Para saber mais, ler: TUNGOHAN, 2010.

Da mesma forma que retomar as já bastante estudadas militâncias das mulheres no Brasil, identificar algumas características, semelhanças, aproximações e distanciamentos dos movimentos de mulheres durante os anos de 1970 têm muitos riscos, como, o da homogeneização e o da simplificação. Esse exercício também possibilita apresentar traços gerais e singulares que serão importantes para pensar a trajetória das exiladas brasileiras entre as solidariedades e os conflitos vividos durante as décadas de 1970 e 1980. Desta forma, com este capítulo busquei apresentar as dificuldades, transgressões e os engajamentos que as brasileiras tiveram em suas militâncias no Brasil e no Chile, com aspectos gerais ligados ao contexto de repressão brasileira e de renovação com a experiência chilena.

A criatividade, a multiplicidade e as transformações emergiam como características principais em diferentes movimentos de mulheres durante os anos de 1970, sejam eles no Brasil (a partir de meados desta década) sejam na França e em Portugal (com a Revolução dos Cravos ou com a emergência dos feminismos francês e português). Em cada país, a seu modo, os movimentos de mulheres floresceram e trouxeram significativas mudanças sociais e de direitos, com termos e palavras de ordens que as brasileiras passaram a descobrir no período após o golpe no Chile; alguns deles também assinei ao longo deste capítulo, como a mudança da concepção de “político”, a experiência pessoal como central no debate, e a noção de solidariedade como forma de reunião coletiva das mulheres.

Nesse sentido, no contexto de exílio, as mulheres brasileiras na França e em Portugal reinventaram suas militâncias e passaram a conhecer/desenvolver práticas oriundas dos feminismos (como os grupos de consciência, os debates públicos sobre a temática, as manifestações, etc.), ações ligadas às denúncias das violações dos direitos humanos (com eventos de solidariedades e de denúncias, teatros, etc.), a participação nos Comitês de Anistia, e nos grupos antiautoritários, entre outros; além da continuidade da participação em grupos de esquerda que se mantiveram (ou se constituíram) no exílio ou em grupos já existentes nos países de acolhida. As participações e os detalhes destas ações (com seus grupos) deixarei para apresentar nos capítulos que seguem.

Para tanto, de um modo geral, no capítulo 02 e 03 buscarei responder: Quem são as mulheres exiladas que viveram na França e em Portugal? Que características apresentam os seus engajamentos no exílio? Em que espaços se engajaram durante este período? Quais elementos reformularam no que tange as suas militâncias? Em que medida novas ideais foram sendo incorporadas por estas mulheres durante o período no exterior? Como estas mulheres construíram seus engajamentos no exterior? De que maneira houve, por estas mulheres, a apropriação do feminismo e/ou de práticas provenientes dos movimentos de mulheres? Que

tipo de pautas de engajamento foram abandonadas, e por quê? Quais conflitos e solidariedades estavam presentes durante o exílio e nas transformações dos engajamentos? De que maneira as memórias têm apresentado as narrativas sobre os conflitos, embates, dilemas e seus engajamentos?

Algumas historiadoras já observaram que o exílio significou a passagem do projeto revolucionário comunista/socialista (a partir da luta armada ou não, muitas vezes até bastante voluntarista, mas com a implantação da revolução do proletariado) para o também revolucionário projeto mais ligado ao cotidiano e aos costumes (com mudanças das relações de poderes e pautadas em identidades), ou para a incorporação do eurocomunismo/da social democracia. Como já situado por diferentes autoras, o feminismo contribuiu fortemente para que ocorresse uma mudança no próprio sentido de revolução e de político (RIBEIRO, 2013; ROLLEMBERG, 2007). As trajetórias das militâncias das mulheres são as que melhor carregam estas transformações e tensões entre elas e entre as organizações de esquerda, uma vez que tanto criticaram e colocaram nos debates as contradições das esquerdas em seus cotidianos quanto abriram caminho para que opressões cotidianas fossem discutidas pelas organizações. Por outro lado, que conteúdos estas mudanças carregam? De alguma maneira, significaram um abandono total dos projetos antigos? Ocorreram ao mesmo tempo/lugar para todas as mulheres exiladas? Que significado (apresentado em suas memórias) cada uma delas carregou nos deslocamentos de sentidos e reformulações dos seus engajamentos?

### 3. CAPÍTULO 2: MULHERES BRASILEIRAS NA FRANÇA: FEMINISMOS, CONFLITOS E SOLIDARIEDADES

[...] na época eu achava que, nossa, o “feminismo era uma coisa de pequena burguesa. Gente, [a questão] é luta de classes. Vocês não estão entendendo” (LOPES, 2018)

[...] O começo, na França, foi difícil. Era assim: ‘não tem mais volta. Agora é o fim. Você não volta mais. Não tem mais esperança de você voltar para o Brasil’” (ARRUDA, 2014, p. 34).

Tenho como objetivo demonstrar as reformulações dos engajamentos políticos<sup>96</sup> que as mulheres brasileiras viveram (individual ou coletivamente) durante o exílio na França e que foram carregados por conflitos, abandonos e inclusões de novos projetos. Com isso, busco traçar um panorama das diferentes militâncias das mulheres brasileiras nesse país e, também, realizar comparações sobre os diferentes lugares de inserção, assim como as novas práticas desenvolvidas no exterior durante esse período. O exílio francês foi um lugar de deslocamento/transformação, de desenvolvimento de técnica de si por meio dos engajamentos políticos, de embates, de conflitos, de solidariedades e de hierarquias em função das posições políticas assumidas; esse embate, como será visto, ocorreu tanto entre as mulheres quanto entre os homens e as mulheres.

Serão apresentadas tanto memórias quanto produções já realizadas acerca dos grupos feministas, ou de mulheres, constituídos no exterior, como as pesquisas de Máira Abreu, sobre o *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris* e o *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*, e de Lilian Back, sobre a *Seção Feminina do PCB*. Mas, os engajamentos das exiladas na França não poderiam ser reduzidos ao feminismo. Por isso, somam-se ao capítulo as memórias e pesquisas sobre os engajamentos de mulheres que integraram núcleos de organizações de esquerda formados no exterior, espaços de debates sobre a situação política vivida no Brasil ou ainda atividades de denúncia à ditadura brasileira. Também, integra o

---

<sup>96</sup> A militância no exterior é limitada pela lei de imigrações de cada país, que, por sua vez, muitas vezes, restringe tal atividade com ameaças constantes de extradição ou de perda de direitos. No entanto, muitas dessas militâncias impedidas pelos estados nacionais estão relacionadas ao assumir posições relativas às suas políticas internas, o que muitas vezes não impede que grupos de estrangeiros se organizem dentro de seus espaços geográficos nacionais a fim de combater/expor/denunciar políticas realizadas em seus lugares de origem. Embora durante os anos de 1960 e 1970 inúmeros grupos de imigrantes e exilados se reuniram naquele país, a França só deu permissão de livre associação entre os imigrantes no início dos anos de 1980 (REIS, 2006).

capítulo a troca de solidariedades transnacionais e as disputas políticas entre os grupos, que deram o tom da época.

A partir do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, que suspendeu por dez anos os direitos políticos, ocorreram as primeiras chegadas de exiladas/os brasileiras na França. O golpe militar não prejudicou as relações políticas franco-brasileiras (GOMES, 2016). Mas, mesmo com algumas chegadas e com a forte tradição relacionada aos direitos humanos, foi a partir de 1973 que se fomentou um maior apoio aos exilados latino-americanos e uma presença maior de brasileiros, o que significou que, aos poucos, a opinião pública francesa começou a voltar-se aos brasileiros que ali viviam, mobilizando-se contra as violações aos direitos fundamentais da pessoa humana cometidas “pelos militares, sobretudo, a partir do mandato de Castelo Branco e do ano de 1973 com a chegada massiva de brasileiros que provinham em sua maioria do Chile” (GOMES, 2016, p. 126). Também “não demorou para que a França passasse a ser vista pelas autoridades brasileiras como um centro privilegiado de contestação do regime” (GOMES, 2016, p. 126). Após o golpe do Chile, Paris se tornou a mais nova capital do exílio e também foi a partir desse momento que o governo francês passou a oferecer mais ajuda aos latino-americanos exilados (ROLLEMBERG, 1999).

Neste país, reuniram-se as diferentes gerações, com diferentes projetos e perspectivas, das mais diferentes situações econômicas e sociais. A vida no gueto foi importante para a reformulação do projeto político derrotado, do qual “nasceram comitês de denúncia da ditadura e pela anistia, publicações, manifestações, atividades e grupos políticos e culturais” (ROLLEMBERG, 1999, p. 152). Lugar de contestação, resistências diversas e formulações de novas lutas, foi na França que emergiram dois significativos grupos de consciência, o *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*, (que produziu o boletim bilingue *Nosotras*) e o *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris* (que publicou a revista/encartes, boletins e um único número de jornal denominado *Agora é que são elas*). Da mesma forma, (re)surgiram espaços/grupos de debate e autocrítica, de denúncias contra a ditadura brasileira e de reestruturação das organizações brasileiras, como o *Campanha*<sup>97</sup> e o *Debate*, um importante *Comitê de Anistia*, e a *Seção Feminina do PCB*.

A França se tornou lugar de expressão da dor e da renovação. O clima dos anos de 1970, na França, era muito diferente daquele vivido no Brasil e no Chile: tomado por reuniões políticas, espaços de debates públicos, (isto é, de democratização da sociedade), festas

---

<sup>97</sup> O *Campanha*, criado em 1972, no Chile, pertencia ao grupo *Fração Bolchevique* e produzia um jornal de grande circulação; foi também o único periódico que conseguiu se reestruturar na França após o ano de 1973 (CRUZ, 2010).

realizadas por organizações de esquerda, revolução sexual, uma atmosfera dos impactos do maio de 1968 e um contexto marcado pelo auge do *welfare state*. Ao mesmo tempo, as brasileiras também viveram o sentimento de derrota da luta armada, o drama pós-golpe do Chile, que significou, entre outras coisas, o fim de um projeto revolucionário, o fim da esperança de que o exílio seria breve (como anunciado pelas memórias de Angela Arruda, citadas na epígrafe deste capítulo), a autocrítica, o defrontar-se diretamente com questões de sobrevivência, a reformulação de suas militâncias e de suas vidas pessoais e a possibilidade de confrontar a si e aos outros.

### 3.1 A CONSCIÊNCIA FEMINISTA: RUPTURAS E OS DESLOCAMENTOS

Dois grupos feministas e com grande influência - seja dentro da comunidade dos brasileiros em Paris, seja como um propagador de informações, materiais e jornais enviados para grupos de brasileiras no Brasil – constituíram-se na França: o *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*<sup>98</sup> e o *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*<sup>99</sup>. Nestes grupos, as mulheres brasileiras exiladas debateram pautas feministas, se solidarizaram e, em alguns casos,

<sup>98</sup> O primeiro desses dois grupos feministas que emergiram durante o exílio francês foi o *Grupo Latino-Americanas de Mulheres em Paris*. Criado em 1972, o grupo promoveu debates, grupos de reflexões (ou autoconsciência) e publicou um boletim bilíngue (que foi a principal atividade do grupo) entre janeiro de 1974 até o segundo trimestre de 1976 (ABREU, 2013). Segundo Maíra Abreu (2013, p. 556), que estudou os boletins produzidos, o grupo “surge profundamente influenciado pelas mobilizações feministas francesas [...]. Mas, [...] não se configurou como uma assimilação acrítica e descontextualizada”; nesse sentido, destacou a autora, “o tema da ‘especificidade’ latino-americana se impôs desde o princípio. Assim, o ‘nosotras’, do qual falava o grupo, era um ‘nós mulheres’, mas tratava-se principalmente de um ‘nós mulheres latino-americanas’”. Para tanto, evidenciou que havia a compreensão de que a situação da mulher latino-americana era específica e, portanto, exigia métodos de lutas também específicos (ABREU, 2013). O *Grupo*, como citado acima, tinha características de grupo de consciência e produziu o jornal *Nosotras*. Maíra Abreu, a partir do seu estudo sobre os feminismos no exílio e o *Nosotras*, enfatizou que estiveram presentes os debates entre patriarcado e capitalismo, diferencialismo e universalismo, e o destaque à especificidade latino-americana e ao tema da sexualidade, que foi um eixo central.

<sup>99</sup> Segundo Maíra Abreu (2014), o *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris* emerge em 1976, após uma cisão do *Comitê de Mulheres* organizado, por Zuleika Alambert, com a constituição do *Grupo Brasileiro de Mulheres Revolucionárias* (GBMR), do Grupo Campanha, o qual buscava formar uma frente feminista revolucionária que incluía questões de classe. Ainda, de acordo com a autora, houve a necessidade de “criar um grupo ampliado que pudesse abranger um maior número de mulheres e com uma perspectiva distinta do Comitê, ideia que se concretizaria com a construção do *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*” (ABREU, 2014, p. 167). O *Círculo* era constituído a partir da identidade de brasileira, que incluía ou excluía participantes, mas com propostas não reduzidas às questões da anistia ou denúncias da ditadura, que já era pauta no ano da fundação. De modo geral, o debate teórico ocupou grande espaço dentro do *Círculo* e esteve ligado a alguns temas, como movimento autônomo, movimento feminista e luta de classes, violência contra as mulheres, feminismo no Brasil, imprensa feminista, sexualidade, realidade brasileira, presas políticas, anistia, educação, trabalho doméstico, teatro, aborto, e direitos reprodutivos (ABREU, 2014). O *Círculo* também publicou boletins, o jornal “Agora é que são elas”, muitas brochuras, panfletos de denúncia da ditadura e pedido de libertação de presas políticas. Porém, mesmo não se reconhecendo como uma organização marxista, o *Círculo* colocava em sua pauta do dia as questões da luta de classes, uma vez que, ao mesmo tempo, tinha uma ligação maior com as organizações e com a tendência de lutas de classes do MLF (ABREU, 2014, p. 163); isto é, como já sinalizado, muitas mulheres provinham de organizações de esquerda nas quais as leituras marxistas eram bastante presentes. Esta questão facilitou uma aceitação maior do *Círculo* por parte da comunidade de brasileiros, o que significou menos conflitos; não a ausência deles.

foi a primeira maneira de envolvimento político. Como mencionado no primeiro capítulo, ambos os grupos possuíam características similares, uma vez que, em primeiro lugar, eram grupos de consciência, autodenominavam-se feministas, constituíram espaços de reflexão ou, no termo em francês, o *vecú*<sup>100</sup>, e colocaram em primeiro plano pautas e debates ligados às questões das mulheres no que tange aos aspectos do cotidiano, do envolvimento político, da sexualidade, entre outros. Ademais, se constituíram como grupo de consciência em função da identidade de mulheres<sup>101</sup>, isto é, o grupo de consciência se organizava pela noção de irmandade e pelo emprego da dicotomia entre mulheres e homens; no grupo somente era permitida a participação de mulheres, já que, muitas delas, se queixavam de não serem ouvidas em espaços monopolizados pelos homens (PEDRO; WOLFF, 2007a).

Apesar de os movimentos feministas terem um caráter transnacional, ao ultrapassar fronteiras e buscar a transformação social independente de identidades nacionais (MARQUES, 2015), os dois grupos podem ser diferenciados no que tange às identidades interseccionais que os uniam. O *Grupo Latino-Americanas de Mulheres em Paris* era constituído por mulheres latino-americanas e, por outro lado, o *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris* era somente para brasileiras. Os dois grupos não foram contemporâneos, constituíram-se de diferentes gerações de mulheres exiladas presentes em Paris e possuíam algumas pautas de lutas distintas (GOLDBERG, 2000). Também, eram organizados de maneiras distintas: o *Grupo Latino-Americanas de Mulheres* em um único formato, grupo de consciência feminista; já, o *Círculo*, em função da quantidade de participantes, em assembleias gerais e subgrupos (ABREU, 2014).

As historiadoras Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro (2007), a partir das imagens dos dois grupos, apresentaram algumas diferenças significativas entre os mesmos. Para as autoras, o *Grupo Latino-Americanas de Mulheres*, a partir do seu boletim *Nosotras*, trazia imagens em formas circulares, que remetem à ideia de feminilidade e representavam o “feminismo diferencialista, chamado de radical nos Estados Unidos, e que pretendia reforçar uma perspectiva “separatista”” (PEDRO; WOLFF, 2007a, p. 62). Já, por outro lado, os materiais do *Círculo* não mostraram somente as imagens arredondadas, mas também dava espaço às pontiagudas, em uma alusão ao sofrimento e à tortura (PEDRO; WOLFF, 2007a).

<sup>100</sup> O *vecú* é um termo francês que significa o “vivido”. Era uma prática coletiva que ocorria em encontros nos quais as brasileiras, a partir de diferentes temáticas, relatavam sobre suas experiências cotidianas. Nas realizações do *vecú*, ocorria a identificação de que as circunstâncias vividas e suas opressões não eram individuais, mas percebidas por diferentes mulheres no mesmo grupo.

<sup>101</sup> Como lembra Joan W. Scott, a partir do seu paradoxo da igualdade, é importante destacar que, historicamente, ora as mulheres se reúnem por noções pautadas na igualdade ora por aquelas ligadas à diferença (SCOTT, 2005). Ambos os grupos se reuniam em função das suas igualdades (mulheres brasileiras ou mulheres latino-americanas), mas distinguiram-se dos demais existentes no mesmo período na França em função das suas diferenças, como estrangeiras.

Para as historiadoras, o grande diferencial é que o *Nosotras* trazia como objeto principal as pautas feministas e imagens atreladas a feminilidades, enquanto que o *Círculo*, que também se aproximava do feminismo de “segunda-onda”, deu igual destaque à luta de classes, à pauta contra a ditadura no Brasil e a favor da Anistia, isto é, às lutas gerais (PEDRO; WOLFF, 2007a). Mas, independentemente das proximidades e diferenças entre os dois grupos, a organização das mulheres significou a tomada de consciência feminista.

“Em suma... socialmente quem eu sou?” (COSTA et al., 1980, p. 47), se perguntou Maricota da Silva (certamente um pseudônimo) ao fim do seu depoimento no livro *Memórias das Mulheres do Exílio*. Com suas digressões, realizadas em abril de 1978 - dois anos após o término do *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris* do qual participou -, sobre ser esposa de alguém de esquerda, casamento, experiência com o espaço da casa, trabalho doméstico, militância, e tomada de consciência feminista, Maricota transmitiu em suas memórias as dores e as transformações que viveu com o exílio; “quem eu sou?” não foi uma pergunta retórica ao final de um texto para deixar dúvidas sobre a identificação de quem é/ era Maricota (já que assumiu um pseudônimo), mas uma conclamação do que mudou, de que se transformou e do que não sabia mais ser naquele momento diante das discussões colocadas.

O depoimento de Maricota da Silva é um dos mais significativos registros sobre o *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*. Nele, conta que “uma experiência muito importante no exílio, certamente eu não teria vivido no Brasil, foi o grupo de mulheres da América Latina, organizado por Danda Prado” (COSTA et al., 1980, p. 38). Segundo Maricota, as mulheres se reuniam uma vez por semana, o grupo era “apolítico” e, a cada dia, havia um tema sobre o qual poderia falar ou não (COSTA et al., 1980). A definição como “apolítico”, por parte de Maricota, pode trazer dois significados diferentes: primeiro, como não partidário ou orgânico, ligado à autonomia do grupo e, em segundo lugar, por considerar que o grupo não incluía questões políticas tidas como tradicionais em seu debate. Em outras palavras, Maricota realizou uma definição por uma tentativa de classificação diante do que era considerado “político” na comunidade de exilados ou, ainda, simultaneamente, para carregar um distanciamento do “político” tradicional.

A sua narrativa também demonstra a transformação significativa que a participação em um grupo de consciência teve nas mulheres exiladas. A ênfase aqui, muito diferente de uma entrevista, foi na maneira como ela foi se (re)construindo a si na elaboração das memórias escritas durante o período em que permaneceu no exílio<sup>102</sup>. A construção de si, realizada por

---

<sup>102</sup> A saída para o exílio de Maricota da Silva provavelmente ocorreu em 1968, uma vez que relatou que foram 10 anos passados fora do Brasil e seu depoimento está datado de 1978 (COSTA, et al, 1980). Por usar um pseudônimo,

Maricota na elaboração das memórias, fez com que ela reconhecesse que estava no exílio por ser esposa de um militante, ao mesmo tempo, em que identificava que “fazia política sem saber” ao realizar seu trabalho ligado à educação no Brasil. Maricota não deu muitos detalhes sobre aspectos mais relacionados a sua trajetória. Mas, mesmo assim, fez questão de demarcar que achava “impressionante que homens que tinham no Brasil uma posição extremamente menos significativa que a minha, e que produziam coisas ao nível das que eu produzia, [...] esses homens se impuseram com a maior facilidade” e eram prestigiados por serem exilados (COSTA et al., 1980, p. 41). Ao mesmo tempo em que as mulheres não tinham esse prestígio. Por último, quase no final da sua narrativa, ao explicar porque não quis se identificar, sinalizou que “eu posso ser uma perigosíssima pessoa pelo fato de ter percebido o novo pensamento das mulheres... querendo o que é mau... sei lá” (COSTA et al., 1980, p. 47).

Além de indicar a inclusão do feminismo como atividade e o novo engajamento político por meio da sua participação junto ao grupo, de certo modo, a narrativa de Maricota transparece um momento de deslocamento entre o que era e o que passou a reconhecer que era, isto é, passou (meio que timidamente ainda) a reconhecer que mantinha atividades políticas e que teve um engajamento (embora não admitido pelo núcleo social que fazia parte). Por outro lado, a ausência de reconhecimento (ou a timidez de sua fala a respeito) parece estar presente em muitas mulheres que viram suas atividades como não importantes ou secundárias para o contexto que estavam vivendo. Essa foi uma dinâmica recorrente vivida pelas mulheres, que ora eram secundarizadas ao serem colocadas em lugar de pouco (ou sem) destaque ora ainda não consideravam as práticas políticas que mantiveram naquele período.

Maricota não foi a única exilada que incorporou o feminismo no exílio francês. Como lembra Anette Goldberg (2000), Yolanda C. Prado foi uma das mulheres brasileiras no exílio que desempenhou um papel fundamental na organização do primeiro grupo de mulheres latino-americanas em Paris. Já está mais do que contado que, quando Yolanda C. Prado chegou a Paris, estava entusiasmada com o feminismo e o movimento de mulheres e procurou Simone de Beauvoir<sup>103</sup>; esta última, por sua vez, considerou que Yolanda C. Prado estava muito envolvida com outro setor de luta - aquele da luta de classes - e que ainda não compreendia bem as feministas (PRADO, 2005). Por isso, a exilada, primeiramente, por indicação de Beauvoir, procurou uma professora de espanhol que havia feito um estágio em Cuba e,

---

infelizmente, não consigo encontra-la a fim de saber mais sobre seu retorno ao Brasil, o que significa que suas memórias serão abordadas somente neste capítulo.

<sup>103</sup> Yolanda C. Prado conheceu Simone Beauvoir e Jean-Paul Sartre em São Paulo, por ocasião de uma visita que fizeram ao Brasil. Nesta visita, Yolanda C. Prado e seu marido foram cicerones do casal em São Paulo (PRADO, 2005).

posteriormente, por outras indicações, em um evento que aconteceu em Paris naqueles anos, participou de um grupo organizado por uma mulher da Martinica (PRADO, 2005). A entrevistada contou ainda que: “Eu senti uma distância entre eu e as francesas porque era muito chato eu estar lá sempre na negativa e sempre sem entender. Então, eu procurei as brasileiras, as latino-americanas, que eu conhecia e a situação é esta: vamos nos reunir para nós podermos conversar” (PRADO, 2005).

Yolanda C. Prado, a partir dos questionamentos da pesquisadora Joana Maria Pedro<sup>104</sup>, não expôs conflitos iniciais e afirmou que o grupo conseguiu se reunir rapidamente. No entanto, “contaram com a sorte”, palavras usadas por Yolanda C. Prado, de ter naquele momento a Norma Bengel<sup>105</sup> e a Gilda Grilo<sup>106</sup> como integrantes do grupo (PRADO, 2005). As reuniões, do que foi denominado *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*, passaram a ser feitas em um café em Paris e, na sua grande maioria, teve como participantes mulheres brasileiras (PRADO, 2005). Apesar das facilidades iniciais, o grupo era visto com certa desconfiança e vigiado de perto por diversos brasileiros que passaram a frequentar o café na busca de escutar o que era discutido entre as mulheres.

Já, especificamente, sobre a trajetória de Yolanda C. Prado e a inserção política que manteve no exterior, é possível perceber a passagem de uma militância mais ligada às lutas de classes presentes na esquerda daquela década para a luta feminista (que ainda permanecia dentro da esquerda). Por meio de uma (re)memoração, ao repensar a sua trajetória, Yolanda C. Prado relatou que “eu tenho a impressão que eu me tornei outra pessoa, porque eu adquiri toda uma visão de mundo, de tudo diferente” (PRADO, 2005). Como exilada, ela constituiu como sujeito político por meio da nova experiência que estava tendo no exterior, fortemente intermediada pelos vínculos intelectuais posteriores. Conforme relatado por ela, “foi um esforço [...] intelectual para eu passar de uma visão das coisas, que era marcada inclusive pelo meu pai, quer dizer, havia uma relação afetiva naquela visão”; isto é, para a entrevistada, “foi por um

---

<sup>104</sup> A entrevista de Yolanda C. Prado foi concedida no ano de 2005 para projeto de pesquisa *Revoluções do Gênero: apropriações e identificações com o feminismo (1964-1985)*. Neste projeto, a professora Joana Maria Pedro buscava constituir uma narrativa histórica sobre o período de 1964 a 1985 a respeito do ressurgimento dos movimentos feministas no Brasil, isto é, pensar como, apesar da ditadura e dos diferentes antifeminismos, algumas mulheres e homens começaram a se identificar como feministas durante o período. Este projeto durou de 2004 até o ano de 2006 e contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

<sup>105</sup> Norma Bengel foi uma importante atriz e cineasta. Filha de pai belga e mãe brasileira, Norma nasceu no Brasil e foi considerada umas das atrizes mais bonitas dos anos de 1950 até 1970. Após perseguição política, exilou-se na França, em 1971. Entre outras produções, dirigiu o filme *Eternamente Pagu* (1987).

<sup>106</sup> Não tenho muitas informações acerca da trajetória de engajamentos de Gilda Grillo. O que pude constatar é que se tratava de uma brasileira que viveu em Paris e, além de ajudar a fundar o *Nosotras*, teve papel importante para a constituição de engajamentos feministas de brasileiras com os seus contatos transnacionais (ABREU; CARVALHO, 2014).

caminho [...] muito intelectual que eu cheguei ao militantismo feminista, que se desenvolveu nos dez anos” que esteve na França (PRADO, 2005).

Por outro lado, o deslocamento do sentido de político não veio sem conflitos com homens e mulheres da comunidade de brasileiros e com os projetos políticos existentes entre estes sujeitos, o que desencadeou no fim do *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris* no ano de 1976. O primeiro motivo para o fim do grupo foram as acusações de que as mulheres eram “sexistas”<sup>107</sup>, vindas de exilados e grupos de esquerdas, que levaram “um grupo chamado *Front*<sup>108</sup>” a ameaçar “tirar a ajuda financeira às mulheres que participaram do grupo, o que provocou a saída de várias mulheres” (PRADO *apud* ABREU, 2013, p. 568). O segundo motivo foram os conflitos internos, entre o debate da sexualidade e da “política”: de um lado, se enfatizava que o feminismo era uma questão de sexualidade e, do outro, algumas mulheres se desagradavam das reuniões por as considerarem como terapias enquanto bandeiras mais importantes - como, aborto e salários iguais - eram deixadas de lado (ABREU, 2013; GOLDBERG, 2000). Nesta última questão, segundo Abreu (2013), emergiam os termos pelos quais a esquerda se posicionava diante do feminismo, isto é, considerava o debate como algo não político. Por fim, conforme relatou Yolanda C. Prado em sua entrevista, as latino-americanas, que não eram muitas, transferiram-se para outro grupo, que estava sendo organizado por uma venezuelana (PRADO, 2005).

O conflito eminente entre as mulheres do grupo e entre as mulheres e homens da comunidade, de certa forma, conduziu ao fim do *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris* e demonstrou que a comunidade de brasileiros não estava aberta à transformação política e social que o grupo de consciência poderia trazer aos brasileiros exilados. Por outro lado, embora o fim tenha acontecido, o grupo abriu um espaço significativo para transformações individuais/coletivas dos engajamentos das mulheres partícipes, a partir da tomada de consciência feminista por meio das técnicas de si e que objetivava a transformação social e uma nova forma de organização política (bastante diferente do centralismo e da hierarquia das organizações da esquerda).

---

<sup>107</sup> Segundo Maíra Abreu, “‘sexista’ era a forma como muitas vezes se denominava as tendências do movimento que enfatizavam mais a luta das mulheres do que a luta de classes ou que ignoravam esta última”. A autora ainda lembra que este termo foi atribuído ao *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris* (ABREU, 2013, p. 568).

<sup>108</sup> Tratava-se do *Front Brésilienne de Information* (FBI), financiado e dirigido por Miguel Arraes, que tinha uma rede de denúncias à ditadura e publicava boletins em diferentes países, como Argélia, Itália, Alemanha, México, Estados Unidos (CRUZ, 2010).

O segundo grande grupo que passou a se identificar como feminista<sup>109</sup> foi o *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*, que emergiu no ano de 1976. Durante o período da existência do *Círculo*, muitas mulheres brasileiras exiladas passaram a frequentar ou a se envolver com feminismo, que, segundo relatos orais, chegou a fazer reuniões com mais de 100 mulheres. Com objetivos/necessidades muito diversas, como angústias pessoais, curiosidades, tarefas partidárias, entre outros, e diante do tempo, momento e contexto, estas mulheres (como também as do *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*) transformaram seus engajamentos políticos e possibilitaram uma nova maneira organizativa e de transformação social por meio do grupo de consciência. Dentre as mulheres que tiveram participação no grupo, entrevistei para a pesquisa Angela Arruda, Ângela Muniz, Elisabeth T. de Vargas e Silva, Maria Betânia Ávila, Monica Rabelo, Sandra Macedo, Sonia Alves Calió e Suzana Maranhão. Vejamos um pouco das trajetórias e narrativas sobre este período, no que tange às militâncias das mulheres que passaram a se envolver com o *Círculo*.

Sandra Macedo e a família (com a já concretização da separação do marido) exilaram-se na França após o golpe do Chile em 1973. Durante o período da França, em entrevista realizada em 2018, contou que: “eu militava em uma organização que era ligada à luta no Brasil (que era o POC), na IV Internacional (na Liga<sup>110</sup>, que era organização francesa) e no *Círculo das Mulheres [Brasileiras em Paris]*. [Eu] tinha na verdade três espaços de militância” (MACEDO, 2018). A exilada destacou que foi a partir da sua organização que conseguiu um emprego e que passou a ter um envolvimento com o movimento feminista (MACEDO, 2015). Ainda, a respeito deste último aspecto, assinalou que as relações mais fortes que mantêm hoje são aquelas constituídas no *Círculo* durante o exílio; o seu destaque aos vínculos criados nesse período servirá para outras análises relacionadas ao retorno e ao engajamento organizado recentemente pelas partícipes do *Círculo*<sup>111</sup>.

Três grandes questões que emergem de sua narrativa (de suas duas entrevistas e do contou sobre o exílio e retorno) são simbólicas para pensar as trajetórias das brasileiras exiladas na França: a dupla-militância das mulheres (ou no caso de Sandra, em três espaços) e o conflito

---

<sup>109</sup> Os documentos de criação do *Círculo*, denominados de “Por uma tendência feminina e revolucionária” e a “Carta Política” não traziam em seus textos a palavra feminismo, mas sim os termos “movimentos de mulheres” e “luta pela emancipação da mulher” (ABREU, 2014). Para Abreu (2014, p. 206-8), ao longo do período de existência do *Círculo* ocorreu uma transformação de suas perspectivas e projetos, com, de um lado, o abandono do marxismo e, de outro, uma aproximação maior ao feminismo.

<sup>110</sup> Trata-se da Liga Comunista Revolucionária, caracterizada pelo movimento trotskista e anti-stalinista. A partir de 1969, a partir da fusão entre o PCI e a JCR, a Liga passou a ser a Seção Francesa da IV Internacional.

<sup>111</sup> As mulheres do *Círculo de Mulheres Brasileiras de Paris* fizeram um encontro em 2017 para comemorar os 40 anos da fundação do grupo. Este encontro foi realizado em Parati. Além disso, após este encontro, essas mulheres passaram a participar conjuntamente de atividades de rua, como manifestações em atos do #EleNão no ano de 2018.

entre as militâncias (ou não, como no seu caso); o conflito entre os grupos e a reivindicação da autonomia dos movimentos feministas; e a entrada em uma nova forma de militância (mais horizontalizada), que era composta por vínculos identitários e também afetivos<sup>112</sup>. Irei começar pelo último aspecto.

Sandra Macedo, ao ser perguntada sobre se o envolvimento com *Círculo* mudou a sua percepção sobre outras coisas, comentou, retrospectivamente, que tinha “uma sensação de que foi o espaço que eu militei com mais intensidade. E intensidade no sentido de dedicação, [mas também] de clareza que era aquilo que eu gostava, sabia fazer, e achava que tinha que ser feito, mais do que nas organizações militantes tradicionais” (MACEDO, 2018). O exílio na França foi para Sandra a reorganização da militância, com a entrada no movimento feminista e o acúmulo de tarefas e funções. E os vínculos afetivos para a manutenção da militância, sinalizados por ela, estiveram presentes em diversas trajetórias das mulheres que se tornaram feministas.

Sonia Alves Calió<sup>113</sup>, uma das participantes do *Círculo de Mulheres*, relembra de sua inserção também ligada aos afetos. Sonia, após chegar em Paris, vinda diretamente do Brasil, participou do *Círculo*, do grupo *Campanha* (com o qual rompeu em determinado momento do exílio) e da IV Internacional Comunista. Ao ser perguntada sobre como se inseriu no movimento feminista, contou que:

Eu cheguei ao exílio em 1973. Aí eu... casada, eu e meu marido. Saímos do Brasil meio fugido assim, porque a situação dele e a minha estava meio complicada na universidade. Nós fazíamos a USP e tal. Mas, nós éramos... vamos dizer, dois ‘inocentes’. A gente não entendia nada porque a gente vivia em um país em que tudo era censurado. Você estava em um país em que você não tem noção das coisas políticas acontecendo, porque a censura impede a disseminação da informação. E, a primeira coisa que nós conseguimos na Europa, nós fomos para Paris, foi conhecer o mundo. Nós éramos jovens, eu tinha 19 anos e ele 19 para 20. Eu tinha acabado de fazer 19. Então, eu lembro que a gente ficava na rua olhando cartazes do Partido Comunista [risos] “Olha, vai ter festa de *L' Humanité*”, que era a festa anual do Partido Comunista em Paris; “Vamos lá na festa”. A gente ia pegando qualquer material. Era assim, a gente queria beber daquela informação o tempo todo. Aí, bem, obviamente, na questão pessoal isso também teve suas consequências, não é? Aí, a gente

<sup>112</sup> O afeto é uma dimensão informante das sociedades contemporâneas, sobretudo, as migrantes; além disso, é uma importante ferramenta impulsionadora de mobilizações. Para saber mais, ver: Moraña (2012)

<sup>113</sup> Embora as entrevistas realizadas por mim sigam um roteiro pré-estabelecido (mas com constantes alterações em função da experiência de cada uma das entrevistas), a maneira como cada uma dessas entrevistas ocorreu é muito diferente, uma vez que, conforme já explicitado na introdução, a elaboração de uma entrevista se dá pelo diálogo entre entrevistada e entrevistadora e pela possibilidade de escuta por parte da segunda. A entrevista realizada com Sonia Calió é excepcional porque a entrevistada inicia contando sobre o retorno ao Brasil, a constituição do CIM e o seu doutorado; só depois, por meio da minha interrogação, passou para as questões do exílio e da sua militância nos anos de 1970. Nesse sentido, a cronologia da trajetória criada nessa tese não corresponde nem um pouco à estrutura construída em sua entrevista.

começou a... ele começou, sobretudo, a se ligar nas coisas... na liberdade sexual. Então, ele resolveu..., deixa eu achar um termo bom, resolveu namorar outra pessoa. Só que ele namorou outra pessoa na minha frente, em uma festa. Eu saí mal. Nisso aí... eu já... o *Círculo de Mulheres* estava começando. [Eu lembro que era] a primeira, ou segunda, ou terceira reunião do *Círculo de Mulheres*. E eu saí dessa festa desesperada, mal, mal. Fui para casa [e] arrebentei a casa toda de raiva. Casa não, era um *studio* que a gente morava, um quarto e cozinha na verdade. E fiz a minha mala e fui para a porta do *Círculo*. Cheguei às 9 horas lá. A reunião começava às 10. E a mulherada foi chegando, foi chegando, foi chegando e de lá mesmo eu arrumei uma casa para morar e também uma turma para matar o meu ex [risos]. Porque ele foi sacana comigo e toda aquela coisa [da] mulherada [de] solidariedade. Ele foi uma coisa interessante porque isso me reforçou os laços da militância com a questão pessoal. Foi muito importante o que elas fizeram comigo. (CALIÓ, 2018, grifo meu).

Sonia Calió não sentia ter tido uma grande atividade de militância no Brasil e foi em Paris que descobriu muitas coisas, inclusive, àquelas ligadas a liberdade sexual: “eram inocentes”, não tinham tido envolvimento com a luta armada e mal sabiam sobre as organizações de esquerdas do Brasil; além disso, eram jovens, a única experiência de militâncias estava associada ao Centro Acadêmico e, também, estavam experimentando as novas possibilidades oferecidas em Paris. Paris foi um lugar de descobertas muito importantes, conforme pode ser visto acima, tanto no que tange àquelas sobre novos engajamentos políticos quanto das práticas cotidianas pessoais, ligadas ao feminismo e às liberdades possíveis. O encontro entre os “inocentes” e as possibilidades de Paris significam também o encontro de gerações que viveram a década de 1960 e 1970 de maneira distinta: os jovens brasileiros reprimidos pela ditadura e os jovens franceses liberados pelo maio de 1968.

Para Sonia, ainda aconteceu o reforço de um laço mais profundo de seu novo envolvimento, ligado ao feminismo junto ao *Círculo*, que estava descobrindo, com o mal-estar sofrido diante do rompimento e da situação em que viu seu ex-companheiro com outra pessoa. Todo este sentimento e desamparo, que em um primeiro momento culminou em raiva, posteriormente, teve grande acolhimento pelas companheiras do *Círculo*, que, por meio da solidariedade, ofereceram abrigo e apoio emocional. De certa forma, a narrativa de Sonia é um excelente exemplo para pensar tanto as transformações dos engajamentos vividos por ela - de um movimento estudantil (em suas palavras) mais ou menos ‘incipiente’ para um feminismo mais ativo - como também as transformações da própria noção de militância, que passou a incluir solidariedade e afetos em função de uma opressão cotidiana vivida. Também significou entender que o político passava pela esfera da sua vida privada e a solidariedade poderia ser transformadora na vida das mulheres.

Por isso, o mais interessante no relato de Sonia, e que também atravessa muitos relatos das mulheres foi perceber que o seu envolvimento político junto ao grupo feminista teve relação direta com as questões pessoais vividas; ou seja, um conflito com seu companheiro fez com que a solidariedade entre as mulheres se tornasse mais forte e significativa para a sua vida. O conflito vivenciado a aproximou do movimento feminista e das mulheres do *Círculo*; e não o contrário, por exemplo, o feminismo não a levou a ter conflitos com o companheiro.

O *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*, de modo geral, deve ser visto como um espaço de cumplicidade e solidariedade (ou como algumas feministas utilizam, sororidade) no qual os laços de afetividades rompidos com o exílio se solidificaram em torno de uma atividade em comum, o que constitui uma rede de apoio a partir da identidade daquelas mulheres. A “solidariedade contra a opressão” ou “tomada de consciência feminista”, como sinalizou Abreu (2014, p. 178), ocorria principalmente no *vecú*, onde emergia a identificação com outras mulheres, a percepção de que havia algo de parecido em suas vivências e que poderiam construir uma luta conjunta contra as opressões vividas em seus cotidianos. Para tanto, é importante destacar que, enquanto atividade política, não bastava ir às reuniões e decidir de que maneira, quando e onde seria implantada a revolução; a revolução iria ser feita por elas em suas casas, nas relações e no cotidiano.

Maria Betânia de Mello Ávila também, da mesma maneira que Sonia Calió, teve uma aproximação com *Campanha* e com o *Círculo*. Ao chegar a Paris, a exilada foi conhecendo pessoas e, aos poucos, foi se envolvendo em atividades. Se matriculou em um curso de pós-graduação junto ao IEDES, que era o Instituto de Estudos de Desenvolvimento Econômico e Social da Paris 1, da Universidade de Sorbonne. Betânia Ávila lembrou que, em Paris, encontrou um espaço “muito aberto”, onde tinha exiladas e exilados brasileiros, de diversos países da América Latina, da África e da Ásia e, obviamente, as/os francesas/es. Para ela, “era um espaço muito bacana de diálogo crítico, de integração também com pessoas de muitos países diferentes, muito politizados” (ÁVILA, 2019). Como é comum nas memórias, a exilada não sabe definir exatamente as datas em que esta vinculação foi acontecendo, mas sinaliza, por exemplo, sobre as possibilidades de debates e de conhecer pessoas, e que “o debate era muito intenso lá na comunidade dos exilados brasileiros e brasileiras e também de outros países” (ÁVILA, 2019).

Betânia Ávila recorda que “entrou” para o grupo *Campanha*. Ela explica que não acha que a palavra “orgânica seria um conceito que poderia ser aplicado nesse caso, porque eu não era da organização política, mas eu era do grupo, fui me vinculando” (ÁVILA, 2019). Isso “não foi de imediato, mas fui criando uma relação mais consistente e mais permanente com o grupo

*Campanha*, que era um grupo de apoio, tinha uma revista”. (ÁVILA, 2019). Ou seja, Betânia não se considerava orgânica, mas estava ali participando das discussões; nas suas palavras, isso aconteceu mesmo “porque o *Campanha*, na verdade, era um grupo de apoio. Ele tinha sua própria atividade, mas ele não era propriamente uma organização política” (ÁVILA, 2019).

Quando saiu do Brasil, Betânia não “era de nenhuma organização”, da mesma maneira que não tinha uma perspectiva feminista (ÁVILA, 2019). Segundo ela, queria uma transformação e “não era uma pessoa que não tivesse, em termos de pensamento, uma perspectiva de uma mudança que implicava nisso também”. Já havia lido Marx e tinha uma perspectiva intelectual (por sua formação acadêmica) de transformação. Mas, não se poderia “dizer que eu era uma militante orgânica da luta de classes” (ÁVILA, 2019). Ao ser questionada, sobre como era a sua participação do grupo *Campanha* e sobre as discussões que traziam a temática da mulher, relatou:

[...] O grupo *Campanha* era esse grupo de apoio a essa organização política, ou com uma ligação orgânica com a organização. O *Campanha* era um grupo muito avançado, muito crítico, e muito revolucionário do ponto de vista das questões que estavam em questão naquela época. A gente tinha discussões... tinha uma coisa fortíssima sobre o feminismo. Era um grupo revolucionário, ligado à revolução; então, a questão proletária e da revolução, tudo isso, estava posto nas discussões. Mas, o feminismo foi imediatamente tomado dentro do *Campanha*, como a questão da liberação das mulheres, como a gente chamava na época (e continua chamando, muitas, como eu, de emancipação). Era um feminismo bastante voltado a... também... a essa ideia da transformação... um feminismo como parte de uma transformação mais geral. O *Campanha* passou uma época fez uma discussão (naquela época tinha uma discussão) muito forte sobre a questão da psiquiatria. Que não era minha área, mas tem coisas que eu me lembro. O *Campanha* fez um debate interessante sobre essas questões. Então, o *Campanha* tinha uma capacidade muito grande de produzir debates, de produzir ideias, de convocar debates. Fazia muitos debates dentro da comunidade das exiliadas e dos exilados. Tinha uma ligação com muitas pessoas dos movimentos franceses, tanto dos movimentos operários como dos movimentos feministas. Era um grupo bastante interessante do ponto de vista político e filosófico. (ÁVILA, 2019).

No que diz respeito ao *Círculo*, Betânia Ávila contou que começou a formação e que o *Círculo* tinha outra perspectiva em relação ao grupo feminista de brasileiras que já existia naquele país (ÁVILA, 2019). A exilada deu destaque às iniciativas de Regina Carvalho e de Sandra Macedo como organizadoras do chamado para a organização do grupo; da mesma forma, relatou que “teve muitas outras discussões antes, mas elas falavam, quando elas fizeram a proposição, era colocado em termos de um feminismo revolucionário”. Para Betânia, a adjetivação do *Círculo* em “revolucionário” significou uma diferença em relação ao *Grupo*

*Latino-Americano de Mulheres em Paris*, que por sua vez era organizado por mulheres “da primeira fase do exílio” (ÁVILA, 2019). Ainda sobre a formação do *Círculo*, Betânia retratou que algumas pessoas foram se engajando mais que as outras e que, ao mesmo tempo em que o grupo ia se constituindo, aconteceram as manifestações feministas em Paris para a legalização e implementação do aborto legal (ÁVILA, 2019). A leitura de Betânia já está bastante cristalizada e fundamentada por pesquisas acadêmicas acerca do *Círculo*, às quais colaborou, principalmente, ao situar que as mulheres do *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris* se encontravam na “primeira fase do exílio” e que o *Círculo* tinha outra perspectiva (ÁVILA, 2019).

Sobre os momentos iniciais do *Círculo*, Betânia situa que:

Então, isso também começava todo um debate entre nós, sobre a questão do feminismo, a vivência do feminismo lá em um outro país, naquela situação que ninguém podia voltar. Porque ninguém mais podia voltar; quem saiu, porque estava clandestino ou estava ameaçado, não podia mais voltar. Mas, também quem saiu porque queria ir embora e porque tinha um posicionamento político e decidiu ir embora também ficava difícil voltar, porque à medida que você sai e se engaja publicamente pode ter repercussões na volta. E também porque vai construindo a vida lá e se você for embora daquele país por conta disso você não vai voltar também antes que alguma coisa supere. Mas, eu acho que tem uma coisa muito importante: é que desde os primeiros momentos, pelo menos desde os primeiros momentos que eu estava mais engajada, mesmo no *Círculo*, o *Círculo* sempre teve o Brasil como horizonte; quer dizer, não no sentido de que o *Círculo* vinha para o Brasil, não é isso, mas de que ali eram mulheres que estavam se organizando (e depois organizadas) feministas com uma determinada vivência lá, mas que nós tínhamos como desejo e horizonte o retorno ao Brasil (ÁVILA, 2019).

A conexão com o Brasil atravessou o seu engajamento junto ao subgrupo “imprensa”, espaço no qual participou no *Círculo*. Betânia entrou primeiro no grupo ligado às temáticas da sexualidade e da reprodução. Mas, acabou ficando pouco tempo (ÁVILA, 2019). Deixou o primeiro, por motivos que não se recordou e se dirigiu ao subgrupo de imprensa e comunicação (ÁVILA, 2019). Neste novo grupo, “nós éramos as responsáveis por manter a conexão com a imprensa do Brasil, com a imprensa feminista no Brasil e com os grupos feministas no Brasil” (ÁVILA, 2019). Betânia recorda-se da presença, também, de Regina Bruno, Sonia Giacomini, Helena Hirata, América Ungaretti, e mais algumas pessoas. A sua memória acerca deste grupo não sinalizou conflitos ou divergências com o Brasil, mas retratou a forte “comunicação com as do *Nós Mulheres*” e uma ação de solidariedade com o grupo *Ação Mulher*<sup>114</sup>, de Recife, que

<sup>114</sup> Falarei mais do *Ação Mulher* no último capítulo.

estava sofrendo represálias por terem publicado uma reportagem sobre a questão do aborto (ÁVILA, 2019). Para a exilada, o grupo “Teve tanta ação de solidariedade, como manter um pouco do fluxo do que estava acontecendo com o feminismo, com as mulheres que estavam também aqui no Brasil, construindo um feminismo em outras condições bastante difícil” (ÁVILA, 2019).

Ainda, sobre sua transferência de um grupo a outro, Betânia explica que as coisas foram acontecendo, que o debate francês sobre o feminismo era muito forte e que existia tanto “um movimento lutas de classes muito forte na França, que tinha uma relação com o *Círculo*”, quanto um “feminismo radical que trazia a questão da sexualidade e da reprodução, mas profundamente assentada em uma perspectiva materialista crítica” (ÁVILA, 2019). Para ela, as questões estavam atreladas às hierarquias, à dupla-militância e à tentativa de aparelhamento por parte das organizações, conforme pode ser visto nos trechos escolhidos abaixo:

Então, as coisas não estavam assim tão separadas como depois elas foram se tornando, inclusive, na experiência brasileira, entendeu? [E: Sim.]. Eu acho que o *Círculo*... ele... ele era esse caldeirão ali. Primeiro, porque todo mundo vinha de uma perspectiva política comprometida com o que, naquela época, se chamava de luta geral. Bom, muito embate com a esquerda no geral, sobretudo, a parte dos homens, porque não foi fácil também a emergência do *Círculo* nessa... porque tinha toda aquela discussão própria daquela época que o movimento feminista vinha dividir; [diziam] “essa questão não era a questão principal, a contradição principal...”. Então, não era... Estou dizendo isso porque certamente a minha escolha não foi porque o grupo de sexualidade e reprodução era menos ligado a isso ou aquilo, porque a gente vivenciava a coisa de uma maneira, a partir de uma perspectiva eu acho mais crítica nesse sentido. Eu acho que estava mais... foi um grupo que se formou, esse grupo de contato, eu acho que ele não se formou imediatamente como grupo; foi formado três ou quatro grupos... Essa memória... E depois foram se formando outros grupos. Não eram muitos. Mas acho que foi isso. E, aí, a gente resolveu... A questão do contato com o Brasil se tornava uma necessidade concreta de ser mais organizada. E, aí, do ponto de vista do feminismo, porque já tinham outros contatos, mas como... nós mesmas resolvemos formar esse outro grupo (ÁVILA, 2019).

Porque muitas... muitas... porque, como eu te disse, a origem majoritária de quem estava ali, vinha de organizações com relações com partidos. E, ao mesmo tempo, que todas de nós que fazíamos parte de alguma maneira - mais orgânica ou menos orgânica das organizações, e aí incluindo os partidos. Estávamos em conflito lá. Mas, esse conflito vinha para cá também, porque também a gente defendia as perspectivas e as tendências. Não só feministas. Mas, feministas vinculadas às tendências outras dentro das organizações. Teve conflitos dessa ordem e fortes também. Fez parte da nossa história. Só que eu acho que tinha isso, havia uma politização forte disso e você podia estar em conflitos com uma companheira muito próxima para além da vida política; você podia até ter um grau de concordância alto com ela no feminismo e um grau alto de convivência no cotidiano, mas por alguma forma você entra em

conflito com ela por conta das tendências e das perspectivas das organizações. (ÁVILA, 2019)

Acerca das discussões que participou em cada subgrupo, Betânia lembra que no grupo de sexualidade e reprodução “tinha uma discussão muito forte sobre a questão da autonomia do corpo, da repressão e da contracepção”, normalizada por uma perspectiva heterossexual, “a questão do aborto era forte e a questão do conhecimento do corpo era fortíssima” (ÁVILA, 2019). Já, no subgrupo de imprensa, o tema constante era a situação do Brasil, “porque como a gente estava relacionada, encarregada desse contato, a discussão sobre o Brasil, a América Latina, as perspectivas políticas, as análises, era o que dava um pano de fundo para dar sentido ao que significava essa relação entre o exílio e o Brasil”; aqui também entrava a relação com “os grupos feministas no Brasil e as perspectivas do feminismo” (ÁVILA, 2019). Em outros termos, o debate feminista foi bastante efervescente, e embora na militância de Betânia tenha se voltado mais para o segundo subgrupo, ligada ao contato com o Brasil, o debate também caminhou em várias direções.

Uma destas direções, com certeza, foi a já citada relação com as organizações e a dupla-militância; sinalizado por Betânia e Sandra, como bastante conflituosa (ÁVILA, 2019; MACEDO, 2018), aspecto que não vinha “só do lado dos homens em conflito com as feministas” (ÁVILA, 2019). Para Betânia, o destaque era a forma de organização interiorizada pelas mulheres provenientes das esquerdas com suas hierarquias e ideias, o significado de político tanto no modo de se organizarem como também nos embates:

Nós começávamos a entender a própria organização política em uma outra perspectiva. Então, as organizações e essa vivência - que também para mim foi muito forte - hierárquica e a questão que em nome, inclusive, do processo, de participar de um processo de organização de um processo revolucionário, de mudança e isso e aquilo, nós não aceitávamos isso sem questionar as estruturas autoritárias, hierárquicas, a ideia da liderança como uma pessoa que referenciava tudo. Entendeu? Isso foi muito... e à medida que a gente também radicalizava o nosso feminismo os conflitos foram aumentando. Os últimos tempos, inclusive, no *Campanha* foram bastante tumultuados nesse sentido, inclusive, sobre as próprias perspectivas das estratégias políticas e da forma de organizações política. Não era um processo fácil.

E: Mas, de perspectiva e organização políticas no sentido de que o grupo mais feminista estava trazendo um questionamento maior sobre a forma de organização?

M: Sim. Eu acho que no geral as feministas que estavam dentro dos grupos ou das organizações de esquerda, que eram compostos por homens e por mulheres, de uma maneira geral, se abriu um processo muito conflituoso, muito conflitivo nesse sentido. Entendeu? Porque uma das questões, e ali era fortíssimo, era a questão das hierarquias partidárias, dos métodos. Logicamente que não significa que o feminismo não tenha seus próprios

conflitos sobre isso, mas estava colocando essas questões. (ÁVILA, 2019, grifo meu)

Elisabeth T. de Vargas e Silva, como as demais citadas até aqui, também comentou sobre a questão da solidariedade que manteve no *Círculo* e dos conflitos que passaram a ter em função da tomada de consciência feminista. Após o golpe no Chile, Elisabeth partiu para a Suíça, lugar onde conseguiu asilo político, começou a frequentar a universidade, aprendeu francês e passou a ser uma espécie de ‘representante’ do MIR chileno, onde buscava arrecadar fundos para serem enviados ao Chile (SILVA, 2018). Mais ou menos em 1975, mudou-se para Paris, onde continuou no MIR por mais um tempo. Naquela cidade, passou a ter um maior envolvimento com o feminismo, ao participar do *Círculo de Mulheres Brasileiras* (SILVA, 2018). Sobre a militância que teve junto ao MIR, contou que viajou inúmeras vezes para diferentes países da Europa a fim de arrecadar dinheiro e depois enviar de maneira clandestina ao Chile; a atividade era realizada por ela e pelo seu ex-companheiro (SILVA, 2018). Ao ser perguntada mais explicitamente, sobre como isso ocorria e se os vínculos preexistiam para tal atividade, relatou:

E: Sobre essa atividade do MIR, eu fiquei curiosa, como vocês arrecadavam dinheiro? Era como se fosse campanha entre os militantes de esquerda europeia?

B: Os militantes de esquerda europeia... eles arrecadam dinheiro e nós despachávamos para o Chile.

E: E tinha algum alinhamento teórico, por exemplo?

B: Não, teórico não. Mas, alinhamento político. Alguns eram maoístas, trotskistas, socialistas. Quando eu fui para Milão, eles eram da *Lotta Continua*, que era uma organização do norte da Itália; depois tinha uma outra, em Roma. Mas, eu fui para Milão.

E: E nos outros países, também eram de organizações?

B: Também eu ia. Então, por exemplo, quando eu fui para Viena, eu encontrei com uns iranianos, que deram dinheiro. Entregava lá para os miristas e eles mandavam para o Chile. Certamente, a repressão deve ter pego esse dinheiro ou boa parte dele. O Miguel Enriquez foi morto, que era o grande líder do MIR chileno e teve um, quando eu fui para Itália, foi isso, ele tinha sido assassinado. Então, teve manifestações na Europa inteira. Aqui [na América do Sul] era tudo ditadura; e eu lembro [das manifestações] na Europa inteira. Só não tinha na Espanha, embora, o Franco já tivesse morrido. Então, havia uma grande solidariedade mundial, [e] eu era essa arrecadadora do dinheiro.

E: E qual era o argumento que vocês usavam para as pessoas doarem? Não sei se você pode me contar...

B: Para manter a resistência chilena. Que durou dois anos, três. Depois que o Miguel Enriquez foi morto, foi um massacre. No Chile, foi horrível! Foi horrível! (SILVA, 2018)

A atividade junto ao MIR, realizada por Elisabeth, foi contextual, realizada por dois ou três anos após o golpe que aconteceu naquele país. Após este período, que pelo relato durou até

mais ou menos até o ano de 1975, Elisabeth trabalhou em diferentes lugares a fim de se manter na França e deu um novo passo para a sua militância: a tomada de consciência do feminismo. A respeito disso, relatou:

Quando eu cheguei na Europa, o movimento feminista já existia. Existia o *liberté des femmes*. Eu ia lá, [inaudível]. E, aí, eu não me lembro muito bem em que momento que eu descobri que tinha esse *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*. Algumas eu conhecia daqui, de Porto Alegre. E a gente se reunia na casa do estudante do Brasil<sup>115</sup>. Eu não sei quem me disse, e eu comecei a ir, ficou muito grande; o grupo ficou muito grande, e a gente começou a fazer subgrupos e fazia reuniões nas casas das pessoas. (SILVA, 2018)

Elisabeth também traz em suas memórias a passagem da sua militância em organizações de esquerda, do movimento estudantil, da clandestinidade no Brasil e no MIR chileno (ligadas ao ensino de trabalhadores e arrecadação de fundos), até um engajamento junto ao feminismo. Com suas memórias, Elisabeth acentua que a passagem de uma militância a outra não se deu de maneira rápida e imediata a partir da sua chegada à Europa; houve um momento de transição, a derrota de um projeto que mantinha vínculos com a América do Sul e com um engajamento mais tradicional em sua estrutura organizacional. Ainda, a respeito do *Círculo*, recordou sobre o importante vínculo criado entre as partícipes:

[No] *Círculo* nós nos dividíamos. Nós tínhamos grupos, subgrupos. O meu grupo era saúde e sexualidade. Tinha violência e nós já existia, foi quando surgiu no Brasil, logo em seguida, a gente se reunia, nós participamos de um congresso internacional, apresentamos as propostas das brasileiras porque a gente ficava mandando carta para o Brasil. Mas, aqui no Brasil, elas não pensavam como a gente. E fizemos... então, o que começou com um meio que... não chamava de auto-ajuda... até era na Casa do Brasil, lá na Cité, que a gente usava umas salas. Enfim, era uma coisa que foi crescendo, crescendo e chegou um momento que teve 120, 120 e tantas mulheres. E fomos ficando amigas. Obviamente, algumas mais amigas que outras. Mas, assim, romper com aquela coisa de “é mulher de quem?!”. “Somos mulheres!”. Incorporamos completamente o discurso feminista francês. E participávamos de todas as manifestações das mulheres francesas (SILVA, 2015, grifo meu).

O *Círculo* significou a incorporação do feminismo e da compreensão da solidariedade entre as mulheres, rompendo com a ideia de que elas eram esposas (“mulher”) de alguém. Nele, diversos aspectos foram debatidos e, no caso específico de Elisabeth, foi nos debates sobre saúde e sexualidade que se centrou; ponto importante para a sua trajetória de militante (a partir

---

<sup>115</sup> N.T.: Trata-se da *Maison du Brésil* (Casa do Brasil) na *Cité Universitaire* localizada no 14º *Arrondissement* (distrito) em Paris.

de então) como feminista. Nesta mesma entrevista, realizada em 2015, Elisabeth contou sobre a solidariedade que o grupo teve em função da atividade de um membro da comunidade dos brasileiros:

[...] teve uma história meio piada, que tinha um brasileiro [...], o Marcão, era um bonitão carioca, [...] e ele vivia de um lado para o outro. Era assim, aquela linguagem do *Pasquim*, “voco, toco, jáco”: “vou comer, estou comendo, já comi”. Aí, um dia, essa história apareceu em uma reunião do *Círculo*. Aí fizemos uma campanha contra o Marcão: “ninguém dá para o Marcão” [risos]. E deu certo. Ele ficou desesperado. Falou para todo mundo: “O que é isso? Parem com isso! Eu não sou assim!”; [e nós dissemos] “Então para de falar, não é?”. [...] Então, nós viramos uma ameaça aos homens brasileiros, porque a gente discutia a vida pessoal das brasileiras, [da] colônia brasileira em Paris, e isso era uma grande ameaça. (SILVA, 2015, grifo meu).

A relação de solidariedade criada entre as mulheres do *Círculo* é inquestionável; e também existiu como mote constituidor do grupo. O privado se tornou político e, como relatou Elisabeth, isso era uma ameaça para os homens, que viram suas práticas de opressão cotidianas questionadas, debatidas, em um grande grupo e difundidas entre uma quantidade bastante grande de mulheres da comunidade de brasileiros. Isso reverberou em críticas e em transformações das relações e práticas cotidianas<sup>116</sup>. Da mesma maneira, as mulheres participantes passaram a perceber que as suas condições como mulheres não eram questões isoladas, mas faziam parte das opressões vividas coletivamente.

A solidariedade entre elas foi muito importante porque criou vínculos que se consolidaram em redes de apoio, afetos e afinidades existentes até hoje. No entanto, este vínculo não pode ser lido de maneira ingênua ou ilusória (como assinalado no primeiro capítulo). Primeiramente, como sinalizado por Elisabeth, as relações de amizade não atravessaram a todas da mesma maneira e, diante de algumas situações, significaram escolhas que as aproximaram entre elas, mas que as distanciaram de certos sujeitos. Em segundo lugar, a solidariedade constituiu vínculos, mas, como o próprio termo utilizado pelas entrevistadas, não pode ser lido como essencialista ou atrelado a alguma espécie de natureza feminina. Nesse sentido, é curioso perceber que nenhuma das entrevistadas utilizou o termo sororidade<sup>117</sup> para designar a união entre as mulheres brasileiras que participaram do *Círculo*.

A solidariedade vista como uma escolha também implica em pensar com quem alguém se solidariza e com quem não; ou ainda “o sentimento de solidariedade traduz, também, códigos de não solidariedade” (COSTA, 2009c, p. 19). Essa escolha também atravessou o *Círculo*.

<sup>116</sup> Conforme pode ser visto no capítulo 3 da minha dissertação de mestrado (ROSALEN, 2016).

<sup>117</sup> Conforme apresentado no primeiro capítulo, o feminismo francês já estabelecia a crítica ao termo sororidade.

Nesse sentido, Elisabeth foi uma das únicas entrevistadas a relatar um sentimento que teve na época: Jorge, seu ex-marido, convidou para jantar na sua casa um amigo<sup>118</sup> que, respectivamente, estava morando com uma pessoa que participava do *Círculo*; no entanto, para morar com esta pessoa, o convidado havia deixado sua companheira grávida e saído de casa. Elisabeth contou que, por conta disso, não gostaria de estar no jantar (SILVA, 2018); para ela, não havia qualquer conflito com a colega do *Círculo*, pois só mais tarde se tornou amiga da ex-companheira do convidado, mas sentiu que tinha que se solidarizar com ela naquele momento em função da situação do abandono durante a gravidez (SILVA, 2018). Assim, ainda acrescentou que “era demais para mim: deixar a mulher grávida sozinha e se mudar para casa da outra. Coisas da revolução sexual da época, digamos, tudo era permitido, mas eu era meio ‘caxias’ em alguns pontos” (SILVA, 2018).

Mesmo que houvesse um pacto de irmandade entre as participantes do *Círculo*, e este pacto fosse bastante significativo, tanto nas memórias quanto para a existência do grupo, sob esse contexto, Elisabeth escolheu ser mais solidária com alguém que não era participante. Por outro lado, suas memórias a respeito apresentaram (um pouco também o que Sonia contou) que as liberdades que passaram a experimentar no exterior também criaram contradições e conflitos que se refletiram dentro e fora do grupo. Por outro lado, embora as brasileiras e brasileiros já rompessem com certos paradigmas quando estavam no Brasil, foi no exílio em Paris que certas práticas puderam ser mais bem explicitadas, debatidas e confrontadas.

A maior parte das memórias sobre o *Círculo* traz um passado bastante idealizado, pautado em uma unidade política da militância dessas mulheres, no qual parece que não existiram pontos de conflitos internos ou de debates com relação às pautas e projetos. Essa boa imagem pode ser entendida tanto como iniciativas (conscientes ou inconscientes) para a constituição de uma boa narrativa com relação à história do *Círculo* quanto uma construção de si em relação ao corpo estranho (materializado pelas minhas entrevistas e perguntas) que buscava escutar tais narrativas. Entretanto, as perguntas que envolveram conflitos, realizadas durante as entrevistas, nunca foram voltadas àqueles internos, possivelmente, presentes dentro dos debates políticos, o que também significa uma ausência de questionamento a respeito. Da mesma maneira, também muito próximas ao elencado acima, inimizades, hostilidades e antipatias pessoais quase não foram expressas nas memórias ou, quando expressas, carregaram práticas de escolhas ligadas à própria solidariedade.

---

<sup>118</sup> Os nomes não foram citados a fim de preservar as pessoas envolvidas na história e não gerar algum tipo de constrangimento sobre a narrativa. Essa escolha seu deu, sobretudo, porque ainda parece existir algum ressentimento em relação ao que aconteceu.

Uma narrativa menos idealizada quanto aos subgrupos do *Círculo* provém de Angela Arruda. Durante o período em que esteve na França, após passar pelo Chile, Angela participou de grupos de reflexão franceses e do *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*. A respeito do seu envolvimento com a militância feminista na França, contou que iniciou, por volta dos anos de 1975 ou 1976, em um grupo do bairro:

Bom, a minha militância feminista... ela começa em função de que eu precisava me divorciar, porque a mamãe morreu. Ela morreu e nós estávamos lá, quer dizer, eu estava lá. [...] E depois... tinha uma complicação, porque eu fui casada [em] comunhão de bens. Eu precisava divorciar, para poder liberar as coisas, inclusive, para o meu irmão que tinha problemas de saúde mental e que não trabalhava. Estou fazendo uma síntese, porque não adianta ficar entrando nesses detalhes. Então, com essa história, René me disse assim: “por que é que você não vai no grupo de ‘mulheres e divórcio’?”, porque ele já conhecia as feministas e tal. Já tinha vivido com uma feminista alemã; Ele disse: “as feministas têm um grupo de ‘mulheres e divórcio’, você poderia procurar para ver como é que você se vira com isso”. E efetivamente esse foi o pontapé inicial. Depois que eu entrei, primeiro, que eu fiquei completamente fascinada com a forma como elas se organizavam e conviviam. Era completamente diferente da forma como você vivia e fazia essa participação em muitas instâncias. E, pronto. Aí eu não saí mais. Daí, eu passei para o grupo do meu bairro. [No] meu bairro, por coincidência, tinha um grupo que estava em efervescência e cresceu tanto que teve que dividir em dois porque não cabia no local de reunião, que eram quinze. Era um grupo animadíssimo. Tinha debate de filme. Era muito interessante. E eu aprendi o básico. Tudo assim, do ponto de vista, das vivências do coletivo feminista, de como é que você faz as coisas. Aquela... era uma espécie de confusão geral e assim de repente “pá” estava tudo resolvido. E era super criativo o negócio... Enfim, eu fiquei absolutamente fascinada. Mas, também me levou a uma revisão toda da minha vida. Eu passei a fazer uma outra leitura de toda a minha vida a partir do feminismo. (ARRUDA, 2018)

Angela Arruda, assim como Sonia Calió, enfatizou que o seu envolvimento com o feminismo esteve relacionado de maneira direta às questões familiares e às dificuldades em relação ao divórcio<sup>119</sup> formal, que estava solicitando durante o exílio. De certo modo, o privado a motivou à busca por respostas aos seus anseios e a levou ao novo formato de organização política, ligado aos problemas enfrentados pelas mulheres. Aqui, a forma, o formato e o significado do movimento foram novos na militância de Angela; este espaço de militância era

<sup>119</sup> Diferente de muitos países, inclusive a França, o divórcio legal no Brasil só foi possível a partir do ano de 1977. Na França, por exemplo, isso poderia ocorrer desde 1905. A possibilidade de decidir sobre a instituição do divórcio (a partir do ano de 1977) foi uma das inúmeras mudanças ocorridas (como o aumento da educação formal, a decisão sobre ter ou não filhos, entre outras) nos anos de 1960 e 1970 que permitiram às mulheres colocarem em causa os valores de igualdade (SCOTT, 2012). Antes disso, é óbvio, que as pessoas se separavam no Brasil mesmo que isso, muitas vezes, não expressasse a sociedade da qual faziam parte, ou ainda fosse realizado por meio do desquite (que havia sido instituído em 1942 no Código Civil e que, por sua vez, não dissolvia o vínculo matrimonial).

muito diferente daquele sistematizado pelas organizações de esquerda das quais ela fez parte (mesmo que considerasse que sua participação era tangencial) ou conhecia até então (citada no capítulo anterior). Tal engajamento foi transformador ao constituir uma nova consciência de si, a partir do feminismo, o que mudou sua percepção do passado e a deslocou para um novo projeto político.

Angela contou também que não teve dificuldades com a inserção dentro do movimento francês (em função da grande solidariedade que havia com os exilados no momento) e as facilidades linguísticas (uma vez que já havia estudado francês por muitos anos no Brasil e o falava bem por estar no país fazia um tempo) (ARRUDA, 2018). Por outro lado, com a sua entrada no *Círculo* (também por sugestão de seu companheiro) teve outro tipo de vínculo e constatou algumas diferenças, que foram questionadas por mim durante a entrevista:

Enfim, a diferença é que a gente era uma coisa assim de... muito inicial, muito iniciante, porque no Brasil também o feminismo, que já existia, lógico, há tempo, mas muito muito reduzido e pouco aparente, porque também era a ditadura. Essa coisa de manter o contato com o Brasil, de saber o que é que acontecia no Brasil. Estabelecer relação com o que já existe de feminismo no Brasil era uma questão que a gente sempre [estava] discutindo com aqueles jornais feministas que existiam época. Era uma grande diferença, que eram da nossa especificidade, da etapa histórica em que a gente se inseria e da vivência que a gente tinha aqui. A França estava em um outro estágio. Primeiro, uma coisa que era cultural, que era a noção de direitos, que era uma coisa muito clara e muito forte para as francesas, a questão de direitos. E, depois, questões assim culturais, os movimentos. Eles podem ser muito radicais. Então, as discussões... elas podem ser muito mais aguerridas e as coisas são muito mais... tem uma coisa, às vezes, entre nós brasileiros, que a gente é mais de contornar, de não querer enfrentar diretamente, de querer acomodar. (ARRUDA, 2018).

E, aí, eu chego ao *Círculo*. Mas, quando eu chego ao *Círculo*, aquilo que para elas era um início do conhecimento do feminismo, a partir do *Círculo*, eu já vinha com uma intensa atividade de relação com o feminismo e às feministas francesas. Então, eu chego no *Círculo*. Mas, eu já vinha... Foi uma outra experiência de ver as brasileiras e toda a dificuldade que foi porque tinha muita resistência entre o pessoal que estava exilado, as organizações... muita gente achava que não podia se afastar da luta principal, que ficar fazendo negócio de mulher era você abandonar a classe. Enfim, toda essa perspectiva negativa com relação ao feminismo. (ARRUDA, 2018, grifo meu).

Angela Arruda não teve um deslumbramento em relação ao que passou a ter com o *Círculo*. Por outro lado, deu destaque, a partir das minhas perguntas, àquilo que se fazia de diferente nas experiências vividas por elas: a especificidade por serem mulheres brasileiras vivendo a ditadura e o exílio, as pautas e os contatos ligados a esta especificidade e ao sentimento de poder contribuir de alguma forma com aquilo que acontecia no Brasil, e questões

culturais de ausência de enfrentamento direto em algumas situações. Mas, o ponto mais importante de sua fala, encontrado em muitas entrevistas, foi a tensão existente entre as organizações de esquerda, com suas lutas ligadas às questões gerais e lutas de classes, e às mulheres, que passaram a se voltar às lutas feministas e abandonar as pautas tidas como centrais; como explicitou, o abandono da luta ‘principal’ gerou resistência da comunidade dos exilados.

As memórias de Angela Arruda são as únicas que não supervalorizam o debate e a militância política que esta passou a ter dentro do *Círculo*. A partir da estrutura que mantinha o grupo e as divisões em subgrupos, Angela relatou que “Eu me lembro dessas discussões do trabalho doméstico. Mas, a sensação que eu tenho é de que era meio chato” (ARRUDA, 2018); e que, por isso, acha que trocou de subgrupo. Para ela, existiam algumas diferenças bem significativas entre os dois espaços:

O movimento francês foi realmente onde eu me achei, que eu entendi todas as questões de como é que foi a minha vida, a reflexão me levou a isso. O trabalho doméstico era um tema meio árido, porque era um tema muito objetivo. Não entrava muito na subjetividade. Eu acho que isso também deve ter mexido comigo de alguma maneira. Acho que eu não me lembro... eu me lembro, assim, que a gente tinha discussões sobre valor, o não valor, se deveria virar direito, se deveria ter salário. Era uma discussão de uma questão que me parecia mais convencional, mais convencionável. E, no grupo francês, tinha discussão mais... bem pessoais, do tipo, “bom, e o prazer tem que ser sempre com [a] penetração?”. (ARRUDA, 2018).

Angela Arruda assinala tanto diferenças percebidas por ela (e questionadas por mim) de como o *Círculo* funcionava quanto os significados que atribuiu para os dois espaços. O *Círculo*, ao passo que não abandonou pautas como as questões de classe e de lutas ligadas às denúncias da ditadura, também ficou muito ligado a algumas discussões, que para a entrevistada, em função do seu contato anterior, ainda eram muitos “objetivas”; este tema, do trabalho doméstico, não a tocou tanto quanto a reflexão que passou a fazer sobre sua vida a partir do espaço junto às mulheres francesas. Nesse sentido, embora os grupos de consciência tenham tido a característica da transformação subjetiva atrelada ao processo de construção da prática de si, com autoexames individuais e coletivos realizados no grupo (conforme destacado por McLaren (2016) a partir de Foucault), para Angela, a reflexão realizada no *Círculo* não a transformou tanto quanto o que já tinha discutido no grupo anterior com as francesas; mesmo que entre elas e as francesas não houvesse uma identidade unificadora comum, atrelada à nacionalidade como “brasileira”.

Cabe situar que Angela deu mais detalhes na entrevista concedida a sua amiga Maria Auxiliadora Banchs, publicada em um livro em sua homenagem, denominado *Angela Arruda e as Representações Sociais: estudos selecionados* (2014), a respeito da sua militância no Chile e da sua trajetória acadêmica. Porém, não mencionou (ou ao menos não foi publicado) questões mais específicas relativas à entrada no movimento feminista francês e no *Círculo de Mulheres em Paris*, que foram amplamente contadas a mim. A escolha do que contar, a quem contar e de que maneira contar, como determinadas fases ou atividades políticas, se deu, sobretudo, em virtude dos meus questionamentos de pesquisa serem relacionados ao exílio, ao retorno e à busca por respostas às questões relativas aos engajamentos de mulheres e suas transformações, a partir do *Círculo* e do feminismo francês; e, por isso, ocuparam grande espaço em sua entrevista.

Por volta do ano de 1971, Suzana Maranhão e seu companheiro deixaram o Brasil com destino à França, onde permaneceram por dois anos se organizando para o regresso; a ideia era retornar ao Brasil. O casal acabou indo ao Chile, onde, logo em seguida, ocorreu o golpe, em 1973, o que os fez retornar para à França (MARANHÃO, 2019). Nos primeiros dois anos em que Suzana viveu em Paris (antes do Chile), o *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris* já havia sido criado e promovia reflexões entre as mulheres. Mas, a exilada não participou desse espaço e se recorda que só conheceu Yolanda C. Prado no retorno ao Brasil (MARANHÃO, 2019). A saída do Chile também não foi fácil para o casal, que conseguiu asilo somente na Argélia e acabou entrando na França de maneira clandestina, no final do ano de 1973. As narrativas sobre a primeira e a segunda vez que chegaram a Paris estão um pouco confusas em função do distanciamento temporal. Mas, fica explícito que, nos dois primeiros anos que estiveram em Paris, circularam pouco nos espaços onde pudessem encontrar os demais exilados brasileiros, já que estavam clandestinos no país. Foi nesse período que nasceu a sua segunda filha, Alexandra. E, no segundo momento, quando pediram asilo político, a circulação foi maior (MARANHÃO, 2019).

Nos primeiros anos de exílio definitivo, após o ano de 1973, Suzana e o companheiro continuaram algumas atividades ligadas aos primeiros dois anos em que haviam passado em Paris. Suzana explicitou que era um vínculo de solidariedade com os franceses e argelinos, em que arrumavam documentação e arrecadavam dinheiro para enviar para o Brasil (MARANHÃO, 2019). Ela se recorda que “os dois primeiros anos foi mais assistência dos franceses, participação nas festas para as finanças serem enviadas” (MARANHÃO, 2019). No período, também, Suzana participou do *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*, iniciou um mestrado na Sorbonne (que não concluiu em função do retorno ao Brasil e o engajamento em

outras atividades) e continuou com o vínculo junto ao PCBR. Já, no Comitê Brasileiro de Anistia, participou só de longe (MARANHÃO, 2019).

Sobre o *Círculo*, Suzana relatou que sempre foi muito curiosa, que já havia lido Simone de Beauvoir no Brasil e a clandestinidade já a havia feito ver o quanto era discriminada. Ela não participou da elaboração do primeiro documento que circulou. Mas, quando o recebeu achou “que era tudo o que eu queria”, porque a autonomia do *Círculo* era central e, ao mesmo tempo, garantia a posição de estar no partido e estar no movimento social (MARANHÃO, 2019); aspectos que apareceram como fundamentais na perspectiva política que se constituiu nesse período. Para ela, a entrada no *Círculo* (ou melhor, o vínculo com o feminismo) “foi um rompimento de paradigma imenso”, classificado como a segunda situação em sua vida:

[...] o meu [primeiro] rompimento de paradigma foi quando... sai de casa e vai para uma organização clandestina e depois clandestinidade, onde a sua identidade é esgaçada. E depois, a segunda, é quando incorporando o feminismo em minha vida, o meu mundo é diferente. Eu começo a ver o mundo de forma completamente diferente, do ponto de vista geográfico, do ponto de vista do meio ambiente, do ponto de vista... Eu começo a prestar atenção que as mulheres na rua são uma isca (vamos dizer assim), que a gente tinha que... Eu começo a ver tudo, na geografia, no campo, na cidade, o sofrimento das mulheres no campo. Aí, já começa tudo: a questão das mulheres na terra, que não têm a posse da terra no campo [...] (MARANHÃO, 2019).

No *Círculo*, Suzana fez parte do subgrupo imprensa, onde fazia leitura, se comunicava com o Brasil (exemplificada por ela, com trocas com o *Ação Mulher* de Recife) e realizava a análise dos jornais brasileiros recebidos em Paris<sup>120</sup> (MARANHÃO, 2019). As atividades de Suzana eram prioritariamente voltadas para o Brasil. A mudança da trajetória de Suzana Maranhão, no período em que viveu na França, depois dos anos de 1973, não significou o abandono da militância junto ao PCBR e da perspectiva de luta de classes. Mas, sim, a incorporação de uma nova perspectiva e visão de mundo a partir do movimento feminista e do engajamento no *Círculo* (MARANHÃO, 2019), o que culminou com a dupla-militância para Suzana, com vantagens, conflitos e inconvenientes. Foi uma mudança de paradigmas (como citou). Mas, não foi uma ruptura total do que vinha sendo desempenhando antes. Em outras palavras, foi a readequação do que fazia e a reconstituição de uma nova forma de pensar diante das possibilidades e crises vividas com o exílio e com o fim da luta armada no Brasil.

<sup>120</sup> Tratava-se especificamente dos jornais do *Brasil Mulher*, conforme menciono melhor no capítulo 04.

No PCBR, em Paris, Suzana assinalou que “dava[m] assistência ao pessoal que estava querendo se aproximar do PCBR no exterior”, as integrantes mantinham contato com as pessoas que queriam vir ao Brasil, faziam reuniões de autocrítica, para determinar e discutir o regresso ao Brasil, e, também, debates acerca do congresso do partido. Em suas palavras: “tinha discussões políticas, tinha autocrítica, tinha formulações teóricas novas para a organização que a gente discutia” (MARANHÃO, 2019). Sobre, especificamente, a autocrítica, Suzana contou que ela não era uma crítica do ponto de vista da luta revolucionária. Isto é, “a gente achava que foi correta a resistência naquele momento e tal, porque tinham organizações que faziam nesse nível de que tinha sido totalmente errado”. Em outras palavras, de Suzana, “a gente não fazia a autocrítica da luta armada; o que a gente fazia é uma adequação” (MARANHÃO, 2019), o que significava que:

A gente acha que foi longe demais e terminou, mesmo negando o foquismo, na prática caindo para a sobrevivência. Mas, a gente não negava isso. Outra coisa, a gente achava que a empoderação - não usávamos esse termo, esse termo foi tirado agora do feminismo, mas seria isso - dos trabalhadores teria que ter/ser muita autonomia e dos movimentos, tinha que ser maior. Não poderia haver ligação dos movimentos com o partido. Tinha que haver respeito às decisões e às definições e autodeterminação do movimento; e tinha que ter o partido. O partido teria que fazer, convencer o movimento. Mas, se o movimento não se convencesse, tinha que ter esse efeito (MARANHÃO, 2019).

A autocritica no exílio e do PCBR não foram as únicas no período e não podem ser lidas como uma prática exógena em relação ao Brasil. Foi um processo significativo na reconstituição da militância de Suzana no exterior e na possibilidade de readequação do que havia feito e o que iriam fazer daquele momento em diante. Obviamente, assinalada, aqui, por termos do presente, para melhor se fazer entender. A percepção tida ou construída acerca da relação entre partido e movimento, de certa maneira, pode ter sido facilitadora na forma como foi encarada a militância junto ao *Círculo*, já que, nas palavras de Suzana, a posição era “estar no partido e estar no movimento social”. Para ela, estar no *Círculo* e ao mesmo tempo no PCBR:

Isso para mim foi assim maravilhoso: saber que eu estava no movimento social. A autonomia desse movimento tinha que ser resgatada, e qual era o movimento social que mais me era a questão... e, ao mesmo tempo, a gente já dizia o seguinte: “sem a participação da mulher não existe a revolução”. Eu já tinha isso na minha cabeça (MARANHÃO, 2019).

Mas, as coisas não eram tão simples e tão bonitas como foi sinalizado em um primeiro momento e a dupla-militância acarretava grandes problemas e conflitos. Ao ser questionada sobre se havia conflitos em função da sua dupla-militância, Suzana contou que existiram, uma vez que “O PCBR achava secundário, a luta feminista. A gente tinha que trazer para dentro do PCBR livros. Eles não liam. Queriam resumo” (MARANHÃO, 2019). Nas suas palavras, o início foi difícil, o feminismo era colocado em segundo plano e, para os homens, o desejo de aprender sobre ainda era sem muita vontade e empenho, e as mulheres tiveram que se empenhar mais para aprender e convencer ao seu entorno:

A não ser um companheiro que se interessou mais por ler. Até o meu companheiro [pedia], o resumo, diz aí. No fim, ele defendia a questão feminista... aqui eu digo... depois da volta... em alguns aspectos, até melhor do que eu. Mas, naquela época não. Existia, o PCBR achava que era, vamos dizer assim, não proibia porque não existia mais essa coisa de... de... centralismo democrático. Era uma coisa discutida, muito discutida. Mas, a gente tinha que conseguir, vamos dizer, a gente tinha que convencer minimamente inclusive para dar conta das tarefas que queriam nos colocar, quando a gente tinha essa tarefa, se fosse abraçar o feminismo mesmo. [...]E aí fomos sentindo cada vez mais a necessidade de trazer para dentro do PCBR a ideologia feminista, o que a gente aprendia, o que a gente lia. E a gente fazia ainda isso. Essa tarefa extra de sensibilizá-los. Aí, depois, o próprio amadurecimento do nosso *Círculo de Mulheres Brasileiras* foi... o amadurecimento do *Círculo*, a gente passou muitos anos discutindo para nos conhecermos melhor. Então, foi havendo a necessidade de debates com homens e mulheres. Daí, a gente tinha que se preparar para poder enfrentar as perguntas e as arapucas que queriam nos colocar, por estarmos em uma luta secundária; saindo, se afastando da luta... A gente tinha que ter argumento, se preparar por isso. Tudo isso era tempo (MARANHÃO, 2019, grifo meu).

O tempo aqui pode ser entendido em dois sentidos: de uma duração mais longa de alguns anos, de dedicação e de trabalho cotidianos no convencimento de que não era uma luta secundária; e também àquele de dividir-se entre as múltiplas tarefas: a maternidade (da filha com microcefalia que estava no Brasil, sobre a qual pesquisava tratamentos na Europa, e os dois que mantinha junto no exílio), a militância junto ao PCBR e no *Círculo*, a pós-graduação, e o trabalho doméstico<sup>121</sup> (MARANHÃO, 2019). Tudo isso sob o contexto francês e em meio as “manifestações enormes” do movimento feminista (MARANHÃO, 2019). Nesse sentido, Suzana assinalou a reivindicação de uma maior participação e a mudança qualitativa do empenho de tempo, dedicado ao cuidado e aos afazeres domésticos, para que as mulheres pudessem participar mais ativamente nas atividades organizadas pelo *Círculo* (MARANHÃO,

<sup>121</sup> O trabalho doméstico no exílio foi bastante debatido no exílio francês, mas, infelizmente, não será debatido aqui.

2019). Há, também, o conflito entre os casais em vários âmbitos, com as separações e as dificuldades para a realização do trabalho doméstico em função do conjunto das situações, outro aspecto encontrado no exílio (MARANHÃO, 2019).

As trajetórias das mulheres apresentadas até aqui trouxeram tanto significados coletivos quanto individuais a respeito das transformações dos engajamentos no exílio francês em função da tomada de consciência feminista. Algumas mulheres iniciaram suas militâncias em grupos de consciência ou consideraram que tal espaço teve um maior significado em relação ao que vinham desempenhando anteriormente; por outro lado, outras abandonaram antigos espaços de militâncias ou tiveram que lidar com dois projetos muito diferentes em suas vidas. Conforme apresentei, algumas trajetórias trouxeram a passagem da luta armada ou clandestina no Brasil e Chile para um engajamento no feminismo, como foi visto com Sandra Macedo, Elisabeth T. de Vargas e Silva, sem um abandono (ao menos não inicialmente) dos projetos anteriores; outras apresentaram um novo envolvimento, com rupturas significativas de projetos políticos e de vida, como apresentado por Angela Arruda e Sonia Calió, que consideraram suas militâncias no Brasil insipientes ou desimportantes, e integraram os movimentos feministas de maneira mais efetiva na França. Também, foi possível perceber que a dupla-militância persistiu, como vivido, principalmente, por Sandra Macedo e Suzana Maranhão.

As reformulações das suas militâncias não se deram de maneira isolada, isto é, foi no contexto pós-1968 francês que isso ocorreu e em um espaço onde o diálogo/debate público e a organização de coletivos (com suas mais diferentes pautas) era possível. Com mais de 10 milhões de grevistas, em um contexto de pós-autocríticas à União Soviética (após a abertura dos arquivos de Stalin em 1953) e de críticas ao imperialismo norte americano, o movimento lutou contra todas as formas de opressão e colocou na pauta do dia questões culturais que também precisavam ser transformadas, como: os modos de se comportar, de se relacionar, de viver, de pensar, e de sentir. Nesse sentido, o feminismo, o amor livre e os engajamentos ligados às práticas cotidianas são palavras chaves para entender o contexto da época e significaram, de certo modo, grandes influências para as trajetórias políticas dessas mulheres (não necessariamente para todas exiladas, como será visto adiante). A inclusão de novas pautas e formas de organização refletiu tanto nos novos engajamentos no exílio quanto naqueles que foram fomentados no retorno ao Brasil (conforme será visto no último capítulo).

A reestruturação das militâncias, de certa forma, apresenta uma mudança na percepção do tempo por parte dos sujeitos aqui analisados, onde a experiência revolucionária fracassada (e sentida no exílio francês, após o golpe do Chile) rompeu completamente com o horizonte de

expectativa<sup>122</sup> (atrelado às expectativas do projeto revolucionário da transformação socialista) das militantes de esquerda e fez com que assumissem novas práticas políticas, como o levantamento de frentes de denúncia da ditadura e o feminismo. Diante disso, e no contato com novas formas de organização e outros projetos políticos existentes, as expectativas se tornaram distintas, o que significou as transformações de seus engajamentos e a passagem de uma militância revolucionária (atrelada à modernidade e às questões de classe) para uma atrelada ao contemporâneo e às demandas do cotidiano. Em outras palavras, as expectativas de futuro (vividas no passado, nos anos de 1970) se deslocaram e carregaram mudanças significativas para o futuro (aquele vivido no retorno ao Brasil nos anos de 1980) com novas rupturas e algumas continuidades.

Além disso, como pré-anunciando no trecho escolhido das memórias de Angela Arruda para abertura deste capítulo, tudo isso se deu por uma grande ruptura (com suas marcas de violência); aquela marcada pela chegada à França, o fim do projeto revolucionário na América do Sul e a busca por adaptar-se a um novo contexto. Nesse sentido, não foram só as militâncias que se readequaram, ou somente dessas mulheres elencadas acima. Houve, também, toda uma readequação da vida, da aceitação da derrota e da ressignificação de tudo o que estava à frente destes sujeitos. Neste tópico, além das trajetórias citadas, poderia apresentar aqui também Ângela Xavier de Brito, Ângela Muniz, Monica Rabelo, entre outras tantas mulheres e homens que tiveram sua tomada de consciência feminista no exterior, que participaram do *Círculo* ou do *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*, e que colocaram, como central em suas vidas políticas, a prática e a militância feminista.

Por outro lado, o período foi de conflitos em diferentes aspectos. Como busquei apresentar, alguns deles culminaram na aproximação com o feminismo (como relatado por Sonia Calió). Outros foram provenientes de ressonâncias do feminismo e as leituras de novos aspectos cotidianos (como denunciado por Elisabeth T. de Vargas e Silva). E ainda tiveram aqueles ligados a não aceitação do que as mulheres estavam fazendo, como relatado por Betânia Ávila e Suzana Maranhão. As resistências, por parte da comunidade de exilados, conforme relatado sobre o fim do *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*, também significou

---

<sup>122</sup> “Horizonte de expectativas” e “espaço de experiência” são duas categorias-chaves propostas por Reinhart Koselleck (2006) a fim de entender o caráter plural da temporalidade histórica em função de sua inserção na vida social. De acordo com o autor, esta relação com o tempo se dá por meio do “horizonte de expectativas” e “espaço de experiência”, isto é, como socialmente homens e mulheres criaram expectativas em função do seu espaço de experiência; melhor dizendo, como “o espaço de experiência anterior nunca chega a determinar o horizonte de expectativa” já que é a tensão entre os dois que produz o tempo histórico. Além disso, para o autor, estas noções não são simétricas, se sobrepõem (ou seja, diferentes experiências vividas ao mesmo tempo) e são plurais (KOSELLECK, 2006).

interferências importantes, que mexeram com debates sobre a autonomia (conforme buscarei retratar mais à frente).

### 3.1.1 - Confrontando o passado

A partir de uma pesquisa realizada em 1977<sup>123</sup>, assinalada por Abreu (2014), foi constatado que o grupo de mulheres do *Círculo* era de alta escolaridade e composto em sua maioria de mulheres entre os 20 e 30 anos; isto é, existia uma notória diferença de geração entre as mulheres do *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris* (que tinha uma maior participação de mulheres na faixa dos 40 anos) e as do *Círculo*, em sua maioria um pouco mais jovens. A pesquisa realizada no subgrupo de *Sexualidade* não traz perguntas no que tange a camadas e/ou condições sociais e de raça ou cor da pele das participantes. Por outro lado, alguns documentos do *Círculo* registraram a autoidentificação de que as mulheres participantes eram provenientes da “pequena burguesia” ou da “pequena burguesia intelectual”<sup>124</sup>, como o Boletim “Agora é que são elas” sinalizou, e, por isso, sentia que existia uma fraqueza do grupo em relação a sua prática política<sup>125</sup>. Atualmente, já é perceptível que se tratava de mulheres provenientes das camadas médias de grandes centros urbanos brasileiros e que, em sua grande maioria, identificavam-se como brancas.

Em uma narração, em que se cruzaram múltiplas temporalidades em entrevistas realizadas no presente sobre o passado do exílio, vivido há mais de 40 anos, outro aspecto presente é a crítica no diz respeito à camada social e à raça às quais estas mulheres pertenciam; ou melhor, as posições (não) assumidas em relação à classe e ao racismo. De maneira retrospectiva, ao pensar sobre o que viu e vivenciou a partir das manifestações de 2018, como o movimento *Mulheres Unidas contra o Bolsonaro*<sup>126</sup>, Sandra Macedo (2018) analisa a questão do momento político atual (da entrevista) ser diferente e trazer novas questões, que durante o

<sup>123</sup> Trata-se da pesquisa realizada pelo subgrupo *Sexualidade* com 52 mulheres brasileiras em um encontro no dia 17/12/1977, na qual foi perguntado sobre idade, tempo de residência na França, relações afetivas, métodos contraceptivos utilizados, se já havia realizado aborto, entre outros. Cf: “*Resultats du Questionnaire Fait Par Le Groupe Sexualite Dans Un Meeting Avec 52 Femmes Brasiliennes le 17/12/1977*” do Vol II - Subgrupos da Coleção *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris (1976-1979)*.

<sup>124</sup> Trata-se dos documentos: Balanço Campanha do Vol. I; Análises dos Editoriais do Brasil Mulher” do Vol. IV; Boletim “*Agora é que são elas*” do vol. V da Coleção *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris (1976-1979)*.

<sup>125</sup> Boletim “*Agora é que são elas*” do vol. V da Coleção *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris (1976-1979)*.

<sup>126</sup> *Mulheres Unidas Contra o Bolsonaro* é um movimento de mulheres, cisgênero ou transgênero, que se reuniu nas últimas semanas com o objetivo de impedir a eleição de certo candidato ao cargo de presidente da República do Brasil nas eleições de 2018. Tal movimento juntou mais de 2 milhões e 500 mil mulheres na comunidade do Facebook (que inclusive foi hackeada), utilizando-se da *hashtag* “#Elenão” e “#Elenunca”, e organizou manifestações no Brasil e no mundo (ocorridas, principalmente, em 29 de setembro de 2018). Para saber mais, ver: Jair Bolsonaro: Why Brazilian women are saying #NotHim. In: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-45579635> visitado em 21 de setembro de 2018

exílio não foram pensadas, discutidas ou consideradas, mas que, neste momento, estão sendo colocadas por uma nova geração de sujeitos<sup>127</sup> nas ruas e que a estimulou a voltar-se para as atividades políticas. A partir desse novo envolvimento, Sandra relatou que “...tem toda essa discussão com o movimento negro, que eu acho muito interessante. Eu acho que a gente tem uma autocrítica a fazer, [por] não termos levado em conta essa questão; como se não fosse um tipo de opressão específica. Eu acho que, tudo isso, começamos a repensar agora” (MACEDO, 2018). Sandra Macedo explicou o que essa autocrítica significa:

Eu acho que ainda é um momento que estamos elaborando isso. Eu acho que têm resistências, inclusive, dentro do grupo de aceitar que tenhamos que reconhecer que durante muitos anos a gente não se dirigiu às [mulheres] negras e nem às [mulheres] pobres. Era um movimento de classe média. Era um movimento de intelectuais. A gente se dirigia de uma forma até um [pouco] paternalista ou maternalista [risos] defendendo as operárias em greve. Isso fazíamos... coisas lá na França. E eu acho que o movimento negro nos chamou muita atenção para isso, e, sobretudo, me fez perceber que, a partir de determinado momento, os estudos feministas passaram a ocupar as feministas; então, foi para a Universidade e saiu das ruas. Eu acho que isso foi uma coisa que explica o nosso retraimento, digamos, porque muitas de nós realmente foram para a Universidade estudar; e depois teve a questão institucional também que eu acho que breou um pouco a coisa mais de rua e ativista. Agora, eu acho que têm muitos textos interessantes, que eu estou (e nós estamos), tentando através deles entender melhor a questão, porque eu acho que a gente não vive a questão de opressão de classe e de cor. E não se pode entender isso. Quando tu conversas, lês, percebes e estás disposta a dizer “bom, está certo, eu entendo quando elas dizem...”, não só no movimento negro feminista, mas em outros movimentos de favela que eu participo, com as mães que perderam os filhos (que [é] outro assunto que me mobiliza muito), “...é nós por nós”, que é uma palavra de ordem que eles usam, que é uma coisa excludente, eu só posso entender isso e registrar. Eu não me oponho. No início, eu ficava [sinal com as mãos de assustada]. Eu e muita gente. Algumas pessoas ainda não perceberam que não só é correto como é importante para elas afirmarem essa questão do seu protagonismo. (MACEDO, 2018).

A hierarquização das mulheres trabalhadoras e negras não era uma característica exclusiva das brasileiras exiladas, como será visto nos últimos capítulos, mas traz no significado suas posições privilegiadas como intelectuais, mulheres das camadas médias e brancas. Em outras palavras, apesar de considerar as questões de classe como importantes para as discussões do grupo, muitas vezes, era de uma forma condescendente e não em função das experiências vividas a respeito. Já, a opressão de raça, ou a posição de privilégio por ser branca, não parecia ser debatida. Este foi um debate recente constituído a partir do reencontro do grupo em 2016, o

---

<sup>127</sup> Preferi utilizar o termo “sujeitos” porque, neste contexto, as demandas estão sendo trazidas por pessoas em suas múltiplas identidades, como mulheres negras e brancas, mulheres e homens transgênero, e homens e mulheres cisgênero.

que demonstra tanto o deslocamento de sentido que os movimentos sociais têm causado quanto as dificuldades enfrentadas pelo grupo de mulheres em reconhecer essas críticas como válidas e conseguir entender que outras mulheres sofrem/sofreram opressão diferente das delas. O que Sandra Macedo apresentou aqui é um reconhecimento de que o grupo era efetivamente constituído por mulheres que não sofreram com opressões interseccionais de classe e de raça e que este não foi um debate realizado por elas naquele período<sup>128</sup>.

Parece óbvio lembrar que o presente, o passado e as expectativas de futuro se misturam nas entrevistas realizadas (com a metodologia de história oral) para esta pesquisa. Nesse sentido, seria anacrônico cobrar questões que não estavam postas no momento; mas, por outro lado, seria um erro não demarcar as posições sociais e históricas. Como apresentou Abreu, o *Círculo* (e, também, o *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*) não fazia uma homogeneização das mulheres, em função das diferenças de classes e raça, mas partia de algo que as unia: a opressão em comum como mulheres (ABREU, 2014, p. 211). Existe um marco temporal que precisa ser delineado, no qual, por um lado, estiveram presentes mulheres que lutaram contra o androcentrismo e que, por outro lado, estas mesmas mulheres não aprofundaram as discussões que incluíam opressões atravessadas por raça e classe.

Todavia, embora, hoje, acarretem em críticas, não podemos descartar o quão significativo foi a formação dos grupos de consciência no exterior, tanto pelas críticas estabelecidas por elas quanto pela forma de organização. Como sinalizado acima, o *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris* e o *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris* trouxe ao debate a crítica feminista da separação entre o público e o privado, o que demarcou considerações importantes sobre a opressão que as mulheres sofriam dentro das organizações de esquerda, politizou o privado e as experiências das mulheres exiladas, deu destaque às pautas ligadas à sexualidade, provenientes do feminismo de segunda onda, e que a revolução também deveria passar obrigatoriamente pelas questões que envolviam o cotidiano e a opressão das mulheres. Além disso, mesmo com embates, esses grupos criaram um novo clima, no qual a solidariedade entre as mulheres partícipes esteve presente com relação a algumas situações ou com as opressões vividas a partir de suas relações com os homens e com as mulheres de outras organizações. E, embora tais grupos se constituíssem por meio da identidade “mulheres”, organizadas em torno de uma da noção de irmandade, demonstram suas constituições históricas

---

<sup>128</sup> Angela Arruda foi uma das poucas mulheres entrevistadas que autoidentificou-se como “parda”. No entanto, ao longo de suas entrevistas (tanto concedida a mim quanto a Maria Auxiliadora Banchs), não relatou preconceitos vividos durante o exílio.

como tais e colocaram em debate as noções identitárias (ou a própria categoria “mulheres”) que engendrava e naturalizava aspectos de suas vidas.

### 3.2 O FEMININO, AS HIERARQUIZAÇÕES DAS PAUTAS DE LUTA E A NEGAÇÃO DO FEMINISMO

As mulheres brasileiras (mesmo as que frequentaram o *Círculo*), como visto até aqui, não tiveram as mesmas trajetórias e motivações para a incorporação de novos projetos e abandono de outros, como o feminismo, arrecadação de dinheiro para grupos de esquerda. A reformulação, inclusão ou abandono de ideias, não teve o mesmo significado de mudança de foco por parte de todas elas; ou ainda, o grau com que cada uma dessas mulheres incorporou novos valores e/ou abandonou o que realizava no Brasil variou consideravelmente em relação aos seus engajamentos. O que significou variações nas militâncias das brasileiras em Paris. Algumas mulheres definiram que, o que (re)consideraram importante durante o período, foram as “lutas gerais”. Tais trajetórias são de Carmem Maria Craidy, Margarida M. do Amaral Lopes, Lia Zatz, Maria Lygia Quartim de Moraes e Zuleika Alambert, as quais serão analisadas neste tópico.

A grosso modo, o principal conflito que rondava os diferentes grupos organizados no exílio estava transversalizado pela hierarquização das bandeiras de lutas, isto é, o embate entre as questões gerais, nas quais se privilegiava o viés econômico ou o fim da ditadura (como as denúncias da ditadura, anistia, e as desigualdades sociais, a revolução socialista/ comunista), e aquelas tidas como específicas, como as dos problemas que atingiam as mulheres (lutas ligadas ao corpo, sexualidade e direitos políticos). Embora, como situado até aqui, todas as mulheres militantes no exílio estivessem situadas no campo das esquerdas (no Brasil ou no exterior), tal situação não significou afinidades com relação às bandeiras, pautas e discussões. Mas, também não expressava que estas posições (ora divergentes, ora próximas) não mudaram por diferentes circunstâncias, ao longo de suas trajetórias, em períodos que não corresponderam necessariamente ao exílio (conforme também sinalizarei no último capítulo).

Carmem Maria Craidy (2015) contou que o período de saída do Brasil e de adaptação na França “foi uma época muito difícil”. Conforme lembrou: “o sentimento do exilado é um sentimento de fracasso, porque todo seu projeto de vida e de luta [...] política e pessoal vai para as cucuias”. Para ela, Paris era uma cidade bonita. Mas, levou meses para percebê-la como tal (CRAIDY, 2015). A fim de se adaptar diante da crise e das dificuldades do novo país, logo se matriculou na universidade e, a partir daí:

[...] eu fui muito bem acolhida, tive uma orientadora que me acolheu muito bem, que era uma pessoa de esquerda também. Fiz mestrado em sociologia da educação e fiz vários seminários na Escola de Altos Estudos, seminários sobre marxismo, sobre pensamento contemporâneo, sobre... Então eu estudei muito. Isso me ajudou [...] (CRAIDY, 2015).

A solidariedade a ajudou bastante e a referida inserção trouxe um significado maior do que a simples acolhida, uma vez que abriu a possibilidade de estudo mais teórico daquilo que era o seu engajamento. Além de estudar, durante o período em que esteve na França, entre os anos de 1971 até 1977, Carmem trabalhava como auxiliar de pesquisa na universidade. Como não era suficiente para se sustentar, também fazia diversos trabalhos, como cuidar de crianças, porteira do pensionato onde vivia, recebia ajuda da família no Brasil, que mandava dinheiro e roupas. Apesar de vir de uma família de classe média alta no Brasil, em Paris, conforme narrou, levava uma vida modestíssima (CRAIDY, 2015). Já, no que diz respeito à sua militância, ao ser perguntada se se envolveu com alguma organização ou grupo de consciência durante o exílio, Carmem explicou que:

Não. Não. Eu cheguei a fazer um trabalho na Anistia, mas era um trabalho mais burocrático. Eu ajudava na Anistia Internacional. Fazia fichários e tal. Eu fui do Comitê de Recepção dos Refugiados. Mas, eu não participei de nenhuma organização. Eu tinha um grupo de brasileiros que eram ex-militantes da mesma organização que eu era aqui no Brasil, de Ação Popular ou das dissidências da Ação Popular; nós tínhamos um grupo de estudo de marxismo. Estudávamos marxismo juntos. Então, eu participava de vários grupos, mas de nenhuma organização política oficial. E não militei em grupo feminista. Estava muito na moda as refugiadas, as mulheres refugiadas, militarem em grupo feminista. Eu tinha um certo... eu achava que o problema era revolucionário e que a questão da mulher era só ter coragem para enfrentar. E eu era muito autônoma, muito independente desde o Brasil. Saí de casa com 22 anos. Fui para o Rio de Janeiro. Nunca mais ninguém se meteu na minha vida. Minha família me ajudava, mas não interferia. Então, eu achava feminismo meio frescura. Vou te falar com toda franqueza. Achava meio frescura. Achava que eu era independente, dona do meu nariz, não tinha nada que... Hoje, até eu reconheço todo valor que o feminismo teve. Mas, na época, eu achava que era frescura. Nunca militei em movimento feminista. (CRAIDY, 2015, grifo meu)

O feminismo não se tornou projeto de engajamento durante o exílio para Carmem; ao contrário, foi visto como frescura, modismo e não muito importante diante da pauta considerada maior, a revolucionária. Para tanto, Carmem apresentou explicações tanto pessoais quanto coletivas por suas escolhas e sua posição a respeito. A primeira delas, foi a de que o seu foco

era o revolucionário, isto é, a revolução aos moldes marxistas<sup>129</sup>, e que, por outro lado, não relacionava “a questão da mulher” à sua vida e à sua experiência de grande mobilidade e autonomia. A partir da sua experiência, e marcada pela autonomia que sempre disse ter, Carmem não só não conseguia ver o feminismo como importante como o considerava de maneira depreciativa e hierarquicamente inferior. Isto é, a percepção de que a sua experiência era marcada por opressões de gênero não ocorreu durante o exílio na França.

Carmem foi muito sincera ao falar sobre a maneira hierarquizada e depreciativa como que via o feminismo durante o exílio, visto que algumas ex-exiladas ainda hoje não admitem que, no passado, tiveram essa percepção. Distintamente das mulheres citadas no subtópico anterior, a militância que manteve no exterior não esteve atrelada ao feminismo, mas, no momento da realização da entrevista, reconheceu, retrospectivamente, que o feminismo teve um valor importante. Mesmo que não participando de grupos feministas, Carmem manteve contato com pessoas da Ação Católica, AP e dissidentes. Estudou marxismo mais a fundo (como será visto adiante) e teve uma pequena participação de ajuda humanitária com a chegada dos brasileiros em 1973, atividade sobre a qual se referiu ao falar do Comitê de Recepção dos Refugiados (CRAIDY, 2015).

Após o período em que permaneceu na França, Carmem e o marido (com quem se casou no exílio) mudaram-se para Moçambique<sup>130</sup> a fim de trabalhar. Nesse período, em que viveram em Maputo, e que durou até janeiro de 1979<sup>131</sup>, Carmem trabalhou na direção nacional da educação e dava aula na universidade; para ela, “trabalhava feito doido, trabalhava das sete da manhã às sete da noite, fazia formação de professores, orientava a construção de livro didático, dava aula na universidade, fazia curso de formação nas províncias” (CRAIDY, 2015). Mesmo não sendo o foco deste capítulo, é interessante destacar que o trabalho que realizou em Moçambique era porque, além de uma atividade profissional, como a ex-exilada destacou, “a gente ainda acreditava na perspectiva revolucionária, não é? e era governo novo, então foi uma

---

<sup>129</sup> Carmem não explicitou o que entende por revolucionário. Mas, diante do que narrou, parece estar atrelado à revolução socialista/comunista teórica ou real. Ao vincular o revolucionário à compressão marxista, não considerou que o revolucionário também pode passar por outras questões, como a revolução dos costumes e sexual.

<sup>130</sup> Segundo Carmem, ela e a família chegaram em Moçambique no mesmo avião que levou as comitivas do 3º Congresso da FRELIMO. A entrevistada lembra com detalhes desse fato porque foi neste congresso que a nova nação se declarou marxista e, por isso, sofreu um forte boicote, o que significou uma fase muito difícil, já que tinha pouca comida para viver (CRAIDY, 2015). Para saber mais acerca das exiladas e exilados brasileiros em Moçambique, ver: AZEVEDO, 2013; MASSENA, 2016.

<sup>131</sup> É muito interessante perceber na narrativa de Carmem Craidy que a marcação de datas com relação a chegada e partida estão atreladas ao nascimento da filha e dos filhos. Por exemplo, ela lembra que chegou em janeiro de 1979, porque a filha nasceu em fevereiro e relatou que, quando foi interrogada pela polícia, logo após a sua chegada, teve um fluxo de leite materno muito forte (CRAIDY, 2015).

experiência... ah, o país recém-liberado, foi uma experiência de ver nascer um país” (CRAIDY, 2015).

À primeira vista, pareceu-me que a entrevistada não reformulou sua trajetória durante os anos em que esteve no exílio, uma vez que não incorporou o feminismo e ainda manteve relações com o grupo que provinha da Ação Católica, do qual era próxima no Brasil. Mas, esta ideia inicial se provou incorreta. Ao ser perguntada se o exílio mudou a sua vida, relatou que:

E também eu acho a superação das ingenuidades das ilusões dos grupos revolucionários dos anos 60 no Brasil. Eu acho que os grupos revolucionários nos 60, no Brasil, foram muito generosos, mas bastante ingênuos. A gente achava que ia mudar o mundo. Então, você sai. Você vê as coisas desde uma outra perspectiva. Você estuda mais. Você... que aqui a gente não tinha nem tempo de estudar tanto, não é? A gente vivia numa roda viva desgraçada. Estudei marxismo para valer a primeira vez na Europa. Aqui, muito pouco a gente estudava, quer dizer, estuda na JUC, que no tempo de JUC a gente estudava muito, inclusive marxismo. Mas, depois, na intensidade que se estudou na Europa não. Então, você estuda mais. Você tem uma nova visão de mundo. Você vê o Brasil de fora. Você tem oportunidade de questionar sua experiência, de rever inclusive, de... enfim, botar os pés no chão. (CRAIDY, 2015, grifo meu)

Atrelada à derrota da luta armada e revolucionária do Brasil e ao reconhecimento de que o exílio era uma realidade, o período no exterior significou a perda da ingenuidade com relação aos engajamentos que mantinha no Brasil. O reconhecimento de que as lutas revolucionárias não se concretizaram e uma perspectiva mais realista sobre esta experiência teve que ser assimilada. Mas, isso não representou o abandono total dos projetos em si. A narrativa e trajetória de Carmem são muito significativas porque não indicaram a incorporação de novos engajamentos. Mas, sim, a reformulação e a compreensão dos velhos<sup>132</sup>.

Carmem Maria Craidy não foi a única militante da esquerda brasileira que considerou as pautas das mulheres menos importantes; aspecto este, que pode ser visto também com Margarida M. do Amaral Lopes. Ao chegar ao exílio, sem passar por qualquer país da América Latina, Margarida do Amaral começou a aprender francês e deu continuidade aos seus estudos, uma vez que não havia concluído o ensino secundário no Brasil em função do seu abandono, ao se envolver com o movimento estudantil e a luta armada (LOPES, 2018). Embora não reivindique uma posição de geração, a posição de Margarida é diferente em função de ter

---

<sup>132</sup> Infelizmente, como esta entrevista foi realizada para a minha dissertação de mestrado, não será possível explicitar os significados mais detalhados do que ela considerou ser a transformação que o exílio trouxe para com a sua experiência política. A esse respeito, ver: ROSALEN, 2016.

chegado ao exílio muito jovem. Sobre a sua militância e a convivência com os brasileiros durante o exílio francês, destacou:

Na verdade, eu sempre estive ligada. Os brasileiros eram muito organizados. Então, tinham sempre grupos de discussão da realidade brasileira. E, daí, começou o movimento pela anistia um pouco mais para frente. Já mais para os anos de 1974 e 1976... não sei. Aí, o engajamento com o movimento de anistia e discussões refletindo sobre o que estava acontecendo aqui, autocrítica, que era uma palavra bem corrente na época. Inclusive, autocrítica com relação à luta armada, quer dizer, qual é o sentido que fazia isso. Eu me dedicava muito aos estudos. Porque o liceu, era o dia inteiro lá e com todas as dificuldades de língua e desnível. Os estudos lá são bem mais... [sinal com a mão de alto]. Eu tinha que estudar muito, muito. E me dedicava a essas reuniões da colônia. Tudo isso. Então, lá onde eu morava, também tinham muitos refugiados, e conforme eu fui aprendendo a falar francês, tudo isso também acabava ajudando as pessoas que iam chegando, como eu tinha chegado. Então... sei lá.... aquela ajuda de levar no médico, de traduzir, de fazer esse meio de campo. E a militância tudo se resumia mais à discussão, à revisão da autocrítica, e manifestações que a gente fazia contra a ditadura. (LOPES, 2018, grifo meu).

O exílio significou, para Margarida, o abandono da sua militância na Ala Vermelha e uma outra forma de engajamento, na qual a autocrítica e a solidariedade com os refugiados se tornaram o eixo central; dois aspectos muito significativos durante os anos de 1970. O primeiro item, foi levado pela reavaliação da realidade na tentativa de apontar caminhos legais para a luta diante do desmantelamento das esquerdas no Brasil e a derrota do projeto de revolução (ROLLEMBERG, 1994). O exílio foi uma importante escola, mas não a única<sup>133</sup>, em função do contato que muitas brasileiras tiveram com “o marxismo-leninismo; a Revolução Cultural; o eurocomunismo; o impacto do movimento do maio francês, questionador de normas e costumes sociais; o feminismo; o homossexualismo [sic]; as relações do cotidiano” (ROLLEMBERG, 1994, p. 116). Já, o segundo aspecto ocorreu em relação às mulheres e aos homens que, em função das perseguições políticas, chegaram à Europa e buscavam acolhida.

Margarida não contou a qual organização pertencia, mas indicou ser um espaço coletivo e com divergências (LOPES, 2018). Porém, Sonia Alves Calió (2018) relatou que se tratava do grupo *Debate*<sup>134</sup>. Independente do grupo ou espaço que frequentou, ou o que ambas

<sup>133</sup> Para saber mais acerca de reformulação que a esquerda brasileira passou a ter no Brasil após a derrota do projeto revolucionário ver: ARAUJO, 2000.

<sup>134</sup> O grupo *Debate*, organizado no exílio a partir de 1970 até o ano de 1982, se estruturou tanto como um centro de estudos quanto produziu uma revista, de mesmo nome, que teve 40 números em 12 anos (ROLLEMBERG, 2007, p. 331). O grupo *Debate* foi organizado principalmente por “João Quartim de Moraes, ex-professor de filosofia da Universidade de São Paulo (USP), dirigente da Vanguarda Popular Revolucionária, expulso da organização em janeiro de 1969 por divergir dos rumos que a luta revolucionária estava tomando”. (ROLLEMBERG, 2007, p. 292). Mesmo que ainda limitados aos princípios marxista-leninistas, Denise

consideraram a fim de querer ou não relatar a participação de Margarida (por exemplo, por achar que era uma participação efêmera, entre outras questões possíveis), a sua trajetória de militância de exilada foi marcada pelas discussões e reelaborações em relação à sua militância na luta armada. Além disso, também, seu engajamento no exterior esteve atravessado pelos seus estudos e a entrada na Universidade (LOPES, 2018). Por isso, conforme lembrou, embora estivesse no exílio e possuísse uma militância ligada à autocrítica, à ajuda humanitária, ao debate e à reformulação de sua percepção, foi para a França sempre sabendo que iria e queria voltar. Nesse sentido, a profissão que escolheu lá “foi uma profissão que me permitiria um contato, na ideia que a gente tinha na época. Então, eu fui fazer serviço social, porque essa era uma maneira de eu poder estar infiltrada nos movimentos sociais, a partir de uma profissão e poder fazer o movimento social [risos]” (LOPES, 2018).

A pergunta sobre uma possível militância ou vínculo ligado ao feminismo ou ao grupo de mulheres dentro da organização de esquerda não precisou ser feita a Margarida, que conhece muito bem as mulheres do *Círculo*:

GA: Então, lá na França, as mulheres começaram a se reunir no grupo do *Círculo de Mulheres*. E, lá, era interessante porque tinha uma coisa bem mais voltada para o feminismo e menos para militância. Então, eram mulheres exiladas ou morando fora do país. Muitas delas não eram exiladas e nem tinham um envolvimento político aqui no país. Então, você já vê que era outro recorte, não é?... mas o que as uniam eram brasileiras, mulheres, já com um pensamento feminista, entendendo a questão da solidariedade entre as mulheres, que era importante; e se reuniam, independente de política. Não era o que marcava. E foi muito forte e muito importante e de coisas muito legais. Foi um começo muito bacana. Eu me inseri no movimento, quando eu voltei para o Brasil...

ER: Mas, nesse espaço do *Círculo*? Desculpa te interromper...

GA: Eu praticamente não participei.

ER: E por que é que você... não achou interessante?

GA: Porque eu era de uma linha assim. Eu devo ter ido em uma ou duas reuniões. Porque eu tinha uma linha mais dura, sabe. [Eu pensava] “Não, isso aí..., o negócio é a luta de classes”. Eu não estava sensibilizada. Até porque eu tinha um namorado. Na época, eu namorei durante nove anos. Então, os nove anos em que eu estive na França, eu namorei um haitiano. Que era uma pessoa muito... ele era bem mais velho que eu. Uma pessoa que me influenciou muito

---

Rollemborg (2007, p. 331) sinaliza que, a partir das publicações da revista *Debate*, houve um processo de renovação dessas pessoas a partir do qual foram formuladas alternativas para a luta política que prosseguia. Nestas convergências, se encontraram várias novas inclusões ou eixos de discussões; uma delas era o feminismo. O entendimento era de que a determinação econômica não explicaria o fenômeno específico das opressões das mulheres, que existia uma autocrítica em relação a pouca incorporação do *homem novo* dentro das esquerdas brasileiras, e que as mulheres poderiam criar uma nova prática, mais democrática, a partir da politização do privado (ROLLEMBERG, 2007). Mas que, por outro lado, as feministas não deveriam abandonar a condição de classe, a partir da qual as mulheres deveriam tanto lutar contra a opressão específica quanto pela exploração de classe; ao mesmo tempo em que deveriam “priorizar a luta democrática no contexto da ditadura”, a partir da qual as pautas principais seriam a derrubada da ditadura militar (ROLLEMBERG, 2007, p. 315-316).

e tinha... eu acho que ele tinha, bem, essa visão que me influenciou também que “Isso é bobagem. A luta de classes que importa”. Ele era um líder assim muito importante no movimento dos exilados haitianos. Então, eu acabei... achava que era uma coisa meio de “pequena burguesia” [risos]. (LOPES, 2018, grifo meu)

Margarida M. do Amaral Lopes, fora do contexto ligado à Ala Vermelha ou à luta armada, mas no exílio na França, não quis se envolver no *Círculo*. Atribuiu esta escolha de não envolvimento à falta de sensibilidade, à atribuição de que a prioridade era a luta de classes (apesar de tal eixo não ter sido abandonado inicialmente pelo *Círculo*) e ao fato de considerar o feminismo como uma coisa da “pequena burguesia”. As escolhas da prioridade (e do que era subalterno) e de denominar o feminismo como uma prática pequeno-burguês eram as formas encontradas na década de 1970 e 1980 com o fim de desqualificar e hierarquizar o movimento de mulheres e ou feminista. Por fim, o envolvimento de Margarida com os movimentos feministas se deu no retorno ao Brasil (questão que será abordada no último capítulo desta tese).

Também é interessante perceber, em sua fala, a distinção entre o que é feminismo e o que é militância, e que o *Círculo* estava mais “voltado para o feminismo e menos para militância”; perspectiva muito parecida com a de Maricota da Silva. Da mesma maneira, destacou que as mulheres do *Círculo* se reuniam “independente de política”, isto é, o que elas faziam: ou não possuía nenhuma relação com as organizações e era independente da política das organizações ou a entrevistada parte da ideia de que o que elas faziam não era considerado como uma atividade política em si. De certa maneira, mesmo com o reconhecimento da importância ligada à solidariedade entre as mulheres, a hierarquização que fazia com relação às pautas de lutas e o seu engajamento ligado ao feminismo nos anos de 1980 no Brasil, Margarida ainda categorizou as atividades do *Círculo* como uma militância menos importante.

Maria Lygia Quartim de Moraes<sup>135</sup> também foi exilada em Paris e participou do grupo *Debate*. Já havia passado pela França, antes de ir para o Chile em 1971, onde recebeu a notícia da morte de seu marido, Norberto, pela repressão, ao tentar reentrar no Brasil (MORAES; SILVA, 1981). Em função disso, permaneceu mais um ano na França. Lá, participou de muitas reuniões e grupos de estudos, fez pós-graduação e envolveu-se com as publicações do grupo *Debate* (MORAES; SILVA, 1981). Vale lembrar que o grupo *Debate* era organizado pelo seu irmão, João Quartim de Moraes. Maria Lygia, no período em que permaneceu no exterior, ligou-se “de alguma maneira a esta publicação, escrevendo, discutindo, divulgando”. Mas,

---

<sup>135</sup> Infelizmente, não consegui realizar entrevista com Maria Lygia Quartim de Moraes, o que, talvez, pode trazer algumas falhas de informações e a perda da sua percepção sobre às temáticas dessa tese.

“grande parte das minhas energias continuavam a se concentrar na elucidação da morte do Noberto” (MORAES; SILVA, 1981, p. 21).

No segundo período em que estive na França, após o ano de 1973, a exilada contou que o retorno àquele país se deu no maior “desconsolo”. Mas, também, foi o momento em que “Os casais começaram a se separar; as mulheres a se reunirem; a violência entre homens e mulheres foi denunciada; os pais começaram a tomar conta dos filhos; todo mundo fazia trabalho doméstico [...]” (MORAES; SILVA, 1981, p. 21). Em outras palavras, “começou, muito timidamente, o nosso balanço sobre o cotidiano: as relações de poder no privado foram sendo enfrentadas” (MORAES; SILVA, 1981, p. 21). Maria Lygia não contou se participou do *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris* e do *Círculo*; somente que, no ano de 1973, já se reuniam mulheres no *Comitê de Mulheres* (MORAES; SILVA, 1981). Poderia ser o *Comitê de Mulheres do PCB*? Pouco provável, já que Maria Lygia era vinculada à ALN no Brasil (que mantinha uma histórica ruptura com o PCB). Por outro lado, Maria Betânia Ávila se recorda que Maria Lygia foi fundamental para o elo entre o *Círculo* e as feministas que estavam no Brasil, na conexão estabelecida<sup>136</sup> principalmente, por meio do subgrupo de imprensa do *Círculo*, no qual participou Betânia (ÁVILA, 2019).

Lia Zatz<sup>137</sup> também se envolveu com o grupo *Debate* enquanto esteve na França. A entrevistada destacou também a autocrítica que fizeram sobre a luta armada e também uma grande ruptura em relação a sua militância durante o exílio. Lia Zatz nasceu em 1952, em São Paulo, e era proveniente de uma família de classe média. Passou a se envolver com o movimento estudantil secundarista durante o ano de 1968 e depois do AI-5 ingressou na VAR-Palmares. Após a repressão tirar informações de uma pessoa conhecida, sob tortura, ela e o namorado entraram na clandestinidade e passaram a ser procurados pela polícia. Um mês depois, a família a embarcou para a França e lá permaneceu, sustentada pela família durante os cinco anos em que ficou em Paris, até 1974 (ZATZ, 2018). Lia chegou à França com 17 anos de idade. Terminou o ensino secundário, aprendeu francês, fez faculdade de filosofia e trabalhou com alguns bicos (ZATZ, 2018). Posição muito parecida com a de Margarida L. do Amaral, em função da sua juventude.

---

<sup>136</sup> A conexão poderá ser vista no último capítulo da tese.

<sup>137</sup> A entrevista de Lia Zatz foi realizada por e-mail em virtude de problemas de saúde que a ex-exilada teve durante o período em que estive em São Paulo, no ano de 2018, para a saída de campo. Por isso, infelizmente, não contou com a interlocução direta e um diálogo maior (que poderia ser proporcionando pelas minhas perguntas no momento da entrevista) a fim de explicar melhor atuação. No entanto, por narrar sobre a autocrítica feita à luta armada, sua entrevista é muito importante para as discussões desse tópico.

As trajetórias de Lia Zatz e de Maria Lygia Quartim de Moraes são atípicas, por terem retornado ao Brasil muito tempo antes da Anistia e, também, porque não correspondem exatamente ao recorte temporal que estabeleci para esta pesquisa. Porém, trazem um aspecto muito importante com relação à crítica à luta armada. Sobre a sua militância em Paris, Lia contou: “Participava de grupos de estudo de brasileiros. E depois passei a militar no grupo União dos Comunistas que fazia a Revista Debate” (ZATZ, 2018). Ao responder sobre o que foi mais difícil, com relação ao exílio, disse que:

O mais difícil no começo foi a decisão de não voltar. Quando cheguei, tinha a esperança de que a polícia logo se desinteressaria de mim e que eu pudesse retornar logo. Ocorre que, em Paris, encontrei brasileiros mais velhos que já estavam fazendo a crítica da luta armada, mostrando que as organizações estavam todas quebradas, todo mundo sendo preso e morto e que era um absurdo voltar naquelas condições, que aquele tipo de luta estava errado, que precisávamos repensar tudo, que eu devia ficar, continuar os estudos etc. A decisão foi difícil. Mas, consegui escrever uma carta política consistente, para os que ficaram, mostrando porque não voltaria. Fui chamada de traidora. Mas, isso não me afetou. Estava já bastante convencida de quem estava certo e de quem estava errado. (ZATZ, 2018).

Lia, proveniente do movimento estudantil e pertencente a uma organização de luta armada no Brasil, a partir de contatos feitos no exterior e da autocrítica realizada entre os brasileiros, deixou para trás seu antigo engajamento e passou a dedicar-se ao estudo. Não entrou em grupos de militância feminista e permaneceu no exterior, envolvida entre espaços de discussões junto ao *Debate*. Ainda contou que, por abandonar a luta armada e permanecer no exílio, foi chamada de traidora (ZATZ, 2018). Como a entrevista não contou com a interlocução direta, é difícil mensurar os significados que essa autocrítica teve para além da ruptura com relação à sua militância anterior, já que abandonou a luta armada, mas não o debate com relação à realidade brasileira. De maneira retrospectiva, Lia considerou que isso não a afetou e que tinha certeza sobre a decisão tomada. Por último, quando Lia retornou, em 1974, a organização da qual fazia parte já estava desmantelada e a exilada se integrou ao movimento feminista de São Paulo (ZATZ, 2018).

Embora muitas coisas já tenham sido escritas acerca de Zuleika Alambert, neste mesmo caminho, de rupturas e continuidades das militâncias, a trajetória dela torna-se muito importante para pensar a incorporação do feminismo em uma reestruturação partidária, como a do PCB (que foi realizada no exílio), e a integração do eurocomunismo<sup>138</sup> durante o exílio na França

---

<sup>138</sup> O eurocomunismo foi a mudança teórica e estratégica iniciada por vários partidos políticos europeus (como da Itália, França e Espanha) durante a década de 1970 (EUROCOMUNISMO, 2001). Tratava-se de uma resposta às

(BACK, 2013). Após o golpe do Chile, a exilada também chegou à Paris. Foi nesta cidade que a trajetória de Zuleika, em relação ao seu engajamento, sofreu grandes reformulações. Em sua narrativa, realizada em 1978, para o livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, considerou que:

E aí começo a sentir a minha própria condição. Começo uma reavaliação de toda a minha trajetória. Porque comecei por um conhecimento político, um engajamento político, não sabendo interpretar muito bem as dificuldades que encontrava nesta trajetória, as razões destas dificuldades. Com a minha chegada à Europa, começo a perceber, pelos debates que então se travam, que há alguma coisa que tinha sido vedada até então. Eu só vim a me dar conta disso realmente na Europa! (COSTA et al, 1980, p. 62).

Nesta parte, Zuleika não menciona reformulação de sua militância como ligadas à uma tomada de consciência “feminina” ou às dificuldades em função da descoberta da sua “condição feminina” (explicarei mais abaixo porque escolhi colocar o termo “feminino” e não “feminista”). A explicação de Zuleika é geral e pode significar muitas coisas, como as críticas com relação ao comunismo, que estavam sendo realizadas na Europa, e a reestruturação partidária pela qual o PCB estava passando durante o exílio (BACK, 2013). No entanto, mais para frente, dá mais detalhes, ao comentar que “ao fazer um estudo sobre o problema da mulher, que é uma questão social, você também se situa como indivíduo dentro dessa questão. Vai ganhando instrumentos para reavaliar a sua trajetória, a sua formação, as suas dificuldades” (COSTA et al, 1980, p. 62). Reavaliar, reformular a militância e construir-se a si são aspectos que se cruzam nas diferentes memórias de Zuleika Alambert.

A sua narrativa publicada neste livro é marcada pela opção de assinalar tanto a ruptura que teve em sua trajetória para se tornar uma importante militante do PCB quanto a sua percepção retrospectiva de apontar uma posição ligada à militância das mulheres; isso se deu ao falar sobre os grupos de mulheres durante a sua militância nos anos de 1940 e 1950, as dificuldades enfrentadas como mulher e comunista, os problemas que veio a perceber junto ao CC e no Partido, as percepções com relação às mulheres exiladas e à necessidade de criar o *Comitê* no Chile, e o tipo de militância que passou a ter durante o exílio na França (COSTA et al, 1980). Por isso, ao relatar sobre o que poderia fazer acerca da realidade brasileira, estando no exterior, comentou que “Foi nessa linha que colaborei na denúncia da ditadura, nas campanhas a favor dos presos políticos, a favor da anistia, na organização das mulheres, em

---

condições históricas daquele período. Para os eurocomunistas, “o “caminho para o socialismo” deve ser pacífico, democrático e construído principalmente com a matéria-prima existente na sociedade nacional” (EUROCOMUNISMO, 2001, p. 143).

tudo o que pudesse esclarecer os europeus sobre a verdadeira situação do nosso povo e das nossas mulheres” (COSTA et al, 1980, p. 64, grifo meu)

As mudanças de foco com relação à sua militância são significativas, uma vez que, conforme fez questão de narrar, buscou incluir e fazer o que seria possível diante da sua situação de exilada na França. Nesse sentido, sem abandonar o PCB e as questões às quais historicamente foi vinculada, como o comunismo e a tomada de poder pelo proletariado, a líder comunista também se engajou na luta pelos direitos humanos, à vida cotidiana e às opressões de gênero. Acerca da organização das mulheres, Zuleika ajudou a reconstituir a *Seção Feminina do PCB*<sup>139</sup>, a partir dos anos de 1974 e 1975, que se vinculou ao CC e esteve presente em vários países, como na França (país em que esteve exilada) e Itália (BACK, 2013). Cabe lembrar que Zuleika era de uma geração muito diversa daquela das mulheres provenientes do movimento estudantil e da luta armada citadas acima. Mesmo assim, se renovou diante do novo contexto vivido na França.

Também em sua narrativa, no livro supracitado, acerca da maneira como via a “questão da mulher”, em um trecho intitulado *Uma, duas, três mulheres excepcionais não resolvem*, explicita um pouco do que pensava com relação aos seus projetos, autonomia e sociedade:

Na verdade, não basta o seu florescimento individual e em certa medida aparente, se isto não se fundir num esforço da coletividade feminina, da população feminina, no sentido de que todas as mulheres tenham efetivamente a mesma possibilidade. É por isso que senti que, para me completar, eu precisava conhecer profundamente esta condição e me integrar no combate p[ar]a a sua transformação. (COSTA et al, 1980, p. 64, grifo meu).

Uma outra questão que estou vivendo agora é a da autonomia da mulher como ser humano. Sou independente economicamente, com a minha vida pública feita, no entanto... você gosta da música que o seu homem gosta, aprecia os filmes que lhe agradam, são concessões quase que inconscientes. Mesmo que o outro não exija isto, você perde a sua autonomia em determinadas coisas. Hoje, posso ter bem uma ideia de como é importante, é fundamental esta luta pela autonomia, pelo seu próprio, de você ser você. (COSTA et al, 1980, p. 65).

Daí eu pensar que é muito complexa e de difícil êxito esta luta individual, porque enquanto a sociedade não mudar, você estará sujeita às pressões dela

<sup>139</sup> A *Seção Feminina do PCB* foi reconstruída durante o exílio, entre os anos de 1974 até 1979, sendo uma fração ligada ao Comitê Central; diferentemente do vínculo anterior, próximo ao Secretariado de Massas (BACK, 2013). Durante o período, a Seção e o Partido produziram os documentos “A condição da mulher e a luta para transformá-la: visão e política do PCB” e a “Plataforma de luta pela Igualdade de Direitos da Mulher”, assinados em 1979, que passaram a orientar as pautas e projetos ligados às mulheres (BACK, 2013). Embora se mantenham com o nome “feminino” (buscando dar distância ao termo ‘feminista’), os documentos discutem questões como: a mulher e o trabalho (o salário inferior das mulheres, a ausência de equipamentos sociais para que as mulheres pudessem trabalhar); a mulher e a família; a luta pela igualdade formal; entre outros aspectos BACK, 2013. Para saber mais, ver: BACK, 2013; RIBEIRO, 2013.

por mais livre que seja individualmente. É por isso que não consigo acreditar na liberação do indivíduo, do pequeno grupo. E, no entanto, é correto que cada mulher procure se liberar. (COSTA et al, 1980, p. 66, grifo meu).

Como o subtítulo anunciava, Zuleika demarcou que a maneira como pensava a questão das mulheres não estava atrelada às transformações individuais e, sim, que todas as mulheres possam ter as mesmas possibilidades e acessar uma mudança coletiva. Por outro lado, por mais que não reconhecesse como libertadoras as mudanças individuais ou em pequenos grupos, ainda assim, Zuleika explicitou que a autonomia das mulheres é uma questão fundamental para as suas vidas e que é justo que cada mulher busque se libertar individualmente. A argumentação acerca da maneira como enxergava as organizações de mulheres parece um tanto paradoxal, mas, também, representa reflexões e anseios que possuía como organizadora de atividades políticas voltadas às mulheres; isto é, Zuleika era uma mulher que vivia e enfrentou dificuldades como militante do PCB (conforme fez questão de relatar). Incluiu discussões acerca da condição “feminina”, e o fez sem abandonar o PCB durante o exílio.

Uma questão importante para a reformulação da militância de Zuleika Alambert esteve relacionada à separação vivida no exílio e não mencionada por ela em nenhuma de suas entrevistas. Ângela Xavier de Brito, em entrevista concedida à professora Joana Maria Pedro<sup>140</sup>, contou que Zuleika Alambert era antifeminista e tinha (manteve) todos os preconceitos que as brasileiras possuíam quando chegaram à França (BRITO, 2005)<sup>141</sup>. Foi após a virada dos anos de 1976 e 1977, atrelada à separação de Armênio Guedes (seu marido e companheiro de militância), com quem estava casada desde muito jovem, que Zuleika modificou a sua postura acerca do movimento feminista (BRITO, 2005; SOIHET, 2013, p. 181). A situação da separação foi muito dolorida e, por isso, Ângela contou que foi procurada de maneira muito humilde por Zuleika para explicar o que significava o feminismo (BRITO, 2005). Cabe assinalar o reconhecimento de Ângela Xavier de que, quando as brasileiras chegaram ao exílio, existia um preconceito grande com relação ao feminismo.

Como já dito, as memórias publicadas em *Memórias das Mulheres do Exílio* foram recolhidas no ano de 1978, data muito próxima ao relatado por Ângela Xavier de Brito, e, embora, Zuleika não sinalize abertamente que havia se separado recentemente, traz ao menos um trecho que retrata sobre a importância das mulheres serem autônomas, da independência afetiva, e que pensava “que o estágio que vivo atualmente é muito no sentido de construir uma

<sup>140</sup> A entrevista de Ângela Xavier de Brito foi concedida à professora Joana Maria Pedro no ano de 2005, em Paris. Tal pesquisa foi realizada para o projeto de pesquisa intitulado *Revolução do gênero: apropriações e identificações com o feminismo (1964-1985)*, cujas motivações e interesses foram assinalados acima.

<sup>141</sup> Ângela Xavier de Brito falou sobre Zuleika Alambert e outra pessoa, que não cabe explicitar aqui.

personalidade, de criar um indivíduo que será sempre independente das pessoas que eventualmente cruzem no seu caminho” (COSTA et al, 1980, p. 66). Por outro lado, é perceptível em toda a narrativa uma tentativa de explicar a preocupação existente no passado com relação às mulheres.

A trajetória de Zuleika Alambert já foi alvo de inúmeras publicações. Raquel Soihet (2013), ao analisar a sua trajetória, enfatiza que a passagem de sua militância, do comunismo ao feminismo, e a tomada de consciência como mulher ocorreram de forma gradativa. A imagem constituída da líder comunista foi de que o exílio influenciou muito a sua trajetória na constituição como feminista (com a sua participação no *Círculo*, a separação e a constituição da *Seção Feminina* do PCB), mas não foi neste lugar que se assumiu tal engajamento (SOIHET, 2013). Como neste capítulo, pretendo debater o exílio, o retorno de Zuleika será alvo do último capítulo desta tese. No entanto, cabe destacar que a passagem gradual do comunismo ao feminismo de Zuleika Alambert não significou o abandono de sua militância junto ao PCB (ao mesmo não inicialmente), ou do comunismo, como parece ter ocorrido com as mulheres que participaram mais ativamente do *Círculo*.

De mesmo modo, Maria Rosa Dória Ribeiro (2013), ao analisar a relação entre as comunistas e o feminismo, a respeito das posições assumidas por Zuleika Alambert e a *Seção Feminina* do PCB, questiona se de alguma maneira o PCB aderiu ao feminismo. Sua resposta sinaliza, a partir de sua análise do documento produzido pelo partido *A condição da mulher no Brasil e a luta para transformá-la: visão e política do PCB*<sup>142</sup>, que, em vários momentos, é possível perceber influências das ideias feministas, como as relacionadas aos temas de “natureza feminina” (que foi criticado), maternidade, e noção de patriarcado (RIBEIRO, 2013, p. 138). Além disso, segundo a pesquisadora, o documento reconhece “a diferença entre mulheres e movimento feminista, atribuindo a este o papel de vanguarda, uma vez que se define como amplo, democrático”, ao ultrapassar as fronteiras de classe e reunir as mulheres em organizações múltiplas; da mesma maneira que, a partir dele, consegue atingir “mudança das condições de vidas, sua libertação e emancipação” (RIBEIRO, 2013, p. 139). No entanto, existiram resistências e divergências internas em relação à pauta da sexualidade (RIBEIRO, 2013).

---

<sup>142</sup> Este documento foi elaborado pelo PCB e aprovado pelos dirigentes comunistas; não sem resistências (RIBEIRO, 2011). Por outro lado, ainda durante o exílio, nos dias de 11 e 12 fevereiro de 1978, foi realizado um Ativo (espécies de assembleias consultivas) do PCB, no qual um dos dois dias foi dedicado para “A condição da mulher no Brasil e uma política para transformá-la”; isto é, título muito próximo ao documento, o que indica uma gestação da incorporação das pautas das mulheres (BACK, 2013).

Na trajetória de Zuleika Alambert sobressaem-se dois diferentes conflitos: o primeiro, entre as feministas e as marxistas (aqui explicitado de maneira geral, mas pensado a partir do conflito *Seção Feminina do PCB e Círculo*); e, o segundo, atrelado à maneira preconceituosa como o feminismo era visto, apesar de toda a discussão presente no Partido por meio da *Seção Feminina*. Iniciarei com o segundo aspecto, já um pouco explicitado.

Zuleika Alambert também concedeu entrevista por volta do ano de 1978<sup>143</sup>, a qual hoje se encontra no Acervo do CEDEM. Em tal entrevista, a exilada faz uma longa explicação sobre o documento produzido pelo PCB que discutia a questão da mulher. A exilada explicou vários pontos do debate ligados ao trabalho produtivo e improdutivo, à família, à maternidade, à legislação, ao aborto, à mulher na sociedade, entre outros aspectos (ALAMBERT, 1978?). Mas, o mais interessante da sua entrevista é que em nenhum momento ela se colocou como feminista ou reconheceu que faz parte de movimento de mulheres; sua fala está toda pautada em um “nós” do PCB e a distinção entre a posição do Partido e àquela do movimento feminista e das mulheres (ALAMBERT, 1978?). A entrevistada teceu duras críticas às feministas dizendo que: a) a maternidade foi debatida por elas só no âmbito do mítico; b) o aborto foi visto por elas como uma questão exclusiva da liberdade da mulher e essa não era a compreensão do PCB; c) o trabalho doméstico não era uma questão de ser remunerado, como as feministas debatiam; d) o movimento feminista era uma expressão das camadas médias; e) o movimento de mulheres possuía vários campos e um deles eram os grupos de consciência, tidos como um grau primário e f) o debate da autonomia levou as feministas ao gueto (ALAMBERT, 1978?).

Além disso, demarcou que o eixo principal de luta ainda era o trabalho, sendo que os aspectos “sexuais” só poderiam ser resolvidos depois que o primeiro item fosse solucionado. Desta maneira, explicou que o feminismo se voltava à cultura, enquanto que os comunistas se voltavam para a economia, o que consequentemente fazia com que, para as feministas, o ponto de partida fosse o cultural e que elas queriam só resolver os problemas entre homem e mulher. A percepção de Zuleika era de que as feministas acabavam por se posicionar contrárias aos homens (ALAMBERT, 1978?). Ainda, trouxe outra questão importante: Zuleika explicou que, para o PCB, o problema da mulher não é secundário, porque a mulher é muito importante para a sociedade (ALAMBERT, 1978?); aspecto que parece contraditório, em consideração ao que foi dito anteriormente na mesma entrevista.

---

<sup>143</sup> O CEDEM não tem o registro do entrevistador e nem da data da realização da entrevista. A identificação do ano de 1978 se deu em função da idade da entrevistada, que contou ter naquele momento 56 anos de idade; como Zuleika Alambert nasceu no ano de 1922, essa me pareceu o ano mais provável da realização da entrevista.

Nesta entrevista, é perceptível que a exilada reconheceu a importância do debate acerca da mulher e dos aspectos principais ligados aos itens citados acima, mas também foi se diferenciando ponto-a-ponto nesses mesmos aspectos. Em outras palavras, embora Zuleika Alambert tenha debatido questões muito estimadas ao feminismo, em toda esta entrevista, buscou se distanciar deste movimento e construiu-se como pecebista defensora dos direitos das mulheres. Isto é, naquele momento não se considerou como feminista, mas debatedora das questões “femininas”. É por isso que, durante a passagem de Zuleika pela França, seria anacrônico chamá-la de feminista.

Por outro lado, como pode ser visto abaixo, em entrevista concedida à professora Roselane Neckel<sup>144</sup>, em 2006, a percepção é completamente distinta. Ao contar sobre o exílio e sua participação no *Círculo*, Zuleika explicitou que:

Z: E eu entrei em contato com esse grupo. Eu participava dele. Mas, eu disse assim: “oh, eu estou aqui. Mas, eu não sou feminista, eu sou uma marxista que estuda a mulher”

R: E para você qual é a diferença entre feminista e, qual era a diferença naquele tempo?

Z: Naquele tempo é que o partido me educou dizendo que o feminismo era uma coisa de mulheres pequeno-burguesas, que só as burguesas...

R: E naquela época você ainda tinha...

Z: Porque você vai ver nesses livrinhos que estou te dando, vai ver que o feminismo teve o, os marxistas tinham uma ideia muito feia do feminismo, e por isso que me empurraram fora, porque eu comecei, eu não era feminista, eu não me dizia feminista, mas eu participava do grupo da Ruth Escobar, que era um grupo escrachadamente feminista, reunia as maiores feministas de SP e depois fui assessora dela. (ALAMBERT, 2006).

De maneira retrospectiva, quando inclusive já havia sido desligada do PCB, Zuleika Alambert criticou de forma explícita o Partido (coisa que não fez nas memórias de 1978), no que tange a sua posição com relação ao feminismo. Além disso, sinalizou que a postura que assumiu e a afirmação de que o feminismo era considerado pequeno-burguês seriam inferências diretas do Partido. Mas, ela assumiu tal perspectiva sem questionamentos. A grosso modo, Zuleika indicou sua presença em um grupo de consciência feminista, espaço no qual se apropriou de discussões e estava estudando a mulher, mas preferia estar identificada como marxista, isto é, privilegiava tanto a sua posição quanto tinha práticas políticas voltadas às lutas “gerais”. Nesse sentido, adicionou às qualificações de que as feministas eram pequeno-burguesas, ou seja, os grupos eram constituídos por mulheres da elite econômica, distante da

<sup>144</sup>A entrevista foi concedida à professora Roselane Neckel no dia 04 de agosto de 2006, no Rio de Janeiro, também para o projeto *Revoluções do Gênero: apropriações e identificações com o feminismo (1964-1985)*.

realidade das mulheres trabalhadoras; o que de certo modo, não é completamente equivocado tendo em vista o que foi assinalado no subtópico 3.1.1. *Confrontando o passado*. Porém, cabe lembrar que tais afirmações serviam muito mais como forma de desqualificação das lutas feministas em meio à disputa política do que para aceitar e ajudar a construir um o movimento de mulheres feito pelas próprias mulheres.

De modo mais específico, em relação ao conflito entre as mulheres que estavam no *Círculo* e as que estavam na *Seção Feminina do PCB*, ainda é possível aferir algumas questões. Maíra Abreu (2016, p. 185), a partir dos documentos produzidos pelo *Círculo*, assinalou alguns aspectos: existia uma participação limitada das mulheres provenientes da *Seção Feminina do PCB* e do grupo *Debate*; “para o PCB, o *Círculo* seria essencialmente anticomunista”; e para o *Campanha* (grupo que organizou o *Círculo*), o PCB era “reformista”, “assistencialista” e contra a autonomia do movimento<sup>145</sup>. Além disso, a ideia de que o “*Círculo* partiria do “individual” e o PCB do “geral” orbitava nos termos como muitas vezes a esquerda se posicionava frente às reivindicações feministas” (ABREU, 2016, p. 185); aspecto este que pode ser revisto em trecho das memórias de Zuleika Alambert, citados acima, em que assinala serem insuficientes as lutas individuais e que os grupos de consciência possuíam um grau primário.

Também, como destacou Lilian Back, ao analisar os documentos da *Seção Feminina do PCB*, e após fazer a leitura da pesquisa de Maíra Abreu, somava-se o embate com as trotskistas (que optaram pela luta armada<sup>146</sup>) que eram chamadas pelas pecebistas de (ultra)esquerdistas e com os coletivos de mulheres que eram denominados “existencialistas” e “sexistas” (BACK, 2013, p. 80). Por outro lado, como destacou a pesquisadora, “as pecebistas eram classificadas de reformistas por força política que tampouco havia superado uma concepção etapista da revolução<sup>147</sup> [...]”, o que por sua vez se tornava paradoxal; e que “parte das forças que as pecebistas taxavam de sexistas consideravam que a luta pela emancipação das mulheres estava

<sup>145</sup> No mesmo documento em que o *Campanha* afirmou tais questões sobre o PC[B], os tachando de reformista, explicita que o *Debate* “sempre tivera uma postura teórica frente ao trabalho de mulher; sempre com proposições de grupo de estudos”; mas, que “enquanto mulheres se colocavam fora de toda e qualquer opressão feminina, com uma visão bastante sectária com as mulheres que se mostravam a fim de discutir a sua própria opressão”. Nesse sentido, o documento relatou uma situação em que foi demandada a realização de um *vêcu* e as participantes do *Debate* disseram que era para “deixar de nos preocupar com o nosso próprio umbigo”. Cf. “Balanço do *Campanha*”, disponível no Volume 1 da Coleção *Círculo De Mulheres Brasileira em Paris (1976-1979)*.

<sup>146</sup> Cabe lembrar que o PCB não optou pelo conflito armado. Outro conflito também presente foi entre gerações, no qual uma, a segunda, apoiadora ou partícipe da luta armada, se chocou com a primeira, que saiu em 1964 e não carregava este projeto político (SZNAJDER, RONIGER, 2013, p. 310). Para Sznajder e Roniger (2013), tal conflito impediu a constituição de uma frente unida de lutas e reivindicações mais amplas no exterior. Por outro lado, cabe destacar que os exilados e as exiladas brasileiras foram tanto os primeiros latino-americanos a deixar o seu país quanto os primeiros a retornar (em função da Lei de Anistia em 1979), o que por sua vez significa que abriram caminho para debates e busca de solidariedades transnacionais.

<sup>147</sup> A concepção etapista da revolução é a ideia de que revolução socialista se daria por meio de uma sucessão inflexível de etapas históricas.

irremediavelmente ligada à luta de classes”<sup>148</sup> (BACK, 2013, p. 93), isto é, eram criticadas por algo que estava na pauta de seus debates. Ademais, em virtude dessas disputas, algumas mulheres pecebistas que participaram diretamente no *Círculo* ocultavam a sua origem partidária para que a participação fosse viável (BACK, 2013).

Por último, acerca dos conflitos entre PCB e *Círculo*, Marisa Jordan contou, em entrevista concedida a mim no ano de 2015, que o Partido, por meio de uma de suas principais dirigentes, designou “algumas mulheres para irem participar do *Círculo*, para fazer a cabeça do pessoal” (JORDAN, 2015). Em sua narrativa, explicitou que se tratavam dela e mais três amigas, todas recém ingressantes do Partido no exílio, que passaram a participar do *Círculo* e tornaram-se feministas (JORDAN, 2015). De modo geral, Marisa resume o embate como o feminismo sendo o inimigo do comunismo e, ainda lembrou que, posteriormente, levaram uma bronca do Partido após esta situação. Para ela, a lembrança desse episódio é muito presente por conta da bronca do Partido, uma vez que “E eu me lembro muito de uma senhora vinda de Moscou. Assim, completamente dentro daquela visão mais antiga e dizendo que era muito sério o que a gente tinha feito [risos]” (JORDAN, 2015). Marisa não conseguiu ter certeza se foi isso que a motivou a se afastar do Partido. Mas, este episódio estava presente junto a outras questões, como a leitura de um livro sobre a realidade da União Soviética (JORDAN, 2015).

Apesar dos conflitos, e não se assumindo como feminista, o movimento “feminino” também refloresceu junto à *Seção Feminina* do PCB no exílio, na França. Conforme pode ser visto em Back (2013), a *Seção Feminina* junto ao PCB vinha retomando a “questão da mulher” desde 1974, o que culminou com a organização de dois importantes documentos acerca da “condição da mulher” e dos “direitos das mulheres” no ano de 1979<sup>149</sup> (BACK, 2013). Nesse sentido, também, é pertinente destacar que o grupo não se dizia feminista, mas feminino, isto é, não queria ser reconhecido com tal termo em virtude das críticas aos coletivos e às práticas tanto ligadas à ideia de que eles realizavam a emancipação individual quanto, por preconceito, já que consideravam o feminismo como pequeno-burguês.

---

<sup>148</sup> Para o PCB (e sucessivamente para a *Seção Feminina*), “a indissociabilidade entre as lutas de classe e das mulheres estava vinculada à própria concepção de emancipação” (BACK, 2013, p. 176). Segundo Back (2013), o PCB e as marxistas consideravam que “a possibilidade de emancipação feminina é concreta somente após a completa abolição da propriedade privada dos meios de produção da vida e das classes”, isto é, entendem que a emancipação humana (tanto das mulheres quanto dos homens) “só é possível em uma sociedade livre da auto-alienação humana decorrente de uma sociedade baseada [n]essas premissas”. (BACK, 2013. P. 176).

<sup>149</sup> Tratam-se dos documentos já citados acima: um informe intitulado “A condição da mulher e a luta para transformá-la: visão política do PCB” e a “Plataforma de luta pela igualdade de direitos da mulher”, ambos de maio de 1979, que apresentaram aspectos sobre a condição da mulher no Brasil, o trabalho, família, entre outros (BACK, 2013).

As cinco trajetórias de militância no exílio francês, que foram apresentadas neste tópico, carregam em si um eixo principal, aquele que prioriza as questões de classe e da luta principal durante as reformulações realizadas no exterior. Em outras palavras, apropriaram-se de alguns elementos constitutivos dos movimentos de libertação das mulheres e de maneira retrospectiva consideraram importante a luta feminista, mas durante o exílio não as reconheceram como uma luta em si ou as consideraram como subalternas em relação às lutas gerais, como a luta de classes e o fim da ditadura. Foi somente posteriormente que essas mulheres passaram a reconhecer a importância do feminismo, a identificarem-se com ele, ou engajarem-se diretamente e conscientemente no feminismo.

Para além do “feminino” ou “feminismo”, as outras pautas e projetos também mudaram consideravelmente, uma vez que participaram ativamente tanto da reestruturação partidária (como Zuleika Alambert junto ao PCB) quanto da autocrítica com relação à luta armada ou à resistência/realidade brasileira (como Carmem Maria Craidy, Margarida M. do Amaral Lopes, Maria Lygia Quartim de Moraes e Lia Zatz). Estes aspectos também provêm de uma ruptura do horizonte de expectativa, que não se mostrava mais presente em virtude da derrota já bastante eminente da luta armada no Brasil, do golpe do Chile (vividos por Maria Lygia Quartim de Moraes e Zuleika Alambert) e do projeto revolucionário que mantinham quando estavam no Brasil.

### 3.3 CONFLITOS A PARTIR DA DUPLA-MILITÂNCIA E DO DEBATE SOBRE A AUTONOMIA

Ângela Xavier de Brito, que foi participante do *Círculo*, comentou que “seu núcleo ativo era, sobretudo, constituído de militantes constantemente dilacerados entre duas lealdades: à organização política e à autonomia do movimento de mulheres, muito mais visceral” (BRITO *apud* ROLLEMBERG, 1999, p. 217). Se, por um lado, o *Círculo* buscou ser uma “organização de um movimento específico de mulheres e autonomia do movimento em relação às organizações partidárias” (ABREU, 2014, p 171), por outro, ainda era composto por mulheres que circulavam muitas vezes entre diferentes espaços e organizações; e que, como citado acima, durante seus percursos, foram abandonando, agregando pautas e projetos ou se dilacerando entre os diferentes projetos (como explicitado pela fala de Ângela Xavier).

Nesse sentido, as questões da autonomia<sup>150</sup> dos grupos feministas ou femininos, a dupla-militância e as solidariedades como base organizativa eram muito importantes para as mulheres

---

<sup>150</sup> Como citado no capítulo 1, a questão da autonomia foi extremamente importante no feminismo francês.

exiladas em Paris, que passaram a engajarem-se nestes movimentos, tanto ao confrontarem-se com suas antigas militâncias quanto pelo espectro dos grupos de esquerdas que rondavam e tentavam interferir nas pautas e posições nos respectivos grupos. Isso já foi exemplificado até aqui com o que foi contado anteriormente: por Yolanda C. Prado, pois o *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris* se fragmentou por pressão de uma organização de esquerda; por Marisa Jordan, que teve a missão (dada por uma dirigente do PCB) de captar mulheres junto ao *Círculo*; e por Ângela Xavier de Brito, que enfatizou o sofrimento exteriorizado pela dupla-militância e a busca pela autonomia. Também foi citado na maneira de organização e nos vínculos que cada uma das exiladas foi moldando na França.

A questão da dupla-militância se relaciona de maneira direta àquelas da autonomia e das formas de organização dos grupos de consciência constituídos na França. As falas das mulheres não trouxeram muitos aspectos relacionados especificamente à autonomia. No entanto, a autonomia e a forma de organização buscadas ou defendidas enquanto grupo foram “carregadas”<sup>151</sup> pelas mulheres partícipes para além daquele espaço e período e são significativas para entender as diferenças entre os engajamentos realizados no exterior e àqueles no Brasil; isso porque não havia ocorrido a participação nos grupos feministas e de mulheres antes do exílio. No retorno ao Brasil, as mulheres que estiveram junto ao *Círculo* e no *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris* trouxeram esta reivindicação.

Sandra Macedo, que contou militar em três espaços concomitantes durante o exílio, ao ser questionar se existia algum tipo de conflito entre as suas diferentes militâncias, os espaços de inserção política, comentou que:

Para mim, é muito simples te responder isso; [já] para outras pessoas, provavelmente, a resposta vai ser diferente. Mas, no meu caso, a organização que eu militava, a Liga, que fazia parte da mesma organização internacional, tinha um movimento feminista forte. Não tinha nenhuma reação contra a gente ter um movimento de mulheres, mesmo que os brasileiros tiveram que aceitar aos poucos. Tinha uma consciência da questão do movimento autônomo e da importância do movimento autônomo feminista. O que chamava lá era movimento feminista luta de classe. Não era qualquer um também. Então, para nós, para mim, não tinha nenhuma contradição, entendeu? Ao contrário, era uma coisa apoiada. E não era aquela técnica que muitos partidos usavam de “vai para o movimento feminista para recrutar para o partido”. Não tinha. No nosso caso, pelo menos não tinha isso, porque também a gente não aceitaria. Já estávamos bem empoderadas. [...] Mas, eu acho que em outras organizações, talvez, tenha sido bem mais difícil para os militantes se relacionarem internamente. Para mim, foi meio privilegiado nesse caso porque já estava ganho. (MACEDO, 2018, grifo meu).

<sup>151</sup> Estas questões serão melhor debatidas e pensadas no último capítulo da tese.

Embora Maria Rosa Dória Riberio (2013, p. 130) sinalize que não houve grandes “diferença[s] entre as orientações da III e IV Internacional, para os trabalhos dirigidos às mulheres”, na percepção de Sandra, existia o reconhecimento da organização autônoma feminista em função do alinhamento teórico existente com a Liga, que fazia parte da IV Internacional Comunista. Como faz questão de destacar, o conflito não existiu porque o *Círculo* se colocava como um movimento feminista de luta de classe; isto é, o grupo não abandonava as pautas ligadas aos moldes marxistas. Por outro lado, mesmo dando destaque a sua posição de privilégio, pela ausência de conflitos diante das suas múltiplas militâncias, Sandra Macedo deu a entender que esta não era a situação vivida por todas as mulheres e que os brasileiros tiveram que aceitar aos poucos a importância de um movimento feminista autônomo.

Nesse processo de reordenamento dos engajamentos, por via da formação de grupos das mulheres, é que se encontram os temas da autonomia e das solidariedades. Os grupos de consciência eram espaços de luta contra o androcentrismo, pautados em noções do “feminismo da diferença”<sup>152</sup>, e nos quais todas as mulheres partícipes poderiam ter o direito a fala e não poderia haver lideranças definidas (PEDRO; WOLFF, 2007a, p. 58). Nesse sentido, uma questão importante é a organização geral que possuíam esses grupos que “Em vez de fazerem uma administração verticalizada, baseada na autoridade e na hierarquia, propunham uma administração feminina [...] apoiada na horizontalidade da autoridade: ou seja, todas as pessoas deveriam participar das decisões” (PEDRO; WOLFF, 2007a, p. 58).

Em outras palavras, como sinalizado acima, os grupos de consciência constituíam-se por meio de reuniões, com temas, eixos, nas quais todas poderiam falar ou relatar sua experiência a respeito e, em função das experiências partilhadas, perceberem as opressões vividas cotidianamente como mulheres. Também, pelos diferentes motivos apresentados acima, como o silenciamento, a inaudibilidade e a falta de incorporação de pautas das/para as mulheres por parte das organizações, só era possível a participação de mulheres nos grupos, o que por sua vez fez com que elas (sob o contexto francês) passassem a se organizar em função de suas identidades.

---

<sup>152</sup> Feminismo pautado na oposição binária entre masculino/feminino, a partir da qual a identidade comum das mulheres era promovida pelo sexo (aquele genital). Foram acusadas de “essencialistas” e a-históricas; além disso, preconizavam a “feminização do mundo” e consideravam que pelo fato de portarem os mesmos corpos as mulheres eram alvos das mesmas violências e opressão (PEDRO, 2005).

A noção de autonomia<sup>153</sup>, ideal moral, política e social, é empreendida dentro das esferas das relações sociais e de poder (BIROLI, 2013), e, também, é compreendida como “a soberania dos indivíduos em relação a si mesmos e aos outros” (BIROLI, 2013, p. 10); o que, por sua vez, significa que seu exercício “depende da eliminação da coerção e da subjugação” (BIROLI, 2013, p. 11) e que “a autonomia é exercida *sempre* em meio a constrangimentos” (BIROLI, 2013, p. 21). De modo geral, a prática do *vécu* e da participação ativa das mulheres nos grupos atravessava tanto a questão da autonomia individual/coletiva das mulheres (que passaram a narrar suas opressões e a identificar as violências vividas) quanto a necessidade de um movimento social que buscava seus projetos e a não-submissão aos grupos de esquerda.

A fim de ilustrar as interferências e a reivindicação da autonomia, cabe retomar o caso do *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*. Como visto, as primeiras reuniões do grupo eram realizadas no subsolo de um café, no *Quartier Latin* (ABREU, 2014). Tais reuniões suscitaram grande “curiosidade” masculina, como namorados e companheiros, que circulavam pelo espaço (entre o andar de cima e o banheiro que estava também no subsolo) a fim de ouvir o que era dito e ver Norma Bengel (que participava do grupo e era conhecida por sua beleza) (ABREU, 2014; GOLDBERG, 1987; PRADO, 2005). Além disso, foi pela reivindicação da autonomia que o grupo passou a receber pressões e sucumbiu. Por outro lado, de acordo com o que é possível perceber na entrevista de Yolanda C. Prado (já citada acima), a formação do grupo de consciência e a realização das discussões das quais passou a se apropriar eram ainda muito novos, o que significou tanto uma nova perspectiva quanto um esforço intelectual. Nesse sentido, também, a participação no grupo e na tomada de consciência feminista possibilitaria uma conquista da autonomia individual/coletiva a partir do momento em que se percebiam na submissão.

Por sua vez, O *Círculo*, em função de ter uma proporção maior, se organizou de maneira diferente. No entanto, também demandou por autonomia. De um modo geral, o *Círculo* era organizando por meio de assembleias gerais (realizadas mensalmente) e subgrupos (que se reuniam semanalmente ou quinzenalmente) organizados por preferências temáticas e/ou afetivas, como sexualidade, educação, imprensa feminista, teatro, trabalho, (ABREU, 2014).

---

<sup>153</sup> Estou utilizando aqui, por ressonância, a definição de autonomia e os diferentes aspectos debatidos por Flávia Biroli (2013). No entanto, seu debate gira em torno de aspectos cotidianos de decisão aos diferentes exercícios da autonomia individuais, às assimetrias, à formação de preferências, entre outras questões. Em outras palavras, o foco do seu texto não foi pensar a autonomia como uma questão de embate entre os diferentes grupos político e/ou como um valor reivindicado por grupos feministas que não pretendiam ter suas pautas silenciadas ou colocadas em segundo plano. Por outro lado, aspectos relacionados às questões mais individuais da autonomia, como a agência e suas imperfeições e graus de autonomia, nas trajetórias das mulheres aqui analisadas, trazem muitas dificuldades para a constituição de suas análises e não serão desenvolvidos.

Era nos subgrupos que as mulheres partícipes se encontravam com mais frequência e tinham laços mais estreitos. Nas assembleias, buscavam reunir todas as integrantes, onde as decisões eram tomadas coletivamente (ABREU, 2014). Conforme Sandra Macedo lembrou:

No *Círculo* tínhamos uma série de atividades, inclusive, porque a gente tinha subgrupos. E cada grupo menor se dedicava a uma determinada coisa. Então, tinha pessoas que se dedicavam mais a escrever textos para o Brasil, mandar contribuições para o movimento feminista que começava a surgir aqui, que nem era o movimento feminista mesmo. [Além disso] tinha grupos de teatro, de solidariedade as presas políticas... o que mais? Tinha vários temas, um pessoal que fazia... eu acho que tinha um pessoal que fazia... tinha um grupo imprensa. Eu já não lembro mais dos subgrupos, mas, enfim, tinha vários e tinha as assembleias gerais onde nos reuníamos e trocava[vamos] ideias. Outro dia, eu peguei todos os documentos antigos que tínhamos e é maravilhoso de ver, porque é toda uma discussão que fazíamos sobre a situação no Brasil, sobre a situação do movimento operário no Brasil e sobre a luta feminista no mundo e no Brasil. Fazíamos uma colaboração com o Comitê da Anistia, embora, a gente não tivesse uma representante; não era assim que funcionava. Nós fizemos várias campanhas em defesa das presas políticas, não só do Brasil, mas da Argentina também. (MACEDO, 2018).

Como pode ser visto, os debates e as atividades já não estavam centrados somente, ou exclusivamente, na revolução, lutas de classes, ou práticas políticas que envolvessem uma militância mais hierarquizada dentro de uma esfera partidária; os engajamentos aqui parecem ser mais ligados aos direitos humanos, solidariedade, denúncia da ditadura e lutas feministas. Este deslocamento foi significativo, e visto de maneira mais detalhado nos tópicos anteriores. Além disso, o que Sandra demarcou também foi a forma de organização quanto à incorporação de pautas de ligadas ao *Comitê de Anistia*, como as solidariedades e a luta feminista. Nos grupos de consciência (com grupos e subgrupos, no caso especificamente do *Círculo*), as tomadas de decisões organizacionais eram feitas de maneira muito diferente e menos hierarquizadas daquelas que provinham das organizações e partidos. Conforme Maíra Abreu (2014, p. 181), apesar de apresentar a existência de um documento com regras sobre a organização do grupo, “os relatos [...] apontam para reuniões não verticalizadas e em formato pouco convencional”.

Mas, o *Círculo* esbarrava nas questões da autonomia de suas atividades e pautas, uma vez que fizeram parte dele mulheres que provinham de diferentes organizações, como Campanha, MR-8, POC, PCBR, PCB, entre outras (ABREU, 2014). Esta era uma questão muito importante, uma vez que, conforme Abreu destacou (2014, p. 213), a autonomia no *Círculo* “não significava somente a organização de mulheres e a independência em relação aos partidos políticos”, mas também “a possibilidade de uma ‘crítica feminista à política’”, a qual buscava revolucioná-la com novas formas e novos conteúdos. Conforme citado no capítulo anterior, a

autonomia, a crítica à ideia de política e os embates foram características importantes do feminismo que emergia durante os anos de 1970.

No entanto, o que significa defender a bandeira da autonomia para estes dois grupos? De modo geral, como já sinalizado em pesquisas sobre os dois grupos de consciência, o *Círculo* e o *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris* aprofundaram a noção de autonomia para conceber uma nova forma de organização e representação da política, que tanto incluiu diferentes dimensões da existência humana, até então separadas em compartimentos, como política/pessoal, público/privado, masculino/feminino (GOLDBERG, 2000), quanto para redefinir a própria noção de política “ao levantar temáticas e abordagens até então desconsideradas ou secundarizadas pela esquerda” (ROLLEMBERG, 1999, p. 219). Assim, a participação em grupos de consciência deu tanto novo significado ao político e às militâncias desempenhadas por estas mulheres quanto trouxe novas formas de engajamento e organização, em que houve (ou buscou-se ter) a participação ativa de mulheres em todas as dimensões das tomadas de decisão.

Em linhas gerais, nos documentos encontrados na coleção do *Círculo*, há a defesa de que o movimento deveria ser autônomo e a busca pela autonomia das mulheres apareceu em vários aspectos e em situações distintas. Por exemplo: a) ao assinalar a defesa de conhecer o seu próprio corpo para utilizá-lo de forma autônoma<sup>154</sup>; b) a defesa em si do movimento de mulheres como autônomo e suas questões adjacentes relacionadas tanto às organizações de esquerda quanto a especificidade da mulher brasileira (apesar de grande influência do feminismo francês)<sup>155</sup>.

No entanto, não era qualquer tipo de movimento autônomo em si. Entendia-se que a autonomia era a possibilidade de organização entre as mulheres sem a recusa da contribuição com a integralização de suas lutas e que a defesa do movimento autônomo tem um papel estratégico para a construção do socialismo<sup>156</sup>. Além disso, seria preciso “abandonar a divisão entre o público e o privado, imprimindo à concepção de democracia um novo caráter que implica na transformação das relações entre homem e mulher”<sup>157</sup>. Aparentemente, também,

<sup>154</sup> Vol. II - Subgrupos “Sexualidade” da Coleção *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris (1976-1979)*.

<sup>155</sup> Documento “Sistematização de Questões Levantadas na Última Assembleia” do Vol. III - Alguns temas de *Debate*. Neste documento, existe uma lista de itens para se debater o movimento autônomo. Nesta lista, entraram questões como: luta de classes, especificidade da mulher brasileira, discussões políticas, etapismo, autonomia do movimento, organizações políticas.

<sup>156</sup> Tal aspecto é bastante debatido no documento “Reflexões sobre as correntes do Movimento Feminista” encontrado no Vol. III - Alguns temas de debate, que dedicam bastante espaço para a “Autonomia do movimento de mulheres e Feminismo”.

<sup>157</sup> Documento “Reflexões sobre as correntes do Movimento Feminista” do Vol. III - Alguns temas de Debate da Coleção *Círculo De Mulheres Brasileiras em Paris (1976-1979)*.

apesar das transformações relatadas nas trajetórias, a busca pela autonomia do movimento não significava o abandono da militância nos partidos e em outras organizações, ao mesmo tempo em que era buscada a não utilização das mulheres como massa de manobra<sup>158</sup>.

A busca pela autonomia como mulheres, ou como coletivo, não foi ausente de conflitos, como já anunciado acima. Anette Goldberg (2000, p. 51, tradução nossa) destacou que à medida em que o *Círculo* cresceu também se tornou legítimo perante a comunidade e foi “frequentemente chamado a se juntar às iniciativas públicas das organizações da esquerda brasileira, que se esforçaram para mostrar união e consenso em torno da luta pela abertura democrática e pela anistia”<sup>159</sup>. Uma dessas atividades, que gerou um grande conflito, foi uma campanha de solidariedade a uma presa política no Brasil. Segundo Abreu (2014), tratava-se de uma campanha para a retirada do Brasil de uma pessoa, de nome Waleska, no ano de 1978, a qual o *Círculo* foi chamado para ajudar por meio de solicitação do *Campanha*. A brasileira foi retirada do país e o *Grupo Campanha* (e talvez, algumas mulheres, que eram tanto do grupo *Campanha* quanto do *Círculo*) ficaram sabendo da sua saída. Isto é, a atividade deixou de ser necessária. No entanto, tal informação não foi comunicada ao *Círculo*, o que culminou com a continuidade da campanha de solidariedade.

Quando a ausência de um comunicado foi descoberta (e tendo em vista que era uma atividade que não partiu do *Círculo*, mas de uma demanda externa) eclodiu um grande conflito interno. Tal episódio é retratado como demonstração da fragilidade da autonomia tão defendida pelo *Círculo* (ABREU, 2014). Isso pôde ser visto nos documentos do *Círculo*, que registram, por meio de uma anotação à caneta no início da separação dos documentos, como a “‘Campanha de solidariedade’ que marca um dos debates políticos mais acirrados do *Círculo* (quase ‘racha’) (‘Campanha’ desenvolvida dentro do *Círculo* pelo Grupo *Campanha*)”<sup>160</sup>. Entre outras coisas, tais documentos registram: a) a defesa do movimento autônomo e a necessidade de discussão sobre este aspecto, uma vez que sacrificou a autonomia do grupo em função da demanda de outra organização; b) o questionamento sobre a dupla-militância e as pressões sofridas por

<sup>158</sup> Cf. Documento “Porque um movimento feminista autônomo” do Vol. III – Alguns temas de Debate da Coleção *Círculo De Mulheres Brasileiras em Paris (1976-1979)*.

<sup>159</sup> Tradução Nossa: “le Cercle est souvent appelé à se joindre aux initiatives publiques des organisations de la gauche brésilienne, qui s’efforçait d’afficher l’union et le consensus autour de la lutte pour l’ouverture démocratique et l’amnistic”

<sup>160</sup> Trata-se de uma folha divisória entre os diferentes documentos do volume, onde posteriormente são vistos os registros do conflito. Estes documentos podem ser encontrados no Vol. I - Alguns documentos permitindo retrospectiva Histórica do *Círculo*

influências fora do *Círculo*; e c) as críticas recebidas pela retirada do grupo na campanha de solidariedade, e que tais críticas eram um ataque direto à autonomia do *Círculo*<sup>161</sup>.

A questão da autonomia era bastante importante tanto para a independência das organizações/partidos que exerceram e exerciam naquele momento grande pressão com relação aos aspectos da vida cotidiana e das militâncias<sup>162</sup> quanto para a capacidade de organização do grupo, com temas, demandas, agendas, formatos, pautas, lutas e ações políticas que o grupo iria desenvolver. Muitas vezes, este debate, partia de críticas: 1º) em relação às práticas políticas executadas pelas organizações/partidos que por muito tempo não incluíram projetos que envolviam demandas das/para as mulheres; 2º) em função da não submissão das demandas das mulheres àquelas tidas como mais gerais (fortemente presentes na comunidade de brasileiros), como contra a ditadura, em prol da anistia e/ou relacionadas às questões de classe.

A autonomia almejada pressupôs a limitação ou restrições para com a tutela de seus corpos, práticas e engajamentos políticos diferentes daqueles demandados pelas antigas (que ainda faziam parte) organizações, e decisões das suas pautas a partir do grupo e subgrupo (escolhido para participar). Em outras palavras, os dois grupos de consciência buscaram fugir da hierarquização e da subordinação provenientes das organizações de esquerda e deram espaços de escuta e fala às mulheres; e, no caso do *Círculo*, sem o abandono (ao menos não inicialmente) de seus projetos como luta de classes, participação das organizações de esquerda e construção do socialismo.

Como Angela Davis (2018) destacou, a partir de Stuart Hall, é preciso sempre lembrar a diferença entre efeito e impacto. A partir desta ideia, é importante situar que os dois grupos de consciências possuíram, por meio das práticas de si, um espaço significativo de percepção e debate que culminou com a transformação subjetiva tanto das mulheres partícipes diretamente no grupo quanto nas pessoas que fizeram parte da comunidade de brasileiros exilados em Paris. Nesse sentido, o impacto que esta nova prática política teve transcendeu as mulheres e homens exilados, uma vez que, significou a inclusão de pautas ligadas ao privado e, principalmente, uma nova forma de organização/estruturação política, que posteriormente também refletiu no

---

<sup>161</sup> As questões mais incisivas a respeito podem ser vistas no documento “O movimento de ♀” junto ao Vol. I – Alguns documentos permitem a retrospectiva Histórica do *Círculo*.

<sup>162</sup> A grosso modo, algumas decisões do cotidiano e da militância durante a ditadura brasileira e o período em que estavam no Brasil eram feitas pelas organizações (Cf. pode ser visto na entrevista de Sandra Macedo). No Brasil, era difícil se desvincular das organizações de esquerda uma vez que na clandestinidade, ou sendo perseguido, só a organização e familiares poderiam oferecer proteção; por outro lado, algumas organizações consideraram uma traição que as pessoas abandonassem a militância (Cf. pode ser visto na entrevista de Elisabeth T. de Vargas e Silva).

reordenamento que passaram a ter com outros grupos e atividades políticas no retorno ao Brasil (conforme pretendo apresentar no último capítulo desta tese).

Para além dos grupos de consciência, a autonomia do movimento de mulheres também esteve presente nos debates propostos que atingiram a *Seção Feminina* do PCB (elencada aqui pela trajetória de Zuleika Alambert). Um dos aspectos criticados pelo *Círculo*, com relação ao PCB, dizia respeito à autonomia; este aspecto pode ser pensado seja pela autonomia da *Seção* seja pela defesa da autonomia do movimento de mulheres definida pelo partido. Nesse sentido, no final do seu depoimento no livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, Zuleika demarcou sobre a continuidade/novidades dos movimentos femininos contemporâneos e a autonomia demandada pelo movimento de mulheres:

A grande novidade é que são movimentos autônomos, que não querem depender de partidos políticos, que não são monopólios de partidos: recusam-se a serem instrumentalizados.

No passado, os movimentos de mulheres eram utilizados pelos partidos políticos. Quando eles precisavam, apelavam para a mobilização. Mas, passada a necessidade, elas eram postas de lado. Daí que estes movimentos tenham sido intermitentes. Nas organizações então criadas ficavam apenas as mulheres mais consequentes, bastante definidas em relação a estes partidos. Hoje, quando o movimento de mulheres grita por autonomia, quer dizer que não se deixa mais instrumentalizar em função dos interesses partidários. Contudo, ao reconhecer que os movimentos são autônomos, não quero dizer que sejam apolíticos. É evidente que são políticos, porque dentro dos movimentos há mulheres políticas. Mas só que elas estão lá para debater democraticamente os problemas das mulheres, não para transformar essas organizações em pequenos biombos dos partidos políticos. E isto dá uma conotação completamente diferente da dos movimentos anteriores. (COSTA et al, 1980, p. 67).

O reconhecimento de Zuleika Alambert acerca de que o diferencial dos movimentos de mulheres contemporâneas estava atrelado à reivindicação da autonomia do movimento e à recusa da instrumentalização de seus movimentos pelos partidos não foi ao acaso. Ana Alice Alcântara Costa (2010, p. 176) também considerou que o novo feminismo, que emergiu durante os anos de 1960 e 1970, rechaçava “o controle político ideológico dos partidos e outras organizações políticas e religiosas e, também, [faziam] a defesa de um movimento autônomo”. Para Zuleika, concordar com a autonomia não significa considerá-los apolíticos, uma vez que mulheres políticas estão nesses movimentos. O que é possível de interpretação, já que a análise de que os movimentos são políticos não foi feita por se considerar as pautas das mulheres como políticas, mas pela presença das mulheres políticas.

Nesse sentido, ainda sobre a autonomia, Back (2013, p. 77) explicitou que “no conjunto da documentação produzida pela Seção Feminina, inclusive na assinada pela direção do partido,

é realizada uma defesa intransigente da autonomia do movimento de mulheres com relação aos partidos políticos em geral”. Da mesma maneira que Zuleika Alambert, o partido considerava também que a autonomia não deveria ser confundida com ‘apoliticismos’ e que também não deveria significar que as mulheres se encontrariam em guetos, analisando o seu cotidiano e separadas das grandes questões nacionais (Relatorias do III Ativo de Mulheres do PCB *apud* BACK, 2013).

Por outro lado, embora a *Seção Feminina do PCB* e Zuleika Alambert não apresentassem oposição à autonomia do movimento das mulheres, cabe considerar que o segmento ainda estava submetido à estrutura partidária que, mesmo não oficialmente, poderia exercer forte influência; além disso, na prática poderiam participar das reuniões da *Seção* mulheres e homens, devido ao entendimento de que era uma tarefa partidária para todos e “somente com uma discussão da questão das mulheres em todos os níveis partidários o PCB poderia agir mais adequadamente nos movimentos de massas em geral” (BACK, 2013, p. 79). De modo geral, a situação se torna paradoxal na prática, dado que existia o reconhecimento da autonomia do movimento, mas o grupo ainda estava subordinado ao Partido e não era exclusivo das mulheres. Da mesma forma em que garantia a existência do grupo, incluía a todos como praticantes e reconhecia que todos deveriam integrar as pautas das mulheres, mas que tal participação poderia limitar as discussões na prática cotidiana.

A autonomia, a solidariedade e os embates estiveram presentes nos grupos de consciência e na *Seção Feminina*; embora mais ou menos debatida ou incorporada em práticas nos respectivos espaços. Por outro lado, o debate em torno da autonomia e a incorporação de uma nova forma de organização das mulheres foi eixo central durante o exílio na França e significativo na trajetória das exiladas brasileiras que se encontravam naquele país. É difícil mensurar individual e coletivamente o quanto cada uma dessas mulheres incorporou as noções de solidariedade e de autonomia naquele momento; da mesma forma que, ao incorporá-las, ainda é difícil mensurar o grau com que estas mesmas noções foram trazidas, abandonadas, rearticuladas ou traduzidas para o contexto do retorno ao Brasil.

### 3.4 AS SOLIDARIEDADES TRANSNACIONAIS FEMINISTAS NA FRANÇA

A defesa da autonomia e a manutenção das solidariedades remetem a pensar sobre as relações internas e externas presentes no contexto de debate francês e na comunidade brasileira exilada. Se a autonomia era ponto de conflito e defesas vorazes, as solidariedades transnacionais feministas constituídas no exterior tinham outro traço: àquele da aproximação (não natural)

entre as mulheres. Os grupos de mulheres brasileiras na França realizaram atividades e foram alvos de solidariedades, o que fez Betânia Ávila (2019) relatar as trocas com as mulheres francesas, o engajamento que algumas brasileiras tiveram em grupos franceses (como vivido por Angela Arruda citada acima), as solidariedades variadas, como, para a organização dos grupos de mulheres brasileiras, contra a ditadura brasileira, e para questões pessoais na organização da vida cotidiana e da sobrevivência<sup>163</sup>. Do ponto de vista das solidariedades entre as mulheres, têm destaque as seguintes atividades:

1. As três Marias: foi o apoio oferecido pelo *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*<sup>164</sup> à Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho de Costa, escritoras portuguesas perseguidas pela ditadura por terem escrito as *Novas Cartas Portuguesas*<sup>165</sup>. As portuguesas foram processadas por escreverem um livro em que retrataram questões relacionadas à sexualidade, prazer, corpo e às injustiças da guerra colonial; o livro foi considerado imoral e pornográfico. O caso das três Marias ganhou repercussão internacional<sup>166</sup>. Na França, conforme registrado por Máira Abreu (2014, p. 141), o *Grupo Latino-Americano*, juntamente com POW (*Paris Organization of Women*)<sup>167</sup> e setores do MLF tiveram “um papel fundamental nas mobilizações de apoio às três escritoras”.

A solidariedade com as três Marias se constituiu em diferentes momentos: 1) a Conferência Internacional feminista realizada em Boston, em 1973, que tinha como intuito discutir a Conferência da Mulher de 1975 e que contou com a presença de Mariza Figueiredo, Yolanda C. Prado e Gilda Grillo, mulheres que fizeram parte do *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*, nele foi debatido as *Novas Cartas Portuguesas*; 2) carta para a Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas em nome da Conferência internacional feminista e

<sup>163</sup> A *Seção Feminina do PCB*, por meio da *Associação de Mulheres Brasileiras e Italianas*, também foi protagonista de solidariedades transnacionais ‘femininas’, onde foram divulgadas informações sobre a condição da mulher brasileira, entre outras atividades. Em função do recorte e do espaço, o debate realizado na Itália não entrará nesta tese. Para saber mais, ver: BACK, 2013.

<sup>164</sup> A hipótese de Máira Abreu (2014, p. 144) é de que as ações de solidariedades às escritoras portuguesas contribuíram tanto para “o fortalecimento do grupo” das mulheres latino-americanas e para o início da publicação do boletim *Nosotras*, em janeiro de 1974, quanto para a constituição de vínculos que acabaram conservando-se e se tornaram menções de solidariedade durante a Revolução dos Cravos (ABREU, 2014). Esta argumentação ainda precisa ser melhor desenvolvida, uma vez que não foram encontrados vínculos diretos entre as primeiras ações e pode se tratar de uma análise retrospectiva.

<sup>165</sup> As *Novas Cartas Portuguesas* foram publicadas no ano de 1972, mas sua repercussão ocorreu no ano de 1973 com o início do processo e julgamento das mulheres. O processo contra as três Marias acabou alguns dias após o 25 de abril, onde a obra não foi considerada imoral ou pornográfica. O livro teve tradução para mais de dez línguas e até hoje é bastante lido, citado e estudado.

<sup>166</sup> As diversas manifestações de solidariedade ao caso e a propagação do livro para diferentes países pode ser vista em AMARAL; FREITAS, 2015.

<sup>167</sup> Segundo Abreu (2014), a POW era uma organização de mulheres anglo-saxões. Inicialmente, era uma seção da *National Organization for Women* (NOW) em Paris. A partir de 1973, mudou o nome. O NOW foi fundado nos Estados Unidos por Pauli Murray e Betty Friedan.

assinada, além de outras três feministas, por Gilda Grillo; 3) entrega de abaixo-assinado na Embaixada de Portugal em Paris em 1973; 4) o “Nuit de Femmes”, um espetáculo realizado na sala Gémier no Palácio de Chaillot no dia 21 de outubro de 1973” com a participação da atriz brasileira Ruth Escobar (ABREU, 2014, p. 143); 5) uma manifestação em frente a Catedral de Notre-Dame 1974 (ABREU, 2014).

No Boletim *Nosotras*<sup>168</sup> a ideia de solidariedade entre as mulheres e os movimentos do mundo foi amplamente difundida por meio de inúmeras publicações sobre os mais diferentes países. No *Nosotras* foi possível encontrar informações sobre: Albânia, Alemanha, Argentina, Venezuela, Vietnam, Suécia, Peru, Porto Rico, França, Irlanda, Itália, Portugal, México, Guatemala, Equador, Bolívia, Espanha, Guiné-Bissau, Nigéria, entre outros. Além de informações sobre o Brasil, como o seminário sobre a Mulher Brasileira realizado pela ABI, em 1975 no Rio de Janeiro, o estatuto do Centro da Mulher Brasileira, e a Conferência da Mulher realizado no ano de 1975 no México e o Tribunal Internacional dos Crimes Cometidos contra as Mulheres de 1976 em Bruxelas. O jornal *Nosotras* também, embora em uma proporção menor, se preocupou em articular dimensões de raça e classe em algumas reportagens; o que por sua vez dá a entender que a compreensão de solidariedade não estava separada destas dimensões.

2. O estupro de brasileira na Bélgica: Um evento de solidariedade e contato entre as brasileiras do *Círculo* e os movimentos feministas franceses e belga foi o estupro de uma brasileira<sup>169</sup> (irmã de exilado) que estava em Paris. A brasileira foi estuprada com um pedaço de madeira, no ano de 1976, quando aceitou uma carona, na Bélgica, para retornar a França. Os materiais do *Círculo*<sup>170</sup> registram a violação, os nomes, os detalhes, os detalhes do julgamento, o debate político em torno da violência sexual contra as mulheres, a mobilização do grupo e o contato com as mulheres francesas e belgas. Tratam-se, sobretudo, de cartas contando o desenrolar do processo e solicitando apoio feminista para que o agressor fosse condenado. Os documentos sobre o ocorrido, que se encontram em francês e português, não registram o veredito final; somente que o tribunal não havia aceito o caso como estupro, sendo classificado na qualidade de atentando ao pudor com violência.

3. *Paroles aux femmes l'amérique latine*<sup>171</sup> (com a participação do *Círculo*): atividade realizada no dia 04 de março de 1976 no Mutualité, em ocasião do 8 de março, com os grupos

<sup>168</sup> Jornais *Nosotras* consultados no Acervo do LEGH/UFSC.

<sup>169</sup> Os documentos do *Círculo* apresentam o nome da vítima, mas por entender que é um tema bastante sensível não irei citá-lo aqui.

<sup>170</sup> Documentos registrados no subtópico “Violência contra a Mulher” no Vol. III – Alguns temas de *Debate*

<sup>171</sup> Tradução nossa: Palavras às mulheres da América Latina.

de mulheres da Argentina, Brasil, Uruguai, Bolívia, Colômbia e México, por meio de uma iniciativa do *Journal l'Information*. Os documentos<sup>172</sup>, todos em francês, apresentaram o lugar da mulher na sociedade brasileira, a participação das mulheres na luta contra a ditadura, as denúncias de tortura sofridas pelas mulheres e da repressão que vivia o povo brasileiro, e a “consciência” como mulheres latino-americanas em luta. Tudo isso, sem esquecer os projetos revolucionários socialistas e a luta anticapitalista. O panfleto do evento ainda sinalizou perguntas (que provavelmente deram o tom do debate) atreladas aos seguintes temas: controle demográfico; esterilização forçada; políticas do imperialismo no corpo das mulheres; a incitação à natalidade na Europa e a distribuição de pílulas em cidades na América Latina; as prisioneiras mulheres e a violência machista e imperialista; o lugar das mulheres na sociedade latino-americana, na luta sindical e política, e na resistência dos povos; as experiências dos grupos de mulheres na América Latina e na França. Ainda, junto a estes materiais, foram encontrados compilados de informações sobre a situação das mulheres no Brasil e na América Latina.

Também foram registradas a participação das mulheres no *Círculo* em colaboração com CBA, atividades com as comunidades exiladas, o Congresso de Mulheres na Iugoslávia e *Rencontre Internationale de Femmes* no ano de 1977 (ABREU, 2014). Além dos eventos, são encontrados juntos aos materiais do *Círculo*, brochuras em francês (com informações sobre o Brasil, o *Círculo*, as mulheres e os jornais feministas brasileiros) que tenham sido distribuídos para um público francófono; um desses materiais foi o *Parole aux femmes du Brésil*, registrado como impresso suplementar do *Journal Info-Femmes* e *Quelques Questions sur la Situation de la femme Aujourd'Hui au Brésil*<sup>173</sup>. Estes materiais parecem ter sido produzidos de maneira bastante manual e não apresentam indicações de que tenha sido feito junto ao MLF, como foi o caso do material produzido pelas portuguesas acerca do Brasil (conforme poderá ser visto no próximo capítulo).

As solidariedades sinalizaram os vários contatos que os grupos de mulheres brasileiras tiveram na França; desde mobilização em prol das mulheres portuguesas até a participação em eventos para a divulgação de informações sobre a situação da mulher brasileira e dos grupos feministas de brasileiras que estavam emergindo no Brasil e na França. As mobilizações não ocorreram sem botar em questão a especificidade vivida pelas mulheres brasileiras, ligadas ao gênero, à classe e à repressão da ditadura. As mulheres se colocaram como “brasileiras” e

---

<sup>172</sup> Documentos registrados Vol. IV – *Pochette*, onde se encontram textos, artigos, cartas e panfletos produzidos pelo *Círculo* entre 1976-1979.

<sup>173</sup> Documento registrados Vol. V – Publicações do *Círculo*.

“latino-americanas” sinalizando tanto as suas condições específicas (ligadas às trajetórias políticas e à situação do Brasil) quanto racializadas demarcadas por suas origens nacionais e continentais diante do contexto francês. Como retratou Elizabeth Fox-Genovese (1992, p. 49), “a experiência da irmandade mostrou-se valiosa para as mulheres de classe média que tiveram a sorte de usufruir de seus benefícios”; compreensão de irmandade que parte das brasileiras passou a utilizar-se e a envolver-se no exílio na França.

\*\*\*

Atravessadas por questões macro (como o golpe do Chile, a derrota dos seus projetos revolucionários ou de resistência à ditadura, pressões e práticas de organizações e a perseguição vivida no Brasil), as mulheres brasileiras integraram-se em diferentes espaços e militâncias durante o exílio na França, como da autocrítica e dos debates sobre a realidade brasileira, da arrecadação de fundos, do feminismo, da incorporação de noções de irmandade. Como tentei demonstrar, as transformações gradativas ou rupturas pontuais ocorreram de maneira diferente para cada uma dessas mulheres exiladas e foram alimentadas tanto por aspectos coletivos (como os sinalizados acima) quanto individuais, ligados às relações afetivas, à perda de familiares e aos conflitos internos passados em relação a ambos os aspectos. Independente das motivações e, embora, classificado por mim em seus respectivos tópicos, o que este capítulo trouxe foram as readequações militantes que as mulheres viveram durante o exílio, que culminaram com abandonos, rupturas, deslocamentos e novas práticas políticas e engajamentos.

As trajetórias carregaram as transformações vividas durante os anos de 1970 no exílio francês, como, aquelas atreladas à emergência do feminismo europeu, os abandonos de projetos e as descobertas de novas perspectivas, atreladas aos direitos humanos e a experiência do exílio; com as dificuldades, descobertas, renovações e possibilidades. No processo de reformulações estiveram entranhados conflitos e hierarquizações e as dimensões das solidariedades entre as mulheres, como: aspectos ligados à definição das pautas mais importantes (classe *versus* “questão da mulher”); aos aspectos cotidianos explicitados pela escolha de com quem se solidarizar e com quem buscar ser agrupar para a transformações sociais; e as redefinições dos projetos e dos eixos norteadores, como, os ligados à autonomia dos grupos de mulheres e debates acerca da sexualidade com o lema “o privado é político”.

O capítulo também esteve atravessado pelas solidariedades (entre as mulheres para a constituição dos grupos de consciência ou àquelas recebidas quando chegaram ao exílio ou ainda entre os diferentes grupos), pelos vínculos vividos junto aos grupos políticos e suas redes

de relação, pela circulação entre os diferentes espaços e pelo desenvolvimento de práticas atreladas ao caráter transnacional (como a incorporação de engajamentos e pautas mais ligadas aos direitos humanos). Estes aspectos transcendem o período do exílio e carregam aspectos específicos dos engajamentos vividos na França. Igualmente, demonstraram as conexões globais existentes entre as mulheres de diferentes países que, durante a década de 1970, questionaram coletivamente as opressões de gênero vividas. As solidariedades significaram um contexto de debates profícuos e um momento de percepção das mulheres que atravessaram fronteiras nacionais.

#### 4. CAPÍTULO 3: TRAJETÓRIAS, SILÊNCIOS E SOLIDARIEDADES POLÍTICAS: AS MULHERES BRASILEIRAS EM PORTUGAL

Para capturar as experiências das mulheres, tivemos que abordar as mulheres como mulheres<sup>174</sup> (LIMA, 1984, p. 83).

Uma recusa não pode ser considerada como algo insignificante. É, por si só, uma história (SHEFTEL, 2013, 267)<sup>175</sup>

O objetivo deste capítulo é apresentar as militâncias das mulheres exiladas em Portugal a partir de meados dos anos de 1970 e os conflitos e as solidariedades presentes (tanto por meio das percepções extraídas com entrevistas de história oral quanto por materiais dos movimentos naquele país). As inserções políticas das mulheres brasileiras tiveram também percursos bastante diferentes, entre si e em relação àquelas que se engajaram, em outros países, como das brasileiras na França. Por outro lado, como já existem muitas pesquisas específicas sobre as mulheres brasileiras e suas militâncias no *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*, do *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*, e da *Seção Feminina do PCB*, neste capítulo além das trajetórias individuais, apresentarei o grupo de consciência e debate que produziu o livro *Memórias das Mulheres no Exílio* (muito citado como referência para a história das mulheres do exílio, mas pouco estudado em sua constituição)<sup>176</sup> e as solidariedades políticas do Movimento Democrático de Mulheres (MDM), de Portugal, às mulheres brasileiras.

Como já lembrei no capítulo 1, o exílio em Portugal, por parte de brasileiras e brasileiros, teve mais força a partir de 1974, após a Revolução dos Cravos. Neste período, em que Portugal se tornou terra de exílio, o exílio dos brasileiros pode ser dividido em três grandes momentos: 1º) a “lufada de liberdade” com o 25 de abril de 1974 e após o golpe do Chile; 2º) a desilusão, a partir do 25 de novembro, quando o movimento revolucionário esfriou; 3º) o retorno com a constatação das influências adquiridas (objeto do último capítulo) (PEZZONIA, 2017, p. 283). Segundo Américo Freire (2010, p. 44), que fez levantamento a partir dos documentos portugueses, durante o período entre 1974 até 1979, houve duas fases de concentração de pedidos de asilo em Portugal: a primeira, de 1974 até 1977, com solicitações

<sup>174</sup> Tradução nossa: “To get at women’s experiences, we had to approach women as women”

<sup>175</sup> Tradução nossa: “A refusal is not nothing. It is itself, a story”.

<sup>176</sup> Como pode ser visto no livro de Denise Rollemberg (1999) que se utiliza do livro como fonte, mas não o analisa ou contextualiza também como uma produção de uma época; ou ainda por Pablo Yankelevich (2012) que o cita como pioneiro, mas não dialoga com os aspectos levantados pelas mulheres exiladas ou o situa no contexto internacional dos movimentos de mulheres.

de latino-americanos e espanhóis, nas quais se incluem os brasileiros; a segunda, com demandas de pessoas oriundas das ex-colônias africanas. Para o autor, o estado português foi “bastante parcimonioso na concessão de asilo político”, o que significou que, no caso dos pedidos de brasileiros, “nenhum dos 48 requerimentos apresentados pelos exilados brasileiros foi aprovado”<sup>177</sup> (FREIRE, 2010, p. 45).

Embora a historiografia sobre o exílio em Portugal pouco retrate a presença das mulheres e seus respectivos engajamentos, foi no exílio em Portugal que se constituiu o grupo de mulheres brasileiras exiladas que organizou o livro *Memórias das Mulheres do Exílio* (o segundo volume do Projeto de Memórias do Exílio). Também foi em Portugal que emergiu um dos quatro mais importantes comitês de anistia constituído no exterior, o *Comitê Pró-Amnistia do Brasil* (GRECO, 2003)<sup>178</sup>. Ademais, em Lisboa reuniram-se personalidades políticas bastante conhecidas, como Branca Moreira Alves, Moema São Thiago, Leonel Brizola e Márcio Moreira Alves.

Além disso, em Portugal foi constituída “uma aliança entre diferentes grupos e personalidades políticas que serviu de base” para o “novo trabalhismo”<sup>179</sup> (FREIRE, 2010, p. 37). Essa constituição só foi possível com a chegada de Leonel Brizola ao país. Conforme lembram Clóvis Brigagão e Trajano Ribeiro (2015), aquele período também representou um encontro, de gerações que se autocriticavam, nos debates acerca do Brasil onde se reuniram Brizola e pessoas provenientes de grupos da luta amada, como Moema São Thiago, Maria do Carmo Brito, Almir Dutton (na época marido de Clarisse Galvão de Figueiredo), Domingos Fernandes, entre outros. A chegada de Brizola, nas palavras de Maria do Carmo Brito, significou que “a marginalidade ficou só geográfica, deixou de ser política” (BRITO *apud* VIANNA, 2003, p. 170). Este encontro foi fértil no processo de debate teórico para a mudança do entendimento político para todos os participantes e também bastante significativo no que

---

<sup>177</sup> Diante do quadro ambíguo de recepção, aceitação de suas existências e requerimentos, mas a não concessão de asilos políticos e ainda a vigilância dos brasileiros pelo governo português, “qual [foi] grau de liberdade de ação dos exilados brasileiros em Portugal”?. Esta questão colocada por Américo Freire, foi também respondida pelo autor que considerou ser “possível afirmar que os exilados brasileiros puderam atuar com ampla desenvoltura no território português, mesmo em conjunturas desfavoráveis aos grupos de esquerda, ou seja, no período correspondente ao pós-25 de Novembro” (FREIRE, 2010, p. 53). Questão essa, que ainda precisa ser melhor respondida diante da comparação com outras situações (FREIRE, 2010).

<sup>178</sup> Para saber mais acerca dos Comitês de Anistia constituídos no exterior e em Portugal, ver: GRECO, 2003; PEZZONIA, 2017.

<sup>179</sup> A organização da refundação do PDT ou do novo trabalhismo teve seu início em Lisboa, a partir da chegada de Leonel Brizola no ano de 1978 (em função de sua expulsão do Uruguai). A sigla utilizada na época era “PTB”. Mas, em função do conflito existente entre o grupo do Brizola e o grupo da Ivete Vargas (herdeira direta da sigla), mais tarde ocorreu a nomeação de PDT (BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2015). A utilização da sigla PDT ao longo do texto se dá de maneira retrospectiva e a fim de evitar confusões provenientes da atualidade. Para saber mais sobre a refundação partidária, ver: PEZZONIA, 2017; BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2015; MARQUES, GONÇALVES, 2016.

tange às mudanças (com abandonos e incorporações) de novos projetos, pautas políticas ou inclusões de aspectos até então não considerados dentro do trabalhismo.

Embora tenham tido uma presença considerável (conforme buscarei demonstrar), muito diferente da presença das mulheres que estiveram na França, as brasileiras que viveram em Portugal não tiveram muito destaque na historiografia do exílio. É difícil mensurar tal silenciamento. O primeiro motivo, talvez, seja pelas diferenças consideráveis de auto-organização, uma vez que as mulheres se organizaram menos em Portugal (em comparação às mulheres brasileiras que estavam na França) e não confrontaram as organizações de esquerda que se mantiveram no exílio. Talvez, mesmo existindo, escrevendo e militando, para algumas mulheres, as suas pautas eram distantes da reivindicação da visibilidade de suas histórias e projetos como mulheres. Ou, talvez, porque o silêncio dessas mulheres ainda seja bastante presente e influencie diretamente as pesquisas sobre o assunto. Por último também, porque mesmo participando das atividades (sejam elas com pautas gerais ou voltadas para o feminismo ou movimento de mulheres) foram inviabilizadas tanto pelo sujeito universal masculino quanto por uma visão que usa como referência universal o exílio das mulheres brasileiras na França quando são retratadas as experiências das mulheres no exterior.

Por exemplo, Américo Freire (2017, p. 70), que analisou os documentos do governo português sobre os brasileiros suspeitos em Portugal<sup>180</sup>, após o abril de 1974, diz que “pelo menos duas iniciativas conduzidas pelos exilados e seus aliados portugueses, naquela conjuntura, desagradaram sobremaneira Brasília e o embaixador brasileiro”: o lançamento do jornal *Amnistia*, órgão de divulgação do *Comitê Pró-Amnistia Geral do Brasil*; e “o ato público em memória do padre Henrique Pereira Neto, auxiliar de dom Helder Câmara, assassinado em 27 de maio de 1969 pelas forças repressivas brasileiras”, promovido pelo Comitê Pró-Amnistia Geral do Brasil (FREIRE, 2007, p. 71). Em outras palavras, nenhuma atividade feminista ou voltado às situações específicas das mulheres foi mencionada, embora as mulheres brasileiras exiladas também estivessem realizando atividades em Portugal.

Este capítulo é um desafio teórico-metodológico, já que diante das dificuldades de realização de entrevistas (que apresento no decorrer do capítulo) foi difícil criar um campo de representatividade (como no capítulo 2 desta tese). Desta forma, serão analisadas as trajetórias e percepções de Benedicta Savi, Clarisse Galvão de Figueiredo, Ieda dos Reis, Hilda Fadiga de Andrade, Maria do Carmo Brito e Zillah Murgel Branco. Recordarei de Albertina de Oliveira Costa, Valentina da Rocha Lima, Moema São Thiago, Helena Salem, Norma Marzola, Branca

---

<sup>180</sup> Trata-se dos documentos do Ministério da Administração Interna, que se encontram no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa (FREIRE, 2017).

Moreira Alves, Bete Chachamovitz, Marie Moreira Alves, e Neusa Goulart Brizola. As entrevistas sobre as mulheres brasileiras em Portugal foram realizadas a partir de informações extraídas dos materiais disponíveis no acervo do Centro de Informações do Exterior (CIEEx). Mas, muitas mulheres ficaram fora desta tese. Desta maneira, também deixo neste capítulo os levantamentos realizados, que podem ser utilizados em trabalhos futuros.

#### 4.1 MILITÂNCIAS DAS MULHERES EM PORTUGAL: ABANDONANDO A LUTA, TRABALHO MILITANTE, E A CONSCIÊNCIA FEMINISTA

As militâncias das mulheres brasileiras em Lisboa também podem ser definidas por meio das múltiplas experiências, com seus conflitos e dinâmicas complexas. Como em muitas circunstâncias, para parte das mulheres, o exílio significou o abandono total da luta e a dedicação exclusiva à sobrevivência a partir das dificuldades encontradas no exterior, como aconteceu com diferentes exiladas. O abandono da militância no exterior possuiu diferentes explicações, como a perda da condição social, o afastamento ou a desvinculação da organização, o desejo de ter uma vida “normal”, após a derrota do projeto político de revolução e de luta armada, e, especificamente para as mulheres, a adoção de novas responsabilidades ligadas ao casamento, à maternidade, ao serviço doméstico. Em Portugal, a consolidação do abandono da militância foi vivida por Ieda dos Reis, que é o fio condutor desse tópico.

Após deixar o Chile, em 1973, e entrar na Embaixada da Suécia, em sua viagem, Ieda dos Reis passou por diferentes países (como México e Espanha). Diante das dificuldades por não ter documentos, acabou se estabelecendo na Bélgica, onde foi recebida por Marco Aurélio Garcia (REIS, 2018). Ieda contou que enquanto esteve naquele país viveu uma “das piores depressões que eu já tive na minha vida, que aí o mundo desmoronou. O meu companheiro foi para Suécia, me cobrou que voltasse para lá e eu não quis ir para lugar mais frio. Fiquei na Bélgica. E também porque a nossa relação já estava mal” (REIS, 2018). Na Bélgica, Ieda não militou. Tentou estudar. Mas, não conseguiu. Trabalhou, conforme contou, no início fazendo “faxina na casa dos professores da universidade”; depois fez “um estágio em uma central sindical, no atendimento”, foi “auxiliar de educação em uma instituição que acolhia crianças com deficiências físicas e mentais”, e “um período curto de tempo em um asilo de idosos” (REIS, 2018). Do ponto de vista do trabalho, ainda sinalizou que as pessoas foram solidárias e, por isso, ela é “muito agradecida a todas essas pessoas que me acolheram” (REIS, 2018).

Diante das dificuldades de viver na Bélgica, na primavera de 1975, deixou o país com destino a Portugal:

[Eu Estava] profundamente destruída, deprimida, indo para o fundo do poço. Até que um amigo, um argentino, um cara muito bacana, se chamava “El Che”... Che falou “eu vou te levar em um lugar para você tomar uma decisão”. Ele tinha uma moto e às vezes ele me convidava para passear de moto. Aí chegamos lá. Ele parou em frente à estação ferroviária e falou “vamos lá ver o preço da passagem”. Eu falei “passagem para que?”, [e ele falou] “Para Portugal! Você vai embora daqui”. Aí, eu já tinha falado que eu queria ir. Mas, sabe quando você morre de sede diante de um copo de água e não é capaz de tomar. Aí, eu criei coragem e fui para Portugal. Lá, para casa de quem eu fui? Da Hilda! [risos] (REIS, 2018).

Chegando a Lisboa, Ieda foi recebida por Hilda Fadiga de Andrade<sup>181</sup> (sua amiga desde o Brasil e com quem se encontrou no Chile). Para Ieda, “Portugal foi respirar a liberdade, falar a mesma língua, encontrar muita gente que eu já conhecia, e ver aquela movimentação festiva, aquela movimentação de reconquista de liberdades, de modificar as instituições” (REIS, 2018). A chegada em Lisboa trouxe uma sensação de renovação diante das dificuldades culturais e da temperatura que enfrentou na Bélgica, e, também, pesava menos a vida cotidiana com a proximidade linguística, ambiente particularmente próximo ao Brasil, e do clima político em que se encontrava Portugal. Mas, mesmo com esta percepção, de modo retrospectivo, ainda considerava que “nada que substituísse a tua vida roubada aqui” (REIS, 2018).

A narrativa de Ieda, sobre o que passou a desempenhar no exterior, está fortemente relacionada à sua condição social, o que significou o desempenho de funções que trouxessem uma remuneração, com trabalhos assalariados no Chile (que anunciei no primeiro capítulo), Bélgica e Portugal. Em Portugal, Ieda tentou ter uma escola, quando assumiu “a dívida de uma professora que tinha uma escola falida”. Mas, a escola foi roubada no primeiro mês e ela teve que desistir do projeto (REIS, 2018). Depois, trabalhou como professora de escola infantil; Ieda contou que “Era um esquema muito precário. O país estava saindo de uma situação de miséria. Foi invadido por esse monte de refugiados políticos do mundo inteiro. E aí vem a descolonização e começa a inchar o país com os retornados. Uma crise econômica terrível. Mas, a gente conseguia trabalhar” (REIS, 2018).

Por outro lado, o que levou ao seu afastamento político não tinha relação exclusiva com isso. Ele foi se desenvolvendo gradativamente com as divergências vividas ainda em Cuba (anunciadas também no primeiro capítulo, como o autoritarismo), a experiência da tortura e a saída traumática para o exterior: a escolha política com a qual não conseguiria ter o mesmo

---

<sup>181</sup> O CIEEx registra a presença de Ieda dos Reis em Lisboa por meio dos informes 79/1977, onde assinada que residia na casa de Hilda Fadiga de Andrade.

envolvimento que tinha no Brasil (que apresento abaixo); e, apesar de não mencionar em sua entrevista, a derrota da política da luta armada que também ocorria nesse período. Não está fora de questão, de causa e consequência direta, o que culminou com o abandono da militância. Ao ser questionada se teve militância em Portugal, respondeu que:

Não. Não. Só mesmo no público: “tem passeata?! Vamos!”; “tem apoio ao presidente?! Vamos!”; “Tem ato em tal lugar?! Vamos!”. E a gente na torcida. Conhecia muitas pessoas do Partido Comunista, do Partido Socialista. Fizemos atividades de solidariedade, quer dizer, para arrecadar fundos, para isso, para aquilo e outro. Mas, nenhum compromisso mais assim... Até porque eu não consegui assimilar a perspectiva de militância em outro país com a seriedade que isso exigia. Então, foi muito assim de plateia mesmo e de apoio. Não de militância, como teve gente que se inscreveu no Partido Socialista no Chile, teve gente que integrou o Partido Comunista Português. Eu não fiz isso. Não tive esse movimento. (REIS, 2018, grifo meu).

Embora Ieda diga que não teve participação alguma, envolveu-se em atividades de protesto e de solidariedade de forma espontânea, embora desvinculada de qualquer filiação partidária ou de organização. A compreensão de militância política da exilada estava atrelada ao vínculo com partido, que ela deixou no exterior, e não a um fenômeno de massa ou de ativismos mais espontâneos, o que significou em seus termos o abandono; embora ainda estivesse ativamente participando de alguns espaços. Ainda sobre Ieda dos Reis e sua militância no exterior, questionei sobre a participação no movimento de mulheres em Portugal ou no grupo de mulheres brasileiras que se reuniu naquele país:

Não. Eu não participava. Mas, não... isso é claro: a gente sempre conhece, sabe? Mas, eu nunca desenvolvi nenhuma atividade com elas. A não ser assim, que fosse uma coisa mais geral, que envolvesse também outras questões políticas, por exemplo, várias reuniões que teve com advogados do Brasil que foram lá, com o pessoal do PC, o pessoal que veio da União Soviética - Prestes, Gregório, e todo o pessoal da antiga cúpula do PCB - para a gente discutir sobre a situação do Brasil, com os representantes de Brizola. Então, tudo isso aí, a gente ia. Depois mais tarde, com os advogados da Anistia que foram para lá, o Airton Suárez e todos eles, aqueles advogados que começaram a fazer esse movimento. Mas, nada assim de militância séria. A luta pela sobrevivência era muito difícil. Nós tínhamos duas categorias de exilados: os que recebiam dinheiro da família para se manter e os que tinham que trabalhar para sobreviver. Eu pertencia à segunda, como muita gente. Mas, teve uma boa parte que tinha uma condição mais abastada; tinha os dólares da família para [se] sustentar (REIS, 2018, grifo meu)

A pergunta era sobre a participação em grupos de mulheres, mas Ieda associa a ideia de sobrevivência às suas militâncias e explicita que sua condição familiar (da qual não recebia

dinheiro) a colocava em outras condições políticas: a de não participação política ou a participação unicamente em atividades mais gerais de plateia e de apoio. É fato que para a participação política é preciso ter tempo; mas também é fato que, muitas vezes, os grupos de mulheres eram vistos como constituídos por aquelas que não tinham nada a fazer. E, embora não estabeleça uma relação direta, as situações são duas chaves de leitura possíveis aqui, tendo em vista que - ao ser perguntada sobre a não participação em movimentos feministas ou de mulheres durante a sua vida - assinalou que “Eu sentia muito mimimi, sabe. Para mim, aquilo soava como uma falsa fragilidade diante das arbitrariedades masculinas contra as mulheres” e, também, que existia “a supervalorização do feminino quase que considerando o homem como um adversário, um inimigo” (REIS, 2018).

A trajetória de militância e a entrevista da Ieda são circunscritas pelo trauma físico e psíquico da tortura (do banimento e do exílio forçado<sup>182</sup>), pela recusa (antecipada à realização da entrevista) de falar sobre a tortura e sofrimentos - a qual buscou se justificar - e também pela forte depressão vivida em parte do seu exílio, quando esteve na Bélgica. Como assinalou: “Eu sempre sofri muito com depressão. Isso é uma carga que eu carrego até hoje. Por isso, eu não gosto de ficar falando muito, dos detalhes mais tristes” (REIS, 2018). Seus traumas, angústias e tristezas encontram-se no âmbito do não-dito e do autossilenciamento, sobre esta parte significativa do seu passado. Mas, nem por isso menos vivido ou menos sofrido durante sua trajetória.

A entrevista de Ieda dos Reis marcou muito a minha pesquisa de campo. Inicialmente, porque tive com ela uma identificação bastante grande, o que tornou difícil as análises críticas necessárias a uma tese, mas garantiram um diálogo bastante fluído durante a entrevista. Como falaram Anna Sheftel e Stacey Zembrzycki (2013, p. 4), “O que aprendemos de nossas entrevistadas é um resultado direto dos relacionamentos que estabelecemos com elas - nossa química e senso de propósito”<sup>183</sup>; seja antes, durante ou após a entrevista. Estes aspectos se encontraram na relação de igualdade ligados ao fato de termos nascido no interior, tivemos influências fortes da igreja católica em nossas formações, buscamos ser independentes, trabalhamos para nos sustentar e recusamos constantemente as injustiças. Obviamente, Ieda foi muito mais engajada politicamente, mais envolvida com projetos que buscavam a

---

<sup>182</sup> Apesar de presente, não entrarei no debate psicanalítico acerca dos traumas atrelados a tortura, exílio e banimento, uma vez que são tangenciais aos objetivos desta tese. Para saber mais, ver: VIÑAR, VIÑAR, 1992.

<sup>183</sup> Tradução nossa: “What we learn from our interviewees is a direct result of the relationships we forge with them - our chemistry and sense of purpose”.

transformação do mundo, e com mais rupturas de seu estrato social; além, é claro, da explícita diferença de geração entre entrevistada e entrevistadora.

Em segundo lugar, a entrevistada também me chamou muito a atenção pelas narrativas ligadas à não-vitimização do vivido. Conforme anotei em meu caderno de campo<sup>184</sup>, após a entrevista, Ieda disse que nunca quis se colocar como vítima, já que sabia onde estava se metendo e os motivos pelos quais estava lutando durante a ditadura. Sua relação de negar a tendência das pessoas em se colocar em uma situação de vítimas também atravessa a sua leitura/compreensão sobre a maneira como caracteriza o movimento de mulheres. Nesta mesma conversa (ainda de acordo com o meu diário de campo e que também pode ser visto na entrevista), Ieda explicou que sempre foi uma pessoa da prática, que sempre buscou, como professora (carreira que desempenhou por muitos anos), dar condição de apoio às mulheres que foram/são vítimas de violência e que para ela a questão da autonomia e do “empoderamento” eram mais importantes do que debates que constituíam uma posição de vítimas às mulheres. Este argumento, realizado após a entrevista, foi uma tentativa de explicar-se sobre o que disse durante a entrevista; obviamente, a conversa após a entrevista foi muito mais longa do que isso. Mas, este trecho destacou-se.

A trajetória de militância de Ieda dos Reis deslocou-se da luta armada (anunciada no primeiro capítulo) até a função da observação e incorporação de novas atividades a sua vida (trabalhos e dedicação ao restabelecimento psicológico), o que significou o abandono da militância (daquilo que entendia por político). Por isso, quando Ieda dos Reis retornou ao Brasil, em maio de 1979 (antes da possibilidade legal de retorno), eram outras as noções que a moviam. Em função do retorno antes da Anistia, ainda passou por “todo aquele processo de novos interrogatórios, fichamento e tudo mais, com autorização para andar, para tirar documento, fazer tudo de novo, e recomeçar minha vida” (REIS, 2018). Só depois tentou reestabelecer a sua vida no Brasil, conforme contarei no último capítulo desta tese. Por conta deste retorno, teve dificuldades para a publicação de suas memórias no livro *Memórias das Mulheres do Exílio*.

De modo bastante semelhante, mas sem abandonar o engajamento político, Zillah Murgel Branco também teve uma inserção ligada ao trabalho em Portugal. No retorno ao Brasil

---

<sup>184</sup> A utilização do caderno de campo faz-se necessário aqui a fim de entender a significação exposta pela autora. Como em todas as entrevistas foram realizadas, mantive registradas anotações antes, durante e após as entrevistas. Estas anotações são uma mistura de diário de campo, diário de pesquisa e diário íntimo, uma explicação pormenorizada somente dos cadernos daria outra pesquisa. Como nem todas os trechos do caderno de campo são inteligíveis, estão organizados ou processados o suficiente para serem apresentados, incluídos na tese, as indicações provenientes dos cadernos serão sinalizadas e serão somente daquilo que envolve os objetivos aqui propostos. Para saber mais acerca da minha escolha teórica pela não utilização integral ver: WEBER, 2009.

(após sua passagem pelo Chile até 1973), por volta do ano de 1974, Zillah Murgel Branco conheceu Miguel Urbano Rodrigues (exilado português e militante do Partido Comunista Português (PCP)) (BRANCO, 2019). Conforme detalharei melhor abaixo, em função do vínculo afetivo, do acolhimento que teve, do que concebeu ter sido uma boa inserção, e mesmo com dificuldades para viver no Brasil (já que havia perdido o emprego por exprimir sua posição política), Zillah considerou que o seu período em Portugal não foi de exílio; diferentemente do Chile e também do retorno ao Brasil (BRANCO, 2018b). Sobre conhecer Miguel Urbano e ir viver em Portugal, contou que:

Foi um encantamento mútuo, provavelmente, em função da libertação. São coisas que acontecem com a gente, porque a vida de um militante é uma vida cheia de derrotas. Quase que só tem derrotas na vida. E considerando também essas posições também que a gente toma, de divórcio, de independência; são derrotas que a gente tem na família, os preconceitos e tal. É um somatório de derrotas. A gente acaba acostumando um bocado, sem deixar isso a frequência. E o que é que eu ia contar?

E: E aí você encontrou o Miguel...

Z: Pois é. E quando vem uma notícia como essa de Portugal: “Portugal, 50 anos de fascismo” e “Portugal e pelos militares há um levantamento militar com o povo”. Bom, esse era o nosso sonho no Chile, porque o povo a gente tinha, não tinha eram os militares. Exatamente. E também no Brasil, a gente tinha os militares, mas não tinha o povo [risos]. (BRANCO, 2019)

Com o horizonte revolucionário renovado, o casal recém-formado foi viver em Portugal. Zillah com uma nova esperança, àquela que foi frustrada no Chile, e um novo encantamento afetivo. A primeira atividade em que Zillah se envolveu foi ajudar “alguns brasileiros que formavam grupos de apoio aos latino-americanos e brasileiros perseguidos” que estavam chegando naquele país. Alguns desses encontros e a presença da Zillah em reuniões da Casa de Solidariedade com a América Latina (CSAL)<sup>185</sup> foram registrados pelos informes 24/1976 e 43/1976 do CIEEx, embora a entrevistada não tenha dado muitos detalhes a respeito; relatou apenas que as portuguesas naquele momento não se misturaram muito com as pessoas que vinham da América Latina, uma vez que as portuguesas estavam muito envolvidas com o processo de liberação, e que havia poucas mulheres brasileiras (BRANCO, 2018b). Ao que pareceu, a atividade durou bem pouco.

---

<sup>185</sup> Não foram encontrados pesquisas ou registros de reuniões sobre a “Casa de Solidariedade com a América Latina (CSAL)”. Provavelmente, trata-se de uma confusão com o “Grupo de Solidariedade com a América Latina (GSAL)”, do qual também existem poucas informações. Em busca digital no arquivo da Fundação Mario Soares, no Fundo Maria Luís Rocha Pinto, é possível encontrar algumas fotocópias dos jornais produzidos pelo grupo. Para saber mais, ver: <http://casacomum.org/cc/arquivos>

Também, assim que chegou a Portugal com Miguel Urbano, Zillah filiou-se ao PCP (BRANCO, 2019), filiação que é bastante difícil de encontrar entre os brasileiros exilados já que muitos se voltavam mais diretamente para a construção do retorno ao Brasil. Para Zillah, o vínculo com o PCP foi significativo tanto para a sua trajetória de militância naquele país quanto pela experiência política que constituiu junto ao grupo (BRANCO, 2019). Desta maneira, lembrou que a solidariedade, os vínculos constituídos entre os participantes, a humanidade, o histórico de clandestinidade, a integridade e transparência eram valores que se demonstraram importantes dentro do PCP, e que ela aprendeu muito ao participar deste partido (BRANCO, 2019).

Por outro lado, Zillah também tinha conhecimento político do que viveu no Brasil e, principalmente, no Chile, com o trabalho que desenvolveu ligado à Reforma Agrária. Desse modo, contou que, ao mesmo tempo em que chegava com suas opiniões, “havia um fechamento de alguns, porque ‘ah, essa brasileira chega aqui querendo ensinar’”; por outro lado, “o quadro mais dirigente dizia: ‘mas nós temos que aprender’” (BRANCO, 2019). Segundo ela, era sempre “a voz de cima [que dizia]: ‘nós temos que aprender com o outro, ela diz e nós depois é que vamos discutir’” (BRANCO, 2019). Ainda de acordo com a exilada, suas opiniões ganharam certo destaque e “como eu trazia ideias que já tinham sido provadas lá [no Chile]”, [...] eles gostaram muito do meu conhecimento [e] isso me projetou no trabalho de Partido com a reforma agrária” (BRANCO, 2019). Por isso, Zillah foi trabalhar no Ministério do Trabalho com o secretário do Estado do Trabalho, que estava se dedicando a legislar sobre a reforma agrária e outras profissões (BRANCO, 2019).

Mas, durante os primeiros anos em que viveu em Portugal, na década de 1970, Zillah não trabalhou somente no Ministério, com questões ligadas à reforma agrária. Após a queda do governo de Vasco Gonçalves<sup>186</sup>, Zillah lembrou que todos foram demitidos do Ministério e ela foi trabalhar na intersindical, onde permaneceu por sete anos (BRANCO, 2019). Neste espaço, a brasileira lembra que organizou “um departamento da reforma agrária, porque o fato de entrarem os camponeses no sindicato era uma novidade. Não havia sindicato camponês” (BRANCO, 2019). Nesta nova função, Zillah tinha que fazer o trabalho da “organização do material de legislação e essa coisa toda” (BRANCO, 2019).

Também, durante este período, teve publicados textos em vários jornais de Portugal. Como lembrou, embora trabalhasse, manteve relações com diversas pessoas e “como o assunto

---

<sup>186</sup> Vasco dos Santos Gonçalves foi primeiro ministro de Portugal entre 1974 até 19 de setembro de 1975, dois meses antes do golpe de 25 de novembro de 1975 (que resultou no esfriamento do movimento revolucionário e o fim do Processo Revolucionário em Curso (PREC)).

era de uma riqueza enorme, e o Miguel criou um jornal chamado O Diário; o Miguel não me perdoava se eu não escrevesse quase todo dia”<sup>187</sup> (BRANCO, 2019). Suas publicações foram realizadas, principalmente, no *O Diário*. Mas, diversos jornais replicaram seus textos (em uma prática bastante comum de envio e republicação de textos em jornais de cada localidade) (BRANCO, 2019). Sobre estes textos, Zillah (2019) lembrou que, no período, “cheguei a mandar para 26 jornais; eu nem sei quais são”.

Durante a década de 1970, em que Zillah esteve em Portugal, as atividades políticas da exilada interconectam-se a sua sobrevivência, com os diversos trabalhos militantes, o seu casamento e, também, seus projetos políticos. Seus envolvimento com os projetos ligados à reforma agrária, o trabalho na intersindical, à escrita no jornal *O Diário* e à participação no PCP, carregam suas posições de esquerda, voltadas ao comunismo, em defesa da igualdade social, e à formação da consciência de classe, mas também a influência do companheiro e necessidade de sobrevivência. Desta maneira, embora Zillah tenha deixado de ter uma militância mais engajada junto ao PCB (vínculo que teve no Brasil), na estadia em Lisboa ainda se manteve próxima aos comunistas e posicionou-se contrária à ditadura brasileira. A transformação de sua militância envolveu o pessoal e o político e, embora tenha tido algumas rupturas, não significou o abandono total de alguns aspectos da sua trajetória como militante.

Acerca da sua militância no exterior, a questioneei na entrevista realizada sobre a participação no grupo de mulheres brasileiras exiladas que se formou em Portugal. Zillah lembrou vagamente que havia participado “no começo, mas não chegou a realizar coisa nenhuma. Mas algumas reuniões eu fui com elas” (BRANCO, 2019); e não soube dar mais detalhes. Para ela, as mulheres “tinham ideias sempre muito acadêmicas [...] e eu estava com o pé na reforma agrária. Não dava para conjugar os dois níveis” (BRANCO, 2019). Suas memórias sobre o grupo são um pouco obscuras, uma vez que não citou detalhes em comum sobre estas atividades (como leitura, nomes, espaços de reunião) e também não participou do livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, que desconhecia a existência no momento da entrevista (BRANCO, 2019). Por outro lado, ao ser questionada sobre se declarar em algum momento como feminista, disse que isso não aconteceu, uma vez que:

Eu não gosto do termo. Eu não gosto do termo porque eu acho que feminista é oposto do machista. Não é que eu goste do termo feminino. Não é isso. Mas, o conceito que se introduziu no termo feminista, eu discordo dele. [E: Que é?] Que é esse de se comparar, tem que ser parecido com o homem. E tem que

---

<sup>187</sup> Os textos de Zillah Murgel Branco no *O Diário*, que foram publicados, foram bastante vigiados pelo CIEEx, conforme os seguintes informes: 38/1976, 95/1976, 153/1976, 153/1976, 207/1976, 237/1976, 293/1976, 432/1976, 460/1976, 37/1977, 43/1977, 95/1977, 136/1977, e 284/1977.

competir com o homem. Eu acho que não. Eu acho que tem que colaborar com o homem e reconhecer que os gêneros são diferentes, felizmente, senão não casava. E mesmo na realidade, nós temos que trabalhar integrado, porque é a sociedade. Essa sim foi a minha divergência de fundo. (BRANCO, 2019).

Apesar de grandes rupturas, com o divórcio na década de 1960 (citado no primeiro capítulo) e a integração da sua vida no que tange ao trabalho fora do âmbito doméstico, a perspectiva de Zillah sobre o feminismo era de desacordo, de considerar a integração à luta para a construção social como fundamental. Isto é, o geral como proeminente do que é tido como específico, ligado à luta das mulheres. Sua perspectiva está pautada na crítica (já bastante citada até aqui) de que os movimentos feministas seriam divisionistas, o que enfraquecia a luta de classes - não colaboravam para uma luta integrada de transformação social - o que é em si um grande equívoco, porque os movimentos feministas queriam a transformação social. E mesmo que concordássemos com a ideia de divisão assinalada por Zillah, cabe lembrar que muitas feministas não deixaram as lutas “maiores”, constituindo-se como dupla militantes. Também, está presente aqui a noção de “competir” das mulheres - ao se compararem aos “homens” - que parece denotar uma preocupação pautada na aceitação da diferença sexual e na crítica difusa no PCB de que as feministas buscavam a “superioridade feminina” (ALVES, 2020). Por último, Zillah foi protagonista de atividades de solidariedade das mulheres portuguesas às mulheres brasileiras, que comentarei melhor abaixo (BRANCO, 2019).

Mesmo com a Anistia em 1979, Zillah Murgel Branco decidiu não retornar ao Brasil. De acordo com ela, isso se deu porque “eu já estava integrada aqui e desintegrada lá, porque eu fui várias vezes ao Brasil e me senti uma estrangeira” (BRANCO, 2019). Esta dimensão da integração está atrelada a diferentes aspectos. Um deles é o fato de que era casada com um português, o que de certa maneira fez com que se integrasse mais facilmente ao país. Também, cabe lembrar, Zillah não considerou ser exilada, o que por sua vez pode ter sido facilitador de uma maior integração em Portugal, já que a perspectiva de retorno não parecia existir, e, por isso, assumiu compromissos maiores no país. Zillah retornou ao Brasil na década de 1990, após se separar de Miguel Urbano e, por não conseguir se adaptar, regressou a Portugal onde vive até hoje (BRANCO, 2019).

Cabe destacar que apesar de Zillah Murgel Branco aparecer em inúmeras listas (conforme será visto abaixo), a trajetória de militância ou suas práticas políticas no exterior não foram até hoje exibidas em pesquisas sobre o exílio em Portugal. Ela também não escreveu suas memórias, embora tenha deixado escritos jornalísticos em vários periódicos, o que me causa grande incômodo, uma vez que seu nome foi bastante recorrente nas diversas fontes e pesquisas

sobre o exílio em Portugal. É difícil entender a sua exclusão. Um dos motivos pode ter ocorrido pelo fato de não se sentir exilada, ou por não a considerarem como exilada (já que era casada com um português e se integrou mais facilmente às organizações portuguesas). Outro, talvez, porque ela não representa o ‘nascimento’ dos feminismos brasileiros no exílio, o que significou um menor interesse por mulheres que não se encaixam nessa abordagem.

Por fim, o vínculo com Zillah e as entrevistas (por e-mail e presencialmente) foram sendo constituídos ao longo dos anos de 2018 e 2019, o que deu maior qualidade à relação dialógica e à entrevista. Nos primeiros contatos, trocamos informações pessoais e Zillah me enviou entrevistas públicas que já havia concedido. Depois, enviei um questionário com perguntas gerais; e, após a primeira rodada de perguntas, uma nova rodada com questões mais específicas. Em outubro de 2019, estive em Portugal e conheci Zillah pessoalmente. O vínculo estabelecido garantiu a realização de uma boa entrevista e foi possível captar as perspectivas e posições assumidas na militância de Zillah. No entanto, só foi possível tecer essa escrita diante do longo prazo e de uma série de informações que fomos trocando nesses anos - inclusive, com o envio de e-mails nos quais contei sobre a minha trajetória de vida (sendo eu a observada). Os materiais recolhidos possuem características muito distintas; a entrevista disponível publicamente traz mais detalhes sobre os aspectos gerais da sua vida como militante (BRANCO, 2018a); e naquela realizada pessoalmente é perceptível tanto o relato dos aspectos privados quanto gerais de sua trajetória (BRANCO, 2019).

Conforme já bastante citado, Ieda dos Reis era muito próxima de Hilda Fadiga de Andrade<sup>188</sup>, ambas exiladas em Portugal. Hilda, após deixar o Chile, teve uma passagem pelo México e por Cuba; no primeiro país não conseguiu ficar por dificuldade de regularizar a situação, e, no segundo, porque não tinha vontade de permanecer lá (ANDRADE, 2018). Como seu ex-companheiro do Brasil tinha origem portuguesa, em Cuba, Hilda<sup>189</sup> conversou com a embaixada de Portugal, o que significou certa facilidade em conseguir se dirigir àquele país (ANDRADE, 2018). Hilda Fadiga de Andrade chegou alguns dias após algumas tensões políticas, que estavam acontecendo em Portugal, e se lembrou que, apesar das dificuldades iniciais da sua chegada, com o filho pequeno, os portugueses a receberam, deram acomodações

---

<sup>188</sup> Além dos informes citados acima, sobre Hilda Fadiga de Andrade, o CIEx ainda registrou a sua presença em Portugal por meio do comunicado 240/1976, onde traz a possível ficha da exilada (com descrição física, formação e origem partidária). Mas, são pouco precisas.

<sup>189</sup> A entrevista com Hilda Fadiga de Andrade foi bastante significativa para realizar esta tese. Além de contar sobre sua vida e trajetória, Hilda forneceu os contados de Ieda dos Reis e Beatriz Cannabrava. Citou nomes como de Benedicta Savi e Olga Baeta, e sempre me auxiliou com algumas tentativas de outros contatos. Ademais, sua entrevista, apesar de seguir o roteiro pré-estabelecido e ser bastante cronológica, possui um vaivém entre as diferentes atividades que a exilada foi realizando.

e conseguiriam um emprego para ela (ANDRADE, 2018); auxílio conseguido por meio do Partido Comunista Português.

Após o impacto da chegada em Portugal, e de resolver questões práticas de acomodação para ela e o filho, o primeiro emprego que Hilda conseguiu foi em uma “grande agência de viagens, vendendo passagem só para quem queria visitar a Rússia” (ANDRADE, 2018). Já, a sua militância inicial foi, junto com os militares portugueses, “no desfavelamento dos campos, das pessoas, dos quartéis” (ANDRADE, 2018). Essa tarefa durou somente alguns meses, pois o contragolpe (possivelmente, aquele estabelecido em 25 de novembro de 1975, já citado como divisor de águas), modificou a situação e a atividade foi encerrada (ANDRADE, 2018).

Ainda, sobre este período em Portugal, Hilda recordou-se que participou do grupo de mulheres que tinha naquele país, junto com Tetê Moraes, Albertina de Oliveira Costa e Benedicta Savi. Também, que foi levada ao grupo por Olga Baeta (ANDRADE, 2018). Hilda lembrou-se que “a gente discutiu aquela coisa que quando eu comecei a militar na VPR eu fiz: a troca dos papéis” (ANDRADE, 2018). Segundo ela, a situação era de que na militância na luta armada, “quem saía para trabalhar eram as mulheres e os homens ficavam em casa, porque a tarefa prioritária não era cuidar da casa e sim construir a estratégia política [risos]”, eventualmente cozinhavam e arrumavam a casa (ANDRADE, 2018). Este grupo “era um grupo feminista, era um grupo que tinha outras ideias”, e, como visto, colocou em debate a vivência política que fora realizada no Brasil (ANDRADE, 2018). Hilda também relatou que contribuiu com uma entrevista para o livro *Memórias das Mulheres do Exílio*. Conforme a exilada:

Mas o nosso trabalho lá com as mulheres (teve o livro que as meninas fizeram) não era muito grande. Sabe, a gente tinha essa reunião da gente discutir os problemas, a questão do feminismo, o que era e o que não era, e essas coisas todas. Mas, não era uma coisa assim muito efetiva que a gente, por exemplo, sáisse e fizesse alguma coisa, participasse de alguma... Isso começou a acontecer mais forte quando se juntou isso e quando começou a questão da Anistia. (ANDRADE, 2018)

Após um período em Portugal, Hilda permaneceu entre os anos de 1977 e 1978 em Angola trabalhando no “Programa de Formação de Professores em Angola, na época do Agostinho Neto. E eles convidaram só professores brasileiros. E quem coordenava aquilo era o Paulo Freire” (ANDRADE, 2018). Retornou a Portugal, onde viveu mais um tempo, e continuou com as atividades ligadas à Anistia. As atividades do movimento de Anistia, das quais Hilda se recordou ter participado, foram: “Nós fazíamos palestras. Nós fazíamos, por exemplo, nós fazíamos finanças nas festas do Partido Comunista, nós divulgamos, nós

pegávamos apoios. Eram muitas coisas. Então, coisas que tinha em Portugal, eles abriam para a gente falar” (ANDRADE, 2018). Não foi possível precisar se todas as atividades foram realizadas antes ou depois da sua estadia em Angola, uma vez que Hilda não explicitou em que momento se engajou ao Comitê de Anistia de Portugal - criado em 1975.

As atividades de assistência social, ligadas à revolução portuguesa, reuniões do movimento de mulheres, trabalhos de agente de turismo, ligadas ao ensino em Angola e ao movimento de Anistia foram as atividades nas quais Hilda Fadiga de Andrade se engajou durante a segunda metade dos anos de 1970. Hilda deixou para trás o seu vínculo com a luta armada no Brasil, com o Partido Socialista, com o qual se engajou no Chile, e a relação com organizações clandestinas ao dar outro passo para a sua militância; militância que (mesmo sinalizada como pequena) tinha como foco as mulheres, o ensino, a constituição do trabalho-militante, o fim da ditadura e o não envolvimento com partidos políticos em formação. Estas foram características significativas assumidas pela exilada, durante o período que esteve em Portugal, para com os trabalhos e atividades que realizou no retorno ao Brasil (conforme falarei no último capítulo desta tese)

Como Hilda, esteve em Portugal e em Angola Maria do Carmo Brito<sup>190</sup>. Maria do Carmo foi uma das 40 pessoas trocadas pelo embaixador alemão Ehrenfried von Holleben. Deixou o Brasil em 1970, junto com Ieda dos Reis, com destino à Argélia. Após passar por Cuba e Chile, quando estava na Bélgica (onde também se encontrava Ieda dos Reis), ficou sabendo do 25 de abril e, com seu companheiro Mario Japa, mudou-se para Portugal. Com Maria do Carmo Brito, infelizmente, não foram realizadas entrevistas. Todavia, dela foram encontradas as memórias, recolhidas em março de 1977 e junho de 1979 e publicadas no livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, assim como sua biografia, denominada *Uma tempestade como a sua memória* (escrita por Martha Vianna).

Em Portugal, Maria do Carmo conseguiu um trabalho na Direção Geral de Animação Cultural (órgão do Ministério de Educação de Portugal) e na alfabetização de adultos no norte

---

<sup>190</sup> O exilado Herbert Daniel viveu junto com Maria do Carmo Brito por um período. Diante das dificuldades enfrentadas na chegada à França e do atrativo de Portugal, Daniel e o seu companheiro Cláudio - juntamente com outras exiladas - tomaram um trem com destino a Lisboa (GREEN, 2018). Naquele país, de acordo com James Green (2018), Herbert Daniel viveu uma experiência libertadora, assumindo sua homossexualidade e a relação com Cláudio. Herbert também trabalhou escrevendo artigos para a revista *Modas e Bordados*, um suplemento do jornal *O Século*, que foi para ele uma experiência politicamente transformadora (GREEN, 2018). Neste trabalho, expandiu suas concepções já que estava “em contato com mulheres esquerdistas que discutiam a discriminação e a opressão da mulher, o que o levou a repensar ou a expandir os parâmetros tradicionais da ideologia marxista” (GREEN, 2018, p. 217); e aí a aceitação da homossexualidade e suas vivências se “encaixaram perfeitamente nesse contato com ideias feministas” (GREEN, 2018, p. 217). Infelizmente, não irei entrar em maiores detalhes sobre a vida e a militância de Herbert no exílio em Portugal em função do recorte da tese e pelo fato de que já há muitos escritos sobre ele.

de Portugal (VIANNA, 2003). De lá, foi à Angola (que não irei detalhar muito aqui), onde foi professora do Instituto de Estudos de Serviço Social e permaneceu até o ano de 1977 (VIANNA, 2003). A vida de trabalho e a militância de Maria do Carmo em Portugal é pouco detalhada em sua biografia. Além das informações acima, foi significativo o envolvimento que teve com a chegada de Leonel Brizola; em suas palavras “passamos a ter uma participação no que estava acontecendo, porque eram políticos em exercício no Brasil que iam lá por causa da presença de Brizola (BRITO *apud* VIANNA, 2003, p. 170). Segundo Maria do Carmo “este processo durou um ano e meio e culminou com o Congresso de Lisboa que recriou o PTB (sic)”, no qual a exilada foi signatária da Carta de Lisboa<sup>191</sup> (1979). Não sei precisar se depois deste período Maria do Carmo continuou a ter vínculo com o PDT ou envolveu-se com outras atividades.

Da Juventude Estudantil Católica (militância inicial registrada no primeiro capítulo desta tese), à militância armada, à educação revolucionária, ao PDT, estes foram os diferentes caminhos nos quais Maria do Carmo Brito desenvolveu a sua trajetória de militância. A militante e exilada foi se adaptando, transformando-se, abandonando projetos e incluindo novas percepções de vida. Em *Memórias das Mulheres do Exílio*, Maria do Carmo Brito retratou sobre a sua “condição feminina”, isto é, explicitou abortos que fez no exílio, o nascimento do primeiro filho e a maternidade, a sexualidade vivida no exterior, os sentimentos neste período, as dificuldades como mulher, além das explicações sobre o machismo dentro da luta armada; questões estas que não soube indicar se estiveram ou não presentes nos debates no Brasil durante o mesmo período (segunda metade da década de 1970). Estes aspectos não estão na biografia de Maria do Carmo. Não só porque entre as duas versões de Maria do Carmo existe uma distância temporal de mais de vinte anos, mas também porque se encontram em obras que tiveram objetivos narrativos diferentes: a primeira traz as memórias das mulheres como mulheres e a segunda a história de vida de Maria do Carmo Brito (da infância ao retorno ao Brasil após o exílio) como espelho da geração (VIANNA, 2003, introdução) - mais bem-comportada: sem sexo e gênero.

---

<sup>191</sup> A Carta de Lisboa foi um documento elaborado e assinado durante o Encontro de Lisboa, considerada o documento fundador do PDT. Nela, embora o centro das discussões seja o trabalho, entre as quatro prioridades elencadas, uma delas foi dedicada a “dar mais séria atenção às reivindicações da mulher brasileira, que jamais viram reconhecidos e equipados os seus direitos de pessoa humana, de cidadã e de trabalhadora”. Outra prioridade foi dedicada aos negros e índios e à discriminação racial. Nas palavras de Teresa Cristina Schneider Marques e Leandro Pereira Gonçalves (2016, p. 414), a *Carta de Lisboa* foi alinhada ao processo português “e evidencia a adesão de novos valores pelos exilados brasileiros ao divulgar uma nova reinterpretação do trabalhismo, que, além de defender o nacionalismo e a democracia, adere ao socialismo e à defesa de minorias”. Para ler a carta, ver aqui: **Carta de Lisboa**. Assinada em Lisboa, no dia 17 de junho de 1979. Disponível em: <https://www.pdt.org.br/index.php/carta-de-lisboa-marco-do-trabalhismo-na-redemocratizacao-do-brasil/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

Após uma passagem pela França, e de serem expulsos daquele país em virtude de uma confusão entre nomes, Benedicta Savi e seu companheiro Carlos Figueiredo Sá estabeleceram residência em Lisboa (SAVI, 2019). Benedicta Savi também tem relação de proximidade com Hilda Fadiga de Andrade e Ieda dos Reis. Apesar de debates feministas estarem bastante organizados em Paris, no período em que Benedicta esteve naquela cidade, a participação em grupos de brasileiras feministas não ocorreu; tal envolvimento se desenvolveu em Portugal (SAVI, 2019). A chegada em Lisboa, de acordo com a sua narrativa, deu-se em virtude da proximidade com Mário Soares, que já era o então primeiro ministro de Portugal e de quem Carlos foi sócio na *Librairie Portugaise e Brésilienne*<sup>192</sup>, administrada por José Maria Rabêlo em Paris (SAVI, 2019; RABÊLO, RABÊLO, 2001).

Já instalada naquele país, uma das primeiras atividades relatadas por Benedicta foi a formação de “um grupinho para estudar, um grupo feminista” (SAVI, 2019). Neste grupo feminista, Benedicta se lembrou da participação de Vanize<sup>193</sup>, de Valentina da Rocha Lima, Norma Marzola, Marie Moreira Alves<sup>194</sup> (sua amiga e vizinha) e da presença de outras mulheres, das quais não conseguiu recordar o nome (SAVI, 2019). Segundo ela, o livro “A Mulher na Sociedade de Classes” da Heleieth Saffioti estava fazendo muito sucesso na época e, “baseado nesse livro, a gente começou a estudar o livro e a gente formou um grupinho de mulheres” (SAVI, 2019). Ao ser perguntada sobre o que faziam no grupo, para além da leitura do livro, Benedicta contou:

A gente se reunia para discutir o problema das mulheres, o problema feminino, o feminino daqui e dali. Isso. A gente discutia de uma forma geral a questão de gênero. Mas, era só para ter alguma coisa para fazer. E discutíamos também politicamente tudo. Porque aí foi em Portugal que chegou o Brizola para formar o PDT. Aí eu fazia parte do grupo do Brizola que formou o PDT. Aí tinham algumas, eu e eu acho que Valentina só, que participaram desse grupo. [E: Certo]. Então, a gente... tanto que quando a gente voltou a gente veio para cá fundar o PDT. Eu fui membro, inclusive, do PDT estadual (SAVI, 2019).

<sup>192</sup> Acerca da livraria, José Maria Rabêlo contou que, com a Revolução de Abril, os seus sócios portugueses “se desinteressaram pelo negócio” (RABÊLO, RABÊLO, 2001, p. 184). Em função disso, Carlos Figueiredo Sá sugeriu para que Miguel Arraes fosse procurado a fim de adquirir a parte dos portugueses. José Maria Rabêlo havia recém assumido a função de diretor da livraria quando ocorreu o abril de 1974 (RABÊLO, RABÊLO, 2001). Ainda segundo José Maria, com a sociedade de Miguel Arraes, nasceu a *Librairie-Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise*, que sucedeu a *Librairie Portugaise e Brésilienne* (RABÊLO, RABÊLO, 2001).

<sup>193</sup> A única mulher encontrada exilada em Portugal com este nome foi Vanize Monteiro Campos, esposa do ex-capitão Altair Luchesi Campos (um dos quarenta banidos, enviados a Argélia, que foram trocados pelo embaixador alemão Ehrenfried von Holleben em 1970). Infelizmente, não consigo indicar com certeza de que eram as mesmas pessoas.

<sup>194</sup> Marie Moreira Alves era esposa de Márcio Moreira Alves. Esteve em Portugal de 1974 até 1979 junto com seu companheiro. Marie (como o nome já sinaliza) era francesa e teve três filhos com Márcio. São poucas as informações públicas sobre ela e, nas biográficas curtas de seu marido, pouco é mencionada.

A participação, tanto no grupo de mulheres quanto a aproximação ao grupo do Leonel Brizola, resultou nos novos envolvimento políticos desempenhados por Benedicta, que se deram no contexto de Portugal em virtude de dois aspectos: a presença da figura política do Brizola e a proximidade que teve com as mulheres do grupo. Tais militâncias, e seus respectivos aspectos, eram uma novidade no contexto, já que no Brasil o casal era ligado à ALN. Estas duas militâncias foram muito importantes para o engajamento com o retorno ao Brasil (conforme apresentarei no capítulo 4). Cabe situar que Benedicta Savi não trabalhou, em emprego formal, fora de casa, durante o exílio, o que também significou maior tempo para dedicar-se aos diferentes espaços de militância (diferentemente, por exemplo, de Ieda dos Reis e Zillah Murgel Branco).

Também em sua narrativa, sobre o grupo e de maneira retrospectiva, para Benedicta, o “feminino”, o “gênero” e o livro de Heleieth Saffioti são os pontos centrais do grupo que se constitui em Lisboa. Por outro lado, a utilização da categoria “gênero” com relação à constituição do grupo, com certeza, é uma forma tanto de se fazer inteligível ao utilizar o termo do presente para explicar no presente algo do passado quanto uma maneira de atribuir significado ao que faziam na época. Para além disso, como citei no capítulo 1, o livro de Heleieth Saffioti foi muito importante para a década de 1970, estava centrado nas discussões acerca das opressões vividas pelas mulheres na perspectiva da luta de classes (debate muito importante para o feminismo marxista brasileiro até hoje) e era lido pelas brasileiras no exterior. Por isso, ainda durante a entrevista, questionei sobre as discussões que o grupo fazia, principalmente, em função da menção ao livro de Saffioti, e se estavam presentes outros debates ligados à sexualidade ou aos direitos reprodutivos (como ocorria em Paris):

Não. A gente discutia de uma forma geral essas coisas todas, entende? Tudo no nível teórico, naturalmente, porque era uma discussão vamos dizer que não tinha uma coisa de muita profundidade: porque eram pessoas que pensavam diferente. Discutíamos o núcleo principal assim de gênero, vamos dizer. Então, as mulheres, fazíamos um grupo de ginástica para a gente ter alguma atividade, porque a gente não se mesclava na política do país de uma forma geral. A gente só era solidária. Por exemplo, em Portugal nós participamos várias vezes da colheita de azeitona porque o movimento precisava de ajuda. Coisas assim, a gente fazia. Mas, politicamente, assim, nós, especialmente eu, não sei se algum deles, algum dos exilados se metiam na política portuguesa, porque a gente realmente não se imiscuía nessas coisas de políticas. Tínhamos amizades com famosos políticos portugueses. A gente conhecia e frequentava a casa e tudo mais. Mas, a gente não era ligada a nenhum partido (SAVI, 2019).

A participação política de Benedicta se dava junto aos brasileiros e brasileiras. Existia uma relação de solidariedade, mas também de não envolvimento com a política portuguesa que imperava. Segundo suas memórias, o aprofundamento das discussões de grupo não era significativo. Desta forma, na ânsia de entender melhor sobre o grupo, também fiz perguntas sobre se estavam presentes o “vivido” ou o “eu” enquanto prática de si, a fim de constituição tanto do grupo quanto de um engajamento político. Esses termos foram utilizados como tradução da palavra francesa *vécu*, a fim de entender o aprofundamento do debate e a participação ativa da entrevistada no processo na prática da autoconsciência feminista, já que este aspecto esteve fortemente no *Círculo* e no *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*. Neste sentido, Benedicta reafirmou o tom do grupo:

Eu acho que não. Não me lembro. Eu [inaudível] que não. Era mais mesmo... nós nos baseávamos sempre no livro da Heleieth. E como é um livro muito grosso, a gente estudava, a gente lia o livro e discutia tudo o que estava ali dentro. Cada uma dava uma opinião. A gente se reunia justamente para criar um núcleo de participação política, sem ter uma atividade específica. Entende?! Não tinha um programa de governo ou de sei lá, de alguma coisa vamos dizer especificamente dirigida para algo. Era mais uma reunião de amigas para discutir problemas de gênero em geral. Era o que era fundamental. (SAVI, 2019).

Era um grupo político assim como o eram os debates acerca da fundação do PDT, que ocorreu naquele país em função da presença do Leonel Brizola, obviamente, com proporções menores, bastante restrito tanto às relações de amizades como também em relação aos debates, conforme sinalizei. No que tange à tomada de consciência feminista, após questionamentos sobre se existiu um momento em que Benedicta se sentiu como tal, a ex-exilada relatou que nunca se colocou nesse aspecto de “eu sou feminista”, “porque eu sempre defendi as mulheres” (SAVI, 2019). Isso estava atrelado ao fato de que era muito independente e já valorizava as questões das mulheres. Para ela, “no fundo eu sempre fui feminista, sem me qualificar como feminista” (SAVI, 2019).

Por último, Benedicta Savi não participou da elaboração, concessão de entrevistas ou algum texto para o livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, também não escreveu livros de memórias ou deixou registros orais publicados. Apesar disso, conforme me mostrou em sua casa, possui um acervo fotográfico privado bastante organizado, no qual contempla toda a sua vida, assim como o feminismo da década de 1980 no Brasil. Além disso, os informes 16/1977

e 287/1976<sup>195</sup> do CIEEx registram, respectivamente, a sua participação em uma atividade ligada ao Movimento Democrático de Mulheres e da Federação Democrática Internacional das Mulheres (FDIM)<sup>196</sup>, como representante da seção feminina do Comitê Pró-Anistia no Brasil e da mostra de um filme. Sobre a primeira atividade, de caráter mais importante para esta tese, Benedicta somente se recorda da colaboração e participação em palestras e reuniões; e que mantinham um vínculo “que depois que eu voltei do exílio, eu voltei a Portugal para fazer uma palestra lá sobre as delegacias da mulher que a gente criou aqui” (SAVI, 2019). Este é um aspecto também para o último capítulo.

Com pouca conexão com as mulheres brasileiras exiladas, citadas acima, também estiveram em Portugal Clarisse Galvão de Figueiredo e sua irmã Lila Dulce Galvão de Figueiredo<sup>197</sup>. Após deixar o Chile, Clarisse Galvão de Figueiredo passou de maneira transitória pela Argentina e, junto com o seu companheiro na época, Almir Dutton, dirigiu-se a Portugal. Ela lembra que tinham a possibilidade de ir à Argélia, onde seu companheiro tinha asilo político. Mas, como ela estava grávida e eles não estavam casados “não podia ir para a Argélia porque eu era [seria considerada] prostituta”. Tinham, também, a possibilidade de ir para a Alemanha. No entanto, como Almir “foi trocado por um Embaixador alemão, a Alemanha me aceitava, mas não aceitava ele” (FIGUEIREDO, 2019a). “Aí teve a Revolução dos Cravos” e as possibilidades por conta da origem familiar se impuseram (como coloquei no primeiro capítulo), já que o pai de Clarisse era exilado português no Brasil e, segundo ela, havia sido colega de escola de Mario Soares (FIGUEIREDO, 2019a). Por isso, a influência familiar os levou a Portugal, onde a família do pai ainda tinha casa.

---

<sup>195</sup> Benedicta Savi também aparece nos informes 61/1973, 248/1974, 59/1976, e 127/1976, como “esposa” de Carlos Figueiredo Sá.

<sup>196</sup> A Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM) é uma organização não governamental de mulheres de caráter transnacional. Foi criada em 1945 e o primeiro programa que constitui a FDIM teve como objetivos “as mulheres se unirem para a conquista, aplicação e defesa dos direitos das mulheres como mãe, trabalhadora e cidadã; pela defesa dos direitos de todas as crianças à vida, bem-estar e educação; pela conquista e salvaguarda da independência e das liberdades nacionais; pela eliminação do apartheid, discriminação racial e fascismo; pela paz e desarmamento universal” (FDIM, 2020). A FDIM era uma organização de mulheres que mantinha relações com membros dos Partidos Comunistas, embora não fosse exclusivamente deste Partido; por exemplo, a pcbista Ana Montenegro foi a representante brasileira na FDIM durante os anos de 1970 (BACK, 2013). Além disso, durante as várias décadas de existência, também participaram da federação as brasileiras Suzana Maranhão, Benedicta Savi, e Ana Montenegro (CANNABRAVA, 2018; MARANHÃO, 2019; SAVI, 2019). Para saber mais sobre, ver: <https://www.fdim.org.sv/en/>

<sup>197</sup> Lila Dulce Galvão de Figueiredo nasceu em 1958, na cidade de São Paulo (FIGUEIREDO, 2019b). Seus irmãos eram da luta armada. Lila era muito pequena quando a irmã e o irmão se envolveram na luta, foram presos e saíram para o exílio (FIGUEIREDO, 2019b). Lila Dulce completou 17 anos quando estava em Portugal, dirigindo-se àquele país para fazer um curso de arte gráfica - uma vez que sua irmã estava lá, na casa de seus falecidos avós - curso este que não chegou a frequentar (FIGUEIREDO, 2019b). Esteve junto ao grupo de exiladas e exilados em Portugal, casou-se com Nelson Serathiuk, e participou de algumas reuniões da Comissão de Anistia e, também, de atividades que aconteceram por lá (FIGUEIREDO, 2019b).

A chegada a Portugal, de Clarisse e seu companheiro, aconteceu quase que ao mesmo tempo do nascimento da filha, por isso a militância ou a participação em atividades políticas no país não podem estar distanciadas deste acontecimento, conforme narrou:

Ela nasceu em outubro e eu cheguei lá em setembro. Em setembro? Não. [Foi] em agosto e a filhota nasceu em outubro. Eu senti... porque durante o Chile, quando eu conheci o Almir, ele estava recém-chegado. Eu tinha um papel muito maior na... Eu já militava na política chilena e a gente já se reunia nos grupos de brasileiros também. Eu tinha um papel maior. Aí depois em Portugal, ainda por cima como mãe, virei mãe. É um susto virar mãe, mesmo que tenha sido programado. Você pensa que está preparada. Mas, é muito diferente quando sai da barriga. Aí eu me senti colocada... rebaixada, colocada para escanteio. A gente morava numa casa, era uma casa que era a casa que tinha sido do meu avô e que estava lá ainda. Não vendiam e nem nada. E a casa estava lá. Então, a gente foi morar lá. E uma porção de brasileiros moraram com a gente. A gente formou um coletivo. E como foi a primeira casa fixa em Lisboa, então, ficou meio conhecida como sede; sede dos brasileiros em Portugal. Era até chamada assim de sede. (FIGUEIREDO, 2019a).

A condição da maternidade e as dificuldades enfrentadas por Clarisse com a sua primeira filha foram significativas e influenciaram de maneira direta na composição de tempo livre para o desenvolvimento de sua participação política no exterior, o que para ela se traduziu em um papel menor em relação ao marido e ao Chile (país que provinha antes). Em outras palavras, a condição de gênero de dedicação à maternidade e à hierarquização pautadas neste vínculo foram impostas a Clarisse, que viu as suas atividades bem mais limitadas. Por outro lado, o fato de terem uma casa em Lisboa, e terem chegado logo no início das mudanças políticas pelas quais Portugal estava passando, deu um certo papel de importância para a constituição de um grupo de militância no exterior. Cabe lembrar aqui que, dentro dos processos migratórios (mesmo em caráter de exílio), os primeiros a chegarem e que tiverem facilidades de inserção acabam se tornando elos para os quem vêm em seguida.

Neste coletivo, a partir da interpelação, estavam pensando mais na situação do Brasil (FIGUEIREDO, 2019a). Neste período, também já estava mais vinculada com o MR-8, com o qual havia iniciado a integrar-se ainda no Chile. Em Lisboa, foram desligados de tal organização, conforme narrou:

A gente<sup>198</sup> fazia o jornalzinho dos brasileiros que se chamava *Amnistia*. Chegou a sair três números [risos]. Bastante! Também a gente participava do

<sup>198</sup> Uma questão presente na narrativa de Clarisse foi a utilização do pronome pessoal “nós” (ou “a gente”, de maneira mais informal) na maior parte da entrevista, dando a entender diferentes significados para ela. Fiquei em dúvida sobre o grau de engajamento nas diferentes atividades: ora o pronome parece representar Clarisse, o

Comitê de Anistia. Mas, não era o mais importante. O importante era ligado ao MR-8. Havia um projeto, que nunca chegou a ser levado, da França de fazer uma revista de debate de temas ligados ao socialismo ou à revolução socialista. Depois o próprio MR-8, dentro do Brasil (porque parte do MR-8 estava no Brasil ainda) protestou, porque não aceitava que fosse dentro da corrente socialista. O MR-8 aqui do Brasil estava naquela de frente ampla: não sei o quê, e não sei o quê. A gente já estava com uma tendência muito mais forte trotskista ou rosa luxemburguista. Há uma espécie de racha entre o MR-8 do Brasil e o MR-8 fora do Brasil (da França e de Portugal). E o da França também rachou junto, porque uma parte aceita a direção do MR-8 daqui e outra parte foi expulsa. A gente foi expulso mesmo do MR-8. Desligados. Não expulsos, mas desligados do MR-8 (FIGUEIREDO, 2019a).

O jornal *Amnistia* foi estudado por Pezzonia (2016), que diz tratar-se de um jornal sob responsabilidade dos portugueses Antonio Reis, Fernando Piteira dos Santos e Frei Beto Domingues, mas feito por brasileiros. Ainda segundo o autor, tal condição se deu em função de que os exilados e exiladas “não poderiam fazer ‘campanhas difamatórias’ contra o Brasil sob “a pena de extradição” (PEZZONIA, 2016, p. 166). Desta maneira, é difícil saber sobre a participação das mulheres na produção destes jornais. Por outro lado, Clarisse parece subestimar um pouco a produção deste material, uma vez que registrou-se que a tiragem do jornal foi de 5.000 exemplares e mantinha a importante função de “angariar o máximo de apoio internacional à causa brasileira” (PEZZONIA, 2016, p. 168).

Ainda de acordo com Clarisse, após o desligamento, as pessoas ficaram independentes, não constituíram uma nova organização ou se juntaram com outro grupo de maneira coletiva (FIGUEIREDO, 2019a). Clarisse lembrou que receberam muito apoio do Partido Socialista e acabou se aproximando do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT)<sup>199</sup>. No PRT, vinculou-se ao jornal *Página Um*, no qual fazia diagramação; dentro do jornal houve uma grande briga e ela deixou o espaço (FIGUEIREDO, 2019a).

Sobre o envolvimento ou não com o movimento de mulheres ou feministas, Clarisse narrou que participava de um grupo organizado que tinha como proposta a defesa do aborto<sup>200</sup>. Neste grupo de mulheres portuguesas, Clarisse era a única brasileira a fazer parte

---

companheiro Almir Dutton e a sua filha, ora parece destacar o coletivo de pessoas com quem teve contato, direta ou indiretamente, como o grupo do MR-8, o coletivo que existiu em sua casa, o grupo do *Página Um*, ou ainda do Comitê de Anistia em Lisboa.

<sup>199</sup> O PRT e a passagem de Clarisse no *Página Um* são registrados pelo CIEx nos informes 230/1976, 271/1976, e 62/1977.

<sup>200</sup> Apesar de Clarisse Figueiredo Galvão não se recordar o nome do grupo, cabe situar que as discussões sobre o aborto durante os anos de 1970 em Portugal estavam centradas, principalmente, na União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), no Movimento de Libertação de Mulheres (MLM), e no Grupo Autónomo de Mulheres do Porto (GAMP) (TAVARES, 2000). Diferentemente da França, a legalização do aborto em Portugal aconteceu no ano de 2007 e o ápice de suas discussões foram nas décadas de 1980 e 1990. O conflito sobre a legalização ainda é bastante latente.

(FIGUEIREDO, 2019a). Ela não participou do grupo de mulheres brasileiras que se formou em Portugal. Mas, ao ser perguntada se o tornar-se feminista esteve presente neste momento, explicou:

O meu sentido era mais libertário do que feminista. Claro que as propostas feministas não têm sentido se não forem libertárias. Agora, eu lembro de em muitas discussões feministas aquela questão de por que é que não tem general mulher, por que é que não tem banqueiros mulheres. E eu lembro de contrapor dizendo “não, a gente não tem que querer general mulher, a gente tem que querer acabar com o exército; nem banqueira mulher, é acabar com o banco”. Então, eu tinha esse senão em relação. Não é igualdade. A gente não aceitava porque muitas feministas colocavam a igualdade para manter o mundo igual. Igualdade da mulher. Mas, em um mundo igual. Então, isso eu sempre reclamei. Eu sempre reclamei disso, mas grande parte das feministas não partilhavam essa ideia de que a igualdade da mulher é para transformar mundo. Não é para manter o mundo igualzinho! E no movimento de Anistia também a gente chamou, junto com mulheres portuguesas, a gente chamou a Terezinha Zerbini, que era do Movimento Feminino pela Anistia. Ela foi lá e deu umas conferências. E fomos nós que a chamamos. (FIGUEIREDO, 2019a).

A construção retrospectiva de sua militância política mais ligada às mulheres ou aos feminismos é dissociada. Isto é, embora Clarisse tenha se colocado próxima à pauta do aborto, com a participação em um grupo de mulheres portuguesas, a reivindicação do seu engajamento e a respectiva construção de si estiveram atreladas a outra maneira de definição. Desta forma, interpretou que a sua concepção era, mais do que qualquer coisa, libertária e de transformação do mundo; e isso algumas vezes significou para ela oposição às feministas, que ela entendia não terem a mesma percepção. As concepções de Clarisse também têm ares de geração. Uma vez no emaranhado de possibilidades, manifestou interesse por aquilo que a ela parecia mais ligado às liberdades das opressões do que a um feminismo que não tivesse essas concepções. Por outro lado, parece paradoxal pensar que pudesse existir um feminismo que não tivesse como projeto a liberdade das mulheres. Por último, Clarisse parece fazer uma conexão entre o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e o feminismo; questão bastante polêmica uma vez que Terezinha Zerbini foi criticada por querer distanciar-se do feminismo<sup>201</sup>.

As mulheres brasileiras exiladas em Portugal não constituíram militâncias homogêneas ou se organizaram de forma expressiva em projetos coletivos centrados em “mulheres” ou feministas, como aconteceu na França com os grupos feministas de debates. Por outro lado, Ieda dos Reis, Hilda Fadiga de Andrade, Maria do Carmo Brito, Benedicta Savi, Zillah Murgel

---

<sup>201</sup> Para saber mais acerca das disputas que rodam a trajetória de militância de Terezinha Zerbini, ver: DUARTE, 2020.

Branco e Clarisse Galvão de Figueiredo buscaram (dentro das possibilidades do contexto português) tanto uma integração ao processo político que aquele país estava vivendo - com a participação ativa de algumas delas - quanto envolverem-se na política partidária institucional, junto aos partidos portugueses, assim como ao PDT (período final de exílio), que estava sendo refundando. Para estas mulheres não houve uma ruptura de crítica aos partidos políticos e às organizações, que ainda eram o principal local para depositar os seus agenciamentos políticos.

Mesmo que esta característica pareça comum, as experiências políticas das mulheres brasileiras em Portugal estão longe de desempenharem características semelhantes. Representaram o abandono do projeto revolucionário, o engajamento em diferentes projetos que existiram em Portugal (ligados ao projeto revolucionário daquele país e também ao que aconteceu depois), o envolvimento com novas pautas, não desempenhadas por elas no Brasil (como feminismo, Anistia, e a denúncia da ditadura), a vinculação junto ao PDT, e o trabalho militante com diferentes ações (como publicações de textos, junto a sindicatos, entre outros). Estas atividades também significaram uma maior inserção no campo político português (em comparação às brasileiras que estavam na França), que foi possibilitado pela proximidade cultural e o contexto de transformação política vivido no país.

#### 4.2 SILÊNCIOS DE ALGUMAS EXILADAS BRASILEIRAS EM PORTUGAL

A utilização de memórias, seja por meio da realização de entrevistas com base da metodologia da história oral, seja a partir de livros de memórias ou de autobiografias, pressupõe alguns aspectos necessários, como a disponibilidade de realizar a entrevista, o desejo de tornar pública as suas histórias de vida ou seu passado (que, muitas vezes, ainda lhes é dolorido), o não falecimento, o não cansaço em conceder entrevistas (em narrativas que já se encontram bastante cristalizadas e estudadas: como no caso das memórias da ditadura brasileira), entre outros. Também dependem, do ponto de vista da praticidade da pesquisa, das disponibilidades de viagens para as pesquisas de campo, principalmente, de locomoção e da possibilidade de recebimento para a realização das entrevistas; ou, em tempos com maiores tecnologias, do conhecimento técnico de ferramentas digitais que poderiam minimizar as distâncias.

A realização de pesquisas, principalmente, aquelas voltadas à história oral também passam por inúmeras dificuldades: as recusas diretas, as dificuldades de encontrar o contato de uma pessoa chave, as resistências para não conceder entrevistas, e também a relevância da constituição de uma relação de confiança e afetiva entre a entrevistadora e a entrevistada. Estes

são alguns exemplos<sup>202</sup>. Entre as diferentes dimensões, também podem ser listados os silêncios, como a recusa de concessão de entrevista, de publicação de livros de memórias e as dificuldades de encontrar as entrevistadas que viveram o processo. Estas entrevistas poderiam caracterizar uma forma de resistência: de romper silêncios históricos através da narração de suas vidas (POLLAK, 1989). Os silêncios não fazem parte da história oral somente no momento da realização das entrevistas, estão presentes no processo da pesquisa como um todo (JESSEE, 2013).

Neste capítulo, os silêncios (causados pela recusa e pelas dificuldades em encontrar certas exiladas) têm impacto direto na constituição da narrativa histórica sobre as mulheres exiladas em Portugal. Não que as outras formas de silêncios possíveis nas entrevistas não sejam relevantes. Trata-se de uma parte importante do processo de pesquisa que, muitas vezes, é ignorada nas narrativas históricas. Começarei pelas recusas, uma vez que, como bem sinaliza Sheftel (2013, p. 263), ao pensar sobre as rejeições de concessão de entrevistas que teve em sua pesquisa doutoral, quando se dedicou às subjetividades bósnias acerca da Guerra da Bósnia (1992-1995), “escrever sobre as minhas entrevistas exige escrever sobre minhas rejeições”<sup>203</sup>.

A pesquisadora Anna Sheftel (2013, p. 256) lembra que “o calcanhar de Aquiles da história oral é que apenas ouvimos as histórias das pessoas que estão dispostas a falar conosco; nunca podemos aprender sobre toda a gama de experiências e memórias em uma determinada comunidade, porque sempre haverá quem não fale”<sup>204</sup>. Mas, o que motiva certas pessoas a não falarem sobre seus exílios? Por que algumas mulheres exiladas (aqui com destaque àquelas de Portugal) preferem não falar? Apesar de ser muito difícil de mensurar, já que as recusas ou restrições nem sempre vêm acompanhadas de alguma explicação, os motivos pelos quais as pessoas se recusam a não conceder entrevistas permite pensar sobre as limitações inerentes às fontes e da pesquisa (SHEFTEL, 2013).

A minha suposição ingênua (ainda proveniente do mestrado) era de que falar sobre o exílio seria mais fácil, diante da história traumática que foi a experiência da tortura ou de outras violências políticas sofridas por aqueles que não deixaram o Brasil (como a perda de empregos). Como nos lembra Sheftel (2013, p. 264) “às vezes, os historiadores orais assumem que dar

---

<sup>202</sup> Longe de querer abarcar todos os debates acerca das dificuldades e particularidades de uma pesquisa que utiliza da história oral, é importante sinalizar que certas dimensões (como as recusas e escolhas) fogem completamente do controle da pesquisa, uma vez que nelas estão imbricadas (re)sentimentos, interesses, desejos, relações de confiabilidade, subjetividades, entre outras questões bastante debatidas. Para saber mais ver: ANSART, 2004; CASELLATO, 2007; PORTELLI, 1997, 2010a, 2010b; PASSERINI, 1988a, 2011; entre outros autores.

<sup>203</sup> Tradução nossa: “writing about my interviews necessitates writing about my rejections”.

<sup>204</sup> Tradução nossa: “The Achilles’ heel of oral history is that we only hear the stories of the people who are willing to speak to us; we can never learn about the full range of experiences and memories within a given community because there will always be some who will not speak”.

destaque às histórias pessoais e pedir às pessoas que compartilhem os detalhes mais íntimos de seu sofrimento sempre trará experiências positivas”<sup>205</sup>. No entanto, acabamos esquecendo que cutucar certos traumas do passado pode ser bastante dolorido para as entrevistadas; muitas vezes, também não nos perguntamos o que acontece depois das entrevistas, após realizar perguntas das mais diferentes maneiras e tentar extrair o máximo de informação, quando deixamos nossas entrevistadas em suas casas e não sabemos o quanto foi (mais) traumático retomar aquela experiência do passado. Questão essa, que está diretamente atrelada ao silenciamento pela recusa em conceder entrevistas. O tópico, talvez, pode não interessar às mulheres que se recusam a reviver suas dores e sentimentos (que são ainda bastante presentes) ao conceder entrevistas.

As pessoas têm razões políticas e pessoais pelas quais falar (sobre exílio) em uma entrevista gravada pode não ser assim tão atraente (SHEFTEL, 2013). E isto faz parte da dinâmica complexa da construção das memórias sociais coletivas<sup>206</sup> sobre o passado da ditadura, que até hoje deu mais foco para as narrativas das mulheres ligadas ao movimento feminista na França (que por sua vez é também onde se desenvolveram pesquisas com maior profundidade). Em outras palavras, as experiências políticas das mulheres exiladas que tiveram maior destaque (que por si só já são consideradas como específicas) são aquelas das brasileiras que estiveram na França e se envolveram com os movimentos feministas. Neste quadro, as experiências das brasileiras que estiveram em Portugal poderiam ser facilmente consideradas como as “outras” dentro do específico; isto é, consideradas pelas próprias mulheres e pela historiografia como menos expressivas politicamente por ser tanto a diferença dentro da diferença quanto por terem se organizado de maneira diferente e em menor proporção.

Um exemplo disso, são as memórias publicadas no livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, que deram destaque às mulheres que participaram do *Círculo de Mulheres Brasileiras de Paris*, do *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*, e da *Seção Feminina* do PCB,

---

<sup>205</sup> Tradução nossa: “Sometimes oral historians assume that giving personal stories a spotlight, and asking people to share the most intimate details of their suffering, will always make for positive experiences”.

<sup>206</sup> As memórias coletivas possuem diferentes dimensões, com debates que giram em torno das memórias em disputas, enquadramento de memórias, ressentimentos, interação entre individual e coletivo, e memórias oficiais dominantes (ANSART, 2004; PORTELLI, 1996; PORTELLI, 1997; e POLLAK, 1989). Longe de querer oferecer uma leitura acerca da construção da memória coletiva das mulheres acerca do passado da ditadura e exílio (trabalho este que daria outra tese), busco somente assinalar que as experiências das mulheres com o *Círculo* e, em proporção menor, com o *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris* e com a *Seção Feminina do PCB* tornaram-se a base que constituiu a memória coletiva dominante quando as mulheres são citadas e lembradas. Cabe lembrar que as experiências políticas das mulheres no exílio, no grupo que constituíram na França, foi das múltiplas possíveis; não a única, como busquei assinalar em toda esta tese. Assim, segundo Pollak (1989, p. 05), “a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado” é encontrado com mais “frequência nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante”, isto é, nas múltiplas experiências e seus respectivos apagamentos e silêncios.

mas não tem uma única memória relatando sobre a formação (mesmo que tenham sido menor proporcionalmente) do *Grupo de Mulheres de Lisboa* (que pensou e organizou o livro) ou outros grupos de brasileiras fundados na Europa (citados no primeiro capítulo).

O fato de as pessoas não quererem conceder entrevista não significa que não se lembram ou lembraram do exílio, da experiência política que tiveram no exterior, ou que nunca falaram em voz alta sobre outros temas em relação ao que foi vivido no período. Como Sheftel (2013, p. 265) analisou “O que eles estavam recusando, especificamente, era ter suas memórias gravadas, interpretadas e transformadas em história”<sup>207</sup>. Também não significa que não podem querer conceder entrevista às outras pesquisadoras, já que a construção de vínculo (pautado em questões como gênero, classe, geração, raça, e também em aspectos bastante subjetivos<sup>208</sup>) tem consequências diretas na construção da entrevista, nas garantias de uma utilização ética das informações fornecidas e também na recusa e não autorização para a utilização da fonte transcrita. As recusas são difíceis, mas fazem parte do processo. Também deixam marcas de aprendizados na formação como pesquisadora.

Quatro importantes recusas que tive foram de Norma Marzola, Albertina de Oliveira Costa, Bete Chachamovitz e Moema Correia São Thiago. As três primeiras fizeram parte do livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, importantes para a escrita da história das mulheres exiladas: Norma Marzola e Albertina de Oliveira Costa como autoras e Bete Chachamovitz como colaboradora. Moema Correia São Thiago foi importante partícipe do *Comitê Pró-Amnistia Geral do Brasil*. Foram quatro recusas em diferentes formas e significados. Paradoxalmente, estas recusas vieram de três mulheres que contribuíram muito para garantir a visibilidade da história das mulheres brasileiras exiladas durante a ditadura (conforme irei apresentar no próximo tópico) e de uma mulher que lutou na Constituinte pelos direitos das mulheres.

A recusa de Norma Marzola aconteceu mediante a não autorização da utilização da entrevista realizada no ano de 2015. Sua recusa é bastante complexa, uma vez que a entrevista chegou a ser realizada, mas não foi autorizada, o que de certa forma significa a falta do estabelecimento de uma relação de confiança entre as partes participantes. A justificativa oferecida foi de que não teria tempo para fazer (na época para a minha qualificação de mestrado) a edição, que considerava necessária à entrevista, em virtude de uma série de tarefas acadêmicas

---

<sup>207</sup> Tradução nossa: “What they were refusing, specifically, was having their memories recorded, interpreted, and historicized”.

<sup>208</sup> Tais aspectos já foram debatidos por: PORTELLI, 1997, 2010a, 2010b; PASSERINI, 1988, SHEFTEL; ZEMBRZYCKI, 2013; entre outros autores.

que precisava terminar naquele momento. Sua recusa foi muito marcante para a minha pesquisa de mestrado, por se tratar de uma das melhores entrevistas que havia feito e porque foi também uma das primeiras; por muito tempo considerei que não era boa pesquisadora de história oral em função disso. Também significou muito para a pesquisa do doutorado, pela dificuldade de encontrar e acessar as mulheres que participaram da elaboração das *Memórias das Mulheres do Exílio*. Por outro lado, a não autorização sinalizou certa inabilidade em administrar tanto os vínculos de confiança quanto as questões práticas, como a edição e transcrição da entrevista. Atualmente, Norma Marzola vive em Portugal e, apesar de tentativa de retomar o contato, não consegui obter respostas.

A partir de algumas informações públicas, apresento mesmo assim Norma Marzola. Norma Marzola exilou-se em Portugal durante a década de 1970 e retornou durante o início de 1980, quando fez mestrado e ingressou como professora, no ano de 1985, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Como poderá ser visto no levantamento abaixo, no período em que esteve em Lisboa, foi bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian, fez especialização na Universidade Nova de Lisboa sobre “As mudanças pedagógicas do Marquês de Pombal e o contexto sócio-cultural de Portugal no século XVIII”, durante os anos de 1976 e 1977. Entre os anos de 1977 e 1980, foi professora do Instituto Antônio Aurélio da Costa Ferreira<sup>209</sup>. Também foi uma das assinantes da Carta de Lisboa (1979), que buscava a reorganização do PDT. A partir das poucas fontes encontradas sobre Norma Marzola, é possível aferir que a exilada, enquanto esteve em Portugal, realizou atividades acadêmicas de pesquisa ligadas à educação, ao ensino, à organização do livro de memórias e à participação no grupo que impulsionou a ligação com o PDT.

Tentei duas vezes entrevistar Albertina de Oliveira Costa, uma em 2014 e outra no início de 2020. Nesta última, enviei as perguntas por e-mail, já que na primeira vez a sua resposta para a não concessão de entrevistas foi de que não dava entrevistas porque não gostava de ver as citações que eram feitas dela; um dos incômodos muito presente quando entrevistadas/os veem suas frases ditas de maneira oral transformadas em texto (PORTELLI, 1997). Mesmo com a possibilidade de realizar uma entrevista não sincrônica e sem o relacional (aspecto tão importante para a história oral), não obtive as respostas de forma escrita. Por outro lado, apesar de não querer conceder entrevistas, Albertina sempre colaborou com informações, contatos e textos, que foram fundamentais para a escrita desta tese. Também escreveu um texto com bastante detalhes acerca da produção do livro *Memórias das Mulheres do Exílio*.

---

<sup>209</sup> As informações acerca de Norma Marzola foram retiradas do seu lattes: <http://lattes.cnpq.br/7108049720837312>. Visitado em 09/06/2020.

É difícil saber as motivações que a fizeram recusar a concessão de entrevistas. O que é fato, no entanto, é que Albertina Costa foi presa em São Paulo no ano de 1971, onde permaneceu por um mês no DOPS e uma semana na OBAN (COSTA, 2010a). Apesar de escrever em algumas páginas suas *Memórias do cárcere de uma feminista ex post* (2010a, p. 277), o intento que teve não foi “de narrar as sessões de tortura ou do cotidiano das celas, mas sim de tentar vislumbrar e pensar possíveis relações entre a maquinaria repressiva e gênero para além das denúncias de cunho sexual usualmente vinculadas a respeito deste período sombrio”. Como teórica buscou oferecer uma leitura analítica inicial com elementos-chave que considerou a partir de suas perspectivas e memórias. Entretanto, o que não está no texto é a sua experiência: o “self” está bastante escondido.

Albertina de Oliveira Costa é uma socióloga e feminista brasileira. Exilou-se em Paris (de 1971 até 1976) e em Lisboa (1976 até 1981). É considerada uma das feministas clássicas do Brasil das décadas de 1970 e 1980 em função dos seus trabalhos junto à Fundação Carlos Chagas a partir de meados dos anos de 1980. Em Paris, segundo alguns registros, participou do *Grupo Latino-Americano de Mulheres* em Paris (ABREU; CARVALHO, 2014). Durante o período em que esteve em Portugal, trabalhou como professora do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e no Instituto Superior do Trabalho e da Empresa, entre os anos de 1976 e 1977. Também trabalhou na Comissão da Condição Feminina de Portugal<sup>210</sup>, durante os anos 1979 e 1981, onde foi assessora no projeto do Fundo das Nações Unidas para Atividades de População (FNUAP) com o desenvolvimento de pesquisa<sup>211</sup>. Sobre Albertina Costa consigo mensurar que participou da elaboração do livro de memórias e do grupo de mulheres em Portugal, e desenvolveu trabalhos ligados à condição feminina e às ciências sociais.

Também tem destaque Bete Chachamovitz, com quem tentei contato de diferentes maneiras ao longo desses anos de pesquisa. A partir de algumas pessoas, junto com a não informação de seu telefone veio a resposta de que a ex-exilada não concedia entrevistas. Nem chegar próxima ou escutar as motivações da recusa foi possível. Bete Chachamovitz também colaborou com o livro *Memórias das Mulheres do Exílio* (conforme pode ser visto nos

---

<sup>210</sup> A Comissão da Condição Feminina (CCF) em Portugal retoma as suas origens em 1973, mas foi instituída pelo Decreto Lei nº 485/1977. Segundo Manuela Tavares (2000, p. 76), “a referida Comissão estava inserida no Ministério dos Assuntos Sociais. Quando, em 1977, é institucionalizada a CCF, esta passa a depender diretamente da Presidência do Conselho de Ministros”. Na CCF foi instituído um Conselho de Organizações Não-Governamentais, no qual participavam organizações de mulheres, sindicatos, partidos, entre outras organizações. (TAVARES, 2000).

<sup>211</sup> As informações sobre Albertina Gorgo de Oliveira Costa foram retiradas de seu lattes: <http://lattes.cnpq.br/3782588012515845>. Visitado em 09/06/2020.

agradecimentos<sup>212</sup>) e teve participação ativa no processo revolucionário de Portugal (COSTA, et al, 1980; PEZZONIA, 2016).

Por último aqui, encontra-se Moema Correia São Thiago, que fica no entrelugar de uma “recusa”. Apesar das inúmeras tentativas (por minha parte e da professora Joana Maria Pedro) e da demonstração de interesse de Moema São Thiago em participar da pesquisa, não conseguimos obter uma data para agendamento da entrevista ou a resposta de algumas perguntas enviadas por e-mail. Sua “recusa” fica entre aspas, já que em nenhum momento citou que não gostaria de conceder entrevista. Embora, também não tenha se mostrado disponível em querer agendar um horário ou dia. Sua “recusa” poderia ser entendida de diferentes maneiras, como o cansaço em conceder entrevistas, já que é possível encontrar informações sobre Moema em diversos materiais, e por outras demandas que tenha recebido concomitantemente (sinalizadas por estar envolvida em outros projetos e entrevistas). Facilmente, a “recusa” de Moema ainda poderia ser considerada como uma “voz perdida”, isto é, uma entrevista que não pôde ser realizada diante de dificuldades de agenda, de prazos ou perda de contato.

No entanto, apesar de não conceder entrevista, sua trajetória de militância também é muito importante para a história dos exílios e da militância das mulheres no Brasil. Durante o período em que esteve em Portugal, Moema Correia São Thiago trabalhou em cooperativas de alfabetização do processo revolucionário português (SÃO THIAGO *apud* PEZZONIA, 2016). Também integrou o *Comitê Pró-Amnistia Geral no Brasil* até 1979, através do qual teve grande destaque ao participar de diversas atividades, como produção de materiais e visita ao consulado brasileiro (PEZZONIA, 2016). Moema ainda esteve presente no Encontro de Lisboa<sup>213</sup> e foi uma das signatárias da Carta de Lisboa (1979); importante para o seu retorno ao Brasil.

Para além das recusas, a presença de mulheres brasileiras exiladas em Portugal foi maior do que o citado até aqui. Esta informação foi possível por meio de um grande levantamento e um banco de dados dos nomes citados nos informes do CIEEx<sup>214</sup>. Uma pequena lista a partir

---

<sup>212</sup> Os agradecimentos ainda nomearam Clóvis Brigagão, Glória de Araújo Ferreira, o Grupo de Mulheres de Lisboa, Vilma Drey e Ângela da Cunha Neves (COSTA, et al, 1980).

<sup>213</sup> O Encontro de Lisboa foi realizado entre 15 e 17 de junho 1979 em Lisboa e contou com os trabalhistas do Brasil e do exílio. No final do terceiro dia, foi feita a leitura da já mencionada Carta de Lisboa. Para saber mais, ver: BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2015; MARQUES; GONÇALVES, 2016.

<sup>214</sup> O levantamento foi organizado a partir dos nomes que são, sobretudo, gendrados. Como sugerido por Carlos Ginzburg, o fio condutor que me guiou “dentro do labirinto documental foi aquilo que distingue um indivíduo de outro em todas as sociedades conhecidas: o nome” (GINZBURG, 1989, p. 174). O nome não só permite as distinções de um indivíduo, assim como “reconstruir o entrelaçamento de diversas conjunturas” e a composição de uma malha fina, que permite a imagem gráfica do tecido social no qual o indivíduo está inserido (GINZBURG, 1989, p. 174-175). Os nomes são atribuídos a partir do nascimento dentro do sistema de sexo/gênero e carregados de expectativas (e determinismos) sociais com relação às práticas futuras e à vida em sociedade que determinado sujeito deve ter a partir de imputações de gênero. As denominações comuns, aceitáveis e “agradáveis” aos sujeitos, são adotadas em diferentes sociedades e tempos, a partir das quais “as “pessoas” só se tornam inteligíveis ao

deste levantamento das mulheres que se encontraram no Chile já foi apresentado no capítulo 1 desta tese. Neste levantamento, mapeei os nomes das mulheres exiladas citadas e os documentos sobre os exiladas e exilados. Com este material, emergiu a identificação de determinadas ativistas que, muitas vezes, não foram consideradas em suas trajetórias e experiências na escrita da história sobre o exílio em Portugal. Sobretudo, trata-se de mulheres que não escreveram suas memórias e/ou que não foram buscadas para a realização de entrevistas, em virtude de uma diferente circulação nos espaços ou por conta das suas redes de contatos. Como sugerido por Penna, após identificados os nomes das principais ativistas citadas, tentei localizá-las e entrevistá-las (PENNA, 2008), o que me rendeu os nomes de Benedicta Savi, Clarisse Galvão de Figueiredo, Ieda dos Reis, Hilda Fadiga de Andrade e Zillah Murgel Branco; entrevistas utilizadas neste capítulo. A partir desses documentos, também foi possível perceber a relação entre as mulheres brasileiras e o Movimento Democrático de Mulheres de Portugal (MDM)<sup>215</sup>.

Por outro lado, nem todos os nomes foram possíveis de identificar e encontrar para a realização de entrevistas em virtude de diferentes motivos, como a ausência do contato, etc. Além disso, também a observação de brasileiras e brasileiros se deu a partir de uma lógica própria, a partir de quando eram citados. Como demonstrado por Penna Filho (2008), os documentos indicam tanto o comprometimento do Itamaraty com a ditadura, quanto seus objetivos e funções ao longo dos anos de produções de informes: transformados em análises de conjuntura (PENNA, 2008, p. 86-87). Por isso, estes documentos por si só, obviamente, trazem incongruências, como a dificuldade de entender quem era ou não exilado em Lisboa ou quem estava só de passagem; além de terem sido constituídos pela observação, isto é, muitos exilados e exiladas ficaram de fora da observação em virtude de não estarem no ‘campo de visão’ do observador, que relatava e expedia as informações para o Brasil.

É bastante evidente que estes documentos não fornecem respostas aos objetivos propostos para esta tese, como os projetos políticos, os conflitos entre as diferentes posições assumidas no exílio, as solidariedades, as trajetórias das mulheres, as construções de si e as perspectivas sobre os projetos assumidos (que são possíveis pela história oral). Mas, como

---

adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero” (BUTLER, 2018, p. 42). Dessa forma, o nome é a primeira forma de dar significado aos corpos e o relaciona de maneira direta a futuras e esperadas identidades de gênero e aos padrões com os quais nossa sociedade reconhece ou compreende o gênero. Por meio do nome, hoje posso realizar uma busca no banco de dados criado no sistema Zotero.

<sup>215</sup> Dentre os 2.725 informes visualizados, foram encontrados oito que tiveram o movimento de mulheres como tema principal (objeto do índice dos informes) do CIEx. Neles, foi possível ver o registro da “Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM)” e do “Movimento Democrático de Mulheres (MDM)” de Portugal.

sinalizou Marina Joffily (2010, p. 11), “esperar de um único acervo resposta para as indagações que se vão formulando em torno do objeto de estudo é desenvolver uma postura ingênua”. Desta forma, estes documentos não oferecem informações sobre as violações dos direitos humanos, as resistências, as formas de organização ou, ainda, enfatizam o perigo dos opositoristas (JOFFILY, 2014). Por outro lado, tal material permite perceber as diferentes localizações físicas dos sujeitos exilados, em um determinado período estudado, e a existência de uma presença bastante consistente de brasileiras em Portugal, que são (e foram) importantes para este capítulo.

A partir dos informes do CIEEx, acerca de Portugal, foram citados, entre os anos de 1973 até 1977, 76 nomes de mulheres em 162 citações. Para os anos de 1978 e 1979 (dentro do recorte dessa tese), não foram encontradas mulheres citadas em Portugal; cabe mencionar que a quantidade de informes para este período teve uma queda considerável; infelizmente, não sei explicar o motivo desta diminuição. Pode estar atrelada a diferentes fatores, tais como a possibilidade de Anistia, a suspensão do informante, etc.. Muitos dos nomes são completamente desconhecidos ou pouquíssimo citados por aqueles que se dispuseram a estudar o exílio em Portugal. Listarei os nomes na tabela 2, em primeiro lugar, para que não sejam esquecidas e, em segundo, para que pesquisadoras e pesquisadores possam avançar naquilo que se tornou um dos limites da minha tese.

**Tabela 2 – Nomes de mulheres citados pelo CIEEx entre os anos de 1973 até 1979<sup>216</sup>**

Ano	Nomes
1973 <sup>217</sup>	Palmira Amancio da Silva
1974 <sup>218</sup>	Eva Therezinha Oliveira Falleiros
1975 <sup>219</sup>	Maria Lúcia Lepeski, Iracema Maria dos Santos e Violeta Arraes (esposa de Miguel Arraes)
1976 <sup>220</sup>	Abigail (und), Ana Clara (Und), Ana Stella Schic, Arminda Maria Correa Nogueira, Benedita Savi Tomaz, Bety Chachamonvitz [citada 4 vezes], Cissa (und), Clarisse Galvão de Figueiredo [citada 9 vezes], Cristina (und), Diná ou Dinah (viúva de um dos irmãos

<sup>216</sup> As repetições estão sinalizadas entre colchetes pela quantidade de vezes que o nome apareceu naquele ano.

<sup>217</sup> Levantamento realizado a partir dos Informes do CIEEx nº: 413/1973.

<sup>218</sup> Levantamento realizado a partir dos Informes do CIEEx nº: 529/1974

<sup>219</sup> Levantamento realizado a partir dos Informes do CIEEx nº: 130/1975, 333/1975, 253/1975, 355/1975.

<sup>220</sup> Levantamento realizado a partir dos Informes do CIEEx nº: 20/1976, 21/1976, 24/1976, 25/1976, 30/1976, 38/1976, 43/1976, 47/1976, 48/1976, 49/1976, 59/1976, 63/1976, 66/1976, 67/1976, 72/1976, 80/1976, 87/1976, 90/1976, 95/1976, 103/1976, 104/1976, 117/1976, 119/1976, 120/1976, 133/1976, 135/1976, 139/1976, 153/1976, 169/1976, 187/1976, 194/1976, 207/1976, 226/1976, 230/1976, 237/1976, 238/1976, 239/1976, 240/1976, 241/1976, 242/1976, 245/1976, 260/1976, 263/1976, 271/1976, 279/1976, 286/1976, 287/1976, 293/1976, 295/1976, 296/1976, 313/1976, 321/1976, 346/1976, 349/1976, 369/1976, 373/1976, 405/1976, 411/1976, 412/1976, 416/1976, 432/1976, 436/1976, 437/1976, 442/1976, 447/1976, 460/1976.

	Carvalho), Emilia (und), Helena (Helena Maria da Silva Krieger), Helena (ou Elena, sogra do asilado Almir Dutton Ferreira), Helena (und), Hilda Fadiga de Andrade Fernandes, Isauda Correa Nogueira (mãe de Arminda), Leta Souza Alvez, Lila Dulce Galvão de Figueiredo (Lilita) [citada 7 vezes], Maria Bethania, Maria do Carmo Brito (ou Maria Barreto ou Maria do Carmo Silva Oliveira) [citada 2 vezes], Maria Elena de Barros Barbosa, Maria Fabre, Maria Lúcia Lepeski [citada 3 vezes], Maria Beatriz Nissa da Silva, Maria Nazareth Cunha da Rocha [citada 7 vezes], Marta Alves (esposa de Márcio Moreira Alves) [citada 2 vezes], Miriam Lopes Moura, Moema Correia San Thiago (ou Moema Fernandes) [citada 13 vezes], Nair (und), Nazareth de Freitas Barbosa, Nicole Szulc (Clarisse) (amante de Altair Lucchesi Campos), Olga Bohomoletz Henriques, Paula (und), Pedrina José de Carvalho [citada 3 vezes], Rachel Cossoy (esposa de Amarílio de Oliviera Vasconcellos), Rosa Coutinho, Rosa Maria (und), Sandra Márcia Sacramento (esposa de Nelson Soares Pires), Sandra Maria de Sousa Alves [citada 3 vezes], Sissa (und), Sonia (und) (esposa de Clovis), Teresa Costa (esposa de Américo Orlando da Costa ou esposa de Diógenes José Carvalho de Oliveira) [citada 3 vezes], Vanize Monteiro Campos (ou Vanyse Monteiro Campos (esposa de Altair Lucchesi Campos) [citada 2 vezes], Wandete Aboin Andrade Alves, Zillah Murgel Branco [citada 18 vezes]
<b>1977<sup>221</sup></b>	Angelica (und), Anina de Carvalho, Bena Vitório, Bety Chachamovitz, Cândida Maranhã Otero (mãe de Bóris Maranhão Otero), Cândida Rosalva Menezes (mãe de Camilo Francisco Menezes dos Reis), Clarisse Galvão de Figueiredo [citada 3 vezes], Cristina (und), Ditinha (esposa de Carlos Sá), Elizabeth Cardoso, Elza Mannerat, esposa de Ladislau Dawbor (sem nome), Francisca Pereira, Gal Costa, Hilda Fadiga de Andrade Fernandes, Ida Schrage, Ieda (und), Juliana Rocha [citada 2 vezes], Lila Dulce Galvão de Figueiredo (Lilita) [citada 2 vezes], Maria (und) (esposa de Cândido da Costa Aragão), Maria Auxiliadora Lara Barcellos, Maria Creuza, Maria Lucia Lepecki, Maria Nazareth Cunha da Rocha [citada 2 vezes], Marijane Vieira Lisboa, Miriam Lopes Moura [citada 2 vezes], Moema Correia Santiago [citada 4 vezes], Paula Santos, Teresa Costa (esposa de Américo Orlando Costa), Therezinha Zerbine, Zillah Murgel Branco [citada 5 vezes]
<b>1978 e 1979</b>	Não foram encontrados nomes de mulheres

Fontes: Levantamento elaborada pela autora a partir dos informes citados em nota de cada ano.

Estas listas de nomes aludem às mulheres que foram vigiadas pela ditadura durante o período em Portugal. Muitas delas eram exiladas. Tantas outras não eram, o que, às vezes, é bastante difícil de distinguir. Algumas destas mulheres estavam somente de passagem por Portugal, a fim de realizar alguma atividade programada por elas ou por seus companheiros. No entanto, em sua multiplicidade, exiladas ou não, vigiadas ou de militâncias dispare, as

<sup>221</sup> Levantamento realizado a partir dos Informes do CIEx nº: 13/ 1977, 15/ 1977, 16/ 1977, 33/ 1977, 37/ 1977, 43/ 1977, 55/ 1977, 62/ 1977, 66/ 1977, 72/ 1977, 79/ 1977, 95/ 1977, 103/ 1977, 111/ 1977, 116/ 1977, 131/ 1977, 136/ 1977, 144/ 1977, 222/ 1977, 276/ 1977, 284/ 1977, 292/ 1977, e 323/ 1977.

mulheres estavam presentes. Conforme os registros do CIEEx, as brasileiras estiveram nas mais diferentes atividades: em reuniões diversas e atividades, como no *Comitê Pró-Amnistia Geral do Brasil*, nos grupos de latino-americanos, no lançamento do livro *Memórias do Exílio*; em publicação de textos em jornais, principalmente, Zillah Murgel Branco; em atividades desempenhadas em “funções como mulheres”(sejam elas como mães, com as denúncias, sejam elas como esposas, acompanhando viagens de seus companheiros); e em pedidos de antecedentes, como “subversivas” recém-chegadas a Portugal.

Apesar de citar um pouco como aparecem, com estas listas não busco apresentar como o aparato estatal do CIEEx funcionava, ou como este mesmo sistema as descrevia através das observações feitas nos informes. A intenção é registrá-las. Perceber simplesmente que os observadores do estado sabiam das suas presenças, elas não eram invisíveis, existiam, militavam, participavam ativamente de inúmeras atividades, estavam nas viagens de seus companheiros, ouviam e falavam. O que de certa forma me traz um incômodo gigantesco, uma vez que diversos historiadores citam e utilizam esses mesmos materiais e vagamente registram a presença das mulheres em Portugal; muito menos lembram as hierarquias de gênero que constituíram suas diferentes militâncias.

Outro levantamento que fiz para obter nomes de mulheres brasileiras, que estiveram em Portugal durante a década de 1970, deu-se a partir da consulta aos arquivos de bolsistas da Fundação Calouste Gulbenkian<sup>222</sup>. Obviamente, nem todas as mulheres encontradas neste arquivo eram exiladas (como as observadas pelo CIEEx). Mas, algumas exiladas usaram do mecanismo de obtenção de bolsa de estudos para garantir uma maneira de sobrevivência e de estar no exterior de forma mais segura; o que, da mesma forma, disfarçava o seu exílio: o vínculo de estudante.

Foram bolsistas<sup>223</sup> das Fundação Calouste Gulbenkian, de 1974 até 1979, as seguintes brasileiras: 1) no ano 1974: Maria Celia de Araujo Gubiula, Aracy Abreu Amaral (1973), Ana Luiza de Penha B. de Azevedo, Romilda Schleder Dantas, Denise Mesquita Vieira Barros, Irai de Paula Souza, Alcira Paiva da Silva, Anoar Aiex; 2) no ano 1975: Sylvia Maria Brandão

<sup>222</sup> A Fundação Calouste Gulbenkian é uma instituição privada portuguesa fundada em 1956 e, desde então, tem concedido bolsas de estudos. Já contemplou mais de 86 mil pessoas. Inúmeras delas foram concedidas a brasileiras e brasileiros a fim de realizar pesquisa em Portugal. Para saber mais, ver: <https://gulbenkian.pt/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

<sup>223</sup> A lista foi elaborada por meio de visualização das fichas de bolsistas, organizadas por ano, que a Fundação Calouste Gulbenkian tem registrado em seu acervo de pesquisa. Além disso, o acervo guarda o registro das pesquisas e outros formulários. Neste caso, o acesso só é possível mediante autorização das ex-bolsistas. Como o material não responderia as questões propostas pela tese, não busquei a consulta destes materiais. No entanto, em uma pesquisa futura, sobre a produção intelectual das brasileiras exiladas, o acervo poderá trazer maiores contribuições.

Menezes, Zillah Murgel Branco, Benalva da Silva Vitorio, Solange Brockes Tayer, Sonia Lucia Pestano da Rocha, Norma Regina Marzola Fialho, Virginia Maria Gonçalves, Olga Bohomaletz Henriques, Maria Jose Van Pougarten Deane, Terezinha de Jesus da Costa Val; 3) No ano 1976: Maria Luisa Nabinger de Almeida, Salete Maria Chacon Sant' Ana de Moraes; 4) No ano 1977: Maria Beatriz Nizza da Silva; 5) No ano 1978: Maria de Pilar de Araujo Vieira, Maria Irene da Silva Ribeiro, Maria Cristina de Almeida Mello; e 6) No ano 1979: Maria do Amparo Tavares, Simone Caputo Gomes, Cléa Rameh, Maria Lúcia Perrone de Faro Passos, Neyde Gomes Oliveira.

Por último, no levantamento realizado por Américo Freire (2007), baseado nas fichas de exilados da Secretaria do Estrangeiro e do Ministério Português da Administração Interna, no que tange às mulheres, foram referenciados os registros de 51 exilados. Deles, 12 são mulheres e 38 são homens. O autor não listou os nomes de todas as exiladas e exilados. Mas, mencionou que as autoridades portuguesas deram especial atenção aos brasileiros vinculados à Junta da Coordenação Revolucionária: “Cândido de Aragão, vice-almirante; Márcio Moreira Alves, professor e escritor; Fernando Perrone, professor; José Maria Crispim, ex-dirigente do PCB; Francisco Paixão, industrial; Gilvan da Rocha, professor; Euclides Moraes, relações-públicas; Paulo Moreira Bacellar, professor; Altair Luchesi Campos, jornalista; Zillah Branco, socióloga; Altair Dutton Ferreira, médico” (FREIRE, 2017, p. 77). Além disso, na lista de exilados, vistos como de alta periculosidade, estão, além de outros nomes citados, as seguintes mulheres: Betty Chachamovitz (professora) e Maria do Carmo Brito (socióloga) (FREIRE, 2017).

Diante das três listas, elencadas a partir de pesquisas na Fundação Calouste Gulbenkian, dos informes do CIEEx e elaboradas por Américo Freire, hoje, é difícil aceitar escusas ao ver que as experiências das mulheres são esquecidas quando se retrata o exílio provocado pela ditadura brasileira em Portugal. Embora ainda seja uma explicação superficial, o que estas listas também significam é que o corpo das mulheres brasileiras exiladas em Portugal, para além dos homens, era também volumoso e fez emergir nomes de exiladas pouco conhecidas, citadas ou estudadas pela historiografia exilar das mulheres; já que muitas das pesquisas sobre as mulheres exiladas ainda se centram somente na França, assim como também são usadas como parâmetro para as demais pesquisas. Muito embora sejam somente nomes, não registrem as complexidades das vidas das mulheres, suas militâncias, pesquisas que desenvolveram durante o período e suas diferentes dinâmicas (experiências, narrativas, e perspectivas acerca do que viveram em Portugal), toda esta gama de experiências precisa ser, ainda, melhor explorada.

Zillah Murgel Branco, por exemplo, aparece em todas estas listas e somente na minha tese sua trajetória de militância e sua vida foram consideradas, conforme narrei no tópico anterior. Além disso, para entender melhor a significação atribuída, as posições assumidas e os conflitos, e o nome na lista, no período em que chegou a Portugal, enquanto não teve emprego, Zillah contou que teve uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian (BRANCO, 2019). De acordo com ela, um camarada que era bem relacionado com a Fundação conseguiu para ela a bolsa (BRANCO, 2019). Porém, neste período escreveu o livreto intitulado *Os Sindicatos na Vanguarda da Luta* (197-), no qual foi indicado que se tratava de uma pesquisa subsidiada pela Fundação. Em função da publicação do livro, Zillah acabou desistindo da bolsa (BRANCO, 2019). Segundo ela, “eu fiz o livrinho, que estava claro com toda a linha do PCP (que estava fazendo a reforma agrária), mas eu informava que eu era bolsista da Gulbenkian (BRANCO, 2019). E eles ficaram horrorizados de estarem com o nome exposto ali em um trabalho de comunista”; desta forma, “não que eles me tivessem mandado embora”, assumiu responsabilidade e disse que “se vocês se chocam tanto com isso, e eu não vou deixar de fazer o trabalho, então, eu desisto da bolsa” (BRANCO, 2019).

Embora não tenha conseguido entrevistar uma gama maior de mulheres brasileiras exiladas em Portugal deixarei aqui tanto algumas possibilidades de entrevista para pesquisas quanto sinais de que um esforço grande de mapeamento foi realizado (que resultou nos nomes utilizados nesta tese). Além disso, estes levantamentos e mapeamentos são bastante significativos para sinalizar a presença de muitas brasileiras em Portugal, seus silêncios e as ausências de narrativas que as englobem como partícipes desta história. A fim de registrar algumas informações recolhidas, gostaria de indicar (a partir de algumas entrevistas que não consegui) informações de brasileiras que também estiveram e militaram em Portugal (como já sinalizei neste tópico, como Albertina de Oliveira Costa, Norma Marzola, Bete Chachamovitz, Moema Correia São Thiago).

#### **4.2.1 As entrevistas impossíveis do exílio das brasileiras em Portugal**

Algumas mulheres exiladas em Portugal não foram possíveis nem mesmo de contatar em função de diversos motivos. Por isso, serão lembradas aqui por meio de outros materiais escritos. Conforme citado no primeiro capítulo, embora este material não ofereça um quadro mais complexo com significados, percepções e construções de si acerca das militâncias desenvolvidas no exterior, oferece, ao menos, a possibilidade de lembrar e citar sobre a presença

de mais algumas mulheres exiladas em Portugal. São elas: Valentina da Rocha Lima, Maria Teresa Porciuncula Moraes, Neusa Goulart Brizola, e Helena Salem.

As primeiras identificações provêm da publicação do livro *Memórias das Mulheres do Exílio* com as duas autoras: Valentina da Rocha Lima e Maria Teresa Porciuncula Moraes. Valentina da Rocha Lima é uma historiadora e professora. Foi casada com Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, que havia se exilado em 1964 (BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2015). Valentina exilou-se nos Estados Unidos e em Portugal, e quando retornou ao Brasil trabalhou com história oral no Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV)<sup>224</sup>. Já Maria Teresa Porciuncula Moraes (Tetê Moraes) é uma cineasta brasileira, exilou-se no Chile, Estados Unidos, França e Portugal. São poucos os registros que falam sobre Tetê Moraes; Maria do Carmo Brito registrou que ambas incorporaram o trabalho de alfabetização de adultos no norte de Portugal (VIANNA, 2003).

Em janeiro de 1978, chegavam a Lisboa Leonel Brizola e sua esposa, Neusa Goulart Brizola, provenientes dos Estados Unidos e após o fechamento das portas no Uruguai (BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2015). Embora Neusa Brizola seja pouco lembrada, ela foi a única mulher que coordenou uma comissão no Encontro de Lisboa, que marca a fundação do PDT, assinando também a Carta de Lisboa (BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2015). Neusa Brizola acompanhou o seu marido em viagens, exílios e diversas atividades, como ida aos Estados Unidos, viagem para participação de reunião da Internacional Socialista em 1979, entre outras (BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2015). Em Lisboa, o casal Brizola viveu majoritariamente no Hotel Flórida. No entanto, por certo período, ficaram hospedados na casa de Valentina da Rocha Lima e Pedro Celso Uchoa Cavalcanti (BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2015). O casal Brizola, Valentina da Rocha Lima e Pedro Celso tinham certa proximidade. Pedro Celso também colaborou com textos a Leonel Brizola (BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2015). Uma biografia sobre Neusa Brizola ainda precisa ser feita.

Além de uma vida de dedicação ao marido, em segui-lo em diversas atividades, Juliana Brizola (neta de Neusa Brizola) lembrou, em 09 de março de 2016, através de uma publicação em sua página de *Facebook*<sup>225</sup> que Neusa Brizola também dedicou-se a diversos âmbitos: a) durante a década de 1950, dedicou-se ao trabalho nas vilas populares de Porto Alegre, com a

---

<sup>224</sup> Tentei inúmeras vezes obter informações ou qualquer contato de Valentina da Rocha Lima. Enviei muitos e-mails ao Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) e aos possíveis colegas de Valentina, como a pesquisadora Angela de Castro Gomes. Infelizmente, não obtive informações ou o seu contato.

<sup>225</sup> Trata-se do texto publicado no link:

[https://web.facebook.com/BrizolaJuliana12/photos/mulheresdanossahist%C3%B3ria8demar%C3%A7oneusa-goulart-brizolano-dia-07-de-abril-de-1993-o/745905505545705/?\\_rdc=1&\\_rdr](https://web.facebook.com/BrizolaJuliana12/photos/mulheresdanossahist%C3%B3ria8demar%C3%A7oneusa-goulart-brizolano-dia-07-de-abril-de-1993-o/745905505545705/?_rdc=1&_rdr) visitado em 10/05/2020.

intenção de politizar e ensinar as mulheres a lutar pelos seus direitos e a trabalharem juntas na formação de seus filhos, b) durante o Governo de Leonel Brizola (eleito em 1958 para o estado do Rio Grande do Sul), assumiu a Presidência da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e realizou um trabalho na instalação dos “Clubes das Mães”, c) no início da década de 1960, Neusa Brizola e Neyta Ramos transformaram o setor feminino do PTB em Movimento Feminino Trabalhista; e d) também, juntou-se à Coordenação de Desenvolvimento Social, quando Leonel Brizola se tornou governador no Estado do Rio de Janeiro, no desenvolvimento de trabalhos comunitários.

Também esteve em Lisboa Helena Salem. Muito pouco do que foi vivido por Helena Salem encontra-se no seu livro *Árabes e Judeus*, publicado em 1991 e, embora com grandes diferenças, de maneira literária, no livro *A chave de Casa*, escrito por (sua filha) Tatiane Salem Levy, em 2007. Helena mantinha um relacionamento com Nelson Levy, que era dirigente do PCB (SALEM, 1991). Em 1974, com quatro meses de relacionamento, a situação apertou e o casal entrou na clandestinidade (SALEM, 1991). Apesar de romper com padrões tradicionais, Helena Salem não militava em organizações no Brasil (SALEM, 1991). Trabalhava como jornalista e já havia sido correspondente internacional na *Guerra do Ion Kipur* em 1973; uma grande ruptura que teve que enfrentar e com a qual teve muitas dificuldades, já que se tratava de uma mulher de origem judia, com nome árabe, brasileira de nascimento e trabalhando como jornalista em um mundo de homens (SALEM, 1991). Após entrarem na clandestinidade, exilaram-se na Embaixada da Venezuela em Brasília e deixaram o Brasil com destino a Portugal. Helena acompanhou seu companheiro em Portugal e naquele país teve sua primeira filha, Tatiana Salem Levy (SALEM, 1991).

Durante o período em que esteve em Portugal, Helena Salem continuou a trabalhar como correspondente internacional da *Revista IstoÉ* e do *Jornal Movimento* (SALEM, 1991). Em seu livro, *Árabes e Judeus*, onde aborda o seu trabalho como jornalista na guerra entre os árabes e judeus, Helena Salem não se autodenomina feminista (SALEM, 1991). Mas seu relato é permeado do início ao fim, por meio de uma composição retrospectiva, sobre as dificuldades que teve por ser a filha que rompeu barreiras (ao não casar e viver um relacionamento “fora-da-lei”) e ter em suas costas as “vicissitudes de ter nascido mulher” (como ao enfrentar as dificuldades de ser jornalista no exterior) (SALEM, 1991). Helena Salem não relatou que militava, mas fazia a “revolução dos costumes” - tão importante aos feminismos e tão significativa nas décadas de 1960 e 1970 - de maneira silenciosa, com suas práticas cotidianas e rupturas; obviamente Helena estava marcada pela concepção de que militantes são aqueles vinculados à alguma organização ou partido.

### 4.3 AS MEMÓRIAS DAS MULHERES EXILADAS: O PROTAGONISMO DE MULHERES, A SOLIDARIEDADE E A HISTÓRIA ORAL

Um destaque significativo que foi desenvolvido em Lisboa, e que teve forte ressonância na escrita da história exilar das mulheres, foi a organização do livro as *Memórias das Mulheres do Exílio*, o segundo volume do projeto *Memórias do Exílio*<sup>226</sup>. Entre os dois volumes, foram recolhidas mais de 5.000 páginas durante seis anos. O uso os termos “memórias” e “do exílio”, no título, sugere respectivamente a pluralidade das experiências, sua relação entre passado-futuro, e a temática/ recorte temporal a fim de enfatizar a contingente experiência (LIMA, 1984); experiência esta que foi “registrada ainda quando estava em progresso” (LIMA, 1984, p. 81). O projeto foi pensando e desenvolvido nos Estados Unidos e em Portugal, e contou com financiamento da Fundação Ford (CAVALCANTI; RAMOS, 1976; COSTA, et al, 1980; GREEN, 2010).

*Memórias do Exílio, Brasil 1964-19???: 1. De Muitos Caminhos e Memórias das Mulheres do Exílio* foram as primeiras publicações de memórias referente aos exílios da América-Latina na segunda metade do século XX e, hoje, têm destaque no que tange ao pioneirismo do projeto em relação aos demais grupos exilados (YANKELEVICH, 2011). Também foi a primeira documentação que abrangeu “um panorama existencial e intelectual de segmentos representativos da esquerda brasileira nas décadas de 1960 e 1970, antes e durante a experiência de exílio”<sup>227</sup> (LIMA, 1984, p. 96).

O volume sobre as mulheres (que tem maior importância para esta tese), publicado em 1980, com depoimentos recolhidos antes de 1979, foi uma obra coletiva com organização do Grupo de Mulheres Brasileiras de Lisboa, com as assinaturas de direção e de edição realizadas por Albertina de Oliveira Costa, Maria Teresa Porciuncula Moraes (Tetê Moraes), Norma Marzola e Valentina da Rocha Lima. A ideia de incorporação das experiências e história das mulheres exiladas foi proporcionada porque a historiadora Valentina da Rocha Lima, que era casada com Pedro Celso Uchoa (um dos coordenadores do primeiro volume), convidou o grupo para “dar um depoimento” (COSTA, 2009a, p. 180). Este convite levou à leitura do primeiro

<sup>226</sup> Além dos dois volumes citados aqui, alguns autores comentaram da possibilidade de realização de um terceiro volume dedicado às crianças, porém não disseram quais foram as suas fontes para esta informação. Não encontrei outras informações que trouxessem detalhes acerca desta ideia. Somente a apresentação do livro *Memórias das Mulheres do Exílio* menciona sobre a continuidade do projeto e de que começaram “a ouvir o mundo do exílio das crianças” (COSTA, et al, 1980, apresentação).

<sup>227</sup> Tradução nossa: “The project became the first comprehensive documentation of the existential and intellectual panorama of representative segments of the Brazilian left in the 1960s and 1970s, both before and during the exile experience”

volume, onde constataram que “as mulheres estavam ausentes” e, por isso, seria necessário “um livro só com as mulheres” (COSTA, 2009a, p. 180). Mas, comecemos pelo início.

O primeiro volume, com primeira edição mundial, publicada em 1976 e edição brasileira em setembro de 1978<sup>228</sup>, foi organizado e dirigido por Pedro Celso Uchôa Cavalcanti<sup>229</sup> e Jovelino Ramos<sup>230</sup>, com o “patrocínio” de Paulo Freire<sup>231</sup>, Abdias do Nascimento<sup>232</sup> e Nelson Werneck Sodrê<sup>233</sup>. Segundo explicações dos organizadores na sua introdução, “nasceu assim de uma preocupação com o passado” e com o futuro por parte dos exilados<sup>234</sup>, que foram e ainda estavam excluídos da vida pública do Brasil (CAVALCANTI; RAMOS, 1976. p. 09). No primeiro livro “Concebiam o exílio como uma experiência a ser superada, mas lembrada pela nação como compartilhada” (CRUZ, 2012, p. 127). Porém, também tinha a intenção importante de “construção da memória nacional, por um Brasil sem nunca, nunca mais exílios” (COSTA, et al, 1980, apresentação). Ou seja, ambas as obras tinham “o papel da memória como denúncia de uma experiência traumática, como uma forma de estreitar laços comunitários e identitários perdidos no exílio” (CRUZ, 2012, p. 127).

A constituição da ideia do projeto aconteceu graças a uma rede sólida de exilados/as e de organizações não governamentais que existiram nos Estados Unidos, nas quais a luta pela anistia era um dos aspectos centrais (GREEN, 2010). Acerca desta rede, o historiador James Green (2010) narrou, a partir do depoimento de Clovis Brigagão<sup>235</sup>, que foram organizadas várias reuniões e que em uma dessas reuniões surgiu a ideia de elaboração de um livro a fim de documentar a experiência dos exilados; tratava-se das *Memórias do Exílio*. Este mesmo autor relata:

Segundo Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, [...], Rubem César Fernandes foi quem iniciou a ideia de documentar a experiência do exílio. Ambos haviam fugido do Brasil na década de 1960 e acabaram estudando na Polônia. Em seguida, Pedro Celso tornou-se professor nos Estados Unidos e Rubem César

<sup>228</sup> O CIEEx registra o lançamento do primeiro volume em Portugal por meio do informe 13/1977 e 49/1977.

<sup>229</sup> Pedro Celso Uchôa Cavalcanti foi um sociólogo brasileiro, que viveu no exílio em diversos países, como Estados Unidos, Itália, França, Polônia e Portugal.

<sup>230</sup> Jovelino Ramos era ligado à Ação Popular e se exilou nos Estados Unidos.

<sup>231</sup> Paulo Freire nasceu em 1921 e faleceu em 1997. Foi educador e pedagogo. Além de ser mundialmente conhecido por isso, também é patrono da educação no Brasil. Paulo Freire viveu no exílio de 1964 até 1980, passando pela Bolívia, Chile, Estados Unidos, Suíça, Moçambique e Guiné-Bissau. Uma nota de rodapé é muito pouco para falar de Paulo Freire, me perdoem pela curta explicação.

<sup>232</sup> Abdias do Nascimento nasceu em 1914 e faleceu em 2011. Foi um político ativista do movimento negro no Brasil e, hoje, é extremamente reconhecido por isso. Abdias viveu no exílio nos Estados Unidos, de 1968 até 1978. Para saber mais, ver as memórias de Abdias do Nascimento publicadas no livro *Memórias do Exílio*.

<sup>233</sup> Nelson Werneck Sodrê nasceu em 1911 e faleceu em 1999. Foi um renomado historiador brasileiro, que optou por não se exilar, mas teve os direitos políticos cassados e chegou a ser preso.

<sup>234</sup> A palavra ‘exilado’ foi deixada no masculino porque é assim que aparece na introdução.

<sup>235</sup> Clovis Brigagão foi um cientista político. Exilou-se nos Estados Unidos e em Portugal. Trabalhou com Leonel Brizola durante o exílio e o retorno ao Brasil (BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2015).

foi para Nova York a fim de completar o doutorado na Columbia. “A ideia começou no ano da Revolução em Portugal, e acho também em grande parte por causa da vitória do MDB nas eleições de 1974”, recorda Pedro Celso. De Nova York, Rubem César conseguiu dinheiro da Fundação Ford para financiar o projeto, e Pedro Celso e Jovelino Ramos deram seus nomes como editores porque já haviam legalizado seu status nos Estados Unidos. Clóvis Brigagão, Rubem César Fernandes, Valentina da Rocha Lima e Marcos Arruda colaboraram nos bastidores. Paulo Freire, Abdias do Nascimento e Nelson Werneck Sodré, eminente intelectual de esquerda, “patrocinaram” o projeto, porque seus nomes eram mais conhecidos no Brasil e entre os exilados que viviam no exterior (GREEN, 2010, p. 304)

A mais importante das informações oferecidas por Green (2010), certamente, está relacionada à escolha do patrocínio da obra, já que é a partir dela que é possível perceber a estratégia de construção de uma leitura autorizada (CHARTIER, 2001). O termo “patrocínio” é utilizado aqui como sinônimo de proteção para um projeto que visou recolher memórias e que encontrou determinadas dificuldades. Escolher Paulo Freire, Abdias do Nascimento e Nelson Werneck Sodré, intelectuais renomados e bastante conhecidos dentro e fora do Brasil, foi uma forma de dar credibilidade ao Projeto (a partir de uma proteção em formato de “patrocínio”) diante das dificuldades que os organizadores/as estavam passando. Além disso, garantiu-lhe visibilidade e legitimidade, já que os livros publicados se conectaram às atuações e produções desses intelectuais, o que permitiu uma espécie de autorização às obras publicadas.

Embora o material tenha sido escrito em português - o que muito provavelmente restringe o alcance ao público internacional - os volumes foram pensados, organizados e editorados dentro de uma rede de debates a fim de dar visibilidade à ditadura e ao exílio brasileiro. O compromisso de divulgar as memórias do exílio, da ditadura do Brasil, pode ser pensado inicialmente, como uma das inúmeras ações coletivas organizadas durante as décadas de 1960 e 1970 a fim de mobilizar solidariedades transnacionais, denunciar a ditadura e deixar memórias escritas sobre as experiências vividas. Estas denúncias, da ditadura e organização de solidariedades, foram realizadas pelos brasileiros em diversos países, como França, Estados Unidos, Chile, entre outros (CRUZ, 2010; GREEN, 2009, MARQUES, 2011; MARQUES, 2015; PEZZONIA, 2017); também constituíram redes transnacionais extremamente importantes a fim de criar uma esfera pública de debates acerca das violações aos direitos humanos.

*Memórias das Mulheres do Exílio* também fazia parte desta ideia, mas possuía um adicional particular. Além das denúncias das violências da ditadura e da exclusão sofrida pelas brasileiras exiladas, trazia no seu cerne duas denúncias bastante presentes na década de 1970: “as mulheres estão relatando suas memórias do exílio assim como suas memórias de ser

mulheres” e “as mulheres são marginais ou intrusas, mas desejam se expressar por elas mesmas”<sup>236</sup> (LIMA, 1984, p. 82, tradução nossa). Isto é, eram como mulheres duplamente oprimidas que escreviam e relatavam suas memórias escritas sobre a ditadura e exílio, e era sobre suas experiências como mulheres exiladas que reivindicavam narrar.

Desta forma, o livro *Memórias das Mulheres do Exílio*<sup>237</sup> teve como o objetivo explicitar e colocar na “história” as experiências de mulheres exiladas enquanto tal, experiências essas consideradas diferentes daquelas masculinas e que não foram contempladas pela primeira obra. Como lembrado por Albertina Costa (2009a, p. 180-1), as diferenças entre o primeiro e o segundo volume não dizem “respeito apenas ao sexo dos entrevistados”, mas também de abordagem tanto com o objetivo de “proporcionar uma visão mais abrangente do exílio” quanto de “ampliar a concepção de exilado”.

O que significa dizer que, no segundo volume publicado pelo projeto, estão presentes os relatos, opiniões e percepções, focalizando a situação peculiar que cada uma dessas mulheres viveu ao longo das suas trajetórias, pelo fato de terem se tornado mulheres; também tem destaque o sentirem-se protagonistas ou não de seus próprios exílios. As características supracitadas estavam em oposição ao primeiro livro e, sobretudo, ao sujeito universal masculino que parece estar representado nele. Na introdução, também sinalizaram que nunca pretenderam fazer com que as “pessoas falassem daquilo em que se notabilizaram” ou “abordar as experiências políticas”, mas ir além, ao ampliar as experiências do exílio, dando foco na “nossa vivência como mulheres onde o terreno subjetivo e objetivo se entrelaçam” (COSTA, et al, 1980, p. 17). Para tanto, as organizadoras deram outro título e explicaram, na introdução, o porquê de uma obra dedicada somente às mulheres:

Talvez porque nem sempre as mulheres se sentiram incluídas quando partiu o convite inicial para que os exilados escrevessem as suas memórias. Talvez porque não se considerassem exiladas, ou não fossem como tais consideradas pelo projeto, aquelas cujas vidas foram profundamente afetadas por acompanharem marido, companheiro, filhos, pais. Certamente, porque

---

<sup>236</sup> Tradução nossa: “these women are relating their memoirs of exile, as well as their memoirs on being women” e “women are marginal or intruders, yet they yearn to soar and to express themselves”

<sup>237</sup> O livro *Memórias das Mulheres do Exílio* não foi a única obra publicada no período que trouxe visibilidade às memórias de mulheres. Cabe lembrar que, durante a década de 1970, a história oral e/ou a história das resistências das mulheres estava em forte crescimento na Europa e foram publicados os seguintes materiais: *Compagne: Testimozianze di partecipazione politica femminile*, com dois volumes, organizados por Bianca Giudetti Serra e publicado na Itália em 1977; na França a coletânea de textos de mulheres do século XIX, como *Mémoires de femmes, mémoire du peuple: anthologie*, ou autobiografias das resistências, como *Il était des femmes dans la Résistance* (ambas de 1978); *Sisterhood is global: The International Women's Movement Anthology* organizado por Robin Morgan, publicado em 1984 nos Estados Unidos e também com financiamento da Fundação Ford; e, em Portugal, *A condição das Mulher Portuguesa*, publicada em 1972, que não contou somente com depoimentos de mulheres.

constatamos que as mulheres, em seus depoimentos no primeiro volume, situavam-se quase que exclusivamente como militantes políticas, deixando apenas entrever - o fato de serem mulheres. E, sobretudo, porque partimos de nossa própria condição, sabendo que o que queríamos dizer era de mulheres. Era a nossa ótica. Era a tentativa de recuperar a nossa experiência no que ela tem também de específico, torná-la descritível para transmiti-la (COSTA, et al, 1980, p. 22).

Enquanto o primeiro desses livros apresentou uma perspectiva da categoria ligada somente ao caráter político do exílio, já que todos os depoimentos são de pessoas que possuíam militâncias e resistências diretas à ditadura, o segundo livro exibiu uma categoria ampliada, ao dizer que são exiladas todas aquelas que, de forma direta ou indireta, deixaram o Brasil (inclusive, publicaram um depoimento de uma criança); da mesma forma que, enquanto o primeiro livro apresenta narrativas mais gerais, o segundo se preocupou tanto com aspectos mais gerais quanto com a ótica específica das mulheres, a partir da qual buscou registrar os detalhes das experiências cotidianas nas quais elas eram protagonistas. Vale analisar isso um pouco melhor, já que os depoimentos refletem melhor as escolhas de testemunhos de mulheres e as concepções da categoria de exilado.

No primeiro livro, os depoimentos escolhidos e publicados, sendo em sua grande maioria de homens - já que dos vinte relatos e um dossiê, apenas cinco são dedicados às mulheres -, exprimem questões como: a trajetória de militância; a luta contra a ditadura ou outras lutas políticas ligadas à ideia de revolução; a análise de conjuntura do Brasil e do Chile (lugar em que muitos fizeram o primeiro exílio). Em menor proporção, alguns pontos sobre o exílio foram relatados, como: o sentimento de pertença ao Brasil, de transitoriedade, de estrangeiro no país no qual está vivendo; o trabalho no qual esteve inserido no exílio; o fato de ser ou não enquadrado como refugiado político. É interessante perceber que o exílio quase não aparece retratado, se comparado às outras questões levantadas, como aquelas ligadas às militâncias políticas no Brasil.

Com uma percepção mais ampla do fenômeno e trazendo as mulheres, que não foram afetadas diretamente, *Memórias das Mulheres do Exílio* acaba se diferenciando e oferecendo à leitora/leitor um questionamento tanto da definição de exílio quanto da obra anterior, que está pautada nessa categoria. Isto é, apesar do intuito da produção da obra *Memórias do Exílio* ter sido o de trazer relatos sobre o exílio em suas mais diversas experiências, só foram publicados depoimentos de pessoas atingidas diretamente por suas escolhas políticas. A segunda obra, diferentemente, tentou contemplar todas as pessoas afetadas, independentemente de sua agência política ou não. Além de todas estas discussões, também é explícita a diferença de perspectiva

no que diz respeito à dimensão temporal. *Memórias das Mulheres do Exílio* propôs um “antes” e “depois”, atrelado ao conceito de continuidade e de mudanças, dimensão espacial (de onde e para onde) e de mobilidade na escala social; também delimitou como questão chave: “*Que impacto tem tido o exílio em sua vida?*” (LIMA, 1984). De acordo com Lima (1984), a problemática era mostrar como o exílio modificou (e ainda estava mudando) as entrevistadas, registrar o drama social de uma geração e verificar o modo como os conflitos sociais se manifestaram na vida privada dos indivíduos.

Por isso, os depoimentos do segundo livro estão pautados em temas relacionados: às trajetórias de vida; às trajetórias de militância política; à vida no exílio; à tomada de consciência sobre sua situação enquanto mulher; à família; ao casamento; aos filhos/as; ao marido; aos exílios sucessivos e o que eles modificaram em suas vidas; ao trabalho desempenhado no exílio; à tomada de decisão do exílio e a quem ela coube; às dificuldades enfrentadas ao longo da trajetória por ser mulher; entre outros.

Foi o cotidiano de mulheres brasileiras exiladas que foi narrado e apresentado nessa obra. Tal escolha, certamente, está relacionada à forte ligação com o feminismo de segunda onda - com o qual essas mulheres tiveram contato no exílio e no qual se engajaram politicamente -, cuja compreensão definia que o pessoal e o cotidiano também são políticos (PEDRO, 2012; VARIKAS, 1996). Essa relação é explícita, principalmente, pelo fato da elaboração do livro vir do *Grupo de Mulheres Brasileiras de Lisboa*, o grupo de mulheres que passou a se reunir em Lisboa. Também (como irei apresentar abaixo) tem relação direta com a própria concepção de movimento, de solidariedade entre as mulheres e da escrita da história a partir da relação entre a história oral e a história das mulheres.

Para além do livro publicado, o *Grupo de Mulheres Brasileiras de Lisboa* era um híbrido, entre um grupo de consciência ou reflexão e de estudos, e no qual participavam várias mulheres exiladas (COSTA, 2009a). Tratava-se de uma dezena de mulheres, que entre 1975 e 1976, “começou a se reunir para conversar sobre “a questão feminina” na esplendorosa casa de Marie Moreira Alves, na Lapa”, em Lisboa (COSTA, 2009a, p. 179). A composição do grupo era de “profissionais liberais na casa dos trinta, embora nem todas fossem brancas, todas eram casadas, algumas no segundo casamento, a maioria com filhos pequenos, percurso na esquerda e, fato raro entre exilados, exercendo suas profissões” (COSTA, 2009a, p. 179). Como recordou Albertina de Oliveira Costa, acerca das reuniões:

Ao contrário dos grupos parisienses, que marcavam reuniões em locais públicos, o grupo de Lisboa se reúne num apartamento, com sucos e

cafezinhos, num clima de encontro de amigas embora a maioria não se conhecesse previamente, nem estivesse anteriormente ligada por laços político-partidários (COSTA, 2009a, p. 179).

As atividades do grupo também não foram tão avassaladoras na comunidade de brasileiros. A reunião das mulheres consistiu em alguns grandes eixos, como: a discussão do livro *A mulher na sociedade de classes*, de Heleieth Saffioti (conforme também lembrou Benedicta Savi), que não avançou muito; a visita de Branca Moreira Alves<sup>238</sup> (que se tornou feminista nos Estados Unidos durante aqueles anos); e a elaboração do livro *Memórias das Mulheres do Exílio*. O grupo “começou a se desmobilizar, pois não via como compatibilizar interesse pessoal e luta contra a ditadura”; era também desmotivado com as leituras sobre a “questão feminina em círculo de esquerda, mas incluía uma professora de educação física e começou a se reunir também em outros horários, para fazer ginástica” (COSTA, 2009a, p. 180). O que por si só oferecia “mais um motivo para que sua seriedade fosse questionada” (COSTA, 2009a, p. 180).

O grupo era proporcionalmente menor do que os grupos de mulheres brasileiras organizados no Chile e na França, mas ainda assim se constituía a partir da solidariedade entre as mulheres. Uma vez que não produziu jornais, panfletos ou qualquer outro material para além do livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, as únicas informações que temos dele provêm das memórias e dos relatos das partícipes. Segundo Albertina Costa (2009a, p. 179) o grupo não teve “a vitalidade anárquica” do *Grupo de Mulheres Latino-Americanas de Paris* e muito menos a “sisudez do grupo de estudos que se constituiu em torno de Zuleika Alambert [...] a partir de 1974”. Além disso, também não discutiu ou não aprofundou diversos aspectos ligados ao movimento de mulheres feministas, como àqueles ligados à autonomia do movimento das mulheres, sexualidade e direitos reprodutivos, violência contra as mulheres, feminismo, imprensa feminista no Brasil, trabalho doméstico, entre outros.

A publicação do livro de mulheres é o que hoje dá destaque ao grupo e, também, às mulheres que organizaram e colaboram com ele. Mas, nem tudo foi fácil. O livro sobre as mulheres enfrentou inúmeras dificuldades. Ao contar sobre o *making of* da produção do livro,

---

<sup>238</sup> Branca Moreira Alves se graduou em história. Colaborou com denúncias e participou de diversas manifestações que ocorreram no Brasil na década de 1960 (ALVES, 2018). Tornou-se feminista na década de 1970 quando, em virtude da realização do mestrado de seu marido, estudou história na Universidade da Califórnia, Berkeley, nos Estados Unidos (ALVES, 2018). Quando retornou ao Brasil, organizou um grupo de reflexão, defendeu a dissertação de mestrado intitulada “Ideologia e feminismo: A luta da mulher pelo voto no Brasil” e também “foi uma das organizadoras da semana de debates sobre a mulher na sociedade brasileira, em 1975, considerada o pontapé inicial do movimento feminista no Brasil” (ALVES, 2018, p. 512). Branca Moreira Alves era irmã do ex-deputado Marcio Moreira Alves; isto é, cunhada de Marie Moreira Alves.

Albertina de Oliveira Costa (2009b) explicou, na mesa redonda *Exílio e Gênero do I Colóquio Internacional: Gênero, Feminismo e Ditaduras do Cone Sul*<sup>239</sup>, que o financiamento da Fundação Ford gerava desconfianças entre as exiladas, pois, para muitos, essa Fundação era sinônimo de CIA (COSTA, 2009b). Outra dificuldade, não menos importante, foi o fato de que “as mulheres espalhadas por diversos continentes achavam suas vidas desinteressantes e só aceitavam falar depois de muita insistência e boas recomendações” (COSTA, 2009a, p.181). Esta última dificuldade estava atrelada ao fato de que muitas mulheres nem mesmo se entendiam como exiladas políticas, já que haviam deixando o Brasil em função da militância dos seus companheiros, e, por isso, não queriam contar suas histórias.

Por isso, “o convite para que as exiladas escrevessem suas memórias quase que só foi respondido onde e quando expresso de forma direta, individualizada, insistente” (COSTA, et al, 1980, p. 20). Foi, como parafraseado no início deste capítulo, uma abordagem pessoal, como mulheres e exiladas, que garantiu o estabelecimento de confiança para a realização do diálogo entre organizadoras do livro e as também exiladas mulheres brasileiras (COSTA, et al, 1980; LIMA, 1984). Para tanto, tem destaque aqui a relação direta entre a história oral, história das mulheres e o projeto das memórias das mulheres do exílio. Também foi de uma dificuldade significativa que “as pessoas foram solicitadas a falar daquilo que entra na esfera íntima, do privado”, o que pode ser tanto mais penoso e difícil quanto trazer ressalvas e silenciamentos a fim de evitar exposição, como as que ocorreram com as limitações da identificação ou solicitação de exclusões (COSTA, et al, 1980, p. 21).

Alguns exemplos são a situação de Ieda dos Reis e a possível entrevista de Neuza Brizola. Apesar da não participação no grupo de mulheres, Ieda dos Reis lembrou que concedeu um depoimento ou entrevista para ser publicado no livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, mas pediu para “tirar porque o livro não estava impresso ainda” (REIS, 2018). Ieda disse que a decisão foi porque “eu tinha falado uma série de coisas no livro sobre a minha participação em ações armadas e tudo, coisa que eu sempre neguei [...] aí eu conversei com ela[s] e eu falei “Olha gente, eu estou voltando, não sei se eu vou ser presa. Eu [não] tenho a garantia de não ser presa”” (REIS, 2018). Como relatado acima, Ieda retornou antes da Anistia, por isso tinha a preocupação com novos interrogatórios, possibilidade de prisão, e com o filho que havia deixado no Brasil (REIS, 2018).

---

<sup>239</sup> As falas da Mesa Redonda Exílio e Gênero, realizadas no CÓLOQUIO Internacional Gênero, Feminismos e Ditadura no Cone Sul, de 2009, no qual Albertina de Oliveira Costa fez o seu relato, estão gravadas no DVD do evento, no Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (promotor do evento), na Universidade Federal de Santa Catarina.

Clóvis Brigagão e Trajano Ribeiro (2015), acerca da trajetória de Leonel Brizola (nos seus exílios nos Estados Unidos, Portugal e retorno ao Brasil), relatam que Neusa Brizola foi entrevistada nos Estados Unidos por Valentina da Rocha Lima a fim de ter suas memórias publicadas no livro *Memórias das Mulheres do Exílio*. Porém, no livro não existe nenhum depoimento com o nome de Neusa Brizola. A sua entrevista poderia ser pseudônima (como ocorreu com muitas mulheres); no entanto, acho muito difícil não identificar entre os pseudônimos quem pudesse ser Neusa Brizola. Provavelmente, a sua entrevista pode ter sido excluída antes da publicação.

Acerca do livro, pela parte do projeto com foco nas mulheres e no *Grupo de Mulheres Brasileiras de Lisboa*, também é importante lembrar que a noção de solidariedade entre as mulheres esteve presente. Tanto no livro quanto para a constituição do grupo, foram centrais a união, a constituição de vínculos entre as mulheres exiladas e a noção de um “nós” coletivo, a partir do qual existia algo em comum entre elas que estava pautado em suas identidades ao “ser”: “brasileiras, exiladas, minoria...” (COSTA, et al, 1980, p. 15). A condição de união das mulheres, a fim de debater (mesmo que isto não tenha sido tão bem desenvolvido) as suas vidas e fazer ginástica, favoreceu as suas identificações, a produção do livro e “nosso investimento emocional e o nosso empenho neste trabalho” (COSTA, et al, 1980, p. 15). A respeito disso, Valentina da Rocha Lima escreveu:

As bases das nossas decisões encontram-se em uma experiência do exílio. Não foi uma coincidência que meu primeiro encontro com as acadêmicas que participaram comigo no empreendimento de publicação *Memórias das Mulheres no Exílio* em um dos grupos de mulheres brasileiras (como os estabelecidos em diversos países - um fenômeno do exílio, pois o exílio [foi] a condição apropriada, peculiar, vivida, e comum desses grupos). Nós éramos uma minoria exilada e descobrimos juntas outra condição compartilhada: que éramos mulheres. Nós reconhecemos essa condição como singular, e, quando convidamos as mulheres brasileiras para elaborar *nossas* memórias, nós sabíamos que queríamos recuperar nossas experiências em todas as dimensões. Na fundação da nossa iniciativa, estava a necessidade de decodificar nossa própria *práxis*, para fazer isso comunicável e compreensível. Como a nossa abordagem modificou, o elemento sexual do grupo de pesquisa também mudou<sup>240</sup>. (LIMA, 1984, p. 83, tradução nossa e grifo meu).

<sup>240</sup> Tradução nossa: “The basis of our decision lies in an exile experience. It was no coincidence that I first met the scholars who were to participate with me in the enterprise of publishing *Memórias das Mulheres do Exílio* in one of the Brazilian women’s groups established in several countries – a phenomenon of exile, for exile was the proper, peculiar, vivid, and common condition of those groups. We were an outcast minority, and we were discovering together another shared condition: that being women. We recognized that condition as singular, and when we invited Brazilian women to elaborate *our* memories, we knew we wanted to recover our experience in all its dimensions. At the foundation of our initiative was the need to decodify our own *praxis*, to make it communicable and, thus, comprehensible. As our approach changed, the sex composition of the research team changed too.”

Também, a obra inicia com a seguinte frase:

Esta é a minha história, a sua história, a história dela. Este livro é uma obra coletiva, que tem início com *De Muitos Caminhos...*, e percorre um longo caminho - desde o 'eu não tenho nada para dizer' até 'o que eu tenho para dizer', desde nós quatro até um NÓS maior - em que vidas, sentimentos, intimidades, alegrias e dores diversas foram saindo de cada uma para transformar - em todas nós. (COSTA, et al, p. 15, grifo meu).

Aqui, a construção de um "nós" mulheres se dá também a partir do livro de memórias. Em outras palavras, partindo das memórias individuais a iniciativa buscou e conseguiu alcançar a compreensão de uma experiência coletiva, vivida em suas diferentes dimensões, das mulheres brasileiras exiladas. Desta forma, segundo as organizadoras, o resultado que partiu do individual foi o encontro de "um grande NÓS anônimo, que contém cada uma de nós e ultrapassa-nos a todas, que não se confunde com nenhuma e está presente em todas nós" (COSTA, et al, 1980, p. 17, grifo meu).

Mas, o que significou o "nós" mulheres do livro? Que outras características (para além de serem mulheres exiladas e brasileiras) tinham as mulheres que deixaram registrar as suas memórias neste material? Lendo o livro, é fácil identificar que se tratavam em sua grande maioria de mulheres brancas, das camadas médias urbanas e que mantinham relação e faziam parte das esquerdas das mais diferentes maneiras, como esposas, filhas, militantes, empregadas. As exceções desse quadro geral são: *Carmem*, que era empregada doméstica e foi para o exílio para acompanhar o seu patrão; *Célia*, que era mulher negra e foi identificada por Tauana Gomes Silva (2019) como sendo Arabela Pereira Madalena; *Arlete e Damaris de Oliveira Lucena*, que tinham origem pobre (COSTA, et al, 1980).

Também estava em debate a construção de uma memória coletiva - ou utilizando o termo cunhado por Luisa Passerini (1988b), o retrato de grupo -, no qual foram construídas as narrativas acerca do "nós" mulheres exiladas brasileiras a partir história oral. Não foi por acaso a utilização da metodologia da história oral como uma das ferramentas para captar as experiências das mulheres exiladas; no entanto, não foi de uso exclusivo, já que alguns dos materiais são relatos espontâneos. A metodologia que nasceu nas décadas anteriores, na Europa, e que cresceu fortemente juntamente com a história das mulheres, foi bastante utilizada a fim de dar visibilidade às narrativas das mulheres durante este período; também, a história oral de mulheres contribuiu para expandir a fronteira da história, uma vez que incluiu as atividades ligadas ao privado, subjetividades e experiências cotidianas (SALVATICI, 2005; PASSERINI,

1988a). Esta expansão foi muito bem realizada pelas *Memórias das Mulheres do Exílio*, que vem servindo de fonte para muitas pesquisas acerca das vivências políticas, intelectuais e cotidianas no período. Nesse sentido, Valentina da Rocha Lima (conforme já citado), historiadora oral, delimitou que “[...] enfatizando na vida privada e registrando história de vidas completas, simultaneamente nós reforçamos a história oral”<sup>241</sup> (LIMA, 1984, p. 83, tradução nossa).

Por último, aqui, algumas mulheres exiladas lembram da iniciativa do grupo a fim de registrar as experiências das mulheres. Por exemplo, Ângela Xavier de Brito, exilada na França, em entrevista concedida à professora Joana Maria Pedro, contou que deu uma entrevista coletiva com as mulheres do *Círculo Brasileiro de Paris* para o livro *Memórias das mulheres no exílio* (BRITO, 2005); trata-se do capítulo *Círculo*, o último no livro. Hilda Fadiga de Andrade narrou também ter concedido entrevista, que foi publicada no livro, mas, que não consegui identificá-la (ANDRADE, 2018). A respeito disso, Benedicta Savi, que participou do grupo (conforme citei acima), recordou-se que não concedeu entrevista ou relato para o livro *Memórias das Mulheres do Exílio*; da produção específica do material, ela lembra que na época em que “estavam tomando depoimento eu estava na Argélia [onde] eu fui visitar [Miguel] Arraes. Eu fiquei um mês presa lá porque eu não tinha documento para sair. Foi mais ou menos nessa época em que elas estavam tomando o depoimento. Eu não participei” (SAVI, 2019).

#### 4.4 SOLIDARIEDADES DAS MULHERES PORTUGUESAS ÀS BRASILEIRAS

Algumas perguntas aqui são importantes, como: Quais eram os focos das solidariedades? Elas eram recíprocas? As solidariedades envolviam que pautas políticas? Tinham pautas feministas ou sobre mulheres? Por que escolher as mulheres brasileiras para o Ano Internacional da Mulher em 1975? Quem estabeleceu contato (os nomes e/ou grupos políticos das brasileiras ou portuguesas)? As brasileiras foram as únicas nacionalidades alvo de solidariedade das mulheres portuguesas? Longe de conseguir responder todas estas questões, esta inclusão apresenta os diferentes aspectos que constituíram as solidariedades das mulheres portuguesas às brasileiras; último tópico para fechar este capítulo e oferecer as dinâmicas das trajetórias entre os conflitos e as solidariedades constituídas no exílio em Portugal.

---

<sup>241</sup> Tradução nossa: “Emphasizing private life and registering complete life stories, we simultaneously reinforced oral history”.

O Movimento Democrático de Mulheres (MDM)<sup>242</sup> publicou uma brochura em setembro de 1975 com informações acerca das brasileiras e as dificuldades enfrentadas por elas no Brasil e promoveu um evento de solidariedade às mulheres brasileiras no dia 02 de outubro do mesmo ano. A atividade desenvolvida entre as mulheres foi considerada por Pezzonia (2017) como um dos exemplos das várias formas que as solidariedades com os povos latino-americanos tiveram espaço em Portugal durante o período. No entanto, esqueceu-se de mencionar e pensar o quanto a solidariedades transnacionais entre as mulheres estavam em debate durante aquela década, como mencionei no primeiro e segundo capítulo dessa tese. Desta forma, estas atividades não podem ser vistas como mais um exemplo das solidariedades em Portugal, mas como constituidor de engajamentos, que ultrapassaram os limites nacionais daquele país, dos quais as mulheres (a partir de suas identidades) foram protagonistas.

O MDM nasceu em Portugal em 1968 e foi marcado, no que tange às lutas pós-25 de abril, por trabalhos como: “de inversão política das mulheres em torno da luta contra o aumento do custo de vida”; solidariedades internacionais, como aquelas às mulheres brasileiras; “direito ao aborto (em especial a partir dos anos 1980); homenagem a várias mulheres; realização de debates e seminários sobre a *Década da Mulher*, a *Violência* e uma iniciativa em torno de um *Parlamento Alternativo de Mulheres*” (TAVARES, 2000, p. 71). O MDM mantinha uma posição ambígua com relação ao feminismo; para Manuela Tavares (2000, p. 96), apesar do MDM estar mais próximo de uma corrente feminista marxista, “em termos de acção e de conteúdo do discurso, elas não se assumiram como tal”. Por outro lado, no material produzido de maneira retrospectiva em comemoração aos 40 anos do Movimento, a autodefinição e as pautas feministas pareciam existir desde o início (MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE MULHERES, 2009).

As atividades de solidariedade do MDM estenderam-se às mais diferentes nacionalidades, tendo destaque aquelas dirigidas às mulheres chilenas, no ano de 1974, e às crianças da África do Sul e do Uruguai (MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE MULHERES, 2009; TAVARES, 2000). Ao longo dos mais de 50 anos de sua história, o MDM também se voltou às ações, moções ou atividades dirigidas às mulheres do Vietnam, Cuba, Palestina, Angola, Venezuela, Bolívia, entre outras nacionalidades (MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE MULHERES, 2009). As solidariedades internacionais oferecidas pelo MDM não foram as

---

<sup>242</sup> Encontrei os seguintes informes do CIEx que mencionavam o Movimento Democrático de Mulheres (MDM) de Portugal: 83/1976, 376/1976, 424/1976, 453/1976, 16/1977, 138/1977, 150/1977, 145/1977, 195/1977. Apenas um deles demonstra relação entre as brasileiras exiladas e o Movimento, trata-se do informe 16/1977, já citado, em que “Ditinha” (a Benedicta Savi) e Maria Nazareth Cunha da Rocha participaram de uma reunião com o MDM como representantes da seção feminina do “Comitê Pró-Anistia Geral do Brasil”.

únicas iniciativas existentes no período. Como registrou Tavares (2000), também ocorreram iniciativas de grupos portugueses durante a década de 1970, como o Grupo Autônomo das Mulheres do Porto (GAMP) e o Movimento de Liberação das Mulheres (MLM), voltados para às italianas acusadas de aborto e às mulheres do Iran. Isso se caracteriza como uma prática bastante comum, tanto para a década quanto para o MDM, de oferecer apoio às diferentes mulheres.

A brochura denominada *Solidariedade da Mulher Portuguesa à mulher Brasileira*, com suas dezessete páginas, traz um compilado de informações provenientes do Brasil, Peru e México, que relatam tanto pesquisas sobre a situação da “mulher” no Brasil quanto eventos e relatos do que foram debatidos neles, como: informações sobre fala de Terezinha Godoy Zerbini, na Conferência Internacional da Mulher no México, o anúncio do ano de 1975, como o Ano Internacional da Mulher, o Terceiro Seminário Latino-Americano de Mulheres / Lima, Peru, em outubro de 1974<sup>243</sup>, a Semana sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira, realizada pela ABI e pelo Centro de Informação das Nações Unidas, e a XXVIII Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Tais documentos registram também a apresentação das pesquisas de Moema Toscano, Ana Ecker, Neuma Aguiar, Eva Alterman Bly, Guiomar Namó de Melo, Fulvia Rosemberg, Raquel Moreno (SOLIDARIEDADE... 1975a, p. 11-13) e de Glaura Vasques de Miranda (SOLIDARIEDADE... 1975a, p. 13-17). Alguns desses nomes são bastante conhecidos por suas pesquisas sobre a condição da mulher.

As temáticas dos debates apresentados na brochura foram: Anistia, por meio de Manifesto da Mulher Brasileira em Favor da Amnistia, e da fala de Terezinha Godoy Zerbini na Conferência Internacional da Mulher no México; a denúncia das explorações gerais vividas no Brasil (como a desigualdade social) e das específicas vividas pelas mulheres no que tange a educação, trabalho e desemprego, através da contribuição da delegada brasileira (sem assinatura) que esteve no Terceiro Seminário Latino-Americano de Mulheres em Lima; os debates acerca da “mulher brasileira” na “Semana sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira”, nos quais são comentadas as iniciativa de mulheres em realizar reuniões paralelas, a criação de um documento, o interesse maior em enfermeiras, secretárias e menos nas universitárias e profissões liberais, e, por último, a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira; e o relato da XXVIII Reunião da SBPC, no qual as mulheres apresentaram os resultados de suas pesquisas sobre a condição da mulher no país (ligadas à ciência, ao trabalho industrial *versus* o trabalho doméstico, à educação, às atividades econômicas), com

---

<sup>243</sup> Conforme relatado por Beatriz Cannabrava (2018), exilada brasileira que vivia no Peru, Ana Montenegro foi a representante brasileira neste evento.

Glaura Vasques de Miranda e Eva Blay, e, também, é recomendada a implementação, no país, do plano referente à mulher da ONU e a revisão do Código Civil.

Apesar de documento ter sido publicado pelo MDM, a brochura não traz qualquer relato detalhado de atividades anteriores de solidariedades entre as brasileiras e as portuguesas; sinaliza a realização futura de uma atividade, sem muitos detalhes. A reprodução, a diagramação e a divulgação do material e das informações contidas nele parecem ser o ato de solidariedade em si, uma vez que a introdução do documento registra que o MDM, em virtude do ano internacional da Mulher, preocupando-se com a solidariedade internacional, “reforça a participação que as mulheres portuguesas sempre têm desenvolvido dentro desse espírito de cooperação com as mulheres de todo mundo, junto das suas companheiras e irmãs de luta, contra a opressão e a agressão capitalistas, pela libertação dos regimes fascistas, na defesa da independência nacional” (SOLIDARIEDADE... 1975a, p. 01). E, por isso, registrou:

Sendo as mulheres brasileiras, ao longo dos anos, vítimas particulares dessa dura repressão e odiosa exploração, tomou o Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas a iniciativa de promover um dia de solidariedade com o povo brasileiro e em particular com as mulheres, no apoio à sua luta por um mundo melhor, de paz, de amizade e do progresso social. (SOLIDARIEDADE... 1975a, p. 01)

O dia de solidariedade oferecido pelas mulheres portuguesas às mulheres brasileiras foi realizado em 02 de outubro de 1975, às 21:30 no Teatro Trindade, em Lisboa. Contou com a participação da brasileira Zillah Murgel Branco (apresentada nesta tese) e da portuguesa Dulce Rebelo<sup>244</sup>, que representavam, respectivamente, “uma resistente anti-fascista brasileira que falará sobre a condição da mulher no seu país” e “a intersetorização de uma representante do MDM” (COMUNICADO 37, 1975). A sessão de apoio às mulheres brasileiras foi registrada por diversos jornais, conforme encontrei junto aos documentos do MDM referente à solidariedade, como *Primeiro de Janeiro*, *Diário Popular*, *Diário de Notícias*, e *Século*. Nos documentos, não existe um relato da sessão e os jornais trazem diferentes perspectivas do evento. Neles, foram relatados sobre as falas de cada uma das intervenções, das quais tem destaque a de Zillah Murgel Branco, sobre o analfabetismo das mulheres brasileiras, os problemas gerais e as medidas repressivas que as mulheres enfrentam no Brasil (A NECESSIDADE, 1975;

---

<sup>244</sup> Dulce Rebelo foi uma das fundadoras do MDM. Também foi pedagoga, investigadora científica e professora universitária (MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE MULHERES, 2009). Seus principais estudos estão ligados aos direitos das crianças e o processo de ensino aprendizagem.

SOLIDARIEDADE, 1975b; SOLIDARIEDADE, 1975c; JORNADA, 1975; A MULHER, 1975). Tem também destaque, a participação do ex-deputado Fernando Perrone.

Sobre esta atividade em si, Zillah Murgel Branco, a representante brasileira, lembra que:

Eu fui para fazer uma palestra, que eu estava muito mal preparada até, porque eles pediram para eu preparar uma palestra sobre a mulher no mundo e quando eu chego lá, toda propaganda era a mulher no Brasil. Eu, de Brasil, sabia quase nada. Tinha aqui um ex-deputado brasileiro, Perrone, o Fernando Perrone. E o Fernando Perrone me deu uma ajuda maravilhosa. E foi para a mesa e eu fiz lá a minha... ficou assim como introdução e ele entrou com o Brasil, contando a história das mulheres no Brasil. Ele me salvou. (BRANCO, 2019).

Zillah não tinha um engajamento com o movimento de mulheres, conforme já mencionei. Era uma mulher que rompia em diversos aspectos (como o desquite, militante do PCB, engajada em lutas sociais, entre outras questões), mas, como ela mesma lembrou, sabia pouco sobre a situação da mulher no Brasil. Desta maneira, a atividade pode ser considerada significativa pela sua realização, iniciativa e constituição de vínculos, mas pouco expressiva no que tange ao caráter específico da “mulher brasileira” ou de um debate mais feminista. Para além disso, as atividades de solidariedades realizadas em Portugal foram bem menores do que as realizadas na França. Trouxeram tanto demandas mais gerais, como anistia, luta antifascista, a condição geral das mulheres (analfabetismo e repressão) e, também, de ordem mais específica a partir da brochura com os detalhes sobre a “situação da mulher no Brasil”.

Cabe o registro de que no material também tinha um recorte do jornal *Extra*, onde aparecia a entrega de um manifesto à Embaixada Brasileira, no dia 08 de março de 1978, das mulheres portuguesas em prol da anistia no Brasil (MULHERES, 1978). O ato foi realizado em virtude do dia internacional da mulher a fim de prestar homenagem às mulheres brasileiras. Curiosamente, o CIEEx não registra em seus informes a entrega deste documento.

Por último aqui, para além da solidariedade, tanto o evento quanto a brochura revelam uma questão bastante importante: a ambivalência das mulheres e dos debates existentes na época. O MDM, que possuía uma posição indefinida, promoveu iniciativas sobre a condição da mulher brasileira e de solidariedades a elas no Ano Internacional da Mulher. Neste debate, deu espaço às perspectivas das brasileiras e às discussões que estavam sendo realizadas no Brasil sobre a condição feminina (ligadas às pautas específicas), demonstrando que a circulação destes assumiu uma postura de solidariedade diante da condição de ditadura que existia no Brasil (antifascismo e pró-anistia). Também, cabe destacar que as solidariedades provenientes das brasileiras às portuguesas não tomaram corpo público; embora (conforme foi sendo citado ao

longo desta tese) houve diversos trabalhos militantes desempenhados pelas brasileiras junto ao contexto português.

\*\*\*

A militância das mulheres brasileiras em Portugal foi também realizada em suas múltiplas possibilidades, mas com a especificidade do país de destino e com o envolvimento nos projetos políticos ligados ao processo pelo qual o país estava passando. Neste sentido, apesar das restrições existentes para exiladas e exilados, colocadas pelos Estados nacionais, e das posições ambíguas assumidas pelo Estado português, muitas brasileiras aderiram o trabalho engajado, no qual se envolveram no enfrentamento de diversos problemas sociais existentes naquele país. Em outras palavras, além da possibilidade de viver no país, o clima de abertura política de Portugal possibilitou, nos primeiros anos, o envolvimento nos projetos sociais portugueses; questão essa que não foi relatada entre as brasileiras exiladas na França.

Tendo destaque, para esta tese, o engajamento entre/ ou em grupos de mulheres e para além dos projetos portugueses, as mulheres brasileiras também tiveram engajamentos com o grupo de mulheres brasileiras que se formou em Portugal, a solidariedade entre as mulheres portuguesas e brasileiras, entre outras atividades já citadas. As solidariedades entre as brasileiras exiladas e aquelas oferecidas pelas portuguesas às brasileiras também tiveram características bastante distintas, atreladas ao contexto de enfrentamento, transformação e projetos sociais que estavam na pauta do dia naquele país. A colaboração das portuguesas do MDM com as brasileiras significou atividades de apoio e divulgação da situação da “mulher brasileira”, que colocaram termos, tanto das opressões gerais quanto as específicas, no âmbito dos debates; sinalizando ambivalência da atividade, do grupo organizador e do contexto português. Além disso, não podem ser consideradas como atividades isoladas praticadas pelo MDM, mas também alocadas no âmbito transnacional da década de 1970.

Constituído a partir da solidariedade entre as mulheres e pautado na identidade “mulheres”, teve destaque o *Grupo de Mulheres Brasileiras de Lisboa* e o protagonismo (que se utilizou da metodologia de história oral) desempenhado para a elaboração do livro *Memórias das Mulheres do Exílio* - que por sua vez, também buscou reproduzir a concepção coletiva de um “nós” mulheres brasileiras exiladas. O envolvimento no grupo não foi unânime, o que também significou posições assumidas, o não engajamento e opiniões contrárias e conflituosas acerca do feminismo. Mas, em comparação ao ocorrido na França, não houve tentativas de interferências diretas ao grupo e as posições narradas possuem caráter mais geral, atrelado às

posições e percepções, isto é, não foram críticas mais elaboradas. Por outro lado, questões que poderiam sinalizar maiores conflitos com a comunidade de brasileiros, como a defesa da autonomia e da independência de partidos e organizações, não estiveram presentes nos debates do grupo, que aparentou ser menor e com poucas atividades.

Por último aqui, o exílio das brasileiras em Portugal é fortemente marcado pelo silêncio, que significou restrições importantes para o entendimento das trajetórias e das militâncias das mulheres brasileiras em Portugal. Apesar da minha tentativa de minimizar as ausências provenientes dele, por si só sinalizam a compreensão coletiva de valorização de outras experiências como mais importantes, como as das brasileiras exiladas que se tornaram feministas na França - o que também não é uma unanimidade, uma vez que o tornar-se feminista não foi uma experiência universal. Desta forma, apesar de demonstrar a invisibilidade das mulheres brasileiras e tentar apresentar algumas informações sobre elas, algumas biografias, trajetórias e protagonismos das brasileiras exiladas em Portugal ainda precisam ser explorados.

## 5. CAPÍTULO 4: O RETORNO DAS EXILADAS BRASILEIRAS E A LUTA POR DIREITOS DURANTE A DEMOCRATIZAÇÃO

Estamos tentando feminizar o mundo. Batalhando para superar nossos ressentimentos, nossas invejas, para crescermos juntas, solidárias e amantes. Gostamos mais de ser assim: isto nos dá prazer. É bom fazer política no feminino. Se, anteriormente, politizamos o privado segundo as regras do masculino, entendemos, agora, que é hora de feminizar a política<sup>245</sup> (MORAES; SILVA, 1981)

O objetivo deste capítulo é tratar do retorno ao Brasil das mulheres exiladas em Portugal e na França, as reinserções políticas que ocorreram, os engajamentos e as transformações ocorridas no exterior e que foram rearticuladas na reinserção no Brasil. Pretendo pensar a transitoriedade das ideias e propostas políticas, que se constituíram no Brasil e que passaram a ser incorporadas nas pautas dos processos de democratização; ou seja, pensar a contribuição das exiladas com a forma de organização política brasileira, com a fundação de Organizações Não-Governamentais (ONGs), grupos de militância feministas (das mais variadas formas) e os debates/conflitos políticos que vinham ocorrendo durante os anos de 1980. Neste capítulo, são importantes os debates quanto às temáticas da ação social, movimentos sociais no Brasil durante os anos de 1980, da autonomia, e do envolvimento de novos e velhos sujeitos nos movimentos sociais. Além disso, por ter como objeto mulheres e trajetórias, também utilizarei discussões sobre a atuação das mulheres na transição democrática, feminismos e pautas/reinvindicações dos feminismos durante o período.

Os movimentos feministas e de mulheres, que nasceu no Brasil ainda durante a ditadura e se fortaleceu durante a democratização na década de 1980, também esteve fortemente comprometido com a democracia, tanto por meio da luta do fim da ditadura, em suas diferentes formas (como no Movimento Feminino pela Anistia, Comitês de Anistia, organizações feministas, eventos acadêmicos sobre a condição feminina, entre outros), quanto pela constituição de formas de engajamento civil e interpelação do Estado para obtenção de direitos que poderiam garantir equidade de gênero<sup>246</sup>. Em outras palavras, como bem explicado por

<sup>245</sup> Conforme explicado no início, este texto foi escrito por dez mãos participantes do *Nós Mulheres* em resposta a críticas pela não participação do 3º Congresso da Mulher Paulista.

<sup>246</sup> Termo cunhado a partir da perspectiva atual.

Scavone (2020, p. 209), “tanto em nível organizacional, estatal, como político, o movimento feminista consolidou durante o processo de democratização suas reivindicações próprias e, por meio delas, foi um dos atores de peso nesse processo”. Scavone cita o movimento feminista, mas, explicitamente, esta condição pode ser ampliada para todos os movimentos que tiveram protagonismos das mulheres. Os anos de 1980 representaram a década da democracia e dos movimentos sociais no Brasil (SANTOS, 1999).

O retorno dos exilados e exiladas por si só proporciona muitos aspectos que podem ser explorados. Por ressonância, as reflexões de Silvina Jensen (2011a) me fazem levantar uma série de perguntas acerca do retorno das brasileiras e brasileiros, tais como: A realidade familiar influenciou? As possibilidades econômicas de cada um estabeleceram condições? Quais foram? Como se deram as autorrepresentações? Quais foram os significados atribuídos, a partir das vozes dos retornados ou outros sujeitos, em relação ao vivido? Houve diferenças e desacordos nas análises políticas? Nos reencontros entre as pessoas que foram e as que ficaram, houve ressentimentos/“acertos de contas”? Como se deram as reinserções nas militâncias políticas? Como as relações de gênero - modificadas no exílio - estiveram presentes em todas essas situações? As redes constituídas no exílio interferiram no retorno? As hierarquias e as heroicizações gendradas assumiram um novo significado com o retorno? Longe de querer abordar todos os aspectos que envolvem o retorno, este capítulo se insere na continuidade da tese, ao pensar as trajetórias militantes das mulheres com suas solidariedades e conflitos no retorno ao Brasil.

Apesar de bastante citado, como de grande influência para o período (como demonstrarei mais abaixo), o retorno das brasileiras foi pouco estudado<sup>247</sup>. Nas ocasiões em que ocorreram algum tipo de tentativa de elucidação, tratou-se de algumas páginas ou frases, sem muito aprofundamento nos detalhes e nas múltiplas experiências das brasileiras exiladas (que não podem ser restritas aos grupos feministas)<sup>248</sup>. As duas dissertações que dedicaram maior espaço para militância de mulheres e o retorno foram a de Maíra Abreu (2014), que pesquisou sobre o *Círculo e Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris* e que dedica

---

<sup>247</sup> O retorno de brasileiras e brasileiros suscita inúmeras questões atreladas a vida, militância, aspectos políticos e cultura política da década de 1980; como as identidades, a inserção está ligada a todos os âmbitos da vida (trabalho, casa, cidade escolhida para viver) e às relações de afeto (casamento, amores rompidos, etc.). No que tange ao retorno, ainda são poucas as produções sistematizadas que têm como foco as brasileiras e brasileiros, tendo destaque a obra de Denise Rollemberg (1999), que dedicou o último capítulo do seu livro ao retorno.

<sup>248</sup> Tema presente nos artigos: PINTO, 2010; SARTI, 2004 SCAVONE, 2020; entre tantos outros. Também tem destaque as pesquisas pioneiras de Anette Goldberg (1987; 1989a; 1989b; 2000), que abordou consideravelmente o movimento organizado pelo *Círculo e Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris* a partir da perspectiva da história do feminismo brasileiro e traz informações valiosas sobre as brasileiras na França. No entanto, não aborda o retorno. As pesquisas citadas acima não dão destaque às militâncias das mulheres fora do feminismo, às transformações das militâncias e às disputas ocorridas em cada momento.

apenas o epílogo sobre o retorno das brasileiras exiladas (explicitando que a leitura sobre esse período deveria ser feito em termos de “encontro”)<sup>249</sup> e a de Natália de Souza Bastos (2007), que, por sua vez, faz um panorama superficial da continuidade das trajetórias das mulheres da esquerda brasileira, homogeneizando as militâncias feministas centradas no eixo-Rio-São Paulo (esquecendo-se das multiplicidades das experiências na década de 1980). As dissertações que abordaram as mulheres e o exílio, como a de Maíra Abreu (2014) e de Natalia de Souza Bastos (2007), acabam dando um ar de continuidade ao engajamento feminista. Mas, retratar o “encontro” entre as retornadas e as brasileiras é uma tarefa bem mais complexa.

Os livros de memórias também abordam menos o retorno ao Brasil. Por exemplo, *Memórias das Mulheres do Exílio* não registra o retorno, uma vez que o projeto se deu no final dos anos de 1970 (anterior a Anistia); *Uma tempestade como a sua Memória*, de Martha Vianna, acaba se voltando para as narrativas focadas na vida durante a repressão e o exílio. A ausência acaba deixando de fora o retorno como uma (não)experiência política contada pelas mulheres<sup>250</sup>. Proporcionalmente, e em relação ao exílio e à ditadura, o retorno tem muito menos espaço. O menor enfoque sobre o retorno, nos livros de memórias de mulheres, me faz considerar que essas ainda são memórias subterrâneas que necessitam de uma análise específica e ainda têm muito a ser exploradas. Ao nomear como memórias subterrâneas, termo cunhado por Michel Pollak (1989), parto do princípio da valorização dos protagonismos das ações de resistência contra a ditadura e da construção de relações sociais mais igualitárias; para além da leitura binária (militantes *versus* repressão) a partir da violência (FICO, 2012).

Ao longo do capítulo retomarei as inserções políticas das seguintes mulheres brasileiras, que estiveram exiladas na França e em Portugal: Angela Maria Silva Arruda, Benedicta Savi, Clarisse Galvão Figueiredo, Carmem Maria Craidy, Elizabeth de Vargas e Silva, Ieda dos Reis, Hilda Fadiga de Andrade, Yolanda Cerquinho da Silva Prado, Lia Zatz, Margarida Amaral,

---

<sup>249</sup> Irácella da Cruz Alves (2020) teceu várias críticas à leitura realizada por Maíra Abreu (2014), acerca das exiladas, uma vez que, segundo a primeira, a socióloga “acredita que até os anos [de] 1970 sequer havia feminismo no Brasil” e recebeu acriticamente as memórias das feministas do exílio. Lendo as obras de ambas, algumas considerações precisam ser feitas. É fato que Maíra Abreu não se preocupou com uma análise das memórias. No entanto, a sua leitura se situa na tentativa de entender - o faz muito bem - a constituição da militância das mulheres brasileiras junto aos dois grupos feministas (não fora deles e também não o encontro com as mulheres de outros grupos), o que, por sua vez, se lido individualmente traz a sensação de supervalorização das experiências das brasileiras que participaram destes grupos. Já, Irácella da Cruz Alves, a partir da perspectiva do Brasil e querendo dar destaque ao que acontecia algumas décadas antes, acaba valorizando as experiências feministas e de mulheres pecebistas, que é o grande mérito de sua pesquisa. Isso, também, causa certo desconforto, uma vez que toda a sua tese está pautada em chamar as pecebistas das décadas de 1940 até 1960 de feministas, mesmo quando elas não se identificaram como tal. Longe de querer dizer quem está mais certa aqui, o que é preciso destacar é que, mesmo academicamente, existem desencontros e leituras diversas pautadas na tentativa de dar destaque maior ou menor aos objetos de pesquisa.

<sup>250</sup> Alguns homens retrataram os choques e as experiências do retorno. Há destaque aqui para Fernando Gabeira, com o livro *Entradas e Bandeiras* (1981).

Maria Betânia de Melo Ávila, Sandra Macedo, Suzana Maranhão, e Sonia Alves Calió. Pelas dificuldades de conseguir entrevistas, algumas trajetórias de exiladas, que foram bastante debatidas nos capítulos anteriores, serão apenas lembradas, uma vez que suas vozes sobre o retorno não foram registradas nos materiais recolhidos anteriormente. São elas: Moema Correia São Thiago, Maria Lygia Quartim de Moraes, Zuleika Alambert. Pela falta de informação, algumas trajetórias acabaram ficando de fora, como as de Albertina de Oliveira Costa, Maria do Carmo Brito, Norma Marzola, e Valentina da Rocha Lima. Também assinalarei sobre o retorno das brasileiras exiladas em outros países, tais como Benita Beatriz Accioli Cannabrava, Moema Viezzer, Renata Guerra, entre outras.

### 5.1 OS MOVIMENTOS DE MULHERES E FEMINISTAS NO BRASIL, NO FINAL DOS ANOS DE 1970

A década de 1970, no Brasil - que começou com o endurecimento do regime ditatorial, o fracasso da luta armada e as perseguições dos mais diversos grupos políticos<sup>251</sup> - assumiu nova configuração na segunda metade, atrelada à anistia, à abertura política e à emergência de novos movimentos sociais (como o movimento negro, feminista e de mulheres, homossexual, sindical, e indígena) (ARAÚJO, 2000; BANIWA, 2007; DOIMO, 1995; DOMINGUES, 2007; SADER, 1988). Estas discussões se manifestaram de maneiras ainda mais expressivas nos momentos em que o debate público pôde ser realizado de forma um pouco mais livre<sup>252</sup>, diante do fim da ditadura e do autoritarismo do Estado, após a promulgação da Lei de Anistia, em 28 de agosto de 1979, e do fim do bipartidarismo. Embora o aparato estatal da ditadura ainda estivesse presente, o período foi embrionário para inúmeras discussões que tomaram corpo público durante a década de 1980. Um dos principais foi o ativismo das mulheres.

As mulheres estavam organizadas em diferentes esferas e espaços da sociedade, como: a) na universidade, fazendo pesquisas sobre a temática da “mulher”, b) na Igreja Católica, junto à teologia da libertação, c) na publicação de textos e artigos de jornais (sejam eles feministas ou não), d) no movimento pela Anistia, e) nos clubes de mães e f) nos movimentos sindicais (DUARTE, 2020; MÉNDEZ, 2008; SADER, 1988; TELES; LEITE, 2013). Os protagonismos

<sup>251</sup> A história de derrota das esquerdas e do ideal de revolução tem inúmeras leituras. A mais interessante delas, realizada por Marcelo Ridenti (2010, p. 255), apresenta que os grupos armados “ao perderem [...] a sintonia com o dever da sociedade brasileira, ao deixarem de encontrar inserção nos movimentos sociais, desenraizando-se, tornaram-se marginais à dinâmica da realidade social e política”; o que significou a entrada em uma “lógica de sobrevivência” e “autodestruição”.

<sup>252</sup> Como já citado em nota de rodapé do capítulo 1, a relação feminismo e vigilância da ditadura passou a ser estudada somente mais recentemente.

das mulheres brasileiras, que de alguma maneira se engajaram com o movimento de mulheres, feministas ou de esquerdas, são muitos e diversos, como pode ser visto pelas trajetórias de Rose Marie Muraro<sup>253</sup>, Heleieth Saffioti<sup>254</sup>, Eva Blay<sup>255</sup>, Lélia Gonzalez<sup>256</sup>, Carmem da Silva<sup>257</sup>, Rosalina Santa Cruz Leite<sup>258</sup>, Iara Prado<sup>259</sup>, Maria Amélia de Almeida Teles<sup>260</sup>, Nildes Alencar<sup>261</sup>, Joana Lopez<sup>262</sup>, Helena Greco<sup>263</sup> e Therezinha Zerbini<sup>264</sup> (DUARTE, 2020; MÉNDEZ, 2008; TELES; LEITE, 2013; TEIXEIRA, 2019). Há, ainda, as esquecidas e anônimas deste período.

Entre as iniciativas, durante os anos iniciais da década de 1970, que tiveram como protagonistas mulheres, e que estavam voltadas à transformação política destas, salienta-se os grupos de consciência (apresentados no primeiro capítulo). Segundo Albertina Costa (1988, p. 65), foi no “contexto de diluição da atividade política, de enterro de nossas esperanças e sob os acordos de “o sonho acabou”, que começa a se reunir, em 1972, em São Paulo, um grupo de mulheres para conversar sobre a sua condição”: grupo inicial e, muitas vezes, caracterizado como de menor importância, que se compunha de mulheres provenientes de uma elite intelectual, com carreira e com uma militância política anterior (COSTA, 1988). Embora não assumisse nenhuma “formalização de organização interna” dos grupos de consciência, é significativo por ser um dos primeiros registros dessa tipologia de grupo no Brasil. Por outro lado, o medo e o terror, causados pelas violências políticas, eram muito presentes, o que fez com que, “embora coletiva, como caseira, doméstica, privada, voltada para dentro, com todos

---

<sup>253</sup> Feminista e escritora vinculada a Igreja Católica. Foi editora da Editora Vozes e defensora da teologia da libertação (MÉNDEZ, 2008).

<sup>254</sup> Já apresentada na nota de rodapé nº 63 do Capítulo 1.

<sup>255</sup> Uma das pioneiras do feminismo acadêmico. Em 1986 foi eleita suplente para uma cadeira no senado, assumindo o posto por diversas vezes durante os anos de 1990.

<sup>256</sup> Intelectual, feminista negra e militante da luta anti-racista (RATTS; RIOS, 2010). Foi fundadora do Movimento Negro Unificado, membro do Conselho Nacional dos Direitos das Mulher e eleita suplente para deputada estadual em 1986 como candidata do PDT (RATTS; RIOS, 2010). Para saber mais ver: RATTS; RIOS, 2010.

<sup>257</sup> Jornalista, escritora brasileira, e feminista. Redigiu a coluna A Arte de Ser Mulher da *Revista Claudia* por mais de 20 anos (MÉNDEZ, 2008).

<sup>258</sup> Militante da VAR-Palmares, foi presa e torturada em 1971. Começou a sua militância junto ao feminismo por meio do jornal *Brasil Mulher* em meados de 1970 (TELES; LEITE, 2013).

<sup>259</sup> Militou clandestinamente de 1969 até 1970 pela VAR-Palmares. Foi presa e torturada, sendo colocada em liberdade em 1971. A partir do ano de 1975 se aproximou da Ação Popular Marxista-Leninista (APML); e a partir desta organização em 1978 chegou ao *Brasil Mulher* (TELES; LEITE, 2013).

<sup>260</sup> Militante do PCdoB, foi presa e torturada. Após deixar a prisão em 1975 passou a fazer parte do jornal e da Sociedade Brasil Mulher (TELES, 2010; TELES; LEITE, 2013).

<sup>261</sup> Irmã de Frei Tito de Alencar. Protagonista junto ao Movimento Feminino pela Anistia.

<sup>262</sup> Feminista e uma das fundadoras do jornal *Brasil Mulher* (TELES; LEITE, 2013).

<sup>263</sup> Protagonista do Movimento Feminino pela Anistia e vice-presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia a partir de 1978 (TEIXEIRA, 2019).

<sup>264</sup> Therezinha Zerbini era esposa de militar punido por ex-colegas por resistir ao golpe (DUARTE, 2020). Foi presa em 1969 e em 1970 (DUARTE, 2020). É uma das principais protagonistas do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), fundado em 1975 (DUARTE, 2020). Uniu-se às feministas para fundar o jornal *Brasil Mulher*, mas rompeu logo em seguida.

os atributos do feminino”, o grupo fosse restrito (COSTA, 1988, p. 66). Este dissolveu-se em 1975 e não foi o único que existiu no Brasil, nestes moldes.

Uma das narrativas fundadoras da reativação dos movimentos feministas brasileiro, ou melhor, dos feminismos considerados de segunda onda, coloca como marco o ano de 1975 (PEDRO, 2006); ano em que surgiram grupos com diferentes perspectivas, a realização de alguns eventos, a instituição do Ano Internacional da Mulher<sup>265</sup>, a inauguração da Década da Mulher, pela ONU, e a I Conferência Internacional da Mulher, no México (PEDRO, 2006; SCAVONE, 2020). O ano de 1975 é bastante contestado como marco fundacional (PEDRO, 2006), uma vez que, como já citado no capítulo 1 desta tese, alguns aspectos ligados às questões do cotidiano e aos novos comportamentos das mulheres brasileiras já estavam presentes na década anterior (GOLDBERG, 1987; ROSEMBERG, 2016; SARTI, 2004); da mesma forma que muitas mulheres já se diziam feministas ou colocavam no centro do debate questões relativas à “condição feminina”, tanto nos aspectos privados como nos políticos (sem utilizar o famoso *slogan* “o privado é político”). (ALVES, 2020; GOLDBERG, 1987; MÉNDEZ, 2008; PEDRO, 2006).

Durante a década de 1970, houve inúmeras atividades de destaque. Foram elas: a) a realização do seminário intitulado “*O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira* realizado no Rio de Janeiro [...] organizado por um grupo de mulheres feministas e patrocinado pela ONU e pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI)”, e que teve como pautas: trabalho, saúde, educação, legislação, discriminação racial, entre outras (SCAVONE, 2020, p. 206); b) as Reuniões Anuais da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), que trouxe para o centro as pesquisas acadêmicas<sup>266</sup> que estavam sendo desenvolvidas sobre a “condição da mulher” no Brasil e que foram pioneiras na temática (MELO, RODRIGUES, 2018); c) o Iº Congresso da Mulher Paulista, realizado em 1979; d) o Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulistana, realizado no ano de 1975 com o patrocínio da ONU e da Cúria Metropolitana de São Paulo (TELES; LEITE, 2013); e e) os Grupos de Trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação e Ciências Sociais (ANPOCS), denominados *Mulher e Força de Trabalho* (1979) e *Mulher e Política* (1980) (AMORIM, 2019).

---

<sup>265</sup> Cabe lembrar que a constituição do Ano Internacional da Mulher foi apenas uma repercussão dos movimentos de mulheres e feministas que estavam ocorrendo em diversos países, como os citados no capítulo 1 (PEDRO, 2006).

<sup>266</sup> Para saber sobre as produções acadêmicas em múltiplas disciplinas referentes à mulher brasileira, ver: FUNDAÇÃO..., 1979; FUNDAÇÃO..., 1981.

A partir do ano de 1975, emergiram novos<sup>267</sup> grupos políticos de mulheres que deram a tônica ao movimento até 1980, como: o *Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira* (CDMB) em São Paulo; o *Centro da Mulher Brasileira* (CMB), no Rio de Janeiro, no ano de 1975; a *União de Mulheres do Ceará*, no ano de 1979; a *Sociedade Brasil Mulher*, que produziu o jornal *Brasil Mulher*; o *Movimento Feminino pela Anistia* (MFPA), em 1975; o *Grupo Somos*, em 1978; o *Centro da Mulher* de João Pessoa, em 1979 (que, em 1980, passou a ser o *Grupo Feminista Maria Mulher*); entre tantos outros grupos Brasil afora (DUARTE, 2011; DUARTE, 2012; GREEN, 2014; TELES; LEITE, 2013; SILVA, 2020; SOBREIRA, 2017). Nesta lista de grupos, tem destaque o MFPA<sup>268</sup>, constituído, a partir do ano de 1975 em diferentes estados brasileiros e que foi o “primeiro movimento organizado a lutar pela anistia aos perseguidos políticos após 11 anos do regime de exceção” (DUARTE, 2011, p. 241).

Durante aquela década, ainda foram criados vários jornais feministas, ou com mulheres sendo protagonistas, como o *Brasil Mulher* (em 1975) e o *Nós Mulheres* (1976-1979)<sup>269</sup>. Nas palavras de Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz Leite (2013, p. 61), “para se fazer os jornais havia a necessidade de se ter movimentos organizados e, por outro lado, estes foram os maiores beneficiados pela imprensa feminista”. A produção de jornais pela imprensa alternativa foi uma característica muito forte desta época, pois era onde ocorriam os debates (obviamente, não sem conflitos) sobre a situação das mulheres ou dos grupos dissidentes, como nos periódicos *Versus* (1975), *Em Tempo* (1977), *O Movimento* (1975), *Tição* (1978), *Lampião da Esquina* (1978), etc. (ARAÚJO, 2000; LIVRAMENTO, 2014, RODRIGUES, 2014). Durante a década de 1980, emergiram tantos outros, em todo o Brasil, tais como *Chanacomchana* (1981), *Mulherio* (1981) e *Maria Maria* (1984).

Os clubes de mães<sup>270</sup>, que se desdobraram no Movimento do Custo de Vida (MCV), organizados principalmente em São Paulo, também são uma marca do final da década de 1970

---

<sup>267</sup> A emergência destes grupos, durante a década de 1970, não anula o fato de que antes disso existiam espaços que discutiram a “questão da mulher”, tinham como protagonistas as mulheres, tais como as mulheres do PCB, com o Instituto Feminino de Serviço Construtivo (1947) e a Federação de Mulheres do Brasil (1947-1957) (ALVES, 2020).

<sup>268</sup> Para Ana Rita Fonteles Duarte (2020, p. 489), nas “narrativas sobre a anistia [...] há uma tendência em identificar o CBA [Comitê Brasileiro pela Anistia] como catalisador mais importante da campanha da anistia, em detrimento do MFPA, considerado mais restrito e de abordagem pouco política, embora precursor”. O MFPA utilizou-se da transgressão das atribuições de gênero a fim de obtenção dos seus resultados políticos (DUARTE, 2011; DUARTE, 2012). O MFPA não se dizia feminista, apesar de congrega no grupo muitas mulheres, feministas ou que se tornaram nos anos seguintes, e teve papel significativo uma vez que para muitas mulheres era um dos primeiros lugares para o protagonismo político (DUARTE, 2020).

<sup>269</sup> A fim de verificar mais sobre os debates e publicações nestes jornais, ver: TELES; LEITE, 2013; LEITE, 2003.

<sup>270</sup> Cabe lembrar que a constituição de clubes de mães antecede a década de 1970. Para saber mais, ver: DOIMO, 1995; SADER, 1988.

e início dos anos de 1980 (SADER, 1988; TELES; LEITE, 2013). O MCV foi uma das “mais bem-sucedidas experiências cotidianas, discutida e organizada nas comunidades de base, nos clubes de mães, nos grupos informais reunidos nos bairros de periferias” (TELES; LEITE, 2013, p. 189). Entre outras coisas, o movimento reivindicava serviços públicos e melhores condições de vida, como a redução dos preços dos gêneros de primeira necessidade, a criação de creches, escolas, transportes, moradias e serviços de saúde (TELES; LEITE, 2013). Alguns de seus atos chegaram a reunir mais de 5 mil pessoas, como a assembleia de 1978 em São Paulo (SADER, 1988; TELES; LEITE, 2013). Além disso, como as reivindicações não eram contestatórias da sociedade, e sim reivindicatórias de melhorias em função dos efeitos das desigualdades sociais - somadas também ao caráter ‘feminino’ e emocional do movimento -, os militares tinham certa tolerância com o movimento (SADER, 1988; TELES; LEITE, 2013).

Diferentemente de outros países, como a França, os movimentos feministas ou de mulheres, no Brasil, durante os anos de 1970, não parece ser um fenômeno radicalizado de liberação já que as condições políticas, sociais e econômicas no Brasil eram muito distintas. Mas, foi embrionário para muitas pautas e engajamentos e para a participação política de diferentes sujeitos, assim como foi parte de outros movimentos que surgiram. Longe de querer definir as origens ou heranças, em um sentido de progresso dos grupos e dos movimentos entre os anos de 1970 e 1980, a função aqui, sobretudo, é explicitar a já existência de um debate público e o protagonismo das mulheres, no Brasil, antes do retorno das exiladas.

As discussões e as acusações também estavam presentes: embates entre pautas gerais e específicas, conflitos ligados aos termos como *feminismo versus feminino*, a relação contraditória com as esquerdas da época, e a definição do “tipo” de feminismo (liberal, marxista, etc.), a patrulha ideológica para o que vinha dos Estados Unidos e a polêmica sobre a “origem” do movimento na década de 1970 (PEDRO, 2006; GOLDBERG, 1989). Por exemplo, o jornal *Brasil Mulher*, surgido em 1975, como um órgão do Movimento Feminino pela Anistia e com a “proposta de ser um veículo de debate das questões de interesse das mulheres” (TELES, LEITE, 2013, p. 72), apresentou conflitos, entre as “feministas” e Terezinha Zerbini. Zerbini dizia que a sua luta era “feminina” (não feminista) e estava voltada para a cidadania (DUARTE, 2020). Mais tarde, o jornal, que estava sendo feito em Londrina, foi transferido para São Paulo e, a partir da edição número 6, passa a se autodefinir como feminista (SINGER, 1980).

Os movimentos de mulheres e feministas, que emergiam no Brasil neste período, também variaram enormemente, nos quais era possível encontrar mulheres negras, das camadas populares e da classe média, o que fez Vera Soares (1994) considerá-los de maneira plural: “movimentos de mulheres”. Expandiram-se de um quadro inicial, mais ligado às classes-médias

intelectualizadas, para espaços e lugares onde também passaram a contemplar mulheres de camadas populares e suas demandas. Com a sua “origem”, ainda muito marcada pelas organizações de esquerda e que buscavam “conscientizar” as camadas populares (PEDRO, 2006), as interlocuções entre as diferentes mulheres também são marcadas por hierarquias. Como no caso da distribuição do jornal *Brasil Mulher*, onde, embora muitas mulheres enfrentassem valores e atitudes conservadoras com relação aos seus corpos, “quando se dirigiam à mulher operária, restringiam, na maioria das vezes, o debate à dupla jornada, às condições de trabalho, às creches, à luta contra o custo de vida e à luta pela anistia” (TELES; LEITE, 2013). Paradoxalmente, as mulheres que reivindicaram o papel de protagonistas na defesa dos direitos de si nos grandes centros urbanos nacionais foram àquelas que estavam entre as camadas privilegiadas da nossa sociedade e que limitaram alguns debates às demais mulheres.

Os diferentes movimentos sociais emergentes no período tiveram que “construir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque elas eram ignoradas nos cenários públicos instituídos” (SADER, 1988, p. 199), o que significou, para Eder Sader, o motivo pelo qual o tema da autonomia esteve fortemente em seus discursos. Esta questão divide opiniões, já que a reivindicação da autonomia se dá por meio da relação com outros grupos (com a interferência ou aceitação das demandas), pelos conflitos existentes e, também, da perspectiva de leitura e da comparação. Por exemplo, para Albertina de Oliveira Costa (1988, p. 66), se, por um lado, as brasileiras que estavam vinculadas ao *Círculo* ou ao *Grupo Latino-Americano de Mulheres* reivindicavam a autonomia, que “em alguns casos até mesmo [levou] à ruptura com seus grupos políticos de origem”, por outro lado, no Brasil, a situação era distinta já que “não havia com [o] que romper, é uma conjuntura em que as amarras estão frouxas”. Aqui, também, inclui as exiladas em Portugal, onde o debate sobre a autonomia não esteve presente. Anette Goldberg, citada acima, também sentiu falta do debate sobre “autonomia” no Brasil.

Além dos debates sobre autonomia e os conflitos, o contexto de um país onde não havia ocorrido a implementação do *welfare state* também dava uma outra tonalidade ao debate do movimento de mulheres e feministas daqui. A luta por anistia e acesso à “luz, escolas e asfalto não foram palavras de ordem correntes nos movimentos de mulheres em sociedades de capitalismo maduro onde um mínimo de conforto social está[va] assegurado” (COSTA, 1988, p. 67), muito menos entre as brasileiras exiladas (que debateram questões gerais e específicas), mas que não precisavam lutar coletivamente por garantias básicas para manter suas existências. Segundo Albertina de Oliveira Costa (1988, p. 66), é longe da polícia e da miséria que se tende a desenvolver um feminismo radical de cunho libertário e foi “a convivência com a repressão

[...] a proximidade da iniquidade social que modelam um estilo de feminismo ‘bem-comportado’, de cunho marcadamente social”. O conflito entre o feminismo “bem-comportado” de caráter social e o “feminismo radical” atravessava fronteiras e esteve presente na Conferência Internacional da Mulher, em 1975, no México, com o antagonismo entre “as mulheres do terceiro mundo mais ‘politizadas’ e as feministas das nações desenvolvidas (os termos são da época)” (COSTA, 1988, p. 67).

Os movimentos sociais que emergiram no final dos anos de 1970, no Brasil, mantinham diálogo com o contexto internacional, mas em uma situação específica, ligada ao processo político vivido por aqui: era sob uma ditadura que estavam vivendo as mulheres brasileiras e, em função dela, acabaram organizando as suas pautas; diferentemente das mulheres exiladas, que puderam “discutir sem medo de serem presas e escolher entre as muitas combinações possíveis entre a luta de classes e luta entre sexos” (COSTA, 1988, p. 66). Como visto, eram patrulhadas e estavam próximas aos debates das organizações de esquerda, dos quais faziam parte. Mas, também, estavam suficientemente longe da convivência cotidiana com a miséria e das mazelas das desigualdades sociais de uma sociedade de forte herança colonial, como a brasileira. Por isso, embora fossem externas dentro de seus países de exílio, usufruíam das condições de cidadania feminina (em seu sentido pleno e ampliado) que lhes era oferecida; novamente, diferentemente do Brasil, cuja “questão da cidadania não se coloca”, ou melhor, estava restrita pela condição da ditadura (COSTA, 1988, p. 66).

Por outro lado, mesmo que “as relações entre as feministas e homens e mulheres de esquerda tenham sido tumultuadas e sofridas, essa inserção no campo da esquerda ou da oposição ao regime acaba por imprimir certas características ao movimento” (COSTA, 1988, p. 68). Aqui, tem destaque a percepção de Anette Goldberg, brasileira e estudiosa do feminismo dos anos de 1960 e 1970, que havia feito sua ‘conversão’ ao feminismo no *Círculo* em Paris. No retorno ao Brasil, Anette Goldberg se diz em “choque” porque “Chamou-me a atenção, por um lado, o fato de que a individuação de muitas delas tivesse sido um processo de grandes rupturas e crises pessoais sem que isso desembocasse em qualquer identificação com ‘irmãs de gênero’ e estimulasse o surgimento de liberação” (GOLDBERG, 1989b, p. 1); Ao mesmo tempo em que “várias das que eu apressadamente tendia a etiquetar como ‘feministas’ se referiam ao feminismo como ‘coisa de sapatão’ ou como movimento de esquerda fechada e careta” (GOLDBERG, 1989b, p. 1). Continuando a sua análise, Anette situa que:

Por outro lado, espantou-se [sic]<sup>271</sup> encontrar no Centro da Mulher Brasileira (CMB-RJ), associação que detinha o monopólio do movimento feminista no Rio de Janeiro desde 1975, um “novo feminismo cujas expressões não o distanciavam muito da concepção marxista tradicional de “movimento de mulheres”, sendo veiculado por representantes de uma corrente política que durante várias décadas, aliás havia se posicionado contra o feminismo e desprezado suas manifestações do passado, rotulando-as de fenômeno pequeno-burguês criado pela importação de ideias do estrangeiro. Tudo me parecia fora do lugar. As “novas mulheres” não se consideravam feministas e as “novas feministas” tinham uma concepção do político e uma maneira de fazer política vetustas, ainda que entre elas houvesse muitas sinceramente preocupadas com a melhora da situação das mulheres ou dispostas a lutar por uma nova sociedade igualitária sob todos os aspectos. Nada disso tinha similitude com a ideologia que eu associava aos novos movimentos de liberação urgidos [sic]<sup>272</sup> na América do Norte e em países europeus a partir do final dos anos 60: no Brasil pouco se utilizava as categorias “gênero” e “patriarcado” na caracterização da situação das mulheres; a prática de grupos de autoconsciência não era valorizada; a noção de autonomia e a ideia de experimentos sociais alternativos não apareciam no ideário feminista considerado adequado à realidade brasileira. [...] (GOLDBERG, 1989b, p. 1-2).

O reencontro, com o impacto entre o que havia sido vivido no exterior e o que encontraram no Brasil, também foi alvo de conflito entre as exiladas e as não-exiladas, assunto dos próximos tópicos. Mas, o destaque aqui é que certas práticas e termos provenientes das esquerdas estavam presentes nos movimentos feministas brasileiros - o que não era uma exclusividade do Brasil<sup>273</sup> - ao mesmo tempo em que palavras de ordem, vistas na Europa e nos Estados Unidos, não pareciam estar em debate por aqui, tais como “gênero”, “patriarcado”, “autoconsciência”, “autonomia” e “experimentos sociais alternativos”. A leitura oferecida por Anette Goldberg é pautada na noção de alteridade e identidade a fim de analisar a emergência do feminismo brasileiro, o que a levou ao ‘choque’, já que sua perspectiva advinha dos prismas europeu e estadunidense. O ‘choque’ de Anette Goldberg, que se torna ponto de partida para o entendimento do feminismo brasileiro no seu texto, me faz perguntar, afinal, o fato de as brasileiras exiladas estarem no exterior significava que seriam ‘mais feministas’ ou ‘mais próximas’ ao feminismo? O feminismo, que “veio” ou existia no exterior, era melhor?

<sup>271</sup> Provavelmente a palavra correta é “espantou-me”, uma vez que em todo o trecho ela está falando em primeira pessoa do singular.

<sup>272</sup> Provavelmente a palavra correta é “urgidos”.

<sup>273</sup> Cabe lembrar, conforme foi sinalizado no primeiro capítulo acerca do movimento francês e português, que a relação tensa e de proximidade com as esquerdas não foi uma característica exclusiva dos movimentos feministas e de mulheres brasileiras.

Os estudos decoloniais<sup>274</sup> assinalam que a perspectiva eurocêntrica afeta a vida cotidiana da totalidade da população mundial e significa tanto a sobreposição de saberes quanto a constituição de um espelho que distorce a realidade (QUIJANO, 2005). Aqui aplicada às experiências das latino-americanas, também me fazem questionar: A generalidade de se considerar que as exiladas trouxeram debates importantes (mesmo que nem todas se tornaram feministas no exílio) não se deu justamente por que vinham da Europa? Isto é, diante da nossa herança colonial (marcada pela perspectiva eurocêntrica), “o choque” de Anette Goldberg não seria mais uma vez a expressão de que o que acontecia na Europa (e nos Estados Unidos) seria mais elaborado? Seriam as europeias e as estadunidenses as produtoras de um conhecimento feminista do qual as brasileiras, que viviam no Brasil ou as exiladas brasileiras, não faziam parte? Até que ponto houve ou não uma supervalorização das exiladas, que culminou com o *status* da exilada feminista? E, por último, as exiladas carregavam uma compreensão hierárquica em função das suas militâncias? Em que termos?

As questões suscitadas, a partir do texto de Anette Goldberg, aproximam-se dos dois ‘mitos’ constituídos acerca do retorno das exiladas ao Brasil: de que as brasileiras exiladas tornaram-se feministas (lido, muitas vezes, de modo a entender que *todas* as brasileiras exiladas tornaram-se feministas) e a ideia de que o feminismo brasileiro *veio do exílio*, com o retorno das exiladas.

Como visto nos capítulos anteriores, o “tornar-se feministas” das brasileiras exiladas esteve permeado por múltiplos aspectos, como as experiências pessoais, o contexto de integração e a proximidade com a comunidade formada no exterior, ou seja, por dimensões objetivas e subjetivas. Apesar da expressiva constituição de grupos de consciência e de influências subjetivas na prática cotidiana, nem todas as brasileiras se envolveram com movimentos de mulheres ou feministas ou quiseram se autoproclamarem como tal. A percepção criada de que *todas as brasileiras exiladas se tornaram feministas no exílio* me parece estar mais atrelada ao fato de que a historiografia sobre o exílio, quando registra as mulheres, acaba registrando-as como tais; ou melhor, quando as mulheres exiladas são lembradas é para falar sobre o feminismo ao qual algumas delas engajaram-se no exterior. Isso se deu, principalmente, porque as experiências das mulheres brasileiras exiladas, tidas como universais, foram daquelas

---

<sup>274</sup> Os estudos decoloniais são uma análise do presente que buscou questionar os alicerces das construções de saber/poder que se constituíram no período colonial, mas persistem na vida social dos sujeitos no globo mesmo sem o colonialismo. Estas discussões envolvem a crítica à modernidade e ao eurocentrismo e as questões corpóreas de raça, gênero, lugar social, sexualidade, etc. Também se constituiu nas últimas décadas um campo de estudos feministas decoloniais que passou a questionar e criticar as origens europeias, a valorizar os saberes feministas latino-americanos e a questionar as categorias vindas do norte global. Algumas discussões a respeito podem ser vistas aqui: BALLESTRIN, 2020; LUGONES, 2008; QUIJANO, 2005; SEGATO, 2012.

que estiveram na França (como citado no capítulo anterior). Isso corresponde a uma ideia parcial, em múltiplos sentidos. As experiências das brasileiras não podem ser reduzidas ao exílio na França e nem as todas exiladas se tornaram feministas. Por exemplo, Renata Guerra, que se exilou na Argentina após o golpe do Chile, não se envolveu com o feminismo.

Ademais, como assinalai acima, as discussões sobre a “condição da mulher”, o “feminismo” e o “movimento de mulheres” já estavam ocorrendo no Brasil, quando as exiladas retornaram do exterior. Por isso, com o retorno, as exiladas não criaram os feminismos brasileiros da década de 1980; no máximo contribuíram, permeadas por conflitos e debates, com o movimento de mulheres ou feminista com pautas e perspectivas. Devo assinalar que se reconstituíram como sujeitos na e pela nova experiência que tiveram ao retornar ao Brasil (SCOTT, 1999). Como já demostrei nos capítulos anteriores, algumas das brasileiras exiladas não se tornaram feministas durante o exílio; e dentro deste quadro das “não feministas” no exterior algumas se constituíram como militantes no retorno ao Brasil. Já aquelas que se constituíram feministas no exterior, as discussões e as inserções, mesmo que ainda dentro dos movimentos feministas, não foram as mesmas entre o exílio e o retorno. Para todas as brasileiras, as práticas políticas do retorno foram diversas das vividas nos anos anteriores.

A volta das exiladas contribuiu para o fortalecimento dos movimentos feministas e de mulheres, em emergência no Brasil (SARTI, 2004), uma vez que tinham, em suas bagagens, as experiências ligadas aos grupos de esquerda do período da ditadura, de antes de deixarem o país, assim como aquelas desenvolvidas em diferentes espaços políticos no exterior, como os movimentos feministas europeus, o movimento pela anistia, os grupos de consciência constituídos no exterior e as campanhas de denúncia da ditadura. Por exemplo, para Sonia Malheiros Miguel (1988, p. 51), no Rio de Janeiro, as retornadas da Europa acabaram reforçando “o ponto de vista das feministas radicais, trazendo consigo a crítica, que o movimento feminista fazia lá fora, ao patriarcalismo e à estrutura hierárquica e autoritária dos partidos e da sociedade em geral”.

Mas, informações e pessoas circulavam antes mesmo do retorno definitivo, como pode ser visto nos registros dos jornais e materiais produzidos tanto no Brasil quanto no exterior. Esta temática, da circulação por si só, é uma outra história, que precisa ser aprofundada, embora também estivesse presente na década de 1970. Por exemplo, Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz Leite (2013) retratam a divulgação do movimento de mulheres em diferentes países no jornal *Brasil Mulher* e no *Nós Mulheres*; Branca Moreira Alves (que viveu nos Estados Unidos e esteve em Portugal) constituiu um grupo de consciência no Rio de Janeiro e fez parte do Centro da Mulher Brasileira (PEDRO, 2006). Já, do outro lado do oceano, as exiladas brasileiras

na França liam e analisavam os jornais feitos no Brasil (*Brasil Mulher*)<sup>275</sup> e enviavam correspondências ao *Nós Mulheres, Movimento e Brasil Mulher*<sup>276</sup>; da mesma maneira que as brasileiras em Portugal tentaram ler o livro de Heleieth Saffioti (citado no capítulo 03).

Ademais, ainda durante a década de 1970, no Brasil, já havia algumas retornadas, como, Lia Zatz (exilada em Paris, que retornou antes da Anistia, em 1974) e Maria Lygia Quartim de Moraes (que circulou entre o Brasil e França) que participaram do jornal *Nós Mulheres*<sup>277</sup> (TELES; LEITE, 2013); ambas próximas ao grupo Debate em Paris (citado no capítulo 2). Lia Zatz, em sua entrevista por *e-mail*, apenas contou que foi com o retorno ao Brasil que se envolveu com o feminismo; para ela “Meu namorado, que voltou sem estar formado, conseguiu emprego como jornalista e eu não. O feminismo começou a me atrair aí...” (ZATZ, 2018). Além do feminismo, a retornada entrou na União dos Comunistas e realizava pós-graduação em Ciência Política na USP (ZATZ, 2018). Infelizmente, a exilada não deu muitos detalhes sobre a sua inserção política neste momento. Mas, é interessante destacar que Lia se tornou feminista em São Paulo, depois do retorno do exílio.

Maria Lygia Quartim de Moraes retornou ao Brasil em agosto de 1975 com a sua filha e, também, sob a “iminência de uma prisão ou, mesmo, do risco de morte” (MORAES; SILVA, 1981, p. 22). No retorno ao Brasil participou do *Nós Mulheres* o que, segundo ela, tratava-se do “primeiro grupo de mulheres que se declarou feminista, rompendo com a tutela de grupos e tendências políticas, e de sua publicação” (MORAES; SILVA, 1981, p. 31). Nesta experiência política, a então ex-exilada cita que “durante anos [...] batalhamos por um espaço próprio de atuação conhecendo tanto a solidariedade [...] quanto a falta de solidariedade das editoras, gráficas e dos responsáveis por vendas” (MORAES; SILVA, 1981, p. 31). No ano de 1977, também, trabalhou no jornal *O Movimento* (MORAES; SILVA, 1981). Alguns anos depois, após a fragmentação do *Nós Mulheres*, Maria Lygia participou do *SOS Mulher* de São Paulo. Sobre a participação neste grupo, e as rupturas do *Nós Mulheres*, Maria Lygia explicitou pouca coisa.

---

<sup>275</sup> Conforme pode ser visto nos documentos “Análise dos Editoriais do Brasil Mulher”, “Como o Brasil Mulher vê a questão do controle de natalidade e o que propõe?”, “Comentários sobre a página ‘Cultura’ do Jornal Brasil Mulher”, “Trabalho da ♀ no B.M.”, “Sobre os Jornais ‘Brasil Mulher’”, encontrados no volume 04 das documentações do Círculo das Mulheres Brasileiras em Paris. Estas atividades também foram lembradas por Elisabeth T. de Vargas e Silva, Suzana Maranhão e Maria Betânia de Melo Ávila.

<sup>276</sup> Conforme documento “Enviado a vários jornais: Opinião, Movimento, Brasil-Mulher, Nós Mulheres; mas não obtivemos resposta” encontrados no volume 04 das documentações do Círculo das Mulheres Brasileiras em Paris.

<sup>277</sup> Cabe destacar que, apesar de haver ex-exiladas na editoria, Joana Maria Pedro (2007) comenta que no jornal *Nós Mulheres* quase não há textos ou referências do feminismo internacional. A questão das lutas gerais e das lutas específicas da mulher era um aspecto central, o que para a historiadora poderia significar que um afastamento do *Nós Mulheres* do feminismo internacional ocorreu em função das necessidades de alianças nacionais, que, por sua vez, viam o feminismo de maneira ainda bastante pejorativamente (PEDRO, 2007).

Alguns aspectos da sua vida, militância e perspectivas políticas foram retratados no livro *Vida de Mulher*, escrito em 1981<sup>278</sup>. O livro em si não constitui uma autobiografia ou a reprodução de entrevista concedida naqueles anos. Trata-se da mistura entre algumas laudas de informações pessoais, a reprodução de algumas cartas escritas pela ex-exilada e a explicação de suas posições; diferentemente das entrevistas, em que muitas falas trouxeram a explicação das posições do que era vivido no contexto da década de 2010. Nesse sentido, o teor da sua fala trouxe críticas duras à esquerda (como a qualificação de “assexuada”, “machista” e “preconceituosa”), a enunciação do que poderia significar “ser mulher”, a especificidades da mulher (em relação à violência e à vida), os embates entre as feministas e, também, a análise de que muitas posições assumidas pelo movimento de mulheres tinham como origem as hierarquias da esquerda, das quais eram provenientes. Este último aspecto pode ser exemplificado com a crítica de que o *Nós Mulheres* “tinha uma enorme vontade de prestar nossa contribuição à causa operária”, mas “nós, [...], acabamos reduzindo nossas operárias (e as mulheres trabalhadoras em geral) à sua exclusiva dimensão de força-de-trabalho” (MORAES; SILVA, 1981, p. 57).

Retornemos à questão dos feminismos e do exílio, que são o eixo aqui. O retorno das mulheres exiladas engrossou “as associações feministas existentes e [...] [os] grupos de mulheres [...], contribuindo, sobretudo, para a introdução de um *debate* sobre as relações sexo/gêneros, sobre o próprio feminismo” e a política, mudanças sociais, igualdade/diferença, pluralismo e autonomia (GOLDBERG, 1989a, p. 53). Provenientes também desses grupos, deu-se a “difusão pelos meios de comunicação, das “políticas do corpo” e de certos ecos dos movimentos “alternativos europeus”, nos quais a vida cotidiana se tornaria pública e a esquerda se envolveria com as ideias oriundas das “minorias” (como mulheres, negros, homossexuais) e das questões ecológicas (GOLDBERG, 1989a, p. 54). Além disso, conforme Leilah Landim (1993), a chegada dos exilados fomentou uma nova leva de centros e ONGs a partir de 1979. Mas, foi do encontro entre as que ficaram e as que partiram que originou-se o movimento de mulheres e feminista do Brasil (SARTI, 2004); com a exceção de que nem todas as brasileiras que retornaram do exterior se inseriram nos movimentos feministas e de que nem todas as brasileiras que estavam aqui haviam se tornado feministas.

As brasileiras provenientes do exílio tinham tido discussões que não haviam tido no Brasil, quando deixaram o país (como as citadas ao longo dos capítulos 2 e 3), ou cujas conterrâneas que não se exilaram faziam de outra maneira. A situação era de muitos contrastes,

---

<sup>278</sup> Este material contém escritos de duas mulheres: Maria Lygia Quartim de Moraes e Maria Mendes da Silva. Maria Mendes era operária, metalúrgica, de São Bernardo do Campo e sindicalista naquela cidade.

já que a ideia de “exiladas”, enquanto grupo homogêneo, por si só, é bastante problemática, uma vez que havia diferentes posições entre elas: não se inseriram nos mesmos debates (mesmo aquelas que estiveram exiladas nos mesmos países) e não viveram o exílio de maneira homogênea (em função de suas condições interseccionais, relações pessoais, exclusão da ditadura, entre outras). As discussões também não eram uniformes no Brasil; país de dimensões continentais (que possui inúmeros contextos locais) e cujas mulheres são atravessadas por múltiplas experiências. Da mesma maneira, o debate que se estabeleceu na primeira metade da década de 1980 também já não era o mesmo das décadas anteriores.

Foi a soma, entre as mulheres que ficaram e as que se exilaram (em diferentes países), os novos engajamentos de mulheres e a (des)continuidade dos debates, que construiu os movimentos feministas e de mulheres no Brasil durante os anos de 1980. Não foi sem conflitos, hierarquias e velhas/novas contradições e solidariedades, conforme buscarei demonstrar a seguir, a partir de uma leitura sobre o “encontro” e a inserção política das ex-exiladas no Brasil.

## 5.2 OS ANOS DE 1980 E A ABERTURA POLÍTICA

O marco, que tornou realidade o fim do exílio, estabeleceu oficialmente o retorno<sup>279</sup> das brasileiras e brasileiros ao país e inaugurou a transição política brasileira, foi a lei de Anistia nº 6.683, em 28 de agosto de 1979<sup>280</sup> (ABRÃO; 2011; ROLLEMBERG, 1999). A Anistia, para Denise Rollemberg (1999, p. 264), era, ao mesmo tempo, o “fim e o começo”, já que era a marca do fim do exílio e, ao mesmo tempo, “promovia a retomada de uma sequência interrompida”. Mas “a volta se dava em um contexto muito diferente daquele imaginado no início e em meados do exílio”; isto é, uma “volta consentida por uma lei aprovada pela própria ditadura” (ROLLEMBERG, 1999, p. 264). Como citado, algumas exiladas já se encontravam no país, outras estavam aguardando, outras nem voltaram, e outras ainda estavam preparando as malas para a entrada no Brasil. Além disso, o país que as exiladas e exilados deixaram para trás não era o mesmo. Da mesma maneira que elas também já não eram as mesmas pessoas. O

---

<sup>279</sup> O exílio e o retorno não podem ser lidos de maneira separada, uma vez que se o exílio é uma partida não desejada, ao mesmo tempo, também é uma viagem ancorada na ideia de retorno (JENSEN, 2011a). Da mesma maneira que o exílio, “tampouco houve um retorno” (JENSEN, 2011a, p. 251), isto é, da mesma maneira que não podemos, como estudiosas, caracterizar o exílio como uma experiência única e homogênea a todos os sujeitos, também não podemos pensar em um retorno como experiências idênticas, uma vez que foram muito diferentes as realidades sociais e profissionais que esperavam cada sujeito exilado (JENSEN, 2011a, p. 251).

<sup>280</sup> A Lei de Anistia significou muito mais do que retorno das exiladas. Um amplo debate gira em torno dela em função da reparação histórica, justiça, memória pública e silenciamentos. Cabe lembrar que a Lei de Anistia é um ato de reinvidicação popular (ABRÃO, 2011). Para saber mais sobre a Lei de Anistia, justiça de transição e os militares, ver: ABRÃO, 2011; D’ARAUJO, 2012; FICO, 2012; REIS, 2010; RODEGHERO, 2014.

retorno foi o final de um ciclo, autorrepresentado como o começo de um novo (HIRSCH, 2014): o de novas experiências em um país que se transformou durante os anos em que as exiladas e os exilados estiveram fora.

Embora a saída da ditadura militar tenha sido controlada pelos militares e a estrutura ditatorial ainda estivesse ativa até o ano de 1985 (vigiando as atividades organizadas no país) (FICO, 2017), a década de 1980 foi marcada pela ampliação das manifestações sociais (em diferentes esferas) e pela reorganização das instâncias democráticas liberais. O que significou a “reorganização partidária, eleições para os diversos níveis, reelaboração da Constituição do país, eleições presidenciais, etc.” (SOARES, 1994, p. 18). No aspecto da participação das mulheres, significou: a) a entrada das mulheres nas instâncias partidárias, sindicais e associações profissionais reivindicando espaço para o tema “mulher”; b) a constituição de aparatos governamentais que propunham debater o tema “mulher”, visando a “igualdade”; c) a organização e continuidade de grupos não-governamentais voltados às mais diferentes temáticas; d) a realização de encontros nacionais e regionais para o debate acerca da situação das mulheres; e) a organização de pautas de reivindicações dos direitos das mulheres para a elaboração da Constituição; e f) o desenvolvimento de grupos acadêmicos sobre o tema “mulher” (SARTI, 2004; SOARES, 1994).

O período da Lei de Anistia, até as primeiras eleições presidenciais (1985) e a elaboração da constituição, pode ser considerado por sua ambivalência. Ao mesmo tempo em que os militares ainda dominavam os espaços de poder, os movimentos sociais cresciam e fomentavam debates ao demandar direitos significativos na constituição da democracia. A ditadura não foi derrubada pelas diversas resistências a ela ou pelos novos movimentos sociais, mas “a dinâmica social daquela época foi muito importante para a configuração da democracia como a temos hoje em nosso país” (FICO, 2017, p. 66). Por outro lado, para Paulo Abrão (2011, p. 126), a “luta por justiça de transição no Brasil não consta na pauta desses novos movimentos sociais, ficando restrita ao movimento dos familiares de mortos e desaparecidos políticos [...] e ao movimento de reparação [...]”. Essa noção parece esquecer que parte expressiva destes novos movimentos, como os de mulheres, foi extremamente contestador da ditadura e que estes novos movimentos foram gestados no final da ditadura, o que os fez ter as características que lhes deram significado (SARTI, 2004).

Independentemente da posição assumida (seja ela mais ligada às pautas feministas, femininas, na universidade, ou partidos políticos em formação, etc.), com a “transição negociada”, as mulheres tiveram maior espaço de ação política em relação ao passado (SOARES, 1994). Longe de querer abarcar todos os grupos, movimentos ou formas de

organização existentes no país durante a primeira metade década de 1980, a seguir serão apresentados os significados e sentidos a partir das vozes dos sujeitos exilados e retornados (JESSEN, 2011a); um dos grandes eixos<sup>281</sup> possíveis acerca das leituras sobre o retorno do exílio.

### 5.2.1 Grupos feministas e dos movimentos de mulheres durante a primeira metade da década de 1980

No início da década de 1980, os grupos de reflexão, autoconsciência, ou de atuação direta com a comunidade civil “constituem a estrutura organizacional básica do movimento feminista” em diferentes cidades<sup>282</sup> do Brasil (MIGUEL, 1988, p. 57). Possuíam projeto, iniciativas, campo de atuação e público-alvo diversos. Muitos dos grupos deixaram de existir e algumas das informações sobre eles se tornaram bastante imprecisas. Scavone (2020, p. 2010) assinala a existência de “aproximadamente 30 grupos no país, do extremo nordeste, em São Luís do Maranhão, ao extremo sul, em Porto Alegre”, no início da década. Já, um informe, do dia 16 de setembro de 1982, produzido pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro registrou, em suas 11 páginas, 38 grupos feministas organizados nas cinco regiões do país (DUARTE; SILVA; SANTOS, 2019). Por sua vez, uma reportagem intitulada *Feminismo Militante*, de 4 de abril de 1982, reproduzida no Jornal do Brasil, assinalou existir 48 organizações com mais de 500 militantes espalhadas pelo Brasil (FEMINISMO..., 1982). Em alguns deles ingressaram ou foram fundados por ex-exiladas.

À cidade de São Paulo, retornaram (entre tantas outras exiladas), e se inseriram em grupos, as ex-exiladas Sonia Alves Calió, Elisabeth T. de Vargas e Silva, Margarida M. do Amaral Lopes e Benedicta Savi.

Sonia Alves Calió retornou, definitivamente, à São Paulo em maio de 1981. Antes disso, no ano de 1980, tinha vindo por um período de dois meses. No exílio, na França, Sonia participava do *Círculo*, como recordou, em um certo momento: “todas as refugiadas já estavam no Brasil, desde 1979 e 1980. E quando foram voltando, o Círculo foi [a entrevistada se encolhe para expressar a diminuição] diminuindo a atuação, porque já não tinha mais muito sentido, faltava gente para militar” (CALIÓ, 2018). O último grupo foi o da “Sexualidade e Saúde”, do

<sup>281</sup> Segundo Silvana Jesen (2011a, p. 250), existem dois grandes eixos a serem pensados acerca do retorno: o primeiro, citado acima, atrelado às vozes dos retornados; o segundo, sobre a exploração das políticas projetadas e executadas pelos governos e organizações para com os retornados. De um modo geral, o segundo ponto levantado por Jensen não pode ser objeto com relação aos retornos de brasileiras e brasileiros no período pós-ditadura, uma vez que o governo brasileiro não desenvolveu políticas públicas de inclusão às pessoas retornadas. Também por uma questão de recorte, o não-desenvolvimento destas políticas não será analisado.

<sup>282</sup> Marisa Jordan (2015) se recorda, por exemplo, da constituição de um grupo que realizou algumas reuniões em Florianópolis, onde as discussões não andaram muito. O grupo não aparece nas listas citadas neste capítulo.

qual participava Sonia (CALIÓ, 2018). Em São Paulo, Sonia e as demais mulheres (não exiladas e exiladas em outros países) fundaram o *Centro Informação Mulher (CIM)*<sup>283</sup>, no ano de 1981. A ex-exilada se recorda que trouxe material do exterior e procurou quem “estivesse disposta a montar um Centro de Memória”:

O que é que eu pensava? Eu pensava o seguinte: um Centro de Memória que fosse uma coisa atuante, que não fosse aquela coisa estática, um guardador de livro, nada disso. Eu queria uma coisa que influenciasse o movimento de mulheres. [ER: E aí?] E, aí foi uma busca, uma busca, uma busca. Converso com um. Converso com outro. Até que eu caí em uma pessoa chamada Miriam Botassi, que era uma bibliotecária, feminista e muito atuante politicamente. Aí nós... deu click e nós começamos a montar o *CIM*. Aí, montamos. Montamos em 1981 mesmo. O *CIM* foi fundado em 1981. Fundamos o *CIM*. Encontramos um local e montamos, montamos uma equipe. Eu montei com algumas mulheres que eu conhecia fora. Mas, que não eram de Paris. Por exemplo, eu conheci lá fora uma pessoa da Itália, que estava aqui no Brasil, e tinha voltado. Eu trouxe ela: a Vânia. Enfim, nós montamos. A Neide, que estava em Paris. A Neide Rezende, que é professora da USP agora. Mas, ela não estava no *Círculo*. Aí, eu trouxe ela para o *CIM*. A Rosa Beatriz Gouveia, uma geóloga que é minha amiga e tal, e que também não estava no *CIM* (sic)<sup>284</sup>. Mas, estava fazendo uma tese de doutorado lá fora. Eu trouxe ela para o *CIM*. E a Miriam, a mesma coisa. Nós montamos um coletivo de mulheres e começamos a montar o *CIM*. (CALIÓ, 2018).

Mesmo que Sonia assinala o que idealizava para o projeto, foi a partir do contato com diferentes mulheres que o *CIM* foi constituído. O *CIM* de São Paulo foi pensando como um centro de documentação ativo e militante. Para Sonia, isso, significava, “não é ativo parado. Ativo parado que eu digo só assistindo as coisas acontecerem. Atuando também. E vamos pegar todo o material possível e imaginável do movimento de mulheres e vamos catalogar e vamos fazer um Centro de Memória sobre a Mulher” (CALIÓ, 2018). Em outras palavras: constituiu-se como um espaço (não acadêmico) de produção da memória dos movimentos feministas e de mulheres. O que significou na militância de Sonia, que se manteve no movimento feminista,

<sup>283</sup> Conforme o primeiro Boletim do *CIM*: “O *CIM* surgiu em março de 1981, da iniciativa de algumas mulheres que, participando ativamente do movimento feminista, se ressentiam da falta de um Centro de Informação e documentação que subsidiasse o movimento e, ao mesmo tempo, registrasse a história de nossas lutas” (CENTRO..., 1983, p. 1). Tinham como princípios a autonomia do movimento, a desvinculação de partidos e instituições e o incentivo dos diferentes grupos e associações que colocavam em debate a liberação das mulheres (CENTRO..., 1983, p. 1). Os objetivos eram “a reunião, organização e disseminação da informação e o Centro de Memória, no desejo de resgate de nossa história” (CENTRO..., 1983, p. 1). Sonia Alves Calió contou na entrevista que, no início, para arrecadar fundos, o grupo fazia festinhas, comidas e lanches; só mais tarde, conseguiram um financiamento da Fundação Ford (CALIÓ, 2018). A história do *CIM*, e dos Centros de Documentações que recolheram documentos sobre as mulheres na década de 1980, ainda precisa ser melhor explorada. Por último, embora, atualmente, Sonia Alves Calió já esteja aposentada, o *CIM* ainda é ativo e possui um acervo bastante importante para quem busca pesquisas sobre os feminismos (a partir dos anos de 1970 até a atualidade).

<sup>284</sup>Nota de transcrição: provavelmente a entrevistada quis dizer *Círculo*.

um novo engajamento atrelado à guarda, à constituição de acervos e à memória de lutas dos movimentos feministas no Brasil; muito diferente daquele ligado à tomada de consciência junto ao subgrupo ligado à sexualidade e saúde no *Círculo* em Paris.

Por outro lado, cabe lembrar aqui que, embora o engajamento de Sonia junto ao *CIM* tenha se dado no retorno ao Brasil, a ideia do projeto parece ter sido absorvida e projetada no exílio. Sonia não menciona isto em nenhum momento da entrevista. Mas, trouxe, no retorno ao Brasil (e organizou no *CIM*), todos os documentos do *Círculo de Mulheres Brasileiras de Paris* e diversos cartazes do movimento feminista francês. Maria Betânia Ávila (2019) se recordou que “a Soninha quando voltou, inclusive, foi uma das fundadoras do *CIM*, que foi um projeto que começou lá em Paris”. Suzana Maranhão (2019) também se recorda que a ideia de constituição de um centro de documentação sobre as mulheres foi debatida no exterior. Além disso, existiam iniciativas bastante populares, de livrarias, bibliotecas, centros de documentação, etc., na França, como a *Biblioteca Marguerite Durand*<sup>285</sup> (onde hoje é possível encontrar os jornais do *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris* e materiais do *Círculo*).

Ainda, sobre o *CIM*, em análise retrospectiva, realizada para esta entrevista, Sonia Alves Calió considerou que:

Eu acho, eu também criei a minha estrutura de acolhimento e, também, de defesa: “Eu sou do *CIM*”. Não me misturei com as mulheres, obrigatoriamente, com militante que não fosse militante do *CIM*. Eu já falava em nome do *CIM*, o tempo todo: “o *CIM*”, “o *CIM*”. Como o *CIM* era um centro de documentação, mas não era uma coisa estática, era centro de documentação militante, eu podia falar em nome do *CIM*; eu, a Miriam, a Rosa, nós falávamos em nome do *CIM*. A gente se acolheu ali e ficou ali, se... como um casulo, não é? (CALIÓ, 2018).

A constituição da militância de Sonia confunde-se com o *CIM*, dando a ela uma espécie de identidade; “de ser”, “falar em nome” e distanciamento de outros grupos que também se constituíram em São Paulo no período. Foi neste espaço, que Sonia constituiu toda a sua militância, após o retorno ao Brasil, e que também deu a ela casa e proteção - definida como casulo - necessárias para continuar seu empenho junto ao movimento feminista. Sonia reconstituiu a si a partir de uma nova forma de agir e de organizar-se junto ao movimento feminista: de maneira autônoma e, ao mesmo tempo, protegida. O retorno não foi, como às demais mulheres e embora para a mesma cidade, para o mesmo lugar que deixou e não

---

<sup>285</sup> A *Biblioteca Marguerite Durand* foi fundada em 1931, em Paris, a partir da doação de livros e documentos para a prefeitura da sufragista e atriz Marguerite Durand. Trata-se da “primeira biblioteca de documentação feminista, criada por uma feminista de renome internacional” (DEL PRIORE, 1998, p. 175).

significou a continuidade dos projetos anteriores. Foi um recomeçar, sem apagar as vivências do passado, somado a um dar-se conta da posição social ocupada em relação ao seu entorno, constituindo-se como sujeito a partir da nova experiência (SCOTT, 1999).

Por último, a percepção de Sonia Alves Calió, acerca do movimento feminista brasileiro, foi levantada por meio do questionamento sobre a sua militância junto ao *Círculo*, relacionado à abertura ao internacionalismo:

No *Círculo* foi muito interessante. Como eu trabalhei mais a questão “Sexualidade e Saúde”, nós trabalhamos integradas com o movimento de mulheres francesas. E a gente tinha uma boa atuação com as francesas. [...] mesmo porque depois do Campanha, que nós acabamos rompendo com o [Grupo] Campanha. A gente, eu digo, algumas mulheres do *Círculo* que eram do Campanha rompemos com o Campanha. E, eu, particularmente, foi por militar na Quarta Internacional, que era os trotskistas. E, aí, essa coisa me abriu mais ainda a visão para o mundo internacional. E eu, e acho que uma parte importante desse grupo “Sexualidade e Saúde”, nós tínhamos muito contato com a militância internacional, tanto na França quanto em Portugal quanto na Espanha, um pouco na Itália. E foi uma militância muito importante, que praticamente a gente levantava as questões que o movimento europeu levantava. Então, coisas do tipo: a homossexualidade, que foi uma coisa muito, muito, forte na época; a questão do aborto, que também foi muito forte; a questão da prostituição, de você não enxergar a prostituta com aquele olhar preconceituoso. Tudo nós trouxemos da Europa, porque se estivéssemos no Brasil é uma coisa... Eu acho que o Brasil até conseguiu, na época, se equiparar com as nossas ideias, mas a gente estava um passo à frente porque a gente estava em contato com europeias, não é? Contato direto. As comunicações não eram assim tão fortes (CALIÓ, 2018, grifo meu).

O que significaria estar um “passo à frente”? Para Sonia, parece que os debates estariam atrelados à liberdade sexual (homossexualidade) e ao aborto, questões estas, de fato, bastante distantes da realidade brasileira. Mas, outras questões no âmbito dos direitos das mulheres e da estruturação dos movimentos feministas poderiam ser trazidas aqui, por meio da comparação dos movimentos, como a autonomia, o alcance do movimento, o caráter radical do movimento e, também, o impacto social que causou. Essa comparação não é o objeto aqui, e muito menos poderia ser feita sem levar em consideração o contexto brasileiro (que tem origem colonial, passou por uma ditadura e vivia a democratização). Seria um erro indesculpável fazê-la. Assinalar que estar em contato com as europeias significava um passo adiante também é uma confissão explícita de que o que era feito na França era considerado muito melhor do que era feito no “terceiro mundo”. O que por sua vez é a expressão da introjeção do eurocentrismo, onde o modelo europeu era/é melhor.

Margarida M. do Amaral Lopes, que se exilou na França e não participou de grupos de mulheres durante aquele período, apresenta muito bem as características de constituir-se, com o retorno à São Paulo (sua cidade natal). Ao ser perguntada sobre como foi voltar ao Brasil, contou que:

Foi bem difícil. Foi bem difícil, porque eu cheguei aqui...os meus amigos que estavam presos, que ficaram 5 anos presos, tinham saído da prisão. Que bom! Mas, estavam casados com pessoas que eu não conhecia também. Enfim, era uma situação delicada... porque o meu antigo namorado... ele estava casado, sabe? É uma saia-justa também para ele e para a atual esposa dele, porque foi um romance interrompido involuntariamente. Interrompido por circunstâncias muito adversas. Fica uma coisa no ar. Então, foi muito difícil. E eu tinha um casal de amigos que realmente me acolheram de maneira incrível. Eu fui morar com a minha mãe. Eu não tinha um tostão. E esse casal, era até engraçado, que daí falavam “ah, vamos jantar com o pessoal, vamos Guida”. Eu ia, mas mulher sozinha, e eu era bonita né, havia uma grande animosidade das mulheres. [ER: Entendi]. Interessante. Eu fiquei tão chocada com isso. Era como se você representasse um perigo. (LOPES, 2018).

Ainda segundo Margarida, na França “não tinha esse papo” do ‘perigo’ que uma mulher sozinha poderia representar (LOPES, 2018). É difícil definir, diante da ausência de uma fala a respeito, se foram as hierarquias de gênero presentes na vida cotidiana no reencontro com o Brasil que fizeram Margarida se aproximar do feminismo ou se foi a vivência na sociedade francesa (já bastante influenciada pelo movimento de mulheres) que a fez perceber, no reencontro, as diferenças e as hierarquias. Ambos os aspectos também são válidos juntos. Independentemente das percepções ligadas às hierarquias, às dificuldades atreladas ao amor rompido e ao estabelecimento da residência na casa da família, o retorno significou a constituição de uma nova forma de solidariedade e de militância: àquela entre as mulheres junto aos movimentos feministas brasileiros. O registro de como foi a inserção nos movimentos feministas traz a percepção do retorno completamente diferente daquela sinalizada acima:

Foi muito legal. Foi... eu me inseri mais... eram duas queridas amigas que estavam em um jornal que se chamava “Nós Mulheres”. Já ouviu falar? [ER: Já. Já ouvi] E daí teve uma divergência e, enfim, elas fundaram, dividiu: uma parte foi para o “Nós Mulheres” e a outra formou a Associação das Mulheres. Então, eu estava nesse momento aí e eles falaram “espera a divisão e você entra direto na Associação, porque não tem porque ficar”. E, daí, logo abriram a Associação. Eu me inteirei e comecei a descobrir essa coisa do feminismo. Como é lindo! Como é generoso! Como há coisas que acontecem com você! E, como a gente não fala com os outros, você acha que só acontece com você! Mas, quando esse assunto é colocado na roda e que praticamente todas passaram por isso, e conta outras coisas que você nem tinha imaginado que poderia ser uma coisa de gênero, usando uma linguagem mais atual, e de

repente aquilo vira uma questão social e não mais uma questão individual: esse é o grande pulo do gato! E, aí, a gente se inseriu no movimento feminista. Foi muito incrível. Procurando ampliar essa coisa para periferia, trabalhando com questões de creche. Não havia creche em São Paulo. Então, quando a gente começa a falar em coisas mais elementares, que é o direito à creche, a questão da violência contra mulher, da importância de uma delegacia da mulher, e reivindicações que são básicas; plural a todas as mulheres. (LOPES, 2018).

Margarida ‘descobriu’ no retorno o princípio que movia a integração das mulheres em torno de uma pauta em comum. A sua integração se deu na *Associação de Mulheres*, em São Paulo, após a dissolução do jornal *Nós Mulheres*<sup>286</sup>, no ano de 1980, e estava voltada à perspectiva da luta junto às mulheres da periferia e aos aspectos básicos para o direito das mulheres. Margarida se reconstruiu a partir do movimento feminista e, em uma primeira olhada, parece deixar para trás os vínculos com as organizações políticas da esquerda.

O encontro entre a ex-exilada Margarida Amaral e as que ficaram não parece ter trazido muitos conflitos, como a integração ao movimento feminista. Para Margarida, foi uma grande descoberta. Já, Vera Soares, militante que não se exilou, lembra que “quando chegam do exílio as mulheres da *Associação de Mulheres*, elas eram mais parecidas com a gente; essa coisa de ir trabalhar com a periferia” (SOARES *apud* TELES; LEITE, 2013, p. 157). Vera Soares (2013, p. 157) destacou vários nomes, como participantes deste grupo, entre eles o de Lúcia do Amaral Lopes, irmã de Margarida. O nome de Margarida M. do Amaral Lopes não foi citado por ela. Mas, por que se aproximaram? A explicação de Vera Soares é de que isso se dá pelos trabalhos na periferia, isto é, pela tentativa de conscientização das “classes populares” (já citada como uma prática bastante hierárquica), uma perspectiva bastante marcada pelo feminismo que nascia no seio da esquerda. Por outro lado, de maneira recente, a avaliação feita por Margarida Amaral não deixou de considerar que as atividades feitas consistiam tanto na conscientização das ‘outras’ como àquelas voltadas a si, independentemente dos marcadores de classe.

Elisabeth T. de Vargas e Silva também se vinculou à *Associação de Mulheres* quando retornou ao Brasil, em 1979. Mas, apresentou uma perspectiva muito distinta em relação ao encontro em São Paulo. Além de não se inserir no mesmo debate e militância das décadas

---

<sup>286</sup> Do jornal, foi fundada a *Associação de Mulheres*, da qual participou Margarida Amaral e Elisabeth T. de Vargas e Silva. O *Nós Mulheres* se dividiu em dois grupos: a *Associação de Mulheres*, que concentrou as suas atividades na edição de cadernos e boletins (voltados às mulheres trabalhadoras e no engajamento em lutas voltadas a criar condições materiais para a emancipação das mulheres) e na constituição de grupos para debater trabalho sexualidade e cotidiano da mulher; e o *Grupo Nós Mulheres*, mais autogestionado, que, para Paul Singer (1980, p. 124) “não era muito diferente do [programa] da Associação de Mulheres”, uma vez que também se voltava tanto para a “formação de grupos de estudo do feminismo, e da condição da mulher”, quanto a “prestação de assessoria a grupos de mulheres em comunidades de bairro e em organizações profissionais e sindicais” e a “divulgação de textos teóricos e didáticos, que sirvam de material às atividades de estudo e assessoria”.

anteriores, Elisabeth escolheu uma nova cidade para a inserção: deixando para trás o estado natal do Rio Grande do Sul. Na *Associação de Mulheres*, Elisabeth explicou (de maneira fragmentada) que discutiram questões sobre o aborto, fizeram passeatas com a temática da violência contra a mulher, organizaram diversos Congressos da Mulher Paulista, davam entrevistas nos jornais da cidade, fizeram cartilhas educativas, entre outras (SILVA, 2018). Elisabeth, por meio da *Associação de Mulheres*, participava do debate público sobre as questões específicas das mulheres. Acerca da sua militância junto à *Associação de Mulheres*, a ex-exilada também se recorda que conseguiram um financiamento para alugar uma casa em Pinheiros, onde faziam reuniões (SILVA, 2018). Segundo ela, “emprestavamos para o *Brasil Mulher*, porque elas eram mais pobrezinhas” (SILVA, 2018).

Elisabeth militou, do exílio ao retorno, e em menos de 10 anos, pelo MIR Chileno, no *Círculo*, em Paris (junto ao subgrupo saúde e sexualidade), e na *Associação de Mulheres*. A ex-exilada também lembrou uma passagem, como coordenadora, pelo Conselho Estadual da Condição Feminina. Mas, não deu detalhes sobre o assunto na entrevista. Embora tenha mantido a continuidade junto ao movimento feminista no retorno ao Brasil, as temáticas abordadas e atividades nas quais participou não se restringiram somente à sexualidade e à compreensão das solidariedades (conforme apresentado no capítulo 2). Nesse sentido, por exemplo, sinalizou que “nós queríamos discutir o aborto, a ideia era fazer um tribunal para julgar, fantasiando, uma mulher que abortou e foi presa. Só que a gente desistiu porque ninguém deu apoio” (SILVA, 2018). Como a sugestão não deu certo, acabaram fazendo um tribunal com a temática da discriminação à mulher: Tribunal Bertha Lutz<sup>287</sup>. O debate sobre o aborto, conforme conversado na entrevista, foi incorporado no exílio. Mas, no contexto brasileiro, do início dos anos de 1980, foi difícil discutir:

Nós trouxemos isso, mas não conseguimos. Agora que está tendo um movimento. [...] Agora a questão do aborto é um absurdo até hoje. Outro dia eu me lembrei: pedi para Suzana (que também foi do *Círculo*) para ela procurar... ela é documentarista... eu pedi “Suzana, você pode achar isso na Abril”. [Era] um caso de uma mulher que fez um aborto e foi presa. Saiu nas páginas amarelas da Veja. Ela foi estuprada. Era um caso horrível. Uma trabalhadora... saía de casa no escuro... o cara pegou ela. Foi estuprada. Ela

<sup>287</sup> O Tribunal foi uma encenação (baseada no Tribunal de Roma, provavelmente, o Tribunal Bertrand Russell II, que julgou as ditaduras na América Latina), para julgar a discriminação que a mulher sofre, no qual participaram inúmeras mulheres de São Paulo (LOPES, 2018). A encenação ocorreu no ano de 1982 e contou com a colaboração, de acordo com Margarida, de estudiosas da Fundação Carlos Chagas (LOPES, 2018; SILVA, 2018). Uma filmagem da encenação do Tribunal Bertha Lutz se encontra na Cinemateca de São Paulo. O Tribunal foi intitulado com o nome de Bertha Lutz, feminista brasileira que lutou pelo direito ao voto junto à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). É curioso destacar que Bertha Lutz assumiu uma postura de proximidade à ditadura brasileira (ALVES, 2020).

foi no posto de saúde. Mandaram ela para casa. Isso deu uma polêmica enorme. Uns médicos foram contra, outros a favor. Mas, foi a primeira grande... isso deve ter ocorrido no início dos anos 1980. E depois a gente sempre tentava colocar o aborto. Mas, quando chegava a hora do vamos ver, as mulheres sempre eram contra. Então, recuava. Nas temáticas de saúde, quando fazíamos aqueles encontros enormes, o aborto passava raspando. As mulheres da periferia se recusavam. Tinha uma rejeição muito grande, [eram] católicas, e a Igreja era muito atuante naquela época. Era muito difícil. (SILVA, 2018).

O debate sobre o aborto significava para Elisabeth T. de Vargas e Silva um aspecto que carregou do exílio, ao qual se posicionava favoravelmente. Mas, que não conseguia fazer avançar já que: “Nunca pudemos fazer uma campanha pró-aborto porque também tinha resistência interna. Um grupo queria! Mas, a gente vai entrar na boca do leão e o que isso vai significar: tinha aquelas ponderações, de que ainda não era a hora”. (SILVA, 2018). Ainda sobre a temática, Elisabeth se lembra que “foi a nossa briga na *Associação de Mulheres* e, ao final, conseguimos dobrar o *Brasil Mulher*, que se preocupava mais com a cesta básica do que com... [risos]. Até hoje eu tenho uma amiga que diz “ah, vocês eram umas chatas [risos]” (SILVA, 2018). Elisabeth ainda se recorda de ter participado de um debate promovido junto à TV Bandeirantes, na qual, grávida de sua segunda filha, foi contar que tinha feito um aborto na França, “porque, se eu dissesse que foi aqui, eu iria ser presa” (SILVA, 2018). Como sinalizado nos trechos escolhidos, as dificuldades para realizar este debate se encontravam tanto na sociedade brasileira quanto nos embates dentro do próprio movimento de mulheres.

Elisabeth T. de Vargas e Silva constituía-se a si como protagonista, por trazer ao debate as questões do aborto em relação às demais e à sociedade brasileira. Mas, a ex-exilada participava do debate juntamente com as demais mulheres do movimento feminista e de mulheres de São Paulo: não era sozinha e não era somente do grupo das ex-exiladas de Paris. Por isso, ao ser questionada na entrevista sobre se as atividades envolviam mulheres das camadas médias, assinalou que sim e que “algumas tinham passado pelo exílio. Umas, daqui. Várias! Algumas são minhas amigas até hoje” (SILVA, 2018). Alguns debates, como o aborto, podem até ter sido trazidos do exílio na bagagem de conhecimentos de Elisabeth, o que adensou o movimento de mulheres, mas as pautas dos movimentos feministas que se constituía em São Paulo foram escolhidas por diferentes mulheres, que tiveram que negociar as suas posições dentro do contexto brasileiro e do que foi considerado prioritário pelo movimento.

Para além do embate sobre o aborto, Elisabeth T. de Vargas e Silva trouxe à tona um conflito bastante patente nos anos de 1980: o choque entre as brasileiras que ficaram e as que retornaram do exílio. O choque não foi exclusividade dos embates entre as mulheres (sejam

elas feministas ou não), como pode ser visto nos estudos dos retornos dos exílios na América Latina<sup>288</sup>, mas sinalizam hierarquias bastante significativas para o que se constituiu no início dos anos de 1980. Ao contar sobre a chegada à França, a troca de correspondências com as brasileiras que estavam no Brasil e a existência dos grupos *Nós Mulheres* e o *Brasil Mulher*, Elisabeth disse que “o *Brasil Mulher* era mais populista. Nasceu no Paraná, inclusive, e elas faziam campanha de doações, bem beneficente”. Também explicitou:

B: Eu tenho uma amiga, essa mesma, a Iara. Ela era do *Brasil Mulher*, que era organização mais populista. Eu não conhecia ela. Quando eu conheci ela em São Paulo, ela disse: “precisava mandar aquelas cartas nos xingando dizendo que nós não somos feministas?” [risos]. Eu falava “você não são mesmo” [risos].

E: Tá, me explica isso. Por que não eram feministas?

B: Porque elas estavam interessadas na pobreza, e nós queríamos... que era direcionado. Elas faziam trabalho na Zona Leste. Tudo bem, tudo bem. Mas, elas mesmas não se definiam como feministas. Nós éramos feministas, lutávamos de lá, que defendíamos o direito ao corpo, aborto livre, tudo o que a gente aprendeu com as francesas. A França naquela época tinha *la libérer de femme*<sup>289</sup>. (SILVA, 2018)

A definição de quem era ou não feminista não importa muito aqui. O que é interessante destacar é que o contato com as francesas, a valorização do movimento feminista francês e os debates do *Círculo* naquele país aparecem de novo como uma qualidade definidora de que as retornadas ‘eram’ feministas e de que as brasileiras que debatiam a “pobreza” não eram; mobilizando novamente a ideia de que o que produziam e pensavam naquele país era mais avançado. O encontro entre as perspectivas, como já introduzido, foi constituidora dos movimentos feministas e de mulheres brasileiros. Mas, adentremos um pouco mais sobre o conflito no encontro. Em resposta direta à Elisabeth T. de Vargas e Silva (escrita anos antes da minha entrevista), Iara Prado relata um pouco do choque com uma outra perspectiva:

De certa forma, as militantes revolucionárias, guerrilheiras de 1968, se transformaram em feministas juramentadas, defendendo o direito ao prazer? Se é que isto aconteceu mesmo para todas... ou ainda, para provocar a Bete Vargas, de que forma as mulheres do movimento de periferia, preocupadas com o trabalho, desemprego dos maridos, com quem ficariam as crianças pequenas enquanto trabalhávamos, com a regularização dos loteamentos clandestinos, com o fim do trabalho noturno das operárias metalúrgicas (não

<sup>288</sup> A respeito do choque do retorno, este pode ser visto em: 1º) Denise Rollemberg (1999), acerca dos brasileiros e brasileiras, retrata que a chegada foi um choque para muitos; 2º) Silvina Jensen (2011), sobre a Argentina, apresentou que o reencontro entre os que ficaram e os que partiram trouxe um conflito a respeito da autorrepresentação dos retornos, que transitava entre: a) serem os salvadores da pátria; b) permanecerem em silêncio de suas experiências; e c) o desejo de narrar sobre novos aprendizados políticos vividos no exterior.

<sup>289</sup> Tradução para o português: o libertar das mulheres.

era para achar bom?) etc. etc. etc., receberam as sérias revolucionárias exiladas, vindas de Paris, onde existiam creches, moradia, salário-desemprego, escolas para todos (e até para os exilados!), etc. etc. etc., que chegaram e nos ensinaram que chique mesmo era lutar pelo orgasmo, que tínhamos direito ao prazer sexual, que poderíamos decidir o número de filhos que queríamos ter, que deveríamos transformar em bandeira de luta acabar com homem bater em mulher, que o amor não obedecia a regras de gênero etc. etc. etc., culminando com: POLITIZAR O PRIVADO! Que heresia! Foi o que eu pensei no começo. Mas, hoje, com o devido distanciamento, acho inacreditável como não seguíamos a tradição da esquerda, na qual todas haviam sido formadas (ou conformadas?): não rachamos! A resposta, depois de um estranhamento inicial, foi a composição. E a composição foi ampla: em 1979/80, conseguimos adesão de mulheres da periferia, mulheres sindicais (até uma freira!), mulheres homossexuais, etc. etc. etc. (PRADO *apud* TELES; LEITE, 2013, p. 154, grifo meu).

Iara Prado e Elisabeth T. de Vargas e Silva não eram distantes: participavam do movimento feminista em São Paulo, onde embora fossem de grupos distintos tomavam parte do mesmo debate público (Iara do *Brasil Mulher* e Elisabeth da *Associação de Mulheres*) e, nos anos de 1990, dividiram apartamento em Brasília, quando Iara trabalhou no Ministério da Educação e Elisabeth junto à Universidade Solidária - com a Ruth Cardoso - (SILVA, 2018). Os apontamentos de Elisabeth T. de Vargas e Silva e Iara Prado não podem ser lidos como acusações genéricas e, certamente, foram debates já realizados entre elas (tendo em vista a diferença entre a publicação da opinião de Iara e a entrevista). Além de trazerem o encontro e o confronto de posições entre as que ficaram e as que partiram, mostraram as diferenças entre as trajetórias das militâncias que ambas tiveram nas décadas anteriores, entre o reconstruir-se no exílio vivido por Elisabeth (2018) e o renovar-se no Brasil após a clandestinidade, prisão e desejo de fazer algo, assinalado por Iara Prado (PRADO *apud* TELES; LEITE, 2013).

As falas de ambas também expõem as desigualdades e as hierarquias pautadas no encontro entre as diferentes posições ligadas aos movimentos feministas e de mulheres. Iara Prado, que permaneceu em São Paulo e pensava conhecer as demandas das mulheres da periferia, assinalou com ironia o que hierarquicamente as exiladas alegavam dever entrar no debate como pertinente ao movimento de mulheres. Também, demarcou posição a partir de uma perspectiva ligada ao movimento de mulheres que era/estava pautada na análise de classe e direitos sociais básicos.

Elisabeth T. de Vargas e Silva, vinda do exílio francês, onde a liberação das mulheres estava na pauta do dia, atribuía àquelas que ficaram a falta da identificação como feministas e, também, o não reconhecimento como tal, já que se centravam na pobreza. No *Brasil Mulher* (jornal do qual participava Iara Prado), por exemplo, a palavra “feminismo” só apareceu no

número 2 e “estaria mais preso às lutas consideradas gerais”; por outro lado, tal jornal foi incorporando aos poucos as temáticas específicas do feminismo (PEDRO, 2006). Também, inúmeras mulheres, que lutavam pelo direito das mulheres naquele momento, não se assumiram “feministas”, tornando-se somente alguns anos mais tarde, a partir de uma interpretação retrospectiva das suas militâncias, de leituras acadêmicas ou na escrita de suas memórias; como pode ser visto pela tese de Irácella da Cruz Alves (2020), que insiste em chamar as pecebistas de “feministas”, quando elas não se identificavam como tal, e, nas marxistas que permaneceram no *Centro da Mulher Brasileira*, no Rio de Janeiro, ao se redefinirem como “feministas” no início dos anos de 1980 (GOLDBERG, 1987).

Ambas as críticas são adequadas ao considerarmos que as militantes se colocavam em diferentes posições, que constituem juntas a demanda por uma vida digna para as mulheres em seus diferentes aspectos, com creches, trabalho, proteção, direito ao prazer, etc. Essas posições sinalizam as hierarquias do que era considerado mais importante: para Elisabeth, era “politizar o privado” e as demandas específicas das mulheres. Já, para Iara, era a sobrevivência, diante da situação de dificuldades vividas e enfrentadas no Brasil. A composição, o que Iara Prado apontou de modo retrospectivo sobre “não rachar” e manter-se no movimento, deu o tom da constituição das solidariedades independentemente do aspecto em disputa.

Para São Paulo, e se inserindo em outro campo, retornou Benedicta Savi. A ex-exilada de Lisboa lembrou-se de ter participado de dois grupos: um de feministas e um de mulheres junto à Ordem de Advogados do Brasil de São Paulo. Sobre o primeiro grupo, a sua memória apresentou poucos detalhes, ou melhor, acabou falando menos a respeito. Talvez, porque em relação às demais atividades, tenha tido menor proporção ou não o considerou como tão importante. Ela situa apenas que tinha “um grupinho de feministas em São Paulo” no qual participaram, além dela própria, Heleieth Saffioti, Norma Kyriakos, Wilma Pastro e várias advogadas (SAVI, 2019). Ela também se recorda, vagamente, que havia participado de algumas reuniões com a Ruth Escobar, a Ruth Cardoso e a Marta Suplicy (SAVI, 2019).

Já, sobre o grupo de mulheres junto à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o objetivo, segundo Benedicta Savi, era “incentivar a participação da mulher advogada em tudo” (SAVI, 2019). Foi o primeiro grupo da *Mulher Advogada* criado dentro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Embora, seja considerada uma entidade de classe<sup>290</sup> (não era um

---

<sup>290</sup> A OAB-Mulher não foi a única entidade de classe que discutiu as questões da “mulher” no período, como: os grupos de trabalho da ANPOCS. As historiadoras brasileiras, por outro lado, levaram ainda um tempo para colocar em debate a constituição das experiências ligadas a seu ofício e inserir no campo da história as hierarquias de gênero e a história das mulheres.

grupo de consciência ou de conscientização das mulheres), se voltava para o direito das mulheres em vários âmbitos, tanto com relação às dificuldades internas ligadas à categoria de advogadas quanto à efetivação dos direitos civis (legais, em um sentido jurídico) das mulheres. Como recordou Benedicta Savi:

A gente fez o Primeiro Congresso da Mulher Advogada no Brasil<sup>291</sup>. Nunca tinha tido um congresso da mulher advogada. Depois, fizemos um outro congresso na Bahia. Fizemos várias reuniões com as delegadas das delegacias da mulher, porque foram criando delegacias, etc. Este mérito nós temos. Esse grupo teve esse mérito, [já que] forçamos a criação da Lei da Maria da Penha. Forçamos quer dizer trabalhamos ativamente para a criação da Lei da Maria da Penha. Esse grupo realmente foi um grupo que teve muita importância no mundo da mulher. Porque a partir daí se criou o COJE, que era o Centro de Orientação Jurídica de Encaminhamento à Mulher. Se criou e, diga-se de passagem, o mérito também foi do Michel Temer; naquela época ele era muito legal [risos]. Ele era secretário e ele ajudou muito na criação do COJE. Aí, nós tivemos o COJE, as delegacias da mulher, os Congressos da Mulher Advogada, que também a gente criou. Todo esse grupo. Aliás, tem uma foto que depois eu vou te mostrar, que é uma foto que eu adoro. [...] A gente teve uma participação muito importante. Eu considero essa época nossa, uma das épocas mais evoluídas do movimento feminista porque, veja bem, as consequências, não é, que deu tudo. Tanta lei. A gente trabalhou muito pelas leis, para resolver o problema da empregada doméstica. A gente trabalhava muito na reformulação de leis. Passávamos para os deputados. Discutíamos com os deputados, entendeu? Era uma época que foi muito, como dizer, assim, eu não sei... eu diria fundamental, viu? (SAVI, 2019).

O grupo da *Mulher Advogada* possui características muito distintas das dos grupos da época, uma vez que se organizava a partir da conexão entre a defesa dos direitos das mulheres e da categoria laboral, como advogadas. Significou a consciência coletiva ligada à interseção entre a condição de classe e gênero: “mulheres advogadas”. Para a militância de Benedicta Savi, significou a continuidade no feminismo. Mas, não mais no grupo de consciência (como realizou em Lisboa). Os aspectos ligados à luta pela delegacia da mulher e ao Centro de Orientação Jurídica de Encaminhamento à Mulher (COJE)<sup>292</sup> serão abordados abaixo. Cabe destacar que os conflitos gerados do encontro entre as demais feministas não aparecem na sua entrevista.

Benedicta Savi não sabe o que aconteceu depois, com a “Comissão da Mulher Advogada”, pois, segundo ela, com o “tempo a gente se afastou. Um morreu: a Florisa Verucci

<sup>291</sup> Para saber mais sobre o I Congresso Estadual da Mulher Advogada, realizado em 1987, ver: BERLOFFA; KRYAKOS, 1989.

<sup>292</sup> O Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento à Mulher (COJE) foi criado por meio de demanda do Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de São Paulo. Foi coordenado pelo Conselho e a Procuradoria Geral do Estado e inaugurado em março de 1984 (SANTOS, 2008b). Em função do caráter voluntário, o órgão acabou sendo desativado em 1987 (SANTOS, 2008b). Teve importância por “ter trazido visibilidade à questão da violência”, do ponto de vista institucional (SANTOS, 2008b).

(uma feminista que participava conosco). Morreu logo em seguida. Morreu muito jovem. Depois, foram mais ou menos se separando e a coisa foi diluindo. A gente foi deixando para as mais jovens” (SAVI, 2019). Apesar disso, a *OAB-Mulher* foi significativa ao fomentar o debate sobre os direitos das mulheres em diferentes esferas.

Para o Rio de Janeiro também retornaram inúmeras exiladas. Dentre elas: Yolanda C. Prado, que retornou rapidamente, pela primeira vez, no ano de 1979, momento em que não reconheceu a cidade: “quando eu atravesssei pelo túnel, lá, eu não entendia o que estava na minha frente porque foi um desenvolvimento enorme” (PRADO, 2005). O regresso definitivo de Yolanda ocorreu no ano de 1980 (PRADO, 2005). Neste momento, já tinha defendido a sua tese de doutorado sobre o trabalho doméstico, que havia realizado na França e que foi traduzido para o português em 1979 (PRADO, 2005). Cabe citar que Yolanda C. Prado foi a representante brasileira, com um capítulo<sup>293</sup>, no livro *Sisterhood is global* organizado por Robin Morgan publicado em 1984. A partir de questionamentos realizados pela entrevistadora Joana Maria Pedro, Yolanda C. Prado contou que “quando eu cheguei eu fui a uma reunião onde estava se discutindo o aborto”, na antiga Escola de Enfermagem, no Morro das Viúvas (PRADO, 2005). Yolanda C. Prado se recorda que:

[...] Aí quase me mataram, quase me lincharam dentro da sala. [J: *Eu não acredito*]. Quebrou a lâmpada, e nós ficamos meio no escuro e eu cheguei a ter um pouco de medo. [J: (risos)]. Eu não sabia o que estava acontecendo. Eram ordens dos respectivos partidos na época. [J: Certo] E isso eu não conseguia entender. Então já criou uma distância razoável. Aí tinha um grupo de pessoas no Rio que tinham tido uma célebre reunião na ABI, pública, e esse grupo se denominava “*Vou saindo*”. Muito interessante! Principalmente, uma enfermeira lá muito ativa: a Mirian Campeiro. Muitas pessoas que eu conheci naquela época, que eram bem diferentes: que não eram as políticas. Elas não eram de nenhum partido. Elas tinham liberdade, e elas tinham lido, e elas tinham uma outra visão já de feminismo. Então, nós ficamos...então eu aderi logo a esse grupo, e aí... mas a gente tinha reuniões com as outras também. Eu participava. E, aí, nós fizemos várias coisas. Fizemos uma revista chamada ALF<sup>294</sup> (PRADO, 2005).

A situação de Yolanda C. Prado sinaliza a tentativa de entrar em contato com os feminismos emergente no Rio de Janeiro e o conflito gerado por querer falar sobre o aborto, debate que esteve em alta na França na década anterior e, conforme indicado, ainda era

<sup>293</sup> De modo geral, no capítulo foi apresentado um panorama sobre o Brasil (demografia, economia, governo legislação sobre as mulheres e os direitos civis e sexuais das mulheres) e a emergência do feminismo nos anos de 1970. Não irei aprofundar aqui os aspectos explicitados no capítulo de Yolanda C. Prado, já que ultrapassam a temática da tese.

<sup>294</sup> Não encontrei informações sobre esta revista ou grupo que a elaborou.

considerado bastante polêmico para o Brasil. O encontro significou o confronto direto: entre “as políticas” e as não-políticas, ou as que tinham maior liberdade; isto é, entre as mulheres dos movimentos feministas ligado aos partidos e àquelas que poderiam discutir sem interferências. Yolanda C. Prado, que constituiu um grupo de consciência no exterior - onde o vivido e as experiências das mulheres tinham maior relevância para a transformação social - dedicou-se à sua tese no retorno ao Brasil e se envolveu também em diversos debates. Mas, foi o tema do aborto que parece ter tido tanto mais conflitos com as “partidárias” quanto um maior engajamento de sua parte.

Após essa primeira tentativa de inserção, Yolanda C. Prado ainda recordou ter se inserido em vários espaços, como: a) em “uma reunião, que foi feita fora do Rio de Janeiro, que durou três dias”, b) no grupo que tinha organizado a festa do dia 6 de janeiro, denominada “As Rainhas Magras”, c) nas manifestações do Dia da Mulher, e d) o livro chamado *Cícera, um destino de mulher*<sup>295</sup> em co-autoria com Cícera Oliveira Fernandes (PRADO, 2005). Nas memórias de Yolanda, havia atividades que eram sempre “combatidas pelos grupos de esquerda, partidários. Terrivelmente. Elas tinham inclusive táticas de trabalho”. Como “nós organizávamos coisas com palco e tudo... e elas chegavam lá bonitinhas, e quando chegava na hora, elas armavam aquelas bandeirinhas e faziam um para-vento em volta e não se enxergava nada” (PRADO, 2005). Os conflitos entre as “partidárias”, o aborto, pautas libertárias e as feministas desvinculadas de partidos não representaram uma situação específica vivida nos grupos do Rio de Janeiro. À primeira vista, estes parecem ultrapassar o embate entre as retornadas e as que aqui se encontravam, mas foram, sim, protagonizados por elas. De maneira explícita as mulheres exiladas ou não mobilizaram experiências anteriores, questões contextuais nos grandes embates de posições, como fez Yolanda C. Prado.

Também, no Rio de Janeiro, foi fundado o *SOS Mulher*<sup>296</sup>, no qual participaram algumas ex-exiladas que estiveram vinculadas ao *Círculo* em Paris, como Sandra Macedo, Monica Rabelo e Ângela Muniz. Sandra Macedo era de Porto Alegre, mas acabou se instalando no Rio

---

<sup>295</sup> Livro sobre a história de uma menina que foi estuprada pelo padrasto e sobre o fato de que mulheres feministas engajaram-se para que ela pudesse realizar o aborto. Para saber, ver: OLIVEIRA; PRADO, 1981.

<sup>296</sup> O *SOS Mulher* foi fundado no Rio de Janeiro, em 1982, após a proposta ser anunciada em um encontro feminista realizado em Volta Redonda (RODRIGUES; ANDREA, 1985). O grupo teve como objetivo contribuir para que mulheres “saíam da situação que estão, e resolvam uma série de problemas que se apresentam na sua vida”, no que tange à violência (RODRIGUES; ANDREA, 1985). Era composto por 15 mulheres entre 25 a 40 anos e, majoritariamente, com curso superior; todas elas também já tinham tido militância, ou na Europa ou no Brasil (RODRIGUES; ANDREA, 1985). O *SOS* funcionava com dois plantões de atendimento semanal em que conversavam com as mulheres que as procuravam. A narrativa sobre o término do *SOS Mulher* ainda precisa de uma análise minuciosa, já que Sônia Malheiros Miguel sinaliza a fragmentação do grupo em função do desacordo “em participar da Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Mulher” do Rio de Janeiro (MIGUEL, 1988, p. 68).

de Janeiro, onde residia a família do seu então marido (MACEDO, 2018). De modo retrospectivo, contou que foi abandonando consideravelmente as militâncias em todos os sentidos, no retorno ao Brasil, mantendo apenas uma atividade, conforme lembrou:

Quando eu voltei para o Brasil, eu parei de militar em qualquer coisa. O POC tinha um grupo pequeno aqui. Eu me aproximei. Mas, não me interessei muito em participar. E o grupo de mulheres, não esse de lá da França, mas aqui a gente criou outro. Criamos um que era o SOS Mulheres Espancadas ou Contra a Violência. Eu não lembro mais o nome. Criamos esse grupo com algumas que eram do *Círculo* e outras daqui do Rio de Janeiro, que era para atender mulheres vítimas de violência doméstica. Esse grupo foi interessante. Ele durou, eu não lembro, se um ou dois anos. E foi um grupo em que recebíamos mulheres. Agora, era uma prática muito difícil, porque na verdade tu acolhias, conversavas, acompanhavas na delegacia quando elas queriam. Mas, na verdade, a gente não tinha uma solução para dar. Naquela época, não tinha delegacia da mulher. Não tinha abrigos. Então, saíamos de lá pensando “bom, não sei se amanhã essa mulher não vai ser morta”. E o que é que a gente ia fazer, não é? Trazer para casa não ia dar. Mas, foi uma coisa que nos deu uma visão de que esse trabalho tinha que ser acompanhado de um trabalho de luta por uma delegacia da mulher, para a criação de abrigos de mulheres ameaçadas, para uma luta junto à legislação no sentido de... Agora que está se chegando a isso de punir e de criar uma série de barreiras para os agressores. A Lei Maria da Penha é bem recente. A gente não chegou a participar dessa campanha (MACEDO, 2018).

A constituição do grupo foi bastante frustrada. A análise de Sandra Macedo demonstra o quanto a perspectiva de ação foi ingênua diante do que estava ao alcance delas e do contexto brasileiro (que ainda não incluía uma lei de combate à violência contra a mulher). Por outro lado, embora Sandra Macedo assinale que o *SOS Mulher* que constituíram no Rio de Janeiro foi bastante difícil, as iniciativas de constituição de “SOS”<sup>297</sup>, juntamente com as delegacias e albergues, “abriu um vasto leque de interrogações a quem nelas trabalha, estimulando a reflexão e a dúvida em torno de alguns pressupostos teórico-pragmáticos do feminismo do início dos anos 80” (GROSSI, 1994, p. 476).

A constituição do grupo significou a inserção de Sandra Macedo em um espaço que, apesar de ser voltado ao feminismo e ao debate da violência contra a mulher, era completamente diferente daquele do exílio, na França, que estava voltado para a consciência feminista. Sandra se recordou que o aborto (que tinha sido aprovado na França um pouco antes delas retornarem) era, inicialmente, o tema que queriam abordar. Mas, ainda, existiam muitas barreiras, inclusive,

---

<sup>297</sup> O SOS do Rio de Janeiro, ou os centros voltados à questão da violência, não foi o único do período. Foram encontrados, ao menos, mais dois grupos com este nome: em Porto Alegre e São Paulo. Existiu, ainda, o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher, em Belo Horizonte (GROSSI, 1994).

entre as feministas do Rio de Janeiro (MACEDO, 2018). A iniciativa de voltar-se para a violência contra a mulher foi uma escolha do grupo, diante do debate na época.

O debate sobre violência contra a mulher<sup>298</sup> foi extremamente marcante no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, com diversos casos de repercussão nacional. Foram eles cometidos à: 1º) Ângela Diniz, assassinada em 1976, no Rio de Janeiro, pelo ex-namorado, Doca Street; 2º) Eliane de Grammont, assassinada em 1981, em São Paulo, pelo ex-marido (SAFFIOTI, 2015); 3º) Violeta Formiga, assassinada pelo marido, em 1982, em João Pessoa (SOBREIRA, 2017); 4º) Margarida Maria Alves, líder sindical rural, assassinada, em 1983, a pedido de grandes fazendeiros, em Alagoa Grande. O caso de Ângela Diniz tem destaque aqui por ter ocorrido no Rio de Janeiro, cidade na qual se encontrava Sandra Macedo e porque o julgamento do assassino ocorreu em 1980 (SAFFIOTI, 2015). No julgamento, foi utilizada a tese de legítima defesa da honra sendo que o réu declarou que matara por amor. Utilizando-se do discurso do réu, muitas mulheres se manifestaram com o *slogan* que ficou nacionalmente conhecido: “Quem ama, não mata” (SAFFIOTI, 2015). Sandra Macedo não mencionou nada sobre o caso. Mas, a escolha do grupo de se voltar às questões da violência não foi descontextualizada.

Sobre o “encontro”, no retorno ao Rio de Janeiro, Sandra Macedo observou que “acho e dizem, essas pessoas que já estavam aqui, que a chegada das exiladas mudou um pouco o enfoque, porque antes ainda era uma coisa dominada pelos partidos tradicionais de esquerda, que [por sua vez] consideravam a luta feminista um braço feminino do partido e não uma luta autônoma” (MACEDO, 2018). Esta percepção está muito próxima ao que já foi citado acima, por Anette Goldberg, e está bastante marcada tanto pelo diálogo entre as diferentes posições quanto em relação ao tempo.

Diferentemente de Yolanda C. Prado, Sandra Macedo não cita isso como conflituoso e, sim, como modulador de diferenças entre o que viveram no exterior e o que era encontrado no movimento brasileiro, diante do domínio dos partidos e da falta de perspectivas (como aquela da autonomia). Embora não dê exemplos de conflitos, Sandra relata, sobre a importância dada às exiladas no Rio de Janeiro (como a registrada por Sonia Miguel Malheiros em 1988), que um dos *status* de feminista era àquele da valorização da experiência nos movimentos europeus durante o exílio. Este era um “fator de peso, já que foram algumas destas mulheres que, ao retornarem ao Brasil, com a anistia, trouxeram questionamentos fundamentais para o feminismo brasileiro [...]” (MIGUEL, 1988, p. 65).

---

<sup>298</sup> Usarei violência contra a mulher (e não violência de gênero que atualmente é mais utilizado) por expressar melhor o termo do período.

Pautadas também na solidariedade entre mulheres em continuidade à década de 1970, o início dos anos de 1980 representou a constituição de grupos feministas por todo o país. Nesses espaços, ora já existentes ora criados a partir de propostas coletivas (com a participação de ex-exiladas), foi possível perceber o encontro entre os aspectos “exógenos” e “endógenos”, que constituíram os feminismos brasileiros em diferentes esferas. São Paulo e Rio de Janeiro, apresentados aqui por meio das entrevistas de Sonia Alves Calió, Elisabeth T. Vargas e Silva, Sandra Macedo e Yolanda C. Prado, representaram o embate entre as pautas específicas (como “aborto”, “politização do privado” e “autonomia”) e as gerais (definidas pelos partidos ou ligadas às temáticas da pobreza e de melhores condições às mulheres da periferia). Estes embates também deixavam transparecer as hierarquias, atreladas ao “ensinar” o que deveria ser debatido, ao se colocarem como “mais experientes” e no entendimento de que estavam “mais avançadas” por terem tido contato com as francesas. Essas temáticas não parecem ser as mesmas em outras cidades do Brasil.

As exiladas brasileiras retornaram também para cidades fora do eixo Rio-São Paulo. Moema Correia São Thiago, por exemplo, se transferiu de Lisboa para Fortaleza. Naquela cidade, no início dos anos de 1980, Moema foi uma das coordenadoras da União das Mulheres do Ceará<sup>299</sup> (SILVA, 2020). Infelizmente, as trajetórias políticas elaboradas acerca da militância da ex-exilada não registram o seu engajamento nestas atividades, o que torna difícil definir tanto a proporção que isto tomou na sua vida quanto que tipos de conflitos ocorreram entre as mulheres que regressaram de Lisboa.

Também se inseriu em cidade do Nordeste, Angela Maria Silva Arruda. Após terminar o mestrado em psicologia social, a exilada retornou ao Brasil no ano de 1981 (ARRUDA, 2018). Seu companheiro, René de Carvalho, já estava aqui e havia recebido várias propostas de trabalho. Em função das questões climáticas, o casal acabou se deslocando para Campina Grande, Paraíba (ARRUDA, 2018). Angela permaneceu em Campina Grande até o ano de 1990, quando deixou a cidade para fazer doutorado em São Paulo (ARRUDA, 2018). Profissionalmente, Angela Arruda acabou integrando o quadro de professoras da Universidade Regional do Nordeste (URNe), que, atualmente, é a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) (ARRUDA, 2018). Já, do ponto de vista da militância, esta comentou que demorou um pouco para se inserir, o que ocorreu ao conhecer colegas da Universidade Federal da Paraíba, onde o companheiro estava trabalhando (ARRUDA, 2018). Conforme lembrou:

---

<sup>299</sup> A União das Mulheres do Ceará (UMC) foi fundada no ano de 1979 e é considerada “a primeira entidade feminista do Estado” (SILVA, 2020, p. 13). A UMC reuniu mais de 1600 mulheres, tem sua emergência a partir do Movimento Feminino pela Anistia e passou a ter maior notoriedade a partir do ano de 1980 (SILVA, 2020).

E aí [com] algumas pessoas que, mais ou menos envolta desse círculo, a gente começou a conversar e começou a perceber que tinha muita violência contra mulher na cidade. Nós resolvemos criar um grupo de mulheres para tentar mexer um pouco essa questão. Nós eramos... quantas? Não sei. Tinha uma paraibana - que é amicíssima minha até hoje. A filha dela morou aqui em casa um tempo. A gente é como irmã -, uma italiana, uma paulista, eu, e uma brasiliense. Não. Tinha também uma outra carioca... Devo estar esquecendo de alguém... mas, talvez haja pessoas que tenham passado. Não sei. Bom, enfim, aí começamos a ver o que a gente iria fazer. A primeira coisa que a gente resolveu fazer foi uma entrevista com... eu acho que era... o Bispo, sobre essas questões, e também se expressar sobre essas questões. Também porque tinha muito assassinato de mulher. Mas, feito assim... por um advogado. Não era uma coisa de pobre não. Eram assim: figuras da sociedade. Aí, a gente começou assim. E depois a gente foi agregando outras pessoas ao grupo. Eu lembro que eu convidei várias alunas, que o grupo aceitou. E que, depois, elas eram muito mais novas, resolveram sair e criar um grupo mais da idade delas. E eu fui com elas. Porque elas achavam assim... que tinha muito o peso da experiência das mulheres que já vinham do feminismo e elas queriam uma coisa mais delas. Aí, elas criaram esse grupo que se chamou Grupo Raízes. [...] (ARRUDA, 2018)

O trabalho inicial do grupo que se formou estava vinculado à violência contra a mulher e a escolha se deu (como mencionado) pela percepção de que este aspecto deveria ser abordado naquela cidade. Angela Arruda, que na França participou de grupo de consciência francês em seu bairro e do *Círculo* (no subgrupo que acha ter sido sobre o trabalho doméstico), manteve a sua inserção dentro do feminismo, mas estava ligada a outro aspecto. Passou a se reconstituir como militante, em Campina Grande, a partir do que constataram ser o tema emergente, inicialmente, naquela cidade: a violência. Conforme lembrou, esse primeiro grupo era constituído de mulheres acadêmicas que buscavam fazer “entrevistas e depois procurar jornal para publicar” e “trabalhar um pouco com esse pessoal que dava assessoria para os movimentos de trabalhadores rurais, que era o pessoal da Igreja, e também às domésticas” (ARRUDA, 2018).

O peso da ‘experiência’ das feministas acabou fazendo com que ocorresse a saída de parte do grupo mais jovem. Angela não sinaliza muito como isto aconteceu, mas é muito comum encontrar, dentro dos grupos deste período, o conflito entre as mais jovens no engajamento e àquelas mais experientes. Já, no Grupo Raízes<sup>300</sup>, Angela Arruda recordou que o trabalho foi mais voltado para a cidade, às periferias e favelas (ARRUDA, 2018). O que significou que:

---

<sup>300</sup> O Grupo Raízes emergiu no ano de 1984 em Campina Grande, como dissidência do grupo de Mulheres de Campina Grande fundado em 1982 (SOBREIRA, 2017). O Grupo Raízes existiu até o ano de 1991 (SOBREIRA, 2017).

[...] passamos o foco para a saúde. Porque também, nesse meio tempo, eu fui ao encontro de mulheres. Não sei se foi um encontro feminista. Era um encontro de mulheres e saúde. Eu acho que foi o primeiro que eu vim. E foi em Embu, São Paulo. E no Embu, se tirou uma carta... que era a Carta de Embu... que era para a implantação das ações integradas de saúde e do PAE, que se chamava PAISM na época (um programa de integração de assistência da mulher). Isso foi em 1984. E cada uma dali saiu com a tarefa de contatar as autoridades de saúde no seu lugar de origem, de levar a Carta e de impulsionar essa questão. E isso implicava no que? Na reforma sanitária. Daí, isso saiu um pré-SUS, que, na época, se chamava SUDS. E... porque não poderia implantar o programa integrado de saúde à mulher sem que estivesse implantado as ações integradas de saúde, que era a porta de entrada para o SUDS. Era esse o caminho. E foi isso que a gente fez. Eu fui e, quando eu voltei, com essa unidade, a gente entrou em contato com o secretário de saúde do município, que [por sua vez] foi super receptivo. Era um senhor. Campina Grande não tinha tido a entrada da BEMFAM nos serviços de saúde. Eram raros os municípios que não tinham deixado a BEMFAM entrar no município. E, aí, nós tivemos o apoio dele e foi um movimento dentro da cidade. A gente fez um seminário sobre as ações integradas da saúde, com essas mulheres todas de lideranças de bairros e de periferias, [mais] o pessoal dos serviços, e chamamos as autoridades do estado. E veio todo mundo. A gente teve 500 pessoas, foi um negócio enorme. E, efetivamente, começou o movimento, porque a gente... sem saber... a gente se juntou com um pessoal da reforma sanitária. [...]. Aí, nós fomos começando a fazer outro tipo de trabalho, que era um trabalho junto com essas mulheres e, também, junto aos serviços. (ARRUDA, 2018)

A temática da saúde da mulher e a entrada da BEMFAM<sup>301</sup> em diversas cidades também eram debates presentes nos anos de 1980, no que tange à aproximação entre as práticas dos direitos reprodutivos e o controle social dos corpos das mulheres pobres e do sul global. As principais críticas dos grupos feministas eram de que a BEMFAM “impunha uma forma de controle de natalidade com argumentos socioeconômicos (diminuir a população pobre e, conseqüentemente, melhorar as condições sociais) encobertos como planejamento familiar para o bem-estar” social, o que representava o caminho contrário ao defendido pelas feministas com relação ao direito ao corpo. Isto é, a entidade acabava não levando em conta o direito e vontade das mulheres sobre qual método queriam utilizar, se queriam utilizar, e, também, que efeitos poderiam ter esses métodos (PETERSEN, 2004). Esta crítica, por exemplo, foi realizada por Angela Arruda, com relação à BEMFAM, e a partir do que ela encontrou no retorno ao Brasil.

Dos anos de 1980 em diante, de acordo com Lucila Scavone (2010, p. 52), as mulheres dos países do Norte viram avanços na área da contracepção (com novas pílulas contraceptivas,

---

<sup>301</sup> A Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM) foi fundada em 1965 com o objetivo de promover o bem-estar familiar, considerado como a base constituidora da nação (PETERSEN, 2004). A BEMFAM era financiada pela Federação Internacional de Planejamento Familiar e “foi a primeira entidade ligada ao controle de natalidade a ser criada no Brasil” (PETERSEN, 2004, p. 138).

etc.) enquanto àquelas dos países do Sul tinham à sua disposição “métodos pesados e definitivos - como no caso do Brasil, em que a esterilização feminina, durante décadas, tornou-se o método mais utilizado”. As mulheres do Sul eram “frequentemente, cobaias para as pesquisas científicas de contraceptivos de ponta, como os injetáveis e os implantes subcutâneos” (SCAVONE, 2010, p. 52). As feministas brasileiras, em sua grande maioria, condenaram o uso indiscriminado da esterilização (SCAVONE, 2010). Além disso, muitas acusavam a BENFAM de promover a esterilização a partir de sua política de controle de natalidade (PETERSEN, 2004). Nesse contexto, a luta pela implantação do PAISM<sup>302</sup> (Programa de Assistência Integral à Saúde Mulher) em Campina Grande era vista como uma pauta coletiva na luta dos direitos das mulheres, na qual participou ativamente Angela Arruda.

Para Angela (2017), além da constituição do grupo e do engajamento no movimento vinculada a saúde da mulher, também sobreviveu ao tempo um “temperinho” na forma de trabalhar. Na sua percepção, isto foi algo que aprendeu no movimento francês:

Depois eu soube, eu já tinha saído, que a enfermeira que ficou, [...] quando conversava sobre quem é que iria ser presidente ou vice, ela dizia “aqui não tem hierarquia, aqui todo mundo responde fazendo parte”. E isso aí é uma coisa que veio do movimento das mulheres. Era uma coisa que a gente dizia muito: “ah, o repórter está aí, quer falar com a líder”. [E a gente dizia] “e você não falou com ele?”, [e ela respondia] “Não”, “por que quem é que é a líder? Você, todo mundo aqui é líder”. [E: risos] “Não tem a líder. Todo mundo é líder. Quem falar, é líder. Pronto! Vai lá e fala com ele”. Essa coisa ficou, porque isso voltava “ah, eu quero falar com a líder”, “pronto, você falou com ela, não falou?”. Todo mundo escrevia para o jornal. Enfim, todo mundo fazia tudo, não tinha... a gente entender que não tem... Esses pressupostos do feminismo, que eu acho que isso foi muito forte e que eu aprendi no movimento francês: é a não-hierarquia, é a não-delegação, é essa autonomia. São coisas muito fortes no movimento francês, e isso você não tem como escapar; é briga na hora. E isso eu achei super legal, porque depois eu soube que ela tinha reagido: “não, aqui não vai ter isso não! aqui todo mundo vai ter responsabilidade igual!”. Ah, que bom! Uma sementinha lá! (ARRUDA, 2018, grifo meu).

A autonomia (já sinalizada) e o senso de responsabilização também assumem um aspecto importante daquilo que Angela Arruda considera ter deixado ao movimento, em Campina Grande. Arruda ainda comentou que fazia oficinas e formações com o *SOS Corpo* de

<sup>302</sup> O Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) foi elaborado pelo Ministério da Saúde no ano de 1983 e aplicado a partir do ano de 1984. O PAISM tinha como diretrizes: “capacitação do sistema de saúde para atender às necessidades da população feminina [...]”; “uma nova postura de trabalho da equipe de saúde em face do conceito de integralidade do atendimento”; e práticas educativas para um maior controle sobre a saúde (OSIS, 1998, p. 27). O Programa foi pioneiro, uma vez que propôs, no âmbito da atenção integral à saúde, a inclusão da saúde reprodutiva das mulheres (OSIS, 1998). Além disso, para Maria José Martins Duarte Osis (1998, p. 29), o PAISM “teve um amplo significado social, constituindo-se em elemento catalizador de debates, bastante importantes naquele momento histórico, de democratização da sociedade brasileira”.

Recife - onde estava a ex-exilada Maria Betânia Ávila, que participou também do *Círculo* em Paris. Segundo ela, a Betânia “era a nossa referência mais próxima. Recife era pertinho e, nos encontros do Nordeste, a gente sempre se cruzava. Com o pessoal do SOS sempre nos demos bem. De vez em quando a gente ia, acontecia alguma coisa em outro lugar, a gente se encontrava, os encontros nacionais, [...]” (ARRUDA, 2018). Mas, Betânia Ávila não foi o único contato que manteve uma vez que também se lembrou de Lucila Scavone (ARRUDA, 2018).

Maria Betânia de Melo Ávila retornou ao Brasil no final de 1979 e, inicialmente, foi para Maceió, onde estava sua família. Mas, lá, permaneceu por pouco tempo (ÁVILA, 2019). Logo em seguida, mudou-se para Recife, cidade na qual havia vivido antes do exílio. Quando chegou a Recife, encontrou o *Ação Mulher*<sup>303</sup>, que, para ela, era uma “organização feminista radical, no sentido francês, não no sentido americano” (ÁVILA, 2019), o que significava, para ela, um feminismo que “trazia a questão da sexualidade e da reprodução, mas profundamente assentada em uma perspectiva materialista crítica”<sup>304</sup> (ÁVILA, 2019). Betânia ingressou neste grupo logo na sua chegada e se recorda que no grupo “estava tudo em questão: a questão da sexualidade, da reprodução, do trabalho, da política (ainda era ditadura) no sentido institucional da democracia”, o que incluía “uma discussão sobre a dupla militância, porque muitas mulheres eram ligadas a organizações de esquerda” (ÁVILA, 2019). Além disso, o *Ação Mulher* estava organizando o Primeiro Encontro Feminista do Nordeste, que, para ela: “Foi maravilhoso! Eu fiquei encantada, porque foi genial” (ÁVILA, 2019).

O *Ação Mulher* se dividiu e “ainda no ano [de] 1980, mas mais para o final, a gente começou a pensar em uma outra forma de trabalhar com a questão feminista, para além dos grupos de militância” (ÁVILA, 2019). O que significou a fundação do *SOS Corpo*<sup>305</sup> de Recife. Sobre a sua transição, do *Ação Mulher* para o *SOS Corpo*, Betânia se recorda que o que queriam, enquanto grupo, era expandir as discussões, principalmente, aos setores populares e às mulheres trabalhadoras (ÁVILA, 2019). Para isso, começaram a fazer inúmeras atividades, sendo uma

---

<sup>303</sup> O grupo *Ação Mulher* foi um dos primeiros organizado na cidade de Recife (SILVA, 2016). Juntamente com o grupo Maria Mulher de João Pessoa, o *Ação Mulher* organizou “quatro Encontros Feministas do Nordeste, sendo o primeiro em 1980” (SILVA, 2016, p. 113). Segundo Carmen Silvia Maria da Silva (2016, p. 113), “do *Ação Mulher* emergem as primeiras organizações político-profissionais feministas, o *SOS Corpo* Grupo de Saúde da Mulher e a *Casa da Mulher* do Nordeste, ambas sediadas no Recife”. A mudança, transformação ou possível cisão não foram mencionadas pela autora supracitada e pelas entrevistas de maneira explícita.

<sup>304</sup> Para saber mais sobre o feminismo francês e o processo de radicalização, ver: o capítulo 2 de Maíra Abreu (2016).

<sup>305</sup> O *SOS Corpo* grupo da *Saúde da Mulher*, hoje intitulado *SOS Corpo - Instituto Feminista para Democracia*, foi fundado no ano de 1981 com a temática ligada à saúde da mulher, corpo e direitos sexuais e reprodutivos. Esses termos foram mantidos ao longo dos anos de 1980. A partir das décadas de 1990 mudou sua perspectiva e nome, intitulando-se *SOS Corpo, Gênero e Cidadania*, passando a incorporar termos como “relações de gênero”, “democracia” e “cidadania” (THAYER, 1999). Para saber mais ver: <https://soscorpo.org/>

delas o teatro *Vida de Mulher*, a partir do qual iam “em todos os bairros do Recife apresentar o teatro com as questões da violência, do aborto, do trabalho igual/salário igual” (ÁVILA, 2019). A atividade do teatro foi crescendo e a conexão com as mulheres foi aumentando, o que significou outros desdobramentos, como o livro *Corpo de Mulher*, a entrada em um trabalho educativo e a pesquisa sobre a esterilização (ÁVILA, 2019). Betânia se recorda que o nome de *SOS Corpo* vem de um contexto muito preciso, atrelado justamente à luta pelos direitos sexuais e reprodutivos:

[...] quando a gente começou a trabalhar a fazer o teatro, começou a discutir e ir para os bairros, porque você levava o teatro e as mulheres diziam “a gente quer discutir”. E a gente voltava, para ir lá discutir no bairro, no sindicato, onde fosse. [...] Porque teve um grande encontro na França, organizado junto com as francesas, que chamou *Parole aux Femmes D’Amérique Latine* (Palavra às Mulheres da América Latina). [...] foram denunciadas as questões das ditaduras dos países latino-americanos e, também, denunciadas as questões das mulheres. Uma das grandes denúncias lá eram os processos de esterilização que estavam acontecendo. Quando a gente partiu para essa discussão, quando a gente começou essa discussão com as mulheres, elas vinham de uma perspectiva, isso que eu queria dizer, que não tinham essas incompatibilidades. Porque tinha uma questão de classe muito profunda, que a gente detectava na questão de sexualidade e da reprodução. Porque a questão da esterilização, a gente começou a se dar conta: não só que ela. Era extensiva. Mas, ela vinha junto com a pílula. E, realmente, o corpo das mulheres estava, naquele momento, estava em um risco imenso. E a gente colocou esse nome: *SOS Corpo*, para dizer “existe uma urgência, existe uma emergência, estão destruindo os corpos das mulheres no meio popular, das mulheres trabalhadoras”. [...] Foi no diálogo com as mulheres negras que elas colocaram a questão racial... não é só as mulheres pobres... as mulheres trabalhadoras e populares... mas também visa também o corpo das mulheres negras. São as mulheres negras que estão sendo esterilizadas. Mas, nós já trazíamos uma questão de classe muito forte, para essa relação com reprodução e com sexualidade. E a gente fez essa pesquisa sobre esterilização e imediatamente fez uma pesquisa sobre contracepção para mostrar essa relação, porque, olha, a BENFAM distribuía uns envelopes cor de cinza que não tinha nem a composição dos conteúdos. Você chegava nas reuniões dos bairros e as mulheres estavam o tempo todinho falando das enxaquecas. Os corpos de fato estavam explodindo de dores, de circulação, porque eram... você nem sabia o que você estava tomando. [...] E começamos uma enorme denúncia também da questão internacional, porque era um projeto de desenvolvimento. E o projeto de desenvolvimento era centrado na ideia de que deixava de reproduzir a população pobre....e como, depois, trouxeram as mulheres negras. Não só a população pobre, mas a mulher negra também. Era uma forma de exterminar, como processo reprodutivo. E as mulheres começavam a optar pela esterilização. Primeiro, porque era seguro, do ponto de vista, e também porque os corpos não aguentavam mais o outro método contraceptivo que se colocava, que era a pílula. Não era opção! Você não tinha opção! O *SOS* começa com essa forte denúncia, com esse trabalho que estava ligado fundamentalmente a esse contexto; e que, naquele momento, ainda era o governo militar, que era um governo que se dizia um governo pró-natalidade. Mas que, na verdade, abriu o plano totalmente para a entrada das instituições e do dinheiro

internacional para os programas de esterilização e distribuição de pílula e depois proveram os injetáveis. A ideia de fato era criar um espaço político, profissional, porque queríamos juntar; nós começamos a deixar nossos empregos em uma espécie de uma grande aventura. Algumas começaram a sair dos empregos e outras ficaram para ir segurando. Mas a ideia mesmo era construir uma organização que fosse de trabalho... mas uma organização de trabalho voltada para sustentação da ação política feminista. (ÁVILA, 2019).

Em outras palavras, Betânia retorna ao Brasil e já no início dos anos de 1980 se insere junto aos grupos feministas, inicialmente, no *Ação Mulher* (que debatia diferentes temáticas) e, em seguida, ajuda a fundar o *SOS Corpo*, grupo da *Saúde da Mulher*, que, nestes primeiros anos, vai pautar-se nas discussões sobre sexualidade e direitos reprodutivos. No *Círculo* em Paris, a participação de Betânia foi maior no subgrupo da imprensa, o qual mantinha contato com o Brasil (citado no capítulo 2). Embora já soubesse, quando estava na França, que uma grande denúncia que vinha da América Latina era a da esterilização de mulheres e da falta de um debate ligado ao direito ao corpo, foi no Brasil que o seu foco se voltou, de maneira mais expressiva, aos direitos sexuais e reprodutivos.

A perspectiva ligada à denúncia das violações contra os direitos das mulheres não se deu sem uma intersecção ligada à percepção de classe e raça; questão bastante importante, já que a muitas das mulheres exiladas foi atribuída a ideia de que, ao integrar o feminismo, estas abandonaram a perspectiva de classe. A análise da trajetória de Betânia Ávila é muito interessante porque, ao deixar o Brasil, ela não se considerava orgânica. No exílio, vinculou-se ao feminismo do *Círculo* em perspectiva materialista. Já, no retorno ao Brasil, assinala que o debate feminista realizado se pautava na intersecção com classe e raça. Diferentemente do projeto revolucionário da esquerda, de lutas de classes e de tomada de poder por meio da revolução, o não abandono da categoria “classe” se deu pela sua utilização tanto para a leitura social quanto para a intervenção feminista ligada aos direitos das mulheres.

A constituição narrativa de Betânia foi marcada pela utilização do pronome pessoal “nós” (ou, na informalidade, do uso da expressão “a gente”) ao longo da sua entrevista, o que pode significar diferentes dimensões: a primeira delas é que não constituiu a sua militância junto aos grupos de maneira individual e sozinha e as atividades foram sendo feitas de maneira coletiva; a segunda, atrelada a ideia de transmissão de neutralidade e de afastamento, por meio da utilização da primeira pessoa do plural; a terceira, seria uma estratégia a fim de não entrar em aspectos que considerava de ordem mais privada de sua vida. As três ideias se aproximam da percepção (registrada em caderno de campo) de que a exilada falou pouco sobre si e muito mais sobre o movimento e os espaços em que se inseriu ao longo da sua trajetória como

militante feminista; o que significa que a constituição de si, concedida na entrevista, está menos pautada no “eu” individualizado e mais no que se conecta ao coletivo e ao movimento constituído naqueles anos.

Juntamente com Betânia Ávila, Suzana Maranhão também retornou ao Recife e se vinculou ao *Ação Mulher*. Isso se deu, segundo ela, em função do contato que havia estabelecido ainda quando estava em Paris (mencionado no capítulo 2) e os vínculos que restabeleceu do movimento estudantil (MARANHÃO, 2019). A continuidade de sua militância junto ao feminismo ainda estava pautada na noção de que deveria participar do movimento e do partido (mencionarei abaixo). Sobre o *Ação Mulher*, esta não deu muitos detalhes sobre o que fazia, somente que “ainda na continuação da discussão da realidade brasileira [e] a questão da Mulher” (MARANHÃO, 2019). Cabe destacar que já não estava mais debatendo a imprensa e as relações com o Brasil, conforme fez no exílio.

O *Ação Mulher* acabou se dividindo no *SOS Corpo* (está, entre suas fundadoras, Betânia Ávila), que se voltou para os direitos sexuais e reprodutivos, e no *CENDO Mulher*<sup>306</sup> (MARANHÃO, 2019). Suzana Maranhão, juntamente com demais mulheres, se vinculou ao *CENDO*, que, segundo ela, estava voltado à constituição de um centro de documentação sobre a mulher (MARANHÃO, 2019). A participação foi lembrada também por meio de diversos nomes, como de Maria Helena Camarotti, Silvana, Cristina, entre outras (MARANHÃO, 2019). Mas, segundo Suzana, o grupo não foi muito adiante. Independentemente disso, embora Suzana tenha se mantido vinculada ao feminismo, o espaço de inserção esteve atrelado à discussão da realidade brasileira e da situação da mulher, na tentativa de constituição de um centro de documentação; ambas as atividades foram consideradas como debatidas no exterior (MARANHÃO, 2019).

Hilda Fadiga de Andrade retornou ao Brasil por volta dos anos de 1981 e 1982, momento, conforme se recordou, em que toda a sua família queria que ela voltasse a estudar. Mas, isso não ocorreu (ANDRADE, 2018). Embora fosse de São Paulo, em função do novo companheiro, Irani Campos, que passou a ter a partir do exílio em Portugal, Hilda acabou se mudando para Belo Horizonte (ANDRADE, 2018). Minas Gerais foi onde “praticamente me introduzi na sociedade, que eu voltei a trabalhar com mulheres”; também foi onde começou a trabalhar em um emprego formal (ANDRADE, 2018). Naquela cidade, Hilda se envolveu com o movimento pró-creche:

---

<sup>306</sup> Infelizmente, não encontrei informações sobre esse grupo.

Eu comecei a frequentar as reuniões em Contagem. E o pessoal de lá mesmo, que tinha uma irmã no exílio, a Carmela Pezzuti<sup>307</sup>, a irmã dela, eles montaram uma associação que chamava Associação de Apoio a Creches Comunitárias casa da Vovó. Foi muito famosa em Minas. E trabalhava com creches comunitárias. Dava assessoria... fazia projetos... fazia formação. Eu tenho até várias cartinhas que eu escrevia. O primeiro Congresso de Mulheres em Bertoga, foram um monte de mulheres comigo, e a gente levou as cartilhas e as coisas, como, a organização, a administração e a alimentação. A gente fazia formação para essas mulheres e eram cento e tantas creches. E eu militei junto com o movimento de luta pró-creche durante muito tempo, lá em Minas. (ANDRADE, 2018).

Segundo Hilda Fadiga, as atividades desenvolvidas foram:

Então, a gente, quando começou a trabalhar a questão da creche... que a gente fazia reivindicações naquela prefeitura. A gente sentava na prefeitura e comia pão, e enchia de menino. Ficava, a antessala do prefeito, cheia de migalha de pão. Até que ele recebia a gente, porque ele não aguentava mais. [ER: [risos] Boa estratégia]. Fazíamos passeata na porta da prefeitura. E nós queríamos salários para as crecheiras... que a prefeitura pagasse. E, aí, a gente fazia, para trabalhar com as mulheres, para explicar para elas porque elas estavam reivindicando salário: qual é a importância do salário, que aquilo não era uma caridade. Aquilo era um direito. A gente trabalhou muito essa questão da cidadania, do direito da mulher. Que o filho não era só da mulher. Essas coisas. Que a creche era um direito da criança e não da mulher. Essas questões foram muito bem trabalhadas com essas mulheres. Muito. Tanto que nós chegamos a fundar uma... não era federação, era União, alguma coisa de mulheres. Pegava mulheres de Contagem, de uma outra cidade, de Nova Lima. Nós tínhamos um movimento mesmo. Muito bem organizado. Fizemos o primeiro congresso de luta por creches em Belo Horizonte. Cheíssimo, cheíssimo. [...] Toda semana, quando foi da “criança e Constituinte”, que nós também fizemos um movimento de luta pró-creche para a Constituinte. Então, nós conseguimos o salário das crecheiras. Conseguimos fazer projetos, e uma organização dinamarquesa nos dava terrenos. Depois, íamos no governador, no prefeito, até conseguir o tijolo e não sei o que, para construir as creches. Construímos muitas creches. E era um movimento político. Ele era, claramente, um movimento político. Não político da esquerda ou da direita. Não era bem isso. Não era um partido. Mas, ele era um movimento político porque ele enfrentava os políticos. Quando entravam no Congresso, lá na Assembleia Legislativa, elas não faziam rapa pé para deputado. Elas conversavam frente a frente e perguntavam “Vocês vão apoiar a gente nesse negócio ou não vão?! Porque o prefeito não quer construir, vocês vão apoiar? Vocês sabem, não é? que quem manda lá no bairro somos nós e quem precisa do bairro são vocês. Nós também estamos precisando de vocês. Mas, vocês

<sup>307</sup> Carmela Pezzutti nasceu em 1926, em Araxá, Minas Gerais, onde casou-se muito jovem e teve dois filhos (PAIVA, 1996). Com 36 anos de idade, se separou e, em meados dos anos 60, passou a militar pela COLINA e, posteriormente, na Var-Palmares (PAIVA, 1996). Seus dois filhos, Ângelo e Murilo, ambos também militantes da COLINA, foram facilitadores de sua entrada na militância de resistência à ditadura (PAIVA, 1996). Em 1969, Carmela foi presa e, em 1970, saiu da prisão banida e trocada pelo embaixador alemão. Carmela passou por Argélia, Chile e Itália, sendo que, neste último país, por ter cidadania, teve algumas facilidades e foi onde permaneceu a maior parte do tempo do seu exílio. Seu filho, Angelo Pezzuti, faleceu na França em 1975; ele foi casado com Maria do Carmo Brito, exilada em Portugal.

precisam mais da gente, e vocês vão sair daqui”. Era nesse aspecto. Mas, elas tinham uma visão muito clara disso... muito clara... muito clara. (ANDRADE, 2018, grifo meu)

Como citado no início deste capítulo, o movimento de mulheres pela luta por direito à creche não foi exclusividade de Belo Horizonte. Mas foi bastante significativo em todo o Brasil tanto por ser protagonizado por mulheres dos movimentos populares quanto pela reivindicação de garantias mínimas de condição de vida nos bairros. Também significou um importante passo para a instituição dos direitos e formulação de políticas públicas voltadas para as crianças. O movimento pró-creche, aqui sinalizado por Hilda, por meio da Casa da Vovó<sup>308</sup>, não se encontrava dentro das demandas “feministas”, embora fosse uma questão que afetava (e até hoje afeta) muitas mulheres. Ele tem práticas muito diferentes dos movimentos das mulheres que estão refletindo suas experiências e que são organizados por mulheres que conseguiram certa independência (CARDOSO, 1987). Ao reivindicar creches, o movimento estava ligado a questões que dizem respeito à mulher, reafirmando o gênero, mas que provoca rupturas por considerar legítimo que a mulher possa trabalhar fora ou que as crianças sejam cuidadas por outras pessoas, que não a mãe (CARDOSO, 1987).

A trajetória de militância de Hilda Fadiga de Andrade apresentou a sua nova inserção política, em Belo Horizonte, onde teve interação direta com os movimentos populares e participou ativamente na luta pelos direitos da comunidade. De militante da esquerda revolucionária (que buscava a revolução socialista), passando pelo trabalho engajado, ao movimento de mulheres pró-creche, a trajetória de Hilda Fadiga de Andrade foi rearranjada mais uma vez: no retorno ao Brasil. Hilda constituiu-se, novamente, na experiência junto ao movimento das mulheres da periferia na luta por creches; atribuindo-lhes sentido político a partir do enfrentamento que tiveram durante o período, que parece estar bem próximo a ideia de “politizar o privado”.

Ao longo do contato que tive e tenho com Hilda Fadiga de Andrade, foi considerável o desejo da entrevistada em querer contar a história das mulheres desse movimento e, acima de tudo, a sua tentativa (em vários momentos) de que eu entrevistasse estas mulheres; isto é, que uma historiadora oral desse espaço de escuta a fim de registrar o protagonismo de mulheres das camadas populares que reivindicaram por direitos básicos. Hilda contou sobre a iniciativa. Mas, sempre sinalizou com “elas”; o que explicitamente dá a entender que, embora tenha participado,

---

<sup>308</sup> Provavelmente, trata-se da creche comunitária “Casinha da Vovó”, que foi a primeira creche comunitária na região metropolitana de Belo Horizonte (VIEIRA; DE MELLO, 1987). A creche comunitária foi constituída como fruto da solidariedade entre as mulheres e, inicialmente, se mantinha com recursos da comunidade (VIEIRA; DE MELO, 1987)

ela não fazia parte do núcleo de atoras principais do movimento. A partir de meus questionamentos, a ex-exilada assinalou que “elas não eram feministas. Mas, elas tinham noções claras dos seus direitos. Tanto, que eu estou te dizendo que essas mulheres foram para o congresso feminista” (ANDRADE, 2018).

Angela Maria Silva Arruda, Maria Betânia de Mello Ávila, Suzana Maranhão e Hilda Fadiga de Andrade não relataram muito sobre conflitos por serem retornadas, por terem tido experiência no exterior ou estarem definidas por algum tipo de *status*. No caso de Angela Maria Silva Arruda, Maria Betânia de Mello Ávila, Suzana Maranhão, estas acabaram não explicitando muito bem como se deram as dissidências aos grupos iniciais para a formação dos segundos grupos. Os contextos de Belo Horizonte, Recife e Campina Grande também trouxeram demandas locais, que fizeram com que as exiladas se adequassem (mesmo que invocando aspectos da militância do passado) aos grupos para constituir-se como sujeitos protagonistas de reivindicação política dos direitos das mulheres.

Algumas mulheres retornadas ao Brasil não se vincularam a grupos ou a iniciativas ligadas aos feminismos ou movimentos de mulheres: Clarisse Galvão de Figueiredo (filha de Lila Figueiredo do Jornal *Brasil Mulher*) teve alguma aproximação com Joana Lopes (do *Nós Mulheres*), embora fosse a mãe de Clarisse (Lila) que participava (FIGUEIREDO, 2019a); Carmem Maria Craidy, sentiu muito o impacto relacionado às hierarquias de gênero quando retornou ao Brasil (CRAIDY, 2015); Ieda dos Reis, se envolveu menos com militância (REIS, 2018). Também não encontrei nenhum registro de que tenham entrado em grupos as ex-exiladas Albertina de Oliveira Costa, Neusa Goulart Brizola, Helena Salem, Valentina da Rocha Lima e Zuleika Alambert.

Apesar das reformulações mencionadas ao longo deste tópico, parece haver uma continuidade nas militâncias das brasileiras que estiveram vinculadas aos grupos feministas, ou de mulheres no exterior, uma vez que ao retornar (mesmo não mobilizando os mesmos aspectos) também se vincularam em grupos no Brasil. Isso se deu com Yolanda C. Prado, as ex-exiladas do *Círculo* e Hilda Fadiga de Andrade. A continuidade em grupos de mulheres e/ou feministas, entre o exílio e o retorno ao Brasil, durante as décadas de 1970 e 1980, significou a consolidação das militâncias feministas para estas mulheres.

Como demostrei até aqui, a constituição de grupos, a partir dos movimentos feministas ou de mulheres, não foi uma exclusividade das ex-exiladas de Portugal e da França. No período, também foi criada a *Rede Mulher*, por Moema Viezzer e Benita Beatriz Accioli Cannabrava<sup>309</sup>.

---

<sup>309</sup> Para saber mais acerca de Moema Viezzer e Benita Beatriz Accioli Cannabrava, ver, respectivamente: CANNABRAVA, 2018; VIEZZER, 2017a; VIEZZER, 2017b.

A *Rede Mulher* iniciou no ano de 1983, em São Paulo, quando suas organizadoras realizaram uma pesquisa-ação participante que abrangeu mais de 100 clubes de mães (CANNABRAVA, 2018; VIEZZER, 2017b). Beatriz Cannabrava e Moema Viezzer foram exiladas respectivamente, no Peru e no México (na maior parte do tempo, uma vez que também passaram por outros países). Ambas não foram mencionadas nos capítulos anteriores (em função do recorte da tese). A iniciativa da *Rede Mulher* era mais voltada para as mulheres do movimento dos clubes de mães e do custo de vida na Zona Leste de São Paulo, onde buscaram construir a educação popular feminista.

Muitos dos grupos foram se desfazendo ao longo da década de 1980. Dos citados, apenas o *SOS Corpo* e o *CIM* ainda existem. Mas, sofreram diversas reestruturações ao longo dos anos. Para Sonia Malheiros Miguel (1988), ao analisar a diminuição dos grupos de reflexão e de atuação na segunda metade dos anos de 1980, no Rio de Janeiro, a dissolução pode significar uma fase de transição dos movimentos feministas daquele período e esteve atravessada por diferentes motivos: o tempo de vida ligado ao esgotamento das relações; a constituição do fórum feminista<sup>310</sup> (especificamente do Rio de Janeiro); a ampliação do espaço do discurso no dia a dia das brasileiras, o que significou um espaço mais legitimado e também mais institucional; o desencanto ao encontrar autoritarismo e discriminação no movimento. Também, cabe sinalizar que muitas das histórias destes grupos fora do eixo Rio-São Paulo e suas conexões nacionais precisam ainda ser contadas. Da mesma forma que os trânsitos de ideias e as solidariedades entre os grupos, sejam eles nacionais ou transacionais, acerca da década de 1980, ainda precisam ser melhor estudados. Infelizmente, estes aspectos acabaram ficando fora desse capítulo.

Apesar de os grupos entrarem em desarticulação, durante o período, houve um crescimento do número de participantes nos encontros feministas, o fortalecimento dos engajamentos das mulheres junto aos partidos e às lutas institucionais e também o crescimento de pesquisas que tiveram como objeto de estudos os feminismos e as mulheres na sociedade; maiores, em relação ao passado, uma vez que as mulheres têm pouco espaço institucional, político partidário<sup>311</sup>.

<sup>310</sup> O fórum feminista do Rio de Janeiro foi mencionado por Sonia Malheiros Miguel o grupo passou a reunir-se mais regularmente no ano de 1985.

<sup>311</sup> Pesquisas atuais demonstram que a partir da democratização houve um crescimento no que tange à participação política partidária e na política institucional por parte das mulheres. Por exemplo, Clara Araújo (1998) apresenta o gráfico sobre a evolução da participação (mulheres eleitas) nas Assembleias Legislativas: no ano de 1982, era de 3%; no ano de 1986, era de 3,3%; 1990, era de 5,5%; 1994, era de 7,8%; e 1998, era de 9,7%. No entanto, no Brasil, os números ainda são muito baixos na atualidade, representado apenas 15 % dos deputados eleitos no ano de 2019 (NOVA... 2019).

### 5.2.2 As mulheres exiladas (não) entram nos partidos políticos

A constituição de partidos políticos também foi um aspecto importante para a militância das mulheres na década de 1980. A partir da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (de nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979) ocorreu o reordenamento da organização partidária brasileira, que deixou para trás o bipartidarismo, o que representou a fundação de novos partidos políticos, como o Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>312</sup> e o Partido Verde (PV)<sup>313</sup> e a volta à ativa dos partidos que estavam ilegais, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Além disso, ocorreu a transformação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e da ARENA em Partido Democrático Social (PDS).

De modo geral, a constituição dos partidos se baseia na política institucionalizada, nas disputas eleitorais e com a finalidade de ocupar cargos de poder (sejam eles nas esferas legislativa e executiva, sejam eles em instituições). Isto é, neles impera a participação política do ponto de vista da representatividade democrática. Apesar de a lógica partidária ser baseada mais em um caráter institucional, existe a relação própria estabelecida com a base, com os movimentos sociais (onde existiram nos grupos feministas e de mulheres tanto no embate com as mulheres “políticas” - que provinham de partidos políticos e queriam alinhar a pautas do grupo a partir daquelas dos partidos/ organizações - quanto os partidos e organizações que enviavam “infiltradas” para cooptar mulheres para os seus espaços) (MIGUEL, 1988).

---

<sup>312</sup> A fundação do PT ocorreu em 1979 e sua legalização no começo de 1980. Embora seja colocado no campo da esquerda, o PT surge como um partido que não era nem “leninista, nem gramsciano, mas tampouco socialdemocrata” (ALMEIDA, 2011, p. 195). Sua principal, mas não a única, característica foi a da “pluralidade interna”; congregou pessoas provenientes do movimento sindical, intelectuais, trabalhadores e vários grupos da esquerda clandestina que lutaram durante a ditadura (como a Convergência Socialista, Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), a Liberdade e Luta (Libelu), elementos da AP e da POLOP e PRC, entre outras) (ALMEIDA, 2011).

<sup>313</sup> Para os verdes, a causa ecológica não é uma questão “específica”, “mas uma dimensão que deve estar presente na reflexão global sobre a sociedade (PÁDUA, 1991, p. 137). A maioria dos partidos políticos ligados à causa ecológica, ou verdes, emergiram na década de 1980, o que não foi diferente no Brasil, que teve a fundação oficial do PV no ano de 1986. No entanto, algumas iniciativas já vinham sendo embrionadas desde a década de 1970 pelo movimento ecológico, por meio de debates, grupos e associações, manifestações e publicações de livros; também, nas eleições de 1982, foram eleitos o deputado Liszt Vieira e a deputada Lucia Arruda, que se utilizaram da legenda do PT (PÁDUA, 1991). Cabe destacar que “além da inspiração trazida pela divulgação das atividades e ideias verdes europeias nos meios de comunicação, existe também entre os fundadores e dirigentes uma proporção significativa de ex-exilados, militantes dos grupos de esquerda no Brasil dos anos 60, que entraram em contato com as ideias verdes na Europa dos anos 70” (PÁDUA, 1991, p. 142). Para exemplificar, participaram da fundação do PV: Fernando Gabeira, Alfredo Sirkis, Domingos Fernandes (ex-marido de Moema Correia São Thiago), Carlos Minc, entre outros. Alguns deles, exilados em Portugal. A trajetória desses sujeitos e a militância ao projeto ecológico é parte desta história.

Em si, a formação dos partidos não era (e não está) pautada em solidariedades constituídas em função de identidades ou laços de irmandade. No entanto, constituíram um desdobramento interessante nas militâncias das mulheres exiladas, que tiveram ou não vínculos com os grupos durante o período. Adequado a partir da prática de participação política nos diferentes espaços a partir da democratização, a (não) entrada nos partidos políticos representou para diversas mulheres a consolidação de novas compreensões de si, com suas (des)continuidades nas militâncias e no que passou a ser considerado como projetos de transformação social. As brasileiras que retornaram da França e estiveram vinculadas ao *Círculo* têm destaque aqui, já que algumas delas acabaram por não se inserirem em partidos no retorno ao Brasil.

Sandra Macedo, que não rompeu com o POC no exílio francês e manteve a dupla-militância (conforme citado no capítulo 2), ao retornar ao Brasil, afastou-se da participação em organizações e estruturas partidárias (MACEDO, 2018). Segundo ela, “[eu] não acreditava mais naquela militância” (MACEDO, 2018). No retorno, chegou a se aproximar do PT. Mas, “não chegava a ser uma militante, eu era mais uma pessoa que participava conjunturalmente, [como], em momento de eleições” (MACEDO, 2018); o registro sobre o PT aqui parece se dar pelo momento da elaboração da entrevista ter ocorrido alguns dias depois das eleições de 2018. Ao ser questionada sobre o motivo que a levou a não querer se envolver com partido, explicou a transformação subjetiva que havia passado:

Porque eu já não tinha mais saco. Eu tinha passado a minha vida militando. Eu não acreditava mais em revolução daquela forma. Não é que eu tivesse uma outra opinião sobre, entendeu? Mas, eu achava que foi um desinteresse, como é que eu vou te dizer? Eu achava que estava uma coisa que não ia para frente. Eu tinha passado a minha vida praticamente militando e, nos últimos tempos, eu já não tinha mais nenhum tesão pela militância. Já não tinha aquelas certezas “vamos chegar lá” e “vamos fazer”. Foi assim, foi tipo. Porque quando eu estava no exílio, eu sentia que eu não poderia sair daquela organização. Não tinha ninguém que me prendesse. Mas, parecia que era uma obrigação. Aqui não. Aqui eu fui trabalhar. Eu tinha dois filhos. Tinha que trabalhar em vários lugares... vários lugares não... mas em um lugar bastante complicado, que foi a FUNABEM. Eu não quis mais. Só o que me restou ainda de impulso militante foi ligado às mulheres, que aí foi a criação desse grupo que eu te falei. (MACEDO, 2018, grifo meu).

Se para algumas mulheres o afastamento da organização revolucionária se deu com a saída do Brasil durante o exílio, para Sandra isso aconteceu no retorno, quando a militância política dentro de uma organização partidária era legalmente possível. Mas, para ela, o afastamento das organizações e a não-aproximação aos partidos políticos, além de ser algo que

já a estava incomodando no exílio, trazia o significado da perda da crença na revolução, a partir do formato que compreendia uma vanguarda. No exílio, foi assumida a militância feminista ligada ao grupo de consciência e coincidiu que, no retorno, foi o único engajamento que ainda manteve: a revolução a partir da perspectiva feminista. O abandono foi definido como “uma coisa que em francês se diz o *révolte*<sup>314</sup>” (MACEDO, 2018), isto é, significou a recusa àquilo que representava autoridade e hierarquia partidária, foi a consolidação da luta a partir dos movimentos sociais.

Sandra Macedo vinculou-se ao *SOS Mulher* no Rio de Janeiro, espaço em que a autonomia<sup>315</sup> dos partidos políticos era bastante importante e ponto de embates. É muito difícil não vincular isto às situações vividas no exílio francês, onde os grupos foram alvos de inúmeras interferências. Como visto nos capítulos anteriores, a autonomia foi alvo de debate primordial entre as brasileiras e no movimento feminista francês. A reivindicação da autonomia por parte das mulheres é tanto um reflexo quanto uma projeção em função do forte histórico de interferências e também das manipulações advindas dos partidos (MIGUEL, 1988). Isso se dava porque, na maior parte das vezes, “o movimento de mulheres como um todo passa a ser visto pelos partidos políticos da época (grande número deles clandestinos) como um canal possível de atuação” (MIGUEL, 1988, p. 77).

Por outro lado, existia a leitura de que a autonomia acabava se tornando sinônimo de isolamento, isto é, “não se relacionar com outros movimentos” (MIGUEL, 1988), ou ainda do não querer dialogar com outras formas de organização que poderiam trazer, também por outros caminhos, direitos às mulheres. Por exemplo, em entrevista coletiva de duas integrantes do SOS: Lígia Rodrigues e Rita Andréa (concedida em 1982, à Maria Laura Vivieros de Castro Cavalcanti e Maria Luiza Heilborn), a primeira entrevistada manifesta a crítica pela falta de participação do SOS em relação às eleições daquele ano<sup>316</sup>. Para ela “Não se pode confundir a autonomia com alienação e descontração. Ao chamar os cinco candidatos, a autonomia do movimento não se perderia, não se estaria optando por partido nenhum” (RODRIGUES; ANDREA, 1985, p. 132). Rita Andréa (1985, p. 132) complementa que “a única avaliação que conseguiram fazer naquele momento era de que as eleições atrapalhavam” o desenvolvimento das atividades, uma vez que parte do grupo acabou assumindo mais as eleições e deixou de lado os plantões do SOS. Por outro lado, de acordo com Lígia, não foram levadas as questões da

<sup>314</sup> Tradução livre do francês: atitude de revolta, recusa e hostilidade perante uma autoridade.

<sup>315</sup> A reivindicação da autonomia se dá em relação a algo ou alguém e no movimento de mulheres não ocorria somente com os partidos, mas também se reivindicava a autonomia da Igreja (MIGUEL, 1988).

<sup>316</sup> O trecho é um pouco mais amplo. Mas, para este momento, o que quero frisar são as críticas que foram suscitadas pelo distanciamento das eleições e partidos.

violência contra às mulheres para as campanhas eleitorais, já que para isso o “SOS tinha que estar com um todo por detrás” (RODRIGUES; ANDREA, 1985, p. 132).

O abandono aos partidos não era só uma mudança de perspectiva. Mas, também, parece representar o acúmulo do embate vivido com a dupla militância, a busca por um movimento autônomo, a luta pelos direitos das mulheres e as interferências dos partidos. Sandra Macedo avaliou e construiu a sua posição de abandono aos partidos com décadas de diferença. Forjou sua narrativa a partir da perspectiva revolucionária que não encontrava mais na organização e, sim, no movimento de mulheres. Por outro lado, as questões partidárias atravessavam o debate da autonomia dentro do *SOS Mulher* (do qual fez parte e conforme busquei apresentar a partir de duas entrevistas da época) e traziam dimensões ainda maiores em relação às posições assumidas, como a falta de diálogo e o distanciamento da representatividade que poderia reivindicar direitos importantes para o grupo.

Sandra Macedo não foi a única ex-exilada e mulher deste período que mudou de perspectiva no que tange ao projeto revolucionário, anteriormente atrelado a uma organização e mais tarde aproximando-se dos movimentos feministas. A também ex-militante do *Círculo*, Angela Arruda, que se encontrava em Campina Grande, assinala que a não-participação em partidos políticos no retorno ao Brasil se deu por meio da integração da visão de feminismo que teve no exílio, o que significou que não se interessava mais pelo tipo de militância orgânica (ARRUDA, 2018). Seu companheiro, no retorno, chegou a se interessar pelo PT. Mas, não ingressou como filiado (ARRUDA, 2018). A percepção dela acerca da participação partidária e das militâncias coletivas era de que:

E depois eu percebi, por exemplo, em muitas associações em que eu participei – eu participei de associações de categorias e tal – que a entrada nessas instâncias, elas, são um pouco exclusivistas, [isto é], você tem que entrar para abraçar a causa sem questionar; então, qualquer menção crítica que você faça é mal vista. Isso também aconteceu na minha participação desse tipo de lugar. Eu não deixo de participar, não! Mas, também, não deixo de fazer crítica. Mas, é... não é... não é agradável e eu acho que faz parte da nossa falta de traquejo democrático. [E] que eu acho que é uma das causas do que nós estamos vivendo aí: a gente não tem o hábito, a prática, da democracia. O hábito de que você só faz o que é decidido coletivamente, que o coletivo tem maioria e tem minoria, que tem diferentes, que cada um é diferente. Essa coisa de que você tem a democracia que vai além da imposição da maioria, é uma democracia que reconhece as diferenças. Eu acho que isso... Nós [e] nem a outra a gente têm. E isso não está incorporado na prática diária. Os coletivos funcionam mal. As pessoas não têm o hábito de discutir juntas. Não têm hábito de se ouvir. Não têm hábito de respeitar, de respeitar uma posição coletiva que foi tirada junto com [o] mundo. Eu acho que essa falta de vivência da democracia no dia a dia, no conselho do edifício, no condomínio, no síndico, tudo isso, esse caldo de cultura, é que facilita que você possa achar que uma

estrada de [inaudível]. E, também, logicamente, um vácuo de memória do que se fez e que não se cobriu durante esse tempo todo. Se sufocaram as coisas. A Comissão da Verdade tentou mostrar uma coisa que tinha acontecido, mas rapidamente joga pá de cal e deixa para lá. (ARRUDA, 2018).

A leitura de Angela sobre os partidos políticos é extremamente marcada pelo momento da elaboração da entrevista, no dia 02 de novembro de 2018: cinco dias após o segundo turno das eleições presidenciais do Brasil. Acontecimento que, juntamente com sua trajetória de militância e percepções acerca da participação política, a fez criticar a democracia brasileira, a ausência de práticas diárias democráticas e o esquecimento do passado recente sobre a ditadura brasileira. A pergunta era sobre a vinculação aos partidos políticos nos anos de 1980, sobre os quais explicou os motivos da não-participação. No entanto, a narrativa caminhou para uma leitura sobre as práticas políticas cotidianas e o autoritarismo em decorrência do que havia acontecido nos dias anteriores ao momento da entrevista. Sua compreensão voltou-se muito mais do que para a recusa aos partidos: teve colorações vindas do presente. Embora a análise parta do presente, a construção da sua militância no retorno se deu junto aos grupos que constituíram em Campina Grande, a perspectiva de que as hierarquias partidárias deveriam ser criticadas e a participação política em espaços cotidianos também seriam revolucionárias.

Em São Paulo, a ex-militante do *Círculo* Elisabeth T. de Vargas e Silva também não se vinculou a partidos no retorno. Ela comentou que havia surgido o PT e que “tinha esperança de sair um grande partido popular que teve uma iniciativa. Mas era muito cacique para pouco índio!”, isto é, novamente a hierarquia partidária, o que significou que não entrou no PT: “porque quando eu fui nas primeiras reuniões na Vila Madalena, era um bando de estudante da USP de boininha de estrelinha, Che Guevara, “*hasta la victoria*”; já vi esse filme [e] não quero, não quero, não entrei” (SILVA, 2015). Em outras palavras, parece representar o perfil (que já havia visto em sua militância das décadas anteriores) de estudantes militantes pautados pelo sectarismo e sem um vínculo com os movimentos populares (que foi o aspecto que considerou valioso em sua avaliação).

Além disso, um pouco mais adiante desse trecho da entrevista, ainda sinalizou que havia visto, no exílio e nos anos de 1980, alguns documentários sobre a violência, o cerceamento da liberdade e a perseguição aos intelectuais em alguns estados socialistas. Para ela, “o socialismo não é para isso! Nunca foi para isso! Foi para todas as pessoas serem iguais mesmo, todas terem as mesmas condições. Então, acho que a gente perdeu. Perdemos dramaticamente naquela época” (SILVA, 2015). Nesta entrevista, realizada em 2015, é muito forte a presença da polarização política vivida no Brasil e a crítica proveniente da esquerda ao PT e ao governo

Dilma Rousseff, que antecederam ao seu impeachment em 2016. Elisabeth também pontuou o que foi vivido por muitas exiladas: a crítica aos projetos revolucionários socialistas que, quando se concretizaram, assumiram também posturas autoritárias, vistas durante o exílio<sup>317</sup>, e o desgaste com os partidos ou organizações de esquerdas, que interferiram no movimento de mulheres, como narrado por Elisabeth sobre o MR-8 em um congresso de mulheres em São Paulo<sup>318</sup> (SILVA, 2015).

Maria Betânia de Melo Ávila também não integrou nenhum partido no retorno a Recife. A construção de sua trajetória de militância está dissociada dos aspectos levantados acima. A ex-exilada comenta que: “Na formação do PT, eu era muito próxima. Sempre fiz campanha pelo PT. Sempre votei no PT. Sempre tive um grupo de relação muito próxima e sempre me disponibilizava. Mas, nunca pertenci a nenhuma organização partidária em nenhum momento da minha trajetória” (ÁVILA, 2019). As questões sobre o distanciamento ou a falta de organicidade de Betânia já vinham (segundo ela) desde a década de 1970 e foram mantidas ao longo de sua trajetória entre o exílio e o retorno ao Brasil. A sua percepção, por não se vincular a um partido ou organização, não parece estar muito atrelada à autonomia do movimento e à desilusão do projeto partidário ou a hierarquias; que foi assumido em relação à institucionalização quando foi representante do *SOS Corpo* junto ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher<sup>319</sup> (CNDM) a partir do ano de 1985. A construção de si a desvincula de organização/partidos e parece elencar continuamente na defesa da perspectiva vinda de baixo.

Das mulheres brasileiras que estiveram em Paris (e fazem parte do *corpus* de entrevistas dessa tese) apenas continuaram vinculadas ou se vincularam a partidos, no retorno, Zuleika Alambert, Suzana Maranhão e Carmem Maria Craidy.

Zuleika Alambert manteve-se no PCB durante todo o exílio. Quando retornou ao Brasil foi, segundo Lilian Back (2013, p. 190), “isolada pela identificação com o eurocomunismo”, o que culminou com a sua saída por volta de 1983. Alguns anos depois, vinculou-se ao Partido Popular Socialista (PPS)<sup>320</sup> (BACK, 2013). Décadas mais tarde da sua saída, em entrevista

<sup>317</sup> Obviamente muitas pessoas do período também passaram por esta mesma desilusão. Como também muitos partidos se reorganizaram em função dela.

<sup>318</sup> Trata-se do embate vivido no II e III Congresso da Mulher Paulista, onde militantes do MR-8 se posicionaram contrárias a autonomia dos movimentos feministas e de mulheres; defenderam a não entrada de mulheres lésbicas (especificamente no III Congresso), e criticaram a proposta de criação de um SOS por transformar a violência do operário contra a sua esposa em caso de polícia (COSTA, 2010b).

<sup>319</sup> O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) foi criado no ano de 1985. Sua efetivação se deu no VII Encontro Nacional Feminista de 1985, em Belo Horizonte (SCAVONE, 2020). Apesar de, ao longo da década de 1990 o CNDM ser esvaziado, continuou a existir e, no ano de 2003 (no primeiro mandato do governo Lula (2003-2011)), passou a integrar a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). (SCAVONE, 2020).

<sup>320</sup> O PPS foi fundando no ano de 1992, como uma dissidência do PCB após uma disputa entre os grupos. Hoje se chama Cidadania.

concedida à Roselane Neckel, no ano de 2006, Zuleika Alambert contou que “foi expulsa” do partido pela executiva nacional. Sua explicação foi a acusação sofrida de que ela havia dado um golpe no Partido, na reelaboração do documento voltado à condição da mulher (ALAMBERT, 2006). Conforme ainda explicitou, Zuleika (após já não estar mais no PCB) entendia que ela mesma representava um “álibi” ao partido, por ser a única mulher presente no CC (ALAMBERT, 2006).

O embate entre as diferentes posições, dentro do PCB, e a posterior fragmentação<sup>321</sup> não foi uma exclusividade vivida por Zuleika Alambert. Ocorreu, naquele período, um acirramento interno entre os “eurocomunistas (revisionistas) e os ortodoxos ou dogmáticos”, o que, segundo Maria Rosa Dória Ribeiro (2013, p.135), fez com que “sempre em nome da disciplina, não faltassem expulsões, proibições de livros e condenações por acusação de *feminismo*, “desvio” considerado intolerável, como a que se abateu sobre Marise Egger em 1983”. A autora não menciona qual foi a situação de Zuleika Alambert neste embate. Mas, já sabemos do final. Independente do ‘isolamento’ ou ‘expulsão’, a saída de Zuleika Alambert não foi uma escolha política pautada em um novo projeto revolucionário, mas, sim, do embate direto entre a incorporação de novas ideias (como a perspectiva feminista e o eurocomunismo) e a forma de organização hierárquica do partido.

No seu retorno ao Brasil, Suzana Maranhão participou do PT, em Pernambuco, junto à tendência que mais tarde ficou conhecida como *Brasil Socialista*<sup>322</sup>, onde, segundo ela, “tinham pessoas que eram do PCBR e pessoas que vinham do movimento” (MARANHÃO, 2019). Do grupo de mulheres que participou do *Círculo* em Paris, Suzana, talvez, seja a única que tenha integrado um partido no retorno ao Brasil. E o fez, segundo ela, com convicção. Não para testar ou saber quais eram os debates, como visto por Elisabeth Vargas. Conforme respondeu, ao ser questionada se isso foi pensado:

Pensada. Pensada, porque na minha vida, quando eu incorporei o feminismo ao marxismo e a toda a minha base ideológica, que foi construída basicamente no PCBR, eu comecei a discutir com o PC ainda antes de formar o PCBR. A gente tinha uma assistência, como era da época que eu estava no movimento estudantil e que o PC tinha muito interesse em e nós pegar, as mulheres que estavam no meu diretório, para o PC. Só que depois foi evoluindo e o PCBR foi entrando com as teses. As teses da época... que estava havendo o congresso

<sup>321</sup> Após o X Congresso realizado em São Paulo no ano de 1992, o PCB foi extinto.

<sup>322</sup> A tendência Brasil Socialista se constitui a partir do final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990 (SILVA, 2009). Sua base era formada, principalmente, por ex-integrantes do PCBR e militantes sem vínculos anteriores com esta organização, sendo Bruno Maranhão (marido de Suzana Maranhão) um dos principais líderes (SILVA, 2009). A tendência foi reconhecida oficialmente pelo PT no ano de 1991 e produziu, entre outros materiais, o jornal Brasil Revolucionário (SILVA, 2009). Para saber mais ver: SILVA, 2009; SILVA, 2013.

de formação do PCBR e tudo mais. Ela teve um nível de discussão muito grande. Aquilo se incorporou desde os meus dezessete anos até então, que eu estava com vinte e seis anos no exílio (mais ou menos). Essa parte toda da ideologia marxista, da dialética marxista, estava muito dentro de mim. Para mim, quando chegou o feminismo, chegou com um aporte imenso, mas que ele não podia... aí a gente podia... eu aceitava muitas críticas que as mulheres que não estavam mais em partido faziam. A gente já estava nessa autocrítica do PCBR... que muita coisa já estava revendo... e eu comecei a incorporar a questão feminista. Para mim, foram novos paradigmas. E é uma etapa da minha vida onde eu me sinto completa: dentro do partido com a minha base ideológica, e que eu não queria sair. Era aquele negócio: um pé no partido e um pé no movimento. Eu continuei no partido. No PT... Não, espera aí, só na volta no PT e construindo esse PT, que tinha muita coisa do empoderamento desse movimento social. O PT veio muito dessa... tem essa origem. Mas, a gente não queria perder a base ideológica do PCBR dentro do PT. Então, o que é que a gente... No PT, eu atuo enquanto PT e enquanto mulher. Que, daí, eu fui uma das primeiras fundadoras do primeiro grupo de mulheres do PT aqui do Nordeste; eu fui ao primeiro congresso (eu não me lembro mesmo se era congresso) das mulheres petistas nacionais. Eu fui a única pessoa de Pernambuco que foi para a nacional. Então, já estava muito feito essa ligação entre o PT, as mulheres nacionais do PT (MARANHÃO, 2019).

Embora tenha constituído críticas, mesmo quando ocorreram crises partidárias muito fortes e cisões, com as consequentes constituições de novos partidos<sup>323</sup>, dos anos de 1980 para cá, Suzana Maranhão nunca deixou o PT. O que é bastante excepcional. Por outro lado, constituiu-se como dupla militante ainda no exílio e manteve-se na transferência do PCBR para o PT. A manutenção da dupla militância, por sua vez, não foi tão simples:

[...] A mesma coisa, nós estávamos em formação o grupo de mulheres. A coisa estava começando. Nós estávamos começando e tínhamos que justamente passar por toda uma luta ideológica com o próprio PT para aceitar coisas que nós estávamos propondo, por exemplo: cotas para as mulheres nas direções do PT e muitas outras coisas. A própria aceitação dessa questão que era importante: o feminismo como uma vertente fundamental para qualquer transformação socialista, popular, não importava. Mas, tinha que ter essa incorporação da mulher com os mesmos direitos, e a gente foi tentando uma luta dentro do PT. Então, o que lutavam as mulheres do PT que já eram feministas e que estavam se formando em cada estado e as mulheres do PT, que não eram feministas, também estavam presente nesse nacional. Estavam as mulheres que eram sindicalistas e achavam que, dentro do PT, o sindicalismo e o movimento..., mas não [estavam] em movimento de mulheres; então a gente tinha a luta com as outras mulheres e a luta dentro do PT com os homens [risos]. Eram as feministas se virando. (MARANHÃO, 2019, grifo meu).

---

<sup>323</sup> Como na saída de vários quadros importantes à formação do partido logo após a votação da reforma da previdência no ano de 2003 (o que originou o PSOL, no ano de 2004).

Em consonância entre o exílio e retorno, Suzana Maranhão carrega a construção da dupla militância, preocupada com o movimento feminista e a organização. Apesar de trazer críticas a ambos os movimentos, não se distanciou da organização ou da fundação do partido por causa das suas hierarquias, interferências ou desilusão. Parece reformular-se para que seja possível concordar com a continuidade nos dois espaços; como fez no exílio, com a autocrítica vivida, e no retorno, com a entrada em um partido que tinha o projeto com base nos movimentos sociais. Em outras palavras, o momento era outro. O exílio havia acabado e o futuro democrático precisava ser pensando; e isso não se daria, em sua perspectiva, sem uma base partidária ou dos movimentos sociais. Suzana sinaliza algo importante na trajetória da militância (que agregou o feminismo e não abandonou as organizações e partido): a luta constante para a incorporação das mulheres e das pautas feministas junto ao PT<sup>324</sup>.

A entrada no PT se deu porque era a “materialização dessa maior autonomia para os movimentos sociais, no geral, e era um partido novo; que ele nascia debaixo dos movimentos sociais” (MARANHÃO, 2019); isto é, significava estar em um partido de base social. Para ela, a escolha do PT (e não de outros partidos) se deu porque “não nascia de uma cúpula, de um Brizola, de um líder, de uma influência bastante autoritária. Ele nascia dessas tentativas de incorporar os movimentos sociais ao PT, que era o partido que era... buscava ser um partido de massa. A gente não tem ilusão que ele foi tanto” (MARANHÃO, 2019). Em função do que considerava importante naquele momento, de maneira retrospectiva, Suzana considerou que “achava que o PT tinha mais a ver”, uma vez que a “a orientação principal foi partido e movimento” (MARANHÃO, 2019).

A entrevista de Suzana Maranhão foi marcada pela ‘presença’ que o marido, Bruno Maranhão, teve durante toda a sua vida. Bruno faleceu no ano de 2014 e a relação com ele foi bastante significativa na vida de Suzana. Ao longo de toda a entrevista, Suzana mencionou sobre a militância, vida e tomadas de decisões conjuntas do casal. O que, em certo momento, me faz questionar se a militância partidária assumida ao longo de sua trajetória se deu a partir da influência do companheiro. Independentemente da possibilidade de influência, Suzana participou, se engajou e esteve presente. E também sinalizou sobre a influência que teve sobre o marido no que tange ao debate feminista. Ademais, o fato de lançar esse tipo de questionamento demonstra o quanto também posso manifestar hierarquias ao olhar as militâncias das mulheres.

---

<sup>324</sup> O debate sobre o PT e o feminismo não são o objetivo desta tese. Para saber mais, ver: BORBA; FARIA; GODINHO, 1998.

Carmem Maria Craidy, embora estivesse na França por um período, retornou de Moçambique (para Porto Alegre) em 1979. Um pouco antes da Anistia. A sua percepção acerca do retorno foi de que “a fase da volta foi uma fase difícil” (CRAIDY, 2015). Inicialmente, foi levada para a polícia para ser interrogada, já que ainda não havia ocorrido a Anistia, e foi viver com os pais. Após três meses, conseguiu um emprego como assessora da presidente da FEBEM e alugou uma casa. Mas, o choque do retorno impactou a vida de seu companheiro, e o casal (que havia se unido no exílio) acabou se separando. Para Carmem, o retorno foi “muito difícil por várias razões”, atreladas à separação e à falta de laços, conforme contou: “eu fiquei sozinha com duas crianças, tendo que trabalhar, sustentar a casa, criar as crianças, restabelecer laços, porque os últimos anos que eu vivi no Brasil, eu vivi em São Paulo e Rio [de Janeiro]. Eu não tinha mais muitos laços no Rio Grande do Sul” (CRAIDY, 2015). Em sua entrevista, também, retratou várias dificuldades ligada ao machismo enfrentado logo no retorno, por ser uma mulher divorciada que vivia sozinha com os filhos (CRAIDY, 2015).

Do ponto de vista da militância, Carmem Maria Craidy aproximou-se um pouco do grupo de Dilma Rousseff, junto ao PDT, onde os cunhados de Carmem participavam (CRAIDY, 2015). Mas, no ano de 1985, foi viver em Brasília, onde foi “assessora da Constituinte e na época [d]o grupo do [Mário] Covas”, que para ela “era o grupo mais progressista da Constituinte, que foi quem segurou os avanços da Constituinte [e] fundou o PSDB” (CRAIDY, 2015). Na época, acabou se filiando ao PSDB<sup>325</sup> e participando da sua fundação. Mas, quando voltou ao Rio Grande do Sul, em 1990, se desfilou. A perspectiva que assinalou ter tido foi de que “o PT teve pouca participação na Constituinte<sup>326</sup>, o grupo mais importante foi o grupo do Covas, que... que eu tinha vários amigos inclusive, antigos militantes que estavam no grupo” (CRAIDY, 2015). A sua entrevista foi concedida em março do 2015, alguns dias antes das grandes manifestações contrárias à presidenta Dilma Rousseff, o que significou críticas duras ao PT (bastante presentes naquele momento), mas de expressiva defesa da presidenta.

Durante o exílio, Carmem Maria Craidy não se aproximou dos movimentos feministas. No entanto, retratou que, durante o período, questionou-se sobre as “ingenuidades das ilusões dos grupos revolucionários” e sinalizou sobre ser mais realista com relação à militância (citada

<sup>325</sup> O PSDB foi fundado no ano de 1988 como uma dissidência do PMDB, a partir de divergência durante a Assembleia Constituinte (SCHMITT, 2000). Foram/são os principais líderes do partido: Mario Covas, os exilados Fernando Henrique Cardoso e José Serra, e Franco Montoro.

<sup>326</sup> O PT possuía apenas 16 deputados constituintes. Os demais partidos possuíam respectivamente: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB): 303; Partido da Frente Liberal (PFL): 135; Partido Democrático Social (PDS): 38; Partido Democrático Trabalhista (PDT): 26; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB): 18; e demais partidos com menos deputados que o PT. Em comparação, o PT tinha menos deputados e, conseqüentemente, menos força política. Para saber mais sobre os deputados constituintes, ver: LISTA..., 2021.

no capítulo 2). A reformulação de sua militância (com o trabalho como assessora e, alguns anos depois, a entrada no PSDB) demonstra também uma nova forma de se engajar. Carmem não refutou a organização partidária de início e não criticou as hierarquias. Mas, a assumiu como um trabalho ligado ao um projeto contextual; abandonado, posteriormente, em função de outras atividades e críticas.

Diferentemente das brasileiras exiladas na França, as ex-exiladas de Portugal tiveram uma aproximação partidária muito maior, em função do PDT<sup>327</sup> e, também, uma influência menor do feminismo (e dos debates em relação à autonomia). Por exemplo, Moema Correia São Thiago continuou no PDT (partido que se vinculou no exílio) até o ano de 1988, quando foi afastada da vice-liderança do PDT em função da divergência pública que teve com Leonel Brizola (VELOSO, 20--?). Desde então, integrou o PSDB; mantendo-se como uma das poucas ex-exiladas que teve uma militância continua dentro de partidos (embora com mudança deles e de seus projetos). No seu retorno ao Brasil, foi candidata à prefeitura de Fortaleza, no ano de 1985 pelo PDT. Mas, não foi eleita (VELOSO, 20--?). Foi, também, candidata a deputada federal constituinte, com uma campanha baseada na defesa dos direitos da mulher. Contou com o apoio de Tasso Jereissati do PMDB (VELOSO, 20--?). Foi a única mulher na bancada do PDT e única do Nordeste junto à Assembleia Constituinte<sup>328</sup> (VELOSO, 20--?). De maneira retrospectiva, Moema “concentrou grande parte de sua atuação nas questões relacionadas às garantias dos direitos individuais e sociais das mulheres” (SCHUMAHER; CEVA, 2015, p. 172). A perspectiva abordada por Moema Correia São Thiago junto à Assembleia Constituinte, infelizmente, não poderá ser aprofundada.

Em São Paulo, Benedicta Savi, inicialmente, também continuou ligada ao PDT, ao qual havia se ligado no exílio. No PDT, chegou a fazer parte da Comissão Estadual e se lembra muito bem da presença de mulheres que haviam lutado contra a ditadura, como Therezinha Zerbini e Iara Prado (SAVI, 2019). No partido, “evidentemente sempre tinha problemas relacionados à mulher e que nós eramos defensoras dentro do Partido” (SAVI, 2019). Ainda se lembra que havia certa divergência com a tentativa de impor às comissões a presença de um índio, um negro e/ou uma mulher. Para ela, esta escolha se tornava complicada, porque as escolhas

<sup>327</sup> O PDT tem como marco fundador a Carta e o Encontro de Lisboa, ocorridos no exílio e citados no capítulo anterior.

<sup>328</sup> Além de Moema Correia São Thiago fizeram parte da bancada feminina da Assembleia Constituinte: Abigail Feitora (PMDB-BA), Anna Maria Rattes (PMDB-RJ); Benedita da Silva (PT-RJ); Beth Azize (PSB-RJ); Cristina Tavares (PMDB-PE); Dirce Tutu Quadros (PTB-SP); Eunice Michilles (PFL-AM); Irma Passoni (PT-SP); Lídice da Mata (PCdoB-BA); Lúcia Braga (PFL-PB); Lúcia Vânia (PMDB-GO); Márcia Kubitschek (PMDB-DF); Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF); Maria Lúcia (PMDB-AC); Marluce Pinto (PTB-RR); Myrian Portella (PDS-PI); Raquel Cândido (PFL-RO); Raquel Capiberibe (PMDB-AP); Rita Camata (PMDB-ES); Sadie Hauache (PFL-AM); Sandra Cavalcanti (PFL-RJ); Wilma Maia (PDS). Conforme poder ser visto em: BRASIL, 2011.

deveriam ser feitas “se tiverem competência, se tiver gente para conversar; não vamos pegar um negro qualquer na rua e pôr na Comissão; não vamos pegar um índio e trazer para Comissão, se não tiver; uma mulher qualquer, temos que ter uma mulher competente que esteja aliada conosco” (SAVI, 2019). Embora não seja explícita, a fala de Benedicta reproduz a ideia da meritocracia forjada como forma de manutenção do privilégio (branco e masculino) para ocupar espaços de poder.

Em função de outros problemas enfrentados (que não foram mencionados na entrevista) e briga com o Leonel Brizola, Benedicta Savi acabou abandonando o PDT logo no início do retorno ao Brasil (SAVI, 2019). Acabou se vinculando ao PMDB, mas não militou por muito tempo (SAVI, 2019). Segundo ela, “fiquei somente ligada e depois nunca mais me liguei a nenhum partido” (SAVI, 2019). A desvinculação do PDT e a não-continuidade junto ao PMDB também não são questionadas por suas hierarquias, a descrença no sistema partidário e institucional, ou em função da incorporação de um novo projeto político. Ao contrário, a relação com o PMDB parece ter sido útil para o vínculo institucional que Benedicta Savi constituiu para a inserção junto ao Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF)<sup>329</sup> e as Delegacias Mulher em São Paulo<sup>330</sup> (SAVI, 2019).

Ieda dos Reis (como muitas exiladas citadas até aqui) também relatou que o seu retorno ao Brasil foi bastante difícil (REIS, 2018). Segundo ela, isso aconteceu porque ficou em São Paulo, a família e o filho estavam no interior, e havia conseguido um emprego “quebra-galho” que pagava muito pouco (REIS, 2018). Mas, ainda no ano de 1979 e após a promulgação da lei de Anistia, conseguiu uma vaga como professora substituta junto à Secretaria da Educação (REIS, 2018). Outra dificuldade enfrentada no período inicial do retorno, muito presente entre exilados banidos, retratada por Ieda, foi a “de tirar os documentos, que levou meses” (REIS, 2018).

Ieda dos Reis não possuía vínculo com o PDT em Lisboa. Mas, como contou, “eu cheguei a me cadastrar como militante do [P]MDB quando eu cheguei porque eu acreditava no [P]MDB, partido de oposição, que tinha lutado de forma institucional contra a ditadura” (REIS, 2018). Embora tenha rompido com a organização quando estava no exílio em Cuba e não quis se aproximar de organizações em Lisboa, cita que considera que havia junto ao PMDB “pessoas

<sup>329</sup> Conselho da Condição Feminina de São Paulo (CECF-SP) foi criado no ano de 1985 a partir de demandas dos movimentos feministas daquele estado (SANTOS, 2006). Acerca do Conselho, suas atividades, práticas, debates sobre a relação entre partido, estado e movimento feminista ver: SANTOS, 2006.

<sup>330</sup> As primeiras Delegacias da Defesa da Mulher foram criadas a partir do ano de 1985 no Estado de São Paulo, vindo a se espalhar posteriormente por todo o Brasil. Os debates sobre a sua instituição, problemas, conexões e divergências com movimento feminista são amplos e também alvo de inúmeras pesquisas. Algumas questões podem ser vistas em: GROSSI, 1994; SANTOS, 2008b.

importantes, como Franco Montoro, Ulisses Guimarães, Severo Gomes, Bresser Pereira, figuras de extrema confiabilidade. São pessoas que entraram, viveram a ditadura, alguns de forma mais passiva, depois começam a se revelar contra o sistema. Começam a reconstruir a trajetória política deles” (REIS, 2018); o que significou a sua aproximação junto ao partido e as atividades do Conselho Estadual da Condição Feminina<sup>331</sup>. Mas, este vínculo não foi orgânico, já que frisou várias vezes que “nunca me filiei em partido político nenhum” (REIS, 2018). O seu afastamento de partidos políticos não parece se dar pelo reconhecimento de que o engajamento deveria ser voltado para outro público ou ser realizado de uma maneira diferente (como a perspectiva de algumas ex-exiladas, que viveram na França).

Clarisse Galvão de Figueiredo retornou ao Brasil no início de 1979, antes da Anistia e logo após ser absolvida pelo Supremo Tribunal Militar (STM) (FIGUEIREDO, 2019a). O retorno para ela foi um “choque”, porque havia passado sete anos fora do Brasil: primeiro porque teve que retornar à casa do pai e mãe; em segundo lugar, “porque fora do Brasil você começa a fazer uma imagem do país. Então, eu lembro que eu considerava - a gente recebia discos, música, e tal - a música do meu país [era] muito boa” e quando chegou “no aeroporto do Rio de Janeiro e estava tocando aquela musiquinha [cantado] “ele está de olho é na butique dela” (FIGUEIREDO, 2019a).

A primeira tentativa de inserção política de Clarisse foi junto a um grupo que estava organizando a fundação do PV. Ela havia recém-chegado ao Brasil e se recorda que sua aproximação com a causa ecológica havia iniciado em Portugal (FIGUEIREDO, 2019a). Clarisse foi a algumas reuniões; e, em uma delas, especificamente, viu: “Aí a certa altura o cara, um dos caras - aliás era o presidente, o chefe lá do grupo - vira e diz ‘ah, porque esse negócio de ecologia é pretexto, porque o que a gente quer é fazer política; porque esse negócio de... o povo morre é de fome, o povo não morre por ecologia’” (FIGUEIREDO, 2019a). Esse fato foi registrado em tom de choque, no diálogo estabelecido na entrevista, que é sinalizado por Clarisse com “Agora, imagina como é que eu fiquei? Eu estava meio recém-chegada, tinha até sotaque português. Aí eu respondi: “o povo macho é assim: morre de fome! Isso de ecologia é coisa para bicha! Ai, que fumaceira!” [risos]” (FIGUEIREDO, 2019a). Desta reunião, disse

---

<sup>331</sup> Benedicta Savi e Ieda dos Reis demonstram a ideia assinalada por Yumi Garcia dos Santos (2006) de que o Conselho da Condição Feminina do Estado de São Paulo, que emergiu a partir de projeto que visava a organização estatal pluralista e suprapartidária de defesa dos direitos das mulheres, significou que as mulheres do PMDB entraram no aparato estatal<sup>331</sup>, e, também, que a aproximação de Ieda dos Reis (embora como expectadora) e de Benedicta Savi não se deu por meio do movimento de mulheres ou feminista, mas por meio de proximidades partidárias. A proximidade com o aparato estatal não foi alvo de relatos de conflitos, justamente, por seus vínculos não provirem dos movimentos sociais.

Clarisse, “[me] levantei e fui embora, porque não dava para aguentar. Ficou assim para mim: ‘É essa a esquerda brasileira’, ‘Isso é a esquerda brasileira’” (FIGUEIREDO, 2019a).

Clarisse Galvão de Figueiredo já vinha do exílio sem vínculo partidário ou orgânico e trazia questionamentos sobre hierarquias a partir de uma perspectiva geracional. Com o retorno, só aprofundou a crítica à esquerda e à hierarquização do PV. Depois desta tentativa frustrada, começou a trabalhar fazendo diagramação no jornal *O Companheiro*<sup>332</sup>, que era pró-PT. Depois que o PT “nasceu” oficialmente, Clarisse se filiou. Mas, conforme relatou, nunca foi uma filiada ativa (FIGUEIREDO, 2019a).

Hilda Fadiga de Andrade, durante o exílio em Portugal, também não se aproximou do PDT. No seu retorno ao Brasil, em Minas Gerais, após o movimento pró-creches, se recordou que foi convidada para ser candidata em quase todos os partidos e não quis nem ser candidata nem participar da política formal (ANDRADE, 2018). Ao ser questionada sobre quais foram as suas motivações, explicitou que “eu acho que era uma visão equivocada, mas era uma visão que eu tinha. Eu achava que ali não ia dá, [que] ‘nesse mato não saí coelho’” (ANDRADE, 2018). Hilda Fadiga foi a única do *corpus* das entrevistas das mulheres de Portugal que não quis se aproximar de partido em hipótese alguma. Claramente, a sua escolha estava atrelada ao fato de que havia constituído a sua militância junto aos movimentos populares (ANDRADE, 2018), que teve no exílio, em Portugal e Angola e no retorno ao Brasil. Já, no Chile, se recorda de ter se aproximado do Partido Socialista Chileno.

A integração, aproximação ou distanciamento dos partidos políticos também ocorreu de maneira bastante heterogênea entre as retornadas da França e Portugal. No entanto, parece mais explícito que àquelas vinculadas ao *Círculo* não assumiram os partidos por motivos mais próximos, como a hierarquização, a interferência e o reconhecimento de que o projeto de transformação social poderia passar por esferas que interferissem mais no cotidiano; obviamente há exceções, como Suzana Maranhão. Este aspecto não parece ser encontrado entre as ex-exiladas que vinham de Portugal que, embora não mantiveram a continuidade em partidos, tiveram motivos diversos para abandoná-los; também aqui com suas exceções, como Hilda Fadiga de Andrade. Por último, como visto, as narrativas sobre os (des)vínculo foram fortemente atravessadas pela segunda metade da década de 2010, onde a eleição e *impeachment* de Dilma Rousseff, as críticas e defesas ao PT e a eleição presidencial de 2018 dão sentido e significados às muitas interpretações do passado.

---

<sup>332</sup> *O Companheiro* foi o jornal elaborado pelo Movimento Pela Emancipação do Proletariado (MEP), umas das diversas organizações que ajudou a formação do PT. Para saber mais, ver: CUNHA, 2019.

### 5.2.3 A institucionalização do movimento de mulheres e a conquista de direitos

A década de 1980 também foi marcada pelo início da institucionalização do movimento de mulheres e feminista e pela luta por direitos constitucionais das mulheres<sup>333</sup>. No período, foram criados o CECF e as Delegacias da Mulher, em São Paulo (que foram pioneiros no Brasil), o CNDM, em Brasília, e muitas brasileiras se mobilizaram, Brasil afora, na luta por direitos junto à nova Constituição. No ano em que eu nascia, em 1986, as discussões sobre a nova Constituição já estavam a pleno vapor. Essa nunca foi uma discussão que ouvi em minha casa, mas os direitos garantidos por ela estiveram sempre presentes, como a aposentadoria para mulheres agricultoras, a luta por acesso aos direitos sociais, a possibilidade de expressão das posições políticas, o direito legal de igualdade de gênero e o desejo de que as mulheres deveriam ingressar no ensino superior. Embora, ninguém da minha família tenha participado da luta política que hoje me concede direitos constitucionais, políticos e alguns ligados ao meu corpo, coube a mim (uma mulher de outra geração) reconhecê-los como fundamentais e perceber o impacto do movimento de mulheres no Brasil. A luta por direitos vinda de grupos, organizações e partidos políticos impactou as estruturas do estado brasileiro, que, em função da luta constitucional se viu obrigado a incluir a pauta das mulheres.

A institucionalização do movimento das mulheres e feministas representa um marco importante na transição democrática brasileira e na abertura de uma nova era, do ponto de vista dos engajamentos das mulheres brasileiras, e um desfecho significativo do movimento de mulheres durante as décadas seguintes. As ex-exiladas, já bem inseridas em diversos movimentos no Brasil, também fizeram parte desta mobilização, estando integradas nos movimentos, no Conselhos, no CNDM ou como deputada constituinte, situação vista aqui por meio das trajetórias de Benedicta Savi, Ieda dos Reis, Hilda Fadiga de Andrade, Benita Beatriz Accioli Cannabrava, Maria Betânia de Melo Ávila, Moema Correia São Thiago e Moema Viezzer.

Benedicta Savi, ex-exilada em Lisboa, participou no CECF em São Paulo. Seu vínculo junto ao Conselho iniciou no ano de 1983, onde fez parte do grupo de trabalho a fim de exercer a função de Comissão Executiva, juntamente com Heleieth Saffioti, Iara Prado, Eva Altermann

---

<sup>333</sup> A década de 1970 não significou grandes vitórias do movimento de mulheres ou feministas do ponto de vista dos direitos legislativos constitucionais em relação ao que ocorreria na década seguinte. Embora a lei do divórcio tenha sido promulgada em 1977, foi preciso esperar até a Constituição de 1988 e a mudança do código civil de 1992 para “que a lei reconhecesse formalmente a igualdade de homens e mulheres no casamento” (SCOTT, 2012, p. 25).

Blay e Maria Malta Campos (SAVI, 2019). Conforme se recorda, Benedicta Savi era da Comissão da Violência contra a Mulher e participou da constituição das delegacias da mulher, de cursos de formação, entre outras atividades atreladas a este debate (SAVI, 2019). Junto ao CECF e em função da sua proximidade com Benedicta e ao PMDB, a também ex-exilada de Lisboa, Ieda dos Reis, igualmente se recorda de ter participado de eventos e palestras em apoio às iniciativas voltadas às mulheres (REIS, 2018).

O CNDM, a ampla mobilização dos movimentos feministas com as associações de mulheres (como a *Rede Mulher* e *SOS Corpo*) e a bancada feminina, por meio do “lobby do batom”<sup>334</sup>, foram fundamentais para que direitos das mulheres fossem tanto debatidos entre as mulheres quanto levados ao Congresso a fim de serem votados na Assembleia Constituinte e aprovados na nova Constituição (SCHUMAHER, 2008). O CNDM também realizou o *Encontro Nacional Mulher e Constituinte*, em Brasília, com cerca de mil mulheres, que resultou na *Carta das Mulheres aos Constituintes*<sup>335</sup> (CABRAL, 2008). O evento contou com a participação de mulheres de todo o Brasil, que se organizaram de diversas maneiras (como rifas, etc.) para poder participar do evento (CABRAL, 2008). A mobilização nacional ajudou a consolidar tanto o exercício ao direito pleno à cidadania, com voz, vez e representação, quanto a inspiração à dignidade na vida cotidiana (SCHUMAHER, 2008).

Maria Betânia de Melo Ávila participou, como representante do SOS Corpo, de uma comissão do CNDM a partir de 1985. Junto ao CNDM, se recorda, ter rodado o país mobilizando para a Assembleia Nacional Constituinte (ÁVILA, 2019). A Constituição brasileira trouxe importantes vitórias. Mas, o CNDM foi sofrendo interferências, aspecto que também foi lembrado por Betânia que sinalizou sobre “a primeira renúncia coletiva do Conselho”<sup>336</sup>. Nesse sentido, assinalou: “Nós fizemos uma renúncia coletiva. Saímos coletivamente até o Palácio do Planalto. Foi um ato político. E, daí, o Conselho foi totalmente acaparado e já nesse, no novo Ministro da Justiça que depois veio, bom...” (ÁVILA, 2019).

---

<sup>334</sup> O lobby do batom foi a união suprapartidária, criada pelas 26 deputadas do Congresso Constituinte de 1988. A denominação tem origem pejorativa proveniente dos constituintes de direita, que as mulheres constituintes ressignificaram ao utilizar como elemento organizativo e de mobilização (CABRAL, 2008; SCHUMAHER, 2008). Tinham como *slogans* as frases como: “Diferentes sim, mas não desiguais”; “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”; “Constituinte sem mulher fica pela metade”; e “Filho não é só da mãe” (BIROLI, 2018; CABRAL, 2008).

<sup>335</sup> A *Carta das Mulheres* (1987) aos Constituintes, no ano de 1987, foi elaborada no Encontro Nacional realizado em 26 de agosto de 1986. A *Carta* (1987) contém uma lista com princípios gerais em defesa da efetivação do princípio de igualdade e eliminação da discriminação; também apresentou uma lista de reivindicações específicas ligadas às temáticas da família, trabalho, saúde, educação e cultura, violência e questões nacionais e internacionais. Para ler a carta, ver aqui: CARTA... 1987.

<sup>336</sup> Lucila Scavone (2020) também registrou tal renúncia coletiva, de membros do CNDM: a presidente, as conselheiras e uma parte expressiva do setor administrativo deixaram o CNDM no governo de José Sarney (1985-1990).

Betânia, de maneira bastante positiva, se lembrou mais das vitórias, das atividades e dos significados dos trabalhos desenvolvidos junto ao CNDM.

Hilda Fadiga de Andrade também se recordou de ter participado, junto com as mulheres do movimento pró-creche, na elaboração e recolhimento de assinaturas para Proposta de Emenda junto à Assembleia Constituinte<sup>337</sup>. Segundo ela, com este movimento, muitas mulheres alcançaram protagonismo político antes não vivido em suas trajetórias (ANDRADE, 2018). A organização da Proposta de Emenda, inicialmente, se deu por meio de uma parceria com a Moema Viezzer, da Rede Mulher de São Paulo. Para Hilda Fadiga de Andrade foi um ativismo fruto de muito trabalho, constituído coletivamente, e que trouxe importantes resultados para a sociedade civil. Como se recordou, dentro da proposta, estava a luta pelo direito à creche como direito da criança e pela remuneração para as mulheres crecheiras (que até então não recebiam salário<sup>338</sup>). A mobilização foi em vários sentidos, como ir aos bairros recolher assinaturas, participar de reportagens na TV, falar em diferentes espaços da esfera pública e ser recebidas pelo prefeito da cidade, para reivindicar os direitos (ANDRADE, 2018). Embora não se entendessem como feministas, o protagonismo de muitas mulheres apresentou a participação política efetiva e significou uma consciência política vinda de baixo. Além do protagonismo, o engajamento destas mulheres representou a conquista constitucional no âmbito dos direitos básicos às crianças.

A *Rede Mulher* (do qual fizeram parte as ex-exiladas Moema Viezzer e Benita Beatriz Accioli Cannabrava), o *Serviço de Informação da Mulher-MS*, o *SOS Corpo* (do qual fazia parte Betânia Ávila) também tiveram papel fundamental para a emenda constitucional “Direitos da Mulher,” nº 20/1987<sup>339</sup>, que exigiu: o fim de “qualquer discriminação da carta constitucional, a proibição de diferenças salariais ‘por motivo de sexo, cor ou estado civil’, a garantia em diversas frentes” (como licença-maternidade, saúde pública integral à mulher) e a “garantia de reforma agrária com direito de mulheres e homens à titularidade da terra” (BIROLI, 2018, p. 185). Além disso, a *Rede Mulher*, por meio de suas coordenadoras, realizou

<sup>337</sup> Trata-se da Emenda Popular de nº 73, requerida pelas seguintes organizações de Belo Horizonte: Movimento de Luta Pró-Creche, Associação de Apoio a Creche Comunitária Casa da Vovó e Fundação Fé e Alegria do Brasil.

<sup>338</sup> De acordo com Livia Maria Fraga Vieira e Regina Lúcia Couto de Melo (1987), as mulheres trabalhadoras na creche *Casa da Vovó*, em Belo Horizonte, ganhavam a alimentação para elas e o filhos, isto é, não tinham uma remuneração.

<sup>339</sup> Além dessa emenda, foram propostas as: a) 19/1987, sobre o direito a aposentadoria às donas de casa, de autoria de associações de bairro associações de bairro da Bahia e pela Associação de Mulheres de Comés de Farias; b) 65/1987 (a mais polêmica), que versava sobre o direito ao aborto e direitos sexuais e reprodutivos, sendo de autoria do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, da União das Mulheres de São Paulo e do Grupo Nós Mulheres do Rio de Janeiro; e a c) 23/1987, elaborada por um senador e uma senadora, que dispunha sobre a aposentadoria integral para as mulheres que tivessem 25 anos de contribuição (BIROLI, 2018).

diversas atividades de mobilização nacional para que os direitos das mulheres fossem debatidos e integrados à Constituição de 1988.

A organização das mulheres e a solidariedade (princípio básico da união) conclamada durante a década de 1980 trouxeram resultados importantes, tanto para que a nova Constituição garantisse os direitos de igualdade das mulheres e de homens perante a lei quanto para as iniciativas voltadas às mulheres por meio dos Conselhos e das Delegacias da Mulher e a mobilização da sociedade civil (CARDOSO, 1987; SCAVONE, 2020). Mesmo que não tenham conseguido aprovar todas as emendas (como a 65/1987, sobre o direito ao aborto) e que a implementação de muitos desses direitos tenham demorado décadas para se consolidarem e terem respaldo legal, como a mudança no Código Civil de 2002, na Constituição, foram garantidos os seguintes direitos: a equiparação em direitos e obrigações (art. 5º, I); a proibição de salários desiguais em função do sexo, raça, idade ou estado civil; a licença-maternidade e licença-paternidade; a inclusão de trabalhadoras e trabalhadores rurais na Previdência Social; a igualdade no casamento e o direito ao planejamento familiar; entre outros (BIROLI, 2018; SCAVONE, 2020). Da mesma maneira que a instalação de delegacias das mulheres e do CECF-SP abriu muitas portas para o combate da violência contra as mulheres.

\*\*\*

Embora as exiladas discutissem a realidade brasileira no exterior (colando-se na posição de ausente-presente<sup>340</sup>), foi sob as condições do retorno que reformularam, assimilaram e mobilizaram (aspectos presentes e passados) para a organização política no Brasil. A constituição de grupos, organização de partidos (com a participação das mulheres exiladas) e a luta por direitos (nos seus diversos âmbitos) não ocorreu sem velhos e novos conflitos e também muitas dificuldades, como: os embates entre as mulheres “feministas” e “políticas”; os conflitos entre as que se diziam mais experientes (donas de importante protagonismo e marcadas pelo *status* de exilada) e àquelas que se assumiram a pouco tempo como militantes do movimento de mulheres; as interferências das esquerdas e a luta por autonomia e as dificuldades com o isolamento; os debates dentro dos partidos, a tentativa de inclusão das pautas das mulheres e as

---

<sup>340</sup> É a ideia desenvolvida pelo sociólogo Abdelmalek Sayad (2002) de que os e/immigrantes são duplamente ausentes e presentes, isto é: estão presentes fisicamente na sociedade de acolhida da qual não fazem parte integralmente, o que significaria ausência física do lugar de origem e da sociedade de acolhida; ao mesmo tempo que estão ausentes fisicamente dos seus lugares de origem, mas sempre em contato, em relação de debate e (no caso dos migrantes econômicos) do envio de dinheiro, o que contribuiria para a presença física em um lugar e a simbólica em outro.

expulsões; entre outras. Ou seja, foi um período de tentativas, fracassos e embates de uma geração de mulheres que ousou lutar por igualdade de gênero no Brasil.

De modo geral, com este capítulo, foi possível perceber a continuidade no que tange às militâncias das mulheres brasileiras que estiveram vinculadas aos grupos feministas e/ou de mulheres; da mesma maneira que estas mesmas mulheres acabaram deixando de lado as organizações ou partidos políticos. Por outro lado, analisando do ponto de vista mais específico, mesmo que muitas das exiladas tenham permanecido no mesmo campo da militância (como em uma organização, partido, ou grupo de mulheres), nenhuma delas possui uma trajetória de continuidade no que tange ao aspecto que mobilizaram entre exílio e no retorno. Em outras palavras, por exemplo, continuaram nos movimentos feministas, mas se organizaram em colaboração com companheiras não-exiladas e em aspectos de demandas contextuais encontradas em cada cidade de inserção. Também, aquelas que se mantiveram em organizações ou partidos, entre o exílio e o retorno, acabaram mudando de agremiação em função de divergências ou mantendo seus vínculos de maneira contextualizada.

O encontro entre as exiladas e as não-exiladas significou a consolidação dos movimentos feministas e de mulheres do Brasil nos anos de 1980. Como busquei demonstrar, a década foi de intensas lutas e batalhas por direitos protagonizados por mulheres. Também significou a reformulação das experiências políticas (tanto daquelas que ficaram quanto das que retornaram) em um novo contexto (àquele da democratização ou da transição democrática). Os movimentos feministas e de mulheres desse período, mesmo que não completamente, conseguiram vitórias importantes no campo dos direitos das mulheres em vários sentidos: na mobilização da sociedade civil e aprimoramento do debate sobre os direitos das mulheres, na Constituição de 1988 e na emergência dos ativismos e protagonismos de mulheres em diferentes espaços (partidários, institucionais, e categorias classistas).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da chave de leitura das trajetórias acerca das militâncias políticas – entre solidariedades e conflitos – demonstrou-se os deslocamentos de sentidos, de ênfases e as metamorfoses das brasileiras que se exilaram na França e em Portugal e no retorno ao Brasil. Com a análise específica de cada uma das vozes militantes foi possível constatar as diferentes (re)adequações que cada uma das mulheres brasileiras viveu, as hierarquias políticas da época e a complexidade das militâncias, para além, da história dos grupos de mulheres já estudados (como, o *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*, o *Círculo de Mulheres Brasileiros em Paris* e a *Seção Feminina do PCB*). Conforme se buscou demonstrar, as (re)constituições das experiências políticas da geração, que moldaram estas mulheres como sujeitos políticos de ação, foram atravessadas por questões individuais/ coletivas, globais/ transnacionais, contextuais e, sobretudo, embates, conflitos e solidariedades múltiplas. A circulação, os trânsitos e as conexões trouxeram tanto elementos significativos que moldaram as experiências políticas destas mulheres quanto demonstraram os impactos e as interferências nos processos globais.

Ao constituir o retrato de geração e ao colocar juntas as brasileiras que estiveram na França e em Portugal, também foi possível perceber como os contextos de inserção política no exterior impactaram cada uma das mulheres ao constituírem experiências políticas diferentes; dentro das possibilidades, mobilizando ou não práticas anteriores. De modo geral, na França a formação de grupos feministas ou a inserção no debate e as disputas foram proporcionalmente maiores, o que parece que levou a uma demanda maior sobre a autonomia e reivindicações que impactaram diretamente a comunidade exilada. Em Portugal, por outro lado, as mulheres também se organizaram em um grupo, mas este não trouxe tanto impacto à comunidade; apesar disso, naquele país, a presença de figuras públicas, como Leonel Brizola, trouxe uma marca política significativa no que tange a proximidade aos partidos. Conforme busquei sempre assinalar, a (re)constituição das experiências políticas foram muito variadas e permeadas por diferentes perspectivas; todavia, sem se afastar das esquerdas.

A partir das mulheres exiladas, em maior ou menor proporção, foi possível assinalar a entrada em diversas frentes de lutas rompendo com noções bastante abstratas e gerais, trazidas pelo ideal de “revolução”. Analisando de modo retrospectivo, as militâncias das mulheres acabaram distanciando-se da ideia de militância existente nas esquerdas, atreladas à revolução socialista ou comunista; porém, não abonaram completamente a noção de lutas de classes, que por sua vez passou a servir mais como lente de análise para as novas atividades desempenhadas

do que para a leitura revolucionária (entendida em seus moldes tradicionais). A palavra “revolução” não deixou de ser utilizada, mas assumiu novo significado e passou a incluir novas pautas. Ao longo prazo, de modo geral, os engajamentos das mulheres também significaram um afastamento das organizações (que foram desaparecendo entre os anos de 1970 e anos de 1980) ou dos partidos (que se reformularam no final dos anos de 1970 e 1980) e uma maior aproximação do engajamento civil em diferentes âmbitos da sociedade brasileira. A luta desenvolvida pelas mulheres (com a participação das exiladas), na busca de direitos, impactaram as estruturas políticas durante a democratização brasileira.

Por isso, as contribuições desta tese caminharam em vários sentidos: a primeira, na visibilidade das hierarquias na geração de mulheres exiladas e retornadas (com as multiplicidades de engajamentos); a segunda, atrelada ao fato de que cada uma das exiladas foi formulando e reformulando a sua militância nos diferentes espaços em que passou ou se inseriu, o que significa dizer que não existiram determinismos para a mobilização ou não de pautas e projetos; a terceira, foi mobilizar uma pesquisa sobre as mulheres brasileiras que estiveram em Portugal e o sobre o retorno ao Brasil, o primeiro destes aspectos pouco explorado e o segundo rodeado de mitos; a quarta, encontra-se em considerar as trajetórias a partir dos embates e das solidariedades, dois pontos chave para entender o que significa assumir certas posições durante o período (este eixo só foi possível graças a história oral); a quinta, foi de sinalizar as conexões e os trânsitos transnacionais que as brasileiras tiveram por diferentes países, o quanto os processos globais impactaram na vida dessas mulheres, e o que de certa forma foi agregado ou abandonado em cada um dos lugares em que elas estiveram; a última contribuição, foi a tentativa de reflexão sobre as limitações existente em uma pesquisa com sujeitos (carregados de emoções, desejos, projetos e traumas).

Alguns problemas durante a pesquisa e a escrita da tese também deixaram questões em aberto. A pandemia de COVID-19 me impediu de tentar realizar mais algumas entrevistas para o capítulo 3, sobre as brasileiras em Portugal, o que deixou uma sensação de inacabado para àquele capítulo. Outras dificuldades encontradas foram relacionadas ao acesso de bibliografia em função da Biblioteca Universitária da UFSC não ter liberado empréstimos para pós-graduação após o início da pandemia; a falta de acesso a alguns materiais causou atrasos e o desgaste cotidiano diante do embate das faltas das referências a mão. A frustração vivida pelo momento político, a concomitância entre o isolamento social e o período de escrita, e as ansiedades diante do futuro incerto no Brasil também se somaram às dificuldades vividas durante o último ano do doutorado.

Apesar disso, muitas possibilidades de pesquisas futuras se abrem a partir desta tese, atreladas, principalmente, no que tange as solidariedades e as redes feministas (ou feminina) durante as décadas de 1970 e 1980. Entre elas se destacam: a) os vínculos entre os diferentes grupos que se estabeleceram no Brasil durante período; b) as relações entre as mulheres do PCB e os grupos de mulheres comunistas em seus locais de exílio ou com as informações que provinham da URSS acerca dos direitos das mulheres; c) o impacto que as mulheres exiladas deixaram nos países por onde passaram no que diz respeito ao debate das intersecções, uma vez que se constituíram em grupos como “mulheres latino-americanas” ou “mulheres brasileiras”, isto é, racializadas pelas suas proveniências nacionais e continentais; d) as conexões existentes entre os grupos de mulheres brasileiras e latino-americanas no exterior; e) a circulação de algumas campanhas realizadas entre elas; f) e a língua como elemento constitutivo das experiências políticas transnacionais desenvolvidas durante o exílio ou no retorno. Também tem destaque a ideia de estudar a constituição de alguns grupos feministas no Brasil e registrar os protagonismos das mulheres (feministas ou não) dentro dos partidos e grupos de esquerdas durante a década de 1980, como no PDT; uma biografia de Neusa Goulart Brizola e de Yolanda C. Prado ainda precisam ser escritas.

Por último, cabe sinalizar que hoje<sup>341</sup> as ex-exiladas estão envolvidas em diferentes atividades: Angela Arruda, Carmem Maria Craidy e Marisa Jordan foram professoras universitárias; Angela Muniz, Benedicta Savi, Beatriz Cannabrava, Hilda Fadiga de Andrade, Sonia Alves Calió, e Suzana Maranhão, continuaram em associações ou ONG's voltadas às questões das mulheres durante os anos de 1990; Clarisse Galvão de Figueiredo, trabalhou na CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano); Ieda dos Reis trabalhou muitos anos como professora no ensino primário em São Paulo; Elisabeth T. de Vargas e Silva trabalhou junto a Universidade Solidária (projeto da Ruth Cardoso) e, atualmente, se encontra na ouvidoria do curso de medicina da USP; Maria Betânia Ávila ainda se encontra no SOS Corpo de Recife; Zillah Murgel Branco, depois de tentar retornar ao Brasil, está vivendo em Portugal; Margarida Amaral Lopes trabalha voluntariamente como mediadora de conflito; e Sandra Macedo tornou-se artista plástica e produziu a obra que anunciei na introdução. A maior parte delas está aposentada.

---

<sup>341</sup> O “hoje”, obviamente, se trata do momento da realização das entrevistas.

## 7. FONTES

### 7.1 ACERVOS E BASES DE DADOS

Arquivo Nacional. Fundo Centro de Informação do Exterior - CIEEx, informes dos anos de 1973 até 1979. Disponíveis em: [http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado\\_pesquisa\\_new.asp](http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp)

Centro de Arquivo e Documentação Movimento Democrático de Mulheres de Portugal. Fundo Solidariedade Internacional, documentos sobre o Brasil.

Centro Informação Mulher (CIM). Coleção Círculo De Mulheres Brasileira em Paris (1976-1979), volumes I, II, III, IV, e V.

Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM). Fundo: Archívio Storico del Movimento Operaio Brasileiro – ASMOB, Documentos da Seção Feminina do PCB.

### 7.2 DEPOIMENTOS OU ENTREVISTAS PÚBLICAS

ALVES, Branca Moreira. Branca Moreira Alves. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 505-512.

ARRUDA, Angela. Entrevista Concedida à Maria Auxiliadora Banchs. In: SOUZA, Clarilza Prado de; et al (Org.). **Angela Arruda e as representações sociais: estudos selecionados**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2014. p. 15-35.

BRANCO, Zillah Murgel. Entrevista concedida a Maria Almeida e Ricardo Ribeiro no Programa de Rádio “É Apenas Fumaça”. Portugal. 25/04/2018a. [A entrevista foi transcrita e autorizada pela ex-exilada]. Disponível em: <https://fumaca.pt/especial-25-abril-zillah-branco-a-mulher-que-viveu-todas-as-revolucoes/> Acesso: 20 mai. 2018.

CABRAL, Gilda. Lá vem o lobby do batom. **Cadernos de Crítica Feminista**, Recife, ano II, n. 1, p. 92-95, dez. 2008.

COSTA, Albertina de Oliveira. Memórias do Exílio uma Visão dos Bastidores. **Cadernos de Crítica Feministas**, Recife, ano III, n. 2, p.178-181,dez. 2009a.

COSTA, Albertina de Oliveira. Exílio e Gênero. IN: CÓLOQUIO Internacional Gênero, Feminismos e Ditadura no Cone Sul. Florianópolis: Laboratório de Estudos de Gênero e História, 2009b. DVD.

COSTA, Albertina de Oliveira. Memórias do Cárcere de uma Feminista *Ex Post*. In: WOLFF, Cristina Scheibe, PEDRO, Joana Maria (org). **Gênero, feminismos e ditadura no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010a. p. 276-283.

LIMA, Valentina da Rocha. Women in Exile: Becoming Feminist. **International Journal of Oral History**, Westport, v. 5, n. 2, p. 81-99, jun. 1984.

MORAES, Maria Lygia Quartim de; SILVA, Maria Mendes. **Vida de Mulher**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Ltda, 1981.

RODRIGUES, Lígia; ANDREA, Rita; et al. SOS-Mulher do Rio de Janeiro: uma entrevista. In: CARDOSO, Ruth; et al. **Perspectivas Antropológicas da Mulher. Sobre Mulher e Violência**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985. p. 109-137.

SCHUMAHER, Shuma. O lobby do batom, para dar o nosso tom. **Cadernos de Crítica Feminista**, Recife, ano II, n. 1, p. 88-91 dez. 2008.

SORJ, Bila; MONTERO, Paula. SOS-Mulher e a Luta Contra a Violência. In: CARDOSO, Ruth; et al. **Perspectivas Antropológicas da Mulher. Sobre Mulher e Violência**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985. p. 101-107.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Lembras de um tempo sem sol... In: WOLFF, Cristina Scheibe, PEDRO, Joana Maria (org). **Gênero, feminismos e ditadura no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p. 284-292.

### 7.3 ENTREVISTAS

ALAMBERT, Zuleika. Entrevista concedida a Roselane Neckel. S/L., Brasil, 04/08/2006. Acervo do LEGH/UFSC.

ALAMBERT, Zuleika. Entrevista concedida a pessoa não identificada. Paris, França. 1978?. Fundo ASMOB, Acervo do CEDEM/ UNESP.

ANDRADE, Hilda Fadiga de. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. São Paulo - SP, Brasil, 07/08/2018. Acervo do LEGH/UFSC.

ARRUDA, Angela Maria Silva. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Rio de Janeiro - RJ, Brasil, 02/11/2018. Acervo do LEGH/UFSC.

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Recife - PE, Brasil, 17/07/2019. Acervo do LEGH/UFSC.

BRITO, Ângela Xavier de. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro (2 fitas cassete). Paris, 28/11/2005. Acervo do LEGH/UFSC.

BRANCO, Zillah Murgel. Entrevista concedida via e-mail a Eloisa Rosalen. Lisboa/ Florianópolis, 08/2018b. Acervo da autora.

BRANCO, Zillah Murgel. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Lisboa - Portugal, 19/10/2019. Acervo da autora.

CANNABRAVA, Benita Beatriz Accioli. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. São Paulo - SP, Brasil, 13/08/2018. Acervo do LEGH/UFSC.

CALIÓ, Sonia Alves. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. São Paulo - SP, Brasil, 15/08/2018. Acervo do LEGH/UFSC.

CRAIDY, Carmem Maria. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Porto Alegre - RS, Brasil, 09/03/2015. Acervo do LEGH/UFSC.

FIGUEIREDO, Clarisse Galvão. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Campinas - SP, Brasil, 26/07/2019a. Acervo da autora.

FIGUEIREDO, Lila Dulce Galvão. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. São Paulo – SP, 23/07/2019b. Acervo da autora.

GUERRA, Renata. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Rio de Janeiro - RJ, Brasil, 31/10/2018. Acervo do LEGH/UFSC.

JORDAN, Marisa. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Florianópolis - SC, Brasil, 31/03/2015. Acervo do LEGH/UFSC.

LOPES, Margarida M. do Amaral. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. São Paulo - SP, Brasil, 08/08/2018. Acervo do LEGH/UFSC.

MACEDO, Sandra. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Rio de Janeiro - RJ, Brasil, 30/10/2018. Acervo do LEGH/UFSC.

MACEDO, Sandra. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Rio de Janeiro - RJ, Brasil, 09/04/2015. Acervo da autora.

MARANHÃO, Suzana. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Recife - PE, Brasil, 18/07/2019. Acervo do LEGH/UFSC.

MUNIZ, Angela. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Transcrita por Musa Santos. Rio de Janeiro, Brasil. 08/04/2015. Acervo do LEGH/UFSC.

PRADO, Yolanda Cerquinho da Silva. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro (Fita). São Paulo, Brasil, 2005. Acervo do LEGH/UFSC.

RABELO, Monica. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. Rio de Janeiro - RJ, Brasil, 30/10/2018. Acervo do LEGH/UFSC.

REIS, Ieda dos. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. São Paulo - SP, Brasil, 14/08/2018. Acervo do LEGH/UFSC.

SAVI, Benedicta. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. São Paulo - SP, Brasil, 25/07/2019. Acervo da autora.

SILVA, Elisabeth T. de Vargas e. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. São Paulo - SP, Brasil, 07/04/2015. Acervo do LEGH.

SILVA, Elisabeth T de Vargas e. Entrevista concedida a Eloisa Rosalen. São Paulo - SP, Brasil, 05/08/2018. Acervo da autora.

VIEZZER, Moema Libera. Entrevista concedida a Soraia Carolina de Mello. Florianópolis – SC, Brasil. Agosto de 2017a. Acervo do LEGH.

ZATZ, Lia. Entrevista concedida via e-mail a Eloisa Rosalen. São Paulo - SP, Brasil, 20/08/2018. Acervo da autora.

#### 7.4 LIVROS

BRIGAGÃO, Clóvis; RIBEIRO, Trajano. Brizola. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). **Memórias do exílio, Brasil 1964-19???**: 1. De muitos caminhos. Vol. 1. Editorial Arcádia, 1976.

COSTA, Albertina de Oliveira; et al (Org.). **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DANIEL, Herbert. **Passagem para o próximo sonho**. Rio de Janeiro. Codecri, 1982.

DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. **Abaixo a ditadura**. São Paulo: Editora Garamond, 1998.

GABEIRA, Fernando. **Entradas e Bandeiras**. Rio de Janeiro (RJ): Codecri, 1981.

GOULART, João V. **Jango e eu: Memórias de um exílio sem volta**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

PAIVA, Mauricio. **Companheira Carmela: a história de luta de Carmela Pezzuti e seus dois filhos na resistência ao regime militar e no exílio**. Rio de Janeiro, Mahuad, 1996.

RABÊLO, José Maria e RABÊLO, Thereza. Diáspora: **Os longos caminhos do exílio**. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

SALEM, Helena. **Entre árabes e judeus: Uma reportagem de vida**. Brasília: Editora Brasiliense, 1991.

LEVY, Tatiana Salem. **A chave de casa**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora Record, 2007.

VIANNA, Martha. **Uma tempestade como a sua Memória: a história de Lia, Maria do Carmo Brito**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

VIEZZER, Moema. **Vocação de Semente: A história de uma facilitadora da inteligência coletiva**. São Paulo: Brasil Sustentável, 2017b.

#### 7.5 PERIÓDICOS

CENTRO Informação Mulher (CIM). Boletim n. 1, jul. 1983. Disponível em: Acervo do CIM, São Paulo.

NOSOTRAS. Paris: n. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12,13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, e 26, de 1974 até 1976. Disponível em: Acervo do LEGH (fotocópias da *Bibliothèque Marguerite Durand* em Paris).

## 7.6 PÁGINAS, SITES DA INTERNET E DOCUMENTOS DIVERSOS *ONLINE*

**CARTA de Lisboa.** Assinada em Lisboa, no dia 17 de junho de 1979. Disponível em: <https://www.pdt.org.br/index.php/carta-de-lisboa-marco-do-trabalhismo-na-redemocratizacao-do-brasil/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

**CARTA das Mulheres aos Constituintes.** Entregue em 1987. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres/arquivos/Constituente%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres/arquivos/Constituente%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf). Acesso em 22 set. 2020.

**Deputados Constituintes.** Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/parlamentaresconstituintes/deputados-constituintes](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/parlamentaresconstituintes/deputados-constituintes). Acesso em: 13 out. 2020.

**FDIM. Federação Democrática Internacional de Mulheres.** Disponível em: <https://www.fdim.org.sv/>. Acesso em: 11 jun. 2020

**Fundação Calouste Gulbenkian.** Disponível em: <https://gulbenkian.pt/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

**Fundação Mário Soares.** Disponível em: <http://casacomum.org/cc/arquivos>. Acesso em: 01 jul. 2020.

**Lattes de Norma Marzola.** Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7108049720837312>. Acesso em: 11 jun. 2020

**Lattes de Albertina Gordo de Oliveira Costa.** Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3782588012515845>. Acesso em: 09 jun. 2020

**Lista dos deputados constituintes.** Disponível: [https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/parlamentaresconstituintes/deputados-constituintes](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/parlamentaresconstituintes/deputados-constituintes) Acesso em: 04 fev. 2021.

**Neusa Goulart Brizola (contado por sua neta).** Disponível em: [https://web.facebook.com/BrizolaJuliana12/photos/mulheresdanossahist%C3%B3ria8demar%C3%A7oneusa-goulart-brizolano-dia-07-de-abril-de-1993-o/745905505545705/?\\_rdc=1&\\_rdr](https://web.facebook.com/BrizolaJuliana12/photos/mulheresdanossahist%C3%B3ria8demar%C3%A7oneusa-goulart-brizolano-dia-07-de-abril-de-1993-o/745905505545705/?_rdc=1&_rdr). Acesso em: 09 mai. 2020.

**SOS Corpo – Instituto Feminista para Democracia.** Disponível em: <https://soscorpo.org/>. Acesso em: 09 mai. 2020.

**Zillah Murgel Branco.** Disponível em: <http://zillahbranco.blogspot.com/> Acesso em: 16 mar. 2020.

## 7.7 REPORTAGENS DE JORNAIS/ REVISTAS / IMPRESSOS

FEMINISMO Militante: Excesso de Entidades, Carência de Filiadas. **Jornal do Brasil**, 4 de abril de 1982. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=030015> Acesso em: 25 de agosto de 2020.

**SOLIDARIEDADE da Mulher Portuguesa à Mulher Brasileira**. Lisboa: Edições MDM, 1975a. Disponível em: Pasta Solidariedade Internacional no Acervo do Movimento Democrático de Mulheres em Lisboa.

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE MULLHERES. **40 Anos**: movimento democrático de mulheres. Lisboa: Edições MDM, 2009.

MULHERES Portuguesas pedem Anistia Política no Brasil. **Extra**, 9 de março de 1978. Disponível em: Pasta Solidariedade Internacional no Acervo do Movimento Democrático de Mulheres em Lisboa.

A NECESSIDADE de Despertar a consciência das mulheres para a tarefa de luta – referida numa sessão do M.D.M.P. efectuada em Lisboa. **Primeiro de Janeiro**, 5 de outubro de 1975. Disponível em: Pasta Solidariedade Internacional no Acervo do Movimento Democrático de Mulheres em Lisboa.

SOLIDARIEDADE com as mulheres brasileiras antifascistas brasileiras. **Diário Popular**, 1 de outubro de 1975b. Disponível em: Pasta Solidariedade Internacional no Acervo do Movimento Democrático de Mulheres em Lisboa.

SOLIDARIEDADE com as mulheres brasileiras antifascistas brasileiras – numa sessão do M.D.M. **Diário Popular**, 3 de outubro de 1975c. Disponível em: Pasta Solidariedade Internacional no Acervo do Movimento Democrático de Mulheres em Lisboa.

JORNADA de solidariedade do M.D.M. para com a mulher brasileira. **Diário de Notícias**, 3 de outubro de 1975. Disponível em: Pasta Solidariedade Internacional no Acervo do Movimento Democrático de Mulheres em Lisboa.

A MULHER; o mais explorado dos explorados – frisou-se numa sessão de solidariedade com antifascistas brasileiras. **Século**, 3 de outubro de 1975. Disponível em: Pasta Solidariedade Internacional no Acervo do Movimento Democrático de Mulheres em Lisboa.

COMUNICADO 37, de 2 de outubro de 1975 [escrito a caneta]. Disponível na pasta Solidariedades no Acervo do Movimento Democrático de Mulheres.

## 8. REFERÊNCIAS

A **CONDIÇÃO da Mulher Portuguesa**. Lisboa: Editorial Estampa, 1972.

ABRÃO, Paulo. A lei de anistia no Brasil: as alternativas para a verdade e a justiça. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro v. 24, n. 1, p. 119-138, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/44728>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. **Feminismo no Exílio: O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris**. São Paulo: Alameda, 2014. Impressão realizada em 2016.

ABREU, Maira Luisa. Nosotras: feminismo latino-americano em Paris. **Estudos Feminista**, Florianópolis, v. 2, n. 21, p.553-572, ago. 2013.

ABREU, Maira Luisa. **Politizando a Anatomia: Antinaturalismo e Materialismo no Pensamento Feminista Francês (1960-1980)**. 2016. 319 p. Tese (doutorado) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Campinas, 2016.

ABREU, Maira; CARVALHO, Adília Martins de. Sisterhood is powerful: exílio e mobilizações feministas na França em apoio às “Três Marias”. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 32, p.133-147, jun. 2014.

AGAMBEN, Giorgio. Política del exilio, **Archipiélago**, n. 26/27, p. 41- 52, 1996.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto. 2005. p. 155-202.

ALLEN, Ann Taylor. Erro de Tradução? A história das Mulheres numa Perspectiva Transnacional e Comparada. In: COVA, Anne (org). **História Comparada das Mulheres: Novas Abordagens**. Lisboa: Livros Horizontes, 2008. P. 61-78.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. **História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise e democracia no brasil: 1979-1989**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

ALVAREZ, Sonia E; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. O Cultural e o Político nos Movimentos Sociais Latino-Americanos. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000. P. 15-57

ALVES, Irácella da Cruz. **Feminismo entre Ondas: mulheres, PCB e política no Brasil**. 2020. 358 f. Tese (Doutorado) - Curso de Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

AMARAL, Ana Luísa FREITAS, Marinela. **Novas Cartas Portuguesas entre Portugal e o Mundo**. Lisboa: Leya, 2015.

AMORIM, Tamy da Silva. “O Feminismo veio para ficar... Nós não vamos sair mais”. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina. **Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Curitiba: Appris, 2019. p. 16-34.

ANDERSON, Bonnie S. Primórdios do Feminismo Internacional: Contribuições e Dificuldades da História Comparada. In: COVA, Anne (org). **História Comparada das Mulheres: Novas Abordagens**. Lisboa: Livros Horizontes, 2008. p. 47-60.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). **Mémoria e (res)sentimento: Indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 15-36.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARAÚJO, Clara. Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil. **Estudos feministas**, p. 71-90, 1998.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

AYALA, Mario; MAZZEI, Daniel. Apresentação: Los exilios políticos del Cono Sur de América Latina: temas, enfoques y perspectivas. **Historia, Voces y Memoria**. v. s/v, n. 8, p. 5-12, 2015.

AZEVEDO, Desirée de Lemos. **Os Melhores Anos de Nossas Vidas: Narrativas, Trajetórias e Trajetos de Exilados Brasileiros em Moçambique**. São Paulo: Anablume, 2013.

BACK, Lilian. **A seção feminina do PCB no exílio: debates entre o comunismo e o feminismo (1974-1979)**. 2013. 212 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2013.

BALLESTRIN, Luciana. Feminismo De(s) colonial como Feminismo Subalterno Latino-americano. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, p. 1-14, ago. 2020.

BANIWA, Gersem Luciano. Movimentos e políticas indígenas no Brasil contemporâneo. **Tellus**, Campo Grande, ano 7, n. 12, p. 127-146, abr. 2007.

BARRETO, António. População e Sociedade. In: PINTO, António Costa; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.). **História Contemporânea de Portugal 1808-2010: A busca da Democracia 1960-2000**. Vol. 05 Lisboa: Objectiva/ Fundación Mapfre, 2015. p. 113-143.

BASTOS, Natalia de Souza. **Elas por elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda. Brasil 1960-1980**. 2007. 138 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: [https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2007\\_BASTOS\\_Natalia\\_de\\_Souza-S.pdf](https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2007_BASTOS_Natalia_de_Souza-S.pdf). Acesso em: 05 out. 2020

BAYLY, C. A; BECKERT, Sven; CONNELLY, Matthew; HOFMEYR, Isabel; KOZOL, Wendy; SEED, Patricia. Conversation: On Transnational History. **The American Historical Review**, [s.l] vol. 111, n. 5, pp.1441-1464, 2006.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019

BERLOFFA, Maria Angela; KRYAKOS, Norma. **A mulher advogada, lutas e conquistas**: anais do I Congresso da Mulher Advogada. Departamento Editorial da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, 1989.

BIROLI, Flávia. Introdução. In: BIROLI, Flávia. **Autonomia e desigualdades de gênero**: contribuições do feminismo para a crítica democrática. São Paulo: Editora Horizonte, 2013. p. 17-27.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOBBIO, Noberto. **O Futuro da Democracia**: Uma defesa das regras do jogo. 15º Ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018.

BONI, Donatella. **Discorsi dell'altro mondo**: Nascita e metamorfosi del colloquio fantastico postumo. Ombrecorte: Verona, 2009

BORBA, Angela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau. **Mulher e política**: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org). **Usos & abusos da História Oral**. 8º ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 183-192.

BRACKE, Maud Anne. **La nuova politica delle donne**: il femminismo in Italia, 1968-1983 . Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2019.

BRACKE, Maud; MARK, James. Between Decolonization and the Cold War: Transnational Activism and its Limits in Europe, 1950s-90s. **Journal of Contemporary History**, v. 50, n. 3, p. 403–417, 2015.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p.329-376, jun. 2006.

BRANCO, Zillah Murgel. **Os Sindicatos na Vanguarda da Luta**. Lisboa: Edições Crara, 197-

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Mulher constituinte**: discursos destacados. Brasília: Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, 2011. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/mulher-constituente/mulheres-constituientes-de-1988>. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. Decreto nº 34638, de 17 de novembro de 1953. Rio de Janeiro, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D34638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D34638.htm)>. Acesso em: 17 maio 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 16. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARDOSO, Ruth Correa Leite. As mulheres e a democracia. **Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, vol.1, n. 2, p. 139-304, 1987.

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Feminismo-Feminismos. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Org.). **Dicionário Crítico de Gênero**. 2. ed. Dourados: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. p. 248-251.

CASELLATO, Alessandro (org). **Il microfono rovesciato: Dieci varazioni sulla storia orale**. Treviso: Cierre Edizione, 2007.

CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CHOTIL, Mazé Torquato. **Trabalhadores Exilados: a saga de brasileiros forçados a partir (1964-1985)**. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1997.

COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, 2017.

CONRAD, Sebastian. **O Que é História Global?** Lisboa: Edições 70, 2019.

CONSTANT, Louis (Org.). **Mémoires de femmes, mémoire du peuple: anthologie**. François Maspero, 1978.

COSTA, Ana Alice Alcantra. O Feminismo Brasileiro em Tempos de Ditadura Militar. In: WOLFF, Cristina Scheibe, PEDRO, Joana Maria (org). **Gênero, feminismos e ditadura no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010b. p. 174–190.

COSTA, Marcelo Henrique da; CASTRO, Ricardo Vieiralves de. Os filhos da causa: memórias de filhos de exilados do regime militar (1964-1985). **Trivium: Estudos Interdisciplinares**, [s.l.], v. 7, n. 2, p. 188-216, 2015.

COSTA, Suely Gomes. Onda, Rizoma e “Sororidade” como metáforas: Representações de Mulheres e dos Feminismos (Paris, Rio de Janeiro: Anos 70/80 do século XX). **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p.1-29, dez. 2009c.

COSTA, Albertina de Oliveira. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação—São Paulo, 1970. **Cadernos de pesquisa**, n. 66, p. 63-69, 1988.

COVA, Anne (org). **História Comparada das Mulheres: Novas Abordagens**. Lisboa: Livros Horizontes, 2008.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Ação Educativa**. 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf> visitado em 10/08/2018

CRUZ, Fábio Lucas da. **Frente Brasileiro de Informaciones e Campanha**: Os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968-1979). 2010. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CRUZ, Fábio Lucas da. **Brasileiros no exílio**: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979). 2016. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CRUZ, Fábio Lucas da. A História e as Memórias do Exílio Brasileiro. **Fronteiras**: Revista Catarinense de História [on-line], Florianópolis, nº 20, p.115-137, 2012.

CUNHA, Vinicius Moraes da. **À procura da revolução brasileira**: itinerários do Movimento pela Emancipação do Proletariado. 2019. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-04092019-151657/pt-br.php> Acesso em: 14 out. 2020.

CUOMO, Vincenzo. Le “interviste impossibili” (e l’impossibilità dell’intervista). In: PELGREFFI, Igor (org.) **Il filosofo e il suo schermo**: Video-intervista confessioni monologhi. Kaiak Edizione: Tricase, 2016.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DAVIS, Angela. Solidariedades Transnacionais. In: DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. Organização de Frank Barat, tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo Boitempo 2018 p. 126-139.

DEL PRIORE, Mary Lucy Murray. Memória e história de mulheres: uma biblioteca feminista. **Revista de História**, n. 138, p. 175-179, 1998.

DOIMO, Ana Maria. **A Vez e Voz do Popular**: Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p.100-122, 2007.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Mulheres em Guarda contra a Repressão. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (org). **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Jogos da Memória**: O movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979). Fortaleza: INESP, UFSC, 2012.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Memória, disputas, resistência e ressentimento: a luta pelo protagonismo na narrativa de Therezinha Zerbini. **Tempo**, Niterói, v. 26, n. 2, p. 473-492, ago. 2020.

DUARTE, Ana Rita Fonteles; SILVA, Sarah Pinho; SANTOS, Elysson Frota dos. Experiências e Desafios da Segunda Onda Feminista Brasileira: Organizações Sob Vigilância no Ceará. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina. In: **Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Curitiba: Appris, 2019. p. 35-55.

D'ARAUJO, Maria Celina. Limites políticos para a transição democrática no Brasil. ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Monica (org.). **Violência na História: Memória, Trauma e Reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. p. 39-53.

EUROCOMUNISMO. In: BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 143-144.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres militância e memória: histórias de vida, histórias de sobrevivência**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. Brasil: a transição inconclusa. ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Monica (org.). **Violência na História: Memória, Trauma e Reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. p. 25-38.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 09, n. 20, p. 05-74, mai. 2017.

FIGUEIRA, Sérvulo Augusto. **Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

FICKER, Sandra Kuntz. Mundial, transnacional, global: Un ejercicio de clarificación conceptual de los estudios globales. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, [s.l.], p.1-15, mar. 2014.

FOX-GENOVESE, Elizabeth. Para além da irmandade. **Estudos feministas**, Rio de Janeiro, p. 31-56, 1992.

FOUGEYROLLAS-SCHEWEBEL, Dominique. Movimentos Feministas. In: HIRATA, Helena et al (Org.). **Dicionário Crítico do Feminista**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 144-148.

FRANCOS, Ania. **Il était des femmes dans la Résistance**. FeniXX, 1978.

FREDERICKSON, Mary E. Going Global: New Trajectories in US Women's History. **The History Teacher**, Long Beach, v. 43, n. 2, p. 169-189, 2010.

FREIRE, Américo. Ecos da estação Lisboa. O exílio das esquerdas brasileiras em Portugal, **Sociologia, Problemas e Práticas**, nº. 64, p.37-57, 2010.

FREIRE, Américo. Depois de Abril: Brasileiros suspeitos em Portugal. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; DE MENEZES PAREDES, Marçal. **Depois dos cravos: liberdades e independências**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. p. 59-80.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Mulher brasileira**: bibliografia anotada. Vol. 1 São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Mulher brasileira**: bibliografia anotada 2. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

GINZBURG, Carlo. O Nome e o Como: Troca desigual e mercado historiográfico. GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GEREMIA, Elisa. Marco Paolini: “A rispondere per finta non son capace”. (Non) intervista di Elisa Geremia. In: CASELLATO, Alessandro (org). **Il microfono rovesciato**: Dieci varazioni sulla storia orale. Treviso: Cierre Edizione, 2007.

GRECO, Heloisa Amélia. **Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia**. 2003. 559 f. Tese (Doutorado) - Curso de Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/VGRO-5SKS2D>. Acesso em: 04 jun. 2020.

GREEN, James N. Exilados e acadêmicos: a luta pela anistia nos Estados Unidos. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 17, n. 29, p. 295-312, set. 2010

GREEN, James Naylor. **Apesar de vocês**: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GREEN, James N. O Grupo Somos, a Esquerda e a Resistência à Ditadura. In: GREEN, James N; QUINALHA, Rena (org.). **Ditadura e Homossexualidades**: Repressão, Resistência e a Busca da Verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p.177-200.

GREEN, James N. **Revolucionário e gay**: a extraordinária vida de Herbert Daniel – pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

GRIBALDI, Gabriela. “Un certo amore per il racconto degli altri”. Entrevista di Valentina Ciciliot. In: CASELLATO, Alessandro (org). **Il microfono rovesciato**: Dieci varazioni sulla storia orale. Treviso: Cierre Edizione, 2007.

GRIFFIN, Gabriela; BRAIDOTTI, Rosi. Introduction: Configuring European Women’s Studies. In: GRIFFIN, Gabriela; BRAIDOTTI, Rosi (org.) **Thinking Differently**: A Reader in European Women’s Studies. Londres: Zed Books, 2002. p. 1-28.

GROSSI, Miriam Pillar. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, p. 473-483, nº Especial, 1994.

GOLDBERG, Anette. **Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante**. 1987. 217 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

GOLDBERG, Anette. Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percurso Intelectual de um Ideário Político. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB**, Rio de Janeiro, n. 28, pp. 42-70, dez. 1989a. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-28/409-feminismo-no-brasil-contemporaneo-o-percurso-intelectual-de-um-ideario-politico/file> visitado em 18/04/2019.

GOLDBERG, Anette. Tudo começou antes de 1975: ideias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo “bom para o Brasil”. In: *Relações Sociais de Gênero versus Relações Sociais de Sexo*. **Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero**, USP, p.1-45, 1989b.

GOLDBERG, Anette. Brésiliennes en exil. **Les Cahiers Du Cedref**, Paris, v. 9, n. 8, p.43-66, 2000.

GOLDENBERG, Mirian. Mulheres & Militância. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 349-365, 1997.

GOMES, Paulo Cesar. A França e o golpe civil-militar de 1964 no Brasil: ditadura, repressão e exílio. **Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales**, V. 1, n. esp., p. 108 – 128, 2016. Disponível em: <https://iberoamericasocial.com/franca-e-golpe-civil-militar-1964-no-brasil-ditadura-repressao-e-exilio/> Acesso em: 04 fev. 2021.

GOMES, Angela de Castro (org.). **História Oral e Historiografia: Questões Sensíveis**. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

GUERRA, Elda. Una nuova suggestività: femminismo e femminismi nel passaggio degli anni Settanta. In: BERTILOTTI, Teresa; SCATTIGNO, Anna. **Il femminismo degli anni Settanta**. Roma: Viella, 2005. p. 25-67.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 12. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HIRSCH, Shirin. Chilean Exiles, Reconciliation and Return: An Alternative View from Below. **Journal of Refugee Studies**, v. 29, n. 1, p. 82-97, ago. 2014.

INSTITUTO ZULEIKA ALAMBERT. **Instituto Zuleika Alambert**. Disponível em: <https://instituto-zuleika-alambert.webnode.com/sobre-nos/> Acesso em: 17 maio 2019

JAIR Bolsonaro: Why Brazilian women are saying #NotHim. In: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-45579635> visitado em 21 de setembro de 2018.

JESSEE, Erin. Considering Silence. In: SHEFTEL, Anna; ZEMBRZYCKI, Stacey (Ed.). **Oral history off the record: toward an ethnography of practice**. Springer, 2013. P. 219-222.

JELIN, Elisabeth. **Los trabajos de la memoria**. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana; Nueva York: Social Science Research Council, 2002.

JENSEN, Silvina. Reflexões acerca do retorno dos exilados: um olhar a partir do caso dos argentinos radicados na Catalunha (Espanha). QUADRAT, Samantha Viz (org). **Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX**. Rio de Janeiro: FGV, 2011a.

JENSEN, Silvina. Exilio e Historia reciente. Avances y perspectivas de un campo en construcción. **Aletheia**. Revista de la Maestría de Historia y Memoria, vol. 1, n. 2, p. 01-21, La Plata, 2011b. Disponível em: [http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art\\_revistas/pr.4806/pr.4806.pdf](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.4806/pr.4806.pdf) Acesso em: 18 mai. 2017.

JOFFILY, Mariana. A “verdade” sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos. **Dimensões**, Vitória, v. 32, p. 2-28, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de Experiência” e “Horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Contraponto, 2006. p. 305- 327.

LASTRA, María Soledad. **Volver del exilio: historia comparada de las políticas de recepción en las posdictaduras de la Argentina y Uruguay, 1983-1989**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2016. Disponível em: <http://www.libros.fahce.unlp.edu.ar/index.php/libros/catalog/book/77> Acesso em: 03 mai. 2017.

LANDIM, Leilah. **A Invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome**. 1993. 239 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: [http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/a-invencao-das-ongs-\(\)-leilah-landim-assumpcao.pdf](http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/a-invencao-das-ongs-()-leilah-landim-assumpcao.pdf). Acesso em: 17 mai. 2019.

LAURETIS, Teresa de. Tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

LAQUEUR, Thomas. **A invenção do sexo**. São Paulo: Relume Dumará, 2001.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: Origens da Imprensa Feminista Brasileira*. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 234-241, jan-jun. 2003

LIVRAMENTO, Thiago do Vale Pereira. **As mulheres na imprensa alternativa: gênero e feminismo nas páginas do jornal Movimento**. 2014. 183 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula rasa**, Bogotá, n. 09, p. 73-101, 2008. Disponível em: <http://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.

MASSENA, Andréia Prestes. **Exílio em Moçambique: Experiências vividas em terras estrangeiras durante a ditadura Militar no Brasil.** 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2005.

MARCELLINO, Binah Ire Vieira. **Para pensar arquivos feministas: o acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História.** 2020. 148 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2020. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PHST0693-D.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2020.

MARQUES, Teresa C. S. **Militância política e solidariedade transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979).** Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas: UFRGS, Porto Alegre, 2011.

MARQUES, Teresa C. S. A Esquerda brasileira exilada e o Feminismo: A atuação política das brasileiras no Chile e na França (1968-1979). **Projeto História**, São Paulo, n. 52, p.112-139, ago. 2015

MARQUES, Teresa. C. S.; GONÇALVES, Leandro. A fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no exílio. Porto Alegre, **Civitas - Revista De Ciências Sociais**, v. 16, n. 3, p. 399-416, jul.-set. 2016.

MCLAREN, M. A. **Foucault, Feminismo e Subjetividade.** São Paulo: Intermeios, 2016.

MELO, Hildete Pereira de; RODRIGUES, Ligia. Pioneiras da ciência no Brasil: uma história contada doze anos depois. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 70, n. 3, p. 41-47, jul. 2018.

MELLO, Pedro de Moraes; REIS, Daniel Aarão. **1968: A paixão de uma Utopia.** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. **Com a Palavra, o Segundo sexo: percursos do pensamento intelectual feminista no brasil dos anos 1960.** 2008. 301 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MIGUEL, Sônia Malheiros. **Um olhar para dentro: o movimento feminista no Rio de Janeiro.** 1988. Florianópolis, 112f Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PSOP0058-D.pdf> Acesso: 20 out. 2020.

MILLETT, Kate. A Contra-Revolução (1930-1960). In: MILLETT, Kate. **Política sexual.** Lisboa: Dom Quixote, 1974, p. 145-173.

MITCHELL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. **Revista Gênero**, Niterói, v. 6, n. 2/ v. 7, n. 1, p. 203-232, 2006.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Deslocamentos geográficos, Experiências subjetivas: Brasileiras no exílio.** Campinas: IFCH/Unicamp, Coleção Primeira Versão, 2012.

MORAES, Maria Lygia Quartin. O encontro marxismo-feminismo no Brasil. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. **História do Marxismo no Brasil vol. 6: Partidos e movimentos após os anos de 1960**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 341-374.

MORAÑA, Mabel. El afecto em la caja de herramientas. In: MORAÑA, Mabel y PRADO, Ignacio M. S. (eds.) **El lenguaje de las emociones**. Madrid: Iberoamerican, 2012. p. 313-338.

MORGAN, ROBIN (org). **Sisterhood is global: The International Women's Movement Anthology**. Nova Iorque: Garden City, 1984.

NOVA composição da Câmara ainda tem descompasso em relação ao perfil da população brasileira. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/550900-nova-composicao-da-camara-ainda-tem-descompasso-em-relacao-ao-perfil-da-populacao-brasileira/>. Acesso em: 05 out. 2020

OFFEN, Karen. On the French origin of the words feminism and feminist. **Feminist Issues**, v. 8, n. 2, p. 45-51, jun. 1988.

OSIS, Maria José Martins Duarte. PAISM: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, p. 25- 32, 1998.

OLIVEIRA, Cícera Fernandes de; PRADO, Yolanda C.. **Cícera, um destino de mulher**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

PÁDUA, José Augusto. O nascimento da política verde no Brasil: fatores. In: LEIS, Héctor R. (org.). **Ecologia e Política Mundial**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1991. p. 135-161.

PAIVA, Tatiana Moreira Campos. **Herdeiros do Exílio: Memórias de Filhos de Exilados Brasileiros da Ditadura Militar**. Rio de Janeiro, 2006. 155p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PASSERINI, Luisa. **Storia e Soggettività: le fonti orali, la memoria**. Florença: La Nuova Italia, 1988a.

PASSERINI, Luisa. **Autoritratto di gruppo**. Milão: Giunti, 1988b.

PASSERINI, Luisa. **Memoria e Utopia: Il primato dell'intersoggettività**. Turim: Bollati Boringhieri editore. 2003.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p.77-98, 2005.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, dez. 2006.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p.55-69, jun. 2007a.

PEDRO, Joana. “Nosotras, Nós Mulheres, Nos/Otras, Noidonne: Rede de divulgação feminista dos anos 70 e 80”. In: WOLFF, Cristina Scheibe; FAVERI, Marlene de; RAMOS, Tânia Regina de Oliveira (Org.). *Leituras em rede: gênero e preconceito*. Florianópolis: Mulheres, 2007b. p. 265-293.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo de “Segunda Onda”: corpo, prazer e trabalho. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo: O Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, São Paulo, v. 52, n. 2 p. 43-62, 2009.

PENNA FILHO, Pio. Os Arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEX): O elo perdido da repressão. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 79-92, jul/dez. 2008.

PETERSEN, Janine. Feminismo e a polêmica da contracepção no Brasil (1970-1980). **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 11, n. 11, p. 135-144, 2004.

PEZZONIA, Rodrigo. **Exílio em Português: política e vivência dos brasileiros em Portugal (1974-1982)**. 2017. 300 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PICQ, Françoise. MLF: 1970, année zéro. **Libération**. Paris, p. 1-3. nov. 2008. Disponível em: <[https://www.liberation.fr/societe/2008/10/07/mlf-1970-annee-zero\\_112802](https://www.liberation.fr/societe/2008/10/07/mlf-1970-annee-zero_112802)>. Acesso em: 01 abr. 2019.

PICQ, Françoise. The History of the Feminist Movement in France. In: GRIFFIN, Gabriela; BRAIDOTTI, Rosi (org.) **Thinking Differently: A Reader in European Women’s Studies**. Londres: Zed Books, 2002. P. 313-320.

PICQ, Françoise. Sobre o movimento das mulheres na França. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, n° especial, p. 25-30, 1994.

PIETROCOLLA, Luci Gati. Anos 60/70 do sonho revolucionário ao amargo retorno. **Tempo social**, v. 8, n. 2, p. 119-145, 1996.

PIMENTEL, Irene Flunser. Parte Três. Enfim, cidadã: As Mulheres na Democracia Portuguesa. In: PIMENTEL, Irene Flunser; Melo, Helena Pereira de. **Mulheres Portuguesas: História da Vida e dos Direitos das Mulheres num Mundo em Mudança**. Lisboa: Clube do Autor, 2015. p. 375-406.

PINTO, António Costa. A busca por democracia. 1960-2000. In: PINTO, António Costa; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.). **História Política Contemporânea: Portugal 1808-2000**. Lisboa: Objectiva/ Fundación Mapfre, 2019. p .267-306.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. As ONGs e a política no Brasil: presença de novos atores. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 651-670, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582006000300008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582006000300008&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 27 mar. 2021.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org). **Usos & abusos da história oral**. Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 103-130.

PORTELLI, Alessandro. Conferências: Tentando aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, São Paulo, v. 15, p. 13-49, 1997.

PORTELLI, Alessandro. Sempre existe uma barreira: A arte multivocal da história oral. **Ensaios de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010a. p. 19-35.

PORTELLI, Alessandro. L'intervista nela Storia Orale. In: PISTACCHI, Massimo (org). **Vive voci: L'intervista come fonte di documentazione**. Donzelli Editore: Roma, 2010b. p. 3-12.

PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a História Comparada na América Latina. **Revista de História**, São Paulo, n. 153, p. 11-34, 2º sem/2005.

PRADO, Yolanda C. **Ser esposa a mais antiga profissão**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

QUADRAT, Samantha. V. Operação Condor: o “Mercosul” do terror. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 28, n. 1, p. 167–182, jun. 2002

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo et al. (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 117-142. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_QUIJANO.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf). Acesso 13 out. 2020.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.

REIS, Daniel Aarão. **As conexões civis da ditadura brasileira**. 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/marcha-do-tempo/ed786/as-conexoes-civis-da-ditadura-brasileira/>. Acesso em: 12 mar. 2020.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, jun. 2010

REIS, Rossana Rocha. Migrações: casos norte-americano e francês. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p.59-74, ago. 2006.

RIBEIRO, Maria Rosa Dória. As comunistas e o feminismo. **Perseu**, São Paulo, v. 7, n. 9, p.117-143, 2013.

RIBEIRO, Maria Rosa Dória. Relações de poder no feminismo paulista – 1975 a 1981. 2011. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RODEGHERO, Carla Simone. Pela "pacificação da família brasileira": uma breve comparação entre as anistias de 1945 e de 1979. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, n. 67, p. 67-88, jun. 2014.

RODRIGUES, Jorge Cauê. Um Lampião Iluminando Esquinas da Ditadura. In: GREEN, James N; QUINALHA, Rena (org.). **Ditadura e Homossexualidades: Repressão, Resistência e a Busca da Verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 83-124.

RONIGER, Luis. Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: Avanços Teóricos e Desafios. In: QUADRAT, Samantha Viz (org). **Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 31-61.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias**: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.

ROSALEN, Eloisa. **Vidas (entre) laçadas: relações de gênero nas memórias do exílio brasileiro (1964-1979)**. 2016. 287 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016.

ROSALEN, Eloisa. As Mulheres no Exílio a Partir do Centro de Informações do Exterior (CIEEx) do Brasil. In: <https://www.snh2019.anpuh.org/site/anais>, 2019, Recife. **Anais do 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil**. Recife: Associação Nacional de História, 2019. v. 1. p. 1-17.

ROSALEN, Eloisa. Das muitas memórias dos exílios: uma leitura analítica dos livros Memórias do Exílio e Memórias das Mulheres do Exílio. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos**. Florianópolis: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015. p. 1-15.

ROLLAND, Denis. 1968 do Rio a Paris, história e memória: registros de sentido e amnésias locais da história comparada. In: AZEVEDO, Cecília, et al. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 419-444.

ROLLEMBERG, Denise. A ideia de revolução: da luta armada ao fim do exílio (1961-1979). In: Denise Rollemberg. (Org.). **Que história é essa?** A Universidade vai à sociedade. 1ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, v. 1, p. 111-130.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio**: Entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucida de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicado IV**: O tempo da ditadura militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 41-91.

ROLLEMBERG, Denise. Debate no Exílio: Em busca da renovação. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. **História do Marxismo no Brasil**: Partidos e Movimentos após os anos de 1960. São Paulo: Editora Unicamp, 2007. p. 291-339

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a Educação de mulheres. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2016. p. 333-359.

ROWBOTHAM, Sheila. **Women's liberation and the new politics**. Nottingham: The Spokesman Books, 1972

ROWBOTHAM, Sheila. **Woman's Consciousness, Man's World**. Londres: Pelican, 1973.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política dos sexos. In: RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

SAFFIOTI, Heleieth. A questão da mulher na perspectiva socialista. **Lutas sociais**, São Paulo, n. 27, p. 82-100, ago. 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado e violência**. 2º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAID, Edward W. **Reflexões sobre o exílio**: e outros ensaios. São Paulo: Companhia Das Letras, 2003.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, v. 8 nº 1, p. 29-42, jan. 2005.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Pela Mão de Alice**: O social e o Político na Pós-Modernidade. Porto: Edições Afrontamentos, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia**: reinventar as esquerdas. 1º Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Idellete Muzart-Foncesa dos; ROLLAND, Denis (Org.). **L'Exil Brésilien en France**: Histoire et imaginaire. Paris: L'Harmattan, 2008.

SANTOS, Cecília MacDowell. **Da Delegacia da Mulher à Lei Maria da Penha:** Lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2008b. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/11080>. Acesso em: 01 set. 2020.

SANTOS, Yumi Garcia dos. A implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 27, p. 401-426, dez. 2006 .

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena:** Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SARTI, Cynthia. Feminismo e Contexto: Lições do Caso Brasileiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, s/v, nº 16, p. 31-48, 2001.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, jan. 2004.

SAYAD, Abdelmalek. **La doppia assenza:** Dalle illusioni dell'emigrato alle sofferenza dell'immigrato. Milão: Raffaello Cortina Editore, 2002.

SCAVONE, Lucila. Democracia e Feminismo no Brasil. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 25 n. 48, p. 193-227, jan/jun. 2020.

SCAVONE, Lucila. Nosso corpo nos pertence? Discursos feministas do corpo. **Gênero**, Niterói, v. 10, n. 2, p. 47-62, 1. sem. 2010.

SCHMIDT, Benito B. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 6, p. 165-192, dez. 1996.

SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil, 1945-2000**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SCHUMAHER, Shuma; CEVA, Antonia. **Mulheres no poder:** Trajetórias na política a partir das lutas das sufragistas do Brasil. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2012. p.15-42.

SCOTT, Hilda. **Does Socialism Liberate Women?** Boston: Beacon Press, 1974.

SCOTT, Hilda. Why the revolution doesn't solve everything: What we can learn from the economics of 'real'socialism. **Women's Studies International Forum**. Pergamon, v. 5, nº5, p. 451-462, 1982.

SCOTT, Joan W. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-94, jul-dez. 1995.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan. 2005.

SCOTT, Joan W. Experiência. In: DA SILVA, Alcione Leite; DE SOUZA LAGO, Mara Coelho; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs). **Falas de Gênero: Teorias, Análises, Leituras**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. p. 21-55

SERRA, Bianca Giudetti. **Compagne: Testimoziante di partecipazione politica femminile**. Vol 1 e 2. Turim: Einaudi, 1977.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos ces**, n. 18, p. 106-131, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em: 30 nov. 2020.

SHEFTEL, Anna; ZEMBRZYCKI, Stacey (Ed.) Introduction. In: SHEFTEL, Anna; ZEMBRZYCKI, Stacey (Ed.). **Oral history off the record: toward an ethnography of practice**. Springer, 2013. p. 1-19.

SHEFTEL, Anna. “I don’t fancy history very much”: Reflections on Interviewee Recruitment and Refusal in Bosnia-Herzegovina. In: SHEFTEL, Anna; ZEMBRZYCKI, Stacey (Ed.). **Oral history off the record: toward an ethnography of practice**. Springer, 2013. p. 254-271.

SILIUS, Harriet. Feminist Perspectives on the European Welfare State. In: GRIFFIN, Gabriela; BRAIDOTTI, Rosi (org.) **Thinking Differently: A Reader in European Women’s Studies**. Londres: Zed Books, 2002. p. 31-48.

SILVA, Antonio Ozaí da. A Esquerda marxista e o PT (III): Força Socialista (FS) e Brasil Socialista (BS). **Revista Espaço Acadêmico**, v. 94, p. 01-06, mar. 2009.

SILVA, Antonio Ozaí da. **Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e discontinuidades**. 1998. 302 p. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Paulo, 2013.

SILVA, Carmen Silvia Maria da. **Movimentos de mulheres, movimentos feministas e participação de mulheres populares: processo de constituição de um feminismo antissistêmico e popular**. 2016. 361 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Recife, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18871>. Acesso em: 05 out. 2020.

SILVA, Sarah Pinho da. **Os feminismos de Segunda Onda: a união das mulheres cearenses (1979-1985)**. 2020. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

SILVA, Tauana Olívia Gomes. **Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a ditadura no Brasil (1964-1985)**. 2019. 528 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PHST0683-T.pdf>. Acesso em: 3 set. 2020.

SINGER, Paul. O feminino e o feminismo. In: SINGER, Paul; BRANT, Vinicius Caldeira (org.). **São Paulo: O povo em movimento**. São Paulo: Editora Vozes, 1980. p. 109-141.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos e abusos da história oral**. 8º Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p. 131-137.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. Feminilidade/ Feminino. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Org.). **Dicionário Crítico de Gênero**. 2. ed. Dourados: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. p. 248-251.

SOARES, Vera. Movimento Feminista: Paradigmas e desafios. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, n. especial, p. 11-24, 1994.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. **A Cunhã Coletivo Feminista: subjetividade, história e feminismo na Paraíba (1990-2015)**. 2017. 123 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, João Pessoa, 2017.

SOIHET, Rachel. Do Comunismo ao Feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 40, p.169-195, jun. 2013.

SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. **La política del destierro y el exilio en América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 2013.

TAVARES, Manuela. **Movimentos de Mulheres em Portugal: Décadas de 70 e 80**. Lisboa: Livros Horizontes, 2000.

TEIXEIRA, Kelly Cristina. **Mulheres presente!:** Helena Greco e o movimento feminino pela anistia em Minas Gerais. 2019. 247 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da Guerrilha à imprensa feminista: A Construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

THAYER, Millie. Feminismos viajantes: da mulher/corpo à cidadania de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 12, p. 203-249, 1999.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social: Revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008.

TUNGOHAN, Ethel. Is Global Sisterhood Elusive? A Critical Assessment of the Transnational Women's Rights Movement. **Atlantis: Critical Studies in Gender, Culture & Social Justice**, v. 34, n. 2, p. 104-114, 2010.

VARIKAS, Eleni. "O Pessoal é Político": desventuras de uma promessa subversiva. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.59-80, 1996.

VELOSO, Verônica. Moema São Thiago. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro:

Fundação Getúlio Vargas, [20--?]. p. 1-3. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/moema-correia-sao-tiago>. Acesso em: 20 jan. 2020.

VIEIRA, Livia Maria Fraga; DE MELO, Regina Lúcia Couto. A creche comunitária “Casinha da Vovó”: Prática de manutenção/Prática de Educação. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 62, p. 60-78, ago. 1987.

VIÑAR, Maren; VIÑAR, Marcelo. **Exílio e tortura**. São Paulo: Escuta, 1992.

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo?. **Horizontes Antropológicos**, v. 15, n. 32, p. 157-170, jul/ dez. 2009.

WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: WOLFF, Cristina Scheibe, PEDRO, Joana Maria (org). **Gênero, feminismos e ditadura no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p. 138–155.

WOLFF, Cristina Scheibe. Machismo e Feminismo nas Trajetórias de Militantes da Esquerda Armada no Cone Sul dos anos 1970: Um Olhar do Exílio. In: PEDRO, Joana Maria; ISAIA, Artur Cesar; DITZEL, Carmencita de H. M. **Relações de poder e Subjetividades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.

YANKELEVICH, Pablo. Estudar o Exílio. QUADRAT, Samantha Viz (org). **Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 11-30.

ZARZOSA, Helia López. Internal Exile, Exile and Return: A Gendered View. **Journal of Refugee Studies**, v.11, n. 2, p. 189–198, jan. 1998.

## ANEXO A

Fotografias do presente recebido de Sandra Macedo

